

Ficha Técnica

Título

Sistemas extensivos do Sul

Escritos em homenagem a Inocêncio Seita Coelho

Edição



Instituto Superior de Agronomia

Coordenação

Pedro Reis

Autores

Ana Novais; Ana Sanches; Carlos Carmona Belo; Cristina Caro; David Catita; David Henrique Machado; Fernando Oliveira Baptista; Francisco Manuel Parejo-Moruno; Inês Portugal e Castro; João Dias; João Madeira; João Palma; Joaquim Cabral Rolo; Jorge Revez; José Casimiro Martins; José Ferragolo da Veiga; José Rocheta; Manuel Belo Moreira; Manuela Leitão; Marcelo Guerreiro; Maria Bastidas; Miguel Pestana; Nuno Bartolomeu Alvarenga; Nuno Faustino; Nuno Onofre; Pablo Campos; Paula Sarmento; Pedro Camacho; Pedro Louro; Pedro Reis; Pedro Rocha; Ricardo Paiva; Sandra Cascalheira; Sandra Gomes; Teresa Soares David.

Capa

Cristina Coelho

Composição gráfica

SEXTACOR – Soluções Gráficas, Lda.

www.sextacor.pt

Impressão

Cafilesa – Soluções Gráficas

www.cafilesa.pt

Papel

Soporset Premium Offset de 100g/m2 oferecido pela «The Navigator Company»

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-989-35095-4-8

Depósito Legal

525737/23

Apoios



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA



APDEA
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE ECONOMIA AGRÁRIA

1^o edição

Janeiro de 2024

Índice

Apresentação	5
<i>Pedro Reis</i>	

PARTE I

Inocência Seita Coelho: O homem e os seus percursos

Agradecimento a um “filho da terra”	7
<i>João Efigénio Palma</i>	
O saber e a experiência com sentido de futuro	9
<i>Marcelo Guerreiro</i>	
Inocência Seita Coelho, alentejano, agrónomo, investigador e humanista	11
<i>Pedro Reis</i>	
Companheiros de caminhada na Investigação Agrária	23
<i>Carlos Carmona Belo</i>	
Primeiras Jornadas Técnicas da Feira de Garvão, Presente!	31
<i>Pedro Camacho</i>	
Senhor de uma infinita generosidade	35
<i>Cristina Caro</i>	
Um muito obrigado	37
<i>Nuno Faustino</i>	
Inocência Seita Coelho: um Investigador que tem obra e com um estilo próprio	39
<i>Miguel Pestana</i>	

PARTE II

O Montado: economia e produções

Cuentas convencionales y agroforestales comparadas del bosque: aplicación en la finca pública de pino piñonero Mazagón en el espacio natural protegido de Doñana, Moguer-Huelva	43
<i>Pablo Campos</i>	
Preservação de Quercíneas Dispersas na Paisagem Alentejana	89
<i>Teresa S. David, Inês P. Castro, Manuela Leitão, Nuno Onofre, Paula Sarmiento, David Catita e Pedro Rocha</i>	
Uma viagem ao passado do fabrico de queijo no Baixo Alentejo interior	97
<i>João Dias</i>	
O “Montado da Serra de Serpa”, um património agropecuário bio diverso, um território vivo	109
<i>David Henrique Machado</i>	
O solo e o PEPAC: algumas notas sobre a dissonância entre os objectivos declarados e as regras aprovadas	117
<i>João Madeira</i>	

Estado do solo em montados do Alentejo - o caso do concelho de Ourique.....	129
<i>J. Casimiro Martins</i>	
Queijaria tradicional nacional: percurso e perspetivas.....	143
<i>Pedro Louro, Sandra Gomes e Nuno Bartolomeu Alvarenga</i>	
Viver de “costas voltadas”: El proyecto frustrado de unión aduanera hispanoportuguesa en torno al corcho.....	167
<i>Francisco Manuel Parejo-Moruno</i>	
Lógicas de gestão do património fundiário do montado no Alentejo: resultados de quatro casos de estudo.....	181
<i>Pedro Reis</i>	
A Pastorícia na Prevenção dos Fogos Rurais: uma estratégia para a Serra Algarvia.....	201
<i>José Rocheta</i>	

PARTE III

O Alentejo: território e sociedade

Alentejo, anos trinta do século XX. Um testemunho.....	215
<i>Fernando Oliveira Baptista</i>	
Valorização dos Recursos Endógenos no Sul de Portugal – Território, Pessoas e Convicções.....	223
<i>Jorge Revez, Maria Bastidas, Sandra Cascalheira e Ana Sanches</i>	
A Economia Social na ideologia dominante.....	233
<i>Manuel Belo Moreira</i>	
A Reforma Agrária na Comunidade do Couço A terra a quem a trabalha.....	247
<i>Ana Novais</i>	
O Homem e a caça.....	291
<i>Ricardo Paiva</i>	
Agro de sequeiro do Baixo Alentejo no limiar de 2020.....	311
<i>Joaquim Cabral Rolo</i>	
Serpa, que és minha terra,	341
<i>José Ferragolo da Veiga</i>	

Este compêndio de escritos, em honra a Inocêncio Seita Coelho, é um tributo devido e já há muito marcado nas estrelas. Seita Coelho merece esta homenagem pelo seu contributo para o conhecimento, pelo seu humanismo, pela sua pulsão de partilha do saber e dos encantos da vida com os outros, pelo seu gosto pela leitura e pelos livros... E, por falar em livros, porque esteve sempre pronto a colaborar nos livros em que se reconheceram os legados dos seus amigos.

Inocêncio, conforme se poderá verificar nos testemunhos e no texto sobre a sua personalidade e obra, desenvolveu um trabalho de estudo e de investigação focado em questões relevantes e na valorização do conhecimento gerado. Tem uma personalidade de convivalidade, feita de paixão e curiosidade, que tem feito a diferença na construção de pontes e no empoderamento das entidades com as quais colaborou. Gostaríamos que este livro fosse reflexo dessa mesma personalidade, registando e fazendo perdurar a missão que abraçou: a produção e partilha de mais e melhor conhecimento.

O trabalho científico de Seita Coelho deixa uma marca profunda na economia do montado, graças à investigação que desenvolveu no âmbito da economia das explorações agrícolas, das suas atividades e dos produtos provenientes do montado. Marcas que também ficam nas abordagens sobre a sustentabilidade destes sistemas agrossilvopastoris, as suas racionalidades e a sua relação com o património natural e humano, bem como nos debates sociológicos e em torno das políticas públicas. A sua atividade científica também abordou outras temáticas, mas, de uma forma geral, sempre relacionadas com os Sistemas Extensivos do Sul.

Assim, procurando fazer justiça a este percurso tão rico, o livro é composto por três partes: testemunhos sobre a personalidade e obra de Inocêncio Seita Coelho; artigos sobre a economia e as produções do montado, numa perspetiva ampla, incluindo os queijos de ovelha e o pinheiro manso; e textos sobre a sociedade e o território Alentejano, numa abordagem mais sociológica e de desenvolvimento regional. A estrutura é da inteira responsabilidade editorial e o objetivo passou por, a par dos sentidos testemunhos, incorporar ensaios sobre as temáticas exploradas por Seita Coelho, individualizando os temas mais específicos da economia do montado.

É uma honra e uma alegria imensa coordenar a edição destes escritos em homenagem a Inocêncio Seita Coelho. Sentimentos partilhados por todos aqueles que colaboraram nestes escritos. Não é possível abarcar toda a obra e percurso profissional do homenageado, nem incluir todos aqueles que fizeram parte deste caminho. Mas estou certo de que estas páginas são apenas um começo e mais um bom pretexto para continuarmos a expressar publicamente a nossa gratidão ao Inocêncio. Por décadas de trabalho em prol da investigação em Portugal, mas, principalmente, pela inspiração que representa para todos nós e pelo companheirismo que nele sempre encontramos.

Muito obrigado.
Pedro Reis

Agradecimento a um “filho da terra”

João Efigénio Palma¹

É com o maior gosto que o município de Serpa se associa a esta merecida homenagem a Inocêncio Seita Coelho, não só pelo facto de ser “filho da terra”, nascido em Vale de Vargo, mas pelo enormíssimo trabalho por si desenvolvido e os seus contributos para a investigação, compreensão e dinamização desta fundamental área de atuação que é a sustentabilidade dos territórios, tendo como foco o desenvolvimento rural, a gestão dos sistemas agrícolas extensivos e, particularmente, do montado.

Há muitos anos que o Eng.º Seita Coelho desenvolve projetos no concelho, como é o caso dos projetos relacionados com a valorização do olival tradicional, colaborando com o município enquanto investigador do INIAV I.P., e, também, como investigador aposentado, com referência particular à sua participação ativa e entusiástica na Feira do Queijo e na Feira Agropecuária Transfronteiriça de Vale Poço, na criação do Centro de Competências da Agricultura Biológica e da Bioregião da Margem Esquerda do Guadiana, no Grupo de Ação Local GAL – MEG e, atualmente, na construção de um SIPAM para o território da Serra de Serpa. Em todos os casos, sempre indicando caminhos e possibilidades, esclarecendo e contribuindo para esta estratégia comum de dinamizar este nosso território.

É vastíssima a sua obra, tal como os seus conhecimentos e experiência, colocando a sua forte personalidade, boa disposição e a sua sabedoria em todos os projetos em que participa. E, apesar de nos conhecermos pessoalmente há relativamente pouco tempo, penso que estarei certo ao dizer que é imensa a sua paixão por este território e por estas pessoas, paixão que se evidencia também na facilidade e espontaneidade da sua comunicação, que cria um envolvimento e empatia imediatos.

Por tudo isto e por tudo o que provavelmente deixei por dizer, seria inevitável que a sessão de homenagem – e a apresentação deste livro – fosse realizada em Serpa. E feita, precisamente, durante a Feira do Queijo do Alentejo de 2024. É para nós um motivo acrescido de orgulho e um privilégio podermos acolher esta iniciativa de reconhecimento a este nosso amigo.

¹ João Francisco Efigénio Palma, 64 anos, é presidente da Câmara Municipal de Serpa desde Outubro de 2021. É licenciado em Direito e foi funcionário da Administração Tributária e Aduaneira (AT) com a categoria de Inspetor Tributário. Foi Chefe de Finanças Adjunto e Chefe de Finanças (Serpa e Ferreira do Alentejo), chefiou equipas no Serviço de Finanças de Cascais e na Direção de Finanças de Beja e exerceu funções de Representante da Fazenda Pública. Foi formador da AT na área do IRS e na área dos Impostos sobre o Património nos distritos de Beja e Faro e formador da OTOC (Contabilistas Certificados) para o distrito de Beja. Entre 2017 e 2021 foi presidente da Assembleia Municipal de Serpa. É membro do conselho executivo da Associação de Municípios para a Gestão Pública da Água e membro substituto do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses

O saber e a experiência com sentido de futuro

Marcelo Guerreiro²

A nossa diferença rural e o nosso potencial produtivo decisivo para a diversidade, a sustentabilidade e a resiliência são feitos de muitos contributos individuais, comunitários e empresariais.

A nossa capacidade de afirmar o território, as suas características, as vivências e as dinâmicas depende de muita gente.

Somos um território rural, com provas dadas em matéria de afirmação do potencial produtivo e da valorização da identidade, com crescente ambição de futuro, sem perder de vista a memória das pessoas, dos contributos e das iniciativas.

Ter futuro é testemunhar, com gratidão, o compromisso, o conhecimento e a sabedoria fina do saber feito da experiência do Eng.^o Inocêncio Seita Coelho na defesa do nosso Mundo Rural, nas preocupações do Montado como pressuposto da excelência dos nossos produtos e na afirmação de Ourique como Capital do Porco Alentejano.

Num tempo de riscos e desafios para as existências e para as ambições que continuamos a ter para a nossa terra, como palco rural de vivências e oportunidades positivas, pessoas como o Eng.^o Seita Coelho são sempre bem-vindas, porque acrescentam sempre valor e apontam caminhos para o futuro.

São muitos e significativos os momentos em que contamos com a presença e o contributo do Eng.^o Inocêncio Seita Coelho em Ourique ou em interações com instituições de referência da nossa terra como a ACPA - Associação dos Criadores de Porco Alentejano. Estamos gratos pelos caminhos que percorremos em conjunto, na afirmação do Mundo Rural, em defesa da sua biodiversidade, sustentando a resiliência perante as adversidades e transmitindo conhecimento relevante sobre a natureza e as interações humanas. As memórias desses tempos, sublinhadas pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ourique, Pedro Camacho, evidenciam a importância do conhecimento científico e técnico para a compreensão das realidades e para a superação dos obstáculos encontrados em diversos momentos do Mundo Rural, em que o saudoso Eng.^o José de Brito Ramos e o Eng.^o Seita Coelho, estiveram presentes e com contributos decisivos.

Em nome do Município de Ourique associo-me com gosto a esta homenagem ao Eng.^o Inocêncio Seita Coelho, com a gratidão por tudo o que fez, faz e continuará a fazer em defesa do Montado de sobreiro e azinheira, da fileira do Porco Alentejano e de outras expressões de um Mundo Rural resiliente e com ambição de futuro.

Ourique está-lhe grato, pela sabedoria e contributo para a construção de novos caminhos de futuro.

² Marcelo Guerreiro, natural de Ourique. Licenciado em Gestão pela Universidade do Algarve. Bancário em diversas instituições financeiras. Vereador da Câmara Municipal de Ourique entre 2013 a 2015. Presidente da Câmara Municipal de Ourique desde 2015. Presidente do Conselho de Administração da RESIALENTEJO.

Inocêncio Seita Coelho, alentejano, agrónomo, investigador e humanista

Pedro Reis³

Inocêncio Seita Coelho, alentejano, agrónomo, investigador e humanista, Seita para os mais próximos. O seu percurso profissional foi marcado pela sua formação e carreira, mas também, e muito, pelas suas costelas e crescimento no Sul, no Baixo Alentejo, na Margem Esquerda do Guadiana. Marcaram, certamente, os temas de investigação, sempre com uma grande ligação às gentes, à economia agrária, a uma investigação, de facto, aplicada e com impacte na atividade económica e no bem-estar da sociedade. Aprecia os prazeres da vida, nomeadamente a gastronomia, e tem uma grande preocupação social e humana. Estas características pessoais, estão impressas no seu percurso profissional.

Nasceu em 11 de abril de 1951, em Vale de Vargo, concelho de Serpa. Passados mais de sete décadas, e de quarenta de atividade profissional, é pertinente e justa a homenagem à sua obra e personalidade. O ser alentejano, está fortemente impresso na sua atividade científica, de ensaísta e de divulgador, passando pelas questões da pecuária extensiva dos pequenos ruminantes, do montado de sobro e de azinho, do porco Alentejano, do olival tradicional, da caça e da questão da terra. Há uma caminhada em torno dos sistemas extensivos do Sul, numa abordagem científica, técnica e mais além, também social e cultural, no sentido mais amplo do termo. Recentemente foi consultor científico para a candidatura d'O Montado da Serra de Serpa a Sistema Importante do Património Agrícola Mundial, e em 2015 integrou o conselho científico da candidatura do Montado paisagem cultural a Património da Humanidade pela UNESCO. Estas funções ilustram bem a sua marca profissional e o reconhecimento do seu contributo para ciência e para o desenvolvimento dos territórios rurais do Sul.

Seita Coelho conclui a sua licenciatura em Engenharia Agronómica, no Instituto Superior de Agronomia, em 1975. Curiosamente, escolheu a especialidade de Fitopatologia, mas, ainda antes de terminar a licenciatura, começa a navegar nas águas da economia agrária e sociologia rural. Realiza o estágio final na Brigada Técnica de Santarém sobre a organização e gestão das adegas cooperativas, e após a conclusão do curso de Engenharia Agronómica, continua no associativismo agrícola, integrado no antigo Instituto de Reorganização Agrária.

Jovem licenciado, em outubro de 1976 ingressa no Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias (DEESA), do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), naquela que seria a sua casa. Faz parte dos jovens que integraram a instituição de investigação agrária, criada em 1975, à

³ Doutorado em Engenharia Agronómica, pela Universidade de Lisboa. Investigador do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, com atividade na análise dos sistemas agrários, gestão do conhecimento, desenvolvimento rural e políticas públicas, tendo sido presidente do Conselho Científico, de 2011 a 2015. É atualmente Presidente da Associação Portuguesa de Economia Agrária e Vogal do Conselho Nacional de Engenharia Agronómica da Ordem dos Engenheiros.

semelhança da sua congénere francesa, o INRA. Ingressaram competentes, cheios de sonhos, e, certamente, com a energia e rebeldia da idade. O DEESA, criado com a institucionalização do INIA, tinha, ele próprio, uma cultura marcada pelas questões sociais, pelo carisma e cultura da sua primeira diretora, Laura Larcher Graça. É neste contexto, de profundas mudanças políticas, sociais e institucionais, que o jovem Inocêncio imerge na atividade científica.

Nos primeiros anos de atividade profissional, durante os anos setenta, anda pelos campos a Norte do Tejo. Trabalha na caracterização geográfica e socio-económica das províncias (à data assim denominadas) da Beira Baixa, do Ribatejo e da Estremadura (o atual Oeste). Já neste período abraça dois temas que o vão acompanhar até hoje - a pecuária extensiva e o desenvolvimento rural -, publicando dois artigos no *Jornal Reconquista*. No virar da década mergulha a fundo na economia agrária, realizando quatro cursos de pós-graduação no Centro de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian.

Lendo o curriculum do Inocêncio, salienta-se uma data importante para todos nós, o ano de 1986. Portugal ingressou na então CEE e o Seita rumou a Madrid, como bolseiro da JNICT⁴, para um estágio no Instituto de Geografia e Economia Aplicadas do *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC), onde ganhou um amigo para sempre, o Doutor Pablo Campos Palacin. Vai mergulhar no tema das suas provas públicas para investigador auxiliar (equivalente ao doutoramento) e que marca fortemente toda a sua carreira profissional – o montado. No ano anterior, tinha passado a colaborar com o núcleo de Sociologia do Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia (ISA), liderado pelo Professor Fernando Oliveira Baptista, seu orientador da dissertação, um amigo e uma referência. É também em 1986 que inicia as suas colaborações com o ensino superior, concretamente com a Universidade do Algarve, num seminário sobre as agriculturas algarvias. Entre 1986 e 1991 trabalha em dois projetos de caracterização da agricultura portuguesa: um de caracterização dos tipos de agricultura no continente a nível regional; e outro de identificação e caracterização dos sistemas de produção de várias zonas agrárias, a norte do Tejo. É neste período que elabora a sua dissertação para as provas de acesso à categoria de investigador auxiliar, com o título “O sistema produtivo montado – análise económica contábil de um grupo de explorações agro silvo pastoris do Alentejo”, sendo aprovado com distinção e louvor.

Entre 1991 e 1993 integrou a equipa do projeto europeu “Análise técnico-económica de dehesas / montado”, liderado por Pablo Campos Palacin, do CSIC. Em Portugal o projeto decorreu no ISA, sob a responsabilidade do Professor Manuel Belo Moreira, e onde tive a honra e o prazer de iniciar a minha atividade profissional. Foi um projeto onde se fazia o acompanhamento mensal de todas as atividades de seis herdades com montados de sobre e de azinho e o inventário no início de cada ano e final do projeto. Acompanhei o Inocêncio ao campo para a recolha da informação técnica e contabilística, onde testemunhei

⁴ Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

a sua empatia, competência nos inquéritos e capacidade de leitura sobre o funcionamento das explorações agrícolas, desde o manejo dos animais e das pastagens, até à atribuição de valores económicos às máquinas e alaias agrícolas usadas. O trabalho de campo era acompanhado de momentos de apreciação gastronómica, em especial de caça, e sobre a cultura e a história dos locais por onde passávamos. Simultaneamente integrou outro projeto internacional, liderado pela equipa do Instituto de Sociologia Rural da Universidade de Roma, sobre os produtos típicos de qualidade das regiões mediterrânicas, e integrou a comissão de peritos de acompanhamento de um projeto europeu de inventariação de produtos do Euroterroir. Até ao final da década desenvolve vários projetos relacionados com a floresta, os montados, a pecuária extensiva, os produtos tradicionais, e vai abordar a problemática do mercado fundiário (entre 1994 e 2007), inserido numa linha de trabalho no INIA sobre a Sociedade Rural Portuguesa.

No início do milénio está a trabalhar no seu tema de eleição, o montado, avaliando a rentabilidade económica dos montados, com diferentes espécies pecuárias, e estudando os efeitos das medidas agro-ambientais na rentabilização privadas destes sistemas produtivos. É nesta fase, em 2003, que Seita Coelho se apresenta às provas públicas de Habilitação para a coordenação científica, com aprovação por unanimidade, e, como não poderia deixar de ser, sobre os montados, com o programa de investigação “A sustentabilidade económica e social dos montados no Baixo Alentejo. Constituição de um observatório socioeconómico e técnico dos sistemas de montado”. Participa em projetos europeus e iniciativas internacionais relacionadas com sistemas florestais não orientados para a produção de lenho, e sistemas silvopastoris. Por exemplo, participa nos projetos “LACOPE – Landscape development, biodiversity and co-operation livestock systems in Europe” e “CREOAK – Conservation and restoration of European cork oak woodlands: a unique ecosystem in the balance”, e colabora no livro *Ecossistemas e Bem-Estar Humano: Resultados da Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*, no capítulo do Montado.

No final da década de 2000, e inícios da seguinte, começa a abordar os outros produtos silvestres não lenhosos, como o pinhão, o medronho, os cogumelos, o figo-da-índia, as fibras naturais, os recursos silvestres mediterrânicos em geral. É um período de grande diversificação de atividades, em que aborda os sistemas e as fileiras de produtos silvestres mediterrânicos, sem abandonar a agro-silvo-pastorícia e o montado, entrando também na olivicultura tradicional, igualmente um sistema mediterrânico extensivo. Nesta grande diversidade de projetos, aprofunda a sua preocupação com a ligação ao desenvolvimento dos territórios rurais do Sul, e aprofunda a relação com as associações de agricultores e de desenvolvimento local, como é o caso da sua colaboração com a Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA) e o projeto-piloto de conservação e recuperação do montado de sobro e azinho no concelho de Ourique. É neste período que regressa às suas origens, na Margem Esquerda do Guadiana (MEG), com diversos projetos em colaboração com a Associação de Desenvolvimento do Património de Mértola (ADPM), com atividades relacionadas com recursos

silvestres mediterrânicos, pastores e pastoreio no Vale do Guadiana, lã e plantas tintureiras, sistemas agroflorestais. Na MEG participa em projetos sobre olival tradicional, sobre o contributo da pequena agroindústria para a valorização dos recursos endógenos e desenvolvimento local, tem uma intensa colaboração com a Rota do Guadiana, no âmbito do olival tradicional, da agricultura biológica e da bioregião, nos queijos e enchidos regionais, no desenvolvimento local, e vem a integração os Órgãos Sociais da Rota do Guadiana – ADI. É no âmbito desta colaboração, da sua paixão e profundo conhecimento do montado e da MEG, que exerce a coordenação científica da candidatura do Montado da Serra de Serpa, a Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (SIPAM), reconhecimento atribuído pela Agência da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO). O seu percurso profissional é feito quase todo nos trilhos dos Sistemas Extensivos do Sul.

O seu principal contributo científico foi na área da economia do montado, nomeadamente através da caracterização de diferentes sistemas produtivos, e da demonstração da falta de sustentabilidade de alguns sistemas produtivos devido à insuficiência do rendimento de exploração para a formação do rendimento total dos proprietários dos montados, com o conseqüente subinvestimento face ao necessário para assegurar a manutenção do mesmo nível do capital natural e dos rendimentos futuros das explorações agrícolas. Deu também contributos sobre a economia do montado, em geral, e sobre a economia da criação do porco Alentejano em montanha, em particular, que foram publicados em diversos trabalhos técnico-científicos. Tornou-se a principal referência na economia do montado.

Na sua atividade contribuiu também para a economia de outras atividades (e.g. cinegética), outras fileiras produtivas (e.g. figo-da-índia, lã e PAM), produtos tradicionais diferenciados (e.g. azeite, queijos e enchidos), mantendo também trabalhos ligados ao pastoreio, aos pastores e à pecuária extensiva, em geral. Os seus trabalhos tiveram, de uma forma geral, sempre um foco na análise da criação de valor e na ampla divulgação dos seus resultados. Importa referir, que o trabalho desenvolvido procurava quase sempre dar um contributo para a proteção do património cultural, como foi o caso do seu envolvimento na lã e nas tintureiras naturais, nos pastores e na divulgação de enchidos quase desaparecidos, como é o caso do mangote. Neste trabalho tive o prazer, de partilhar com ele, duas publicações: uma sobre a economia da caça e outra sobre a economia da figueira-da-índia.

A par das publicações técnico-científicas, é fundamental salientar o seu contributo para o desenvolvimento de instituições associadas à valorização do conhecimento técnico-científico, no desenvolvimento dos territórios rurais e na criação de melhores rendimentos através da agricultura, floresta e pequena agroindústria. São exemplos, o trabalho desenvolvido nos centros de competências onde teve um grande papel na dinamização destas instituições, com um papel muito ativo em algumas delas e a sua coordenação ao nível do INIAV. O trabalho com associações de agricultores e de desenvolvimento local foi também muito relevante, com destaque para o trabalho com a Rota do Guadiana – Associação

de Desenvolvimento Integrado (Rota do Guadiana – ADI), a Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA), a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Económico de Serpa (CADES) da Câmara Municipal de Serpa. Deu um contributo através do seu conhecimento técnico-científico para ajudar estas entidades a traçarem linhas de ação, na organização de iniciativas, procurando criar, sempre que possível, espaços e iniciativas de discussão e de divulgação do conhecimento aplicável às realidades e às atividades locais.

No convívio profissional e pessoal com Inocêncio Seita Coelho, testemunhei o seu grande empenho na divulgação técnico-científica, desde os artigos científicos até às mais diversas publicações técnicas, publicadas em revistas especializadas do setor, pequenas brochuras de divulgação ou livros técnicos. No final deste texto é apresentada uma seleção de trabalhos técnico-científicos, onde é possível observar o seu largo contributo para o conhecimento da economia do montado, e da pecuária extensiva nos sistemas agrosilvopastoris, mas também da propriedade fundiária, da cinegética, de fileiras emergentes (medronheiro, cogumelos silvestres, figo da índia e plantas tintureiras), e do desenvolvimento rural. Ao longo dos anos, fui ouvindo constantemente, é preciso publicar, é preciso divulgar. Nessa sua missão, foi autor de livros, artigos de revistas, e também editor. Foi, nomeadamente, diretor da coleção *res.rustica, Patrimónios vivos do mundo rural*, editado pela Apenas Livros, coordenador dos livros *Olival tradicional, A silvopastorícia na prevenção de fogos rurais, e Jaime Salazar Sampaio. Textos de economia corticeira 1951-1988*. Foi também editor e impulsionador dos primeiros *Cadernos Técnicos da Silva Lusitana*. Nesta sua atividade, nunca descurou o aspeto cultural, no sentido mais amplo, nomeadamente tudo o que se relaciona com a história, as gentes e o território do Sul. Um dos exemplos, são os seus contributos no livro *Moirais de Mértola. Paisagens Humanas do Baixo Alentejo*.

A par da escrita, é fascinante no contacto pessoal e na oralidade. Presença assídua em colóquios, seminários, congressos, feiras. Foram, e continuam a ser, inúmeras as suas intervenções em eventos, destacando-se também a sua intervenção na organização, sobretudo na identificação e contactos com outros oradores. É extensa e diversa a sua participação em eventos de divulgação, desde os congressos e conferências internacionais (e.g. em Paris, Madrid, Lugo, Zafra, Girona, Trondheim, Cairo, Thessaloniki, Buenos Aires, Hugen, ...), até às feiras locais (e.g. Feira Agropecuária Transfronteiriça de Vale do Poço).

Seita Coelho é também, reconhecidamente, um facilitador, um fazedor de pontes, entre pessoas e instituições. Esta sua aptidão relevou-se de forma muito clara e eficiente no empoderamento de algumas instituições, conforme foi referido acima, mas deixou no INIAV, no setor agrário e nos territórios, uma marca muito profunda na criação e dinamização dos centros de competência, assumindo inclusive a responsabilidade de coordenar a avaliação destas instituições, cujo principal propósito é agregar entidades, em torno de um tema relevante para a agricultura, floresta e ou pecuária, de forma a promover a disseminação e incorporação de conhecimento nas atividades económicas. São exemplos, o seu

empenho no Centro de Competências do Porco Alentejano e do Montado, Centro de Competências da Lã, Centro de Competências dos Recursos Silvestres, Centro de Competências da Agricultura Biológica e dos Produtos em Modo de Produção Biológico, e Centro de Competências na Luta contra a Desertificação. Estes são apenas exemplos da sua capacidade agregadora e de promoção de parcerias entre a comunidade científica, a prática agrícola, *sensu lato*, e o desenvolvimento dos territórios rurais.

Inocêncio Seita Coelho deixa uma marca indelével na economia agrária e sociologia rural, com destaque para a economia do Montado, mas também como grande divulgador técnico-científico e promotor de um desenvolvimento rural dos territórios mais desfavorecidos, baseado no conhecimento científico e na valorização dos recursos endógenos e culturais.

Como amigo, tenho uma visão parcial do seu lado humano e humanista, mas os vários testemunhos deixam clara a sua personalidade ímpar, a quem muito devemos.

Uma seleção de trabalhos de Inocêncio Seita Coelho:

Coelho, I.S. (1979). Criação de ovinos na Beira Baixa. *Jornal Reconquista*, 16/3/79, Castelo Branco.

Coelho, I.S. (1979). O Mercado Comum, Agricultura de Montanha e de Zonas Desfavorecidas. *Jornal Reconquista*, 31/17/80, Castelo Branco.

Coelho, I.S. (1980). Sistemas de produção de ovinos na Região da Serra da Estrela - contributo para a sua caracterização. *Jornadas Luso-Espanholas de Ovinicultura*, Lisboa, Direção Geral de Serviços Veterinários, pp. 9-1-17.

Coelho, I.S. (1982). Economia dos Sistemas Agro-Pastoris da Serra da Estrela, *Caderno nº 4 do DEESA*, Lisboa, 90 p.

Coelho, I.S. (1987). Utilização de recursos em sistemas produtivos de montado - Aplicação de contabilidade energética. *Revista Florestal*, 3, Lisboa, pp. 25-28.

Coelho, I.S. (1989). *O Sistema Produtivo Montado - Análise Económica-Contábil de Um Grupo de Explorações Agro Silvo Pastoris do Alentejo*. Dissertação para provimento na categoria de Investigador Auxiliar do INIA, Lisboa: INIA, 638 p.

Coelho, I.S. (1992). Caracterização e sistemas de exploração do montado português. *Jornadas técnicas sobre obtencion de productos ganaderos naturales en el ecosistema de la DEHESA - Ponencias e Conferências*, Zafra, pp. 191-224.

- Coelho, I.S. (1992). Valores económicos e ambientais do montado. *Temas de economia e sociologia agrárias*, Lisboa: DEESA/INIA, pp. 17-43.
- Coelho, I.S. (1994). Economia do Montado - I Gestão Patrimonial-Gestão Multifuncional. *Silva Lusitana*, 2(1), Lisboa: EFN, pp. 69-83.
- Coelho, I.S. (1994). Economia do Montado - II Análise Económica de Três Montados de Sobro Alentejanos. *Silva Lusitana*, 2(2), Lisboa: EFN, pp. 133-141.
- Coelho, I.S. (1996). O montado a economia e o desenvolvimento do Alentejo. *Silva Lusitana*, 4(1), Lisboa: EFN, pp. 39-48.
- Coelho, I.S. (1996). Transferência da propriedade fundiária no concelho de Cuba. In Pais de Brito, J. et al. (coord.), *O Voo do Arado*, IPPAR-Museu de Etnologia: Lisboa, pp. 521-529.
- Coelho, I.S. (1996). Metodologias de Base Territorial de Contas Económicas da Caça. *Informação Florestal* nº 12, Instituto Florestal, pp. 24-29.
- Coelho, I.S. (1996). Continuidade e mudança num montado de Charneca (1960-1990). *Revista Florestal*, Volume IX(4), Lisboa: SPCF, pp. 36-45.
- Coelho, I.S. (1997). Economia da Pastorícia em Sistemas Agro-Silvo-Pastoris Mediterrâneos. In Pereira, H. (edit.), *Cork Oak And Cork Sobreiro e Cortiça*, European Conference on Cork Oak and Cork, Lisboa, pp. 266-274.
- Moreira, M.B. & Coelho, I.S. (1997). The role of livestock in the *Montados* system. In Laker, J.P. & Milne, J.A. (edit.), *Livestock Systems in European Rural Development*, LSIRD Network, Macaulay Land Use Research Institute, Aberdeen, pp. 133-134.
- Moreira, M.B. & Coelho, I.S. (1997). Research priorities for livestock production and rural development in the *Montados* Systems in Portugal. In *Collected papers of the European Network for Livestock Systems in Integrated Rural Development*, LSIRD network Macaulay Land Use Research Institute, Aberdeen, p. 19.
- Coelho, I.S. (1999). Raça Preta, a Portuguese beef cattle: economic and environmental objectives in natural resources management. In Laker, J.P. & Milne, J.A. (edit.), *Livestock Production in the European Less Favoured Areas*, LSIRD Network, Macaulay Land Use Research Institute, Aberdeen, pp. 189-191.
- Coelho, I.S. (1999). Social and economic impact of a PDO (Queijo de Nisa) on the local cheese production and processing (North of Alentejo, Portugal). In Laker, J.P. & Milne, J.A. (edit.), *Livestock Production in the European Less Favoured Areas*, LSIRD Network, Macaulay Land Use Research Institute, Aberdeen, pp. 175-178.
- Coelho, I.S. (2000). Condicionais Sócio Económicos da Evolução dos Montados no Século XX. *Agronomia Lusitana*, 48, suplemento nº1, Oeiras, 10 p.

- Coelho, I.S. (2000). Proprietários e Mercado da Terra nas Regiões de Montado. O Caso do Concelho de Santiago do Cacém. *Silva Lusitana*, 8(1), Lisboa: EFN, pp. 61-74.
- Coelho, I.S. (2001). Incentivos públicos y comportamiento de los propietarios sobre las repoblaciones, la regeneración y la conservación de la biodiversidad. *Seminario Beneficios Comerciales y Ambientales de la Repoblación y la Regeneración del Arbolado del Monte Mediterráneo*, Tomo II, Madrid: CSIC-CIFOR, pp. 257-268.
- Carvalho, P. Ochôa & Coelho, I.S. (2002). Institutional and Intersectorial Aspects of the National Forest Police in Portugal. In Tikkanen, I., Gluck, P., Pajuoja, H.(eds), *Cross-Sectorial Policy Impacts on Forests*. EFI Proceedings nº 46, Savonlinna, Finland. pp. 103-110.
- Coelho, I.S.; Potes, J.M.; Ferreira, E.; Gomes, A.A. (2002). Um modelo de recuperação e gestão de montados degradados. *Investigação Agrária*, 4(6), Lisboa: INIA, pp. 52-54.
- Coelho, I.S.; Fragata, A.; Galvão-Teles, C. (2002). Sustentabilidade Económica da Exploração de Bovinos de Raça Preta em Sistemas Agro-Silvo-Pastoris Mediterrânicos. *Melhoramento*, 38, Elvas: ENMP, pp. 275-287.
- Coelho, I.S. (2003). Montados e desenvolvimento rural. In *As Dinâmicas Socioeconómicas das Espaços Rurais do Continente Português – Debates*. Manifesta 2003 - O rural já não ocupa espaço, Serpa, pp. 13-18.
- Coelho, I.S. (2003). *A Sustentabilidade Económica e Social dos Montados no Baixo Alentejo. Constituição de um observatório socioeconómico e técnico dos sistemas de montado*. INIAP, Lisboa, Programa de investigação e programa de formação pós-graduada, apresentado para Habilitação para o Exercício de Funções de Coordenação Científica, INIAP, 76-11 p.
- Coelho, I.S. (2003). Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal. *Silva Lusitana*, 11 (2), Lisboa: EFN, pp. 185 -199.
- Coelho, I.S. (2003). *Queijos Portugueses com Tradição*. Coleção res rustica, nº 1, Lisboa: Apenas Livros, 28p.
- Coelho, I.S. (2005). A contemporaneidade do montado Português. Origens, dinâmicas e perspectivas. *PREACTES. Congrès Internacional Suberes, Fábriques I Comerciants, Passat, Present i Futur del Negoci Surer*, Palafrugell, 16/18 de fevereiro de 2005.
- Coelho, I.S. (2005). A Sustentabilidade Económica dos Sistemas Agro-florestais Mediterrâneos. *Melhoramento*, 40, pp. 66-80.
- Coelho, I.S. (2005). Propriedade e Proprietários Fundiários no Alentejo - Estruturas e Dinâmicas. *Arquivo de Beja, Culturas, Identidades e Globalização*. Actas das III Jornadas/Congresso, Tomo I, pp. 233-244.

- M. S. Pereira, M.S.; Quintas, A.; Coelho, I.S.; Belo, C.C. (2006). Types of land use in the montado (dehesa) production system. In Mosquera, M.R.; Rigueiro, A.; McAdam, J. (eds), *Silvopastoralisme and sustainable land management*, CABI Publishing, pp. 64-65.
- Coelho, I.S. (2006). Le Bassin du Guadiana (Portugal): ressources naturelles, agriculture et développement agricole. *Options Méditerranéennes*, serie A: Séminaires Méditerranéens, n° 71, CIHEAM, Montpellier, pp. 91-100.
- Quintas, A.P.M.S.; Ramos, J.B.; Belo, C.C.; Coelho, I.S. (2006). O Montado, o Porco de Raça Alentejana e a qualidade da gordura subcutânea. Resultados de um estudo conduzido com associados da Associação de Criadores de Porco Alentejano. In *O Porco de Raça Alentejana e o declínio do sobreiro e da azinheira*. José Brito Ramos e Ana Margarida Santana (coord.), Edições Colibri e ACPA. pp. 21-48.
- Coelho, I.S. (2007). A silvopastorícia, uma perspectiva histórica. *Os Montados*, coleção Árvores de Portugal, Lisboa: FLAD e LPN, pp. 177-209.
- Caballero, R.; Riseth, J.A.; Labba, N.; Tyran, E.; Musial, W.; Molik, E.; Boltshauser, A.; Hofstetter, P.; Gueydon, A.; Roeder, N.; Hoffmann, H.; Moreira, M.B.; Coelho, I.S.; Brito, O.; Gil, A. (2007). Comparative Typology in Six European Low-intensity Systems of Grassland Management. *Advances in Agronomy*, 96, Academic Press, Elsevier, pp. 351-420.
- Coelho, I.S. (2008). Sustentabilidade dos montados e da montanha – Aspectos económicos. *Suinicultura*, 80, Lisboa, pp. 23-30.
- Coelho, I.S. & Campos, P. (2009). Mixed Cork Oak-Stone Pine Woodlands in the Alentejo Region of Portugal. In Aronson, J; Pereira, J.S.; Pausas, J.G. (Edits), *Cork oak Woodlands on the Edge: Ecology, Adaptive Management, and Restoration*, Island Press, pp 153-161.
- Campos, P., Oviedo, J. L., Caparrós, A., Huntsinger, L.; Coelho, I.S. (2009). Contingent Valuation of Woodland-Owner Private Amenities in Spain, Portugal, and Califórnia. *Rangeland Ecology & Management*, 62(3), SRM, May 2009, pp. 240-252.
- Belo, C., Silva Pereira, M., Moreira, A.C., Coelho, I.S., Onofre, N., Ambrósio, A.P. (2009). Montado. In Pereira, H.M.; Domingos, T.; Vicente, L.; Proença, V. (Coord.), *Ecosistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium. Ecosystem Assessment: State of the Assessment Report*. Lisboa: Fundação da Faculdade de Ciências de Lisboa da U.L. & Escolar Editora, pp. 251-293.
- Coelho, I.S. (2010). Economia da montanha, multifuncionalidade dos sistemas e sustentabilidade dos montados. *Pastos: Fuente Natural de Energia*, 4ª Reunião ibérica de pastagens e forragens, 3-6 maio 2010, Zamora-Miranda do Douro, pp. 543-548.

- Moreira, M.B.; Coelho, I.S. (2010). Determinants of change on extensive livestock systems: theoretical framework. *Rivista di Economia Agraria*, Anno LXV, nº 3, Roma: INEA, pp. 487-499.
- Coelho, I.S. & Reis, P. (2011). Pastoralismo mediterrâneo: competitividade, sustentabilidade dos territórios, diversificação da economia rural. *Revista da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens*, volume 29/30, pp. 99-117.
- Coelho, I.S. (2011). Territórios silvopastoris e de pastoreio no Sul de Portugal: 1985 a 2010 – Problemáticas, contextos e dinâmicas. In Coelho, P. & Reis, P. (coord.), *Agrorrural: contributos científicos*, INCM, pp. 440-452.
- Coelho, I.S. (2012). *Plantas Aromáticas e Medicinais. Produção e Valor Económico*. CEVRM.
- Coelho, I.S. (2013). *Pequenas empresas agro-industriais, sistemas extensivos do sul e desenvolvimento rural*, ANIMAR.
- Coelho, I.S. (2013). Montados Systems Sustainability: Landowners, Activities and Practices in Alentejo, Portugal. *Silva Lusitana*, 21(2), Lisboa: EFN, pp. 163–177.
- Coelho, I.S. (2013). A Origem da pastorícia em Portugal; Pastores: enquadramento histórico; As condições de vida dos pastores; Transumância: enquadramento histórico. In *Moirais de Mértola. Paisagens Humanas do Baixo Alentejo*, ADPM, pp. 31, 32-33, 35, 36-38.
- Capelo, Jorge; Aguiar, Carlos; Coelho, Inocêncio Seita (2014). Grasslands of the wooded parkland of South of Portugal, the “Montado”. In Huyghe, C.; De Vliegheer, A. ; van Gils, B. & Peeters, A. (Eds.) *Grasslands and herbivore production in Europe and effects of common policies*. Versailles: Éditions Quae. pp. 216-218. ISBN 978-2-7592-2157-8.
- Coelho, I.S. (2014). Olival tradicional: da protocultura à multifuncionalidade. In Reis, P. et al. (coord.) *Olival tradicional: contextos, realidades e sustentabilidade*, [s.l.]: Ed. Rota do Guadiana, pp. 17-46.
- Reis, P.; Coelho, I.S. (2014). Olivais e olivicultores de Vila Verde de Ficalho. In Reis, P. et al. (coord.) *Olival tradicional: contextos, realidades e sustentabilidade*, Ed. Rota do Guadiana, pp. 159-174.
- Reis, P.; Rolo, J.; Coelho, I.S.; Belo, C.C. (2014). Sistemas agroflorestais em Portugal Continental. Parte I: economias e distribuição geográfica. *Revista de Ciências Agrárias*, 37 (2), pp. 113-121.
- Belo, C.C.; Coelho, I.S.; Rolo, J.; Reis, P. (2014). Sistemas agroflorestais em Portugal Continental. Parte II: montados, condições de uso do solo e evolução. *Revista de Ciências Agrárias*, 37 (2), pp. 122-130.

- Rolo, J.C.; Coelho, I.S. (2014). Propriedade rústica. In Rollo, M.F. (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol.III, N-Z, Coleção Parlamento nº 50, Assembleia da República, Divisão de Edições, Lisboa, pp. 402-412.
- Coelho, I.S. (2014). Visão económica e social. *Montado uma paisagem cultural*, Entidade Regional de Turismo do Alentejo/Ribatejo, pp. 7-12.
- Coelho, I.S.; Reis, P. (2016). Economia da cultura da figueira-da-índia. In Passarinho, J.A. (coord.), *A Cultura da figueira-da-índia e a valorização agroindustrial do fruto*. Ed. INIAV, pp. 41-55.
- Reis, P.; Coelho, I.S.; Machado, D. (2016). Olivais tradicionais – espaços multifuncionais. *Vida Rural*, «Dossier técnico», julho/agosto 2016, pp. 29-30
- Reis, P.; Coelho, I.S. (2016). Economia da cultura da figueira-da-índia: investimento e conta de exploração. *Vida Rural*, «Dossier técnico», outubro 2016, pp. 18-20.
- Coelho, I.S.; David, T.S. (2016). A importância dos montados para a Humanidade. *O montado de sobre e a cortiça, património universal sustentável e inimitável*, FICOR Coruche.
- Paiva, R.; Reis, P.; Coelho, I.S. (2017). Cinegética de caça maior em montado de sobre e azinho. *Vida Rural*, «Dossier técnico», abril 2017, pp. 41-42.
- Paiva, R.; Reis, P.; Coelho, I.S. (2017). Valor económico da caça em Portugal. *Silva Lusitana*, coleção «Caderno técnico». Oeiras: INIAV, 43 p.
- Coelho, I.S. (Coordenação); Casau, F.; Gomes, F.; Botelho, G.; Rodrigues, I.; Dias, J.; Passarinho, J.; Franco, J.; Figueiredo, P.; Pato, R.; Maia de Sousa, R.; Cabrita, S. (2017). Medronheiro. *Silva Lusitana*, coleção «Caderno técnico». Oeiras: INIAV, 76 p.
- Coelho, I.S. (2018). A propriedade rústica em Portugal Continental. In Canadas, M.J. et al. (coord.), *Racionalidades e Dinâmicas em Espaço Rural*. Lisboa: ISA Press, pp. 121-135.

Companheiros de caminhada na Investigação Agrária

Carlos Carmona Belo⁵

Em 1975, terminada a licenciatura em Agronomia assistimos à institucionalização da Investigação Agrária em Portugal, em situações bem distintas. O Inocêncio Seita Coelho ingressou no Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias (DEESA) do INIA, dirigido pelo Professor Pedro Pereira Amaro, e eu na Estação Zootécnica Nacional (EZN), onde ingressei para aprender algo mais sobre a alimentação de ruminantes. Aqui, tive oportunidade de assistir à luta tenaz do Professor Apolinário Vaz Portugal para convencer os seus colegas veterinários a aderirem aos novos rumos e aceitarem a convivência profissional com técnicos superiores com outras licenciaturas. Houve momentos de revolta e mesmo os mais colaborantes receberam com apreensão as propostas de possível especialização no estrangeiro (a Austrália também estava na lista), que se acentuou com o início de cursos intensivos de inglês e francês. Foi ainda neste período que a expansão do INIA começou, com os Centros Regionais de Investigação e Desenvolvimento Agrário, um deles situado na EZN, dirigido pelo saudoso amigo Artur Figueiredo Nunes, onde fui colocado como estagiário de investigação.

Foi uma fase em que, nas diferentes estruturas do INIA, os dirigentes se esforçavam na difícil integração dos seus funcionários, tentavam cativar novos quadros, tarefa inviável em deslocações para fora de Lisboa e, tal como aconteceu na EZN, foram os técnicos e investigadores regressados de África que constituíram as primeiras equipas de investigação. Tempos de aprendizagem, bem estimulantes, em que o próprio conceito de investigação e mesmo de experimentação eram vistos com desconfiança, principalmente em instituições em que os seus técnicos superiores eram figuras prestigiadas no fomento pecuário, que subitamente foram confrontados com o desconhecido.

Nesses tempos, em que ainda não conhecia o Seita Coelho, a minha atividade prendia-se com a caracterização produtiva da ovelha Serra da Estrela e a procura de soluções alimentares para as terras de baixa altitude. Foram os seus textos sobre a caracterização dos sistemas de produção de ovinos na Serra da Estrela, onde ainda se praticava alguma transumância de verão, embora fossem as grandes transumâncias, iniciadas quando a neve cobria todos os campos ao redor da serra, que mais atraíram a minha atenção. As “invernadas”, as deslocações de grandes efetivos para os campos do Mondego, para o Douro, para a campina de Idanha e até para Ourique, no Baixo Alentejo, são exemplos dos trabalhos aturados dos pastores na condução dos seus rebanhos e revelavam o seu empenho na manutenção dos efetivos, que lhes assegurava alguma rentabilidade na primavera seguinte.

⁵ Carlos Carmona Belo, Eng.º Agrónomo (ISA), licenciado em 1975, doutorado em “Dairy Science (Environmental Physiology)”, Universidade do Missouri, Columbia, EUA (1989), com interesse científico nos sistemas de produção de pequenos ruminantes alimentados em pastoreio.

Atividade profissional desenvolvida na EZN entre 1 de janeiro de 1978, como Assistente de Investigação Estagiário na Unidade de Estatística e Estudos Económicos, e 30 de novembro de 2019, como Investigador Coordenador na Unidade de Produção e Saúde Animal.

O interesse científico do Seita Coelho na estimativa das rendibilidades do Montado e das suas atividades terá começado no final da década de 1980. Os conhecimentos que foi adquirindo e consolidando, muitos certamente pela participação em projetos realizados com centros de investigação de Madrid e da Estremadura Espanhola, levaram a que apresentasse a sua dissertação “O Sistema Produtivo Montado - Análise Económica-Contábil de Um Grupo de Explorações Agro Silvo Pastoris do Alentejo”, nas provas para Investigador Auxiliar, realizadas em 1991.

Foi na segunda parte da década de 1990 que, para responder aos desafios ambiciosos do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF), os investigadores e técnicos do INIA se constituíram em equipas multidisciplinares, desenharam projetos em conjunto com as Direções Regionais de Agricultura e as Associações de Agricultores e Criadores que procuravam uma intervenção mais descentralizada. Na EZN, foram orientados para a caracterização de Raças Autóctones, com estudos sobre os ritmos de crescimento e a apreciação nutritiva e sensorial da carne de bovinos e ovinos, e no estudo dos sistemas de produção e economia das explorações, como foi o caso do projeto que incidiu sobre a raça bovina Preta, em que o Seita Coelho se focou nos aspetos produtivos dos animais, nos seus ecossistemas tradicionais e seu reflexo socioeconómico.

Só iniciámos uma colaboração assídua em 2001 ao delinear e executar o projeto “Promoção da Gestão Integrada, Conservação e Sustentabilidade de Montados”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa de Apoio à Reforma das Instituições Públicas de Investigação. Participaram quatro Serviços Operativos do INIA, sendo o Seita Coelho responsável pela linha de investigação “Modelos e Sistemas de Gestão Económicos”. O trabalho realizado com a Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA) e alguns dos seus associados, conduziu à publicação de um texto sobre as condições de produção durante a fase da montanha e a relação da quantidade de bolota consumida com os ácidos gordos da gordura subcutânea. O estudo evidenciou a baixa densidade de quercíneas nos Montados do concelho de Ourique, cerca de 20 árvores ha⁻¹, sendo necessários 3,5 ha por cada porco engordado, com tendência a agravar-se pela sua relação direta com a doença do declínio das azinheiras e sobreiros e pela intensidade com que se manifestava na região. A apreensão e a incapacidade dos proprietários perante a gravidade da situação foram evidentes, tendo sido estimulante acompanhar, nas várias reuniões e colóquios em que participámos, a determinação do presidente da Associação, o saudoso José Cândido Matos Félix Nobre, em alertar os decisores políticos para a urgência da elaboração de um plano de ação e tentando encontrar no INIA as competências necessárias para a sua efetivação.

O desejo de intervir nesta situação angustiante revelou a capacidade do Inocêncio Seita Coelho em motivar os colegas da Estação Agronómica Nacional para que, em diálogo com os agricultores, se pronunciassem sobre as possíveis formas de abordar o problema que, mais tarde, se traduziram na elaboração do projeto-piloto “Conservação e recuperação do montado de sobre e azinho do concelho de Ourique”, liderado pelo Seita Coelho, que contou com a preciosa colaboração do colega José Brito Ramos. O projeto propunha-se aumentar a matéria orgânica e a fertilidade do solo, por implantação de pastagens e um

correto maneiio de pastoreio que assegurasse a sua persistência, considerando ainda, a utilização de protetores individuais da regeneração natural ou das jovens plantas, em alternativa à inibição do pastoreio em áreas de montado durante largos anos. O acréscimo de vegetação pratense, além de diminuir a pressão de pastoreio, permitiria a melhoria das condições do solo, criando condições para que os colegas da Proteção das Plantas pudessem propor práticas culturais, que conduzissem ao controlo da *Phytophthora cinnamomi* Rands e de outros patógenos associados. Em suma, pretendia-se a adoção de uma gestão sustentada, que permitisse a recuperação dos povoamentos afetados e ações que evitassem o risco de disseminação dos patógenos.

Parte do conhecimento que foi sendo adquirido sobre o Montado foi publicado no livro “Ecosistemas e Bem-Estar Humano”, resultante da “Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment” (ptMA), conduzido por um grupo de investigadores da Universidade de Lisboa. O Millenium Ecosystem Assessment (MA) foi lançado pelas Nações Unidas para avaliar o estado dos ecossistemas e estabelecer a base científica para uma melhoria da sua gestão, garantindo a sua conservação e uso sustentável. O MA identificou que, ao longo dos últimos anos, a pressão em termos produtivos sobre os ecossistemas tem aumentado, em desfavor dos serviços de regulação, como são a proteção do solo e a regulação do ciclo de carbono, sendo importante equilibrar o crescimento económico com a necessidade de conservação ambiental.

Na avaliação do ecossistema Montado, incluído no ptMA, depois de uma descrição cuidadosa elaborada pelo Inocêncio Seita Coelho sobre a formação dos montados, com indicação das condições que permitiram a sua criação e expansão, identificaram-se os promotores de alterações nos serviços do ecossistema: a irregularidade climática, o crescimento económico e as alterações do uso da terra; avaliaram-se as condições atuais do ecossistema e dos seus serviços ambientais, procedendo-se a uma análise comparativa de opções de resposta às alterações; e, por fim, definiram-se cenários plausíveis de resposta a alterações futuras no ecossistema. Como mensagem final salientou-se que as limitações físicas do sistema requerem a adoção de práticas agroflorestais respeitadoras do seu principal capital, o solo e as árvores e que, em áreas do ecossistema exigindo alguma revitalização, a execução da regeneração natural ou artificial deverá merecer a proteção adequada ao modelo agrícola prevalecente.

Durante este período, tive ainda a oportunidade de acompanhar o Seita Coelho em visitas à Companhia das Lezírias (CL), pois tinha sido nomeado, pelo presidente do INIA, coordenador de um grupo de trabalho para elaborar um “Parecer técnico sobre as medidas a seguir para uma melhor gestão da Charneca”, que é parte significativa da área daquela propriedade. A CL possuía um efetivo constituído pelas raças bovinas autóctones Preta e Mertolenga, que pastoreavam em centenas de hectares de pastagens biodiversas, implantadas em Montado de sobro, com muitos sobreiros jovens provenientes da regeneração natural, protegidos da possível ação nefasta dos bovinos. Esta era uma intervenção, cuja implementação Seita Coelho há muito advogava, especialmente nos povoamentos pastoreados por bovinos. Mas o administrador da CL, o colega Vítor Barros, tinha uma outra surpresa - pretendia experimentar a introdução de linho na dieta dos vitelos em engorda. A carne dos novilhos foi caracterizada nutricionalmente, evidenciando as vantagens da sua composição mais favorável em ácidos gordos

benéficos para a alimentação humana e, a sua avaliação sensorial permitiu detetar melhorias em duas características essenciais para os consumidores, a tenrura e a suculência. A carne de animais engordados com cereais e com este suplemento rico em ácido linolénico (a erva também é rica neste ácido gordo) é uma possibilidade para a diferenciação dos produtos animais, podendo ser um êxito comercial, como foi a carne dos novilhos da CL.

Foi um início de século trabalhoso para o Seita Coelho, pois foi também nesta altura que apresentou o programa de investigação “A Sustentabilidade Económica e Social dos Montados no Baixo Alentejo. Constituição de um observatório socioeconómico e técnico dos sistemas de montado”, como parte das Provas Públicas de Habilitação para Coordenação Científica na área de Economia e Sociologia Agrárias – Desenvolvimento.

A sustentabilidade económica e social e a conservação da biodiversidade foram conceitos relevantes abordados, salientando o Seita a importância do gestor na utilização dos componentes do agro-sistema, de forma a garantir a perenidade e a manutenção da sua capacidade produtiva. Destacou ainda, nos montados de azinho, a importância das ajudas comunitárias para que, em conjunto com os benefícios comerciais da exploração, seja assegurada a sustentabilidade económica, mostrando que nestes ecossistemas os serviços ambientais devem constituir um objetivo que acompanha a atividade produtiva. Neste seu trabalho, o Seita Coelho refere-se ainda às duas profissões essenciais do ecossistema – os tiradores de cortiça e os trabalhadores pecuários. Se a destreza técnica é fundamental para a tiragem de cortiça, o conhecimento e a proficiência que se possa aportar aos profissionais responsáveis na condução e guarda das diferentes espécies animais, explorados no Montado, é essencial para o futuro do próprio ecossistema. Há necessidade de avaliar as condições sociais e económicas que cativem os jovens para estas profissões e que, a sistemas produtivos como o dos “pastores sem terra” e mesmo o da “pastorícia transumante”, sejam dadas oportunidades de desenvolvimento.

Depois deste período de intensa atividade em ações mais ligadas ao Montado, regresssei à investigação mais circunscrita às ovelhas leiteiras, enquanto o Seita Coelho prosseguia as suas múltiplas intervenções em favor de desenvolvimento rural, agora mais dirigidas aos territórios do Baixo Alentejo, tentando sempre incentivar as Associações de Desenvolvimento Local e ao mesmo tempo informar-nos e envolver-nos nessas atividades. Saliento a organização de uma reunião de outono da SPPF realizada em Barrancos e da colaboração com a ADPM, que resultou na participação no livro “Caracterização das Pastagens do Vale do Guadiana” e na elaboração do livro “Moirais de Mértola. Paisagens Humanas do Baixo Alentejo” em que o Seita Coelho aborda a origem da pastorícia e se refere às vivências dos pastores e às difíceis condições de vida no acompanhamento dos rebanhos pelas vastas extensões dos territórios do Sul.

Também foram marcantes, porque únicos, os congressos realizados em Ourique: I Congresso do Porco Alentejano e o VII Congresso Mundial do Presunto, organizados pela ACPA em que o Seita colaborou, fazendo também parte da comissão científica.

Saliento uma reunião realizada no Centro Experimental de Vale Formoso, em que constatei com tristeza, que a coordenação do Centro não pertencia ao Ministério da Agricultura. Foram evidenciados os efeitos nefastos da erosão causados pela ação continuada de más práticas agrícolas e discutidos planos para a implantação nessas parcelas de culturas em expansão no Alentejo. Na altura, lembro-me de ter discutido com o Seita de que poderia ser oportuno aproveitar as condições existentes, para que, pelo menos em algumas parcelas, fossem instaladas misturas de espécies pratenses e acompanhada a recuperação da matéria orgânica do solo, até porque no local dispunham de um efetivo ovino para o pastoreio. Para monitorizar a ação das práticas agrícolas sobre a estrutura do solo, talvez fosse possível, em colaboração com agricultores ou instituições públicas, estabelecer uma rede de locais em que as culturas fossem praticadas. Irems aproveitar a aposentação para procurar saber o destino de tão valioso campo e de estudos que tenham vindo a ser efetuados sobre o tema.

Foram sem dúvida os seus conhecimentos sobre agricultura, a sua disponibilidade para a motivação dos técnicos das associações para a identificação e estudo dos recursos locais e o entusiasmo com que sempre procurou a colaboração de outros colegas, que levaram à sua continuada e profícua atividade, que também tinha momentos de descontração, como os que me lembro terem ocorrido com a cultura em voga na altura, o Figo da Índia. Acontece que algumas reuniões técnicas em que participávamos coincidiam com as festas das aldeias e, numa delas, já ao fim da tarde, foi divulgado o sumo do Figo da Índia. O paladar e a textura foram muito apreciados, mas os provedores também foram surpreendidos pela abundância de sementes. Numa outra ocasião, o colóquio coincidiu com as festas de Vale do Poço, aldeia dividida entre dois municípios - Mértola e Serpa, onde alguns produtores apresentaram o sumo de duas variedades de Figo da Índia, agora já sem sementes. A expectativa era grande, mas era tempo de campanha eleitoral e os políticos das duas candidaturas, beneficiando dos seus privilégios “naturais”, depressa esgotaram as novidades.

Foram, todavia, os finais de tarde e os longos e repousantes jantares no final dos dias de calor, aproveitando o fresco da noite, que deixaram muitas recordações da Margem Esquerda.

A nossa atividade científica, ligada ao estudo dos sistemas agrários, permitiu-nos conhecer a importância que as Denominações de Origem Protegida (DOP) e as Indicações Geográficas poderão ter para o rendimento dos agricultores, ao assegurar a relação dos produtos agrícolas e alimentares e dos fatores naturais e humanos com o meio geográfico em que são produzidos. A manutenção da genuinidade do Queijo Serra da Estrela e dos Presuntos do Alentejo, símbolos dos sistemas produtivos que acompanhámos no decurso das nossas vidas profissionais, é essencial e deveras desafiante, pela complexidade dos ecossistemas produtivos em que se desenvolvem, que também garantem a preservação de duas raças nacionais, a Ovelha Serra da Estrela e o Porco Alentejano.

No Queijo Serra da Estrela, a genuinidade depende da composição química e microbiológica do leite utilizado, mas também da biodiversidade das microfloras, influenciadas pelo clima e pela flora características da vasta região demarcada. Estas diferenças incutem sabores distintos ao leite, que se vão desenvolvendo ao longo

da maturação dos queijos e lhes garantem especificidade, característica dependente do fabrico do queijo em pequenas queijarias locais ou regionais, assegurando a diversidade deste produto e a sua ligação aos distintos ambientes desta DOP.

Já no caso dos produtos da “montanheira” a situação parece bem mais complicada, por estar muito dependente da produção de bolota do montado de azinho. Este ecossistema está fortemente ameaçado pela baixa densidade de árvores, pela doença do declínio do montado e pelo previsível aumento da aridez climática, que muito vai prejudicar a regeneração natural ou as novas plantações. É urgente que nas zonas de maior secura se privilegie o aumento de matéria orgânica dos solos, para proporcionar a melhoria das condições que facilitem a implantação e o crescimento das jovens azinheiras.

Por ser um tema muitas vezes abordado nas nossas conversas – os azeites de Portugal, refiro o trabalho realizado com a Associação de Desenvolvimento Integrado “Rota do Guadiana” sobre o Olival Tradicional, cuja área, por dificuldades de mecanização e pelos baixos rendimentos, se vem reduzindo desde meados do século passado. É apenas explorado em sistemas extensivos por olivicultores de pequena dimensão e embora não apresentando a multifuncionalidade de outrora, a sua distribuição em mosaicos situados perto das povoações, ainda propicia benefícios ambientais relevantes. Porém, a preservação do património oleícola do Olival Tradicional deveria merecer outra atenção da política agrícola nacional, assim fosse dado o devido valor às características organolépticas dos azeites produzidos. Penso que serão bem-vindos os investidores que aproveitem a diversidade de variedades de oliveiras tradicionais distribuídas por todo o país, e que tirem partido das vantagens sensoriais desses azeites, em alternativa aos provenientes das plantações intensivas.

Para os anos de aposentação contamos com a inquietude e amizade do Seita Coelho para nos informar sobre a evolução agrícola patrocinada pelos agentes do desenvolvimento regional e local do Alentejo e Algarve, com os quais mantém um relacionamento privilegiado. As tarefas a desenvolver em relação ao montado de azinho parecem estar bem identificadas e a sua aplicação é urgente e necessita de acompanhamento durante longos anos. Os conhecimentos e disponibilidade do Seita serão uma grande ajuda para a implantação de práticas agrícolas regenerativas do solo e para o ressurgimento das azinheiras no Baixo Alentejo.

Na Zona Centro do país, a recente polémica sobre as emissões de metano dos ruminantes, parece ter virado as populações citadinas contra estes animais que, estou seguro, deveriam ser fundamentais, até para o que dizem ser a única alternativa importante para a região, a floresta. É fácil florestar as terras, mas sem agricultura e a vigilância das populações, os povoamentos florestais têm tendência a arder e, quando as áreas florestadas são extensas e contínuas, os incêndios podem ser trágicos, como tem acontecido em anos recentes.

O problema está diagnosticado, textos como o seguinte: “uma floresta ordenada, biodiversa e resiliente, conjugada com um mosaico agrícola, agroflorestal e silvopastoril, capaz de prestar diversos serviços ambientais e de sustentar as atividades económicas que lhes estão associadas, reduzindo significativamente a severidade da área ardida”, há muito que estão no discursos de especialistas, mas a criação de condições de pastoreio, para que pequenos ruminantes participem na gestão de arbustivas, tanto em parcelas de descontinuidade florestal como no

subcoberto florestal, são diminutas. As vantagens do pastoreio de ruminantes, se corretamente praticado, conduzem ao aumento da matéria orgânica dos solos e ao conseqüente incremento da retenção de água e, conjugado com diminuição das emissões poluentes, da erosão dos solos e da conspurcação das águas de rios e barragens, causados pelos grandes incêndios, compensam em muito as emissões de metano, libertando os decisores dos cálculos difíceis e controversos sobre o sequestro de carbono que o sistema pode proporcionar.

A agricultura de sequeiro e a pastorícia também terão vida difícil nestes próximos tempos em que, à previsível extensão da estação seca, na primavera/verão, se junta a imprevisibilidade da precipitação no outono/inverno. As condições podem ser especialmente gravosas para a pecuária extensiva em que, mesmo com a solidariedade de vizinhos e os apoios oficiais, os alimentos conservados podem escassear, o que levará criadores a venderem os seus animais, perda de património que será em muitos casos irreversível. Agora, que o regadio e o aumento da capacidade dos perímetros de rega é tema dominante nos debates nacionais, a retenção de água nas explorações, para apoio à agricultura de sequeiro, também deveria ser considerada, pois a água no tempo certo e nas condições necessárias, já bem determinadas para as culturas mediterrânicas, constituiriam um significativo acréscimo ao rendimento dos agricultores. Penso mesmo que os jovens que se pretendam instalar no interior do país, deveriam considerar previamente a possibilidade de disporem de água para incrementar a produtividade das suas culturas agrícolas de sequeiro.

Seita, foi longa e repleta de emoções a nossa vida profissional no INIA, aprendemos muito e granjeamos muitas amizades pelo país. No início, a investigação e a experimentação orientadas para a resolução de dificuldades prementes, em que a aplicação do conhecimento sobressaiu, foram profícuas, mas posteriormente, a procura de conhecimento e inovação foi prejudicada pela falta de atualização de meios laboratoriais e de rejuvenescimento das equipas de investigação. A participação assídua dos investigadores do INIA em reuniões e seminários e a orientação de estudantes de diversos graus de ensino, talvez tenham sido a melhor expressão da divulgação do conhecimento adquirido, já que, às ações desenvolvidas com as Direções Regionais de Agricultura e mesmo com as Associações de Agricultores, faltou a continuidade necessária à consolidação do conhecimento.

Foi a tua capacidade de transmissão do conhecimento e de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns que, desde o início, mais me impressionaram. Presenciei algumas reuniões preparatórias de projetos com Associações e Organizações de Desenvolvimento e vi a forma serena como motivavas as equipas a cumprir as metodologias apropriadas para conseguir os objetivos pretendidos e que, não raras vezes, terminaram numa publicação, como é desejável. És um bom comunicador, a observação continua da realidade agrícola permite-te encarar a apresentação de comunicações e a moderação de reuniões com saber e jovialidade, indispensáveis para tranquilizar as discussões mais acesas.

Inocêncio Seita Coelho, do teu posto de observação em Lagos, contamos contigo para estimulares o nosso tempo de aposentação, esperamos os teus comentários sobre as realidades da agricultura, informações sobre os muitos amigos comuns e alguns convites para acompanhar as atividades desenvolvidas em terras de Serpa e Mértola.

Garvão, 10 de maio de 2005

Primeiras Jornadas Técnicas da Feira de Garvão, Presente!

Pedro Camacho⁶

Depois de anos e anos a ouvir o Pai e os Avós a lamentarem-se de que anualmente morrem muitas árvores (sobreiros e azinheiras) “lá no monte” e no seguimento da formação académica em curso (à data), compareço nas primeiras jornadas técnicas da secular Feira de Garvão, cujo tema se expunha: “O Porco de Raça Alentejana e o Declínio do Sobreiro e da Azinheira”.

Feita a sessão de abertura pelo saudoso José Cândido Nobre, Presidente da ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano, entidade organizadora das jornadas em causa, toma posse da sessão, outro autóctone, o “Eng.º Zé de Brito” (José de Brito Ramos), colega e amigo do Eng.º Seita Coelho, assim respeitadamente reconhecido em Garvão. Na sessão foi apresentado um estudo decorrido no seio dos produtores associados da ACPA e que correlaciona o montado, o Porco de Raça Alentejana e a qualidade da gordura subcutânea dorsal. Estudo este, resultante de uma investigação conjunta com o Eng.º Inocêncio Seita Coelho.

Decorrida a sessão, pela mão do Eng.º José de Brito Ramos, é-me apresentado o Eng.º Seita Coelho, com o peso da responsabilidade de quem apresenta um filho da terra, estudante de Engenharia Agrícola, a um investigador que detém um currículo invejável de investigação na problemática do declínio do montado. Não imaginaria eu que, dois anos depois, integraria o quadro técnico da ACPA e nos voltaríamos a cruzar vezes sem conta.

- ACPA, Concílio de Produção, Investigação e Ruralidade

Falar da envolvimento do Eng.º Seita Coelho nos projetos cuja temática se debruça sobre o montado ou sobre o Porco Alentejano, implica relatar a história da ACPA, a história de projetos de investigação gerados e decorridos no Concelho de Ourique e na área de influência dos serviços da ACPA.

Foram inúmeras as oportunidades em que, durante 15 anos ao serviço da ACPA, tive o privilégio de absorver conhecimento partilhado pela generosidade do Eng.º Seita Coelho. Falar de Ciência sem o habitual fosso que distancia a linguagem científica e os produtores.

⁶ Pedro Miguel Mestre Nobre Félix Camacho, natural de Garvão, Ourique. Licenciado em Engenharia Agrícola pela Universidade de Évora, em 2007. Técnico Superior na Associação de Criadores de Porco Alentejano - Associação de Produtores, Agricultura e Agropecuária, desde 2007. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ourique desde 2021.

Saber que a ACPA, os seus produtores associados e o Concelho de Ourique beneficiariam de algum estudo, projeto ou investigação onde estaria incluído o Eng.º Inocêncio Seita Coelho seria, e continua a ser, garantia de oferta de conhecimento de forma generosa, humilde, próxima e no nosso dialeto - o da produção. Era, e continua a ser, ter a fiança, por parte dos produtores de Porco Alentejano e proprietários de montados de sobreiros e azinheiras, de que estes se disponibilizariam prontamente para serem parceiros da causa.

Falar do Eng.º Seita Coelho é igualmente falar da criação da marca “Ourique Capital do Porco Alentejano”, em 2007, e da sua afirmação que ainda acontece nos dias que correm.

Recentemente, a 9 de Abril, a ACPA celebrou o seu trigésimo terceiro aniversário. É importante referir que, parte dos momentos mais importantes que têm talhado o currículo investigacional e histórico da ACPA, têm a envolvimento do Eng.º Seita Coelho.

- I Congresso Ibérico do Porco Alentejano, Ourique, 2008

O Eng.º Seita Coelho integrou o Concelho Científico do congresso e foi também orador.

Este evento conciliou, pela primeira vez em Portugal, duzentos participantes portugueses e espanhóis, em torno da fileira do Porco Alentejano com as temáticas: Montado, Produção, Certificação, Transformação e Comercialização.

Pela primeira vez, a grande distribuição portuguesa foi envolvida diretamente na fileira.

- Projeto Piloto para a Recuperação dos Montados de Sobro e Azinho do Concelho de Ourique, Ourique, 2009

O Eng.º Seita Coelho foi coautor e coordenador do projeto.

No âmbito do, há muito abordado no seio da ACPA, declínio do montado, fortemente debatido no I Congresso Ibérico do Porco Alentejano em 2008, politicamente, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da época, o Dr. Jaime Silva, foi lançado o desafio de se desenvolver um “super” projeto-piloto para a recuperação dos montados de sobro e azinho no concelho de Ourique e que futuramente serviria de exemplo a ser replicado em áreas particularmente afetadas.

Dadas as especificações técnicas e o largo período temporal necessário para a mensura de resultados associados ao lento crescimento dos Quercus, desarmonizadas com as alterações à governação política decorridas à data, o mesmo não foi desenvolvido na integra. Para tal contribuiu a falta de enquadramento nos rígidos programas de financiamento e inadaptados às particularidades temporais

deste sistema agro-silvo-pastoril. No entanto, graças à resiliência e generosidade de vários técnicos do INIAV e da Direção da ACPA, o mesmo desenvolveu-se numa versão reduzida da sua longevidade investigacional.

- VII Congresso Mundial do Presunto, Ourique, 2013

Em 2011, a ACPA em parceria com a Câmara Municipal de Ourique desenvolveu uma candidatura para a organização daquela que seria a sétima edição do Congresso Mundial do Presunto.

Na sexta edição do congresso, acontecida em Lugo, na Galiza, em 2011, foi anunciado que Ourique ganharia o processo de candidatura.

Pela primeira vez, uma edição deste grande evento sairia de território espanhol e teria a sua próxima edição a acontecer em Ourique, na Capital do Porco Alentejano.

O evento aconteceu em Maio de 2013, contou com cerca de quinhentos participantes e reuniu, mais uma vez em Ourique, os mais conceituados investigadores e especialistas mundiais em redor da temática da transformação, do marketing e da distribuição do Presunto, mas também da genética do Porco Alentejano, do Montado.

Ainda hoje, a organização e a realização desta edição, em Ourique, é reconhecida internacionalmente como uma das melhores de sempre.

Uma vez mais, a ajuda e o empenho do Eng.^o Seita Coelho foram fundamentais no processo de elaboração da candidatura, no desenvolvimento do programa científico, enquanto membro da comissão científica e na mais-valia enquanto orador num dos painéis científicos do congresso.

- Centro de Competências do Porco Alentejano e do Montado, Ourique, 2014

Uma vez mais, no seio da ACPA e da parceria com o Município de Ourique e com o fulcral contributo do INIAV, nasceu uma entidade que concilia um conjunto de vontades em redor da fileira do Porco Alentejano e do Montado e que, até à data, já desenvolveu um leque de projetos importantes com a contribuição e dedicação de vários técnicos investigadores do INIAV.

Se a fundação dos Centro de Competências existentes no país carecesse oficialmente de padrinhos, o Centro de Competências do Porco Alentejano e do Montado seria, certamente, mais um afilhado do Eng.^o Seita Coelho.

Ainda hoje, já aposentado, o Eng.^o Seita Coelho sempre que lhe é solicitada cooperação, pela ACPA ou pelo Município de Ourique, generosamente se desloca a Ourique para prestar, de forma gratuita, consultoria ao Centro de Competências do Porco Alentejano e do Montado.

- Outros Colóquios, Seminários e Congressos

Ao longo de muitos anos, nos eventos cuja organização resulta da parceria entre a ACPA e o Município de Ourique, tais como a Feira do Porco Alentejano, a Feira de Garvão ou eventuais jornadas organizadas pela ACPA no âmbito da Ovibeja, o Eng.º Seita Coelho colaborou muitas vezes como consultor da Direção da ACPA e dos seus técnicos para elaboração dos temas e programas apresentados e discutidos.

Atualmente, ainda que ao serviço dos eleitores do Concelho de Ourique, tenho o privilégio de frequentemente ter contacto com o Eng.º Inocêncio Seita Coelho. Ourique, o Porco Alentejano e a política local e nacional são alguns motivos de conversa telefónica. Para o Eng.º Seita Coelho, à boa maneira antiga de quem utiliza a estrada nacional ao invés da autoestrada, Ourique continua a ser ponto de paragem obrigatória para tomar um café ou comer um Pastel de Bolota de Ourique, sempre que se dirige ou regressa de uma “escapadinha” no Algarve.

O Alentejo, e Ourique em particular, atravessam anos sucessivos de seca, com menos de metade da pluviometria anual registada há uma década. Sempre que são anunciadas previsões de chuva ou trovoadas para a região Alentejo, tenho o gosto de receber um telefonema do Eng.º Seita Coelho para tomar conhecimento da quantidade precipitação que foi registada no “copo” pluviométrico colocado no meu quintal, como se da sua terra natal se tratasse.

Sabemos que somos parte da envolvimento das pessoas, quando na rotina mais básica nos lembramos uns dos outros.

Contextualizando a área de investigação do homenageado e citando o Professor Vieira Natividade ao referir-se aos sobreiros “(...) nenhuma outra árvore dá tanto, exigindo tão pouco. (...)”, o Eng.º Seita Coelho permitir-me-á este paralelo: Ourique, a ACPA, os Produtores de Porco Alentejano e a restante fileira muito lhe devem pelo tanto que no seu contributo, generosidade e amizade nos tem chegado e ajudado.

Esta é a essência do Eng.º Seita Coelho. Garantidamente, ele não saberia ser de nenhuma outra forma.

Obrigado!

Em véspera de mais uma edição da Feira de Garvão, coincidentemente, distam da data que deu mote ao início deste texto e a data do seu término, precisamente, 18 anos.

Garvão, 10 de maio de 2023

Senhor de uma infinita generosidade

Cristina Caro⁷

Ao Inocência Seita Coelho, pela forma entusiasta com que sempre motivou a equipa, pelas palavras orientadoras ao longo do percurso. Pela amizade.

Foi com estas palavras que, em 2010, agradei ao Engenheiro Seita Coelho, pelo seu empenho e dedicação na elaboração de uma publicação sobre os Moirais de Mértola.

Ter o privilégio de trabalhar com o Investigador Seita Coelho há cerca de duas décadas, é ter um amparo de confiança. Aceder a conhecimento técnico e científico no interior do país em particular no Baixo Alentejo e aplicá-lo no território de forma a potenciar dinâmicas inovadoras, e com retorno efetivo, é exemplar, porém, nem sempre as lideranças das entidades locais acompanham as necessidades das pessoas que neles habitam.

O Engenheiro Seita Coelho tem e defende uma visão de futuro para o Mundo Rural e como muitas vezes me diz, temos de ser pós-modernos e é isso que construímos em conjunto ao longo destas duas décadas, primeiro em Mértola e depois em Serpa o seu concelho e mesmo após a aposentação, continua com o mesmo rigor, determinação e coragem. Têm sido processos estratégicos, diferenciadores e promissores, nos setores da Agricultura, da Pecuária, da Florestal e da Cultura, dos quais destaco algumas ações: - O 1º Painel de Provedores de Enchidos do sul de Portugal, a promoção dos Mangotes de Aldeia Nova, o estudo e a valorização das pastagens do Vale do Guadiana, o Centro Nacional de Competências da Lã, a promoção da Ovelha Campaniça e da sua lã, a Pastorícia, o Encontro de Moirais do Sul e os Encontros da Ovelha Campaniça, as Plantas Tintureiras, o Queijo de Cabra do Guadiana, a Agricultura Biológica, o Centro Nacional de Competências da Agricultura Biológica, a Bio região da Margem Esquerda do Guadiana, o reconhecimento do Montado da Serra da Serpa como importante património agrícola mundial, entre outras, muitas outras.

Cada ação é uma grande tarefa, um verdadeiro trabalho de cumplicidade, muitos telefonemas, muitas ideias e onde o seu contributo tem sido determinante, empenhando-se sempre na procura de soluções que contribuam para o desenvolvimento dos nossos territórios e para a defesa das comunidades mais fragilizadas, do nosso Mundo Rural.

⁷ Cristina Caro, Licenciada em Engenharia Agropecuária pela Escola Superior Agrária de Beja, e pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento Local pela Universidade do Algarve. Trabalha na Divisão de Inovação Territorial e Economia da Câmara Municipal de Serpa, integra a Direção da Rota do Guadiana-ADI e da Associação Centro de Competências da Agricultura Biológica, e é a Coordenadora Técnica do Centro de Competências da Agricultura Biológica. Coautora de várias publicações técnicas sobre desenvolvimento local (e.g. *Moirais de Mértola e Caracterização das Pastagens do Vale Guadiana*), participação em projetos de investigação (e.g. plantas tintureiras, fibras naturais, Queijo Serpa DOP, pastorícia extensiva e raças autóctones), dinamização de ações de capacitação (e.g. Painel de Provedores de Enchidos do Sul de Portugal), e valorização dos territórios a nível agrícola, florestal e turístico (e.g. Bioregião da MEG e reconhecimento do Montado da Serra de Serpa como um Sistema Importante do Património Agrícola Mundial).

Sempre me ensinou que o Mundo Rural deve ser pensado como um espaço de oportunidades de emprego, de educação, de formação, de apoio social, e de atividades económicas que promovam a permanência dos seus habitantes, com o objetivo de contrariar o despovoamento e a perda de capacidade estratégica.

A iniciativa de publicar este livro é também a prova do trabalho excepcional que desenvolveu e que merece ser registado, o que cada um de nós fez para o engrandecer será justo e escrever sobre ele é um contributo para a valorização do seu legado. Ter a honra de lhe agradecer é pouco, pela forma como me emotiva a ser profissional, num estímulo intelectual permanente que muito me enriquece. Com grande dedicação, as suas críticas construtivas, as discussões e reflexões são fundamentais neste processo de aprendiz.

O Engenheiro Seita Coelho é um profissional inspirador pela perseverança e por acreditar que é sempre possível inverter as fragilidades do Mundo Rural, com um interesse permanente e fecundo, uma visão crítica e oportuna, um empenho incedível e saudavelmente exigente. Exalto a sua permanente preocupação com o envolvimento das pessoas, dos empresários, do capital humano do território, ou seja, a verdadeira participação das “comunidades locais” nos processos de desenvolvimento. E como isso tem feito a diferença!

Relembra-me de forma persistente que o respeito pelas especificidades, necessidades e capacidades próprias dos lugares, constituem os pilares essenciais em que assentam os processos de desenvolvimento e que essas particularidades por muito frágeis que aparentem ser, são efetivamente a força dos territórios, o que os diferenciam e os afirmam, e por isso, existem tantos desenvolvimentos locais, como os locais que existem.

A sua nobreza de carácter, afabilidade e simplicidade contagiam os que tiveram e têm o privilégio de com ele trabalhar, deixando um legado importantíssimo para o futuro, com uma inteligência notável, sem nunca desistir dos processos, das entidades, das pessoas. Será seguramente lembrado como um profissional de elevada dedicação ao Baixo Alentejo e espero que as entidades locais saibam honrar o seu empenho! Senhor de infinita generosidade!

Passados doze anos, da edição sobre os Moirais de Mértola, agradeço ao Inocêncio Seita Coelho, a motivação, as palavras orientadoras ao longo do percurso, a cumplicidade, a paciência, a determinação, a disponibilidade e o incentivo. Eternamente grata por todo o apoio constante nas grandes e pequenas coisas de todos os dias, que guardarei para sempre como prova de uma grande e recíproca amizade!

Um muito obrigado

Nuno Faustino⁸

O Investigador Inocêncio Seita Coelho colaborou com a ACPA – Associação de Criadores do Porco Alentejano, durante mais de 20 anos, participando em diversas atividades e iniciativas relacionadas com o Montado e o Porco Alentejano, sempre com grande empenho, colocando o seu vasto conhecimento ao serviço dos agricultores e do desenvolvimento rural.

A ACPA deve-lhe imenso, pois sempre nos ajudou, incentivou e apoiou. A sua intervenção, com enorme dedicação, tornaram possíveis aquilo que é hoje uma parte significativa do setor do Porco Alentejano e aquilo que é a ACPA.

É um Homem com grande conhecimento técnico do mundo rural, inteligente, empenhado, consciente dos problemas, dificuldades e das potencialidades da nossa Agricultura. É um apaixonado pelo campo, pela agricultura extensiva, pelas raças autóctones, pelo Montado e pelos seus produtos de excelência.

O seu empenho e dedicação ao Montado e ao Porco Alentejano vão muito além daquilo que eram as suas funções e obrigações enquanto investigador do INIAV.

Pessoalmente, considero-me um privilegiado por ter trabalhado e convivido com ele.

Um muito obrigado por tudo o que fez pela nossa Agricultura, pelo Montado, pelo Porco Alentejano e, por ser meu amigo!

⁸ Licenciado em Engenharia Agropecuária pela Escola Superior Agrária de Beja, Presidente da Associação de Criadores de Porco Alentejano - Ourique (ACPA), produtor agrícola e consultor.

Inocêncio Seita Coelho: um Investigador que tem obra e com um estilo próprio

Miguel Pestana⁹

A deslocação a Palafrugell (Girona - Catalunha – Espanha) ao Congresso Internacional “Sobrais, Fábricas e Comerciantes. Passado, Presente e Futuro da Actividade Corticeira”¹⁰, realizado de 16 a 18 de Fevereiro de 2005, no Museu del Suro de Palafrugell, com uma visita, extra-congresso, à serra das Gavarras (promovida pelo Dr. Pablo Campos), no dia 19, foi a ocasião para cimentar uma cooperação, mais profícua, alicerçada numa amizade e estima que ainda hoje persiste.



Parte da comitiva portuguesa ao Congresso realizado em Palafrugeel, de 16 a 18 de Fevereiro de 2005

Membro do Conselho Científico desta Conferência, fomentou a vinda do Eng.^o Gregorio Montero e do Dr. Pablo Campos, a Portugal nesse mesmo ano, com o intuito de conhecer os trabalhos que a Estação Florestal Nacional (EFN) desenvolvia nos projetos AGRO, para as espécies Sobreiro e Pinheiro Manso. No entanto, teve um papel importante, ao contribuir para a coesão e boa disposição da comitiva portuguesa, o que todos apreciaram.

⁹ Licenciado em Engenharia Química pelo IST/UTL, em 1986, e doutorado em Ciências Florestais pela UTAD, em 2004. Iniciou a sua via profissional no Laboratório do Instituto dos Produtos Florestais, em 1983, e ingressou na antiga Estação Florestal Nacional do INIA em 1991. Desenvolve atividade científica na Tecnologia dos Produtos Florestais. É Diretor da Revista Silva Lusitana e Coordenador da Unidade de Tecnologia e Inovação do INIAV.

¹⁰ LOrganizado pela AECORK, Ajuntament de Palafrugell, Institut Català del Suro, Museu del Suro de Palafrugell e com a colaboração de Diputació de Girona, Generalitat de Catalunya (Dep. de Medi ambient i habitatge), Museu de la Ciència i la Tècnica de Catalunya, Universitat de Girona e Plan Nacional de Investigación Científica desarrollo e innovación tecnológica (BEC 2001-2128).

Depois disto, aconteceram outras participações conjuntas, com trabalhos em diversos encontros científicos ou não, de que destaco, o *III Congresso Iberoamericano de Productos Forestales IBEROMADERA 2007*, em Puerto Madero (Buenos Aires, Argentina), realizado de 3 a 5 de Julho, com um trabalho intitulado *A Fileira da Cortiça em Portugal - Posicionamento e Competitividade*, que posteriormente foi publicado na revista científica *Silva Lusitana*, e no 7º Congresso Florestal Nacional de 2013, realizado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e no Instituto Politécnico de Bragança (Vila Real e Bragança, respetivamente), nos dias 5 a 8 de Junho, com o trabalho:

Pestana, M., Seita Coelho, I., 2013. *Internacionalização da Indústria da Cortiça: Impactos na Fileira da Cortiça*; 7º Congresso Florestal Nacional, Vila Real-Bragança 2013, pp. 406-418.

Teve e tem uma colaboração estreita com a revista *Silva Lusitana*, do INIAV, como revisor e autor ou coautor de vários artigos:

Coelho, I.S., 1994. Economia do Montado - II Análise Económica de Três Montados de Sobro Alentejanos. *Silva Lusitana*, 2(2), Lisboa: EFN, pp. 133-141.

Coelho, I.S., 1996. O montado a economia e o desenvolvimento do Alentejo. *Silva Lusitana*, 4(1), Lisboa: EFN, pp.39-48.

Seita Coelho, I., 2003. Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal. *Silva Lusitana*, 11 (2), pp. 185-199.

Seita Coelho, I. & Leitão, M. F., 2013. “Montados” Systems Sustainability: Landowners, Activities and Practices in Alentejo, Portugal. *Silva Lusitana*, 21 (2), pp. 163-177.

Seita Coelho, I. & Pestana, M., 2021. *A Fileira da Cortiça em Portugal – Posicionamento e Competitividade*. *Silva Lusitana*, 29 (1), pp. 73-100. (<https://doi.org/10.1051/silu/20212901073>)

Destaca-se ainda, o papel impulsionador no lançamento dos Cadernos Técnicos da *Silva Lusitana*, não só como editor, mas também como autor, abraçando esta empreitada com o objetivo de transferência de conhecimento acumulado dos organismos de I&D portugueses e, em particular, existente no INIAV, de forma descodificada, i.e., que fosse acessível qualquer a leitor (técnico ou não), dando projeção do Laboratório de Estado onde trabalhava – o INIAV. Este desafio obrigou-o a ter um papel motivador das equipas de autores, equilibrando o cumprimento do compromisso com o bom ambiente na equipa, para que se chegasse a “Bom Porto”, i.e., se alcançasse a sua edição. De entre os sete Cadernos Técnicos editados, destaco os três primeiros, onde o seu papel foi mais vincado:

Caderno Técnico N. º1: “Valor Económico da Caça em Portugal”, editado em 2017. (<https://www.iniaiv.pt/images/publicacoes/livros-manuais/silva-lusitana/valor-econca- portugal-1.pdf>)

Caderno Técnico N.º 2: “Medronheiro”, editado em 2017. (<https://www.iniaiv.pt/images/publicacoes/livros-manuais/silvalusitana/medronheiro-2.pdf>)

Caderno Técnico N.º 3: “Plantas Aromáticas”, editado em 2018. (<https://www.iniaiv.pt/images/publicacoes/livros-manuais/silva-lusitana/Plantas-Aromaticas-3.pdf>)

Em todos eles, houve a preocupação de dar a visão de toda a Cadeia de Valor, de montante a jusante, para que se ofereça uma visão global e integradora das mesmas.

Uma outra vertente do seu perfil está na negociação e na busca de consensos, de modo alcançar os resultados desejados, que sejam vantajosos para as partes. Esta sua faceta permitiu-lhe granjear uma estima, imprescindível, associada à sua colaboração em muitas ocasiões, nomeadamente os vários Centros de Competência, Associações e Câmaras Municipais. Entre estas, realça-se a sua colaboração estreita com a ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola, onde o seu pragmatismo, associado àquelas outras características, permitiu ter êxito em na várias empreitadas que tinham em mãos, e o patrocínio do primeiro Caderno Técnico da Silva Lusitana, pela Câmara Municipal de Mértola (Caderno Técnico da Silva Lusitana n.º1, sobre “Valor económico da caça em Portugal”). Uma outra colaboração de êxito, foi a cooperação com um grupo de suinicultores na formação da Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA), na defesa dos seus interesses coletivos, promovendo e organizando a atividade suinícola extensiva da Raça Alentejana, zelando pelo nome geográfico DOP (Denominação de Origem Protegida) dos seus produtos cárneos, com o intuito da sua defesa e valorização.

Tentei num breve texto, elencar alguns episódios que compartilhei, profissionalmente, com o Seita Coelho, mas muito mais poderia ter sido dito. Porém gostaria de vincar as suas qualidades como Pessoa, uma vez que estas são o alicerce de toda a sua atuação profissional.

De trato fácil e um grande sentido prático, evitando o formalismo e a burocracia (quando for possível, para agilizar o trabalho) e gostando de trabalhar de forma discreta (sem exibicionismo), pondo a “mão na massa” e próximo dos seus interlocutores, irritando-se com o supérfluo, sendo objetivo e pragmático, com uma linguagem descodificada que alcança um leque vasto de interlocutores, são as suas características mais vincadas. É um exemplo, para todos, e em especial para os mais novos, de um Servidor do Estado que “veste a camisola” do INIAV.

Ter este ilustre colega como amigo, que ainda se disponibiliza em colaborar nas iniciativas que o desafio, é excelente, mas tenho a consciência, que chegará a altura, em que me dirá: BASTA!

Até lá, vou aproveitando.

Cuentas convencionales y agroforestales comparadas del bosque: aplicación en la finca pública de pino piñonero Mazagón en el espacio natural protegido de Doñana, Moguer-Huelva

Pablo Campos¹¹

Resumen

La Cuenta Económica de la Selvicultura del *System of National Accounts* es la única estadística disponible en la que el gobierno ofrece los valores añadidos bruto y neto a precios de mercado y básicos agregados de los bienes leñosos, resinas y frutos industriales comerciales cosechados generados en los bosques a escala nacional/sub-nacional. Mientras que el gobierno desconoce los valores añadidos de los bienes comerciales y los servicios que genera el bosque de pino piñonero, en el Plan Estratégico del Sector de la Piña de Andalucía puede leerse que este bosque es altamente rentable con base en los servicios ambientales que se cree que ofrecen. En esta investigación se aplica el sistema de Cuentas Agroforestales que extiende el *System of National Accounts* en los ámbitos de las actividades económicas individuales consideradas y las valoraciones de los servicios públicos sin precios de mercado. Un objetivo general es el de caracterizar en sus contextos institucional y local las racionalidades y actividades económicas del propietario público y el gobierno en el caso ilustrativo de un bosque de pino piñonero representado por la finca pública Mazagón, incluida en el espacio natural protegido de Doñana, municipio de Moguer, provincia de Huelva. Un segundo objetivo aplicado consiste en la estimación de la renta total social de las actividades individuales del propietario y el gobierno de la finca Mazagón estimadas por el sistema de Cuentas Agroforestales y su comparación con el valor añadido neto del *System of National Accounts*. Los resultados comparados muestran que el valor añadido neto de la Cuenta Económica de la Selvicultura del *System of National Accounts* representa el 3% de la renta total social que estiman las Cuentas Agroforestales en Mazagón en 2010. Después de añadir los valores añadidos netos ocultos en la Cuenta Económicas de la Agricultura y la cuenta general del Gobierno del *System of National Accounts*, la contribución de sus valores añadidos netos asciende hasta el 40% de la renta total medida por las Cuentas Agroforestales en Mazagón.

Palabras clave: selvicultura de conservación, servicio del ecosistema, renta total, paisaje cultural, biodiversidad silvestre amenazada.

¹¹ Doctor en Ciencias Económicas. Premio Nacional de Economía y Medio Ambiente. Profesor de Investigación *Ad Honorem* del Instituto de Políticas y Bienes Públicos (IPP) del Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). Albasanz 26-28, 28037 Madrid (ESPAÑA). Teléfono móvil: +34 676539983. E-mail: pablo.campos@csic.es.

1. Introducción

Sostiene Gro Harlem Brundtland que las *“politics that disregard science and knowledge will not stand the test of time. Indeed, there is no other basis for sound political decisions than the best available scientific evidence. This is especially true in the fields of resource management and environmental protection”* (Brundtland, 1997: 457). Han transcurrido más de siete decenios de críticas de las limitaciones del *System of National Accounts* (SNA) convencional por medir explícita o de forma oculta únicamente las rentas de los productos leñosos, resinas y frutos industriales del propietario y de la mano de obra de las actividades públicas del gobierno de los bosques. Las persistentes críticas al fallo de la ausencia del pilar de la naturaleza en el SNA convencional no han movido a los gobiernos a aplicar el conocimiento científico disponible para acordar incorporar a un SNA ampliado la medición de la renta total (RT) que la sociedad recibe de los bosques. Este desconocimiento de la renta total del bosque dificulta el diseño e implementación de las políticas de conservación de la naturaleza compatibles con el desarrollo de las actividades económicas. La renta total de las actividades económicas de un bosque¹² ha sido definida como el máximo consumo posible de sus productos sin que disminuya el valor de su capital total inicial al cierre del periodo (European Communities, 2000: 87), en ausencia de nuevos descubrimientos de activos ambientales y permaneciendo estables otras circunstancias que afectan a la producción económica de base biológica silvestre del bosque.

La literatura científica no ha implementado el desarrollo conceptual y aplicaciones de sistemas de cuentas de la renta total de las actividades económicas de las fincas de bosques, con la excepción de las aplicaciones del sistema de Cuentas Agroforestales (CAF).

El Plan Estratégico del Sector de la Piña de Andalucía afirma que *“el pinar de piñonero es un ecosistema forestal de gran extensión en Andalucía, y altamente rentable dada su capacidad para ofrecer servicios; ya que sobre la base de una gestión sostenible, estos ecosistemas permiten compatibilizar aprovechamientos como la producción de piña, el maderero, el micológico, el cinegético, los turísticos y recreacionales, etc., con los servicios ambientales que le son propios, tales como el mantenimiento de la biodiversidad, la protección de los recursos hídricos, la generación de suelo y la prevención de la erosión y la desertificación, los culturales y espirituales, etc.”* (Junta de Andalucía, 2013: 106). En el ámbito económico el gobierno desconoce los valores añadidos de los bienes comerciales y los servicios que genera el bosque de pino piñonero y por ello la favorable rentabilidad económica de los servicios es un juicio de valor no contrastado con información científica en la fecha en la que se redacta el informe.

En esta investigación se aplican las metodologías SNA y CAF en el estudio de caso del Litoral Atlántico (LA)¹³ de la finca de propiedad de la Junta de

¹² Excluimos las actividades de extracción de áridos y energías renovables eólica y solar (UNCEEA, 2021) por no ser actividades con base en factores de producción bióticos.

¹³ En el Litoral Atlántico (LA) de Andalucía los bosques de pino piñonero ocupan 186.741 hectáreas y el 60% de estas superficies pertenecen a propietarios públicos (JA, 2013: Tabla 10).

Andalucía de pino piñonero Mazagón de 3.680 ha en el espacio natural protegido de Doñana, municipio de Moguer, Huelva. En Mazagón no se incorporan las descripciones de las modelizaciones biofísicas y económicas de las selvculturas, las especies cinegéticas, el agua, los servicios recreativos públicos, el paisaje y la biodiversidad amenazada. Sus desarrollos detallados pueden consultarse en Campos *et al.* (2019a: Supplementary material: S2-S10). Los conceptos económicos empleados siguen las definiciones del SNA convencional con las variaciones que se explican en el texto. El lector dispone del glosario de las Cuentas Agroforestales en Ovando *et al.* (2015).

Un primer objetivo de esta investigación persigue las caracterizaciones de las racionalidades y actividades económicas del propietario público y el gobierno observadas en la gestión de Mazagón. Un segundo objetivo busca estimar la renta total de las actividades individuales aplicando el CAF y se comparan con las mediciones de los valores añadido netos convencionales medidos por el SNA en Mazagón.

Se justifica la ausencia del activo ambiental de la actividad de amenidad privada de Mazagón con base en la asunción de la hipótesis de que se espera que nunca será vendida por encontrarse incluida en el catálogo de Montes de Utilidad Pública de la Junta de Andalucía.

Si bien el estudio de caso de la finca Mazagón carece de representatividad estadística en cuanto a la generalización de sus resultados productivos físicos y económicos específicos, sí muestra las características institucionales, naturales y económicas de las fincas públicas de pinos piñoneros del LA. El conocimiento a título ilustrativo de las economías de las actividades del propietario y el gobierno de Mazagón es relevante para los diseño e implementación de las políticas económico-ambientales en la gestión económica de los bosques integrada en la economía local como generadoras de empleo y la mitigación de la pérdida de variedad genética silvestre única.

Las novedades principales de esta investigación con respecto a las publicaciones referidas de los bosques de pino piñonero en la Sección 2 se resumen en las siguientes: (1) las valoraciones de los productos intermedios manufacturados no-comerciales de servicios (SSImnc) y sus contrapartidas de consumos intermedios no-comerciales propios ordinarios de servicios (SSmncpo) incorporados en las actividades individuales; (2) las producciones recolectadas de setas silvestres por los visitantes recreativos de libre acceso; (3) la filtración de agua precipitada en el acuífero profundo con uso económico por la agricultura de regadío de frutos rojos de la comarca de Doñana y consumos urbanos; (4) la actividad de conservación del el uso pasivo del servicio público de conservación del paisaje cultural (en adelante paisaje) y (5) la actividad de preservación de la biodiversidad silvestre amenazada (en adelante biodiversidad).

2. Antecedentes de aplicaciones de sistemas de cuentas agro-silvo-pastorales

En esta ocasión se resumen brevemente una selección de nuestras publicaciones de los resultados de investigaciones en bosques de clima mediterráneo en las que se aplican sistemas de cuentas económicas agro-silvo-pastorales. Entre estas se resaltan tres publicaciones a escala de finca en las que son co-autores colegas portugueses, californianos y españoles.

La falta de estadísticas oficiales hace que el trabajo de campo sea un pilar indispensable para desarrollar cualquier investigación que tenga por objeto estimar la renta total de un área forestal. En Campos (1984) se aplica una perspectiva multidisciplinar de análisis conjunto de los flujos de energía y rentas de estudio de casos de fincas de dehesas extremeñas. Un segundo pilar esencial de la investigación es la cooperación inter e intra-disciplinares. El tercer pilar es el contexto ambiental del momento en el que se realiza la investigación. El momento afortunado de mi cooperación con colegas portugueses se produjo en un seminario en Badajoz en 1986 sobre la conservación y el desarrollo de las dehesas y los montados (Campos y Martín, 1987 (eds.)). En este evento Fernando Oliveira Baptista me propuso continuar nuestra cooperación promoviendo las investigaciones de las economías privada y públicas de los montados y las dehesas. En 1988 se presentó la ocasión de presentarnos el CSIC y el Instituto Superior de Agronomía (ISA)¹⁴ a la convocatoria de financiación de proyectos de investigación CAMAR de la Comunidad Europea¹⁵. En 1990 iniciamos el trabajo de campo de un grupo de fincas de dehesas extremeñas y salmantinas y montados alentejanos durante el periodo 1991-93 y en 1996 redactamos el informe final consolidado del proyecto (Campos *et al.*, 1996). El exhaustivo trabajo de campo de los investigadores fue la clave del desarrollo del proyecto. Por primera vez se aportaron resultados económicos comparados de las actividades privadas individuales y de conjunto de los casos de estudios de los montados del Alentejo comparados con las dehesas de Extremadura y Salamanca. También se describieron las evaluaciones cualitativas subjetivas de los investigadores y otros expertos de las contribuciones de los servicios ambientales privados y públicos sin precios de mercado ofrecidos por las dehesas y montados de los casos de estudio disfrutados por los consumidores (Campos *et al.*, 1996).

En Campos *et al.* (2008) se aplican las cuentas agroforestales en dos fincas públicas de alcornocales de la Sierra del Aljibe en Cádiz y en la región de *Iteimia* en el noroeste de Túnez. Los resultados muestran que los valores de transacción de los pastos se disipan en *Iteimia* por la racionalidad de las familias ganaderas de del libre acceso a los pastos de ocupar plenamente su oferta disponible de mano de obra. Mientras que en la finca de Cádiz el mercado de los pastos mantiene aún un valor positivo de la renta de pastos.

¹⁴ El grupo de investigadores del Instituto Superior de Agronomía (ISA) estuvo formado por Manuel Belo Moreira, Inocencio Seita Coelho y Pedro de Sousa e Silva Reis.

¹⁵ Título del proyecto: Technical and Economic Analysis of the Dehesa and Montado Systems (TEA). Entidad financiadora: Comunidad Europea (DG VI: CAMAR CT90-0028). Entidades participantes: Centro de Investigaciones sobre la Economía, la Sociedad y el Medio (CIESM) del CSIC (Madrid), Instituto de Recursos Naturales y Agrobiología del CSIC (Salamanca), Instituto Superior de Agronomía (Lisboa), Facultad de Veterinaria de la Universidad de Extremadura y Servicio de Investigación y Desarrollo Tecnológico de la Junta de Extremadura. Duración: 1991-1996.

En el proyecto de investigación coordinado por el INIA y la UCB¹⁶ de estudios de caso comparados de los ranchos, dehesas y montados de California (USA), Andalucía y Alentejo se valoraron los servicios ambientales privados auto-consumidos por los propietarios de ranchos, dehesas y montados (Campos *et al.*, 2009)¹⁷. En esta investigación se concreta en términos económicos la valoración simulada del precio de transacción de los servicios ambientales privados que en la investigación del proyecto CAMAR únicamente fueron evaluados cualitativamente.

Son escasas las publicaciones científicas que estiman las rentas de los bosques de pino piñonero. En Campos y López (1998) estiman el valor añadido neto privado aplicando el *System of National Accounts* convencional en un bosque maduro virtual de pino piñonero en estado estacionario simulado en el espacio natural protegido de Doñana.

En el proyecto de investigación sobre alcornocales de la Unión Europea¹⁸ coordinado por el ISA¹⁹ se aplica el sistema de cuentas agroforestales para estimar la renta total privada incorporando la actividad de amenidad privada de la gestión real de un montado de vegetaciones mixtas de alcornocales y pinos piñoneros en el occidente del Alentejo (Coelho y Campos, 2009).

Ovando *et al.* (2010 y 2016a), con base en los resultados de las aplicaciones de las Cuentas Agroforestales (CAF), desarrollan un análisis coste beneficio social de las plantaciones simuladas de pinos piñoneros en las provincias de Valladolid y Huelva, respectivamente. En estas dos publicaciones se comparan las variaciones de beneficios sociales de los bosques maduros simulados de pinos piñoneros con respecto a los usos previos del suelo con vegetaciones de matorral y cultivos de cereal en el espacio protegido de Doñana (Huelva) y Valladolid, respectivamente.

Díaz-Balteiro *et al.* (2015) aplican el CAF en las estimaciones del valor añadido neto y el capital de los productos leñosos, piñas, pastos y carbono de las superficies de las parcelas (teselas) del Mapa Forestal de España (MFE) con predominio del pino piñonero de la región de Andalucía (MFE, 1986-1997). Díaz-Balteiro *et al.* (2015) estiman el valor añadido de la piña recolectada por los propietarios de las fincas y omiten el valor añadido de las cantidades de piñas recolectadas por los recolectores de piñas ilegales. Se estima que las recolecciones ilegales podrían suponer hasta el 75% de la producción total económica potencial simulada estimada por las funciones de producción con base en Montero *et al.* (2015). Las estadísticas oficiales de los bosques de pinos piñoneros públicos de Andalucía reflejan una recolección de piñas sensiblemente inferior a la producción biológica simulada de las actuales poblaciones susceptibles de producir piñas aptas para

¹⁶ Título del proyecto: Investigaciones comparadas sobre selviculturas y economías de ranchos californianos y dehesas españolas en climas mediterráneos (2003-2007). Entidades financiadoras: Instituto Nacional de Investigación y Tecnología Agraria y Alimentaria (INIA) y College of Natural Resources (CNR) de la University of California Berkeley (UCB).

¹⁷ En este proyecto Inocencio Seita Coelho fue el investigador responsable de la aplicación y co-autor del análisis de la encuesta de valoración contingente de las amenidades consumidas por los propietarios incorporadas en el precio de mercado de los montados.

¹⁸ Título del proyecto: *Conservation and Restoration of European cork Oak woodlands: a unique ecosystem in the balance* (CREOAK) (2002-2006). Instituto Superior de Agronomía (Lisboa)

¹⁹ Siendo el investigador principal João Santos Pereira.

ser recolectadas teniendo en cuenta las restricciones ambientales. La Junta de Andalucía estima la producción biológica de las 345.839 hectáreas con presencia de pinos piñoneros en 130 kg/ha y considera que el 49% de esta producción podría ser objeto de recolección económica (Junta de Andalucía, 2013: Tabla 18).

3. Limitaciones del System of National Accounts convencional

Los registros del *System of National Accounts* (SNA) basados en la racionalidad inversora que maximiza los excedentes netos de explotación de los productos finales de las actividades comerciales del propietario no reflejan la verdadera motivación inversora del propietario público de la finca Mazagón. El SNA no admite otra actividad económica que no sea la que busca la producción de un bien o servicio de una función de producción que incorpora factores de producción manufacturados con destino a su venta potencial y/o donación. El objetivo habitual perseguido de una actividad privada del SNA es la obtención del máximo beneficio de la inversión del capital inmovilizado por el propietario. Esta racionalidad económica del propietario de la finca maximizadora del beneficio monetario implica la ausencia de producción conjunta de otros productos intermedios de bienes y servicios económicos no-comerciales asociados a la generación del producto final consumido de otras actividades que motivan la inversión comercial no competitiva en otras actividades de Mazagón.

El SNA convencional estima de forma visible como única renta de los bienes y servicios del bosque el valor añadido neto a precios de mercado (VAN_{EAF}) de los bienes leñosos, resinas y frutos industriales consumidos registrados en la Cuenta Económica de la Silvicultura (EAF)²⁰ en el territorio nacional/sub-nacional en el periodo (European Communities, 2000). La EAF estima el valor añadido bruto sin separar los que corresponden a cada una de las vegetaciones forestales que los generan (IECA, 2020)²¹.

Los bosques generan otros productos que son registrados unos de forma explícita en la cuenta económica de la agricultura (SNA_{EAA}) y otros de forma oculta en la cuenta económica general del gobierno (SNA_{GO}). Aún en el caso de mostrarse todos los productos privados y públicos de los bosques que registra ocultos el SNA_{GO} no ofrecerían el valor añadido bruto real. Se requiere valorar los productos generados en los bosques por sus precios de transacción observados y simulados²².

El SNA también incorpora las inversiones de bienes duraderos manufacturadas (producidas) por cuenta propia (formación bruta de capital fijo manufacturado-FBCFm_{SNA}) en plantaciones, construcciones, equipamientos y otras intangibles.

²⁰ *Economic Account for Forestry* (EAF).

²¹ Una crítica detallada de las omisiones de las estadísticas económicas oficiales de los bosques en los países ribereños del mar Mediterráneo se encuentra en Masiero *et al.* (2016).

²² Los precios de transacción son los que los consumidores pagan o declaran que están dispuestos a pagar, respetivamente, por los bienes y servicios que consumen directa o indirectamente.

Las principales causas de las limitaciones del valor añadido bruto del SNA (VAB_{SNA}) para representar la renta de explotación de las actividades económicas se resumen en las seis siguientes: (1) la cuenta general del gobierno SNA_{GO} no incorpora el beneficio (margen) de explotación de los productos finales consumidos públicos sin precios de mercado; (2) las omisiones de los consumos de productos finales de amenidades privados sin precios de mercado; (3) las omisiones de las actividades que generan productos públicos que no incorporan en sus funciones de producción factores manufacturados; (4) las omisiones de los crecimientos naturales de los productos vegetales y animales silvestres en proceso de crecimiento en el producto final acumulado (formación bruta de capital natural por cuenta propia); (5) la consideración como beneficio (excedente neto de explotación) de los productos en curso ambientales utilizados (PCau) inventariados a la apertura del periodo; y (6) las omisiones de las ganancias de capital, con la única excepción del capital fijo manufacturado inanimado sujeto a amortizaciones (consumo de capital fijo manufacturado).

Ante estas limitaciones del VAB_{SNA} la pregunta relevante clave en este caso de estudio de Mazagón es: ¿sabemos simular el valor de cambio de los productos del bosque sin precios de mercado? La respuesta es afirmativa, aunque no exenta de controversias conceptuales e incertidumbres de las estimaciones biofísicas y económicas. Los avances de las modelizaciones biofísicas de las funciones de producción a turno/ciclo completo de vida de los productos y de las técnicas de valoración de los productos consumidos sin precios de mercado permiten estimar de forma condicionada las rentas y los capitales totales de las actividades de los bosques (Campos *et al.*, 2019a: Fig. 2).

4. Conceptos y métodos de las Cuentas Agroforestales aplicadas en Mazagón

Las Cuentas Agroforestales aplicadas en Mazagón presenta la novedad en la actividad del agua económica de la incorporación del agua subterránea económica y la ausencia de agua de escorrentía superficial económica embalsada fuera de Mazagón. En esta ocasión se describen los conceptos y métodos aplicados priorizando una selección de las actividades de mayor relieve en Mazagón representadas por la recolección de piñas, la selvicultura de conservación (en adelante selvicultura), el agua subterránea con uso económico, el servicio de lucha contra incendios (en adelante incendios), el servicio de conservación del paisaje (en adelante paisaje) y el servicio de preservación de la biodiversidad silvestre única amenazada de extinción (en adelante biodiversidad).

4.1 Productos intermedios y consumos intermedios ordinarios propios

La finca es la unidad de gestión en la que el propietario organiza las interdependencias entre las inversiones en las actividades económicas individuales. El propietario considera conjuntamente las producciones intermedias y los consumos intermedios propios que dan lugar a la estimación primero del producto de la actividad individual y sumados los del conjunto de las actividades individuales valoradas se obtiene el producto total agregado de

la finca (Campos *et al.*, 2020b). La finca es también la unidad económica real en la que pueden estimarse los costes de oportunidad voluntarios de las inversiones manufacturadas en las actividades individuales incurridos por los propietarios no-industriales que originan los productos intermedios no-comerciales de servicios y sus contrapartidas equivalentes de consumos intermedios no-comerciales propios ordinarios de servicios.

Un propietario público de la tierra no-industrial se caracteriza por una racionalidad económica que consiste en la aceptación por anticipado a percibir un menor beneficio monetario de su inversión en una actividad individual j . A cambio, el propietario espera donar los productos intermedios no-comerciales de servicios que favorecen las ofertas de productos finales públicos consumidos sin precios de mercado en la misma propiedad o fuera de ella (Campos *et al.*, 2019b; Oviedo *et al.*, 2016; Raunikar y Buogiorno, 2006).

Las racionalidades económicas del propietario público y el gobierno de Andalucía persiguen la consecución de la máxima renta total del conjunto de actividades de la finca Mazagón condicionada a la mitigación de las pérdidas irreversibles de biodiversidad y la conservación y/o mejora del paisaje cultural. Aquí, por paisaje cultural se entiende el concepto definido en la carta europea del paisaje (Council of Europe, 2000). Así, las actividades de silvicultura e incendios, entre otras, generan los productos intermedios manufacturados no-comerciales de servicios donados (SSImncd) que se re-emplean como consumos intermedios manufacturados no-comerciales propios ordinarios de servicios (SSmncop) que utilizan principalmente las actividades públicas recreativa y paisaje cultural de Mazagón. La condición de existencia del SSImncd requiere que el margen neto de explotación manufacturado ordinario residual a precio de mercado²³ del producto individual j ($MNEmorj_{pm}$) sea inferior al margen neto de explotación manufacturado ordinario competitivo ($MNEmocj$):

La hipótesis asumida es que el producto intermedio a precio de mercado²⁴ del propietario público de Mazagón puede ocultar un margen neto de explotación manufacturado ordinario competitivo ($MNEmocj$) de un producto j estimado por la tasa real de rentabilidad subjetiva del 3% del capital inmovilizado manufacturado ordinario ($CINmoj$). Se admite el cumplimiento de la hipótesis de que el propietario público obtiene un $MNEmocj$ del producto consumido a precio de mercado (Pcj_{pm})²⁵. El $MNEmoc$ se calcula multiplicando la tasa de rentabilidad real competitiva (r) por el capital manufacturado inmovilizado ordinario ($CINmoj$):

$$CINmoj = Cmoaj + 0.5(MOaoj + CImocj + CFmcj - PFcvj - CFmvj) \quad (1)$$

$$MNEmocj = r * CINmoj \quad (2)$$

$$SSImncdj = MNEmocj - MNEmorj_{pm}, \text{ si } MNEmocj > MNEmorj_{pm} \quad (3)$$

²³ El precio de mercado coincide con el precio básico por no haberse registrados compensaciones (subvenciones de explotación menos impuestos ligados a la producción).

²⁴ En Mazagón coinciden el precio de mercado con el básico por la ausencia de registros de subvenciones de explotación e impuestos ligados a la producción.

²⁵ No incluye el producto final de formación bruta de capital (FBC).

Dónde Cmoa es capital manufacturado ordinario de apertura, MOao es mano de obra asalariada ordinaria, CImoc es consumo intermedio manufacturado ordinario comprado, CFmc es capital fijo manufacturado comprado, PFcv es producto final consumido vendido y CFmv es capital fijo manufacturado vendido.

La actividad individual de base natural en la que el margen neto de explotación ordinario residual a precio de mercado ($MNEor_{pm}$) sea superior al MNEmoc, la diferencia se atribuye al margen neto de explotación ambiental ordinario a precio ambiental ($MNEao_{pa}$):

$$MNEoj_{pm} = PTc_{pm} - CIo_{pm} - MOo - CCFo_{rp} \quad (4)$$

$$MNEao_{pa} = MNEor_{pm} - MNEmoc \quad (5)$$

El MNEaopa es de valor cero en las actividades individuales en las que $MNEmoc \geq MNEopm$. En esta circunstancia se asume que el propietario público de Mazagón obtiene un producto intermedio manufacturado no-comercial de servicio donado (SSImncd) que se estima por el MNEmoc menos el MNEorpm. El SSImncd implica su consumo intermedio propio equivalente donado (SSmncopd):

$$SSImncd = MNEmoc - MNEor_{pm} \quad (6)$$

$$SSImncd = SSmncopd \quad (7)$$

4.2 Activo ambiental, valor añadido, renta total y flujo de caja ordinario

4.2.1 Activo ambiental

Las valoraciones inevitablemente subjetivas de los activos ambientales carecen en la práctica de significados reales, excepto en aquellos activos ambientales privados embebidos en el precio de mercado de la tierra. La teoría del valor de transacción que fundamenta la medición de los activos ambientales se refiere a los valores de las rentas de los recursos que se espera serán utilizados en el futuro programado. La enorme variedad de circunstancias ambientales, institucionales y económicas futuras que afectan a las expectativas asumidas sobre las rentas de los recursos futuros son de notables incertidumbres. Estas últimas son menores en las valoraciones de los activos ambientales del propietario de la tierra cuando existe el derecho de propiedad pleno de compra/venta de la tierra. Las valoraciones de los activos ambientales del gobierno son cuasi arbitrarias por depender tanto de la simulación de la disponibilidad a pagar marginal (DAPM) de los consumidores como por la elección subjetiva de la tasa real de descuento del gobierno. La abundante literatura en la que se han descrito los métodos de valoración de los activos ambientales individuales de los bosques exime de repetirlos de nuevo en sus aplicaciones en Mazagón (Campos *et al.* 2019a, 2019b, 2020b: ecuaciones (1) y (2)).

4.2.2 Valoraciones de los productos consumidos y sus repartos factoriales

El sistema de Cuentas Agroforestales (CAF) valora los productos multiplicando las cantidades por los precios de transacción observados en mercados formales y simulados en los casos de los productos consumidos sin precios de mercado. Los precios de transacción simulados son estimados por la DAPM reveladas y/o declaradas por las personas físicas y/o las instituciones que las representan. Obtenidos de forma independiente de sus costes los precios de transacción de los productos, el valor de transacción de un producto consumido j se reparte entre sus factores de producción manufacturados y ambientales mostrados por la función de producción F (ver los desarrollos detallados en Campos *et al.* (2020c: ecuación (1), Fig. 1; Edens y Hein, 2013: ecuación (1)):

$$P_j \equiv F(CI_{mj}, MO_j, CF_{mj}, AA_j) \quad (8)$$

Dónde CI_{mj} es el consumo intermedio manufacturado (comprado y propio), MO_j es la compensación de los servicios de la mano de obra (asalariada y no-asalariada), CF_{mj} es el capital fijo manufacturado que origina su coste de uso en forma de consumo de capital fijo (CCF_{mj}) y margen neto de explotación manufacturado (MNE_{mj}) y AA_j es el activo ambiental que ofrece la renta del recurso (RR_j).

4.2.3 Servicio del ecosistema

Los problemas de polisemia y sinonimia que muestran los usos del término servicio del ecosistema en las ciencias de la biología y la economía provocan una permanente controversia académica. El concepto de servicio del ecosistema carece de estandarización en el ámbito científico de la economía. Esta circunstancia dificulta la comprensión de sus múltiples nombres y significados empleados en la literatura.

La polisemia del significado económico del concepto de servicio del ecosistema hace necesario explicitar el concepto empleado en Mazagón. En este caso de estudio se define el servicio del ecosistema (SE) como la contribución de la naturaleza al valor de transacción de un producto consumido de base natural en el periodo en el que se obtiene²⁶. En Mazagón el SE de un producto consumido se estima por el consumo intermedio de su producto en curso ambiental utilizado (PC_{au}) y/o el margen neto de explotación ambiental ordinario (MNE_{eo}) valorados por sus precios ambientales.

Cuando el término servicio del ecosistema monetario es utilizado fuera del sistema de precios su desvinculación del valor de transacción lo invalida para integrarlo en la valoración de los productos comerciales consumidos.

²⁶ Esta definición del SE es coincidente con las de RR y SE del SEEA EA (UNCEEA, 2021: para. 9.35). También coincide el SE con el excedente neto de explotación ambiental ordinario (ENE_{eo}) del SEEA EA.

La ausencia de valor de transacción del servicio del ecosistema no desmerece su función determinante en la generación de la producción económicas de base natural. Gracias a que el libre acceso de las familias a los sistemas silvo-agrícola y agro-silvo-pastorales en muchos lugares del Mundo pueden remunerar sus servicios del trabajo (Campos *et al.*, 2008). La paradoja es que gracias a que lo servicios de los ecosistemas no son económicos en estos casos sus contribuciones gratuitas a las producciones recolectadas y manufacturadas son las condiciones necesarias para sustentar las economías del trabajo no-asalariado en muchos lugares del Mundo.

4.2.4 Valor añadido neto

El valor añadido neto a precio social (VAN) se obtiene del producto total a precio social (PT) menos el consumo intermedio a precio social (IC) y el consumo de capital fijo a precio de reemplazamiento (CCF). El valor añadido neto (VAN) representa el reparto del producto entre el servicio de la mano de obra (MO), el margen (beneficio) neto de explotación manufacturado (MNE_m) y ambiental (MNE_a):

$$\text{VAN} = \text{PT} - \text{IC} - \text{CCF} \quad (9)$$

$$\text{VAN} = \text{MO} + \text{MNE} \quad (10)$$

$$\text{MNE} = \text{MNE}_m + \text{MNE}_a \quad (11)$$

El valor añadido neto estimado por el CAF incurre en doble contabilización del crecimiento natural de la madera y del producto final de fijación de carbono. Ambos productos son registrados en los activos ambientales de apertura y se vuelven a contabilizar doblemente en los productos finales y activos ambientales de cierre del periodo revalorizados respecto a sus valores iniciales, por haber disminuido en un periodo la espera para sus cortas y emisiones, respectivamente. El corolario de las limitaciones del VAN del CAF es que la renta total es el concepto consistente de la renta sustentable de la sociedad del bosque que no presenta omisiones y dobles contabilizaciones.

4.2.5 Renta total

Las Cuentas Agroforestales estiman la renta total a precio social (RT) por las sumas de los valores añadidos netos (VAN) y las ganancias de capital (GC) de las actividades individuales del propietario y el gobierno (Campos *et al.*, 2019b, 2020b; Cavendish, 2002; Hicks, 1946; Krutilla, 1967; McElroy, 1976; Ovando *et al.*, 2016b; 2016c). La estimación de la GC de una actividad individual elimina las sobrevaloraciones de los crecimientos naturales de la madera y el producto final consumido del carbono (fijación) en las que incurre el VAN de Mazagón.

La distribución factorial de la RT de una actividad económica individual entre sus factores de producción comprende la mano de obra (MO), la renta del capital manufacturado (RC_m) y la renta ambiental (RA) de los activos de los ecosistemas (en adelante activos ambientales):

$$RT = VAN + GC \quad (12)$$

$$GC = GCm + AAg \quad (13)$$

$$RT = MO + RCm + RA \quad (14)$$

4.2.6 Renta ambiental

Se estima la renta ambiental (RA) de una actividad económica de base natural por la suma del margen neto de explotación ambiental (MNEa) y la ganancia de activo ambiental (AAg) (ver su desarrollo en Campos *et al.*, 2019b: Fig. 2, Tabla 2). La reordenación de los componentes del MNEa y la AAg ofrece el vínculo entre la RA y el SE a través del ajuste del cambio en el patrimonio neto ambiental (CPNa) menos el producto en curso ambiental utilizado (PCau):

$$MNEa = MNEao + MNEai \quad (15)$$

$$CPNa = MNEai + AAg \quad (16)$$

$$MNEai = CN - CCFaica \quad (17)$$

$$CPNaaj = CPNa - PCau \quad (18)$$

$$RA = MNEa + AAg \quad (19)$$

$$RA = SE + CPNaaj \quad (20)$$

Dónde MNEao es margen neto de explotación ambiental ordinario; MNEai es margen neto de explotación ambiental de inversión por cuenta propia; CN es crecimiento natural; CCFaica es consumo de capital (activo) fijo del carbono (emisión); y CPNaaj es cambio del patrimonio neto ambiental ajustado por el PCau.

4.2.7 Flujo de caja ordinario

El flujo de caja ordinario (FCo) representa un saldo financiero que muestra la diferencia entre los ingresos y los gastos monetarios de las “explotaciones” (propietario y gobierno) de Mazagón derivado de las actividades valoradas.

En los casos de las actividades de mercado con fines de maximizar el negocio financiero este indicador no representa la renta de las actividades, excepto en el caso de que la inversión manufacturada fija bruta coincida con el consumo de capital fijo manufacturado (Campos *et al.*, 2021a; RECAN, Versión 4, 2021). Esta coincidencia ha sido asumida en Mazagón arbitrariamente por causa de las reducidas inversiones manufacturadas.

El FCo informa si las valoraciones simuladas de los posibles márgenes netos de explotación positivos superan a los flujos de caja ordinarios negativos de las actividades que los generan. Se espera que así sea en las actividades del propietario y el gobierno con base en la hipótesis de la racionalidad inversora competitiva. La única excepción a la racionalidad de la maximización del beneficio del propietario y el gobierno es la actividad de biodiversidad en la que la racionalidad competitiva no rige, sino la del coste tolerable por la sociedad actual (Berrens, 2001; TJUE, 2021).

Mazagón es propiedad de la Junta de Andalucía y las actividades privadas son gestionadas con el mismo tipo de racionalidades inversoras que las actividades públicas del gobierno. Se considera que el propietario y el gobierno forman una única unidad económica. Esta circunstancia tiende a motivar las inversiones de las actividades individuales dependiendo de sus efectos en el conjunto de las actividades de la finca. Las comparaciones relevantes en este contexto de los márgenes y flujos de caja ordinarios son las de la totalidad de las actividades agregadas de Mazagón.

4.3 Actividades económicas clave de Mazagón

4.3.1 Piña

Aunque la piña tiene un ciclo de producción de tres años, se omite el registro de su crecimiento natural en curso acumulado en pie al final del periodo y también se ignora el registro en el coste de consumo intermedio de la cosecha de piñas como producción en curso ambiental de piñas recolectadas existentes en el árbol a la apertura del periodo.

La producción económica recolectada de piñas se estima por las funciones exponenciales desarrolladas por Montero *et al.* (2015). Estas funciones dependen del diámetro medio normal de un árbol, cuyos parámetros difieren según la zona y calidad del modelo selvícola empleado (Díaz-Balteiro *et al.*, 2015; Ovando *et al.*, 2015: Tabla 3). Se asume que el propietario recolecta las piñas únicamente en aquellas parcelas en las que se alcanza una producción por hectárea superior a 50 kg y existe un mínimo de 10 pies por hectárea con una producción superior a 5 kg/pie, considerando en este caso las producciones de los pies de todas las clases diamétricas en cada parcela (Ovando *et al.*, 2015: 245).

La cantidad de piñas cosechadas por el propietario en el periodo puede no ser toda la producción recolectada, ya que es posible que en Mazagón exista otra producción de piñas cosechadas por recolectores ilegales. Se asume que la recolección ilegal existe si la producción biológica económica supera a la producción recolectada por el propietario. Suplimos la ausencia de datos reales del robo de piñas en Mazagón estimándola por la diferencia entre ambas mediciones²⁷. Conocido el precio a pie de carril de las piñas recolectadas por el propietario y los piñeros ilegales se estima el producto final cosechado de piñas de Mazagón.

Se asume que el valor de mercado de las piñas a pie de finca de la recolección ilegal coincide con el pago simulado de la mano de obra no-asalariada (MOna) de los piñeros ilegales. Este criterio de asumir que no existen costes de materias primas y servicios incurridos de la recolección ilegal puede ser controvertido, ya que se requieren el uso de vehículos y recorrer distancias que podrían ser

²⁷ En investigaciones previas habíamos omitido la valoración económica de la recolección ilegal de piñas considerándolas un bien libre (Díaz-Balteiro *et al.*, 2015).

significativas en el caso de que los piñeros ilegales procedan de localidades distintas de Moguer.

4.3.2 *Selvicultura e incendios*

La actividad de selvicultura tiene como finalidad instrumental evitar la atribución de costes de producción de renovación, restauración y mejora de las productividades biofísicas individuales de las vegetaciones forestales beneficiadas. La actividad de incendios tiene como propósito mitigar la degradación y destrucción de la vegetación forestal y otros daños a la personas y bienes construidos. Ambas actividades tienen en la metodología CAF un papel clave en las estimaciones de los valores añadidos de las actividades agregadas del propietario y el gobierno. Las funciones económicas de las actividades de selvicultura e incendios son la generación de productos intermedios manufacturados comerciales de servicios (SSImc) que se registran como consumos intermedios manufacturados comerciales propios ordinarios de servicios de (SSmcp) re-empleados en la generación de los productos finales de servicios consumidos (FPc) a precios sociales de las actividades recreativa y paisaje cultural de Mazagón.

Las actividades de madera, selvicultura, cinegética y amenidad incurren en costes de oportunidad voluntarios (COV) del propietario público, los cazadores y apicultores de Mazagón. Los COV generan los productos intermedios manufacturados no-comerciales de servicios de (SSImnc) y sus reempleos como consumos intermedios manufacturados no-comerciales ordinarios propios (SSmncop). Estos últimos servicios favorecen las ofertas de productos finales consumidos de las actividades de amenidad, recreativa y paisaje en Mazagón. Los SSImnc son valorados por sus costes totales manufacturados ordinarios (CTmo) de gestión que el propietario²⁸ de la tierra forestal ejecuta en las vegetaciones forestales²⁹. El valor del SSImnc de la selvicultura incorpora adicional al coste total manufacturado ordinario (CTmo) el margen neto de explotación manufacturado ordinario competitivo imputado (MNEmoc).

Las actividades de madera y selvicultura, además de los SSImnc, contabilización como producto final la formación bruta de capital fijo manufacturado por cuenta propia (FBCFm) valorada a precio de coste (ej, roza de matorral, plantación, regeneración natural asistida).

4.3.3 *Agua*

El valor del stock económico del agua subterránea requiere establecer el umbral del nivel freático que se derivaría de las extracciones máximas autorizadas por ley. Este nivel normativo lo establece la Directiva Marco del Agua (DMA) europea en el nivel freático del acuífero en la fecha de su entrada en vigor. Esta

²⁸ La inversión puede ejecutarse de forma directa por el propietario o indirectamente por delegación a través de empresas de servicios forestales.

²⁹ El CTmo incluye el coste directo del periodo y el coste histórico de amortización de mejoras forestales.

información no se conoce en la comarca de Doñana (TJUE, 2021). En ausencia de estimación de la variación del stock de agua económica del acuífero en la comarca de Doñana puede estimarse el valor del activo ambiental del agua subterránea por el valor presente neto del volumen de su consumo en el periodo. La opción de valoración económica del activo ambiental del agua por la filtración media al acuífero profundo de la comarca de los pinares de Doñana es aceptable dado que no existen extracciones de agua subterránea en el pasado en Mazagón.

El agua subterránea consumida por los cultivos agrícolas de frutos rojos en la comarca de Doñana puede incorporar una renta del recurso del activo ambiental del agua del acuífero 27 de Doñana. El agua precipitada filtrada al acuífero profundo es un bien público que se atribuye su producción al área delimitada por Mazagón. Su consumo en los cultivos de regadío de frutos rojos fuera de Mazagón es donado por el gobierno a los propietarios de la tierra por periodos de larga duración, por lo que el valor presente neto (VPN) de la renta del recurso se encuentra desplazado incorporado en el precio de mercado de la tierra de regadío. Este valor del activo ambiental del agua multiplicado por la tasa de descuento subjetiva competitiva ofrece el precio unitario de la renta del recurso en el periodo. Este precio ambiental multiplicado por la cantidad total anual de agua de la concesión ofrece el servicio del ecosistema (margen neto de explotación ambiental ordinario) incorporado en el consumo del producto final de frutos rojos de la tierra de cultivo de regadío de la comarca de Doñana.

En Mazagón se ha estimado la filtración del agua precipitada al acuífero profundo en el periodo 2000-2010 (Beguería *et al.*, 2015). Se conoce el valor del activo ambiental del agua estimado por el método de precios hedónicos aplicado al precio de mercado de las tierras de cultivos de regadío del valle del Guadalquivir (Berbel y Mesa, 2007). En Mazagón se aplica la tasa de rentabilidad real subjetiva del 3% al precio del activo ambiental del agua para estimar su precio ambiental.

4.3.4 Paisaje

El paisaje es un área con sus actividades económicas de base natural incorporadas (Council of Europe, 2000). En Mazagón el paisaje cultural dominante son las vegetaciones de pino piñonero y herbáceas forestales trabajadas y otras superficies menores de dunas litorales y humedales temporales.

El concepto de valor económico del producto total aplicado al paisaje cultural puede revelar que los consumidores pasivos están dispuestos a pagar por asegurarse que en el futuro (durante, 30 años) se mantendrá todas las actividades económicas actuales sin degradación biológica de sus recursos naturales y servicios ambientales con y sin precios de mercado (Campos *et al.*, 2020c: Fig. 1). Esta demanda de paisaje cultural puede ser considerada un producto final consumido de servicio público. El valor de transacción del paisaje es estimado por la disposición a pagar marginal adicional (DAPMad) por encima de su precio de coste declarado por los consumidores pasivos (Campos *et al.*, 2019a; Oviedo

et al., 2016). Así, la actividad de paisaje revela que su función de producción depende de los consumos intermedios ordinarios propios de servicios (SSmop) procedentes de los productos intermedios manufacturados de servicios (SSIm) de las actividades de madera, cinegética, apicultura selvicultura e incendios.

La actividad del paisaje se distingue por valorarse sus productos finales consumido por los precios revelados/declarados con base en las preferencias de los consumidores manifestadas en los mercados hipotéticos simulados.

4.3.5 Biodiversidad

La actividad de biodiversidad se rige por el principio de precaución con base en el coste económico tolerable por los contribuyentes (Campos y López, 1998: 16-19; Campos y Carrera, 2007: 41-45; Norton, 1987). En Mazagón el propietario público y el gobierno de Andalucía coinciden. Por ello, las gestiones de ambos agentes de la actividad de biodiversidad de la naturaleza se ven favorecidos en Mazagón por la circunstancia de concurrir en un única entidad económica independiente.

Se asume que en Mazagón las actividades económicas de base natural son sustentables en términos biológicos con base en los indicadores biofísicos estimados. Se estima el valor existencia de las 62 especies de flora y fauna silvestres amenazadas como la máxima disponibilidad a pagar marginal adicional al precio de coste (DAPMad) de una persona en contraprestación por mejorar su bienestar después de contribuir a reducir el riesgo de perder para siempre a una variedad genética silvestre única en peligro de extinción y que no es reproducible por la ingeniería humana si se produjera su desaparición (Campos *et al.*, 2020a: Sección 6.1)³⁰. Un bien o servicio único no puede intercambiarse por otro equivalente que le iguale en valor económico, y en consecuencia al no poder producirse el intercambio equivalente no puede revelarse su precio social. No siendo posible conocer el precio de transacción del activo ambiental de una variedad genética única. El valor de existencia no es el valor económico del activo ambiental del gen único. El precio de transacción del servicio de existencia de la biodiversidad silvestre amenazada se define como el bienestar que experimentan los consumidores pasivos por contribuir a mitigar la pérdida para siempre de un gen único no reproducible.

Puede que el valor de existencia que revelan/declaran los consumidores no sea suficiente para evitar de la extinción a una variedad biológica única de una especie silvestre. Lícitamente, con base en el principio de precaución, el gobierno puede incurrir en un coste superior al valor de existencia declarado por los consumidores actuales, condicionado el gobierno a que el coste incurrido sea tolerable por las generaciones actuales. La moral pública que fundamenta al valor legado hace posible que pudiera ser equitativa la decisión intergeneracional del gobierno, en contra de la voluntad de las generaciones actuales, de legar a las generaciones futuras los activos genéticos recibidos.

³⁰ El concepto de sustentabilidad biológica responde al principio de precaución y se ha propuesto fuera del sistema de precios. Se ha definido la sustentabilidad biológica como el umbral de *Safe Minimum Standard* (SMS) que mitiga/evita las pérdidas irreversibles de una variedad genética única no reproducible por la ingeniería humana (Berrens, 2001; Norton, 1987).

Las especies no amenazadas de extinción podrán ofrecer múltiples bienes servicios económicos revelados por los consumos de las personas. Sin embargo, el servicio económico de valor existencia únicamente pueden revelarlo las especies amenazada de extinción. La demanda del servicio de una variedad biológica única no depende de sus características y por tal motivo todas las especies amenazadas de extinción tienen el mismo precio de existencia declarado por el consumidor. El valor existencia no es un atributo dependiente de un individuo particular de la especie en cuestión, sino de la especie en su conjunto amenazada por encontrarse por debajo o próxima al stock crítico de individuos que expresa su amenaza de extinción (Berrens, 2001; Norton, 1987).

En Mazagón asumimos que una especie amenazada es un bien público global y subjetivamente es atribuida la demanda de consumo del servicio de preservación de las especies silvestres amenazadas a la población adulta de Andalucía. Por métodos de valoración de consumos de servicios sin precios de mercado puede estimarse el precio de transacción simulado de una especie genérica común al conjunto total de las especies amenazadas en un área natural delimitada. El valor total de demanda del servicio preservación se obtiene de multiplicar el número de consumidores de Andalucía por el precio marginal de la DAPMad del cambio simulado en el número de especies amenazadas en 2010 más el coste total manufacturado ordinario (CTmo) (Campos *et al.*, 2019a; Álvarez-Farizo *et al.*, 2016; Campos *et al.*, 2022).

5. Productividades físicas y especies silvestres amenazadas de Mazagón

Mazagón ocupa una superficie total de 3.680 ha en 2010. El pino piñonero en masa pura y mixta con alcornoque ocupa el 88% de la superficie total. La masa madura pura procedente de las repoblaciones históricas y posterior regenerado natural asistido contribuyen al 66% y la repoblación de 1996/97³¹ mixta de pino piñonero y alcornocues contribuye con un 22%. Las superficies de acebuches, eucaliptos, bosques ribereños, matorrales, pastizales y humedales temporales aportan el 6%. Los arenales, dunas, equipamientos del Instituto Nacional de Técnica Aeroespacial (INTA) y edificaciones ocupan el 6% restante de la superficie total (Tabla 1).

Las cortas de madera de la masa madura de pino piñonero representan el 78% del crecimiento natural en 2010 (Tabla 1). La leña de los tratamientos de la silvicultura suele concederse gratuitamente su aprovechamiento a empresas locales que la utilizan en la fabricación de carbón vegetal en el mismo bosque³².

La producción de piña susceptible de aprovechamiento económico es recolectada en el 88% por el propietario. La reducida productividad de la piña en Mazagón por unidad de superficie está influida por la masa mixta joven de pino piñonero.

³¹ No se conoce el inventario de esta repoblación en 2010.

³² No se dispone de datos del aprovechamiento de leña y su transformación en carbón vegetal en 2010.

Tabla 1. Productividades físicas y de especies silvestres amenazadas de Mazagón (2010).

Clase	Unidad (u)	Superficie (ha)	Cantidad (q)	Productividad (q/ha)
1. Madera				
Crecimiento natural	m ³	3.371	6.145	1,8
Extracción	m ³	3.371	4.677	1,4
2. Piñas recolectadas				
Propietario	kg	3.246	130.300	40,2
Robo	kg	3.246	114.208	35,2
3. Alimentación de especies cinegéticas				
Pasto	UF	3.680	135.765	36,9
Suplementación	UF	3.680	124.659	33,9
4. Capturas de especies cinegéticas				
Perdiz roja	c	3.680	205	5,6(*)
Conejo	c	3.680	320	8,7(*)
Otras especie cinegéticas	c	3.680	20	0,5(*)
5. Apicultura				
Miel	kg	3.680	3.320	90,2
6. Servicio recreativo público				
	v	3.680	78.050	21,2
7. Setas recolectadas				
	kg	3.680	10.439	2,8
8. Carbono forestal de efecto invernadero				
Fijación	t CO ₂	3.470	27.422	7,9
Arbolado	t CO ₂	3.410	18.554	5,4
Matorral	t CO ₂	59	8.868	14,6
Emisión	t CO ₂	3.470	19.173	5,5
Arbolado	t CO ₂	3.410	15.037	4,4
Matorral	t CO ₂	59	4.136	69,8
Fijación neta	t CO ₂	3.470	8.249	2,4
Arbolado	t CO ₂	3.410	3.517	1,0
Matorral	t CO ₂	59	4.732	79,8
9. Flujos hídricos				
Precipitación	m ³	3.470	30.870.224	8.897,4
Evapotranspiración	m ³	3.470	17.622.553	5.079,2
Agua superficial	m ³	3.470	6.647.290	1.915,9
Agua subterránea	m ³	3.470	5.763.256	1.661,1
10. Especies biológicas únicas silvestres amenazadas				
	nº	3.680	62	1,7(*)

Abreviaturas: m³ es metro cúbico; UF es unidad forrajera; c: cabeza; v es visita recreativa; kg es kilogramo; t CO₂ es tonelada métrica de dióxido de carbono y nº es número.

(*) Indicadores expresados en unidades por 100 hectáreas.

El consumo de pastos de las especies cinegéticas y otra fauna silvestre no ha sido estimado. La fauna cinegética menor recibe alimentación de complemento en una escasa cuantía.

El número de capturas cinegéticas es de baja intensidad por unidad de superficie. Tanto la perdiz roja como el conejo aportan alimentos a los depredadores en peligro de extinción como el águila imperial y el lince Ibérico.

La producción de miel se realiza por concesión del propietario público a colmeneros locales. En Mazagón existen 120 colmenas repartidas en tres asentamientos. La colmena es de 11 cuadros y un piso. La producción final media de miel por colmena es de 11 kg.

Las visitas recreativas del público de libre acceso se han estimado en los pinares de la comarca de Doñana mediante una encuesta presencial en hogares españoles (Oviedo *et al.*, 2016: Tabla 9).

Las setas recolectadas por los visitantes recreativos han sido estimadas mediante una encuesta telefónica a la población andaluza adulta (Martínez-Peña *et al.*, 2015: Tablas 15-16).

El carbono forestal de efecto invernadero incorpora como fijación los crecimientos naturales de árboles y matorrales de 2010 menos la tasa histórica de emisiones imputada de la biomasa leñosa quemada en los incendios forestales (Díaz-Balteiro *et al.*, 2015). La emisión de carbono se estima por el dióxido de carbono que se asume emitido por las cortas de madera y matorral³³.

La sobre-explotación del acuífero 27 de Doñana justifica la asunción de que el agua filtrada en el acuífero profundo en 2010 de la finca Mazagón es consumida por los agricultores de fruto rojos y otros consumos industriales y urbanos de la comarca de Doñana (TJUE, 2021).

Son 62 las especies biológica únicas silvestres amenazadas las que se reconoce su presencia en los pinares de la comarca de Doñana y se atribuye también su posible presencia en Mazagón Díaz *et al.*, 2020.

6. Resultados económicos de Mazagón estimados por las cuentas SNA y CAF

6.1 Capital manufacturado y activo ambiental estimado por las Cuentas Agroforestales

El capital total del propietario público de Mazagón es de notable menor valor que el del gobierno. En gran medida este resultado se debe a que la exclusión de Mazagón del mercado competitivo de la tierra implica la disipación del activo ambiental de la actividad de amenidad privada (Tablas 2-A1).

Las 11 actividades económicas valoradas que utilizan los servicios de capital fijo manufacturado contribuyen al 1% del capital total (Tablas 2-A1). Los volúmenes de capital manufacturado del propietario y el gobierno son similares. El capital de equipamiento del propietario es residual por realizarse los trabajos y aprovechamientos mediante concesiones a empresas de servicios forestales locales (Tabla 2-A1).

Los activos ambientales no suelen ser objeto directo de intercambio y por ello su valor esperado basado en el descuento subjetivo a la tasa real del 3% de la renta del recurso natural en un periodo temporal infinito puede ofrecer valores de elevadas incertidumbres. Los activos ambientales son de significados confusos desde las perspectivas de las sustentabilidades biofísicas y económicas de los usos múltiples de los bosques trabajados (Alfsen y Greaker, 2006; Campos, 2010).

³³ El uso de la madera en embalajes y carbón vegetal justifica que se asuma como cercana a la realidad la hipótesis de su emisión en 2010. Incluso podría haber una ganancia neta de emisiones por el efecto sustitución de la energía de combustibles fósiles por la renovable del carbón vegetal procedente de residuo de la silvicultura.

Tabla 2. Cuenta de balance de capital manufacturado y activo ambiental de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha⁽¹⁾).

Clase	Capital de apertura (Ca)	Entrada de capital (Ce)	Salida de capital (Cs)	Revalorización de capital (Cr)	Capital de cierre (Cc)
1. Activo ambiental (AA)	23.266	116	198	135	23.319
1.1 Propietario	1.038	13	27	50	1.074
1.1.1 Madera	809	10	24	47	842
1.1.2 Piñas	80			2	82
1.1.3 Cinegética	150	3	3	0,0	150
1.2 Gobierno	22.228	102	171	85	22.245
1.2.1 Recreativo	1.100				1.100
1.1.2 Setas	216				216
1.1.3 Carbono	623	102	171	85	640
1.1.4 Paisaje	13.218				13.218
1.1.5 Biodiversidad	743				743
1.1.6 Agua	6.328				6.328
2. Capital manufacturado (Cm)	242	31		-34	238
2.1 Propietario	123			-4	118
2.1.1 Plantaciones					
2.1.2 Construcciones	122			-1	118
2.1.3 Equipamientos	1			*	1
2.2 Gobierno	119	31		-30	120
2.1.2 Construcciones	57	31		-31	57
2.1.3 Equipamientos	57			*	58
2.1.4 Otros	5			1	5
Capital (C)	23.508	147	198	100,5	23.557

(1) Resultados aproximados por exceso o defecto a números enteros.

*Valor menor de 0,5.

Identidades: $C = AA + Cm$; $Cr = Cc - Ca + Cs - Ce$.

El activo ambiental del propietario público contribuye al 5% del activo ambiental total medio estimado de 23.293 €/ha de Mazagón en 2010 (Tablas 2-A1). La recolección de la piña contribuye en escasa medida al activo ambiental de Mazagón. La persistencia del activo ambiental de la piña en el boque público Mazagón se explica porque se atribuye a la actividad de piña únicamente los costes directos de recolección del propietario.

El paisaje y el agua precipitada filtrada al acuífero profundo consumida fuera de Mazagón en los cultivos de frutos rojos y abastecimientos urbanos aportan el 84% del activo ambiental de Mazagón. A notable distancia siguen en importancia los activos ambientales recreativo, biodiversidad amenazada y el carbono de mitigación del calentamiento global, que juntos contribuyen con el 11% del activo ambiental total. La recolección de las setas por visitantes recreativos de libre acceso aporta el 1% del activo ambiental de Mazagón.

6.2 Valores añadidos de las cuentas convencionales y agroforestales comparados

Las valoraciones del SNA son a precios de mercado³⁴ y las del CAF a precios sociales. Se define el precio social por el valor unitario de transacción observado

³⁴ El SNA también estima el valor añadido neto a precio básico. Este se define como el valor de los productos finales comerciales por la suma del precio de mercado más las subvenciones de explotación netas de impuestos ligados a la producción.

en mercados formales o simulados con base en la disponibilidad a pagar marginal por los consumos de productos finales con y sin precios de mercado, respectivamente, de las personas físicas e instituciones que las representan. Los crecimientos naturales, los servicios de los ecosistemas, las rentas ambientales y los capitales naturales (en adelante activos ambientales) se valoran a precios ambientales. Este precio representa el valor de transacción unitario sin coste manufacturado embebido en el precio social de los consumos de los productos de base natural.

En Mazagón coinciden los precios ambientales (valor unitario de la renta del recurso) y los precios de mercado imputados de los productos finales de las setas, el agua y el carbono. Estas coincidencias se deben a que sus funciones de producción no incorporan factores manufacturados. Los precios ambientales y de mercado observados/simulados difieren en los productos finales de la madera, la piña, la caza, el servicio recreativo, el paisaje y la biodiversidad amenazada (Tabla A2).

En Mazagón, el producto total ($PT_{CAF,M}$) medido por el sistema de Cuentas Agroforestales supera en 2,6 veces el producto final ($PF_{SNA,M}$) que estima el System of National Accounts convencional (Tablas 3-4). El CAF estima un producto final consumido del propietario ($PF_{CAF,PR}$) que supera ligeramente al producto final consumido que mide el el SNA ($PF_{SNA,PR}$) en Mazagón (Tablas 3-4). El valor del producto final del agua es valorado a precio ambiental por el CAF. El SNA valora el producto final del agua a precio ambiental el consumo de los agricultores y a precios de coste los consumos de otras industrias y de los hogares (Tablas 3-4-A3).

Las formaciones brutas de capital por cuenta propia (FBC) del CAF se diferencian de las del SNA en que incorporan el crecimiento natural (CN) de la madera y las especies cinegéticas. CAF y SNA coinciden en las valoraciones de la formación bruta de capital manufacturado (Tablas 4-A3).

Los valores de los productos totales de las actividades individuales son atribuidos a sus factores de producción clasificados por el CAF en Mazagón en los registros de las líneas 2 a 7 de la Tabla A4. Entre estos registros se encuentran los que contribuyen a los valores añadidos y los servicios de los ecosistemas de las actividades individuales a precios sociales y ambientales, respectivamente.

Los consumos intermedios del CAF superan en 2,5 veces a los del SNA. Mientras que el SNA únicamente registra el consumo intermedio de fuera (comprado), el CAF incorpora el consumo intermedio propio y las extracciones de madera y capturas cinegéticas inventariadas a la apertura del periodo valoradas por sus precios ambientales (Tabla A3).

El valor añadido bruto (VAB) estimado por el SNA no requiere recurrir a simulaciones de precios de productos sin precios de mercado, mientras que el CAF sí simula estos precios. Los VAB del propietario y el gobierno estimados por el CAF son 2,9 y 2.6 veces mayores que los medidos por el SNA, respectivamente (Tablas 3-4).

Tabla 3. Valor añadido neto de Mazagón estimado por el System of National Accounts convencional a precios de mercado (2010: €/ha).

Clase	Selvicultura SNA _{EA} F	Agricultura SNA _{EA} A	Propietario SNA _{PR}	Gobierno SNA _{GO}	Mazagón SNA _M
1. Producto final (PF)	36,0	4,7	40,7	430,7	471,4
1.1 Producto final consumido (PFc)	36,0	4,7	40,7	399,7	440,4
Madera	23,6		23,6		23,6
Leña	<i>nd</i>				
Piñas	12,4		12,4		12,4
Miel		2,6	2,6		2,6
Caza recreativa		2,1	2,1		2,1
Agua subterránea				161,4	161,4
Servicio de incendios				35,8	35,8
Servicio recreativo público				80,0	80,0
Setas				6,5	6,5
Paisaje				89,8	89,8
Biodiversidad amenazada				26,3	26,3
Otros (FPco)	<i>nd</i>				
1.2 Formación bruta de capital fijo (FBCF)		0,0 ^(*)	0,0 ^(*)	31,0	31,0
2. Consumo intermedio (ICmc)	9,2	4,1	13,3	58,6	71,9
3. Valor añadido bruto (VAB)	26,7	0,6	27,3	372,1	399,5
4. Consumo de capital fijo manufacturado (CCFm)	<i>nd</i>	7,2	7,2	14,8	22,0
5. Valor añadido neto (VAN)	26,7	-6,6	20,1	357,3	377,5
5.1 Mano de obra asalariada (MOa)	15,0	2,3	17,3	189,5	206,8
5.2 Excedente neto de explotación (ENE)	11,7	152,2	163,9	6,4	170,3
5.3 Renta neta mixta (RNM)		0,4	0,4		0,4
5.4. Subvenciones de explotación menos impuestos sobre la producción (SEN)	<i>nd</i>	<i>nd</i>			

nd: no disponible

(*) Valor menor de 0,05.

El SNA omite el crecimiento natural (CN) de la formación bruta de capital (FBC) y excluye el producto en curso ambientales utilizados (PCau) del consumo intermedio (Tabla 3). Los sistemas contables SNA y CAF estiman los mismos CCFm³⁵. La razón por la que en Mazagón no coincide la mano de obra se debe a que el SNA oculta la mano de obra no-asalariada en la renta neta mixta (Tablas 3-4-A3). El SNA ignora la actividad del carbono de efecto invernadero (Tabla 3). El valor añadido bruto del SNA (VAB_{SNA}) contiene el coste de las amortizaciones de capital fijo manufacturado (CCFm) y el valor de los productos de las actividades de madera y cinegética cosechados a precios ambientales (PCau). El SNA incorpora como renta en el excedente neto de explotación de las actividades del propietario (ENE_{PR})³⁶ el coste del PCau (Tabla 3). El SNA omite el excedente neto de explotación del gobierno (ENE_{GO}) de las actividades que generan productos finales consumidos sin precios de mercado recreativa, paisaje y biodiversidad.

EL CAF incorpora la nueva la actividad de carbono, el CN en la FBC, el PCau en el consumo intermedio, el consumo de activo ambiental de inversión del carbono (CAAica) en el CCF, el margen neto de explotación del gobierno (MNE_{GO}) (Tabla A3).

³⁵ La repoblación mixta de 1996/97 de 819 ha de las especies de pino piñonero y alcornoque no se ha registrado la amortización (CCFm) de los pies que han prosperado. No se dispone en 2010 del inventario de la plantación mixta y de las reposiciones de marras que puedan haberse producido.

³⁶ $ENE_{PR} = MNE_{PR} - CN + PCau$.

Tabla 4. Valor añadido neto a precios sociales de Mazagón estimado por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Clase	Gobierno	Mazagón
1. Producto total a precios sociales (PT)	1.105,0	1.220,2
1.1 Producto total consumido a precio social (PTc)	1.074,0	1.175,8
1.1.1 Producto intermedio a precio social (PI)	35,8	95,1
<i>Materias primas intermedias a precio del productor (MPI)^[1]</i>		2,1
<i>Servicios intermedios a precio de productor y social (SSI_s)^[2]</i>	35,8	93,0
1.1.2 Producto final consumido a precio social (PFc)	1.038,2	1.080,7
Madera		23,6
Piñas recolectadas		14,1
Apicultura		2,6
Cinegética		2,1
Servicios de amenidades		0,1
Setas recolectadas	6,5	6,5
Agua filtrada consumida	189,8	189,8
Servicios recreativos	152,6	152,6
Servicios del paisaje	537,3	537,3
Servicios de la biodiversidad	49,7	49,7
Servicios del carbono	102,3	102,3
Otro producto final consumido (PFco) ^[3]		
1.2 Formación bruta de capital (FBC)	31,0	44,4
1.2.1 Formación bruta de capital fijo manufacturado (FBCm)	31,0	31,0
1.2.2 Crecimiento natural a precio ambiental (CN)		13,3
<i>Madera</i>		10,2
<i>Cinegética</i>		3,2
2. Consumo intermedio (CI)	147,3	182,2
2.1 Consumo intermedio manufacturado (CIm)	147,3	167,0
2.1.1 Comprados (CI _m c)	54,3	71,9
2.1.2 Propios (CIm _p) ^[4]	92,9	95,1
2.2 Producto en curso ambiental utilizado (PCau)		15,2
3. Valor añadido bruto a precios sociales (VAB)	957,7	1.038,0
4. Consumo de capital fijo (CCF)	82,0	93,5
4.1 Consumo de capital fijo manufacturado (CFCm)	10,5	22,0
4.2 Consumo de capital fijo ambiental de inversión (CFCai)	71,5	71,5
5. Valor añadido neto (VAN)	889,0	944,4
5.1 Mano de obra (MO)	162,4	208,9
5.1.1 Asalariado (MOa)	162,4	206,8
5.1.2 No asalariado (MOna)		2,1
5.2 Margen neto de explotación a precio social (MNE)	726,6	735,5
5.2.1 Margen neto de explotación manufacturado (MNE _m)	4,0	8,4
<i>Ordinario (MNE_{mo})</i>	4,0	8,4
<i>Inversión (MNE_{mi})</i>		
5.2.2 Margen neto de explotación ambiental (MNE _a)	722,6	727,1
<i>Ordinario (MNE_{ao})</i>	780,8	785,3
<i>Inversión (MNE_{ai})</i>	-58,2	-58,2
6. Coste total a precios sociales (CT)	391,7	484,6
6.1 Coste total manufacturado (CT _m)	320,2	397,9
6.1.1 Ordinario (CT _{mo})	289,2	366,9
6.1.2 Inversión (CT _{mi})	31,0	31,0
6.2 Coste total ambiental (CT _a)	71,5	86,7
6.2.1 Ordinario (CT _{ao})		15,2
6.2.2 Inversión (CT _{ai})	71,5	71,5

^[1] Incluye la miel dejada de recolectar consumida por las abejas a precios mercado.

^[2] Incluye los servicios intermedios comerciales de las actividades de selvicultura de conservación y servicio de incendios, y los servicios intermedios no-comerciales.

^[3] Incluye donaciones y pagos en especie de productos finales consumidos.

^[4] El Clmp corresponde al re-empleo de los productos intermedios como consumos intermedios manufacturados ordinarios propios de materias primas (MP_{mop}) y servicios (SS_{mop}).

(*) Valor inferior a 0,05.

Estas diferencias de los sistemas SNA y CAF motivan que en Mazagón el valor añadido neto (VAN) del CAF supere en 2,5 veces el respectivo medido por el SNA (Tablas 3-4-A3-A4).

Por causa de las convenciones contables del SNA el ENE no se corresponden con el concepto de renta de explotación de capital en los casos de las actividades de madera, cinegética y carbono. El MNE supera en 4,3 veces el ENE medidos en Mazagón (Tablas 3-4-A3). El ENE del SNA y el MNE del CAF difieren por las mismas razones descritas para los respectivos valores añadidos netos.

El CAF presenta la desagregación del MNE en manufacturado (MNE_m) y ambiental (MNE_a), divididos ambos en ordinarios (MNE_m_o y MNE_a_o) y de inversión (MNE_m_i y MNE_a_i) (Tablas 4-A3). El margen neto de explotación ambiental (MNE_a) representa el 77% del VAN y el 99% del MNE de Mazagón (Tablas 4-A3). Los MNE_a medidos por el CAF de las actividades de paisaje, agua y recreativo público aportan el 62 % del VAN y el 80% del MNE de Mazagón (Tabla A3).

6.3 Renta total estimada por el sistema de Cuentas Agroforestales

En Mazagón se estima la renta total en un contexto de sustentabilidad biológica dada por la ausencia de pérdidas irreversibles de variedad genética natural silvestre única no-reproducible por la intervención humana (Berrens, 2001; Campos *et al.*, 2020a: Sub-sección 6.1).

Las incorporaciones del CAF de los productos finales de los crecimientos naturales (CN) y la fijación de carbono (PF_{cca}) implican sobrevaloraciones del producto final por las cuantías de sus valores ambientales esperados inventariados a la apertura del periodo³⁷. El CAF evita estas sobrevaloraciones en la estimación de la renta total (RT) mediante el ajuste en su componente de ganancia de activo ambiental (AA_g). La AA_g se estima por la revalorización (AA_r) menos el ajuste del activo ambiental (AA_{aj}) de las extracciones de madera y la fijación de carbono valorados por sus precios ambientales (Tablas 5-A4).

El CAF estima una renta total de las 13 actividades valoradas de Mazagón (RT_{CAF, M}) que supera en 14 veces el valor añadido neto de las actividades de madera y piña de la cuenta económica de la selvicultura del SNA (RT_{SNA, EAF}) (Tablas 3-5-A4).

La distribución factorial de la renta total estimada por el CAF se atribuye a la mano de obra el 22%, al capital manufacturado el -1% y a la renta ambiental el 79% (Tabla A4).

La renta de capital manufacturado y la renta ambiental del gobierno medidas por el CAF superan en 1,7 y 12,5 veces las respectivas del propietario (Tablas 5-A4). Las actividades del gobierno recreativa, paisaje y biodiversidad contribuyen con el 64% de la renta ambiental de Mazagón (Tablas 5-A4).

³⁷ El activo ambiental ajustado (AA_{aj}) se estima por la suma de los valores del CN/(1+r) y el PF_{cca}/(1+r).

Tabla 5. Renta ambiental de Mazagón estimada por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Clase	Propietario	Gobierno	Mazagón
1. Renta ambiental (RA)	55,7	695,3	751,0
1.1 Servicios del ecosistema (SE)	19,7	780,8	800,5
1.1.1 Producto en curso ambiental utilizado (PCau)	15,2		15,2
1.1.2 Margen neto de explotación ambiental ordinario (MNEao)	4,5	780,8	785,3
1.2 Cambio del patrimonio neto ambiental ajustado (CPNaaj)	36,0	-85,4	-49,5
1.2.1 Cambio del patrimonio neto ambiental (CPNa)	51,2	-85,4	-34,2
1.2.1.1 Margen neto de explotación ambiental de inversión (MNEai)	13,3	-71,5	-58,2
1.2.1.1.1 Crecimiento natural (CN)	13,3		13,3
1.2.1.1.2 Menos consumo de activo ambiental de inversión (CAAi)		-71,5	-71,5
1.2.1.2 Ganancia del activo ambiental (AAG)	37,9	-13,9	23,9
1.2.2 Menos producto en curso ambiental utilizado (PCau)	-15,2		-15,2

Identidades: RA = SE + CPNaaj; CPNaaj = MNEai + AAG - PCau; CPNa = MNEai + AAG; MNEai = CN - CAAi; AAG = AAr - AAaj; y AAaj = CN/(1+r) + FFcca/(1-r).

6.4 Rentas y flujos de caja de las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad

Se describe, a título de ejemplo, los procedimientos aplicados de las Cuentas Agroforestales (CAF) en las estimaciones de las rentas y flujos de caja en las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad de Mazagón.

El producto final consumido de la actividad recreativa (PFcre) de libre acceso es valorado por la disponibilidad a pagar marginal (DAPM) de los visitantes entrevistados al finalizar la visita al espacio natural protegido de los pinares de Doñana. La disponibilidad a pagar marginal (DAPM) de las personas adultas entrevistadas por la visita de libre acceso es estimada por el método de valoración contingente. Se ha elegido como precio simulado la mediana y por ello únicamente la mitad de las visitas contribuyen al producto final consumido del servicio recreativo de libre acceso. El valor de transacción simulado de las visitas resulta de multiplicar el precio de la mediana por la mitad de las visitas (Oviedo *et al.*, 2016: Tabla 9). El producto final de la actividad recreativa (PFre) se obtiene sumando el PFcre y la formación bruta de capital manufacturado (FBCmre) por cuenta propia (Tablas 4-6-A4).

Los productos finales consumidos de servicios de las actividades de paisaje (PFcpa) y biodiversidad amenazada (PFcba) han sido estimados por el coste total manufacturado ordinario (CTmo) más la disponibilidad al pago marginal adicional (DAPMad) estimada por el método de elección conjunta. Se ha entrevistado a una mestra representativa de la población española adulta de forma presencial en sus hogares (Oviedo *et al.*, 2016). Los productos finales del paisaje (PFpa) y la biodiversidad (PFba) se estiman por la suma de las PFcpa/ba y las FBCmpa/ba (Tablas 4-6-A4).

Las actividades tanto recreativa como de paisaje de Mazagón demandan consumos intermedios manufacturados (CIm) que contribuyen al 19% y 18% de

sus productos finales, respetivamente (Tablas 6-A3). Los consumos intermedios de servicios manufacturados propios (SSmp) de ambas actividades proceden mayoritariamente de las actividades de selvicultura e incendios (Tabla A3). Los SSmp contribuyen con el 20% y 89% de los Cim de las actividades recreativa y paisaje, respetivamente (Tablas 7-A3). El consumo intermedio de servicios comprados (Cimcre) de la actividad recreativa contribuye con el 77% de su Cimre. La contribución correspondiente de la actividad de paisaje del SSmpca es del 10% al Cimpa. El Cimba de la actividad de biodiversidad es comprado en su totalidad y contribuye al 12% de su producto final (PFba) (Tablas 6-A5).

Tabla 6. Renta total y flujo de caja ordinario de las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Clase	Recreativa	Paisaje	Biodiversidad
1. Producto final (PF)	169,1	542,3	54,2
1.1 Producto final consumido (PFc)	152,6	537,2	49,7
1.1.1 Pago adicional al coste total (DAPMad)	na ^(*)	396,5	23,4
1.1.2 Coste total manufacturado ordinario (CTmo)	na ^(*)	140,7	26,3
1.2 Formación bruta de capital (FBCm)	16,5	5,1	4,5
2. Coste total manufacturado (CTm)	102,7	145,8	30,8
2.1 Consumo intermedio manufacturado (CIm)	31,5	97,1	6,5
2.1.1 Materia primas compradas (MPmc)	1,0	0,8	0,3
2.1.2 Servicios (SSm)	30,6	96,2	6,2
2.1.2.1 Servicios comprados (SSmc)	24,3	9,6	6,2
2.1.2.2 Servicios propios (SSmp)	6,3	86,7	
2.2 Mano de obra (MO)	69,3	46,7	19,4
2.3 Consumo de capital fijo (CCFm)	1,9	2,0	4,9
3. Margen neto de explotación (MNE)	66,4	396,5	23,4
3.1 Ambiental (MNEa)	64,8	395,7	22,3
3.2 Manufacturado (MNEm)	1,6	0,9	1,1
4. Valor añadido neto (VAN)	135,6	443,3	42,8
5. Ganancia de capital manufacturada (GCm)	-15,0	-3,1	2,9
6. Renta total (RT)	120,6	440,2	45,6
5. Flujo de caja ordinario (FCo)	-80,0	-54,1	-26,3

Identidades: PF = PFc + FBCm; PFc = DAPMad + CTmo; CTm = CIm + MO + CCFm; MNE = PF - CTm; VAN = PF - CTm - CCFm; VAN = MO + ENE; ENE = ENEm + ENEa; SE = ENEa; y RT = VAN + GCm.

Los valores añadidos netos (NVA) de las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad contribuyen al 80%, 81% y 79% de sus productos finales, respetivamente (Tablas 6-A3).

Las contribuciones de los servicios de los ecosistemas (SE) de las mismas tres actividades a sus valores añadidos netos son el 48%, el 89% y el 52%, respetivamente (Tablas 6-A3).

Las contribuciones de los márgenes netos de explotación manufacturados (MNEm) son imputadas y resulta de atribuir una tasa de rentabilidad real del 3% a los capitales inmovilizados manufacturados ordinarios respectivos de las

tres actividades. La mano de obra directa de las actividades recreativa (MOre) y biodiversidad amenazada MOBa contribuyen de forma relevante con el 51% y el 45% a sus respectivos VAN (Tabla 6). Con notable menor contribución la mano de obra del paisaje (MOpa) contribuye con el 11% a su VAN (Tablas 6-A3). Es de resaltar que la actividad de paisaje a través de los SSmp de las actividades de selvicultura e incendios contribuyen de forma indirecta a la demanda de empleo en Mazagón (Tablas 6-A3).

Se ha asumido que las ganancias de activos ambientales (AAg) son cero en las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad, haciendo coincidir el servicio del ecosistema y la renta ambiental (Tablas 5-6-A4). Las rentas totales (RT) son menores que el VANre/pa en las actividades recreativa y paisaje por producirse ganancias de capital manufacturado (GCm) negativas (Tabla A4). Mientras que la RT de la actividad de biodiversidad supera a su VANba por estimare una GCmba positiva (Tabla A4). Esta situación de estado estacionario de los activos ambientales y las variaciones menores de los capitales fijos manufacturados de Mazagón implican que los VAN de las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad ofrecen valores próximos a los estimados de la RT (Tablas 6-A4).

La singularidad de las actividades recreativa, paisaje y biodiversidad amenazada es que no generan ingresos monetarios por ofrecer de forma gratuita el gobierno a los consumidores los consumos de sus servicios finales. Sí, es consustancial que los flujos de caja ordinarios de estas tres actividades coincidan con los costes monetarios (Tabla A4).

7. Discusión de los métodos y resultados del CAF y sus implicaciones políticas

7.1 Derechos de propiedad, interdependencias de actividades y consumidores públicos

Los derechos de propiedad jurídica y/o económica de un producto pueden no residir en la misma persona. Los derechos de propiedad suelen conllevar grados de incertidumbre que son aclarados con las transacciones observadas y/o implícitas simuladas de los bienes y servicios consumidos (Barzel, 1997). Las intervenciones sobre el suelo y la vegetación de la actividad de la selvicultura y las cortas de madera están reguladas por la ley forestal y los propietarios de la tierra están sujetos a los planes de aprovechamientos autorizados por el gobierno.

Las actividades económicas que han sido valoradas en Mazagón tienen como propietarios económicos de las actividades privadas al propietario público de la tierra y al gobierno de las actividades públicas. Estos propietarios asumen de forma independientemente el riesgo económico de las inversiones que inmovilizan³⁸. En Mazagón el gobierno de Andalucía asume riesgos de las inversiones manufacturadas en su condición de propietario jurídico y

³⁸ La metodología convencional SNA clasifica las actividades de la tierra de acuerdo al criterio de la *International Standard Industries Classification* (ISIC) códigos A01/A02 (UNSD, 2008) e incluye a las fincas de pino piñonero en el sector institucional de las corporaciones no financieras (propietario).

propietario fiduciario de las actividades privadas y públicas, respectivamente. No obstante el CAF asume que las actividades públicas son remuneradas de forma independiente de las actividades del propietario³⁹.

Los propietarios de la tierra pueden no percibir en situaciones locales específicas rentas del recurso de los productos de actividades en las que no incurren en costes de cosecha. Este es el caso de las actividades de la apicultura y la recolección de las piñas libres (no recolectadas por el propietario) por terceros por motivos comerciales. En estas circunstancias los valores potenciales de los activos ambientales de ambos productos son cero⁴⁰.

El gobierno es un propietario virtual como fiduciario de las actividades públicas de base natural que pueden generar valores de transacción simulados positivos de sus respectivos activos ambientales. Estos serían los casos en los que se estiman rentas de los recursos embebidas en los valores de los productos finales consumidos en el periodo corriente y/o que se espera serán consumidos en futuros periodos. Estos son los casos del agua consumida por los cultivos de regadío fuera de Mazagón y las setas cosechadas⁴¹ por los recolectores recreativos de libre acceso. Sin embargo, dado que los activos ambientales de las actividades públicas son propiedad colectiva indivisa de los consumidores públicos antes de sus cosechas, una vez cosechados los derechos de propiedad pertenecen únicamente a sus apropiadores. Estos propietarios económicos son en el caso del agua los propietarios de las tierras regadas y en el caso de las setas sus recolectores. Puesto que se adscriben las rentas de los activos ambientales en el espacio donde se encuentran sus dotaciones, como las setas o el agua filtrada, son activos ambientales públicos de Mazagón y no de la tierra del cultivo agrícola de regadío y la cuenta de los hogares del SNA.

La existencia de dos “empresas” independientes la del propietario público y la del gobierno invirtiendo capital manufacturado en Mazagón implica que las mediciones de sus rentas han de ser también independientes y a la vez consistentes entre sí por sus interdependencias para agregarlas en la medición de la renta total de la sociedad de Mazagón. La clasificación de los productos intermedios manufacturados de servicios (SSIm) responde a sus re-empleos en las actividades de Mazagón. Así, por ejemplo, la actividad de silvicultura produce SSI comerciales que son consumidos como SSmop por la actividad de paisaje.

³⁹ El SNA incluye de forma implícita las actividades públicas en la cuenta general del sector institucional del gobierno (European Commission *et al.*, 2009). En el CAF se muestran explícitas las actividades del gobierno que afectan a Mazagón.

⁴⁰ En teoría sería posible un beneficio extraordinario de las actividades de apicultura y recolección libre de setas por terceras personas y en este caso debería ser atribuida la remuneración extra a la productividad del know-how exclusivo de los trabajadores familiares. No puede atribuirse a la renta del recurso porque el mercado no la reconoce interiorizándola en el potencial precio de la tierra en el mercado competitivo.

⁴¹ El derecho de propiedad jurídico de las setas se atribuye al propietario por la ley forestal. La práctica de la recolección es que el propietario de la tierra y el gobierno no invierten en evitar la intromisión de los recolectores recreativos y se asume que la potencial renta del recurso interiorizada en el activo ambiental del precio de mercado de la tierra es cero.

7.2 Crítica de las estimaciones de las rentas y los activos ambientales de Mazagón

7.2.1 Crítica del precio de transacción simulado

La incorporación por el CAF de las valoraciones a precios de transacción simulados de los consumos de productos finales de servicios sin precios de mercado del bosque es controvertida en términos aplicados por su condición de precio declarado/revelado por los consumidores que puede diferir del observado de producirse la implementación de su pago real (Alfsen y Greaker, 2006; OECD, 2006). Siendo necesaria la cautela que ha de observarse sobre los valores de cambio simulados, no representan una novedad en la práctica de las valoraciones del SNA que aplican los gobiernos para medir la renta que se produce en el territorio nacional (European Commission *et al.*, 2009; European Communities, 2000). El SNA simula que el valor de cambio de los excedentes netos de explotación del gobierno (ENE_{CO}) embebido en los productos finales consumidos de servicios públicos sin precios de mercado es cero. Esta convención arbitraria de asumir el gobierno un resultado de valor cero del ENE_{CO} puede que no minimice su posible incertidumbre respecto al resultado de cualquier signo que podría arrojar la recaudación de la implantación real del mercado o mediante tasas del gobierno del consumo del producto por los consumidores actuales de los servicios públicos gratuitos.

7.2.2 Activos ambientales virtuales de los consumos de servicios públicos

Por ausencia de destrucciones extraordinarias⁴², en Mazagón el SNA⁴³ registra en el balance de activos ambientales de los productos que valora únicamente los movimientos de las salidas de productos en curso ambientales utilizados (PCau)⁴⁴ y la revalorización de los activos ambientales (AAR) inventariados a la apertura y que permanecen inventariados al cierre del periodo⁴⁵.

La vinculación entre las cuentas de producción y generación de renta y la cuenta de balance de capital se debe al hecho de que el valor de un capital manufacturado representa el precio imputado de mercado y el de un activo ambiental depende de los flujos de rentas del recurso (equivalente al servicio del ecosistema) futuros traídas al periodo corriente acumulados como su valor presente neto (VPN) (UNCEEA, 2021: para. 10.43).

El SNA omite los registros en la cuenta de producción del producto final acumulado de la formación bruta de crecimiento natural ambiental en curso (CN) y el consumo de capital fijo ambiental de los activos ambientales del carbono (CCFaca), mientras que la metodología CAF sí incorpora los registros del CN y el CCFaca en la cuenta de producción. La omisión de ambos registros por SNA tiene el efecto en las cuentas de balance de activos ambientales, por una

⁴² No hay en 2010 incendios forestales catastróficos, ni desaparición de especies silvestres amenazadas en Mazagón.

⁴³ En la práctica el SNA no suele ofrecer estimaciones de la cuenta de balance de capital. En Mazagón se dispone de la información para estimar de forma explícita los activos ambientales de las actividades que valora el SNA.

⁴⁴ El SNA registra el PCau oculto en el excedente neto de explotación.

⁴⁵ La revalorización no registra plusvalías puras de precios nominales por haberse asumido la estabilidad de precios futuros. Por ello la AAR se debe únicamente a variaciones en la productividad física de la madera que se espera cosechar y la fijación neta física de carbono forestal de efecto invernadero.

parte, de la ausencia de los registros instrumentales⁴⁶ de salidas de reclasificación ambientales (AAsrc) y otras salidas ambientales (AAsot)⁴⁷. Por otra parte, implica la ausencia de registros instrumentales de entradas propias ambientales (AAep)⁴⁸ y otras entradas ambientales (AAeot)⁴⁹ (Tabla A1).

Estas diferencias de registros instrumentales en los balances de activos ambientales se anulan por igualarse las rentas ambientales de los activos ambientales comunes de los productos comerciales de las ganancias de activo ambientales del SNA (AA_{gSNA}) y el cambio del patrimonio neto ambiental ajustado del CAF (CPNaaj).

7.2.3 Papel de los servicios de los ecosistemas no-económicos de Mazagón

La renta del recurso de la naturaleza mayor de cero revela la escasez relativa de recursos naturales que han sido apropiados por las personas individuales y/o colectivas en el lugar donde tienen lugar las actividades económicas. Adicionalmente, la naturaleza contribuye a los productos económicos mediante los inputs de consumo intermedio de materias primas y servicios naturales abióticos y bióticos no-económicos por haberse disipado la renta del recurso o no haber sido apropiados. Estos inputs naturales libres se definen por presentar rentas de los recursos de valor de cambio cero y ser su contribución biofísica indispensable para que continúen existiendo en el lugar concreto donde se generan los productos económicos manufacturados. La paradoja de la renta del recurso de valor de cambio cero es que sea esta circunstancia la condición necesaria que garantiza la continuidad de la actividad económica del espacio implicado al propiciar la generación de las rentas del trabajo y el capital manufacturado. Esta política de las tierras públicas se sigue practicando en Mazagón, tanto en el acceso libre a los inputs naturales de las producciones comerciales, como son los casos de las actividades de la apicultura, recreativa, la caza recreativa y la recolección de plantas y frutos silvestres.

En Mazagón la madera, la leña, la piña y la miel muestran rentas del recurso natural (servicio del ecosistema) de valores cero o próximos a cero. Sin embargo, estos productos generan rentas de trabajo directamente o mediante su transformación en carbón vegetal en el caso de la leña.

Un caso particular en Mazagón es haber omitido la renta ambiental de los pastos por la renta del recurso de las capturas cinegéticas recreativas. No es posible la separación de qué parte del valor a precio ambiental de la captura corresponde al consumo de pastos por las especies cinegéticas y qué parte a la de la fauna silvestre cinegética. Se ha atribuido en Mazagón el valor de la renta del recurso de las

⁴⁶ Los registros instrumentales evitan las dobles contabilizaciones por el efecto temporización de los mismos flujos de entradas y salidas de los registros del CAF.

⁴⁷ Ejemplo: emisión de dióxido de carbono vegetal.

⁴⁸ Ejemplo: crecimientos naturales acumulados al final del periodo de vegetaciones leñosas y nacimientos y revalorización de especies cinegéticas inventariadas que se esperan cosechar en el futuro.

⁴⁹ Ejemplo: fijación de dióxido de carbono vegetal.

capturas al animal silvestre y atribuido un valor cero a la renta del recurso del pasto consumido por la fauna cinegética. El precio ambiental de las capturas cinegéticas se estima a partir de los datos primarios de la encuesta de cotos privados (Herruzo *et al.*, 2015). También podría haber sido elegida la opción virtual contraria. En este caso el valor de los pastos correspondería con el precio ambiental de las capturas en 2010.

Las especies cinegéticas son capturadas por la sociedad deportiva de cazadores de Mazagón que tiene concedida el derecho de la gestión y caza recreativa gratuitamente durante los cuatro años de duración del plan cinegético del periodo 2009-2012.

7.2.4 Omisiones de productos en la aplicación del CAF en Mazagón

La sustitución de las 819 ha de eucaliptos por el bosque mixto de pino piñonero-alcornoque de 1996-97 no se ha considerado en la aplicación del CAF en 2010. No se elaboró un inventario del estado de la persistencia de la superficie repoblada y las reposiciones de marras. El valor del cambio en el activo ambiental de esta repoblación de 14 años en el periodo 2010 sería de una cuantía reducida por el descuento de las rentas de los recursos de los árboles sobrevivientes esperados y de los que se hubieran repuesto por las marras de la repoblación de 1996-97. Sin embargo, el consumo de capital fijo de la repoblación si afecta a la actividad de silvicultura mediante la sub-valoración de los productos intermedios manufacturados comerciales de servicios (SSImc) y su efecto en la sobrevaloración del servicio del ecosistema de la actividad del paisaje por la sub-valoración de los consumos intermedios manufacturados comerciales ordinarios propios de servicios (SSmcp).

Las claras/clareos y podas de formación generan el subproducto de leña que es utilizada para producir carbón vegetal por empresas concesionarias sin que el propietario reciba otro beneficio que no sea el de la “limpieza” del bosque de restos vegetales muertos que favorecen la ocurrencia catastrófica de incendios forestales. No se dispone de datos en el periodo 2010⁵⁰.

7.3 Implicaciones políticas de las cuentas silvo-pastorales de los bosques

7.3.1 Reconsideración virtual de los derechos de propiedad del agua filtrada económica

La implantación de un sistema de cuentas de los sistemas agro-silvo-pastorales tipo CAF reconsidera de forma virtual los derechos de propiedad del agua de riego subterránea. El valor del activo ambiental es atribuido a Mazagón y no a las tierras cultivadas de frutos rojos de la comarca de Doñana como sucede con su donación actual del gobierno al propietario de la tierra de regadío.

La política actual de donar la renta del recurso del agua a todos los usuarios se fundamenta en el criterio político de ser declarado un bien básico para su uso en los hogares. Sin embargo, en Andalucía más del 85% del agua con uso

⁵⁰ La cuenta económica de la fabricación de carbón de pino piñonero puede consultarse en Campos y López (1998: 49).

económico almacenada en los embalses público es utilizada en las explotaciones agrícolas de regadío. Esta política de los gobiernos de igualar la condición de bien básico los consumos industriales y domésticos está empezando a cambiar en otros países⁵¹. En Australia han implementado asignaciones de derecho de propiedad de un año base sobre el volumen de agua gratuita a las explotaciones agrarias en la cuenca Murray–Darling (Mallawaarachchi *et al.*, 2020). Los propietarios de las explotaciones pueden comerciar con la venta de sus excedentes de agua y la compra de sus necesidades adicionales de agua, manteniendo contante el consumo global de la concesión del gobierno a las explotaciones agrarias de la cuenca afectada. Este ejemplo de la cuenca Murray–Darling en Australia de la gestión sustentable y equitativa del agua económica en un contexto de escasez extrema del recurso es de plena aplicación en la gestión del uso del agua por las explotaciones agrícolas de frutos rojos de la comarca de Doñana.

7.3.2 Cuentas económicas de los ecosistemas a escala de explotación agro-silvo-pastoral

No se ha producido avance alguno en la implantación de un reglamento en la Unión Europea de las cuentas económicas de las explotaciones “silvo-agrícola o agro-silvo-pastorales” desde que, por primera vez, en 1988 la Comisión Europea recomendó añadir un módulo de estos tipos de explotaciones como complemento de la Red Contable Agraria Nacional (RECAN) (Comisión Europea, 1988; European Commission, 2018, MAPA, 2021). En el caso de Mazagón las actividades cinegética y apícola no ofrecen productos totales dominantes y por ello no cumplen con el criterio de elección para ser incluida en la muestra de explotaciones de la RECAN.

La RECAN debe su existencia en la necesidad del gobierno de apoyar la eficiencia de la Política Agraria Comunitaria en garantizar la seguridad alimentaria de los países miembros y la mitigación del diferencial de rentas del trabajo familiar del sector de la agricultura en comparación con otros sectores de la economía. El gasto público en Andalucía es de notable importancia en la gestión de las actividades económicas del propietario público y el gobierno en las fincas de bosques y sistemas agro-silvo-pastorales (Ovando *et al.*, 2016c). También en este tipo de explotaciones, en las que no son dominantes los productos totales agrícolas, también importan la eficiencia y equidad de la conservación del paisaje cultural y la preservación de la variedad genética silvestre única amenazada de extinción.

La Comisión Europea ha rechazado la incorporación de un módulo económico de las cuentas de los ecosistemas en el próximo reglamento de cuentas ambientales siguiendo la guía monetaria en proceso SEEA EA físico aprobado por la Comisión de Estadísticas de Naciones Unidas (UNSC) (UNCEEA, 2021; UNSD, 2021). La UNSC aún no ha acordado un estándar SEEA EA económico, pero sí ha recomendado a las oficinas estadísticas nacionales las aplicaciones voluntarias satélites de los conceptos y métodos de valoración de los servicios de los ecosistemas y valores añadidos netos ajustados por las

⁵¹ También en España desde la cuenca del Guadalquivir se ha producido una permuta de agua de riego a favor de los regantes de la cuenca de Almarazora con toma de agua en el río Negratín, previa compra autorizada por el gobierno de España del derecho de propiedad del agua a los regantes de Doñana.

mejoras y degradaciones de los activos ambientales. La aplicación del CAF en la finca de pino pionero pública de Mazagón incorpora las valoraciones de los servicios de los ecosistemas del paisaje y la biodiversidad y la renta total que son explícitamente rechazados en las recomendaciones acordadas de la UNSC en los capítulos 8-11 del SEEA EA económico.

7.3.3 Elección política de las combinaciones de las ofertas de productos competitivos

La gestión del agua subterránea y de la conservación de los hábitats y biodiversidad silvestres son los retos pendientes de las políticas de los gobiernos en la comarca de Doñana (TJUE, 2021). En Mazagón estos retos implican que se requiere conocer los valores económicos de cambio de los servicios de los ecosistemas que en términos físicos compiten entre sí. Se requiere un sistema de cuentas de los ecosistemas físicas y económicas que informen a los gobiernos sobre las decisiones del diseño e implementación de las políticas públicas de la gestión del medio natural con usos económicos.

La prioridad del uso eficiente del agua subterránea de Mazagón, como contribuyente al acuífero profundo de la comarca de Doñana, podría implicar la transformación del bosque de pino piñonero denso en un sistema silvo-pastoral aclarado tipo formación adhesada. Esta opción reduciría tanto la evotranspiración como la fijación permanente de carbono. Mientras que el acuífero profundo incrementaría la filtración de agua y podría así la formación forestal adhesada favorecer la oferta de agua no esquilmate del acuífero en beneficio de los agricultores de fruto rojos de la comarca de Doñana.

7.3.4 Flujo de caja ordinario negativo del propietario reconsiderado

Los contribuyentes en su conjunto financian a través de los impuestos el flujo de caja ordinario negativo de las actividades del propietario público de Mazagón. La selvicultura busca favorecer la conservación del paisaje cultural sujeto al límite del coste máximo tolerable por la sociedad. Los demás productos pertenecientes al propietario también cumplen con la prestación del servicio público de mantener las actividades económicas del paisaje cultural. Todas estas actividades del propietario generan un flujo de caja negativo que es inferior al valor de los productos intermedios de servicios que prestan gratuitamente a las actividades públicas que gestiona el gobierno. Si el gobierno “pagara” directamente al propietario el valor de estos servicios, entonces Mazagón mostraría un flujo de caja monetario positivo. Como el propietario público recibe la financiación del flujo de caja negativo del gobierno de Andalucía, en realidad el flujo de caja negativo es en Mazagón un concepto virtual, siendo su valor real de cero. Se constata que los consumidores están dispuestos a financiar los flujos de caja negativos de Mazagón.

8. Recapitulación y epílogo

8.1 Recapitulación

8.1.1 Rentas comparadas del SNA y CAF

El gobierno no ofrece el servicio público de las cuentas de los boques y lo sistemas agro-silvo-pastorales a escala de finca. A escala del territorio nacional/sub-nacional el sistema de Cuentas Económicas de la Selvicultura del gobierno ofrece el valor añadido agregado de los productos leñosos, resinas y frutos industriales cosechados. Otros productos son ocultados en los valores de los productos ganaderos de la Cuenta Económica de la Agricultura (incluye la ganadería). Los costes del gobierno de la gestión de actividades económicas públicas de los bosques se ocultan en la cuenta general convencional del gobierno. Se han aplicado en Mazagón estas sub-cuentas del sistema de cuentas nacionales convencional (SNA) y comparados sus valores añadidos netos con los estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (CAF).

En Mazagón la situación próxima al estado estacionario ocasiona que las mejoras superan ligeramente a las degradaciones de los activos ambientales. Por esta razón el valor de la renta total de 954€/ha supera únicamente en el 1% al valor añadido neto medidos por el CAF. La distribución de esta renta total muestra el predominio de la renta ambiental con la contribución de 751€/ha. Mientras que la renta de la mano de obra aporta 209€/ha y la renta de la inversión manufacturada es de un valor negativo de -6€/ha. Este resultado negativo se debe a la depreciación de 2010 del capital fijo manufacturado de las construcciones.

El SNA, que únicamente publica para la superficie forestal la Cuenta Económica de la Selvicultura (SNA_{EAF}), estima un valor añadido neto de los boques que no alcanza el 3% del respectivo estimado por el CAF. Se demuestra que el valor añadido neto del SNA, después de desvelar sus valores económicos ocultos de Mazagón en las cuentas de la agricultura (SNA_{EAA}) y el gobierno (SNA_{GO}), se aproxima al 40% del valor añadido neto que mide el CAF. Estas diferencias entre los valores añadidos netos tienen su origen principal en la omisión por el SNA de los excedentes/márgenes netos de explotación de los productos de servicios públicos consumidos gratuitamente y que sí son valorados por el CAF recurriendo a métodos de valoración ambiental de sus precios simulados.

8.1.2 Función social de las encomiendas de aprovechamientos gratuitos de Mazagón

El propietario público de Mazagón acuerda con empresas públicas y asociaciones sin fines de lucro comercial las encomiendas gratuitas de los aprovechamientos de piña, caza, miel, leña, frutos silvestres no-comerciales y otros productos de esencias industriales. Estos encomenderos públicos y privados intensifican sus aprovechamientos hasta disipar las rentas de los recursos, excepto en los productos de piña y caza. Aunque no se han estimado las rentas de varios de los productos encomendados referidos, el efecto de las

encomiendas es el aumento de las rentas totales de Mazagón y posiblemente sin efecto significativo en los valores de los activos ambientales que se espera serían obtenidos de la explotación competitiva de las subastas de los aprovechamientos.

8.2 Epílogo

Las cuentas económicas de Mazagón siguen la convención de valorar los activos ambientales sobre la base de las ausencias futuras de eventos catastróficos, nuevos descubrimientos de riquezas económicas, cambios de usos del suelo, variaciones de precios, modificaciones de la titularidad y derechos de propiedad de la tierra, cambios en las productividades de los recursos naturales bio-físicos y tecnológicos del capital manufacturado.

Transcurrido más de un decenio desde la estimación de la renta total de Mazagón en 2010 se han producido dos circunstancias que cambian a corto y medio plazo los valores de los activos ambientales y del capital manufacturado. La primera circunstancia es un incendio catastrófico en 2017 en Doñana (León, 2020) y la segunda la sentencia del TJUE (2021) que condena a los gobiernos de España y Andalucía a restaurar los hábitats naturales degradados por el efecto del aumento de la utilización del acuífero de la comarca de Doñana en el entorno de la urbanización de Matalascañas.

Agradecimientos

Agradezco a la Junta de Andalucía por haber confiado en el Grupo de Economía Ambiental del IPP-CSIC contribuyendo a la financiación y el trabajo de campo del proyecto RECAMAN (Contrato NET 165602) y al Consejo Superior de Investigaciones Científica CSIC por la financiación del proyecto Valoraciones de Servicios y Activos de Amenidades Privadas de Fincas Silvo-pastorales (VAMSIL) (ref. 201810E036). Particularmente, debo resaltar las colaboraciones de José Santiago Guirado de la Junta de Andalucía y al personal técnico de la Agencia de Medio Ambiente y Agua (AMAYA) colaboradores de RECAMAN representados por María Isabel Martín, Luis Guzmán, Samuel Gómez y María García. No es posible explicitar aquí los nombres de todos los colegas que contribuyeron a la información primaria del proyecto REAMAN de donde procede el análisis de datos de la finca Mazagón. Conste aquí el agradecimiento a mis colegas del CSIC del proyecto RECAMAN Eloy Almazán, Begoña Álvarez, Alejandro Álvarez, Santiago Beguería, Alejandro Caparrós, Mario Díaz, Bruno Mesa, Paola Ovando y José Luis Oviedo. Entre los colegas de otras instituciones expreso mi reconocimiento a Gregorio Montero del INIA y Luís Díaz Balteiro de la UPM.

Apéndice

Tabla A1. Balance de capital total de Mazagón estimada por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Tabla A2. Precios de transacción ambientales y sociales de productos seleccionados de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010).

Tabla A3. Cuenta de producción a precio social de Mazagón estimada por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Tabla A4. Secuencia simplificada de la renta total y el flujo de caja de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Tabla A5. Disponibilidad a pagar marginal adicional por especie silvestre amenazada en Mazagón (2010).

Tabla A1. Balance de capital total de Mazagón estimado por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: (€/ha).

Clase	1. Capital de apertura	2. Entrada de capital				3. Salida de capital						4. Revalorización de capital	5. Capital de cierre
		2.1 Compra	2.2 Propia	2.3 Otra	2.4 Entrada	3.1 Utilizada	3.2 Venta	3.3 Destrucción	3.4 Reclasificación	3.5 Otra	3.6 Salida		
	(Ca)	(Ceb)	(Ceo)	(Ceot)	(Ce)	(Cwu)	(Cws)	(Cwd)	(Cwrc)	(Cwot)	(Cw)	(Cr)	(Ce)
1. Activo ambiental (AA)	23.266,2		13,3	102,3	115,6	15,2			109,3	73,2	197,7	134,9	23.319,0
1.1 Propietario	1.038,0		13,3		13,3	15,2			10,0	1,7	26,9	49,5	1.074,0
1.1.1 Madera	808,6		10,2		10,2	13,8			10,0		23,7	47,1	842,2
1.1.2 Piñas	79,7											2,4	82,1
1.1.3 Cinegética	149,7		3,2		3,2	1,5				1,7	3,2	0,0	149,7
1.2 Gobierno	22.228,2			102,3	102,3				99,3	71,5	170,9	85,4	22.245,1
1.2.1 Recreativo	1.100,0												1.100,0
1.2.2 Setas	215,9												215,9
1.1.3 Carbono	623,2			102,3	102,3				99,3	71,5	170,9	85,4	640,1
1.1.4 Paisaje	13.218,1												13.218,1
1.1.5 Biodiversidad	743,4												743,4
1.1.6 Agua	6.327,6												6.327,6
2. Capital manufacturado (Cm)	241,5	31,0			31,0							-34,4	238,1
2.1 Propietario	122,6											-4,2	118,3
2.1.1 Plantaciones													
2.1.2 Construcciones	121,8											-4,1	117,6
2.1.3 Equipamientos	0,8											-0,1	0,7
2.2 Gobierno	118,9	31,0			31,0							-30,1	119,8
2.2.1 Construcciones	57,3	31,0			31,0							-31,0	57,3
2.2.2 Equipamientos	57,1											0,4	57,6
2.2.3 Otros	4,5											0,5	4,9
3. Capital (C)	23.507,7	44,4	102,3	146,7	15,2				109,3	73,2	197,7	100,5	23.557,2

Tabla A2. Precios de transacción ambientales y sociales de productos seleccionados de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010).

Clase	Unidad	Cantidad económica	Precio de apertura del activo ambiental	Precio ambiental	Precio social
1. Madera cortada	m ³	4.677		10,82	18,55
2. Piñas recolectadas	kg	114.208		0,08	0,40
3. Miel	kg	3.320		0,00	2,85
4. Servicio recreativo	v	39.025	204	6,11	14,39
5. Carbono					
Fijación	tCO ₂	27.418		13,7	13,7
Emisión	tCO ₂	19.170		13,7	13,7
6. Setas	kg	10.439	70	2,1	2,3
7. Paisaje	ha	3.680	13.218	396	537
8. Biodiversidad	e	62	44.124	1.324	3.217
9. Agua subterránea	m ³	5.763.256	3,81	0,12	0,12

*Tasa de descuento aplicada del 3%.
Unidades: v es visita y e es especie.

Tabla A3. Cuenta de producción a precios sociales de Mazagón estimada por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Clase	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	13	13	13	13
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	13	13	13	13
			XI-16														
1. Producto total (PT)	38,2	14,1	38,4	21,7	2,7	0,1	115,2	40,8	169,1	6,5	102,3	542,3	54,2	189,8	1.105,0	37,1-13	1.220,2
1.1. Producto intermedio (PI)	4,5		38,4	16,4	0,1		59,5	35,8									95,1
1.1.1. Materias primas (MP)			38,4	2,1			2,1										2,1
1.1.1.1 Bellotas (MPB)																	
1.1.1.2 Bellotas (MPB)																	
1.1.1.3 Capturas cinegéticas recreativas (MPICr)																	
1.1.2. Servicios (SSI)	4,5		38,4	14,3	0,1		2,1	35,8									2,1
1.1.2.1 Comerciales (SSIC)			35,7				2,1	35,8									35,8
1.1.2.2 No comerciales (SSINc)	4,5		2,7				0,1										35,8
1.2.2.2.1 Auto-consumidos (SSINca)							0,1										2,1
1.2.2.2.2 Donados (SSINcd)																	0,1
1.2. Producto final (PF)	33,7	14,1		14,3	2,6	0,1	55,9	5,0	169,1	6,5	102,3	542,3	54,2	189,8	1.069,2		1.125,1
1.2.1. Producto final consumido (PFC)	23,6	12,4		2,1	2,4	0,1	38,4	152,6				49,7		189,8	1.038,2		1.080,7
1.2.1.1 Ventas (PFCv)																	38,4
1.2.1.2 Autoconsumo (PFCa)							0,1										0,1
1.2.1.2.1 Bajas producciones ambientales públicas (BSA)		1,7		2,1	0,1		4,0	152,6				49,7		189,8	1.038,2		1.038,2
1.2.2. Formación bruta de capital (FBC)	10,2			3,2			13,4	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					4,4
1.2.2.1 Formación bruta de capital manufacturado (FBCm)				0,0			0,0	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					31,0
1.2.2.1.1 Formaciones brutas de capital fijo manufacturado (FBFCf)				0,0			0,0	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					31,0
1.2.2.1.1.1 Formaciones brutas de capital fijo manufacturado (FBFCfm)				0,0			0,0	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					31,0
1.2.2.1.1.1.1 Formaciones (GFCCfmp)																	
1.2.2.1.1.1.2 Construcciones (GFCCfmc)																	
1.2.2.1.1.2. Formación bruta de producc. en curso manufac. (FBFCpm)				0,0			0,0	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					31,0
1.2.2.1.1.2.1. Formación bruta de producc. en curso manufac. (FBFCpm)				0,0			0,0	5,0	16,5	0,0	5,1	4,5					31,0
1.2.2.2. Crecimiento natural (NG)	10,2			3,2			13,3										
1.2.2.2.1 Formación bruta de capital fijo ambiental (FBFCfa)				0,0			0,0										0,0
1.2.2.2.1.1 Hembras cinegéticas reproductoras (FBFCfah)				0,0			0,0										0,0
1.2.2.2.2 Formación bruta de producc. en curso ambiental (FBPCa)				3,2			13,3										13,3
1.2.2.2.1 Crecimiento bruto natural lento (FBFCb)	10,2																
1.2.2.2.1.1 Crecimiento cinegético no reproductor (FBPCc)				3,2			13,2										3,2
2. Coste total (CT)	28,0	11,7	35,7	14,8	2,6	0,1	93,0	40,8	102,7	0,1	71,5	145,8					391,7
2.1 Consumo intermedio (CI)	19,3	3,6	4,2	6,2	1,3	0,1	34,9	12,2	31,5	0,0	0,0	97,1	6,5				484,6
2.1.1 Materias primas (MP)	0,7	1,0	0,9	3,1	0,6	0,1	6,3	0,2	1,0	0,0	0,0	0,8	0,3				147,3
2.1.1.1 Compraventas (MPc)				0,6			4,3	0,2	1,0	0,0	0,0	0,8	0,3				2,3
2.1.1.1.1 Compras (MPcp)				2,1			2,1										2,3
2.1.1.2 Propias (MPp)				0,7			2,2										6,5
2.1.1.2.1 Servicios (SS)	4,9	2,6	3,3	1,7	0,7	0,1	13,4	12,0	30,6	0,0	96,2	6,2	6,2				158,4
2.1.1.2.2 Compras (SSp)	2,6	2,6	3,3	1,7	0,7	0,1	13,3	12,0	24,3	0,0	9,6	6,2	6,2				65,3
2.1.1.2.2.1 Compras (SScp)	4,9	2,6	3,3	1,7	0,7	0,1	13,4	12,0	30,6	0,0	96,2	6,2	6,2				145,0
2.1.2.2.2 Propios (SSp)							0,1		6,3		86,7						92,9
2.1.3 Producto en curso ambiental utilizado (PCau)	13,8			1,5			15,2										15,2
2.1.3.1 Maderen corada (PCaum)	13,8						13,8										13,8
2.1.3.2 Capturas cinegéticas (PCauc)				1,5			1,5										1,5
2.1.3.2.1 Maderen corada (PCaum)	8,7	8,0	27,1	1,8	0,5		44,3	27,0	69,3	0,0	46,7	10,4					208,9
2.1.3.2.2 No islarada (MOa)	8,7	6,3	27,1	1,8	0,4		21,1	27,0	69,3	0,0	46,7	19,4					208,8
2.2 No islarada (MOa)							2,1										2,1
2.3 Consumo de capital fijo (CCF)				4,4	6,8	0,3	11,5	1,5	1,9	0,0	71,5	2,0	4,9				82,0
2.3.1 Plantaciones (CCFp)																	
2.3.2 Construcciones (CCCFe)				4,0	6,4	0,3	10,7	0,8	1,1	0,0	0,6	4,3	0,4				6,8
2.3.3 Equipamientos (CCCFe)				0,4	0,4	0,0	0,8	0,7	0,3	0,0	0,4	0,4	0,4				1,9
2.3.4 Ambiental (CCCFaica)																	71,5
2.3.5 Otros (CCCFo)				0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	71,5	1,0	0,3				1,8
3. Margen neto de explotación (MNE = PT - CT)	10,2	2,4	2,7	6,8	0,1		22,3	0,0	66,4	6,4	30,8	396,5	23,4	189,8	713,3		735,5
3.1. Margen neto de explotación ambiental (MNEa)	10,2	2,4	2,7	5,2			17,9		64,8	5,9	30,8	395,7	22,3	189,8	709,2		727,1
3.1.1 Ordinario (MNEao)				2,1			4,5		64,8	5,9	102,3	395,7	22,3	189,8	780,8		785,3
3.1.2 Inversión (MNEai)	10,2			3,2			13,3				-71,5						-58,2
3.2. Margen neto de explotación manufacturado (MNEfm)				2,7	0,1			0,0	1,6	0,5		0,9	1,1				8,4
4. Valor añadido neto (VAN = MO + MNE)	18,9	10,5	29,8	8,6	1,0		48,4	27,1	135,2	6,5	30,8	443,2	43,8	189,8	875,0		944,2
4.1. Valor añadido bruto (VAB)	28,0	11,7	35,7	14,8	2,6	0,1	92,9	35,8	86,2	0,1	140,7	24,3	28,2				382,1
4.2. Coste total (CT)							0,0	5,0	16,5	0,0	71,5	5,1	4,5				102,5
6. Coste total de inversión (CTi)																	102,5

Tabla A4. Secuencia simplificada de la renta total y el flujo de caja de Mazagón estimados por el sistema de Cuentas Agroforestales (2010: €/ha).

Clase	Madera recortadas	Pinas recortadas	Servicios de conservación	Cine- gética	Agricultura	Servicios de an-	Propietario	Servicios de incen-	Servicios reco-	Seas recortadas	Servicios cambio	Servicio del pulsaje	Servicio de la diversidad	Agua consumida	Gobierno	Mazagón
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	Y2-13	Y1-13	
1. Producto total (PT)	38,2						51,6								Y2-13	Y1-13
2 Consumo intermedio manufacturado (CIm)	5,6	3,6	4,2	4,8	1,3	0,1	19,7	12,2	31,5	0,0	97,1	6,5	189,8	1.050,0	1.220,2	
2.1 Comproado (Cb)	5,6	3,6	4,2	2,7	1,3		17,5	12,2	25,3	0,0	10,4	6,5				
2.2 Propio (Cp)						0,1	2,2		6,3		86,7					
3. Mano de obra (MO)		8,0	27,1	1,8	0,9		46,5	27,0	69,3	0,0	46,7	19,4	189,8	1.050,0	1.220,2	
4. Consumo de explotación fijo (CFrCm)			4,4	6,8	0,3		11,5	1,5	1,9	0,0	71,5	19,4	189,8	1.050,0	1.220,2	
5. Margen neto de explotación manufacturado ordinario (MNEMo)						0,1	4,4	0,0	1,6	0,5	0,0	2,0	4,9	8,4	8,4	
6. Margen neto de explotación ambiental de inversión (MNEai)							13,3		0,0	0,0	-71,5	1,1				
7. Servicio del ecosistema (SE)	13,8	2,4		3,2			19,7		64,8	5,9	395,7	22,3	189,8	780,8	800,5	
7.1 Producto en curso ambiental utilizado (PCau)							15,2								15,2	
7.2 Margen neto de explotación ambiental ordinario (MNEao)		2,4		2,1			4,5		64,8	5,9	102,3	22,3	189,8	780,8	800,5	
8. Valor añadido neto (VAN)	18,9	10,5	29,8	8,6	1,0		68,7	27,0	135,6	6,5	30,8	42,8	189,8	875,7	944,4	
8.1 Mano de obra (MO)	8,7	8,0	27,1	1,8	0,9		46,5	27,0	69,3	0,0	46,7	19,4	189,8	162,4	208,9	
8.2 Margen neto de explotación (MNE)	10,2	2,4	2,7	6,8	0,1		22,3	0,0	66,4	6,4	30,8	23,4	189,8	713,3	735,5	
8.2.1 Margen neto de explotación manufacturado (MNEm)			2,7	1,6	0,1		4,4	0,0	1,6	0,5	0,9	1,1	189,8	4,0	8,4	
8.2.2 Margen neto de explotación ambiental (MNEa)	10,2	2,4		5,2			17,9		64,8	5,9	30,8	22,3	189,8	709,2	727,1	
9. Ganancia de capital (GC)	37,2	2,4		0,7	0,1		41,7	-3,5	-15,0	0,5	-13,9	2,9		-31,2	9,5	
9.1 Ganancia de capital manufacturado (GCm)							3,9	-3,5	-15,0	0,5	-13,9	2,9		-18,3	-14,4	
9.2 Ganancia de activo ambiental (AAg)	37,2	2,4		-1,7	0,1		37,9				-13,9	-3,1		-13,9	23,9	
9.2.1 Revalorización de activo ambiental (AAa)	47,1	2,4		0,0			49,5				85,4			85,4	134,9	
9.2.2 Ajustes de la ganancia de activo ambiental (AAaj)	-10,0	0,0		-1,7			-11,7				-99,3			-99,3	-111,0	
10. Renta total (RT)	56,0	12,9	31,1	9,3	1,1		110,5	23,5	120,6	6,9	16,8	45,6	189,8	843,5	954,0	
10.1 Mano de obra (MO)	8,7	8,0	27,1	1,8	0,9		46,5	27,0	69,3	0,0	46,7	19,4	189,8	162,4	208,9	
10.2 Renta de capital (RC)	47,3	4,8	4,0	7,6	0,2		64,0	-3,5	51,3	6,9	16,8	26,2	189,8	681,1	745,1	
10.2.1 Renta de capital manufacturado (RCm)			4,0	4,0	0,2		8,3	-3,5	-1,5	1,0	-2,2	3,9		-14,2	-6,0	
10.2.2 Renta ambiental (RA)	47,3	4,8		3,5			55,7		64,8	5,9	16,8	22,3	189,8	695,3	751,0	
11. Flujo de caja ordinario (FCo)	9,3	0,7	-35,7	-7,5	0,0		-38,2	-35,8	-80,0	-0,1	-71,5	-26,3		-267,7	-301,0	

Tabla A5. Disponibilidad a pagar marginal adicional (DAPMad) por especie silvestre amenazada en Mazagón (2010).

Número	Especies	Grado de amenaza(*)	Presencia de especies amenazadas en bosques de pino piñonero de Andalucía (ha)	DAPMad por especie silvestre amenazada (€/ha)	DAPMad por especie silvestre amenazada de Mazagón (€)
1	<i>Alectoris rufa</i>	LC	244,2	0,1	16,9
2	<i>Aquila adalberti</i>	CR	545,6	0,3	154,6
3	<i>Armeria velutina</i>	VU	3.537,1	3,2	11.152,0
4	<i>Asio flammeus</i>	NT	130,2	0,2	19,8
5	<i>Bubo bubo</i>	NT	389,2	0,2	70,4
6	<i>Bufo calamita</i>	LC	454,0	0,1	28,6
7	<i>Burhinus oedicephalus</i>	VU	244,2	0,1	17,5
8	<i>Calandrella brachydactyla</i>	NT	242,2	0,1	20,6
9	<i>Chalcides bedriagai</i>	NT	452,3	0,3	123,8
10	<i>Ciconia ciconia</i>	LC	350,0	0,1	33,0
11	<i>Circaetus gallicus</i>	NT	333,8	0,2	82,6
12	<i>Circus cyaneus</i>	NT	244,2	0,1	17,7
13	<i>Coluber hippocrepis</i>	NT	242,5	0,2	48,1
14	<i>Columba livia</i>	LC	401,2	0,1	26,6
15	<i>Columba palumbus</i>	LC	454,0	0,1	26,4
16	<i>Coracias garrulus</i>	NT	4,8	0,1	0,4
17	<i>Corvus corone</i>	LC	114,3	0,1	12,6
18	<i>Corvus monedula</i>	LC	211,5	0,1	17,3
19	<i>Coturnix coturnix</i>	NT	244,2	0,1	17,8
20	<i>Discoglossus galganoi</i>	NT	649,3	0,8	487,1
21	<i>Egretta garzetta</i>	LC	125,4	2,2	278,6
22	<i>Elanus caeruleus</i>	VU	211,5	0,1	21,4
23	<i>Falco columbarius</i>	DD	683,7	0,1	56,9
24	<i>Falco peregrinus</i>	VU	51,1	25,3	1.294,3
25	<i>Felis silvestris</i>	NT	977,1	0,1	101,8
26	<i>Galerida theklae</i>	NT	452,3	0,1	63,9
27	<i>Gallinago gallinago</i>	NT	682,0	0,4	293,5
28	<i>Genetta genetta</i>	NT	3.519,8	0,1	279,6
29	<i>Herpestes ichneumon</i>	LC	452,3	0,5	237,1
30	<i>Hieraaetus pennatus</i>	LC	2.839,0	0,1	407,8
31	<i>Linaria tursica</i>	EN	853,1	5,0	4.294,3
32	<i>Lullula arborea</i>	LC	209,8	0,4	79,0
33	<i>Luscinia svecica</i>	NT	452,3	0,3	134,2
34	<i>Lynx pardinus</i>	EN	3.498,0	1,1	3.725,9
35	<i>Melanocorypha calandra</i>	NT	244,2	0,1	17,1
36	<i>Milvus migrans</i>	NT	315,6	0,5	154,3
37	<i>Mustela putorius</i>	NT	3.353,9	0,1	423,1
38	<i>Oenanthe leucura</i>	NT	244,2	0,1	16,9
39	<i>Pelobates cultripes</i>	NT	452,3	0,5	208,4
40	<i>Phasianus colchicus</i>	LC	244,2	0,2	49,2
41	<i>Pica pica</i>	LC	999,3	0,1	61,0
42	<i>Plantago algarbiensis</i>	NT	703,1	80,5	56.591,8
43	<i>Pluvialis apricaria</i>	NT	244,2	0,1	19,1
44	<i>Pterocles alchata</i>	VU	130,2	0,1	12,2
45	<i>Pterocles orientalis</i>	EN	125,4	0,1	9,5
46	<i>Pyrhhorcorax pyrrhhorcorax</i>	DD	181,4	0,1	15,5
47	<i>Scolopax rusticola</i>	LC	335,8	1,1	358,3
48	<i>Streptopelia turtur</i>	VU	207,5	0,4	80,6
49	<i>Sturnus vulgaris</i>	LC	893,5	0,1	56,1
50	<i>Sylvia atricapilla</i>	NT	3.081,6	0,1	263,7
51	<i>Sylvia cantillans</i>	LC	125,4	0,2	29,7
52	<i>Sylvia melanocephala</i>	LC	3.083,2	0,1	156,0
53	<i>Sylvia undata</i>	NT	242,5	0,2	56,2
54	<i>Testudo graeca</i>	EN	3.440,2	0,7	2.566,6
55	<i>Tetrax tetrax</i>	VU	125,4	0,1	10,0
56	<i>Turdus iliacus</i>	LC	454,0	0,1	29,3
57	<i>Turdus philomelos</i>	LC	454,0	0,1	29,1
58	<i>Turdus pilaris</i>	LC	130,2	0,4	56,5
59	<i>Turdus torquatus</i>	LC	1.190,3	0,3	414,4
60	<i>Turdus viscivorus</i>	LC	2.839,0	0,1	409,6
61	<i>Turnix sylvatica</i>	CR	125,4	1,6	205,7
62	<i>Vanellus vanellus</i>	NT	683,7	0,1	50,2
TOTAL			3.679,7	23,4	85.992,5

(*) Nota: Categorías de amenaza elaboradas por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (IUCN) extraídas de los Libros Rojos andaluces: EW: extinto en estado salvaje; CR: en peligro crítico; EN: en peligro de extinción; VU: vulnerable; NT: casi amenazado; LC: preocupación menor; DD: datos insuficientes.

Referencias

- Alfsen, K.N. y Greker, M., 2006. From natural resources and environmental accounting to construction of indicators for sustainable development. Discussion Papers No. 478. Statistics Norway, Research Department. <https://www.ssb.no/a/publikasjoner/pdf/DP/dp478.pdf>
- Álvarez-Farizo, B., Oviedo, J.L., Soliño, M., Caparrós, A., Campos, P., Díaz, M., Concepción, E.D., Montero, G., 2016. Valoración ambiental de los servicios del paisaje y la biodiversidad amenazada de los sistemas forestales de Andalucía. En: Valoración de los servicios públicos y la renta total social de los sistemas forestales de Andalucía (Campos y Caparrós, eds.). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 5. Memoria 5.2. editorial csic, Madrid, pp. 112-282.
- Barzel, Y., 1997. Economic analysis of property rights. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom, 161 pp.
- Beguiría, S., Campos P., Serrano-Notivoli, R., Álvarez, A., 2015. Producción, usos, renta y capital ambientales del agua en los sistemas forestales de Andalucía. En: Biodiversidad, usos del agua forestal y recolección de setas silvestres en los sistemas forestales de Andalucía (Campos P., Díaz M., eds.). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 2. Memoria 2.2. Editorial CSIC, Madrid, pp. 102-273. http://libros.csic.es/advanced_search_result.php?tipo_búsqueda=sencilla&texto=recaman&x=0&y=0
- Berbel J., Mesa P., 2007. Quasi-hedonic method to assess the value of irrigation water. A case study in Guadalquivir basin (Spain). *Economía Agraria y Recursos Naturales* 7(14), 127-144
- Berrens, R., 2001. The safe minimum standard of conservation and endangered species: A review. *Environ. Conserv.* 28(02), 104–116. doi: 10.1017/S037689290100011.
- Brundtland, G. H., 1997. The Scientific Underpinning of Policy. *Science* 25 July: Vol. 277 (no. 5325). DOI: 10.1126/science.277.5325.457
- Campos, P., 1984. *Economía y energía en la dehesa extremeña*. Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros y Alimentarios/MAPA, Madrid, 336 pp.
- Campos, P., 2010. Renta total social y capital de un ecosistema natural. *Ambienta* 91: 45-54. https://digital.csic.es/bitstream/10261/239070/1/Ambienta_2010_91_45_54.pdf
- Campos, P. y Martín, M., 1987 (eds.). *Conservación y desarrollo de las dehesas portuguesa y española*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Madrid: 559 pp.
- Campos, P. y López, J., 1998. *Renta y naturaleza en Doñana. A la búsqueda de la conservación con uso*. Icaria Editorial, Barcelona, 246 pp.

- Campos, P., Belo-Moreira, M., Prieto Guijarro, A., Aparicio, M. A., Pulido, F., Coelho, I. S., Vargas, J. de D., Escribano, M., Reis, P.S.S., Calvo, J.C., Rodríguez, F., Arévalo, Gregorio; G., Martín, L., Krauss, I. y González, J. , 1996. Análisis técnico y económico de sistemas de dehesas y montados (1991-1993). Digital CSIC. <http://hdl.handle.net/10261/258095>.
- Campos, P. y Carrera, M., 2007 (eds.). *Parques nacionales y desarrollo local: naturaleza y economía en la Sierra de Guadarrama*. Thomson-Cívitas. Cizur Menor (Navarra): 268 pp.
- Campos, P., Daly, H., Oviedo, J.L., Ovando, P. y Chebil, A., 2008. Accounting for single and aggregated forest incomes: Application to public cork oak forests of Jerez in Spain and Iteimia in Tunisia. *Ecological Economics* 65: 76-86. ISSN: 0921-8009.
- Campos, P., Oviedo, J.L. Caparrós, A., Huntsinger, L. and Coelho, I., 2009. Contingent Valuation of Private Amenities from Oak Woodlands in Spain, Portugal, and California. *Rangeland Ecology and Mangement* 62: 240-252. ISSN: 1550-7424.
- Campos, P., Caparrós, A., Oviedo, J.L., Ovando, P., Álvarez-Farizo, B., Díaz-Balteiro, L., Carranza, J., Beguería, S., Díaz, M., Herruzo, A.C., Martínez-Peña, F., Soliño, M., Álvarez, A., Martínez-Jáuregui, M., Pasalodos-Tato, M., de Frutos, P., Aldea, J., Almazán, E., Concepción, E.D., Mesa, B., Romero, C., Serrano-Notivoli, R., Fernández, C., Torres-Porras, J., Montero, G., 2019a. Bridging the gap between national and ecosystem accounting application in Andalusian forests, Spain. *Ecological Economics* 157, 218–236. doi.org/10.1016/j.ecolecon.2018.11.017
- Campos, P., Oviedo, J.L., Álvarez, A., Mesa, B., Caparrós, A., 2019b. The role of non-commercial intermediate services in the valuations of ecosystem services: Application to cork oak farms in Andalusia, Spain. *Ecosystem Services* 39. doi: 10.1016/j.ecoser.2019.100996
- Campos, P., Álvarez, A., Oviedo, J.L., Ovando, P., Mesa, B., and Caparrós, A., 2020a. Environmental incomes: Refined standard and extended accounts applied to cork oak open woodlands in Andalusia, Spain. *Ecological Indicators* 117, pp. 1-29. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2020.106551>
- Campos, P., Álvarez, A., Mesa, B., Oviedo, J.L., Ovando, P. and Caparrós, A., 2020b. Total income and ecosystem service sustainability index: accounting applications to holm oak dehesa case study in Andalusia-Spain. *Land Use Policy* 97, pp. 1-41. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104692>
- Campos, P., Oviedo, J.L., Álvarez, A., Ovando, P., Mesa, B., Caparrós, A., 2020c. Measuring environmental incomes beyond standard national and ecosystem accounting frameworks: testing and comparing the agroforestry Accounting System in a holm oak *dehesa* case study in Andalusia-Spain. *Land Use Policy* 99: pp. 1-36. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104984>

- Campos, P., Álvarez, A., Mesa, B., Oviedo, J.L. and Caparrós, A., 2021. Linking standard Economic Accounts for Forestry (EAF) and ecosystem accounting: total forest incomes and environmental assets in publicly-owned conifer farms in Andalusia-Spain. *Forest Policy and Economics* .128. doi.org/10.1016/j.forpol.2021.102482.
- Campos, P., Oviedo, J.L., Álvarez, A., Mesa, B., 2022. Measurement of the Threatened Biodiversity Existence Value Output: Application of the Refined System of Environmental-Economic Accounting in the Pinus pinea Forests of Andalusia, Spain. *Land*, 11:1119. https://doi.org/10.3390/land1107111
- Cavendish, W., 2002. Quantitative methods for estimating the economic value of resource use to rural households. In: Cambell, B.M., Luckert, M.K. (eds.), *Uncovering the Hidden Harvest-Valuation Methods for Woodland & Forest Resources*. Earthscan, London, pp. 17–65.
- Coelho, I.S., Campos, P., 2009. Mixed cork oak and stone pine woodlands in the Alentejo region of Portugal. En: J. Aronson, J.S. Pereira y J.G. Pausas (eds.), *Cork Oak Woodlands on the Edge. Ecology, Adaptive Management, and Restoration*. Island Press, New York, pp. 153-161.
- Comisión Europea, 1988. COM (1988) 255-1. Comunicación de la Comisión-Estrategia y acción de la Comunidad en el sector forestal. Comisión Europea.
- Council of Europe, 2000. European Landscape Convention. European Treaty Series - No. 176. Florence. <http://www.convenzioneeuropeapaesaggio.beniculturali.it/uploads/Council%20of%20Europe%20-%20European%20Landscape%20Convention.pdf>.
- Díaz-Balteiro L., Caparrós A., Campos P., Almazán E., Ovando P., Álvarez A., Voces R., Romero C., 2015. Economía privada de productos leñosos, frutos industriales, bellota, pastos y el servicio del carbono en los sistemas forestales de Andalucía. En: *Economía y selviculturas de los montes de Andalucía* (Campos P., Díaz-Balteiro L., eds). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 1. Memoria 1.3. Editorial CSIC, Madrid, pp. 397-722.
- Díaz, M., Concepción, E.D., Oviedo, J.L., Caparrós, A., Farizo, B.A., Campos, P., 2020. A comprehensive index for threatened biodiversity valuation. *Ecol. Indic.* 108. https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2019.105696.
- Edens, B., Hein, L., 2013. Towards a consistent approach for ecosystem accounting. *Ecological Economics* 90, 41–52. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2013.03.003.
- European Commission, 2018. Farm Accounting Data Network an A to Z of methodology. Version 02/07/2018. https://ec.europa.eu/agriculture/rica/pdf/site_en.pdf.

- European Commission, International Monetary Fund, Organization for Economic Co-operation and Development, United Nations, World Bank, 2009. System of National Accounts 2008 (SNA 2008). New York, 722 pp. <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>.
- European Communities, 2000. Manual on the Economic Accounts for Agriculture and Forestry EAA/EAF 97 (Rev. 1.1). EC, EUROSTAT, Luxembourg, 172 pp. <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/5854389/KS-27-00-782-EN.PDF/e79eb663-b744-46c1-b41e-0902be421beb>.
- Hicks, J., 1946. Value and Capital. Oxford University Press, Oxford, 340 pp.
- IECA (Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía), 2020. Contabilidad Regional Anual de Andalucía. Revisión estadística 2019. Consejería de Economía, Conocimiento, Empresas y Universidad, Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía. <https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/craa/index.htm>.
- Junta de Andalucía, 2013. Plan Estratégico del Sector de la Piña en Andalucía, 141pp. http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/portal_web/web/temas_ambientales/montes/usos_y_aprov/jornada_pina/Plan%20estrategico/plan_estrategico_borrador.pdf
- Herruzo, C., Martínez-Jauregui, M., Torres, A., Campos, P., 2015. Renta y capital privados de la actividad cinegética en los cotos forestales de Andalucía. En: Poblaciones, demanda y economía de las especies cinegéticas en los montes de Andalucía (Campos, P., Martínez-Jauregui, M., eds). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 3. Memoria 3.3. Editorial CSIC, Madrid, pp. 280-490.
- Krutilla, J.V., 1967. Conservation reconsidered. The American Economic Review, 57(4), 777-786.
- León, I., 2020. Incendio de Doñana. El Español, 26 de junio. https://www.elespanol.com/espana/andalucia/20200625/incendio-donana-investigacion-sin-concluir-afectados-cobrar/500201171_0.html
- Mallawaarachchi, T., Auricht, C., Loch, A., Adamson, D., Quiggin, J., 2020. Water allocation in Australia's Murray–Darling Basin: Managing change under heightened uncertainty. Economic Analysis and Policy, pp. 1-38. doi: <https://doi.org/10.1016/j.eap.2020.01.001>.
- MAPA (Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación), 2021. Red Contable Agraria Nacional (RECAN): definiciones y fórmulas para el cálculo de las variables auxiliares desde 2014. Versión 4 25/06/2021. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación. Unidad RECAN-Subdirección General de Análisis, Coordinación y Estadística Subsecretaría. No-publicado.

- Masiero, M., Pettenella, D. M., Secco, L., 2016. From failure to value: economic valuation for a selected set of products and services from Mediterranean forests. *For. Syst.* 25(1), 1-16. doi: 10.5424/fs/2016251-08160
- McElroy, M.B., 1976. Capital gains and social income. *Econ. Inquiry* XIV, 221–240.
- MFE (Mapa Forestal de España), 1986-1997. Escala 1:1.000.000 (MFE1000). Miteco. gob.es. <https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos...>
- Montero, G., Pasalodos-Tato, M., López-Senespleda, E., Ruiz-Peinado, R., Bravo-Oviedo, A., Madrigal, G., Onrubia, R., 2015. Modelos de selvicultura y producción de madera, frutos y fijación de carbono de los sistemas forestales de Andalucía. En: *Economía y selviculturas de los montes de Andalucía* (Campos P., Díaz-Balteiro L., eds). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 1. Memoria 1.2. Editorial CSIC, Madrid, pp. 153-396.
- Norton, B. G., 1987. *Why Preserve Natural Variety?* Princeton University Press, Princeton, New Jersey, pp. 281.
- OECD, 2006. *El Nuevo paradigma rural. Política y gobernanza.* MAPA, Madrid. 187 pp.
- Ovando, P., Campos, P., Calama, R. y Montero, G., 2010. Landowner net benefit from Stone pine (*Pinus pinea* L.) afforestation of dry-land cereal fields in Valladolid, Spain. *Journal of Forest Economics* 16: 83-100. ISSN: 1104-6899.
- Ovando P., Campos P., Mesa B., Álvarez A., Fernández C., Oviedo J.L., Caparrós A., Álvarez-Farizo, B., 2015. Renta y capital de estudios de caso de fincas agroforestales de Andalucía. En: *Renta total y capital de las fincas agroforestales de Andalucía* (Campos P., Ovando P., eds.). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 4. Memoria 4.2. Editorial CSIC, Madrid, pp. 156-445.
- Ovando, P., Oviedo, J.L., Campos, P., 2016a. Measuring total social income of a stone pine afforestation in Huelva (Spain). *Land Use Policy* 50: 479–489. <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.10.015>
- Ovando, P., Campos, P., Oviedo, J. L. y Caparrós, A., 2016b. Ecosystem accounting for measuring total income in private and public agroforestry farms. *Forest Policy and Economics* 71: 43-51. <http://dx.doi.org/10.1016/j.forpol.2016.06.031>
- Ovando, P., Campos, P., 2016c. Renta y capital del gasto público en los sistemas forestales de Andalucía. In: *Valoración de los servicios públicos y la renta total social de los sistemas forestales de Andalucía* (Campos, P., Caparrós, A., eds.), Memorias científicas de RECAMAN, Volumen 5, Memoria 5.3, Editorial CSIC, Madrid, pp. 283-425.

- Oviedo, J. L., Álvarez-Farizo, B., Caparrós, A., Campos, P., 2016. Valoración ambiental de servicios recreativos públicos de los sistemas forestales de Andalucía. en: Valoración de los servicios públicos y la renta total social de los sistemas forestales de Andalucía (Campos y Caparrós, eds.). Memorias científicas de RECAMAN. Volumen 5. Memoria 5.1. editorial csic, Madrid, pp. 7-111.
- Raunikaar, R., Buongiorno, J., 2006. Willingness to pay for forest amenities: the case of P. Campos, et al. *Ecosystem Services* 39 (2019) 100996 17 non-industrial owners in the south central United States. *Ecol. Econ.* 56, 132–143. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.01.013>.
- TJUE (Tribunal de Justicia de la Unión Europea), 2021. Sentencia en el asunto C-559/19 Comisión/España (Deterioro del Espacio Natural de Doñana). Comunicado de prensa n° 113/21. Luxemburgo, 24 de junio. <https://curia.europa.eu/jcms/uplo/docs/application/pdf/2021-06/cp210113es.pdf>.
- UNSD, 2021. Concept note. Forum of Experts on SEEA Ecosystem Accounting. Organized by the United Nations Statistics Division (UNSD), 7 and 8 December 2021 online. https://seea.un.org/sites/seea.un.org/files/forum_2021_concept_note_0.pdf
- UNSD (United Nations Statistics Division), 2008. International Standard Industrial Classification of All Economic Activities. Revision 4.
- UNCEEA (United Nations Committee of Experts on Environmental-Economic Accounting), 2021. System of Environmental-Economic Accounting—Ecosystem Accounting [SEEA EA]. Final Draft. Version 5 February. United Nations Statistics Division (UNSD). New York, NY, 350 pp. https://unstats.un.org/unsd/statcom/52nd-session/documents/BG-3f-SEEA-EA_Final_draft-E.pdf.

Preservação de Quercíneas Dispersas na Paisagem Alentejana

Teresa S. David, Inês P. Castro, Manuela Leitão, Nuno Onofre, Paula Sarmiento, David Catita e Pedro Rocha⁵²

Este trabalho pretende alertar para a importância da conservação de um património singular da região Alentejana. Foi com grande entusiasmo que os autores o elaboraram, contando com o apoio do Investigador Inocêncio Seita Coelho que, ao longo da sua carreira, se dedicou à procura da compatibilização entre as transformações do mundo rural e o legado de uma agro-silvo-pastorícia de cariz tradicional.

1. A transformação do mundo rural e o regadio

As transformações que ocorreram no mundo rural, sobretudo na segunda metade do século XX, fruto de mudanças cumulativas, promoveram a alteração dos sistemas de produção agrícola (Carmo e Rodrigues, 2016). Os processos de degradação do solo e a diminuição da população ativa agrícola devida à emigração, ao fluxo populacional do interior para o litoral e ao emprego na indústria e serviços, estimularam a reconfiguração da produção, acelerando a transformação tecnológica da agricultura (Baptista, 2001; Carmo, 2018).

Portugal, sendo um país Mediterrânico, está sujeito a grande irregularidade e sazonalidade climática e é particularmente suscetível aos efeitos das alterações climáticas (Diftenbaugh e Giorgi, 2012). Os cenários de evolução climática apontam para reduções da precipitação, aumentos da temperatura, agravamento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos (Cardoso *et al.*, 2019). A ocorrência de períodos de seca e ondas de calor, mais frequentes e intensos, terá um forte impacto nas regiões do sul e do interior do país, amplificando o risco de aridez (Soares *et al.*, 2017; Cardoso *et al.*, 2019). Neste contexto, a conservação e persistência de diferentes ecossistemas estará em risco e a sua produção condicionada.

O regadio tem permitido, em certas regiões, minimizar algumas das adversidades geradas pelas alterações climáticas, nomeadamente o impacto do principal obstáculo do clima Mediterrânico - a seca estival. Tem contribuído para reduzir a imprevisibilidade associada à produção, e aumentar a produtividade e estabilidade do rendimento económico. No entanto, face ao previsível agravamento da escassez de água, a utilização da técnica de regadio poderá ter que ser reequacionada em função de cada situação e das alterações ambientais.

⁵² Teresa Soares David, investigadora do INIAV, responsável da área dos Sistemas Florestais, Inês Portugal e Castro, técnica superior do INIAV, especializada em gestão de recursos aquícolas; Manuela Leitão, técnica superior do INIAV, especializada em economia agrária; Nuno Onofre, técnico superior do INIAV, especializado em gestão de recursos faunísticos; Paula Sarmiento, assessora do conselho de administração da EDIA, exerceu funções de Direção superior em várias entidades dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura; David Catita, técnico superior da EDIA, especializado em gestão de recursos naturais; Pedro Rocha Administrador Executivo da Herdade da Contenda E.M., e Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo (ICNF) no período 2012-2019.

2. A expansão das áreas de regadio e a preservação de quercíneas dispersas

No Alentejo, uma das regiões mais suscetíveis às alterações climáticas, predominam azinheiras (*Quercus rotundifolia*) e sobreiros (*Quercus suber*), quercíneas autóctones do sudoeste da bacia Mediterrânica com forte representatividade no território nacional. A azinheira ocupa cerca de 350 mil hectares e o sobreiro cerca de 720 mil, *i.e.*, 10,8 e 22,3%, respetivamente, da área florestal do território continental (ICNF, 2019). Estas quercíneas ocorrem geralmente em sistemas com baixa densidade arbórea - os montados. São espécies de elevado valor económico (sobretudo o sobreiro devido à exploração de cortiça) e ambiental.

As grandes transformações que têm ocorrido na paisagem Alentejana nos últimos 20 anos, com a expansão das áreas de regadio, têm provocado uma pressão adicional sobre azinheiras e sobreiros, apesar do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, estabelecer medidas de proteção regulamentando o seu corte/arranque, principalmente em povoamentos puros ou mistos. A definição do povoamento é feita em função do grau de cobertura (valores mínimos de densidade entre 10 e 50 árvores/ha associados, respetivamente, a perímetros à altura do peito entre 30 e 130 cm) e da área em que se insere (superior a 0,5 ha). As quercíneas isoladas/dispersas parecem estar, em termos legais, menos protegidas. Neste caso, e quando a densidade das árvores não atinge os valores mínimos referidos [alínea q) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 169/2001], o corte/arranque de quercíneas carece de autorização pelo ICNF, I.P. A ausência de regulamentação mais específica neste contexto pode resultar em alguma indefinição de critérios para os diversos pedidos que têm surgido de autorização de corte para instalação de culturas regadas, em que se alega dificuldade ou incompatibilidade de manutenção com a exploração intensiva projetada.

Apesar da mais-valia que o regadio pode representar para o aumento da produtividade agrícola, é fundamental que em todas as ações de conversão de sequeiro em regadio se procure harmonizar a agricultura de regadio com a salvaguarda da biodiversidade e paisagem, de modo a assegurar um desenvolvimento económico e social ambientalmente sustentado. Em determinadas situações, a manutenção de árvores dispersas, ou em pequenos núcleos, poderá implicar perda de rentabilidade da produção para as explorações agrícolas. No entanto, se forem tomados em consideração os múltiplos serviços ambientais que estas quercíneas prestam, poder-se-ão certamente encontrar soluções para compatibilizar interesses, por vezes conflitantes, entre proprietários agrícolas e ambiente.

2.1 Porquê preservar quercíneas dispersas na paisagem Alentejana?

As quercíneas dispersas - sobreiros e azinheiras -, ícones singulares da paisagem Alentejana (Figura 1), são uma imagem de marca reconhecida nacional e internacionalmente, evidenciada em rótulos e selos de garantia de diversos

produtos regionais de qualidade. Além do seu valor paisagístico, estas quercíneas dispersas têm um significativo valor ambiental associado, representando um importante património genético e contribuindo para a promoção da biodiversidade, designadamente, organismos auxiliares da atividade agrícola. Aves insetívoras, aves de rapina diurnas e noturnas e morcegos insetívoros arborícolas poisam, criam e procuram refúgio nessas árvores. Controlam alguns insetos e pequenos roedores, ajudando a proteger e reduzir a suscetibilidade a pragas e raturas nos sistemas de rega, o que se pode repercutir na redução das perdas agrícolas, no aumento de produtividade das culturas e, conseqüentemente, no seu valor económico. Algumas destas espécies faunísticas estão mesmo ameaçadas ou em perigo, como por exemplo o peneireiro-cinzento, o picanço-barreteiro, o morcego de Berchstein e o morcego-orelhudo-cinzento (Cabral *et al.*, 2005). A presença de quercíneas dispersas contribui também para o bem-estar animal e de trabalhadores e visitantes das explorações, uma vez que permite proteção da insolação e das elevadas temperaturas de verão.

A presença de quercíneas dispersas favorece a perceção da multifuncionalidade do espaço rural, quebrando a monotonia da paisagem e acrescentando-lhe valor.

2.2 A preservação de quercíneas dispersas é compatível com a instalação de sistemas de regadio em culturas agrícolas?

A maioria dos sistemas de regadio, com exceção dos pivots de rega, permite compatibilizar a presença de quercíneas dispersas na paisagem com as culturas regadas. Mesmo em vinhas, olivais e amendoais em que se pretenda fazer a colheita mecanizada, a presença de árvores dispersas não é incompatível, desde que seja mantida uma clareira em torno de cada árvore para proteção do seu sistema radicular e para as manobras de contorno das máquinas. Esta área de proteção deve considerar a dimensão da copa, previamente à realização de eventuais podas, e abranger a área de projeção da copa no solo acrescida de 2 a 3 metros de raio.

Eventuais reduções da área das culturas regadas para preservação das quercíneas dispersas poderão ser compensadas pela redução dos danos provocados por pragas e do custo envolvido no seu controlo. Mesmo em casos de alguma perda de produção nas culturas regadas, o impacto da preservação de quercíneas dispersas será reduzido. Por exemplo, num olival, a perda de 50 a 100 kg de azeitona em 10 000 kg/ha, corresponde apenas a uma perda de 0,5 a 1,0%, valor não significativo em termos económicos face à importância da conservação das quercíneas (Reis e Coelho, 2016; Inocêncio Seita Coelho, 2017, comunicação pessoal).

Em termos de uso de água, as árvores dispersas não irão competir com as culturas instaladas na sua proximidade, dado explorarem estratos de solo distintos. Com sistemas radiculares profundos conseguem captar água de profundidade, redistribuindo-a no perfil do solo e alimentando as suas raízes superficiais (David *et al.*, 2013). As árvores poderão no entanto beneficiar de alguma água fornecida às culturas envolventes, mais facilmente acessível em períodos secos. As suas copas

poderão interceptar parte da precipitação, reduzindo e redistribuindo a precipitação total que chega ao solo (David *et al.*, 2006), mas este aspeto não tem impacto em períodos estivais quando a precipitação é nula ou escassa.

Exemplos de explorações agrícolas em que as culturas em regadio coexistem com quercíneas dispersas permitem demonstrar que o regadio, como forma de aumentar a produtividade, é compatível com a manutenção dos valores ambientais (Figuras 2 e 3).

3. Recomendações

Qualquer pedido de autorização para corte ou arranque de quercíneas dispersas deverá ser precedido da ponderação de dois aspetos fundamentais: a) a importância da sua preservação na biodiversidade, património genético e proteção do solo (promoção do aumento do teor em matéria orgânica no solo, agregação do solo através do seu sistema radicular); e b) o impacto económico da sua manutenção nas explorações agrícolas. Deverão ser analisadas as características do terreno, as exigências das culturas e o tipo de infraestruturas necessárias à sua instalação, a densidade arbórea e a sua distribuição no terreno, assim como os valores ambientais que se poderão perder.

É fundamental ter presente que o corte é irreversível e que, no futuro, poderá haver alteração ou reconversão das culturas de regadio para outro tipo de ocupação do solo (agrícola ou florestal) mas perder-se-á para sempre um importante património natural, genético e paisagístico. Será difícil a instalação de novos exemplares com a mesma resiliência às condições edafoclimáticas locais. A ausência das quercíneas cortadas tornará o espaço rural menos apazível, prejudicando atividades de recreio, desporto, lazer, a notoriedade do Alentejo, e a relação das populações com o território agrícola e com os seus produtos.

Há situações em que o corte ou arranque de sobreiros e azinheiras dispersos poderá ser justificável, caso inviabilize a instalação de nova cultura ou caso o prejuízo resultante da manutenção das árvores dispersas for muito elevado, nomeadamente quando:

- Se pretender instalar culturas com sistemas de rega por *pivot*;
- For necessário instalar infraestruturas, como barragens ou charcas, e não exista local alternativo no terreno.

Nas situações anteriores é importante que se assuma um compromisso de manutenção do sistema de rega em funcionamento por um período mínimo de 10 anos, de modo a evitar que a instalação temporária deste tipo de sistemas de rega ou infraestruturas possa ser uma justificação para o corte pretendido.

Mesmo quando o corte é justificado, devem considerar-se algumas medidas compensatórias:

- Se o número de quercíneas a cortar for muito elevado, por exemplo igual ou superior a 100, propõe-se a recolha de bolotas das árvores a cortar e a instalação de um povoamento, num local o mais próximo possível, com densidade definitiva de 50 árvores/ha (distribuição das 100 bolotas em 2 ha). Deste modo, e dada a assinalável heterozigocidade da azinheira e do sobreiro, será possível assegurar a transmissão das características genéticas de cada árvore.

Há também situações em que o corte de sobreiros e azinheiras dispersos não deverá ser considerado justificável:

- Se se pretender instalar culturas com sistemas de rega localizada (micro aspersão ou gota-a-gota) e quando a densidade das árvores é já muito baixa, inferior a 2 árvores/ha.

Noutras situações, o corte de sobreiros e azinheiras poderá considerar-se justificável mas com restrições e medidas compensatórias:

- Se a densidade de árvores a cortar for superior a 2 árvores/ha, considera-se que se deverá assegurar a manutenção uma densidade mínima de 2 árvores/ha;

- Se o nº de árvores a cortar for igual ou superior a 100, sugere-se a instalação de um novo povoamento ou núcleo, com o mesmo nº de árvores cortadas, num local o mais próximo possível (como referido anteriormente);

- Se as quercíneas a cortar tiverem uma distribuição muito heterogénea, num terreno com mais de 100 árvores, sugere-se que o corte seja feito nas áreas de baixa densidade e que se proceda ao adensamento (como compensação) para 50 árvores/ha nas áreas de maior densidade, usando sempre o material genético das árvores cortadas.

Os pedidos de abate/arranque de quercíneas isoladas para instalação de novas áreas de regadio deverão ser sempre alvo de análise pelas entidades competentes sugerindo-se, no entanto, que estes pedidos sejam suportados por medidas de carácter regulamentar mais específicas baseadas nas recomendações apresentadas.

Bibliografia

Baptista, F. O. (2001). Declínio de um tempo longo. In Celta (Eds.), *Agriculturas e territórios* (pp. 9-37). Oeiras.

Cabral, M. J., Almeida, J., Almeida, P. R., Dellinger T., Ferrand d'Almeida, N., Oliveira, M. E., Palmeirim, J. M., Queiroz, A. L., Rogado, L. & Santos-Reis, M. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

- Cardoso, R. M., Soares, P. M. M., Lima, D. C. A. & Miranda, P. M. (2019). Mean and extreme temperatures in a warming climate: EURO CORDEX and WRF regional climate high-resolution projections for Portugal. *Climate Dynamics*, 52, 129-157. <https://doi.org/10.1007/s00382-018-4124-4>
- Carmo, M. & Rodrigues, C. (2016). A natureza enquanto política: pensar a agricultura e a natureza na transformação rural do século XX português. *Cultura, Espaço e Memória*, 7, 87-111. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4722/4411>
- Carmo, M.C. (2018). Solo e Agricultura no Século Português. Um problema ambiental, histórico e epistemológico. Tese de doutoramento em Engenharia Agronómica. Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa.
- David, T. S., Gash J. H. C., Valente, F., Pereira, J. S., Ferreira, M. I. & David, J. S. (2006). Rainfall interception by an isolated evergreen oak tree in a Mediterranean savannah. *Hydrological Processes* 20, 2713-2726. <https://doi.org/10.1002/hyp.6062>
- David, T. S., Pinto, C. A., Nadezhdina, N., Kurz-Besson, C., Henriques, M. O., Quilhó, T., Cermak, J., Chaves, M. M., Pereira, J. S. & David, J. S. (2013). Root functioning, tree water use and hydraulic redistribution in *Quercus suber* trees: A modeling approach based on root sap flow. *Forest Ecology and Management*, 307, 136-146. <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2013.07.012>
- Diffenbaugh, N. S. & Giorgi, F. (2012). Climate change hotspots in the CMIP5 global climate model ensemble. *Climatic Change*, 114, 813-822. <https://doi.org/10.1007/s10584-012-0570-x>
- ICNF (2019). IFN6 - Principais resultados – relatório sumário (pdf), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa. <https://www.fc.up.pt/pessoas/mccunha/Silvicultura/Aulas/estatisticas/IFN6-Principais-resultados-Jun2019.pdf>
- Reis, P. & Coelho, I.S. (2016). Olivais e Olivicultores de Vila Verde de Ficalho. In *Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado* (Eds.), *Olival Tradicional Contextos, Realidades e Sustentabilidade* (pp 159-174). Portugal.
- Soares, P. M. M., Cardoso, R. M., Lima, D. C. A. & Miranda, P. M. (2017). Future precipitation in Portugal: high-resolution projections using WRF model and EURO-CORDEX multi-model ensembles. *Climate Dynamics*, 49, 2503-2530. <https://doi.org/10.1007/s00382-016-3455-2>

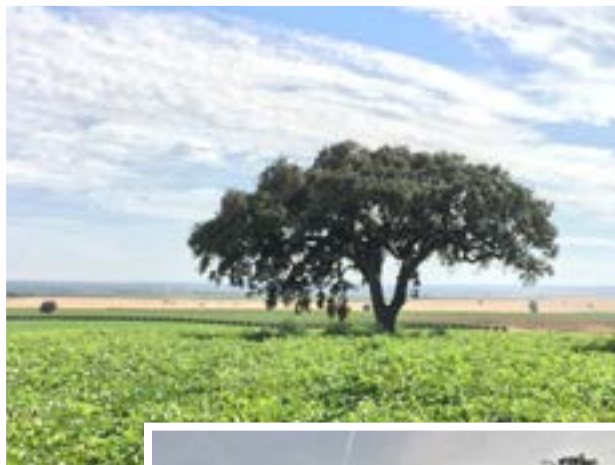


Fig. 1 - Quercíneas dispersas, ícones singulares da paisagem Alentejana e imagem de marca do nosso país.



Fig. 2 - Quercíneas dispersas em olival intensivo do Baixo Alentejo.



Fig. 3 - Quercíneas dispersas em amendoal do Baixo Alentejo.



Uma viagem ao passado do fabrico de queijo no Baixo Alentejo interior

João Dias⁵³

A identidade de um povo nunca poderá estar indissociada do seu modo de vida, mentalidade, habitat e, certamente, das suas tradições. O queijo, juntamente com o pão, o vinho e o azeite, apresenta-se como um elemento integrante da cultura alentejana e é hoje, tal como há centenas de anos atrás, o principal meio de subsistência de pequenos agregados familiares. A sua tradição ainda está associada à transmissão de conhecimento entre gerações, mantendo os mesmos ingredientes, rituais de fabrico e, certamente, a mesma qualidade que o notabilizou. Em resultado de vários estudos arqueológicos, é possível afirmar que o *berço* da civilização no Baixo Alentejo interior se terá dado no vale do Rio Guadiana, através da fixação de comunidades semi-nómadas (Schubart, 1965). Um destes estudos conduziu à descoberta, na primeira metade deste século, de uma necrópole da Idade do Bronze na Atalaia (50 km a Norte de Serpa), datada de cerca de 1 000 a.C., onde segundo palavras de Hermanfrid Schubart (1965), o arqueólogo responsável: “o carácter de estepe do Alentejo vai ao encontro de uma maneira de viver semi-nómada, duma povoação criadora de animais”. Um importante testemunho do fabrico de queijo em Serpa é o fragmento de um cincho de cerâmica presente no Museu Municipal de Arqueologia de Serpa e datado da Idade do Cobre (5 000 a.C.).

A invasão da Península Hispânica pelos romanos, no século III a.C., trouxe grandes conhecimentos técnicos e uma nova administração política, que permitiu aumentar a rendibilidade das atividades agropecuárias (Ribeiro, 1959), sendo atribuído a eles a própria origem da palavra *queijo*, do latim *caseus* (Davis, 1965). Durante a ocupação romana foram proliferando pelos solos do Alentejo com maior profundidade e, portanto, com maior aptidão para a agricultura, as *villae* romanas (Alarcão, 1987; Fabião, 1995a), onde as principais atividades incluíam a produção de azeite, cereais, vinho, frutícolas, hortícolas e criação de gados (Alarcão, 1987; Delgado, 1973). A cerâmica, devido à excelente qualidade dos “barros de Beja”, e a tecelagem viriam pouco atrás. Esta última poderia ser a principal função do gado ovino presente, visto as raças autóctones serem pouco produtoras de leite, mas possuidoras de lãs de qualidade e em quantidade (Prego, 1906; Sobral *et al.*, 1991).

Segundo estudos arqueológicos desenvolvidos nas serras adjacentes ao Rio Guadiana, o arqueólogo James Boone (1996) constatou que “os sítios romanos tendem a localizar-se à volta de áreas conhecidas como *chadas*: zonas baixas de solos profundos, livres de pedras, e facilmente aráveis usando os métodos tradicionais”. Nas zonas de maior altitude, mais propriamente na região de *Myrtilis* (atual Mértola, 30 km a sul de Serpa), encontram-se vestígios

⁵³ João Jorge Mestre Dias, docente no Instituto Politécnico de Beja, tem participado em projetos de investigação científica sobre lacticínios e dinamizado vários estudos relacionados com o passado histórico dos queijos tradicionais portugueses.

de residências rurais onde a principal atividade era a exploração do minério, assumindo a criação de gado ovino e caprino a segunda função principal (Boone, 1996). A prática agrícola, devido à fraca profundidade dos solos montanhosos, resumia-se a pequenas hortas junto do Rio Guadiana (Coelho, 1992), enquanto na Margem Esquerda do Guadiana a agricultura era muito limitada. A vila de Serpa, de nome *Sirpium* nos primeiros tempos da ocupação romana, era uma guarnição militar e tinha como principal função proteger os “comboios” de prata (Macias, 1993) provenientes de *Nova Civitas Arucitana*, correspondente à atual cidade de Moura (Alarcão, 1987; Cordeiro de Sousa, 1948), com destino ao porto de *Myrtilis* (Fabião, 1995b). A pecuária sempre teve uma especial atenção por parte dos agrónomos clássicos da Roma Antiga, sendo possível encontrar várias referências aos cuidados de saúde, alimentação, manejo, mas também acerca dos benefícios do consumo de queijo:

- Marcus Porcius Cato (234-149 a.C.), natural de Tusculum e autor do tratado de agronomia *De Agri Cultura*. Não refere a criação de gado ovino ou caprino, mas dedica grande atenção à criação de gado bovino e muar. Por outro lado, também não é referida a produção de queijo, mas são apresentadas receitas de doçaria onde o queijo é um dos ingredientes, tais como “libum”, “scriblita”, “globi”, “spaerita”, entre outros (Cato, 1999);
- Marcus Terentius Varro (116-27 a.C.), natural de Rieti e autor do tratado *Rerum Rusticarum*. No livro II refere que o leite mais nutritivo é o de ovelha, seguido do de cabra. Referindo-se ainda que o leite com maior efeito laxante é o da égua, seguido de burra, de vaca e de cabra. Em relação aos queijos, refere que os de vaca têm maior valor nutritivo, seguido dos de ovelha e, por fim os de cabra. É feita uma descrição acerca do período ideal de fabrico de queijos, ao longo do ano, assim como os coagulantes usados, incluindo o coalho, seiva de figueira e vinagre (Varro, 1999);
- Lucius Junius Moderatus Columella (séc. I d.C.), nasceu e viveu grande parte da sua vida em Cádiz (Andaluzia), dedicando no seu tratado de agronomia *Res Rustica* uma parte do livro VII à criação de pequenos ruminantes e ao fabrico de queijo, referindo a utilização de coalho, flor de cardo, seiva de figueira ou sementes de cártamo (Columella, 1960). É feita, ainda, referência às ovelhas pretas da Bética, região que inclui a actual Andaluzia e a margem esquerda do Rio Guadiana, no Baixo Alentejo. Também Estrabão no Livro III da *Geografia*, faz idêntica referência (Dias, 2022). Curiosamente, ainda no século XIX, o efetivo de ovelhas pretas na região de Serpa representava 99% do total (Arquivo Municipal de Serpa, 1870), ao contrário dos dias de hoje onde já pouco se encontram;
- Palladius Rutilius Taurus Aemilianus (séc. IV-V d.C.), é o autor da obra *Opus agriculturae*, composto por catorze livros, onde o livro VI inclui referências ao fabrico de queijo, no entanto baseado nos estudos de Columella (Palladius, 1807).

Com a vinda dos povos islâmicos à Península (princípio do século VIII d. C.) veio uma nova cultura e um novo modo de vida. Se o povo romano era tendencialmente agrícola e sedentário, os povos originários do Norte de África (*árabes, berberes e cabilas*, entre outros) eram povos que faziam da sua principal atividade a pastorícia, aliando a esta a agricultura (Prats, 1986). No século XII, em Sevilha, Abu Zacaria Iahia Aben Mohammed Ben Ahmed Ebn El Awan escreveu a obra *Livro de Agricultura* onde, citando Aristóteles, referiu que “o leite idóneo para fazer queijo é o de ovelha, e depois o das vacas e cabras” (Boutelou, 1878). Para os árabes, a exploração do gado ovino tinha uma importância acrescida, sendo a par da caça, a principal fonte de carne (Cardoso, 1993), visto a carne de porco lhes estar vedada por imperativos de ordem religiosa.

A passagem dos povos islâmicos pelo Baixo Alentejo está mais marcada que a dos romanos, especialmente na margem esquerda do Guadiana, e a eles muito se deve parte da experiência no pastoreio e fabrico de queijo de ovelha e cabra, assim como outras marcas não visíveis, mas que contribuíram para o enriquecimento da cultura alentejana, como hábitos e vocábulos relacionados com a pastorícia e queijaria, onde se incluem as palavras *alavão*⁵⁴, *almece*⁵⁵, *rabadão*⁵⁶, *zagal*⁵⁷, entre outros que fazem parte do quotidiano dos pastores alentejanos (Conde de Ficalho, 1899a e 1899b). Com a chegada dos árabes veio uma diferente raça de ovelha - a Merina Branca - muito mais produtiva que a raça Campaniça, presente no sudeste do Baixo Alentejo e predominante até então, com produtividades de 25 e 15 litros de leite por alavão, respetivamente (Sobral *et al.*, 1991).

Com a conquista de novos territórios, os árabes foram ocupando as principais cidades e tomando conta da economia. As terras mais pobres da Península foram ocupadas pelos *berberes*, povo virado para a pastorícia (Catarino, 1995). No caso do Baixo Alentejo, os berberes fixaram-se ao longo do vale e serras adjacentes ao Guadiana. Vestígios arqueológicos, um pouco por todo o Baixo Alentejo, mostram que a sua principal atividade era a pastorícia, seguida da caça (coelho e veado), sendo a agricultura quase inexistente (Cardoso, 1993; Herculano, 1989; Muñiz, 1993; Rego *et al.*, 1993). Tal, deve-se ao facto deste povo ser nómada e viver de deslocações constantes entre a Serra da Estrela ou *de Gredos*, para onde ia no Verão, e a Serra de Mértola, para onde vinha no Inverno (Torres, 1992).

A transumância entre o sul e o norte sempre foi necessária, não só para poupar o gado à dureza do clima destas regiões em certas estações, mas também pela baixa fertilidade dos seus solos, onde a vegetação rapidamente se acabava, obrigando à procura de novos pastos. Esta atividade foi corrente até meados do século passado. Testemunhos deste tipo de exploração dos recursos, são os inúmeros vestígios de pequenas habitações temporárias para pastores, ou para ceifeiros, espalhadas por toda a zona montanhosa do Baixo Alentejo (Boone,

⁵⁴ Do árabe *al-laban*, significa “grupo de ovelhas em lactação”.

⁵⁵ Do árabe *al-meijç*, é o soro do leite obtido após a coagulação e esgotamento da coalhada.

⁵⁶ Do árabe *rabadán*, é o pastor principal.

⁵⁷ Nome dado ao ajudante do pastor, geralmente de 10 a 13 anos de idade.

1996). Vários vestígios arqueológicos ligados à fiação e teares vêm provar que a produção de lã estaria globalmente generalizada. As mantas que ainda hoje se tecem em toda a região serrana denunciam nos seus padrões decorativos, preciosos arcaísmos que se filiam na gramática ornamental das comunidades agro-pastoris do mundo islâmico (Mestre e Toucinho, 1988).

Com as invasões cristãs nos séculos XII e XIII o povoamento rural diminuiu, fugindo a população para os povoados, onde tinham proteção (Catarino, 1995). O rei D. Dinis veio encontrar na Margem Esquerda uma região muito desertificada no meio rural, devido às constantes batalhas, sendo a agricultura praticada apenas numa estreita banda em redor dos castelos (Vasconcellos, 1950). O monte e o bosque são usados mediante “sortes”, com natureza colectiva no aproveitamento dos recursos, levando à criação dos baldios que perduraram até ao século XX (Seita Coelho, 2007). De forma a incentivar o repovoamento das serras adjacentes a Serpa, D. Dinis decretou no primeiro *Foral de Serpa* (a 9 de Dezembro de 1295), que “*Gado de Serpa não pague imposto de montado, em nenhuma terra [do seu termo]”* e que “*E de quantos quizerem pousar, com seu gado, em termo de Serpa, receba-se de montadico por um rebanho de ovelhas quatro carneiros.*” (Affreixo, 1884). Em relação a Mértola, da mesma forma, o foral passado por D. Paio Peres Correia (em 1254) refere que: “*e todos aqueles que quizerem pousar com seu gado em termo de Mértola que pague de montado das ovelhas quatro carneiros*” (Estácio da Veiga, 1880).

O segundo foral de Serpa, dado por El-Rei D. Manuel, em 28 de Junho de 1513, contém várias referências à atividade pastoril, e inclusivamente a queijos. Em relação aos montados, o foral refere que “*Os montados sam do concelho e leuam dos gaados que vem pastar a seu termo aquelle preço e auença que se com as partes conçertam tirando soamente ho concelho de moura com que estam em irmindade de paçerem os gaados de huus nos outros misticamente sem pena nem preço*”. A isenção do pagamento de imposto também era extensivo aos gados de passagem pelo termo de Serpa. A respeito das portagens a pagar por alguns bens, instituiu-se que “*quejadas biscoitos farellos ouos leite nã de cousa delle que seia sem sal*” não deveria pagar portagem. Cada ovelha que se vendesse tinha de pagar dous çeitiiis. Finalmente, “*De cera mel azeite seuo hüto queijos secos (...) por carga mayor noue reis e quem comprar pera seu huso atee huü real de portagem nã pagara.*” (Affreixo, 1884).

Ainda do século XVI, o manuscrito *Uma Jornada Ao Alentejo e Ao Algarve* relata a viagem de D. Sebastião e sua comitiva em 1573, onde os queijos da região se incluem nas oferendas a El-Rei D. Sebastião na sua passagem por Beja: “*Manuel Conde (...) lhe trouxe [a El-Rei D. Sebastião] um presente de galinhas penduradas por um pau, um cesto cheio de ovos, e outro com (...) alguns queijos*” (Loureiro, 1984).

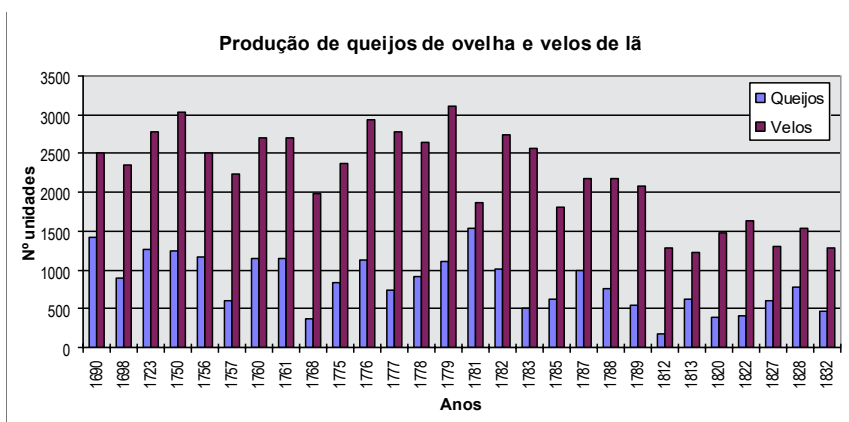
Da primeira metade do século XVII, transcreve-se em seguida um trecho do livro “*Os ratos da Inquisição*” escrito por um professor judeu condenado pela Santa Inquisição, de nome António Serrão de Crasto (1610-1648) enquanto cumpria penitência, o qual contém uma curiosa alusão aos queijos (Crasto, 1883):

“O meu queijo de Alemtejo/ para vós queijo é dáquem/ para mim queijo é dâlem/ porque só dalém o vejo:/(...)”.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668), a pastorícia, tal como a agricultura em geral, passou por uma grande instabilidade, sendo bastante frequentes as pilhagens pelas tropas castelhanas. Por outro lado, devido a grandes carências de bens alimentares em Castela, os cereais e gados tinham aí um preço muito mais elevado, o que levava a uma enorme exportação de gado através de Mértola, chegando ao cúmulo de não haver carne alguma nos açougues de Serpa. Esta situação levou a que em 1677 fosse proibida a passagem de géneros para Castela. A presença de gados nas margens do Rio Guadiana era abundante já em meados do século XVII, tal como se pode concluir pela seguinte passagem, datada de 1652: “Os gados que há em Espanha não têm conto, porque só nas ribeiras do rio Guadiana consta que se apascentam passante de quinhentas mil cabeças” (Anjos, 1652).

Através do *Almoxarifado de Serpa*, presente no Arquivo Distrital de Beja e referente ao período entre 1690 a 1832, foi possível avaliar o volume da produção de queijo no termo de Serpa (freguesias de Santo Estevão, São Brás, Brinches e Aldeia Nova de S. Bento). Nestes documentos constam os pagamentos dos impostos dos agricultores e produtores de gado à “Caza do Infantado”, sob a forma de dízimo, o que nos permite avaliar o estado da economia pelo volume das suas contribuições. Assim, durante o final do século XVII a produção de queijos em Serpa rondava as onze mil unidades anuais, havendo um ligeiro

Figura 1. Pagamento dos dízimos de queijos de ovelha e velos de lã em Serpa durante os séc. XVII a XIX.



aumento durante o século XVIII para cerca de doze mil (figura 1). Ao longo do século XIX a produção diminuiu, situando-se a sua produção abaixo das dez mil unidades anuais (Arquivo Distrital de Beja – *Almoxarifado de Serpa*).

O número de produtores de queijos teve uma evolução semelhante à da produção de queijo, estimando-se entre 35 a 40 rouparias nos séculos XVII-XVIII,

chegando ao século XIX com apenas 20 a 25 rouparias (Arquivo Distrital de Beja – *Almoxarifado de Serpa*). No início do século XXI, o número de queijarias no concelho de Serpa é inferior a dez. Um destaque especial para o registo de pagamentos de dízimos de queijos da Herdade da Abobada desde 1690 (Dias, 1999), a qual corresponde ao actual “Centro de Experimentação do Baixo do Alentejo – Herdade da Abóboda” e onde ainda se produz queijo de ovelha e de cabra a partir dos efectivos ovinos e caprinos da própria exploração. Este importante facto permite referir que corresponde à queijaria mais antiga de Portugal e ainda em funcionamento.

Alguns relatos do século XVIII afirmam que “*Antes de 1745, Serpa era principalmente conhecida nos mercados do paiz pela caça, e não pelos gados, nem pelo trigo, nem pelo azeite, em que hoje abunda*” (in *Chronica dos Eremitas*, Frei Henrique de Santo António, 1745, cit. por Affreixo, 1884), outros relatos afirmam: “*Além de trigos [Serpa] he abundante de boas fructas, azeite, vinho, mel, lãs, caças, gados, excellentes queijos, finos marmores, affamados, e cheirosos barros;*” (Castro, 1762).

Na segunda metade do século XVIII, devido à diminuição da mão-de-obra e ao seu consequente encarecimento, registou-se uma quebra na área de cultivo de cereais, a favor da pecuária, visto esta necessitar de menos mão-de-obra e ser grande a necessidade de carne no País. O gado lanígero, desde os princípios do último quartel do século XVIII, tomou importância crescente devido ao rápido desenvolvimento do comércio de lãs. Não sendo o Baixo Alentejo excepção a esta regra, verificou-se em Serpa durante os séculos XVII e XVIII grande produção de velos de lã, os quais se destinavam aos pisões de Brinches (figura 1). Segundo Affreixo (1884), a tecelagem terá sido a principal actividade patente nesta aldeia e causa do seu crescimento. De facto, através dos registos do pagamento da décima nestes séculos (Arquivo Distrital de Beja, 1789; Arquivo Histórico Municipal de Serpa, 1679) verifica-se que as principais actividades industriais em Brinches eram *pizoador, tozador, tecelão, fazedor de panos e trapeiro*, sendo as principais produções as mantas de lã e as saragoças, sendo estas últimas de qualidade grosseira e principalmente destinadas aos escravos.

A importância da pastorícia em Serpa nos séculos XVII e XVIII é por demais evidente na economia agrária das grandes explorações, onde todas elas possuíam gados (principalmente ovino e suíno), não só pelos rendimentos acrescidos da venda do queijo e da lã, mas também pela importância do estrume para a cultura dos cereais. Segundo os registos patentes no *Lançamento da Décima Usual* em Serpa, no ano de 1679, havia 34 maiorais das ovelhas e idêntico número de mossos das ovelhas (zagais), sendo a ovinicultura o principal ramo da pecuária no seu termo. No final do século XVIII, o número de maiorais (e zagais) era ligeiramente inferior, situando-se nos 27. Através destes registos foi possível verificar que a quase totalidade dos rebanhos no termo de Serpa estavam na posse dos grandes lavradores, os quais eram os mesmos que figuravam nos registos do *Almoxarifado de Serpa*, a respeito do pagamento dos dízimos de queijos de ovelha, sendo a exploração de gado ovino quase ausente nas Serras de Serpa (Dias, 1999).

Durante o século XVIII decorreram algumas viagens de escritores e investigadores de vários países com o objectivo de conhecer melhor Portugal e

os portugueses. No ano de 1797, o médico e botânico alemão Heinrich Friedrich Link visita Portugal percorrendo o Algarve, Alentejo, Lisboa, Porto e a Serra da Estrela. Na visita ao Alentejo, passa pela estrada que liga Mértola a Serpa e relata o testemunho do fabrico de queijo: “Numa casa isolada no meio da estrada testemunhámos a preparação de um tipo de queijo comum no Alentejo. O leite é coalhado com as flores de um cardo chamado *Cynara silvestris* Lamark; o queijo é feito com a mão e salgado.” (Link, 1801)

No final do século XIX, segundo o Padre Carlos Augusto Botelho Palma (1885), os concelhos do distrito de Beja onde existia a prática do fabrico de queijos de ovelha, a par da tecelagem, eram os de Almodôvar, Alvito, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura e Serpa.

Ainda no século XIX, movidas pelo desenvolvimento industrial, realizaram-se inúmeras exposições em todo o Mundo, cujo objectivo era não só mostrar os mais recentes avanços tecnológicos, mas também servir de “montra” da economia de cada país. Na primeira Exposição Universal em Londres, no ano de 1851, a comitiva portuguesa fez-se representar em grande número, levando a este evento 1296 produtos de áreas tão diversas como mineralogia e a produção têxtil. A região de Serpa esteve representada pelo Marquês de Ficalho, sendo os produtos presentes: cereais, leguminosas, bolotas, azeite, azeitonas, mel, cera, pita e lã (Anónimo, 1851). Novamente em Londres, na Exposição Universal de 1862, os lacticínios portugueses tiveram elevada cotação, onde os diferentes queijos de Portugal receberam um total de 8 medalhas e 11 menções honrosas (Anónimo, 1863). Na Exposição Universal de Paris em 1867, a região de Serpa fez-se representar com mel, grãos, trigo, rendas, azeite, vinagre, vinho, aguardente e ainda, um queijo de ovelha. Alguns destes, como o vinho e azeite, tinham já sido alvo de reconhecimento da sua qualidade na Exposição Universal de Londres, no ano de 1851, onde receberam medalhas de bronze (Arquivo Histórico Municipal de Serpa, 1866). Por fim, na Exposição Universal de Paris de 1878 os queijos portugueses de Niza, Rabaçal e o *queijo manteigudo do Alentejo* marcaram presença, tendo o Serra da Estrela ganho uma medalha de prata. Em Portugal, ao longo de todo o século XIX foram realizadas várias exposições agrícolas e industriais, tendo a primeira sido em Lisboa no ano de 1852. Nesta exposição os lacticínios estiveram muito pouco representados, havendo apenas um queijo da Serra da Estrela e um da ilha de S. Jorge (Anónimo, 1856). Pelo contrário, na Exposição Agrícola de 1884 e na Exposição Industrial de 1888 (em Lisboa), a região de Serpa participou com um grande número de expositores, tendo sido os principais produtos exibidos o vinho, cereais, legumes, queijos de ovelha, mel, cera e lã (Anónimo 1884 e 1888). Por fim, já no ano de 1908, há a assinalar a presença de queijos de ovelha da região de Serpa na “Exposição Nacional no Rio de Janeiro”, onde figuraram os melhores produtos artesanais de Portugal (ACOS, 1995).

No ano de 1905 realizou-se o Congresso de Leitaria, Olivicultura e Industria do Azeite, ponto marcante no avanço do conhecimento científico em Portugal, no qual os queijos do Alentejo foram cotados entre os melhores do país: “Os produtos

mais antigos do mercado, e por isso mais conhecidos, são, além do queijo fresco saloio, os da Serra da Estrela, do Alentejo, de Castelo Branco e do Rabaçal (...). Neste mesmo congresso, é feita uma descrição pormenorizada do fabrico de queijo de ovelha em Serpa, por Ferreira de Almeida e onde pode verificar-se uma enorme semelhança com o que podemos encontrar nos dias de hoje.

Bibliografia

ACOS (1995). Queijo Serpa. *Revista Ovelha*, ano VIII, (28): 29.

Affreixo, J. M. G. (1884). “*Memória histórico - económica do concelho de Serpa*”. Edição “fac-simile” da Câmara Municipal de Serpa, 1984.

Alarcão, J. (1987). *Portugal Romano*. 4ª edição. Verbo, Lisboa.

Anjos, Padre Manuel dos (1652). *História Universal em que se descrevem os Imperios, Monarchias, Reynos & Prouincias do mundo, com muitas coufas notaueis que ha nelle*. Officina de Manoel Dias, Coimbra.

Anónimo (1851). Catálogo dos produtos portugueses presentes na Exposição Universal de Londres. *Revista Universal Lisbonense*, Anno XI, (10): 111.

Anónimo (1856). *Exposição agrícola de Lisboa 1852*. Ed. Imprensa Nacional, Lisboa.

Anónimo (1863). *Portugal na Exposição Universal de 1862 – Relação Official dos premios obtidos pelos expositores*. Ed. Typographia Franco-Portugueza, Lisboa.

Anónimo (1884). *Catálogo da Exposição Agrícola de Lisboa em 1884*. Ed. Imprensa Nacional, Lisboa.

Anónimo (1888). *Exposição Industrial Portuguesa: Catálogo da secção agrícola-1888*. Ed. Imprensa Nacional.

Arquivo Distrital de Beja. *Almoxarifado de Serpa. Livros dos dízimos*. Série 003. Lv. 10 (1690), Lv. 17 (1698), Lv.32 (1723), Lv. 40 (1750), Lv.43 (1756), Lv. 44 (1757), Lv. 48. (1760), Lv. 50 (1761), Lv.67 (1768), Lv. 82 (1775), Lv. 85 (1776), Lv. 88 (1777), Lv. 90 (1778), Lv. 93 (1779), Lv. 98 (1781), Lv.101 (1782), Lv. 102 (1783), Lv. 107 (1785), Lv. 108 (1787), Lv.109 (1788), Lv. 111 (1789), Lv.120 (1812), Lv. 123 (1813), Lv.135 (1820), Lv. 138 (1822), Lv.143 (1827), Lv. 145 (1828), Lv.149 (1832).

Arquivo Distrital de Beja. *Livro das décimas*. Lv.1 (1789).

Arquivo Histórico Municipal de Serpa. *Livro das décimas*. A/F 2 (1679).

Arquivo Histórico Municipal de Serpa (1866). *Guias dos produtos enviados à Exposição Universal de Paris*. B/2G 12.

- Arquivo Municipal de Serpa (1870). 4 - *Registo do recenseamento geral dos gados em 1870*. Cota A/3G.
- Boone, J. L. (1996). Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval?. *Arqueologia Medieval*, 4: 43-53.
- Boutelou, C. (1878). *Libro de Agricultura*. Tomo I. Libreria de D. Victoriano Suarez, Madrid.
- Cardoso, J. L. (1993). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: estudo dos restos mamamólicos e malacológicos das Mesas do Castelhinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*, 2: 103-107.
- Castro, Padre J. B. de (1762). *Mappa de Portugal antigo e Moderno*. Officina Patriacal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.
- Catarino, H. (1995). Parte II- A ocupação islâmica. *História de Portugal*, vol. III. SAEP, Madrid.
- Cato (1999). *On Agriculture*. The Loeb Classical Library. Harvard University Press, London.
- Coelho, A. B. (1992). Sobre Mértola e o Guadiana. *Arqueologia Medieval*, 1: 203-207
- Columella (1960). *On Agriculture*. In three volumes. Vol. I. The Loeb Classical Library. Harvard University Press, London.
- Conde de Ficalho (1899a). O elemento arabe na linguagem dos pastores alentejanos. *A Tradição*, anno I, (6): 81-85. Edição "fac-simile" da Câmara Municipal de Serpa, 1982.
- Conde de Ficalho (1899b). O elemento arabe na linguagem dos pastores alentejanos. *A Tradição*, anno I, (7): 97-101. Edição "fac-simile" da Câmara Municipal de Serpa, 1982.
- Cordeiro de Sousa, J. M. C. (1948). Referência a algumas vilas do distrito de Beja na História Eclesiástica de Badajoz. *Arquivo de Beja*, V (3-4): 342-345. Minerva Comercial, Beja
- Crasto, A. S. de C. (1883). *Os Ratos da Inquisição*. Ed. Ernesto Chardon, Porto.
- Davis, J. G. (1965). *Cheese, Basic Technology*, vol I. J&A Churchill, Londres.
- Delgado, M. J. (1973). *Ensaio Monográfico (Histórico, Biográfico, Linguístico) acerca de Beja e dos Bejenses mais ilustres*. Império, Lisboa.

- Dias, J. (1999). O passado histórico do queijo de ovelha na região de Serpa. *Via Láctea*, N. 14, 36-41.
- Dias, J. (2022). The use of cheese from Alentejo in Portuguese gastronomy: A travel through history. *International Journal of Gastronomy and Food Science* 29, 100579. <https://doi.org/10.1016/j.ijgfs.2022.100579>.
- Estácio da Veiga, S. P. M. (1880). *Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas*. Imprensa Nacional, Lisboa. Edição “fac-simile” da Imprensa Nacional - Casa da Moeda e Câmara Municipal de Mértola, 1983.
- Fabião, C. (1995a). A economia. *História de Portugal*, vol. II, parte II. SAEP, Madrid.
- Fabião, C. (1995b). Os contextos da conquista romana. *História de Portugal*, vol. II, parte II. SAEP, Madrid.
- Herculano, A. (1989). *História de Portugal*, tomo I. Bertrand, Venda Nova.
- Loureiro, F. de S. (1984). *Uma Jornada Ao Alentejo e Ao Algarve*. Livros Horizonte.
- Link, H. (1801). *Travels in Portugal, and through France and Spain*. Printed for T.N. Longman and O. Rees, London
- Macias, S. (1993). Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo histórico e arqueológico. *Arqueologia Medieval*, 2: 127-157.
- Mestre, J. M. F.; Toucinho, M. J. R. (1988). *Inquirições de Almodôvar e Padrões - 1376. Estudo económico e social*. Câmara Municipal de Almodôvar.
- Muñiz, A. M. (1993). Estudio faunístico del yacimiento islámico de Mértola: los mamíferos. *Arqueologia Medieval*, 2: 263-276.
- Palladius (1807). *The fourteen books of Palladius Rutilius Taurus Aemilianus, on Agriculture*. Ed. A. Topping, Blackfriars.
- Palma, Padre C. A. B. (1885). *Notícia estatística e chorographica do districto e bispado de Beja*. Imprensa Académica, Coimbra
- Pliny (1967). *Natural History*. Volume III. Libri VIII-XI. By H. Hackam. Harvard University Press, London
- Prats, J. M. (1986). O Norte de África e o povo Berbere. *As Raças Humanas*, vol. I. Enciclopedia, Barcelona.
- Prego, J. da M. (1906). *Manteigas e queijos*. Livraria Ferin, Lisboa.

- Rego, M.; Torres, C.; Piçarra, M.; Mateus, R.; Paiva, J.; Baptista, A.; Ferraz, A.; Tavares, A.; Gonzalez, L.; Amandia, C.; Santos, R.; Silva, J. (1993). *Encontros com Barrancos*. Câmara Municipal de Barrancos.
- Ribeiro, F. N. (1959). *TERRA SIGILLATA encontrada nas Represas - Beja*. Câmara Municipal de Beja.
- Schubart, H. (1965). *ATALAIA - uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo - Alentejo*. Minerva Comercial, Beja.
- Seita Coelho, I. (2007). A silvopastorícia, uma perspectiva histórica. *Os Montados*, coleção Árvores de Portugal, ed. FLAD e LPN, Lisboa, 177-209.
- Sobral, M.; Antero, C.; Borrego, J. D.; Domingos, A. N. (1991). *Recursos genéticos. Raças autóctones. Espécies ovina e caprina*. Série "Divulgação" (Revista ovelha) da Associação de Criadores de Ovinos do Sul.
- Torres, C. (1992). Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica. *Arqueologia Medieval*, 1: 189-202.
- Varro (1999). *On Agriculture*. The Loeb Classical Library. Harvard University Press, London.
- Vasconcellos, F. de A. (1950). O compromisso de Registo e Regra que se há-de ter nas Malhadas da Serra Grande de Serpa. *Arquivo de Beja*, VII (3-4): 277-302. Minerva Comercial, Beja.

O “Montado da Serra de Serpa”, um patrimônio agropecuário bio diverso, um território vivo

David Henrique Machado⁵⁸

No âmbito da presente obra em homenagem a Inocêncio Seita Coelho, apresentamos o processo de construção da candidatura do “Montado da Serra de Serpa” a Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM), com o grande empenho e competência do homenageado que foi o coordenador científico da candidatura.

Até ao presente momento Portugal apenas dispõe de uma figura de SIPAM, “Os Lameiros do Barroso” abrangente dos municípios de Boticas e Montalegre, na Região Norte. No momento em que este texto é escrito, já foi entregue na *Food and Agriculture Organization* (FAO), através do Ministério da Agricultura e Alimentação, a candidatura do “Montado da Serra de Serpa”, dinamizada pela Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado (RG-ADI), com o apoio do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV) e a Câmara Municipal de Serpa (CMS). A proposta visa a obtenção daquela classificação para um espaço geográfico situado na sub-região do Baixo Alentejo, junto à fronteira com Espanha, em concreto, na parte sul do concelho de Serpa.

O Programa de criação de SIPAM teve origem na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento sustentável realizada em 2002 em Joanesburgo, África do Sul. Em 2014 surgiram os primeiros territórios com aquela designação em seis países: Argélia, Chile, China, Filipinas, Perú e Tunísia. Atualmente existem cerca de oito dezenas de SIPAM em todo o mundo, presentes em cerca de 24 países.

Um território SIPAM deverá possibilitar a compreensão de como é que a paisagem atual resulta de um conjunto de práticas levadas a efeito pelos agricultores ao longo do tempo – a tradição agrícola – e, a sua capacidade de providenciar alimentos e meios de subsistência, nos momentos presente e futuro. Ainda de acordo com a FAO⁵⁹ existem cinco características principais para o “reconhecimento global” dos sistemas agrícolas: i) asseguram meios de subsistência e contribuem para a segurança alimentar; ii) possuem agrobiodiversidade rica e única; iii) demonstram a existência de conhecimentos e tecnologias tradicionais adquiridos pelos (as) agricultores (as) em estreita relação com os sistemas ecológicos locais; iv) possuem fortes valores culturais, formas coletivas de organização social, sistemas particulares de gestão de recursos e de transferência intergeracional de conhecimento; v) originaram paisagens únicas resultantes de sistemas engenhosos de gestão da terra e água.

⁵⁸ Presidente da Rota do Guadiana – ADI, Eng. Agrícola, Coordenador da Proposta de SIPAM

⁵⁹ SIPAM no Mundo, ©FAO, 2018 I9187SP/3/09.18

De acordo com Seita Coelho, coordenador científico da proposta, em diversos estudos anteriores⁶⁰ foram identificadas três tipos de montado: os montados puros de sobro com pastoreio, em grandes e muito grandes propriedades; os montados puros de azinho com pastoreio e ou montanhaeira do Porco Alentejano, com culturas arvenses no sob coberto, em grandes e muito grandes propriedades; os montados mistos, em propriedades médias, em que estão misturados o sobreiro e a azinheira, de forma aleatória, com pastoreio e/ ou montanhaeira e culturas arvenses no sob coberto. O “Montado da Serra de Serpa”, enquadra-se no terceiro tipo de montado, mas *“possui características únicas no quadro da agricultura mediterrânica tradicional, de sequeiro e marcadamente de subsistência.*

Essa relação de subsistência do ser humano com a natureza, num quadro marcado pelo isolamento e num local com características edafo-climáticas adversas resultou num sistema agrícola autossustentável, resiliente e estruturante da paisagem. No território existe um exemplo vivo de um sistema, único no mundo, a saber: o Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Montado.

O Alentejo é conhecido pelo predomínio da grande propriedade de grandes explorações rústicas. A nossa região é um caso raro em que predominam as pequenas e médias explorações familiares. A explicação está na história da colonização da região. Em finais do século XIX a estrutura agrária era dominada por grandes domínios senhoriais e acima de todos pelo Baldio da Serra de Serpa, o maior do país, com 40 000 ha. Com o processo de aforamento de grandes domínios e com a divisão do baldio estabelecem-se pequenas e médias explorações familiares que se mantem em atividade. A colonização é efetuada com pequenos agricultores de todas as freguesias do concelho de Serpa e colonos vindos da Serra do Algarve. Adotam naturalmente os sistemas e as práticas de cultivo tradicionais do Alentejo.

O montado é um sistema desenvolvido fundamentalmente em grandes propriedades, mas na Serra de Serpa, e é outro elemento diferenciador da variante local, o montado foi desenvolvido em médias propriedades, embora existindo algumas de maiores dimensões.”

Através do trabalho de Joaquim Rolo⁶¹, podemos compreender melhor este espaço e aproximar-nos das características das explorações existentes.

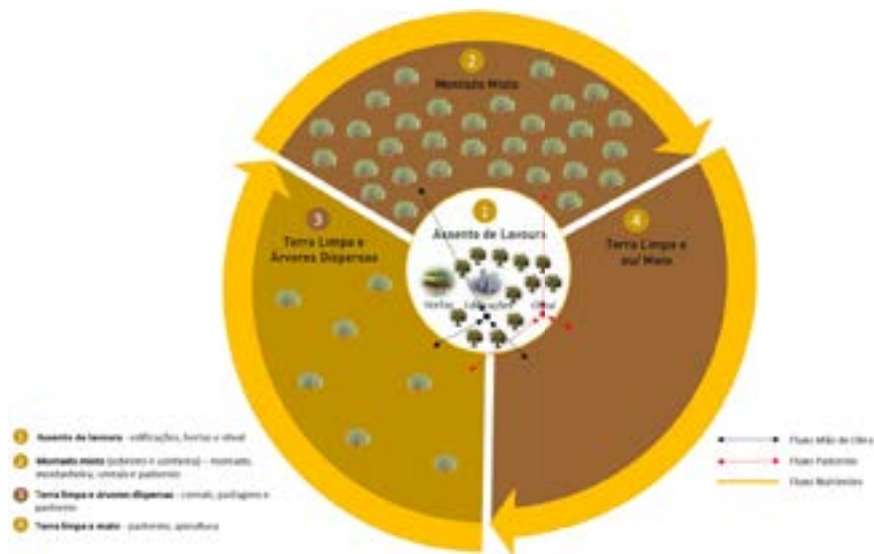
Assim, “estamos perante um território inserido na raia de Portugal que possui uma densidade populacional de cerca de 12hab./Km², estimando-se a sua população atual em 7 500 hab.. Cerca de 37% dos 621,5 Km² classificam-se como espaços naturais. No uso do solo o domínio agroflorestal (classes “agricultura”, “pastagens”, “superfícies agroflorestais” e “florestas”) é de 96%. A relação do trabalho com a terra é igualmente particularizável situando-se nos 40ha de SAU por UTA, sendo que a média nacional é de 12,5ha. No que concerne à dimensão média das explorações ela é de cerca de 3,5 vezes a média nacional de 14ha.”

⁶⁰ Onde se destaca a Proposta de Candidatura do Montado Património Imaterial da Humanidade, junto da UNESCO

⁶¹ Eng^o agrónomo, Investigador aposentado do INIAV, I.P..

Na Serra de Serpa, o Montado estrutura um mosaico composto por outros sistemas extensivos: a) produção Pecuária b) culturas arvenses de sequeiro, c) olival tradicional e os d) pomares de sequeiro e hortas, conforme se ilustra no diagrama infra.

Figura 1. A exploração agrícola tipo da Serra de Serpa



Fonte: Proposta de SIPAM, O Montado da Serra de Serpa, RG-ADI 2023

Neste território, a biodiversidade é ainda de elevado valor, pelo conjunto largo de espécies faunísticas e florísticas existentes. Muitas delas apenas se encontram neste espaço e/ou merecem estatuto de conservação.

No domínio específico da agrobiodiversidade temos um importante número de variedades vegetais e de raças autóctones, bem como de produções devidamente reconhecidas. É o caso das variedades Cordovil, Verdeal e Galega que integra o azeite de Moura DOP; da raça Caprina Serpentina que origina o Cabrito do Alentejo IGP; dos ovinos de raça Campaniça e Merina que onde provem o leite para o queijo Serpa DOP e o Borrego do Baixo Alentejo IGP ; os bovinos da raça Mertolenga que originam a Carne Mertolenga, DOP; a Carnalentejana DOP obtida a partir de bovinos da raça Alentejana; a raça suína Porco Alentejano de onde provêm a Carne de Porco Alentejano DOP, a Linguiça ou Chouriço de Carne do Baixo Alentejo IGP, o Presunto e a Pateta do Alentejo DOP e o Presunto e Paleta de Barrancos DOP e, também, da produção apícola com o Mel do Alentejo DOP.

A partir deste sistema agrícola, temos várias produções e/ou serviços (Fig. 2), desde as produções alimentares, com maior ou menor grau de transformação, responsáveis pela segurança alimentar, onde muitas são contribuintes da Dieta mediterrânica - Património da UNESCO, até aos serviços em espaços rurais, hoje com uma procura crescente, como o turismo ou os serviços do ecossistema responsáveis pela manutenção da biodiversidade.

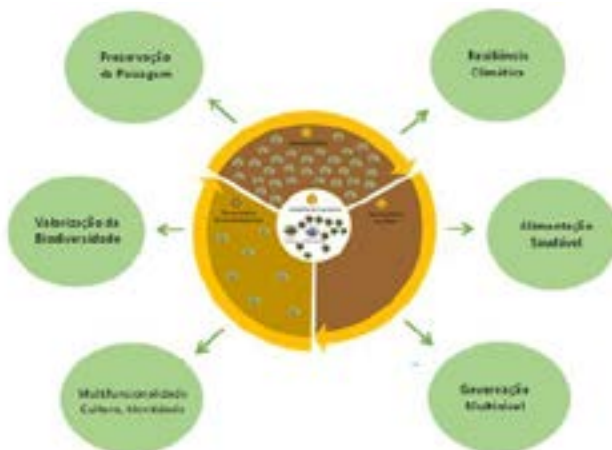
Figura 2. Produções do Sistema/segurança alimentar



Fonte: Proposta de SIPAM, O Montado da Serra de Serpa, RG-ADI 2023

No âmbito cultural, desenvolveram-se neste espaço diversas práticas, em grande parte ainda presentes, que conferem identidade ao território. Salienta-se o Cante, inscrito na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco, que é praticado com frequência pelos residentes locais. Outrora, o contrabando através do rio Chança que ajudou à obtenção de escassos rendimentos, num território tão parco de oportunidades. Esta atividade ajudou a moldar uma cultura transfronteiriça, ao longo da história. A construção em terra atinge também aqui um exemplo maior a nível nacional. Os tradicionais trajes femininos e masculinos, de fabrico local, expressam uma identidade própria, assim como outras manifestações culturais como as feiras e festivais locais com produtos e atividades tradicionais.

Figura 3. O Montado da Serra de Serpa, espaço resiliente, com diferentes externalidades

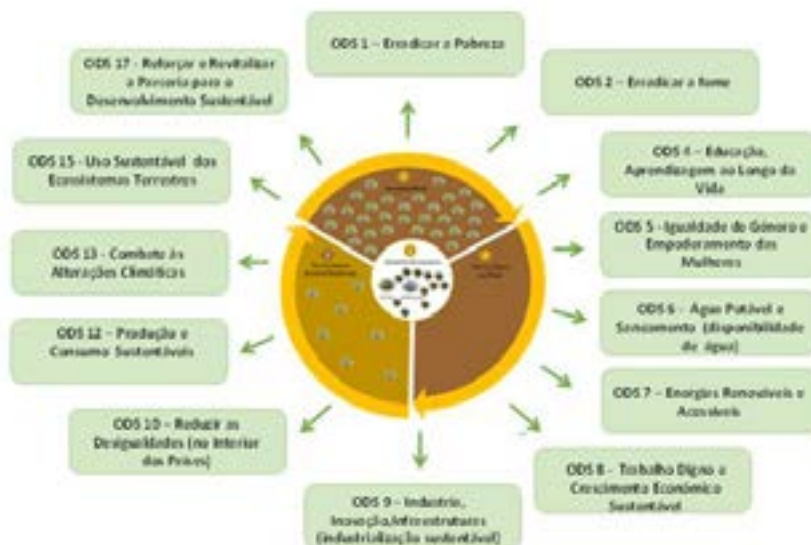


Fonte: Proposta de SIPAM, O Montado da Serra de Serpa, RG-ADI 2023

Em consonância com os critérios do Programa dos SIPAM o sistema agrícola proposto para reconhecimento, possibilita também um conjunto de externalidades importantes.

A candidatura do “Montado da Serra de Serpa” a SIPAM, revela também um contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Conforme se ilustra na figura infra, este sistema agrícola é contribuinte da prossecução de treze objetivos dos dezassete ODS.

Figura 4. O Montado da Serra de Serpa e seu contributo para os ODS



Fonte: Proposta de SIPAM, O Montado da Serra de Serpa, RG-ADI 2023

O Programa dos SIPAM pressupõe também que se estabeleçam medidas de conservação dinâmica, através de estratégias e planos de ação concretos que deverão identificar: i) as ameaças e desafios à sustentabilidade e viabilidade dos sistemas; ii) as ações concretas para combater as ameaças identificadas; iii) a descrição de como as políticas e estratégias contribuem para a conservação dinâmica dos SIPAM; iv) a descrição de como os diferentes atores (incluindo as comunidades locais) se envolvem e se co-responsabilizam na implementação dos planos de ação aos níveis local, nacional e internacional; v) a descrição de como essas estratégias e planos de ação serão financiadas e mobilizarão recursos locais, nacionais ou internacionais e vi) a demonstração de como será realizada a supervisão e monitorização da implementação dos planos de ação.

A proposta “O Montado da Serra” de Serpa possui assim um último capítulo dedicado à estratégia e plano de ação, bem como, ao sistema de governação e de governança a estabelecer. Importa referenciar que, ambas as situações são resultado de um processo participativo semelhante a outros desenvolvidos pela RG-ADI desde a sua fundação em 1992.

No quadro do Plano de Ação, procurando responder às ameaças/desafios identificados, estruturam-se intervenções, já em curso ou a desenvolver, em quatro grandes áreas de intervenção.

Figura 5. Plano de Ação



Fonte: RG-ADI 2023

O processo participativo envolveu 21 entidades e as comunidades locais, decorreu em 2021-22, tendo sido realizadas sessões públicas de apresentação, análise conjunta e proposta de soluções, entrevistas individuais e coletivas e reuniões de análise de questões específicas.

A estratégia e o plano de ação bem como os já mencionados aspetos e instrumentos de governação e governança emergem do local e, no caso de a proposta ser reconhecida pela FAO, como se espera, serão reconfirmadas através da assinatura de um acordo de parceria. Neste contexto existirá uma assembleia de parceiros, uma comissão executiva que dela emana, uma entidade de coordenação e animação, a RG-ADI, e um conselho consultivo órgão responsáveis pela governação do SIPAM.

Neste processo, ao longo de cerca de três anos, é também de elementar justiça nomear os (as) restantes obreiros (as), cuja competência específica foi crucial para a construção da proposta, a Ana Margarida, a Cristina Caro, o Pedro Madeira e o Sérgio Pestana.

Para concluir, acerca de Inocêncio Seita Coelho, agora que se deu o reconhecimento nacional desta proposta de SIPAM, duas afirmações são plenas de sentido:

Uma primeira, de carácter pessoal, para expressar a gratidão acerca de uma das últimas experiências de trabalho conjunto. Desta vez vimos os “Olivares Milenares” de Taule del Sénia e aprendemos a fazer sal em Vale Salado de Añana! Decerto partilharemos outras experiências!...

A segunda, um agradecimento desta entidade pela energia, boa disposição e elevada competência técnica que mais uma vez aportaste. Não só nos dignificou, como deu ânimo para continuar a trilhar os, diversos e necessários, caminhos da promoção do desenvolvimento local nestes territórios “D’Além Guadiana”.

O solo e o PEPAC: algumas notas sobre a dissonância entre os objectivos declarados e as regras aprovadas

João Madeira⁶²

1. Enquadramento

No quadro do actual Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), a classificação de determinada parcela como pastagem permanente⁶³ representa, mais que uma ocupação cultural, um compromisso, tanto para o agricultor que a declara, como para o Estado-Membro em que é declarada. Este carácter de compromisso pretende salvaguardar o interesse comum num conjunto de externalidades positivas, geradas por esta ocupação cultural e genericamente associadas à matéria orgânica do solo e ao seu papel potencial no armazenamento de carbono e, desta forma, “contribuir para a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, nomeadamente através (...) do reforço do sequestro de carbono (...)”⁶⁴. Adicionalmente, o PEPAC reconhece “a importância dos prados permanentes não só ao nível do armazenamento e sequestro do carbono, mas também ao nível da protecção da água e da qualidade dos solos e da biodiversidade” (GPP, 2022).

O compromisso propriamente dito, materializa-se (i) em restrições à alteração do uso, nomeadamente a dependência da existência de uma autorização individual concedida ao nível do agricultor e (ii) à eventual obrigatoriedade, imposta pelo Estado, de reconversão de parcelas agrícolas para prados permanentes, caso o rácio anual dos prados permanentes seja inferior a 95 % do rácio de referência, que é o ano de 2018 (GPP, 2022).

Por outro lado, a visão estruturante do PEPAC (uma gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável) coloca “a resiliência do recurso solo com utilização agrícola, florestal e agroflorestal” como “condição necessária para atingir os objetivos da PAC em Portugal”, sendo legítimo inferir que o solo ocupará uma posição, também ela estruturante, no desenho das medidas a aplicar em Portugal.

Existe, no entanto, um conjunto de regras, umas estabelecidas no âmbito da elegibilidade das parcelas e outras inerentes a algumas intervenções do PEPAC, que criam condições para a obtenção de resultados, senão inversos dos

⁶² Engenheiro Agrónomo (1996) e Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural (2009), ambas pelo Instituto Superior de Agronomia. Desde 1995 desenvolve actividade profissional, no âmbito da agricultura, em diversas entidades, públicas e privadas. Desde 2007 é sócio-gerente e responsável técnico-administrativo da Sociedade Agrícola Vargas Madeira, Lda., no concelho de Mértola. Desde Janeiro de 2020 é presidente do conselho de administração da Cooperativa Agrícola do Guadiana. Pertence também aos órgãos sociais da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana, da Sociedade Portuguesa de Recursos Genéticos Animais e da Associação Portuguesa de Economia Agrária. É membro do Conselho Estratégico do Parque Natural do Vale do Guadiana e do Grupo de Diálogo Civil “Agricultura Biológica” da Comissão Europeia

⁶³ O termo oficialmente consagrado (Portaria n.º 54-Q/2023, de 27 de Fevereiro – Diário da República, 1.ª série, n.º 41) é *prados e pastagens permanentes*.

⁶⁴ Regulamento (UE) 2021/2115 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2 de Dezembro de 2021.

declarados, pelo menos muito aquém do pretendido, nomeadamente no que se refere à resiliência do solo e aos contributos potenciais das pastagens permanentes no esforço de mitigação e adaptação às alterações climáticas, um dos objectivos específicos da União Europeia (UE), declarado no Regulamento (UE) 2021/2015 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 2 de Dezembro de 2021⁶⁵.

A análise efectuada no presente texto tem como pano de fundo a realidade observada na região sul do Baixo Alentejo, mais particularmente nos concelhos de Mértola, Castro Verde, Almodôvar e Ourique.

2. O conceito de “prados e pastagens permanentes”

Na aceção da Portaria n.º 54-Q/2023, de 27 de Fevereiro, o termo “prados e pastagens permanentes” refere-se a uma ocupação cultural, integrada na “superfície agrícola”, classificação constituída por (i) culturas temporárias, (ii) culturas permanentes, (iii) prados e pastagens permanentes, (iv) prados e pastagem arbustiva e (v) culturas protegidas. A definição desta ocupação cultural é: “as superfícies ocupadas com erva ou outras forrageiras herbáceas, quer semeadas quer espontâneas, por um período igual ou superior a cinco anos e que não estejam incluídas no sistema de rotação da exploração, na qual pode existir a presença de vegetação arbustiva dispersa constituída por formações lenhosas espontâneas com altura superior a 50 cm, ocupando até 50 % da superfície da subparcela⁶⁶, bem como as superfícies de prado e pastagem natural caracterizadas por práticas locais de pastoreio de carácter tradicional em zonas de baldio”.

A definição desta ocupação cultural depende do conceito de “erva ou outras forrageiras herbáceas”, que respeita a todas as plantas herbáceas tradicionalmente presentes nas pastagens naturais ou normalmente incluídas nas misturas de sementes para pastagens ou prados, sejam ou não utilizadas para apascentar animais e desde que tenham enquadramento numa das seguintes situações:

1. mistura de plantas da família das leguminosas com plantas da família das gramíneas;
2. plantas da família das leguminosas ou plantas da família das gramíneas, com presença de ervas espontâneas desde que esta não seja marginal;
3. plantas da família das gramíneas dos géneros *Lolium*, *Festuca*, *Dactylis*, *Bromus* ou outras que venham a ser identificadas em lista a ser definida, semeadas estremes ou em consociação, tendo em conta que estas plantas são tradicionalmente encontradas nas pastagens naturais;
4. plantas dos géneros identificados no número anterior em mistura com outras plantas da família das gramíneas;

⁶⁵ Artigo 6.º e Anexo I.

⁶⁶ «Subparcela» corresponde à porção contínua de terreno homogéneo com a mesma ocupação de solo existente numa mesma parcela de referência, sendo os seus limites interiores ou coincidentes com a parcela de referência (IFAP, 2023).

Esta ocupação cultural admite ainda dois casos particulares:

1. prados e pastagens permanentes sem predominância de vegetação arbustiva, essencialmente constituídas pelos sobcobertos de quercíneas, pinheiro manso, castanheiro, oliveiras e de misturas destas espécies, conquanto as árvores não sejam exploradas para outros fins (frutos ou cortiça) e obedçam a critérios de densidades mínimas;
2. prados e pastagens permanentes – prática local, que se refere às superfícies de prados e pastagens permanentes, inseridas em zonas de baldio, com predominância de vegetação arbustiva dispersa de altura superior a 50 cm, ocupando mais de 50 % da superfície da subparcela, que apresentam condições para a circulação e alimentação animal e sejam caracterizadas por práticas locais de pastoreio por animais das espécies bovina, caprina, ovina e equídea, de carácter tradicional.

As subparcelas não inseridas em baldio, com predominância de vegetação arbustiva dispersa, de altura superior a 50 cm, ocupando mais de 50 % da superfície da subparcela, enquadram-se na ocupação cultural *prados e pastagem arbustiva*.

3. Vegetação arbustiva e elegibilidade – declarar guerra ao mato

A Portaria n.º 54-Q/2023, de 27 de Fevereiro estabelece ainda as regras de elegibilidade das subparcelas de prados e pastagens permanentes, nas quais a presença de vegetação arbustiva tem efeitos, comprometendo-a, sendo o limite de 50% de vegetação arbustiva dispersa de altura superior a 50 cm o critério usado: acima deste limite as subparcelas tornam-se inelegíveis, a não ser quando inseridas em baldios e “apresentam condições para a circulação e alimentação animal” e sejam “caracterizadas por práticas locais de pastoreio por animais das espécies bovina, caprina, ovina e equídea, de carácter tradicional”, situação em que é aplicado um factor de correcção de 0,5 à área da subparcela. A ocupação cultural prados e pastagem arbustiva é sempre inelegível.

Acontece que a progressão típica da vegetação arbustiva no território em questão, não é na forma “dispersa”, mas agregada em “manchas”, o que origina, na prática, que a presença de vegetação arbustiva resulte frequentemente em perda de área elegível, uma vez que, para manchas com superfície superior a 100 m², essa superfície é delimitada numa nova subparcela e reclassificada numa ocupação cultural inelegível (IFAP, 2023).

Ora, considerando a importância das ajudas comunitárias na formação do rendimento das explorações agrícolas deste território, quase sempre superior a 50%, e perante uma certeza de redução da superfície elegível, não será de estranhar que os agricultores não hesitem na remoção da causa dessa redução, ou seja a vegetação arbustiva, seja ela dispersa ou concentrada. Essa remoção é tipicamente levada a cabo com recurso a: (i) mobilização do solo com uma grade de discos pesada (também designada por “grade de mato”) ou (ii) com recurso a roçadoras ou a trituradores florestais (também designados “corta-matos”).

Sendo o recurso a roçadoras ou a trituradores florestais, em regra, mais dispendioso de que a utilização da grade de discos, é frequente os agricultores optarem pela utilização desta alfaia, o que origina, todos os anos, no Inverno e na Primavera, a mobilização do solo numa extensão apreciável do território, que fica assim nu e exposto até ao Outono seguinte, em que, havendo chuva, será eventualmente semeado.

3.1. A leitura nacional das regras comunitárias

Importa aqui reportarmo-nos à redacção da alínea c) do art.º 4.º do Regulamento (UE) 2021/2015, nos termos do qual a Portaria n.º 54-Q/2023 se enquadra, que estabelece

c) os «prados permanentes e pastagens permanentes»(conjuntamente designados por «prados permanentes») são as terras utilizadas para a produção de erva ou outras forrageiras herbáceas naturais (espontâneas) ou cultivadas (semeadas) que não tenham sido incluídas no sistema de rotação de culturas da exploração por um período de cinco anos ou mais e que, caso os Estados-Membros assim o decidam, não tenham sido aradas, lavradas ou ressemeadas com diferentes tipos de ervas ou outras forrageiras herbáceas durante pelo menos cinco anos. Podem incluir outras espécies, nomeadamente arbustos ou árvores, suscetíveis de servir de pasto, bem como, caso os Estados-Membros assim o decidam, outras espécies, como arbustos ou árvores, que produzem alimentos para animais, desde que a erva e outras forrageiras herbáceas se mantenham predominantes.

Os Estados-Membros podem igualmente decidir considerar como prados permanentes os seguintes tipos de terra:

i) as terras ocupadas por qualquer uma das espécies referidas na presente alínea e que façam parte das práticas locais estabelecidas, quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem ou não existirem tradicionalmente nas zonas de pastagem,

ii) as terras ocupadas por qualquer uma das espécies referidas na presente alínea, quando a erva e outras forrageiras herbáceas não predominarem ou não existirem nas zonas de pastagem.

Vemos pois que Portugal, na sua interpretação do conceito vertido no regulamento comunitário, particularmente no que se refere à subalínea ii), o restringiu e limitou a sua aplicação aos baldios, deixando de fora todas as outras áreas onde a vegetação arbustiva representa um risco de penalização para os agricultores.

Para termos completa noção do impacto desta escolha política – porque é disso que se trata – não poderemos perder de vista que os territórios que são palco desta “guerra ao mato” tendem a ser caracterizados por condições climáticas

mais extremas, por baixos níveis de matéria orgânica no solo, por solos delgados, mal estruturados e com níveis de fertilidade baixos e, frequentemente, por declives acentuados, factores que concorrem para uma elevada susceptibilidade à erosão que, assim, se expressa sem grandes restrições, resultando num quadro de degradação visível a olho nu e confirmado pela cor dos cursos de água, quando correm. Adicionalmente, são criadas condições para o aumento da taxa de mineralização da – pouca – matéria orgânica destes solos, que resulta, entre outras consequências, na redução da capacidade de retenção de água e na correspondente emissão de CO² para a atmosfera.

Às consequências ao nível do solo (erosão + mineralização da matéria orgânica), da desmatção das áreas de pastagens permanentes – que resultam sempre numa simplificação dos habitats existentes nas parcelas, alguns dos quais relevantes para algumas espécies com estatuto de conservação –, juntam-se também perdas assinaláveis de biodiversidade.

É pertinente, ainda, uma referência à questão dos incêndios, na qual poderia materializar-se um eventual efeito colateral positivo desta política de controlo de vegetação arbustiva, através de uma redução da área de matos ardida. Consultados os relatórios disponíveis, à data, no sítio electrónico do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas⁶⁷, constata-se, além da pouca importância da área ardida no território em questão, a escassa relevância da área de matos, no conjunto da área ardida.

Vemos assim que, como resultado da ultra-simplificação de um critério de elegibilidade, que confunde a presença de mato com abandono e ausência de mato com uso – nenhuma necessariamente verdadeira – se criam as condições ideais para a degradação do solo numa parte significativa da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), consolidando um quadro que acentua a fragilidade destes territórios, particularmente no quadro de instabilidade climática que actualmente vivemos.

4. Estímulos ao sobredimensionamento dos efectivos

Além da mobilização do solo e da erosão, o sobrepastoreio é consensualmente apontado como um dos factores associados à degradação do solo, responsável pelo declínio da matéria orgânica do solo (Comissão Europeia, 2005) e por perdas de biodiversidade (Sales-Baptista, *et al.*, 2015). Sendo, como referimos, a matéria orgânica a componente do solo na qual o PEPAC foca o potencial de armazenamento e sequestro de carbono, importa analisar como é tratada a questão da prevenção do sobrepastoreio.

4.1. Limitações do encabeçamento como indicador de adequação do pastoreio

No que respeita a intervenções especialmente dirigidas a superfícies com ocupação cultural “pastagens permanentes”, o PEPAC contém:

⁶⁷ <https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfregestaoinformacao/gfrrelatorios/areasardidaseocorrencias> (acedido a 20/11/2023).

- uma no domínio A.3 (sustentabilidade): A.3.3.1. - Gestão do solo – manejo da pastagem permanente;
- duas no domínio C.1 (gestão ambiental e climática):
 - C.1.1.1 - Uso eficiente dos Recursos Naturais - conservação do solo – pastagens biodiversas;
 - C.1.1.2 - Manutenção de sistemas extensivos com valor ambiental ou paisagístico – montados e lameiros – montados;
- uma no domínio D.2 (programas de acção em áreas sensíveis): D.2.2 - Gestão do montado por resultados⁶⁸

Do ponto de vista da adequação da carga animal à disponibilidade forrageira das pastagens, algumas destas intervenções estabelecem encabeçamentos mínimos, expressos em CN⁶⁹/ha (“manejo da pastagem permanente” e “montados”: 0,2 CN/ha)⁷⁰ e todas estabelecem encabeçamentos máximos (“manejo da pastagem permanente” e “pastagens biodiversas”: 1,5 CN/ha; “montados”: 0,6 CN/ha ou 0,75 CN/ha, caso o efectivo inclua porcos em regime de montanha). Vemos assim que o esforço de ajustamento entre necessidades e disponibilidades forrageiras fica a cargo apenas de um indicador (encabeçamento), expresso em CN/ha e aplicável à totalidade do território continental.

Tendo em consideração que o sobrepastoreio ocorre quando as plantas são sujeitas a pastoreio intenso, durante períodos alargados de tempo, sem tempos de recuperação suficientes (Sales-Baptista, *et al.*, 2015) e tendo igualmente em conta a variação intra-anual da disponibilidade de biomassa da pastagem, parece-nos lícito afirmar que o encabeçamento, por se tratar de um indicador estático e indiferente à biomassa da pastagem, é insuficiente para assegurar a inexistência de sobrepastoreio.

Assim, no sentido de prevenir a ocorrência de sobrepastoreio e para que se consigam garantir os níveis elevados de matéria orgânica do solo e de biodiversidade, que se espera que decorram da superfície ocupada com pastagens permanentes, há uma evidente necessidade de explorar outros indicadores que expressem simultaneamente, a par da densidade pecuária, a disponibilidade forrageira e o tempo, de que é exemplo a pressão de pastoreio, calculada pela relação entre a densidade pecuária (por exemplo, o número de CN por unidade de superfície, num determinado momento ou período de tempo) e a biomassa (matéria seca forrageira total, na mesma unidade de superfície, no mesmo intervalo de tempo) (Allen *et al.* 2011; Sales-Baptista, *et al.*, 2015).

⁶⁸ Tendo em conta o carácter desta intervenção, que deixa ao agricultor toda a liberdade para tomar decisões de produção, não interferindo ao nível do número de animais, esta intervenção será deixada de fora do âmbito desta análise.

⁶⁹ Cabeça normal (CN): unidade padrão de equivalência usada para comparar e agregar números de animais de diferentes espécies ou categorias, tendo em consideração a espécie animal, a idade, o peso vivo e a vocação produtiva, relativamente às necessidades alimentares e à produção de efluentes pecuários, de acordo com uma tabela de conversão em que um bovino com mais de 2 anos corresponde a 1 CN, um ovino ou caprino com mais de 1 ano corresponde a 0,15 CN e uma porca reprodutora com mais de 50 kg corresponde a 0,5 CN.

⁷⁰ Quando se verificarem situações de seca extrema ou severa reconhecidas pelas autoridades nacionais competentes, o nível de encabeçamento mínimo passa a 0,1 CN/ha de superfície forrageira da exploração (n.º 3 do art.º 25.º da Portaria n.º 54-E/2023, de 27 de Fevereiro e n.º 4 do art.º 38.º da Portaria n.º 54-C/2023, de 27 de Fevereiro).

A opção por indicadores dinâmicos, em substituição do encabeçamento, torna-se ainda mais pertinente se considerarmos que, neste tipo de territórios, a opção mais frequente, por parte dos agricultores, é o estabelecimento de um nível de encabeçamento ajustado ao pico de produção de biomassa da Primavera, o que conduz, desde o final do Verão até final do Inverno seguinte, a um desajustamento entre disponibilidade e necessidades, normalmente compensado através do fornecimento de alimentos suplementares (palha, feno, alimentos concentrados compostos, etc.). O risco mais acentuado de sobrepastoreio ocorre durante este período (cf. Fig. 1), em que os animais, apesar de suplementados, são mantidos na pastagem (Sales-Baptista, *et al.*, 2015). O actual quadro de instabilidade climática, ao introduzir mais incerteza no perfil normal de evolução da produção de biomassa da pastagem, agrava significativamente este risco.

Por outro lado, é frequente as estimativas dos encabeçamentos feitas pelos agricultores estarem enviesadas, por um lado pela sobrestimação das áreas de pastagem (muitas vezes confundidas com a área total da exploração) e, por outro, pela subestimação das necessidades dos efectivos, seja por não considerarem o consumo dos animais jovens, a serem amamentados (Sales-Baptista, *et al.*, 2015), seja por considerarem que toda a biomassa da parte aérea das plantas está disponível para consumo pelos animais. A propósito desta última questão, são abundantes⁷¹ as referências à necessidade de não consumir a totalidade da biomassa à superfície do solo, com o intuito de salvaguardar a integridade dos sistemas radiculares das plantas e, assim, além de garantir ciclos de recrescimento da erva sem limitações, manter níveis elevados de matéria orgânica, em solos com elevada porosidade e níveis também elevados de capacidade de retenção de água.

Figura 1.

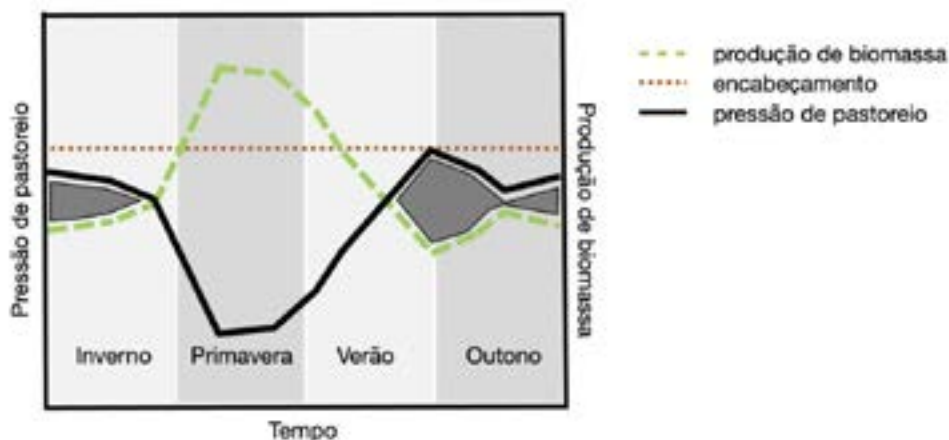


Diagrama esquemático (tendências e não valores absolutos) da produção de biomassa, encabeçamento e pressão de pastoreio. As áreas a cinzento representam períodos de risco acrescido de sobrepastoreio. (adaptado de Campbell *et al.*, 2006, cit. por Sales-Baptista *et al.*, 2015)

⁷¹ Apenas como exemplo, consulte-se Gerrish, 2003, USDA, 2022 e Grev, 2023.

Como se depreende da análise da Figura 1, o desajustamento no dimensionamento dos efectivos pecuários, embora se possa enquadrar nos limites de encabeçamento estabelecidos para as intervenções do PEPAC (0,6 CN/ha e 1,5 CN/ha), mesmo quando estes se possam considerar baixos ou moderados, pode representar pressões de pastoreio elevadas (Sales-Baptista, et al., 2015).

4.2. Apoios associados à dimensão do efectivo

Na reforma da PAC de 2003, a dissociação⁷² das ajudas da produção aparece como um instrumento de reforço da competitividade da agricultura comunitária e de promoção de “uma agricultura mais orientada para o mercado e sustentável”. Através deste processo, os agricultores receberiam um montante (“pagamento único”) “não condicionado à produção de nenhum produto específico”⁷³.

A dissociação dos apoios face aos volumes produzidos (ou, no presente caso, ao número de animais detidos), além de promover a orientação para o mercado, tinha ainda o objectivo de redução das distorções na produção agrícola, ao assegurar a estabilidade do rendimento dos agricultores (Milicevic, 2022), sem a fazer depender da produção de nenhum produto em particular. Seria, portanto, expectável que os agricultores, livres da obrigação de produzir determinados produtos, nos quais poderiam não conseguir remunerar convenientemente os recursos aplicados, reafectassem esses recursos a produções efectivamente rentáveis.

Apesar desta orientação geral, foi sempre salvaguardada a possibilidade dos Estados-Membros manterem uma parte dos seus orçamentos para pagamentos directos afectos a regimes de apoio associado, destinados a apoiar determinados sectores e produções específicas, que sejam particularmente importantes por razões sociais, económicas ou ambientais e que enfrentem dificuldades, através do aumento da sua competitividade, sustentabilidade ou qualidade (Comissão Europeia, 2022; Regulamento (UE) 2021/2115 do Parlamento Europeu e do Conselho).

Assim, e apesar de, nas subsequentes reformas da PAC, a dissociação das ajudas da produção ter sido progressivamente aprofundada, os apoios associados representam ainda, no PEPAC de Portugal, 19,81 % da dotação orçamental indicativa para os pagamentos directos (GPP, 2022).

Estes pagamentos, regulamentados pela Portaria n.º 54-I/2023 de 27 de Fevereiro, incluem um conjunto de “intervenções de apoio associado ao rendimento “animais”, de que destacamos, pela sua importância no território em análise, o “pagamento por vaca em aleitamento” e o “pagamento aos pequenos ruminantes”. Um e outro atribuem uma ajuda financeira a cada animal detido por um agricultor, durante o período que medeia entre 1 de Janeiro e 30 de Abril de cada ano, sujeito ao cumprimento de um conjunto de condições, essencialmente relacionadas com os requisitos de identificação e registo dos animais⁷⁴, e, no caso

⁷² Em Portugal o termo mais comumente utilizado é “desligamento”.

⁷³ Regulamento (CE) n.º 1782/2003 do Conselho de 29 de Setembro de 2003.

⁷⁴ No âmbito do Regulamento (UE) 2016/429.

das vacas em aleitamento, sujeitas a um nível mínimo de produtividade (um parto nos últimos 18 meses); ainda no caso das vacas em aleitamento, são também elegíveis as novilhas, até ao limite de 20% do número de animais elegíveis.

Desta forma, ao ser atribuído um valor fixo e constante por cada animal detido, será lícito concluir que há um óbvio estímulo à detenção de animais, o que, conjugado com o referido a propósito, quer (i) dos limites de encabeçamento impostos pelas intervenções dirigidas a superfícies com ocupação cultural “pastagens permanentes”, quer (ii) das limitações da utilização do encabeçamento como indicador da adequação do pastoreio, quer ainda (iii) da propensão observada para o sobredimensionamento dos efectivos, contribuirá para criar um quadro de distorção das decisões dos agricultores, com consequências na observância dos limites da capacidade de carga das suas explorações, contribuindo para acentuar o já elevado risco de sobrepastoreio.

4.3. As alterações no apoio à agricultura biológica

Os apoios ao modo de produção biológico (conversão e manutenção) estão regulamentados pela Portaria n.º 54-E/2023 de 27 de Fevereiro e incluem pagamentos calculados em função (i) das áreas declaradas de determinadas culturas ou ocupações culturais e (ii) da dimensão dos efectivos pecuários declarados.

O pagamento da superfície forrageira⁷⁵ fica condicionado à manutenção de um encabeçamento mínimo de 0,2 CN/ha, considerando bovinos, ovinos e caprinos. No que respeita a encabeçamentos máximos, o limite situa-se em 2 CN/ha de superfície forrageira, para explorações com dimensão superior a 2 ha⁷⁶ e aplica-se à totalidade do território continental.

Refira-se ainda que, nestes apoios, não existem quaisquer restrições associadas a produtividades mínimas ou à colocação de produção no mercado, seja ele o convencional ou o da agricultura biológica.

Parece-nos, assim, que esta conjugação (limites máximos de encabeçamento desfasados da capacidade de carga, apoios pagos em função do número de animais e ausência de restrições associadas a produtividade ou produção) cria um estímulo adicional à detenção de animais, concorrendo para o agravamento da tendência já descrita ao longo do texto para o sobredimensionamento dos efectivos e consequente risco de sobrepastoreio.

Refira-se, por fim, que esta forma de atribuição do apoio aos aderentes a este modo de produção, com uma componente dependente e proporcional ao número de animais detidos, representa um ruptura com aquele que era o figurino vigente até 2022,

⁷⁵ Definida como “as subparcelas destinadas à alimentação animal ocupadas por culturas forrageiras temporárias, prados e pastagens permanentes sem predominância de vegetação arbustiva e superfícies em sobcoberto de sobreiros para produção de cortiça utilizadas para pastoreio.” (alínea q) do art.º 3.º da Portaria n.º 54-E/2023 de 27 de Fevereiro).

⁷⁶ Para as regiões de montanha, os encabeçamentos máximos expressam-se em relação à superfície agrícola e são de 2 CN/ha, para explorações de dimensão superior a 2 ha e de 3 CN/ha para os restantes casos.

em que, apesar de os limites máximos e mínimo do encabeçamento serem os actuais, apenas eram apoiadas as superfícies das várias culturas e ocupações culturais, não havendo qualquer componente do apoio associada à dimensão dos efectivos animais.

5. Considerações finais

Ao longo deste texto evidenciámos aquelas que são as aspirações vertidas no PEPAC, no que respeita à contribuição dos prados e pastagens permanentes para o esforço de mitigação e de adaptação do sector agrícola português às alterações climáticas. Essas aspirações assentam fundamentalmente na capacidade da matéria orgânica dos solos votados àquela ocupação cultural, funcionar como sumidouro de carbono, ao mesmo tempo que se asseguram elevados níveis de biodiversidade e um conjunto de externalidades positivas consideradas relevantes.

Não obstante as aspirações referidas, consideramos ter demonstrado que o mesmo PEPAC encerra um conjunto de regras e de intervenções com potencial para, não só comprometer severamente os objectivos declarados, como ainda para agravar a situação actualmente vivida, particularmente no que toca à protecção do solo e à capacidade de acomodar os efeitos da instabilidade climática.

Uma das vertentes desta contradição corporiza-se nas regras de elegibilidade da superfície agrícola, particularmente no que respeita à presença de vegetação arbustiva, bem como nas limitações na sua aplicabilidade, nomeadamente no critério “vegetação dispersa”. Esta conjugação normativa tem conduzido os agricultores à mobilização intensiva dos solos e à destruição de habitats, particularmente nas regiões de solos mais frágeis e em que a elevada importância das ajudas comunitárias na formação do rendimento, confere elevada reactividade no que toca ao cumprimento das regras inerentes a essas ajudas.

A outra vertente radica, por um lado, na presença de um conjunto de intervenções assentes no uso de indicadores com leitura limitada e, por isso, desadequados e, por outro, na presença de estímulos indutores de distorções nas decisões de produção, que não só não previnem o sobrepastoreio, como aumentam mesmo o risco da sua ocorrência, com consequências negativas sobre o solo.

A inversão desta dinâmica negativa passará pela revisão destes instrumentos de política, em toda a extensão permitida pelas regras de revisão do PEPAC de Portugal, ajustando-os, de facto, aos resultados pretendidos e – acrescentamos – necessários. Tendo em consideração a existência, embora em fase de piloto, de uma medida baseada em resultados (D.2.2 Gestão do montado por resultados) e os resultados promissores que medidas desta natureza têm produzido no espaço da União Europeia, consideramos que esta revisão encerraria uma oportunidade para a concepção de uma medida baseada em resultados, focada no solo e nas suas principais fragilidades e na qual o financiamento dependa na obtenção de resultados objectivos, associados a essas mesma fragilidades. Seria um bom uso para os dinheiros públicos e o início de um caminho promissor e realista para a conservação do solo.

Bibliografia consultada

- Allen V.G., C. Batello, E.J. Berretta, J. Hodgson, M. Kothmann, X. Li, J. McIvor, J. Milne, C. Morris, A. Peeters and M. Sanderson (2011). An international terminology for grazing lands and grazing animals. *Grass and Forage Science*, 66, 2–28, acessado a 03/11/2023, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2494.2010.00780.x>.
- Comissão Europeia (2005). *Soil Atlas of Europe*, European Soil Bureau Network; Office for Official Publications of the European Communities, L-2995 Luxembourg, acessado a 05/11/2023, https://esdac.jrc.ec.europa.eu/Projects/Soil_Atlas/Download/Atlas.pdf.
- Comissão Europeia (2022). *Proposed CAP Strategic Plans and Commission observations - Summary overview for 27 Member States*, acessado a 06/11/2023, https://agriculture.ec.europa.eu/system/files/2022-07/csp-overview-28-plans-overview-june-2022_en.pdf.
- Gerrish, J. (2003). *Optimizing Pasture and Animal Production through Planned Grazing*, Washington State University, acessado a 05/11/2023, <https://extension.wsu.edu/animalag/content/optimizing-pasture-and-animal-production-through-planned-grazing/>.
- GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (2021). *Relatório sobre o Plano Estratégico da PAC de 2021*, acessado a 04/11/2023, https://www.gpp.pt/images/PEPAC/PEPAC_Submetido/Exportacao_SFC_versaoAprovao_29072022.pdf.
- Grev, A. (2023). *Summer Grazing Management Tips*, University of Maryland, acessado a 05/11/2023, <https://extension.umd.edu/resource/summer-grazing-management-tips>.
- IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (2023). *Manual de conceitos e regras de delimitação*, acessado a 05/11/2023, https://www.ifap.pt/portal/documents/182/6687838/Conceitos_Regras+de+Delimitaçãol.pdf/6fb2ea-5b-3a19-52cd-afe1-c68dfd4ab6bc?version=1.0&t=1681117041897&download=true.
- Milicevic, V. (2022). *The common agricultural policy – instruments and reforms*, Parlamento Europeu, acessado a 06/11/2023, <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/en/sheet/107/the-common-agricultural-policy-instruments-and-reforms>.
- Sales-Baptista, E., d’Abreu, M.C. & Ferraz-de-Oliveira, M.I. (2016). Overgrazing in the Montado? The need for monitoring grazing pressure at paddock scale. *Agroforest Syst* 90, 57–68. <https://doi.org/10.1007/s10457-014-9785-3>



USDA – United States Department of Agriculture (2022). *Remember the R's for Resilient Ranches*, acessado a 05/11/2023, <https://www.nrcs.usda.gov/sites/default/files/2022-10/Remember%20the%20R%27s%20Jan12FINAL%20brochure.pdf>.

Estado do solo em montados do Alentejo - o caso do concelho de Ourique

J. Casimiro Martins⁷⁷

1. Introdução

O declínio dos montados de azinho e sobre no Alentejo resulta da interação de um conjunto de fatores bióticos e abióticos. Em relação aos fatores bióticos assinalam-se um conjunto de pragas e doenças associadas ao sobreiro e à azinheira destacando-se o fungo *Phytophthora cinnamomi* Rands, um patogénico do solo, da classe Oomycota, que provoca um grande impacte no sistema radicular do montado de sobre e azinho.

Entre os fatores abióticos destacam-se as alterações climáticas com aumentos significativos da temperatura e a redução da precipitação, ao longo de décadas, modificação no padrão de distribuição da precipitação e maior frequência de extremos climáticos e a inadequada gestão dos solos. No que concerne à gestão dos solos, o aumento da capacidade produtiva das áreas de montado de sobre e/ou azinho só é possível através de um conjunto de práticas culturais, nomeadamente da melhoria da fertilidade do solo e da fertilização das culturas, do uso de técnicas de mobilização do solo sustentáveis e a opção por pastagens/forragens adaptadas às condições adversas resultantes das alterações climáticas.

Em 2009, a Associação de Criadores de Porco Alentejano (ACPA), com sede em Ourique, e mandatada para o efeito por procurações dos seus associados beneficiários, procedeu à elaboração de um projeto, com a duração de 10 anos, designado por “Recuperação do Montado de Sobre e Azinho do Concelho de Ourique, Projeto-piloto”, com a colaboração e apoio da Câmara Municipal de Ourique, visando a recuperação de uma área de cerca de 2400 ha de montado de sobre e azinho em progressiva perda de vitalidade, localizados no Concelho de Ourique e em freguesias dos concelhos limítrofes, sem afetar o atual regime de pastoreio extensivo predominante na região, mantendo o agricultor no terreno e preservando o meio rural. Para tal, algumas dezenas de agricultores associados da ACPA aderiram ao projeto. Neste projeto foram integrados alguns investigadores, entre os quais o signatário deste trabalho, do Instituto Nacional de Recursos Biológicos (INRB), atualmente Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), de diferentes domínios do conhecimento que iriam proceder à monitorização e aconselhamento técnico e científico.

Segundo o projeto, só em cinco das seis freguesias do Concelho de Ourique, tinha sido licenciado o abate de mais de 20 000 árvores, nos primeiros anos do século atual. A ACPA, sendo Organização de Produtores de uma das fileiras de

⁷⁷ José Casimiro Martins, Investigador aposentado do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., especialista em Física e Conservação do Solo e da Água, Cartografia e Classificação do solo, Erosão e Salinidade do Solo e Desertificação. Foi Coordenador do Departamento de Pedologia da antiga Estação Agronómica Nacional e membro do Conselho da Água. Autor ou co-autor de mais de 300 trabalhos escritos.

produção animal associadas ao montado, tem envidado todos os esforços no sentido de alertar publicamente para esta situação de verdadeira calamidade, que ameaça a continuidade da atividade dos seus associados. A morte daquelas árvores e de outras que se lhe seguirão, implica a perda de um dos principais recursos endógenos que a região possui, o montado. Há a perda da cortiça, de que ainda somos o maior produtor mundial, e a lande e a bolota, “que constituem uma importante componente alimentar da pecuária autóctone criada em regime extensivo, a madeira e a lenha de altíssima qualidade, a produção de mel e um conjunto de amenidades que o montado proporciona, como sejam o turismo rural e de natureza, os cogumelos, a caça e a pesca de lazer” (ACPA, 2009). Há ainda, de acordo com a ACPA, a perda de um conjunto de benefícios públicos intangíveis que resultam da multifuncionalidade dos sistemas agrários - as conhecidas externalidades, como a paisagem e o ambiente únicos, a extraordinária biodiversidade que lhe está associada, a eficácia hidrológica e a possibilidade de sequestrar carbono de forma natural e significativa. A maior parte do montado do Concelho de Ourique subsiste sobre solos extremamente degradados pela erosão, com teores de matéria orgânica reduzidos, com níveis de fósforo muito baixos, com uma reação do solo (pH) muitas vezes problemática, isto é, em condições que predisõem ou desencadeiam a referida perda de vitalidade, tornando-as mais vulneráveis a todo o tipo de agentes nocivos, tanto mais que estas condições desfavoráveis têm vindo a ser empoçadas por situações de stress hídrico resultantes de secas cada vez mais frequentes e prolongadas, que se traduzem num abaixamento significativo dos níveis dos aquíferos subterrâneos, e, em muitos casos, pela subsistência de práticas agro-silvo-pastoris incorretas.

De acordo com a classificação de solos de Portugal (SROA), na área de incidência do Projeto predominam largamente os solos Px – Mediterrâneos Pardos Não Calcários de Xistos ou Grauvaques (38,5%), quer normais, quer em fase delgada (Px(d)), os Ex – Litossolos de Xistos ou Grauvaques (27%) e os Sr – Mediterrâneos Pardos Não Calcários de Rañas ou Depósitos Afins, quer normais, quer em fase pedregosa Sr(p) (24%). Estes solos apresentam, em geral, uma espessura reduzida, uma elevada acidez, bem como teores baixos a muito baixos de nutrientes para as plantas, nomeadamente azoto e fósforo, o que lhes confere uma baixa capacidade produtiva.

Entre as diferentes ações a implementar no projeto, incluía-se a fertilização e correção do solo, sob a orientação, aconselhamento e monitorização dos especialistas do INRB.

Na sequência de um Protocolo de Assistência Técnica estabelecido entre a Associação de Criadores do Porco Alentejano (ACPA) e o então INRB, tendo como responsável o Investigador Seita Coelho, uma equipa da Unidade de Investigação de Ambiente e Recursos Naturais (Pólo de Oeiras) liderada pelo signatário deste trabalho, com a colaboração de elementos da Unidade de Investigação de Sistemas Agrários e Desenvolvimento, efetuou um estudo dos solos para diagnóstico do estado de fertilidade do solo e avaliação das necessidades em cal de uma área de cerca de 680 ha pertencentes a 14 associados da ACPA e aderentes

ao Projeto de Recuperação do Montado de Sobro e de Azinho, no concelho de Ourique. Esta área faz parte da grande peneplanície do Alentejo e compreende formações sedimentares e de “rañas”, situadas na designada charneca de Garvão e metamórficas, nomeadamente xistos argilosos, cristalofílicos não básicos ou grauvaques (Cardoso, 1965).

2. Material e métodos

A área total compreende cerca de 680 ha, pertencentes a 14 agricultores, associados da APCA, localiza-se no concelho de Ourique, exceto uma área de cerca de 30 ha que está incluída no concelho de Odemira e na freguesia de S. Martinho das Amoreiras.

A área de estudo inclui-se, de acordo com as Cartas de Solos nºs 45B e 45D (escala 1:50 000) da Carta dos Solos de Portugal, do Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário (SROA), em diversas manchas de complexos de solos e/ou de apenas uma unidade-solo, constituídas nomeadamente pelas seguintes famílias de solos:

- Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos, Não Calcários, normais ou com materiais lateríticos, de “rañas” ou depósitos afins (*Sr* e *Sr**); correspondem a Luvissoles férricos crómicos, na classificação da FAO (IUSS Working Group, 2015);
- Solos Mediterrâneos Pardos, Não Calcários, de xistos e/ou grauvaques (*Px*); correspondem a Regossolos áricos ou Luvissoles háplicos na classificação da FAO;
- Litossolos, de xistos e/ou grauvaques (*Ex*); correspondem a Leptossolos háplicos, na referida classificação de solos da FAO.

Nas manchas de solos que incluem as duas primeiras famílias de solos, é comum a ocorrência das fases pedregosa (*p*), ou seja, com muitos elementos grosseiros, e delgada (*d*), isto é, com uma espessura de solo até 20 a 25 cm. A família *Ex* é sempre delgada e em regra pedregosa.

As referências dos agricultores/parcelas, freguesias correspondentes e as respetivas áreas são apresentadas no Quadro 1.

Em julho de 2012, realizou-se a uma amostragem geral de solos, com colheita de 95 amostras de terra superficiais (entre 0 a 15/20 cm), compósitas, nas parcelas de todos os associados envolvidos (14 agricultores). As áreas ou parcelas, quando excediam, em regra, 5 a 7 ha, eram subdivididas em sub-áreas com uma área variável (entre 5 a 10 ha), onde se procedeu à amostragem de terras. Em cada sub-área efetuou-se a colheita de uma amostra de terra compósita a partir da mistura de terra obtida em 4 ou 5 pontos de amostragem, em geral.

Quadro 1. Referências dos agricultores e respectivas áreas ou parcelas, e tipos de solos.

Referência	Freguesia	Área 1 (ha)	Área 2 (ha)	Área 3 (ha)	Área 4 (ha)	Área 5 (ha)	Área total (ha)	Tipo de solo
1-AMB	Ourique	10,03	6,20				16,23	P _x (d) + E _x
2-CA_MNA	Panóias	10,20	25,09	14,00			49,29	Sr (p) + Sr + P _x (d)
3-DSS	Ourique	19,36	4,41				23,77	P _x (d) + P _x
4-JPN	Ourique	21,11					21,11	E _x + P _x
5-JBR	S.Martinho Amoreiras	28,90					28,90	P _x (d) + P _x + E _x
6-JCN	Ourique e Garvão	54,04	11,69	1,83			67,56	E _x + P _x (d) + Sr(p) (Áreas 2 e 3)
7-JPG	Ourique	2,96	4,45	1,24	6,89	3,95	19,49	E _x + P _x (d)
8-JGL	Ourique	43,00	14,69				57,69	E _x + P _x (d)
9-JCC	Ourique	59,08	55,66	27,98			142,72	P _x (d) + E _x + P _x
10-LRD	Ourique	10,74					10,74	E _x + P _x (d)
11-MAL	Ourique	54,11	105,76				159,87	P _x (d) + E _x + P _x
12-MBF	Panóias	8,96	1,64				10,60	Sr(p) + Sr
13-SAG-FN	Garvão	28,24					28,24	Sr(p) + Sr
14-VAF	Garvão	22,96	20,18				43,14	Sr(p) + Sr
Total							679,35	

Nas amostras compósitas foram determinadas as seguintes propriedades básicas:

- pH em água, na relação solo/água (1/5), determinado pelo método descrito na Norma ISO 10390 - Soil quality- Determination of pH (1994);
- Teor de matéria orgânica (MO) utilizando a relação $MO = 1,724 \times C$, em que C é o teor em carbono orgânico determinado por oxidação com dicromato de potássio, segundo a metodologia descrita em Walkley (1947);
- Teor de azoto total, determinado pelo método descrito por Bremner & Mulvaney (1982);
- Teores de fósforo (P) e de potássio (K) extraíveis, determinados pelo método de Egner-Riehm (Balbino, 1968);
- Necessidade em cal, segundo o método SMP (Shoemaker, Mclean, and Pratt) descrito em Tran & van Lierop (1993).

3. Resultados e discussão

As amostras recolhidas, entre 0 e 20/25 cm de profundidade, em todas as parcelas dos agricultores revelaram uma textura franco-arenosa a franca, sendo que a textura franca (com valores de argila entre 11 e 26% e de limo entre 23 e 30%) prevalecia nos solos Sr e Sr (p) embora os solos P_x e P_x(d) ou E_x apresentassem quer a textura franco-arenosa ou franca. As texturas franco-arenosas mostravam valores de areia (grossa e fina) entre 66 e 76% e apenas 7 a 10% de argila.

No Quadro 2 indicam-se os valores do pH em água e os teores de matéria orgânica, azoto orgânico total e de fósforo e potássio extraíveis (assimiláveis) da totalidade das amostras de terra superficiais colhidas em todas as parcelas/áreas dos agricultores/associados da ACPA.

Relativamente à reação do solo, verificou-se que as áreas dos agricultores/associados 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11 e 12, apresentaram uma reação do solo em regra subácida ou pouco ácida, isto é, com valores de pH em água entre 5,6 e 6,2. As Áreas 1 e 2 do associado 6 mostraram uma reação do solo subácida (pH entre 5,5 e 6,0) mas a Área 3 revelou um valor de 5,3 (ácido) para o pH em água. As Áreas 1, 4 e 5 do associado 7 mostraram uma reação do solo subácida (5,6 a 6,5 para o pH), a Área 2 apresentou um valor de 5,5 (ainda ácido) enquanto que, na Área 3, a reação foi neutra (pH = 6,75). A área do associado 13 apresentou valores de reação ácida (pH entre 5,1 e 5,5) mas também subácida (pH de 5,6 a 5,9) nas subáreas A e C. Nas 2 áreas do associado 14, os valores encontrados para o pH em água oscilaram entre 5,5 e 5,7, sendo que as 2 subáreas designadas por A mostraram reação ácida (pH de cerca de 5,5) e as subáreas B uma reação subácida (pH de 5,6 a 5,7).

Os teores de matéria orgânica do solo determinados na totalidade das amostras de solo oscilaram entre 2,4 e 6,5% (24 a 65 g.kg⁻¹ de solo), que se classificam como valores médios a altos, sendo que 76% da totalidade das amostras de solo apresentaram valores entre 2 e 4% (20 a 30 g.kg⁻¹ de solo) e 24% do total de amostras de solo mostraram valores superiores a 4%.

No que se refere aos teores de azoto total do solo, encontraram-se valores entre 0,77 e 2,80 g.kg⁻¹ de solo. Do total de amostras de solo, 83% mostraram valores superiores a 1,0 g.kg⁻¹ de solo, que se classificam como altos, enquanto que 17% das amostras apresentaram valores médios, ou seja, entre 0,5 e 1,0 g.kg⁻¹ de solo.

Em relação ao teor de fósforo assimilável (P₂O₅), 60% das amostras de solo apresentaram teores muito baixos (<25 mg.kg⁻¹ de solo), 23% teores baixos (entre 26 e 50 mg.kg⁻¹ de solo) e apenas 15% das amostras mostraram teores médios de fósforo assimilável.

Já no que respeita aos teores de potássio assimilável (K₂O), a quase totalidade das amostras de solo analisadas repartia-se em cerca de 45% com teores médios (51 a 100 mg.kg⁻¹ de solo) e em cerca de 42% com teores altos de potássio assimilável.

Quadro 2. Reação do solo (pH em água) e teores de matéria orgânica (M.O), azoto orgânico total (N total) e fósforo e potássio assimiláveis (Egner-Riehm) do solo e respectivas classificações, referentes às áreas ou parcelas dos 14 agricultores.

Referências	Área	Subárea	Amostra* n°	pH (H ₂ O)	Classif.	M. O. g Kg ⁻¹	Classif.	N total g Kg ⁻¹	Classif.	P ₂ O ₅ mg Kg ⁻¹	Classif.	K ₂ O mg Kg ⁻¹	Classif.
1-AMB	1	A	56895	5,87	Subácido	39,2	Médio	1,77	Alto	35	Baixo	100	Médio
		B	56896	5,66	"	31,2	"	1,48	"	14	Mto baixo	52	"
2-CA_MNA	1	A	56781	6,05	Subácido	30,0	Médio	1,33	Alto	52	Baixo	250	Mto alto
		B	56782	5,82	"	39,8	"	1,37	"	37	Baixo	270	Mto alto
	2	A	56783	5,73	"	30,2	"	1,28	"	22	Mto baixo	230	Mto alto
		B	56784	5,77	"	36,8	"	1,50	"	23	Mto baixo	124	Alto
3	A	56785	6,17	"	37,2	"	1,62	"	54	Médio	176	Mto alto	
	B	56786	6,14	"	26,9	"	1,37	"	17	Mto baixo	200	Alto	
3-DSS	1	A	56898	5,82	Subácido	30,2	"	1,37	Alto	10	Mto baixo	60	Médio
		B	56899	5,74	"	24,0	"	0,97	Médio	22	"	54	"
	2	C	56900	5,75	"	28,6	"	1,00	"	15	"	50	Baixo
		D	56901	5,75	"	35,0	"	1,02	Alto	11	"	56	Médio
4-JPN	1	A	56903	5,69	Subácido	36,3	"	1,73	Alto	8	Mto baixo	84	Médio
		B	56904	5,95	"	38,1	"	1,92	"	21	"	180	Alto
	2	C	56905	5,90	"	57,3	Alto	2,44	"	22	"	170	"
		D	56787	5,94	Subácido	37,6	Médio	1,58	Alto	6	Mto baixo	148	Alto
5-JBR	1	B	56788	5,89	"	27,2	"	1,38	"	5	"	102	"
		C	56789	5,54	"	47,5	Alto	1,88	"	11	"	152	"
	2	D	56790	5,56	"	36,0	Médio	1,55	"	5	"	106	"
		A	56906	5,96	Subácido	43,2	Alto	2,01	Alto	68	Médio	180	Alto
6-JCN	1	B	56907	5,99	"	45,8	"	1,95	"	17	Mto baixo	88	Médio
		C	56908	5,78	"	30,3	Médio	1,35	"	14	"	76	"
	2	D	56909	5,95	"	48,2	Alto	2,13	"	14	"	92	"
		E	56910	5,70	"	38,6	Médio	1,59	"	15	"	77	"
3	A	56791	5,73	"	29,7	"	1,07	"	8	"	108	Alto	
	B	56792	5,48	Ácido	25,0	"	0,83	Médio	10	"	60	Médio	
			56793	5,35	"	37,8	"	1,19	Alto	31	Baixo	76	"

Quadro 2. (cont.)

7-JPG	1		5,61	Subbácido	51,3	Alto	2,24	Alto	23	Mto baixo	120	Alto
	2	56912	5,51	Ácido	40,3	Médio	1,75	"	21	"	208	Mto alto
	3	56913	6,75	Neutro	48,5	Alto	2,19	"	133	Alto	300	"
	4	A 56914	6,32	Subbácido	64,7	"	2,80	"	49	Baixo	240	"
	5	B 56915	6,48	"	36,9	Médio	1,48	"	9	Mto baixo	98	Médio
8-JGL		56916	6,11	"	53,7	Alto	1,86	"	14	"	136	Alto
	1	A 56917	5,56	Ácido	52,6	"	1,72	Alto	23	Mto baixo	160	Alto
		56918	5,58	"	47,1	"	1,50	"	10	"	124	"
		C 56919	5,81	Subbácido	52,9	"	1,62	"	9	"	96	Médio
		D 56920	5,48	Ácido	32,5	Médio	1,32	"	6	"	96	"
		E 56921	5,74	Subbácido	37,0	"	1,38	"	10	"	88	"
		F 56922	5,76	"	51,0	Alto	1,65	"	11	"	144	Alto
		G 56923	5,86	"	48,7	"	1,78	"	10	"	140	"
	2	A 56924	5,93	"	48,2	"	1,95	"	15	"	152	"
		B 56925	5,82	"	39,5	Médio	1,60	"	19	"	88	Médio
9-JCC		C 56926	6,06	"	61,7	Alto	2,21	"	16	"	150	Alto
	1	A 56872	6,15	Subbácido	51,2	"	1,92	Alto	112	Alto	200	Alto
		B 56873	5,70	"	33,4	Médio	1,15	"	37	Baixo	78	Médio
		C 56874	5,76	"	23,8	"	0,96	Médio	24	Mto baixo	64	"
		D 56875	5,62	"	31,0	"	1,02	Alto	76	Médio	62	"
		E 56876	5,90	"	22,1	"	0,97	Médio	34	Baixo	56	"
		F 56877	5,75	"	26,3	"	0,95	"	41	"	58	"
		G 56878	5,76	"	28,7	"	1,06	Alto	41	"	74	"
	2	A 56879	5,77	"	54,0	Alto	2,28	"	91	Médio	220	Mto alto
		B 56880	5,71	"	38,2	Médio	1,68	"	36	Baixo	156	Alto
		C 56881	5,71	"	33,4	"	1,51	"	84	Médio	80	Médio
		D 56882	5,69	"	33,3	"	1,42	"	74	"	104	Alto
		E 56883	5,69	"	46,5	Alto	1,82	"	57	"	128	"
		F 56884	5,97	"	36,0	Médio	1,49	"	44	Baixo	120	"
	3	A 56885	5,74	"	40,9	"	1,69	"	95	Médio	132	"
		B 56886	5,66	"	26,2	"	1,17	"	100	"	54	Médio
		C 56887	5,87	"	38,3	"	1,79	"	71	"	210	Mto alto
		D 56888	5,91	"	30,8	"	1,45	"	42	Baixo	80	Médio
		E 56889	5,53	Ácido	24,4	"	1,20	"	64	Médio	70	"

Quadro 2. (cont.)

10-LRD	1	A	56893	5,77	Subácido	39,4	Médio	1,83	Alto	31	Baixo	88	Médio	
		B	56894	5,83	"	37,4	"	1,69	"	28	"	81	"	
	11-MAL	1	A	56794	5,36	Ácido	27,5	"	1,20	Alto	12	Mto baixo	84	Médio
			B	56795	5,67	Subácido	28,6	"	1,22	"	16	"	112	Alto
			C	56796	5,71	"	39,4	"	1,66	"	38	Baixo	250	Mto alto
			D	56797	5,67	"	30,4	"	1,25	"	30	"	132	Alto
			E	56798	5,49	Ácido	28,7	"	1,17	"	29	"	100	Médio
			F	56799	5,69	Subácido	50,1	Alto	2,14	"	58	Médio	280	Mto alto
	12-MBF	2	A	56861	5,85	"	22,3	Médio	0,91	Médio	7	"	56	Médio
			B	56862	5,66	"	21,8	"	0,77	"	8	"	62	"
			C	56863	5,58	"	23,3	"	0,91	"	11	"	88	"
			D	56864	5,85	"	32,5	"	1,29	Alto	17	"	104	Alto
		E	56865	5,92	"	27,3	"	1,03	"	15	"	63	Médio	
		F	56866	5,98	"	41,2	Alto	1,77	"	30	Baixo	220	Mto alto	
		G	56867	6,06	"	26,9	Médio	0,88	Médio	11	Mto baixo	54	Médio	
		H	56868	5,61	"	27,8	"	0,86	"	23	"	70	"	
		I	56869	5,71	"	30,3	"	1,14	Alto	29	Baixo	78	"	
		J	56870	5,72	"	31,7	"	1,21	"	23	Mto baixo	71	"	
		L	56871	5,93	"	31,2	"	1,15	"	19	"	40	Baixo	
13-SAG		1	A	56801	5,77	Subácido	31,4	"	1,36	Alto	9	Mto baixo	88	Médio
		B	56802	5,80	"	27,4	"	1,19	"	15	"	108	Alto	
	2		56803	5,87	"	27,6	"	1,16	"	17	"	84	Médio	
	1	A	56804	5,88	Subácido	25,7	"	0,98	Médio	7	Mto baixo	84	Médio	
14-VAF		B	56805	5,50	Ácido	31,7	"	1,06	Alto	13	"	134	Alto	
		C	56806	5,63	Subácido	26,5	"	1,16	"	32	Baixo	116	"	
		D	56807	5,11	Ácido	26,5	"	0,97	Médio	12	Mto baixo	128	"	
		E	56808	5,13	"	27,5	"	0,87	"	14	"	104	"	
	1	A	56809	5,46	Ácido	28,6	"	1,15	Alto	27	Baixo	136	Alto	
14-VAF		B	56810	5,67	Subácido	33,9	"	1,19	"	28	"	152	"	
	2	A	56811	5,52	Ácido	32,3	"	0,98	Médio	6	Mto baixo	132	"	
		B	56812	5,61	Subácido	28,4	"	0,86	"	14	"	108	"	

Necessidade em cal

A necessidade em cal, isto é, a avaliação da quantidade de corretivo alcalinizante a aplicar nos solos com reação ácida ou subácida, foi determinada pelo método SMP (Shoemaker, Mclean, and Pratt) em todas as amostras compostas colhidas em todas as áreas e subáreas dos 14 agricultores. A aplicação (calagem) de corretivos alcalinizantes ou calcários permite a correção da reação do solo para valores próximos da neutralidade (pH 6,6 a 7,5) e uma ação benéfica nas propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos.

É de assinalar que se aplicarmos uma quantidade de corretivo inferior à que é necessária não se irá obter o benefício esperado, porque uma ligeira subida do pH pode não conduzir ao aumento da solubilização nomeadamente do fósforo e à diminuição da toxicidade de alguns microelementos ou permitir ativar a vida microbiana do solo. Por outro lado, uma calagem excessiva acarreta desvantagens como por exemplo a retenção do fósforo, a diminuição da absorção do potássio ou a insolubilização de alguns microelementos, entre outros. A avaliação da quantidade de calcário a aplicar aos solos pressupõe a dependência do valor do pH mas também dos componentes do solo, como a matéria orgânica e a quantidade e o tipo de argila, que lhe conferem o poder tampão, isto é, a capacidade de resistência à acidificação e à alcalinização.

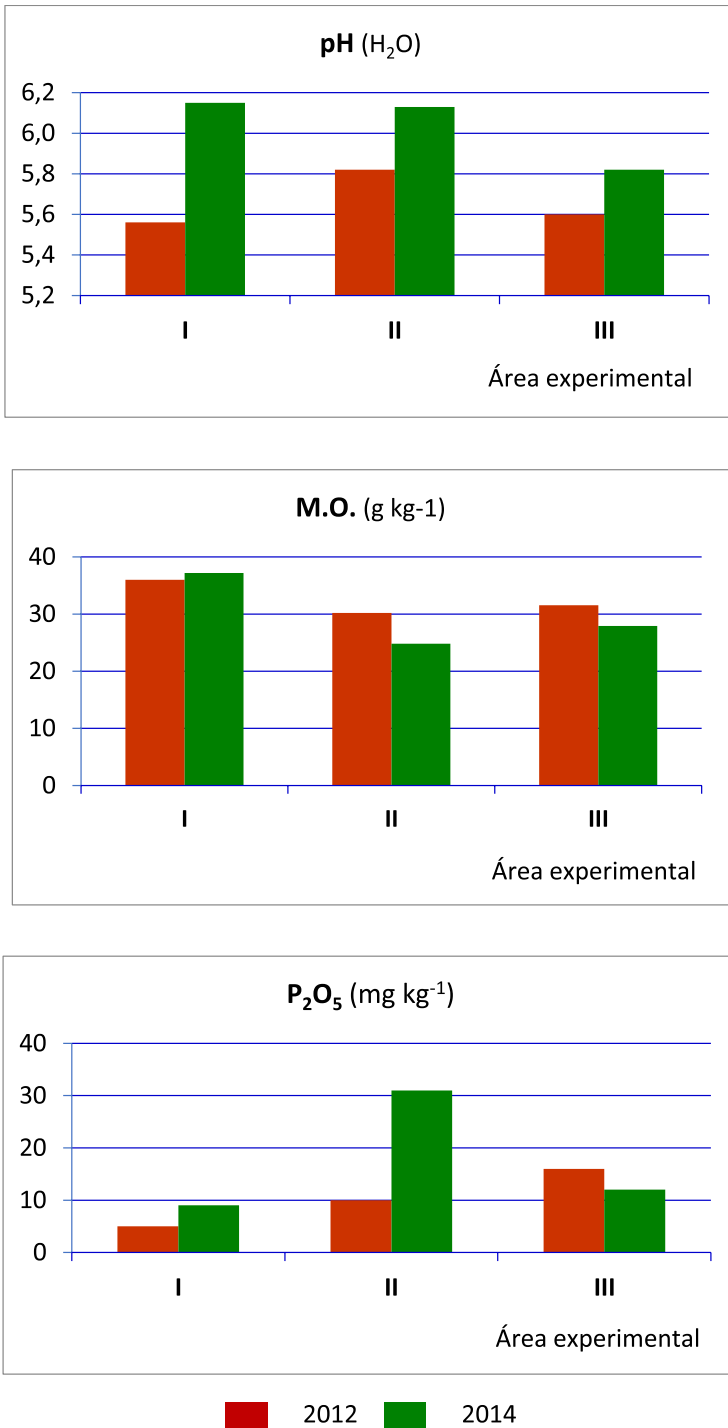
Para cada área de cada um dos associados, foi avaliada a quantidade de calcário, em média, a aplicar para se atingirem valores de pH em água de 6,0 ou 6,5. É de referir que estes valores são determinados em laboratório e não têm em conta nem a granulometria nem o poder neutralizante do calcário a ser aplicado por cada associado à respetiva área, pelo que os valores reais a aplicar deverão considerar estes fatores. A necessidade de cal variou, em regra, entre 1 e 2 T/ha de calcário (CaCO_3) para o solo atingir um pH de 6,0 e entre 2 e 4 T/ha, caso o objetivo fosse alcançar um pH de 6,5.

Áreas experimentais

Dando continuidade ao protocolo de assistência técnica iniciado em 2012, a mesma equipa de trabalho do INIAV procedeu, em março de 2014, a uma amostragem de solos nas três áreas experimentais instaladas em parcelas dos agricultores 3, 5 e 14, após correção e fertilização do solo efetuadas no outono de 2012, com vista a monitorizar o estado do solo. A área experimental I corresponde a uma parcela do agricultor 5 (solos $Px + Ex$), a área experimental II a uma parcela do agricultor 3 (solo Px) e a área experimental III ao agricultor 14 (solo Sr).

Colheram-se 17 amostras compostas e superficiais de terra nas 3 áreas experimentais, que foram sujeitas à determinação do pH em água, na relação solo/água (1/5), e dos teores de matéria orgânica (MO), de azoto orgânico total (N total), e ainda de fósforo (P) e de potássio (K) assimiláveis, utilizando os mesmos métodos que em 2012.

Figura 1. Variação do pH e dos teores de matéria orgânica (M.O.) e de fósforo assimilável (P_2O_5) do solo nas áreas experimentais I, II e III, entre 2012 e 2014.



Relativamente a 2012, verificou-se que os valores de pH manifestaram um acréscimo, nomeadamente na área experimental I (Fig.1), como consequência da calagem realizada, apesar de escassa (1t/ha de CaCO_3); os teores de matéria orgânica, azoto total, fósforo e potássio assimiláveis não revelaram alterações significativas, relativamente a 2012, com uma exceção relativamente à área experimental II onde se notou um ligeiro acréscimo nos teores de fósforo assimilável. Assim, concluiu-se que seria urgente a realização de uma nova correção do solo (calagem) e de uma fertilização fosfatada em quantidades apropriadas, não só nas áreas experimentais como em todas as parcelas de todos os agricultores e, futuramente, com alguma periodicidade em conformidade com os resultados da monitorização dos solos e das plantas.

3. Considerações finais

Este estudo, efetuado em 2012, teve como objetivo o diagnóstico do estado de fertilidade dos solos e avaliação da necessidade de cal de uma área de cerca de 680 ha (30 parcelas) pertencentes a 14 agricultores do concelho de Ourique, associados da Associação de Criadores do Porco Alentejano (ACPA) e aderentes ao Projeto de Recuperação do Montado de Sobro e de Azinho, financiado pelo PRODER. Esta área inclui fundamentalmente solos pardos derivados de xistos e/ou grauvaques (*Px* e *Ex*), em regra delgados, isto é, com espessura reduzida e com elevada pedregosidade. Também abrange solos avermelhados de “rañas” nomeadamente nas freguesias de Garvão e de Panoias. Importa referir que grande parte dos solos de xistos e/ou grauvaques estão situados em zonas aplanadas e de menor declive e que os solos de “rañas” se encontram em zonas de maior declive. As áreas do associado 8 situam-se em áreas com declives mais ou menos acentuado e são constituídas por solos *Ex*, com muita pedregosidade e espessura reduzida.

O estudo revelou que os solos apresentavam uma reação do solo em regra subácida ou pouco ácida a ácida, muito pobres em nutrientes, especialmente em fósforo cujos níveis eram muito baixos e baixos, mostravam níveis médios de matéria orgânica dado que 76% da totalidade das amostras de solo apresentaram valores entre 2 e 4% (20 a 30 g.kg^{-1} de solo) e apresentavam, em geral, espessura reduzida e elevada pedregosidade. Os teores de azoto total e de potássio assimilável do solo, encontrados na grande maioria das amostras de solo, eram altos ou médios a altos, respetivamente.

Assim, o estudo mostrou ainda a necessidade de aplicação de calagem (calcário) aos solos, com vista a minorar o grau de acidez dos solos. A metodologia utilizada para determinar a necessidade de cal forneceu, em geral, valores entre 1 e 2 t/ha para elevar o pH do solo para o valor 6,0, e valores entre 2 e 4 t/ha para elevar o pH do solo para o valor 6,5.

Por outro lado, foi expressamente recomendada a realização de fertilizações fosfatadas dos solos em função das culturas arvenses, forrageiras ou pastagens a praticar nas diferentes áreas e das culturas arbóreas (azinheiras e sobreiros)

dependendo da idade e do estado de desenvolvimento vegetativo, com vista à recuperação do montado de sobro e azinho, para além da provável necessidade de aplicação de outros nutrientes/micronutrientes, porventura imprescindíveis mas não diagnosticados neste trabalho.

Agradecimentos

Um agradecimento especial deve-se ao Colega Inocêncio Seita Coelho, responsável no INIAV pelo funcionamento do Protocolo de Assistência Técnica entre a ACPA e o INRB, por incentivar e colocar à disponibilidade da equipa executora deste estudo todos os meios materiais e humanos para a boa prossecução dos trabalhos previstos naquele Protocolo, entre 2012 e 2014. Já em 2003, tive o prazer de ter sido convidado pelo Colega I. Seita Coelho, para integrar o Grupo de Projeto Alqueva Agrícola (GPAa), criado pelo Despacho n.º 4043/2003 (2ª série), junto do IDRHa (Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica), com vista a preparar uma proposta, incluindo os solos mais recomendáveis ou adaptados, de acordo com “A classificação dos Solos de Portugal – nova versão” de Cardoso (1974), ao nível da Ordem, Subordem ou Grupo de Solos, para um conjunto proposto de 38 culturas a praticar, no futuro, na área a regar por Alqueva. Para corresponder a tal solicitação, efetuada em 15/12/2003, consideraram-se apenas seis características físicas e químicas do solo (espessura efetiva, textura, compactidade-resistência à penetração de raízes, pH, drenagem interna e salinidade) exigíveis por aquelas culturas. O estudo, designado por “Solos mais adaptados a algumas culturas a praticar na área do Empreendimento de Alqueva”, teve também a colaboração dos Colegas F. Pereira Pires e T. Brito Ramos.

Agradece-se também à equipa do Laboratório de Solos, de Oeiras, da antiga Estação Agronómica Nacional, que colaborou na execução dos trabalhos de campo e análises laboratoriais, nomeadamente os Eng.ºs Agrónomos F. Pereira Pires e Manuel Luís Fernandes (trabalhos de campo), a Investigadora Amélia Castelo Branco e as Técnicas de Laboratório Lurdes Cravo, Clara Pegado, Ana Neves e Rosa Rocha (análises laboratoriais).

Referências bibliográficas

- ACPA (2009). *Recuperação do Montado de Sobro e Azinho do Concelho de Ourique. Projeto-Piloto*. Associação de Criadores de Porco Alentejano. Ourique.
- Balbino, L. R. (1968). O método de Egnér-Riehm na determinação do fósforo e do potássio “assimiláveis” em solos de Portugal. *Revista Agronómica*, 51, 46-56.

- Bremner, J. M. & Mulvaney C. S. (1982). Total Nitrogen. In: A. L. Page, R. H. Miller & D. R. Keeney (Eds.). *Methods of Soil Analysis. Part 2. Chemical and Microbiological Properties*. 2nd ed. (pp. 595-624). *Agronomy (9). Am. Soc. Agron., Inc. Madison, Wisconsin, USA*.
- Cardoso, J. C. (1965). *Os solos de Portugal. Sua classificação, caracterização e génese. 1 – A Sul do Rio Tejo*. Secretaria de Estado da Agricultura. Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Lisboa.
- IUSS Working Group WRB (2015). World Reference Base for Soil Resources 2014, update 2015. International soil classification system for naming soils and creating legends for soil maps. *World Soil Resources Reports No. 106*. FAO, Rome.
- Martins, J.C., Castelo-Branco, M.A., Pires, F.P., Fernandes, M.L., Moreira, A.C. & Seita Coelho, I. (2014). Estado de fertilidade do solo em áreas de montado de sobre e azinho. In: 4^o Encontro REDECOR “O Montado de Sobre e a Fileira da Cortiça em Portugal”, 26 de novembro de 2014, INIAV, Oeiras.
- Tran, T.S & van Lierop, W. 1993. Lime requirement. Pages 109-113. In: M. R. Carter, (Ed.). *Soil sampling and methods of analysis*. Canadian Society of Soil Science. Ontário, Canada.
- Walkley, A. (1947). A critical examination of a rapid method for determining organic carbon in soils: effect of variations in digestion conditions and of inorganic soil constituents. *Soil Sci.*, 63: 251-263.

Queijaria tradicional nacional: percurso e perspetivas

Pedro Louro⁷⁸, Sandra Gomes⁷⁹ e Nuno Bartolomeu Alvarenga⁸⁰

Resumo

A partir da constatação da decadência da queijaria tradicional nacional, na década de 80 do século passado, foram desenvolvidos esforços no sentido da revitalização do setor e da recuperação da credibilidade dos produtos cuja notoriedade proporcionava excelentes oportunidades de imitação, com alteração das características específicas que os valorizavam. Das iniciativas nacionais à adoção pela EU do sistema de proteção das IG mediaram alguns anos, os quais foram internamente aproveitados para desencadear um conjunto de esforços que culminaram, a partir de 1985, na publicação sucessiva de uma série de diplomas legais tentando lançar as bases para a proteção dos queijos tradicionais, com a adoção do sistema pela EU a partir de 1992. No ano 2000, publicámos um artigo tentando avaliar a evolução do setor e analisar os primeiros anos do percurso e considerámos que agora era a altura de efetuar nova avaliação da evolução do setor. Assim, este texto pretende resumir aquilo que é a evolução nos últimos anos e avaliar as suas virtudes e também as limitações que apresenta, no sentido de se poderem criar condições para discussão dos caminhos a seguir e perspetivar vias de desenvolvimento que permitam contrariar o efetivo abandono de atividade ao longo dos anos nos vários segmentos da fileira, nomeadamente ao nível dos efetivos produtores de leite, em especial dos pequenos ruminantes, e dos agentes de transformação.

Introdução

No início da década de 80 do século passado, uma das estruturas do INIA, precursora da atual Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI) do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), passou a centrar muita da sua atividade no levantamento e investigação sobre a situação problemática que o setor da queijaria tradicional portuguesa enfrentava à época, com sinais evidentes de descaracterização dos produtos, alguns deles com notoriedade nacional e já com algum prestígio internacional, juntando-se a outras (poucas) entidades que desenvolviam atividade no mesmo sentido, uma das quais (INII/LNETI/INETI) viria mais tarde a integrar também a UTI do INIAV. Corria-se mesmo o risco do seu desaparecimento, por via do desinteresse na atividade

⁷⁸ Pedro Louro, Doutorado em Engenharia Agroindustrial pela Universidade Técnica de Lisboa, foi um destacado investigador e docente na área do Leite e Lactícínios. Exerceu funções na Unidade de Tecnologia e Inovação (UTI) do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), em Oeiras, tendo coordenado a área de Leite e Lactícínios. Foi Presidente do Conselho Científico do INIAV, e professor convidado de várias Instituições de Ensino Superior.

⁷⁹ Sandra Gomes, Mestre em Qualidade e Segurança Alimentar pelo Instituto Politécnico de Bragança e Doutoranda em Tecnologias Agroindustriais na Universidade Nova de Lisboa. Exerce funções na UTI do INIAV, em Oeiras, desenvolvendo atividades na área de Leite e Lactícínios.

⁸⁰ Nuno Alvarenga, Doutorado em Engenharia Agroindustrial pela Universidade Técnica de Lisboa. Exerce funções na UTI do INIAV, em Oeiras, desenvolvendo atividades no domínio da Ciência e Tecnologia Alimentar e é o atual coordenador da área de Leite e Lactícínios. É Vice-Presidente do Conselho Científico do INIAV. Foi docente de Engenharia Alimentar no Instituto Politécnico de Beja.

tradicional a nível nacional, baseada sobretudo na transformação do leite de pequenos ruminantes, um parente pobre do setor nacional de laticínios, assente numa estrutura produtiva muito dispersa de unidades de pequena dimensão, com produtores de idade avançada. Prevalencia a estrutura transformadora do leite produzido na própria exploração com base em mão de obra familiar, para comercialização predominantemente em mercados de proximidade. Em simultâneo, assistia-se à gradual apropriação pela indústria das designações dos produtos mais característicos e conhecidos, como por exemplo do queijo Serra da Estrela, com produção através de práticas de conotação industrial, utilizando mesmo leites de tipo diferente ou com misturas de leites de diferentes espécies (Martins, 1992, Martins et al., 2000). Os produtos presentes no mercado eram comercializados com designações imitativas dos produtos genuínos, como, por exemplo, “Queijo Serra”, “Queijo Tipo Serra”, aproveitando a notoriedade do produto original. Se isto se passava nos casos de produtos bem conhecido, em muitas situações já nem se identificavam as características dos produtos originais, confundindo-se os produtos disponíveis com os originais (Vasconcelos, 1990).

Impunha-se assim a defesa dos produtos originais e das suas designações, pelo menos dos mais típicos e ainda sobreviventes, por uma questão de revitalização do setor produtivo do leite e da transformação mas também numa perspectiva de prestação de um merecido tributo às gerações que, ao longo do tempo, foram apurando as características dos produtos e, simultaneamente, foram fazendo, melhor do que ninguém, a ligação da terra e do ambiente à produção animal, a partir do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis em benefício da alimentação humana. Na realidade, esse “saber fazer” traduziu-se no aproveitamento dos recursos regionais disponíveis, na utilização de processos de produção e de conservação dos produtos de origem animal, sob formas de apresentação típicas e de elevada qualidade, dos quais o queijo é, seguramente, um bom exemplo.

A partir de 1982, Portugal integrou um movimento de defesa deste tipo de produtos genuínos, de queijos tradicionais, que agregou sucessivamente outros países europeus, processo que, internamente, resultou, em 1985, na publicação do primeiro diploma legislativo sobre a promoção de ações que defenderiam os queijos tradicionais, referente à criação da região delimitada para a produção do queijo Serra da Estrela e a fixação de parâmetros contribuindo para a garantia de genuinidade e qualidade (Decreto Regulamentar nº42/85, de 5 de Julho). Este movimento apontava para a adoção pelo país e pela Europa da Denominação de Origem, depois Designação de Origem Protegida (DOP), como mecanismo de proteção dos produtos pelos países da Europa mediterrânica, e que, mercê do reconhecimento pela União Europeia, em 1992 (Regulamento nº2081/92, do Conselho, de 14 de julho), constitui hoje um dos modos de proteção de produtos juridicamente reconhecidos, com os mecanismos que lhe estão subjacentes a serem anteriores em alguns países, nomeadamente em França (por exemplo, Queijo Roquefort) (Scott e Faye, 2018) e, mesmo, em Portugal (Vinho do Porto).

A DOP é, na verdade, o resultado de uma região e do sucesso da cooperação entre as várias atividades que integram todo o ciclo de trabalho inerente a um produto. Cada membro desta cooperação deve estar ciente e consciente do facto de

a DOP ser uma herança ancestral e que cada geração usufrui dos seus benefícios e tem o dever de a transmitir, tanto quanto possível, intacta ou mesmo melhorada, às gerações vindouras (Vasconcelos, 1990). Não é um privilégio e muito menos um segredo limitado a uns tantos beneficiários, não pode ser vendida, dividida ou restringida no seu uso, pertencendo a todos que viveram, vivem e viverão numa região determinada (Bertozzi e Panari, 1993; Bertozzi, 1995). Resulta, assim, de circunstâncias naturais, pré-determinadas e constantes, limitada em área, usos e costumes, e que, no seu conjunto, originam um produto que é o resultado da melhor utilização de todos estes fatores (Mittaine, 1986; Bertozzi e Panari, 1993; Bertozzi, 1995). Pretende oferecer garantia de autenticidade e tipicidade dos produtos, mediante o estabelecimento de práticas adequadas à produção, protegendo as designações através da definição de atributos derivados da influência da geografia (território), da produção (tecnologia) e socioeconómicos (notoriedade, fatores humanos). Assim, é considerada fundamental a adoção de práticas locais características e a especificidade dos territórios, os quais determinam elementos básicos para cada queijo, como a definição da área geográfica de produção, a tecnologia e fatores de tipicidade e especificidade como a espécie e raça dos animais, o sistema de exploração e elementos de manejo como a alimentação e a produção e tratamento do leite, resultantes da adaptação às características do território e, por isso, proporcionando propriedades dos produtos difíceis de reproduzir noutras áreas com a mesma tecnologia (Bertozzi e Panari, 1993; Bertozzi, 1995; Scott e Faye, 2018).

Na década de 90, estavam já protegidas sete Denominações de Origem de queijo (Martins *et al.*, 2000). De facto, não fora o reconhecimento das especificidades e qualidade destes produtos desde a década de 80 e poderíamos estar hoje a lamentar a perda de uma série deles se não todos, pelo menos na forma que lhes conferiu notoriedade.

No ano 2000, publicámos um artigo na revista *Via Láctea* (Martins *et al.*, 2000), onde se pretendia fazer o ponto da situação relativamente às Denominações de Origem Protegida (DOP) nacionais de queijo, com o objetivo de analisar o efeito dos primeiros anos de vigência deste mecanismo de proteção das designações de produtos e, por essa via, da proteção conferida pelo mecanismo da DOP dos próprios produtos. Consideramos que seria agora interessante observar o percurso e evolução deste sistema no país no que se refere ao setor da queijaria tradicional nas duas últimas décadas, das suas vertentes positivas, mas também avaliar as fraquezas e as necessidades que ainda se verificam.

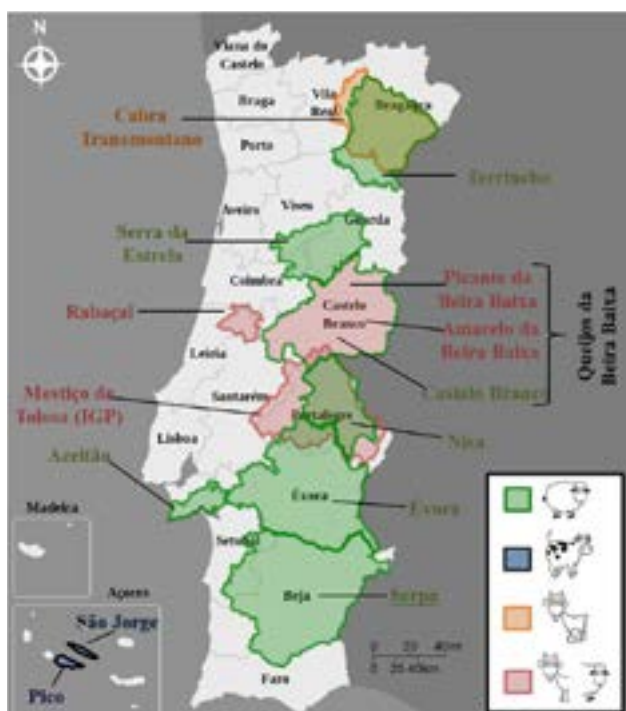
A situação de partida – de 1980 a 2000

A atividade queijeira tradicional portuguesa tem diversos pontos comuns com o mesmo setor na Europa, particularmente da Europa do Sul. Mercê da localização geográfica e das condições climáticas, eminentemente do tipo mediterrânico, os pequenos ruminantes, e em particular os ovinos, ocupam lugar de destaque neste setor a nível nacional, considerando que, ainda hoje, a totalidade dos leites de ovelha e de cabra (97000 t e 42000 t, respetivamente, no final do século XX), correspondendo a aproximadamente a efetivos leiteiros

de aproximadamente 2300000 ovelhas e 570000 cabras, sejam transformadas em queijo na totalidade (GPPAA, 1998/99).

Não será, assim, por acaso que os queijos portugueses mais característicos sejam obtidos a partir de leite de pequenos ruminantes. De facto, no final da década de 90 estavam reconhecidas sete DOP, das quais a maioria (4) se referiam a queijo de leite de ovelha (Queijo Serra da Estrela, Queijo de Azeitão, Queijo Serpa e Queijo Castelo Branco) ou a misturas de leites de ovelha e de cabra (2, Queijo Amarelo e Queijo Picante, da Beira Baixa) e uma a queijo de leite de vaca (Queijo São Jorge). Em 2000, estavam reconhecidos como DOP a totalidade das designações protegidas que persistem atualmente (Figura 1, Quadro I), acrescentando-se à lista anterior mais três queijos com origem em leite de ovelha (Queijo de Nisa, Queijo de Évora, Queijo Terrincho), uma de leite de cabra (Queijo de Cabra Transmontano), uma de mistura de leites de ovelha e de cabra (Queijo Rabaçal) e uma de leite de vaca (Queijo do Pico). Em 1998 foi acrescentada a esta listagem o Queijo Mestiço de Tolosa, uma Indicação Geográfica Protegida (IGP), um mecanismo de proteção próximo da DOP, embora diferentes nas especificações e exigências (DGDR, 2001). Mais tarde ainda seriam reconhecidos no sistema como DOP o requeijão da Beira Baixa, o Requeijão da Serra da Estrela e a Travia da Beira Baixa.

Figura 1. Distribuição geográfica dos queijos tradicionais portugueses com designação protegida (DOP e IGP). As diferentes cores correspondem ao tipo de leite usado no processo de fabrico (Araújo-Rodrigues *et al.*, 2020a)



As ações de certificação dos queijos com DOP iniciou-se em 1994, ano a partir do qual os registos de produção podem ser considerados fiáveis, embora não tenham sido homogêneos relativamente a todas as DOP (Quadro I). Neste quadro nota-se a preponderância da produção de Queijo São Jorge, a qual representou em 1997 cerca de 76% da produção total de queijos com nomes protegidos. Vale a pena realçar que, por esta altura, as novas exigências para as instalações de produção e especialmente de transformação, decorrentes da nova, na altura, regulamentação europeia, de que é exemplo a Diretiva 92/46/CEE do Conselho, de 16 de junho (1992), transposta para a legislação nacional pela Portaria 533/93 (1993) e entretanto revogada quando da entrada em vigor do novo pacote de higiene e segurança, a partir de 2004, muitas vezes aplicada sem a necessária adaptação às estruturas existentes, fizeram desaparecer muitas unidades de produção e levaram ao abandono da atividade, isto é, sem a aplicação dos critérios de flexibilidade reconhecidos e aconselhados anos mais tarde e hoje em consideração plena. Não há dúvida que esses tempos foram duros para os setores produtivos e de transformação mais tradicionais, provavelmente responsáveis, pelo menos em parte, pela diminuição da produção em algumas regiões, levando ainda à aceleração das mudanças estruturais do setor.

Quadro I. Produção (Kg) de queijos portugueses com DOP (Rolo, 1997ab)

DOP	Tipo de leite	1994	1995	1996	1997	Nº de produtores	Evolução 94-97 (%)
Serra da Estrela	Ovelha	-	-	19689	17076	59	- 13
Azeitão	Ovelha	4125	20125	27545	41000	8	894
Serpa	Ovelha	14450	10200	18700	19000	52	323
Beira Baixa							
Castelo Branco	Ovelha	7900	17000	27800	31655	6	301
Amarelo	Ovelha e cabra	4470	3115	15840	48973	6	996
Picante	Ovelha e cabra	-	-	1660	23532	6	1318
Évora	Ovelha	-	-	900	4000	3	344
Nisa	Ovelha	-	7800	23280	23426	8	200
Terrincho	Ovelha	-	-	3342	6626	2	98
Cabra Transmontano	Cabra	-	-	-	575	16	-
Rabaçal	Ovelha e cabra	-	-	-	-	-	-
Pico	Vaca	-	-	-	-	11	-
São Jorge	Vaca	153816	370204	535307	675000	7	339
Total		184761	424444	674063	890863		79

No início do processo, em 1988, o Instituto da Qualidade Alimentar estimava para as DOP formalizadas na altura cerca de 5800 t de queijo, a partir de cerca de 40 milhões de litros de leite (Holstein, 1988). Em 2001, a produção de queijos com nomes protegidos representou cerca de 2% da produção total de queijo curado no país e evoluiu 43% desde 1997, enquanto a produção total de queijo curado aumentou 24%, o que representou um valor anual sempre crescente no período considerado, atingindo, em 2001, 13 milhões de euros, embora os preços ao produtor tenham diminuído ligeiramente ao longo do período (Oliveira, 2014). Este aspeto relacionado com o preço é muito importante, uma vez que, se se olhar para os preços que hoje se praticam, verifica-se que continuam a ser semelhantes ao início do século XXI. Nos últimos 20 anos os custos de produção cresceram sem cessar, como é facilmente perceptível, e o setor da produção de leite e de queijo não é uma exceção a essa realidade, com os preços a não aumentarem na mesma proporção. Aliás, o INE (2016) refere que desde 1998, no setor de produção de leite de vaca, o rácio de preços IPP/IPAC (índice de preços ao produtor/índice de preços dos alimentos compostos para animais) decresceu em média 3,4 %/ano, refletindo uma degradação dos preços à produção, o que é significativo e pode justificar o decréscimo de efetivos e de explorações que se vem verificando. O setor do leite de pequenos ruminantes revela as mesmas tendências, em particular na década de 80, embora os sistemas de produção não sejam idênticos, o que mesmo assim ajuda a explicar a diminuição de produtores e dos efetivos, com reflexo também no número de agentes transformadores e no movimento dirigido à concentração da produção, modificando gradualmente a estrutura produtiva e criando novas relações entre a produção de leite e a transformação. Estas são tendências idênticas ao que se passou há bastante mais tempo no setor do leite de vaca, com concentração da produção em explorações com maior número de animais e, sobretudo, o aumento da dimensão das estruturas de transformação, de que são exemplos algumas novas unidades de transformação de maior dimensão que entraram no sistema no final da década de 90 e anos seguintes, como, por exemplo, no caso nas regiões dos queijos de Azeitão, de Nisa e mesmo São Jorge, assegurando nas mesmas a maior parte da produção (Fragata et al, 1999; Martins *et al.*, 2000).

A tradição do fabrico de queijo tradicional em Portugal seguia, na realidade, o padrão comum aos países da região mediterrânica, sendo caracterizada pela utilização do leite de pequenos ruminantes mas também de leite de vaca, pela sazonalidade imposta pelas limitações climáticas, condicionando pois uma produção animal de base extensiva em explorações do tipo familiar, com peso de mão de obra familiar, em geral não contabilizada em termos de custos, com fortes limitações em termos de rentabilidade e de nível tecnológico, fruto também de uma inexistente formação associada ao desvio dos estratos etários mais baixos para outras atividades profissionais que não a agricultura e muito menos a produção animal e a atividade queijeira tradicionais.

A procura de soluções para trazer rentabilidade e dinamizar o setor e, por essa via, fixar os produtores e trazer novos interesses e novos horizontes para o mesmo, simultaneamente fixando o mercado consumidor ou distribuidor e as superfícies de venda, tornou-se inevitável e a laboração de maiores volumes de

leite para ganhar escala e diluir os custos fixos foi a solução encontrada, embora tenha criado novos desafios, alguns deles ainda muito estranhos ao setor. Por um lado, o recurso à mitigação e até à anulação da sazonalidade e, por outro, a procura de respostas tecnológicas que possibilitassem a laboração em maior escala, foram as soluções encontradas, uma vez que as soluções tecnológicas permitiriam substituir a mão de obra necessária, a qual se tornaria, dada a tipologia de queijo, incomportável quando da passagem para a maior dimensão e para uma estrutura empresarial em que os “orçamentos”, as “contas de exploração” e as “estruturas de custo” eram termos e conceitos pouco compatibilizáveis com a falta de formação e o “romantismo” das tradições, gerando a frequente resistência à mudança. Foram assim introduzidas diversas modificações no ciclo da utilização do leite, desde a multiplicação de produtores de leite no fornecimento de um produtor de queijo à modernização tecnológica ao nível da produção de leite com introdução mais frequente da ordenha mecânica em pequenos ruminantes, a generalização da refrigeração do leite, e com a fixação de alguns dos parâmetros tecnológicos a nível do fabrico e a utilização de câmaras de cura de ambiente controlado, permitindo algum grau de automatização. Tudo se fez quase sem o devido suporte técnico-científico específico, adoptando-se muitas vezes o que vinha sendo estudado para o setor do leite de vaca (Martins e Vasconcelos, 2003/04). Sobre este aspeto, estamos de acordo com Mora (1984), quando refere que a manutenção das práticas de fabrico inerente às DOP não significa que estas sejam contrárias ao progresso técnico e tecnológico. Os produtores devem aceitá-lo com precaução, adoptando apenas as evoluções que se se mostrem favoráveis à melhoria a nível qualitativo e das características específicas do produto, até porque se a noção de DOP implica características sensoriais, qualitativas e de originalidade do produto, não garante, em absoluto e só por si, o(s) conceito(s) de qualidade.

Apesar de tudo, a situação mostrou que estes primeiros anos de vigência deste mecanismo de proteção de designações beneficiaram o setor e que gradualmente os produtores de queijos DOP aderiram ao sistema. Ao fim dos primeiros 15 anos desde a publicação do primeiro diploma legislativo, a tendência de desaparecimento e de depreciação de características pareceu inverter-se, não havendo dúvidas de que a persistência dos produtores, o esforço da criação e implementação do sistema das DOP, quer por parte da Administração quer, posteriormente, por parte de algumas associações de produtores, foram os grandes responsáveis pelo retomar da importância do setor da atividade queijeira tradicional e também pelo reaparecimento de produtos de elevada qualidade.

Aparentemente o mercado e a procura, de exigência crescente, mas carente de produtos ligados à região, ao campo, à tradição e de qualidade, existiam e cumpriram o seu papel de tal modo que o crescimento da produção global cresceu, de 1996 a 1997, em 32% (Quadro I). Neste período entraram em função, gradualmente, os Agrupamentos de Produtores e os Organismos Privados de Controlo na aplicação das regras e procedimentos conducentes à certificação.

Segundo números da APED, em 1996 cerca de 22% das vendas de queijo português referiam-se a queijo “artesanal” e 6% a queijo DOP. No mesmo ano, as já habituais ações promocionais das grandes superfícies, designadas por “feiras de queijo” permitiram que 80% do queijo comercializado fosse “artesanal”, sendo de 39% a fração respeitante a queijo DOP. Para 1997, a mesma entidade previa um crescimento de 36% para o queijo “artesanal” contra 7% para o queijo industrial (Rolo, 1997b). Estes números mostram o potencial de mercado existente e também o papel das grandes superfícies no escoamento dos produtos, as quais descobriram cedo as virtualidades dos produtos portugueses, dos sistemas de garantia de genuinidade e de origem, promovendo a assinatura de contratos de fornecimento e formando clubes de produtores, embora com algum historial negativo face ao setor no seio dos produtores. No período em análise foram dados os primeiros passos na exportação, esforço muito condicionado face à escassez de produto, às exigências de qualidade ou ao preço. Mais uma vez os custos de produção revelavam-se muito elevados, a começar pela matéria prima, o leite, em particular o leite de ovelha e, posteriormente o leite de cabra, os quais, a propósito, não sofrem também grande aumento desde o início do século, o que é muito relevante quando se pensa que uma das maiores mudanças estruturais foi a gradual deslocação de uma situação predominante de produtor/transformador para uma situação de separação das duas atividades por agentes diferentes.

A evolução mostra também que o potencial produtivo das regiões, mesmo nas zonas mais limitadas em termos de área e de pressão urbanística não se esgotou. De facto, a margem de crescimento seria grande, considerando que algumas das DOP não se encontravam a funcionar no final da década de 90 ou estavam apenas no início, enquanto noutras regiões, como na região de produção do queijo Serra da Estrela o volume de produção certificada era muito inferior ao volume de queijo fabricado, mesmo considerando apenas o de boa qualidade (Martins *et al.*, 2000). No outro extremo está a região do Queijo de Azeitão, talvez a mais pequena de todas as DOP, que em 1997 atingiria o potencial da região (40 t) avaliado nos estudos prévios à implantação do sistema DOP em Portugal (Holstein, 1988). A produção atual de queijo de Azeitão já mais do que quintuplicou esta estimativa, apesar da forte pressão urbanística na região e de o número de produtores previsto inicialmente (13-15) estar reduzido a 8 em 1997 e a 5 em 2020, caracterizando bem a evolução estrutural da produção de queijo tradicional (Alvarenga *et al.*, 2020). A produção de Queijo de Nisa cresceu cerca de três vezes entre 1995 e 1997, crescimento que foi suportado essencialmente por 3 dos 9 produtores, com um perfil industrial, garantindo o fornecimento de produto a cadeias de supermercados (Fragata *et al.*, 1999).

A concentração da produção, embora o patamar tenha sido ainda o pequeno volume (de poucas centenas de litros de leite a poucos milhares), e também a motivação da adesão ao sistema de DOP por parte dos produtores tradicionais, alguns deles herdeiros dos iniciadores da atividade nas diferentes regiões, trouxeram às DOP, pelo menos as alicerçadas em produtos de maior renome, a oportunidade de se afirmarem em termos de impacto na economia das regiões o que, por sua vez, motivou a reconversão de mais queijarias tradicionais para

que não fossem obrigadas legal ou economicamente a abandonar a atividade, começando esta a despertar também a atenção de setores financeiros.

No entanto, sob o ponto de vista da qualidade dos produtos, em particular no que se refere à adequação dos mesmos às características típicas exigidas para as diferentes DOP, este percurso não proporcionou grandes motivos de satisfação, o que, dado o conhecimento que temos do setor, das suas limitações e fragilidades, nos pareceu inevitável. Fragata et al (1999) referem estas mesmas preocupações no seu trabalho sobre a DOP Queijo de Nisa. O esforço das entidades regionais ligadas às DOP e dos produtores, foi notável, mas temos que reconhecer que a principal batalha não deveria ser apenas o crescimento do setor, mas também a qualidade dos produtos e, em simultâneo, a credibilidade das ações de certificação e controlo, consequentemente do próprio sistema, das próprias DOP.

Num certo sentido, o final da década de 90 acabou por ser um pouco penoso para as DOP e, em última instância, para o produtor e para as novas empresas, devido às dificuldades em perceber ou identificar as causas essenciais dos problemas que foram surgindo a nível dos produtos, consequência das especificidades da produção e qualidade do leite cru (Martins e Vasconcelos, 2001), das tecnologias tradicionais (Martins e Vasconcelos, 2003/04) e das dificuldades na comercialização, perdendo-se até um pouco do sentido da criação do próprio sistema dos regimes de proteção das designações e dos produtos. Fragata *et al.* (1999) dão nota de que a procura de Queijo de Nisa era tão grande que a adaptação rápida da produção utilizando processos permitindo maior escala tiveram como consequência a diminuição da qualidade, a falta de características típicas dos produtos, o que levou as entidades responsáveis pela DOP a recusarem a rotulagem de DOP Queijo de Nisa a quantidades significativas de queijo. O próprio setor sentiu essas dificuldades e, na falta de uma entidade agregadora, de um interlocutor comum e de um possível grupo de reflexão e análise, criou a APQT – Associação Nacional de Queijos Tradicionais, pretendendo até agregar mais do que apenas as DOP, a qual soçobrou por falta de empenho dos próprios potenciais interessados.

Tendo consciência de que da credibilidade das DOP e da qualidade dos produtos dependia a respetiva comercialização e o seu futuro, e sabendo que a situação do processo produtivo na época não facilitava a implementação de medidas, mesmo as mais óbvias, sobretudo porque o crescimento não se alicerçou à partida em aspetos fundamentais, como no conhecimento técnico-científico, referenciamos algumas das novas condicionantes no contexto das circunstâncias da atividade, que nem sequer se referem apenas às DOP mas atravessavam horizontalmente todo o setor, as quais dividimos em três vetores fundamentais: formação, qualidade da matéria prima e especificidade tecnológica (Martins *et al.*, 2000).

A formação seria essencial para ser possível o entendimento dos novos problemas colocadas pelo crescimento e a evolução estrutural às particularidades das tecnologias que servem de base à produção e o tipo de soluções tecnológicas que poderiam ser necessárias e em simultâneo adoptáveis nas novas

circunstâncias. Este é, quanto a nós, um vetor vital e envolve os outros dois. Um dos casos que na altura se pôde observar foi o facto de os maiores problemas de qualidade dos produtos ou ausência de características típicas serem evidentes nas DOP em que as modificações estruturais estavam mais presentes, embora também se sentissem gradualmente em produções mais próximas das tipologias tradicionais. Por um lado, com a chegada de novos atores ao setor foi-se perdendo a figura do queijeiro, fiel depositário da tradição e do “saber fazer”, da “ciência” que a prática proporcionou acerca dos fatores importantes e decisivos no fabrico de queijo, o que, associado ao maior volume de produção implicou mudança de práticas e de cuidados colocados no fabrico e maturação do queijo, acumulando-se “experiências” ou “truques” que muitas vezes não incidiam sobre o essencial. Estas dificuldades foram agravadas pelos problemas de recolha, conservação e concentração da matéria prima, designadamente a utilização tantas vezes inadequada da refrigeração, resultando em qualidade tecnológicas da matéria prima inferior ao admissível, com efeito exponencial dada a utilização de leite cru, e em adaptações tecnológicas que passaram apenas pela utilização de equipamentos sem cuidar do tipo de utilização adequada a alguns dos tipos de queijos em questão (Fragata *et al.*, 1999; Martins e Vasconcelos, 2001; Martins e Vasconcelos, 2003/04). Na verdade, depois de uma qualidade do leite com tendência de melhoria, no seguimento de trabalho de alguns anos de formação, divulgação e informação, pelo menos em algumas regiões, foi constatado que, em muitas situações, a situação foi piorando, provavelmente fruto, em geral, da pressão da expectativa de produção e da pressão do mercado, o ponto final do ciclo dos produtos.

Entender um pouco do que está subjacente às tecnologias tradicionais, nomeadamente recorrendo ao conhecimento que, na altura, acerca da queijaria, em geral, e designadamente ao que existia em alguns casos da queijaria tradicional, com as suas peculiaridades, como a utilização do cardo como coagulante (Figura 2), o aproveitamento adequado do leite cru de cada uma das diferentes espécies e da respetiva microbiota nativa ou a tipologia de maturação, teria ajudado bastante.

O fabrico dos diferentes tipos de queijos tradicionais assenta na gestão de um conjunto de fatores com relevância tecnológica em equilíbrio algo frágil e assente, em quase todos os casos, em processos de produção tradicional que podem frequentemente não promover a necessária estabilidade ao produto final. Utiliza leite cru (Quadro II), coagulado a temperaturas relativamente baixas (28-32°C) com extratos de flor de cardo (*Cynara cardunculus* L.) ou coagulantes de origem animal, com posterior dessoramento lento da coalhada também a baixa temperatura, sem o recurso a acidificação e redução de pH (com exceção do Queijo São Jorge), conhecido processo de conservação e controlo da atividade microbiana, ou à possibilidade de, por aumento de temperatura durante a libertação do soro (como no caso do Queijo São Jorge), elevar a taxa de desidratação da coalhada e até diminuir o teor em lactose da pasta por lavagem da coalhada (Martins e Vasconcelos, 2003/04).

Figura 2. Distribuição geográfica dos queijos tradicionais portugueses com designação protegida produzidos com flor de cardo como coagulante (Araújo-Rodrigues *et al.*, 2020b).



Estes procedimentos possibilitam maior estabilidade e defesa do produto durante a maturação, promovendo alguma seleção microbiana, mas têm consequências a nível dos produtos, os quais tenderiam a ser evidentemente diferentes (Martins *et al.*, 2000). Pequenas variações a nível do fabrico e condições de cura podem perfeitamente explicar a falta de homogeneidade das produções tradicionais. O equilíbrio frágil entre fatores tecnológicos e agentes das transformações da coalhada em queijo funciona tanto melhor quanto não se registem condicionantes da matéria prima ou tecnológicas que o afetem.

Nestas condições, a qualidade da matéria prima torna-se um fator essencial, para não falar de outros fatores, como por exemplo, o coagulante, ao tempo ainda pouco conhecido cientificamente e de utilização empírica, o grau de salga, a temperatura de coagulação, o dessoramento e prensagem, muito dependente

da experiência do queijeiro, entre outros, utilizados com pouco controlo (Fragata *et al.*, 1999; Martins e Vasconcelos, 2003/04). No seu conjunto, exigiriam, no mínimo, cuidado nas adaptações no caso de alterações tecnológicas para maior escala de produção, de forma a não terem impacto na tipicidade dos produtos. Nuns casos a adaptação será mais fácil noutras nem tanto.

Quadro II. Alguns elementos caracterizadores do fabrico das DOP nacionais, conforme os cadernos de especificações originais (adaptado de Martins *et al.*, 2000, e DGDR, 2001)

DOP	Leite	Coagulação		Dessoramento	Salga	Maturação		
		Tipo	t, T			Tempo (min.)	T (°C)	HR (%)
Azeitão	Cru, de Ovelha	Flor de Cardo	30°C, 45m-1h	Sem corte, lento, prensagem manual	No leite	20d	10-15	85-90
B. Baixa - Picante	Cru, ovelha, cabra ou mistura	Coalho	28-30°C, 30-45m	Sem corte, lento, prensagem manual e mecânica	A seco	120d	10-18	70-80
B. Baixa - Amarelo	Cru, ovelha, cabra ou mistura	Coalho	28-30°C, 30-45m	Sem corte, lento, prensagem manual e mecânica	A seco	40d	10-18	50-70
B. Baixa - Castelo Branco	Cru, de Ovelha	Flor de Cardo	28-30°C, 45-60m	Sem corte, lento, prensagem manual e mecânica	A seco	40d	8-14	80-90
Cabra Serrano Transmontano	Cru, de Cabra Serrana	Coalho	35°C	Lento, prensagem manual e mecânica	A seco	60d	5-18	70-85
Évora	Cru, de Ovelha	Flor de Cardo	30°C, 20-40m	Sem corte, prensagem manual ligeira e rápida	No leite	30d, 90d	8-15	80-95
Nisa	Cru, de Ovelha	Flor de Cardo	28-30°C 45-60m	Sem corte, lento, prensagem manual e mecânica	A seco	45d	8-14	80-90
Pico	Cru, de Vaca	Coalho	26-27°C 45-60m	Com corte, prensagem manual	A seco	28d	17°C	75-80
São Jorge	Cru, de Vaca	Coalho	30°C, 30m	Com corte, agitação e cocção ca. 35°C, prensagem mecânica	Na coalhada	3 meses	12-14	85-90
Rabaçal	Cru, ovelha e cabra	Coalho	60m	Sem corte, prensagem manual	A seco	20d	10-15	70-85
Serpa	Cru, de Ovelha	Flor de Cardo	28-30°C, 45-60m	Com corte, lento, prensagem manual e mecânica	Parcial no leite ou coalhada, e a seco	30d	6-12	85-90
Serra da Estrela	Cru, de Ovelha Bordaleira SE	Flor de Cardo	28-30°C, 45-60m	Com corte, lento, prensagem manual e mecânica	A seco	30d	6-12	85-90
Terrincho	Cru, de Ovelha Terrincha	Coalho	35°C, 60m	Com corte, lento, prensagem mecânica	A seco	30d	5-12	80-85

O que se pôde concluir ao fim dos primeiros anos de vigência do sistema foi que a resolução do conflito entre a evolução da estrutura produtiva e a adequação das tecnologias tradicionais à modernização tecnológica se mostrou crucial para o setor da queijaria tradicional, e das DOP em particular, para que ao crescimento de dimensão pudesse corresponder mais produto, certificável de forma credível, permitindo a comercialização de produtos genuínos que o consumo procura cada vez mais, e fazendo perdurar o prestígio dos produtos, das designações e das regiões, de forma real e efetiva. Afinal é este o objetivo da utilização deste sistema de proteção e valorização aplicado ao setor do queijo.

O século XXI – os últimos 20 anos

Atualmente, a fileira dos laticínios em Portugal continua a ter relevância socioeconómica e territorial. Apesar do gradual abandono da atividade que se vem observando, expresso pela diminuição do número de explorações e de efetivos, a indústria de laticínios representa cerca de 12% do volume de negócios das indústrias alimentares e bebidas e quase 1% do PIB (Alvarenga *et al.*, 2020). A criação de emprego direto deverá atingir os 50 mil postos de trabalho, sendo de realçar que a maior parte estão em zonas rurais altamente carenciadas do ponto de vista económico e social, reforçando assim a importância dos mesmos na fixação das populações, em particular por via dos pequenos ruminantes (CONFAGRI, 2018).

Em 2020, a produção de leite rondou os 2000 milhões de litros, com o leite de vaca a representar cerca de 95% do total, o leite de ovelha cerca de 4,7% (69,4 milhões de litros) e o leite de cabra cerca de 1,3% (cerca de 25,4 milhões de litros) (INE, 2021). O efetivo leiteiro ovino, 13% do efetivo total (cerca de 300000 cabeças em 2018), concentra-se sobretudo nas Beiras, com mais de 3/4 do efetivo. O efetivo caprino está mais repartido pelo território e é maioritariamente utilizado na produção de leite, em regime extensivo, com base em raças autóctones, pastoreando em zonas arbustivas e florestais e em terras mais pobres, auxiliando na fixação de pessoas e evitando o abandono de zonas marginais. No entanto, estas condições difíceis e exigentes, para além da idade avançada dos produtores, têm sido a principal causa de regressão dos efetivos caprinos desde há várias décadas (GPP, 2020, 2020a). No conjunto, as duas espécies apresentam um efetivo global da ordem das 2,5 milhões de animais, estável desde 2012, devido sobretudo à evolução positiva do efetivo ovino, dada a trajetória decrescente dos caprinos ao longo dos anos. O suporte da produção destas espécies, as explorações, têm regredido fortemente ao longo dos anos: em 2016, Portugal tinha perto de 46000 explorações de ovinos (71000 em 1999), com principal incidência nas explorações de produção de leite; nos caprinos, a redução foi de 50% entre 1999 (55000 explorações) e 2016 (26500 explorações) (GPP, 2020, INE 2021).

A produção de pequenos ruminantes está sustentada num conjunto importante de raças autóctones (16 de ovinos e 6 de caprinos), às quais é reconhecido grande potencial dada a adaptação resultante da rusticidade das mesmas às condições das regiões de que provêm. Estas raças estão na base de uma fileira de produtos lácteos ou cárneos de elevado valor acrescentado, alguns deles reconhecidos como DOP/IGP/ETG. No entanto, são de assinalar dificuldades de visibilidade, distribuição e comercialização dos produtos, apontando-se como causas o fraco espírito associativo por parte dos produtores, com inexistência de uma abordagem de fileira e inexistência de uma organização interprofissional, bem como ausência de marketing diferenciado entre produto nacional e importado e igualmente entre raças autóctones e outras. A falta de sentido de associação é considerada muito importante neste contexto dada a dimensão reduzida do setor (GPP, 2020). Estas dificuldades espelham bem alguns dos principais constrangimentos do setor queijeiro, designadamente

dos produtos ditos de qualidade que, ao longo dos anos, se têm mantido, não obstante serem apontados como de premente resolução para bem do setor desde o século passado, continuando a observar-se a falta de um interlocutor comum aos diferentes produtos e nas diferentes regiões.

A utilização do leite segue a evolução atual face aos volumes de produção e a aptidão dos leites à utilização tecnológica. O leite de vaca destina-se ainda ao consumo direto na forma líquida, mais ou menos adaptada às necessidades nutricionais dos diversos grupos de população, seguindo também uma tendência de otimização das vendas, importante para a expansão do consumo e viabilidade das empresas. Mas se no século passado o consumo em natureza era preponderante, hoje mais de 50% do leite de vaca é transformado em produtos lácteos, entre os quais o queijo preenche cada vez mais uma maior fatia, 63100 t em 2020 (INE, 2021), embora pouco diversificada. Como tem sido tradicional no país, todo o leite de pequenos ruminantes é utilizado no fabrico de queijo, dado o potencial de qualidade e a aptidão tecnológica destes tipos de leite para o efeito, cujas produções atingiram em 2020, segundo o INE (2021), 11600 t, 3600 t e 6500 t, respetivamente para queijo de ovelha, de cabra e de mistura, para uma produção total de queijo de 84816 t (63112 t de queijo de vaca) (Quadro III). Em todas as categorias registou-se diminuição da produção, justificada nos últimos anos pela pandemia ainda vigente, inclusivamente com impacto nas exportações de queijos e requeijões, registando-se uma diminuição de mais de 8% face a 2019.

Quadro III. Divisão da produção de queijo por classe de produtos (INE, 2021)

Tipo de queijo	Produção (t)
Queijos curados de vaca	
- Pasta dura e extradura	432
- Pasta semidura	46088
- Pasta mole	9293
Outros queijos curados	12463
Queijos frescos (inclui requeijão)	13428

Um dos aspetos relevantes relacionados com a produção nacional de queijo é que nos últimos 36 anos Portugal aumentou a dependência exterior em queijo (INE, 2016). Em 2015 o grau de auto-provisionamento em queijo foi inferior a 70%, cifrando-se, em 2020, em cerca de 65% (INE, 2021), o que deixa margem para as importações, com reflexo na balança comercial, mas também abre espaço para a produção nacional. Em 2018, Portugal exportou queijos no valor de 38 milhões de euros, com as importações a atingirem um valor de 205 milhões de euros (GPP, 2020a). Estes apontamentos representam oportunidades que o setor deve aproveitar, sobretudo no quadro dos regimes de proteção de designações, competindo não pela quantidade nem pelo preço, mas pela qualidade e maior

valor acrescentado. Isso mesmo é afirmado no diagnóstico setorial de apoio às discussões no âmbito da nova PAC (GPP, 2020a), onde se aponta claramente para o desenvolvimento de produtos de valor acrescentado, por exemplo, para nichos de consumidores. Os caminhos devem ter como base a investigação e a inovação, o desenvolvimento de novos produtos, bem como a valorização da produção nacional através da indicação da origem dos produtos. Os produtos lácteos atualmente suscetíveis de certificação são o queijo e o requeijão, mas o peso da produção certificada é de apenas 2,2% face à produção nacional (GPP, 2020a), abrangendo sobretudo o queijo tradicional de ovelha e cabra, de leite cru, com o estatuto de DOP ou IGP, para além dos queijos de vaca com origem nos Açores, Queijo do Pico e Queijo São Jorge, que representam mais de 57% da produção certificada (Quadro IV), embora o queijo do Pico esteja com a produção suspensa desde o início da década de 2000 por questões relacionadas com aspetos higiénico-sanitários.

A produção de produtos lácteos DOP/IGP, em que, nos últimos anos há a assinalar algum requeijão embora em pequena quantidade, cresceu de cerca de 1400 t em 2000 para cerca de 1600 t em 2020, muito à custa dos queijos São Jorge, de Azeitão, Serra da Estrela, Serpa e, em menor dimensão, Rabaçal. À exceção do Queijo de Cabra Transmontano, de produção algo estabilizada, todas as outras DOP vêm diminuindo o seu peso (Quadro IV). Esta evolução está associada a um decréscimo generalizado do número de produtores de queijo e de produtores de leite, com raras exceções, como a região do Queijo Serra da Estrela com uma subida significativa de produtores quer de leite quer de queijo, embora a expectativa na década de 80 para esta região fosse bem superior (Holstein, 1988). Estas evoluções representam bem a perspectiva traçada no final da década de 90 (Martins *et al.*, 2000) e a concentração da produção de queijo e mesmo da produção de leite, na procura da rentabilidade quer da produção quer da transformação. Em 20 anos, a produção de queijo, em valor, passou de cerca de 11 M€ para cerca de 13 M€ representando mais o aumento do volume de produção do que o preço médio de mercado. De facto, à exceção dos queijos da Beira Baixa, com preços médios a subirem cerca de 1-2€/Kg de 2015 para 2020, e do queijo São Jorge, com preço médio a subir cerca de 0,5€/Kg no mesmo período, depois de preços estáveis entre 2000 e 2010, as outras DOP para as quais há referências, Serra da Estrela e Azeitão, mantiveram o preço médio entre 2000 e 2020. Este é um aspecto que ciclicamente merece lamentos e protestos dos produtores, juntamente com o aumento do custo dos fatores de produção, efeitos que alastram para montante da transformação, designadamente ao nível do preço do leite que também pouco se alterou ao longo do tempo.

O que poderiam ser temas de contestação comuns aos agentes mais importantes do setor vem esbarrando na falta de espírito de associação no setor. A estrutura produtiva continua a ser dispersa, quanto muito regional, mesmo assim fraca, em torno de algumas associações ou dos agrupamentos de produtores que gerem as DOP, e com pouca capacidade agregadora em volta dos temas que afetam todo o setor. Permanece a ausência de um interlocutor comum ou de uma associação interprofissional, o que de certa forma fragiliza a capacidade reivindicativa do setor.

Existem, no entanto, mais recentemente, esforços (raros) de alguns agrupamentos de produtores, com a colaboração de algumas autarquias, centros de competência, confrarias ou a integração de diversas entidades regionais em alguns projetos, no sentido da adoção de ações e práticas comuns no sentido da valorização dos produtos. É um conjunto de iniciativas positivas que se seguem a outras evoluções importantes como, por exemplo, o reforço da aplicação das ações de certificação no contexto da aplicação dos procedimentos inscritos nos cadernos de especificações e procedimentos de controlo definidos para cada produto/DOP.

Ao longo das duas últimas décadas, foram sendo propostas diversas alterações nos respetivos cadernos de especificações, algumas delas com justificação, como a diversificação da produção em algumas DOP, reconhecendo-se produtos com tempo de cura mais elevado, como na região do Queijo Serra da Estrela ou do Queijo Terrincho (embora, por vezes, nem sempre bem caracterizados e com pouca sustentação técnico-científica), como variedades em algumas DOP baseadas em dimensões diferentes no produto, como no Queijo de Azeitão ou Queijo Serpa, embora outras modificações fossem motivadas por facilitação dos critérios a aplicar (a maior parte das vezes também sem suporte técnico-científico) e publicados com erros graves que poderiam mesmo levar a alterações na definição de produtos com grande tradição e reconhecimento desde há centenas de anos.

Realça-se o papel dos Agrupamentos de Produtores, das Organizações de Controlo e das entidades que os apoiam no sentido da avaliação dos produtos, designadamente a nível sensorial, decisiva neste tipo de produtos, com base em painéis de avaliação sensorial, inclusivamente acreditados. Esta é uma ação decisiva na defesa da qualidade e tipicidade dos produtos, bem como da genuinidade e observância das regras de produção, uma vez que o tão considerado mercado pode levar à descaracterização dos produtos que se pretende proteger (Vasconcelos, 2000), mas não poderão ser esquecidos os critérios de classificação do queijo nem os critérios de segurança, definidos horizontalmente na regulamentação em vigor. O mesmo se diga, então, da revisão das regras de produção e dos cadernos de especificações, desde que assentes na avaliação real do histórico dos produtos e, sobretudo, com a observância do conhecimento técnico-científico. Seriam, de facto, boas oportunidades para agregar as diversas entidades com conhecimento e possibilidades de contribuir para a defesa e desenvolvimento em suporte dos produtos. Não é tarefa fácil, mas mereceria ponderação uma vez que, como referia Turlay em 1984, não se mantendo os regulamentos atualizados, nem sempre serão respeitados (como existem muitos casos), principalmente se a produção se encontra pulverizada, situação em que o controlo se torna bastante difícil. E não se fala em uniformidade a nível do produto, uma vez que a falta de uniformidade de processos e o carácter ainda de certa forma artesanal da produção dão origem a variações individuais que devem estar englobadas na DOP, pois não são mais do que expressão da “personalidade” do produto, o que é diferente de falta de características. As DOP não podem, provavelmente, obedecer completamente às “necessidades” dos mercados, onde o consumo de queijo tem aumentado substancialmente, de 11,7 kg/hab. em 2015 para 13,3 kg/hab. em 2020 (INE, 2015; INE, 2021a). Como refere Turlay (1984), “a DO não pode responder a uma procura evolutiva sem se negar”.

Quadro IV. Produtores, produção e valor (1000€) de produtos lácteos portugueses com DOP e IGP nos últimos 20 anos (preparado a partir de Oliveira, 2002 e 2007; GPP, 2014; DGADR, 2016 e 2022).

DOP	2000			2005			2010			2015			2020							
	Prod. leite (nº)	Prod. queijo (kg)	Prod. (m€)	Prod. leite (nº)	Prod. queijo (kg)	Prod. (m€)	Prod. leite (nº)	Prod. queijo (kg)	Prod. (m€)	Prod. leite (nº)	Prod. queijo (kg)	Prod. (m€)	Prod. leite (nº)	Prod. queijo (kg)	Prod. (m€)					
Serra da Estrela	56	47000	727046	74	25	74813	1346634	88	16	85633	1284945	69	27	84864	1272960	123	31	123266	1880	
Azeitão	24	7	55402	885940	24	9	119173	2025941	52	8	144125	2882500	24	6	148000	2960000	15	4	192510	3265
Serpa	20	4	20000	219539	30	8	50000	575000	nd	nd	nd	nd	nd	nd	50300	nd	25	5	82350	nd
Beira Baixa																				
Castelo Branco	61	3	65625	736808	28	3	43050	454178	51	3	54088	687458	26	4	47438	553127	4	5	39225	526
Amarelo	113	8	73600	697804	87	6	60960	451104	109	6	112617	1047338	69	6	113340	1201404	4	5	72935	919
Picante	125	4	23450	222330	66	4	25525	278871	71	3	43927	474412	61	4	52850	616231	102	5	23100	289
Évora	23	8	48516	130447	23	11	20479	266022	nd	nd	15648	nd	nd	nd	14510	207493	8	3	18970	nd
Nisa	34	12	120271	2100541	26	10	86903	1303545	12	5	77158	470664	nd	nd	133400	nd	14	(3)?	48582	nd
Terrincho	148	2	26562	344617	73	2	39104	508535	45	(1)?	23750	308750	34	(1)?	10495	144621	25	(1)?	12040	nd
Cabra Transmontano	40	3	6702	50165	77	2	14819	118552	53	(1)?	10960	105216	nd	nd	13362	141637	63	(1)?	13960	161
Rabaçal	152	4	218	3807	200	5	400	7200	nd	nd	5500	nd	nd	nd	1850	nd	11	4	3567	nd
Pico	15	11	181000	903194	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
São Jorge	373	7	689312	3873230	550	8	750000	3750000	nd	(3)?	725707	4136530	263	3	744598	4571832	241	3	916510	5902
Mestiço de Tolosa (IGP)	-	-	-	-	8	4	2224	34472	12	(1)?	3285	18068	nd	nd	7638	nd	21	(1)?	3722	nd
Re queijão da Beira Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Re queijão Serra da Estrela	-	-	-	-	nd	nd	4109	4314	78	11	13133	15760	44	11	261	1188	82	7	20511	24,6
Travada da Beira Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Total			1357738	10895			1291559	11124			1314531	11427			1422906	11671			1571247	12966

Recentemente observa-se claramente o cuidado na transformação e a estabilização nas condições de produção, através de maior formação e capacitação e do reconhecimento da importância que pequenos detalhes na transformação são realmente decisivos para a qualidade dos produtos, com suporte em crescente investigação e transferência de tecnologia para os setores da produção e da transformação.

Finalmente, um outro aspecto relevante e que tantas vezes tem sido apontado como um dos elementos principais da asfixia da produção é a comercialização, acerca da qual o grande ónus cai sobre as grandes superfícies, tantas vezes acusadas de esmagar as margens de comercialização refletindo esse efeito nos produtores, havendo ainda quem aponte o dedo a intermediários. De facto, a parte da produção comercializada através das grandes superfícies vem evoluindo desde 2000, atingindo cerca de 73% em 2020 (Oliveira, 2002 e 2007; GPP, 2014; DGADR, 2016 e 2022), rondando os 80-100% em diversas DOP (Beira Baixa, Serra da Estrela e São Jorge), embora algumas DOP não reportem nem as produções nem a segmentação da comercialização. Dos dados reportados em 2020, apenas o Queijo de Azeitão (50%) e o Queijo de Cabra Transmontano (3%) escapam a este intervalo. Segundo as mesmas fontes, os intermediários representavam em média, em 2000, cerca de 72% do produto comercializado, mas uma tendência decrescente, embora não contínua, trouxe este segmento para cerca de 4% em 2020. O comércio tradicional, a restauração e outros momentos de comercialização, como as feiras, representou entre 29% em 2010 e 17% nos últimos anos, prevalecendo ainda com alguma importância, em particular nos queijos da Beira Baixa, Azeitão, Serra da Estrela e São Jorge, enquanto a venda direta foi responsável pelo escoamento de cerca de 6% (2020) a 18% (2015), sobretudo representada nos queijos da Beira Baixa, Azeitão e Queijo de Cabra Transmontano. Globalmente, os queijos de Azeitão e de Cabra Transmontano são as DOP que apresentam maior diversificação de tipos de comercialização, com menor dependência das grandes superfícies.

A partir dos dados referidos pela DGADR (2022), embora pouco menos de metade dos agrupamentos de produtores não tenha fornecido os elementos solicitados no inquérito, em 2020, na maior parte das DOP, o queijo foi comercializado pelos produtores, com uma pequena parte do Queijo Serra da Estrela (7%) a ser comercializado pelo agrupamento de produtores, proporção que chegou a 100% no caso do Queijo de Cabra Transmontano. O Queijo São Jorge foi comercializado, no mesmo ano, por uma outra entidade, eventualmente uma entidade que comercializa uma boa parte dos tipos de queijo produzidos na Região Autónoma dos Açores. Talvez estas duas soluções de comercialização conjunta representem boas possibilidades e alternativas interessantes no sentido da valorização destes produtos de qualidade, embora se reconheça que é muito mais fácil promovê-las em situações de concentração da produção em poucas ou mesmo únicas entidades de transformação.

Outra alternativa que tem sido sempre referenciada é a exportação à qual se reconhecem, no entanto, algumas limitações relacionadas sobretudo com

produções de pequena expressão, à exceção provavelmente do Queijo São Jorge e o facto da produção ser baseada na utilização de leite cru, com as questões que a falta de tratamento térmico podem levantar a nível da qualidade higiénica e segurança alimentar em mercados mais exigentes (Araújo-Rodrigues *et al.*, 2020b), designadamente o mercado dos EUA, que não admitem exceções à regulamentação geral, embora as DOP sejam casos de exceção legítimos à luz da regulamentação em vigor e tenham que cumprir exigências regulamentares adicionais.

Na verdade, a DOP Queijo São Jorge aponta cerca de 18% da produção exportada para os EUA, Canada, Polónia e Espanha, embora sofra concorrência em termos de preço do queijo “tipo Ilha” e outros queijos açorianos em particular nos dois primeiros mercados. A exportação (França) do Queijo de Cabra Transmontano representou, em 2020, cerca de 25% da produção, seguindo-se o Queijo de Azeitão (10%, Reino Unido e Espanha), os queijos da Beira Baixa (5%, França) e o Queijo Serra da Estrela (3%, Brasil, França, Luxemburgo e Espanha). Mais uma vez, a limitação promovida pelos volumes de produção e pelos custos de exportação poderiam ser diluídos através de uma colaboração associativa. Mas neste campo da comercialização haveria provavelmente muito mais a ganhar através deste tipo de colaborações desde que tudo fosse feito de forma coordenada e paciente, através da inclusão, por exemplo, de ações de informação e marketing no sentido da valorização de produtos únicos e sobretudo dos valores que representam a diversos níveis, considerando também tudo o que possa ser feito a nível da formação e esclarecimento do consumidor, nomeadamente no que se refere à diferenciação que o estatuto de DOP/IGP/ETG representam.

Conclusão

A União Europeia optou, e tem até reforçado, a opção pelo regime de proteção baseado nas Indicações Geográficas (IG) características (*sui generis*; Regulamento EU 1151, 2012; Zapalagglio, 2014; Ganjee, 2020), DOP/IGP/ETG, para proteção de produtos ou especialidades regionais típicas, oriundas da tradição das regiões e dos povos, incluindo-o inclusivamente nos desígnios da PAC. Representam uma forma de propriedade intelectual, protegendo designações e, de certa forma, marcas coletivas regionais. Efetivamente, os produtos têm impacto no desenvolvimento socioeconómico regional e apresentam uma relação tradicional com a sustentabilidade, uma vez que potenciam e otimizam a utilização dos recursos naturais, e, assinalando a sua proveniência, nas relações entre as áreas rurais e as áreas urbanas (Gangjee, 2020). De acordo com a Comissão, as IG devem inclusivamente ser um motor de uma nova política com o objetivo de promoção de novas formas de desenvolvimento regional sustentável com base na tipicidade dos produtos e nos métodos de produção, o que significa, segundo Zapalagglio (2014), de certo modo, recuar um pouco para apontar ao futuro, isto é, basear a evolução no tradicional aproveitamento dos recursos naturais de cada uma das regiões, o que, afinal, é a base do desenvolvimento de produtos característicos e com notoriedade, o que, segundo o mesmo autor, necessita agora de algumas pré-condições que se referem ao reforço dessa notoriedade,

um pouco à semelhança de outros produtos ou de marcas comerciais. Isto é, não é suficiente suportar a presença no mercado apenas no nome dos produtos, mas cada vez mais se torna necessária informação persistente junto do consumidor sobre o que significam as IG e como se podem reconhecer, que os produtores acreditem no sistema de certificação e adiram aos regimes de proteção, que se reconheça que os produtos são sobretudo destinados a nichos de mercado e que o investimento na promoção e divulgação dos produtos é essencial.

A partir do exposto ao longo do texto, podemos concluir que a aplicação do regime de proteção aplicado a queijos tradicionais e outros produtos lácteos no país tem cumprido um papel positivo, sobretudo nos últimos anos, após alguns anos mais problemáticos, nos quais se tem recuperado algum sentido do espírito e do significado das DOP e IGP, tendo-se assistido à mudança gradual da estrutura produtiva e de transformação previsível e que se começou a desenhar ao fim dos primeiros anos de vigência do mecanismo de proteção adotado. O setor tem crescido, mas ainda não esgotou quer o potencial de produção e quer o potencial do mercado, abrindo-se aqui oportunidades para continuação do crescimento do setor, concluindo-se que uma das maiores fragilidades se situa ao nível da valorização, escoamento e comercialização dos produtos, com efeitos na rentabilidade da atividade e, em consequência, afetando-a desde a transformação até à produção de leite. Há, assim, que recuperar algum do abandono da atividade e da redução de efetivos verificado nos últimos anos e não só no setor das DOP mas também na queijaria tradicional em geral, a qual vive bastante hoje da importação de leite de pequenos ruminantes.

A procura da rentabilidade exige a integração do desenvolvimento baseado no conhecimento técnico-científico pois não é possível, na estrutura produtiva atual, suportar a qualidade apenas no conhecimento empírico, o que pressupõe experiência e/ou formação adequada às especificidades dos produtos e modos de produção. No entanto, exige também estratégias de comercialização e de valorização dos produtos que proporcionem resultados suficientemente motivadores da dinamização do setor. Confiar apenas no nome e na notoriedade do produto não o protege em absoluto da concorrência, até por questões relacionadas com o preço, e, portanto, ações como as mencionadas acima, informação persistente junto do consumidor, adesão dos produtores ao sistema de certificação, mais efetivo e adequado, ações dirigidas à criação de nichos de mercado para escoamento dos produtos e investimento na promoção e divulgação dos mesmos são cada vez mais importantes.

O fortalecimento da intervenção das entidades gestoras das DOP nesse sentido pode ter um efeito positivo, tal como já acontece em algumas situações, evidentemente levando em conta as especificidades de cada DOP. E finalmente a emergência de um interlocutor único para representação do setor na discussão dos problemas do setor poderia tornar-se uma mais valia no sentido do desenvolvimento sustentado do mesmo.

Referências

- Alvarenga, N.B.; Gomes, S.; Duarte, M.F.; Martins, A.P.L. 2020. Cap. 1 - A importância dos queijos qualificados no âmbito do projeto CFD4CHEESE. In: *Aplicação da mecânica dos fluidos computacional e monitorização remota em queijarias tradicionais*. Eds. Dias, J.; Duarte, M.F.; Garcia, J.; Lidon, F.; Alvarenga, N.; Carvalho, G.. Edição IP Beja. ISBN: 978-989-8008-46-6
- Araújo-Rodrigues, H; Tavaría, F.K.; dos Santos, M.T.P.G.; Martins, A.P.L.; Dias, J.; Alvarenga, N.; Pintado, M.M. 2020a. Tecnologia de produção do queijo Serpa DOP: tradição, inovação e fatores limitantes – Parte I. *Tecnoalimentar*, 22, 4-8.
- Araújo-Rodrigues, H; Tavaría, F.K.; dos Santos, M.T.P.G.; Martins, A.P.L.; Dias, J.; Alvarenga, N.; Pintado, M.M. 2020b. Tecnologia de produção do queijo Serpa DOP: tradição, inovação e fatores limitantes – Parte II. *Tecnoalimentar*, 23, 2-5.
- Bertozzi, L. 1995. Designation of Origin: Quality and Specification. *Journal of Quality and Preference*. 6, 145-147.
- Bertozzi, L.; Panari, G. 1993. Cheeses with Appellation d’Origine Controlée (AOC): Factors that Affect Quality. *International Dairy Journal*, 3, 297-312.
- Decreto Regulamentar nº42/85, de 5 de julho.
- DGADR. 2022. Resultados do Inquérito aos Agrupamentos de Produtores de produtos com DOP/IGP/ETG. DGADR. <https://www.dgadr.gov.pt/dop-igp-etg>. Acedido em 11 de maio de 2022.
- DGADR. 2016. Inquérito aos Agrupamentos Gestores de Produtos DOP/IGP/ETG: 2014/2015. DGADR, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, dezembro, 2-9.
- DGDR. 2001. *Produtos tradicionais Portugueses*. Queijos e outros produtos lácteos, pp. 240-309. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, Direção-Geral de Desenvolvimento Rural.
- Diretiva 92/46/CEE do Conselho, de 16 de junho.1992. Adopta as normas sanitárias relativas à produção de leite cru, de leite tratado termicamente e de produtos à base de leite e à sua colocação no mercado. *Jornal Oficial*, nº L 268 de 14/09/1992, 0001 – 0032.
- Fragata, A.; Martins, A.P.L.; Vasconcelos, M.-M. 1998. Artisanal and industrial models of the PDO cheese Queijo de Nisa (North Alentejo, Portugal). Proceedings of the 67th EAAE Seminar, The socio-Economics of Origin Labelled Products: Spatial, Institutional and Coordination Aspects (Sylvander, B., Barjolle, B., Arfini, F., Eds.), October 28-30, 287-294.

- Gangjee, D.S. 2020. *Sui generis or Independent Geographical Indications Protection*. In: Caboli, I.; Ginsburg, J. (Eds.) *The Cambridge Handbook of International and Comparative Trademark Law*, 256 (21 pp). Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3677873>
- GPP. 2014. Inquérito aos Agrupamentos Gestores de Produtos DOP/IGP/ETG: 2010/2011. Gabinete de Planeamento e Políticas, Ministério da Agricultura e do Mar, julho, 3-9.
- GPP. 2020. *Análise setorial. Carne de Ovino & Caprino (Draft)*. Auxiliar à elaboração do PAC pós-2020. GPP, Ministério da Agricultura, Lisboa.
- GPP. 2020a. *Análise setorial. Leite & Lacticínios (Draft)*. Auxiliar à elaboração do PAC pós-2020. GPP, Ministério da Agricultura, Lisboa.
- GPPAA. 1998/99. *Anuário Pecuário*. Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Holstein F.M.S. 1988. *Queijos Portugueses com Denominação de Origem*. Instituto da Qualidade Alimentar, julho. Lisboa.
- INE. 2016. *Destaque: Antes, durante e depois do regime de quotas leiteiras. Estatísticas Agrícolas. Estatísticas da Produção e Consumo de Leite*, 2015. INE.
- INE. 2021. *Estatísticas Agrícolas 2020*. INE, Estatísticas oficiais, Lisboa. ISBN 987-989-25-0572-5
- INE. 2021a. Consumo humano de leite e produtos lácteos per capita (kg/ hab.) por tipo de leites e produtos lácteos; Anual - INE, Balanço de aprovisionamento de produtos animais. Disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contacto=pi&indOcorrCod=0000214&selTab=tab0.
- Martins, A.P.L. 1992. Mecanismos de protecção dos queijos típicos. *Lavoura Portuguesa*, ACAP, 1991/92, 86-89.
- Martins, A.P.L.; Vasconcelos, M.M. 2001. Características tecnológicas do leite de ovelha. Principais condicionantes, alterações e contaminações. Jornadas Técnicas da ANCOSE, Oliveira do Hospital, 21 de setembro de 2001, 20 pp.
- Martins, A.P.L.; Vasconcelos, M.M. 2003/04. A qualidade do queijo fabricado com leite cru. Efeito dos principais factores tecnológicos. *Pastagens e Forragens*, 24/25, 15-33.
- Martins, A.P.L.; Vasconcelos, M.M.P; Rolo, M. 2000. O mercado, o crescimento sectorial e as limitações estruturais e tecnológicas. *Via Láctea*, nº15, janeiro, 25-33.

- Mittaine, J. 1986. Identification and protection of traditional products made from sheep's and goat's milk. *Bull. FIL/IDF*, nº202, 1983-196.
- Mora, G. 1984. Italie. Fromages d'appellation d'origine: un grande diversité. *Revue Laitière Française*, nº430, Mai, 29.
- Oliveira, V. 2002. *Produtos tradicionais Portugueses com nomes protegidos*. Apresentação e análise de dados sobre produção, preços e comercialização: 2000. Queijos, pp. 7-13. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direção-Geral de Desenvolvimento Rural, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Direcção de Serviços de Planeamento, Divisão de Estudos, Planeamento e Prospetiva.
- Oliveira, V. 2007. *Produtos tradicionais Portugueses com nomes protegidos*. Apresentação de dados sobre produção, preços e comercialização: 2005. Queijos, pp. 7-11. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, Direcção de Serviços de Planeamento, Divisão de Estudos, Planeamento e Prospetiva.
- Oliveira, V. 2014. *Evolução dos produtos tradicionais com nomes protegidos (produção, valor da produção, índices de quantidades, preços e valores, 1997 a 2001)*, 2ª versão. Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, Direcção de Serviços de Planeamento, Divisão de Estudos, Planeamento e Prospetiva.
- Portaria 533/93, de 21 de maio. *Diário da República* n.º 118/1993, Série I-B de 1993-05-21, páginas 2777 – 2790.
- Regulamento (CEE) nº2081/92, do Conselho, de 14 de julho, relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L208, 1-8, 24/07/92.
- Regulamento (EU) nº 1151/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro, relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. *Jornal Oficial da União Europeia*, L143, 1-28, 14/12/2012.
- Rolo, M. 1997a. Importância e futuro dos queijos com Denominação de Origem Protegida em Portugal. *Via Láctea*, nº 11. julho, 35-36.
- Rolo, M. 1997b. Situação actual dos queijos com DO. Perspectivas de mercado. *Jornadas sobre a comercialização de queijos tradicionais*. Agrupamento de Produtores de Queijo de Azeitão, Quinta do Anjo, 11 de abril.
- Scott, M.B.; Faye, B. 2018. Histoire des fromages. In: *Le fromage* – 4e éd. Gillis, J.-C.; Ayerbe, A. (coord.), 3-27. Tec & Doc, Lavoisier, Paris. ISBN: 978-2-7430-2315-7

Turlay, J.-C. 1984. À la vente, les fromages d'Appellation d'Origine et les fromages de grande diffusion sont-ils en concurrence? *La Technique Laitière*, nº 988, Juin, 25-28.

Vasconcelos, M.M. 1990. *Estudo do Queijo de Azeitão. Melhoramento da tecnologia tradicional e sua influência nas características do queijo*. Dissertação apresentada ao INIA para obtenção da categoria de Investigador Auxiliar. INIA, ENTPA, NTLD, Lisboa.

Zappalaglio, A. 2014. Go back to go forward? New Indications of Geographical Origin for a New Developmental Policy. Posted in Panel 1 at *Edinburgh Postgraduate Law Conference*, 2014. Consult. em 25 de maio de 2022. https://www.academia.edu/26011361/_Go_back_to_go_forward_New_Indications_of_Geographical_Origin_for_a_New_Developmental_Policy_

Viver de “costas voltadas”: El proyecto frustrado de unión aduanera hispanoportuguesa en torno al corcho

Francisco Manuel Parejo-Moruno⁸¹

Resumen

En el capítulo se analiza uno de los episodios más peculiares de la historia contemporánea del negocio corchero en la península Ibérica, como fue la búsqueda de un entendimiento arancelario en torno al corcho entre España y Portugal, que debía de conducir a una Unión Aduanera Corchera Hispanolusa. Aunque con raíces históricas muy profundas, la idea de esta unión aduanera apenas tomó cuerpo a finales del siglo XIX de manos del catalán Marcial de Trinchería y de Bolos, con la redacción de la *Memoria sobre la liga aduanera hispanoportuguesa*, 1893. Esta liga debía de ser una respuesta común de las dos naciones ibéricas a la creciente demanda internacional de corcho en bruto, en el sentido de dificultar la salida de este en favor del desarrollo de la industria autóctona y frente al avance de la industria en los países no productores de corcho, auspiciado este en una mayor capacidad técnica. Sin embargo, ni en los últimos años de la centuria decimonónica en que el proyecto fue intensamente promovido en España y Portugal, ni durante el denominado período de entreguerras, en que el proyecto fue retomado incorporando al mismo a otras naciones productoras de corcho como Francia e Italia, hubo un entendimiento nítido entre las autoridades de las naciones corcheras. La vieja aspiración de dar una respuesta aduanera común a la demanda internacional de corcho no acabó nunca concretándose, volviendo a producirse la situación de “costas voltadas” que ha caracterizado la historia y la vida de dos naciones vecinas y hermanas, condenadas a acabar entendiéndose.

Palabras clave: Corcho; Industria corchera; Política aduanera; Portugal; España.

Resumo

O capítulo analisa um dos episódios mais peculiares da história contemporânea do negócio da cortiça na Península Ibérica, como foi a procura de um entendimento alfandegário em torno da cortiça entre Espanha e Portugal que devia conduzir a uma União Aduaneira Corticeira Hispanolusa. Embora com raízes históricas muito profundas, a ideia desta união aduaneira apenas se concretizou no final do século XIX pelas mãos do catalão Marcial de Trinchería y de Bolos, com a elaboração da *Memoria sobre la liga aduanera hispanoportuguesa*, 1893. Esta liga devia ter sido uma resposta comum das duas nações ibéricas à crescente procura internacional de cortiça em bruto, no sentido de dificultar a sua

⁸¹ Doctor en Economía Aplicada con Premio Extraordinario por la Universidad de Extremadura, donde es profesor del Área de Historia e Instituciones Económicas. Su principal línea de investigación es la historia contemporánea del negocio corchero, donde ha publicado, entre otros muchos trabajos, *El negocio del corcho en España durante el siglo XX* (Banco de España, 2010). Información de contacto: fmparejo@unex.es. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Extremadura, Avenida de Elvas s7n, C. P . 06071, Badajoz (España).

saída a favor do desenvolvimento da indústria autóctone e contra o avanço da indústria em países não produtores de cortiça, apoiados numa maior capacidade técnica. No entanto, nem nos últimos anos do século XIX, quando o projeto foi intensamente promovido em Espanha e Portugal, nem durante o chamado período de entre-guerras, quando o projeto foi retomado incorporando outras nações produtoras de cortiça, como França e Itália, houve um claro entendimento entre as autoridades espanholas e portuguesas. A antiga aspiração de dar uma resposta alfandegária comum à procura internacional de cortiça nunca se concretizou, reaparecendo a situação de “costas viradas” que caracterizou a história e a vida de duas nações vizinhas e irmãs, condenadas a acabar por se entender.

Palavras-chave: Cortiça; Indústria corticeira; Política alfandegária; Portugal; Espanha.

1. Introducción

Aunque es un relato que presenta cierta controversia, parece que los orígenes contemporáneos de la industria corchera se sitúan en Francia a mediados del siglo XVII, seguramente vinculados al descubrimiento y rápido desarrollo de la fabricación del vino espumoso en la región de Champaña, allá por el primer tercio de dicha centuria. El tirón de la demanda de esta y otras bebidas alcohólicas (como los vinos tranquilos o la cerveza), y la idoneidad del corcho para el sellado de las botellas de cristal que las guardaban, supuso que en pocas décadas las fábricas francesas se encontraran sin materia prima suficiente para trabajar, de tal modo que la fabricación dio el salto a Cataluña, donde las masas de alcornocal eran más generosas, dando pie al nacimiento de la industria corchera catalana y española, en la década de 1730⁸². Desde ese momento, la industria catalana se convirtió en referente mundial de la fabricación de manufacturas de corcho, fundamentalmente de tapones de corcho natural: la manufactura por excelencia de esta industria⁸³.

Desde entonces hasta el último cuarto del siglo XIX la industria catalana ejerció una hegemonía prácticamente absoluta en el negocio corchero mundial, que se tornó en relativa a partir de la crisis de la taponería tradicional que llegó con el cambio de siglo, precipitada, tal vez, por la invención y la consiguiente irrupción del aglomerado de corcho en la década de 1890 (Parejo, 2009, pp. 117-136; Zapata, 1996 y 2002). Antes, en la década de 1830, la industria ya se había iniciado en Italia, con operarios franceses y materia prima autóctona (Ruju, 2002); también en el suroeste español, esto es en las regiones de Andalucía y Extremadura (Parejo-Moruno et al, 2013); y, poco después, en el Alentejo portugués, donde la firma inglesa Reynolds y el taponero catalán Andreu Camps abrieron, en la localidad de Azaruja, el primer establecimiento industrial corchero de la región hacia 1845 (Nadal y Sala, 2013). Aunque, ciertamente, los orígenes de la fabricación en Portugal debieron de ser previos.

⁸² El primer taller taponero español se abrió en la localidad catalana de Tossa de Mar en 1739 (Alvarado, 2004, p.90).

⁸³ Los trabajos clásicos de Medir (1953) y Zapata (1996 y 2002) han narrado con mayor detalle este proceso originario de la fabricación en España, que es ya bien conocido entre los historiadores del negocio corchero.

El economista luso Campos Pereira afirmaba, en un trabajo de 1940, que la primera fábrica de tapones portuguesa surgió en Santiago do Escoural (aldea alentejana próxima a Montemor-o-Novo) en los inicios del siglo XIX. Esta fecha se antojaba tardía para una voz entendida en los asuntos corcheros portugueses como Hernâni de Barros Bernardo, quien adelantó el origen de la fabricación lusa a la época de Pombal (Mira, 1998, p. 70). De hecho, existen documentos datados del tercer cuarto del siglo XVIII que dan a entender la existencia de fábricas de corcho en funcionamiento en Lisboa y Oporto. Además, las *Balanças do Comércio* del país luso ya recogían exportaciones de tapones de corcho en el año 1797 (Bernardo, 1948, pp. 25 y 42), por lo que es muy probable que las primeras experiencias portuguesas del setecientos en la fabricación taponera fueran, como aconteció en otros ramos de actividad industrial, espejismos precoces que fracasaron al poco tiempo (Mendes, 2002, pp. 35-37). Ello explicaría la reducida e irregular exportación lusa de tapones en los últimos años del siglo XVIII y primeros del XIX, observada en las *Balanças do Comércio* (Bernardo, 1948)⁸⁴; y también revelaría el posicionamiento de la nación lusa en el comercio internacional a lo largo de toda la centuria decimonónica, muy centrado en la exportación de corcho sin manufacturar⁸⁵.

Figura 1. El mundo subericola. Extensión del área de alcornoque en el mundo



Fuente: Natividade (1950).

El precoz inicio de la fabricación en los países hasta ahora referidos se debe a que formaban parte de la exclusiva región donde el alcornoque consigue crecer en el mundo: el llamado *mundo subericola*, situado en la orilla mediterránea, que ilustró magistralmente el ingeniero silvicultor Joaquim Vieira Natividade en un mapa de gran notoriedad en la investigación histórica corchera (Figura 1).

⁸⁴ Prácticamente, el 99 por 100 de las exportaciones corcheras portuguesas del período 1797-1831 fueron de corcho sin manufacturar (Parejo, 2009, p. 83).

⁸⁵ Los productos de corcho sin manufacturar seguían siendo cerca del 80% de las exportaciones corcheras portuguesas en la década de 1890 (Parejo, 2009, p. 86), e incluso en la primera década del siglo XX.

Según los datos que proporciona la APCOR (Associação Portuguesa da Cortiça) para la actualidad⁸⁶, la superficie de alcornoque en el mundo se distribuye de la siguiente forma: el 34 por 100 de esta se sitúa en Portugal, el 27 por 100 en España, el 18 por 100 en Marruecos y el 11 por 100 en Argelia, repartiéndose el área restante entre otros países europeos y africanos de la orilla mediterránea como Francia, Italia o Túnez (APCOR, 2020, p. 18). Incluso dentro de estos países, la distribución del alcornoque no es uniforme. Así, en Portugal, cerca del 85 por 100 de la superficie nacional se concentra en la región de Alentejo, algo que también ocurre en España, donde las $\frac{3}{4}$ partes del alcornoque se hayan en las regiones del suroeste, principalmente en Andalucía y Extremadura. Esta distribución del área *subericola* condiciona, obviamente, la distribución de la producción mundial de corcho, y, lo que es más importante, pone en manos de la estrecha nómina de países productores las posibilidades de desarrollo de sus propias industrias corcheras y de las industrias de los países no productores.

El párrafo anterior suscita la importancia de la política comercial (en particular, de la política arancelaria) en el desarrollo de este negocio. Además, revela un interrogante clave en la discusión que pretendemos llevar a cabo en este capítulo, como es, si hubo realmente un desarrollo significativo de la fabricación corchera más allá del mundo *subericola*, esto es, en los países no productores de la materia prima. Dado que la respuesta es un rotundo sí, surgen otros interrogantes derivados, como cuáles fueron las fuentes de suministro de materia prima de estos países (que permitieron el desarrollo de la fabricación corchera en los países no productores de corcho); o lo que es lo mismo, qué países productores optaron por exportar su corcho sin manufacturar y en qué medida dicha exportación acabó por dificultar e incluso impedir un mayor desarrollo de sus respectivas industrias autóctonas.

Para arrojar algo de luz al respecto es interesante mencionar, en primer lugar, que la exportación española de corcho sin manufacturar fue relativamente poco significativa desde los orígenes del negocio en este país y hasta, al menos, la década de 1930. En la década de 1850 solo el 8 por 100 de las exportaciones corcheras españolas eran de corcho sin manufacturar, porcentaje idéntico al que encontramos hacia 1900. Todavía a finales de la década de 1920, ese porcentaje se situaba por debajo del 20 por 100, manteniéndose el alto grado de elaboración de las exportaciones corcheras españolas (Parejo, 2009, pp. 86 y 424). Justo lo contrario ocurría en Portugal, donde el corcho que históricamente cruzó las fronteras con destino al exterior tuvo siempre un bajo grado de elaboración. Regresemos, si no, a las arriba citadas *Balanças do Comércio* de Portugal, disponibles para el período 1797-1831 (Bernardo, 1948). En ellas, no solo se muestra que cerca del 99 por 100 de las exportaciones corcheras portuguesas eran de corcho sin manufacturar, sino que, además, se presentan los principales destinos exteriores de estas. En este sentido, el 82 por 100 de las exportaciones lusas de corcho sin transformar se dirigían a Inglaterra (la mayor importadora de corcho bruto en la época según

⁸⁶ Las cifras, aunque actuales, dan una imagen bastante precisa de cuál debía de ser el reparto mundial del alcornoque en el mundo a lo largo de toda la época contemporánea.

Parejo-Moruno (2009)); un 3-4 por 100, respectivamente, se enviaban a Rusia, Alemania, Holanda y Estados Unidos; quedando un porcentaje residual de las exportaciones, inferior al 3 por 100, para otros destinos como Brasil y una decena de mercados europeos (Francia, España e Italia, entre ellos) (Bernardo, 1948, pp. 28-29). Ya para la segunda mitad del siglo XIX, las estadísticas oficiales de comercio exterior de Portugal (junto a España, la principal productora de corcho del mundo) ofrecen una visión bastante parecida en cuanto a países receptores del corcho sin manufacturar ibérico (Parejo, 2009, pp. 85-98), de tal forma que nos podemos hacer una idea bastante precisa de cuáles eran los países no productores de corcho que hacia 1900 contaban ya con una industria corchera en avanzado estado de desarrollo.

2. El proyecto de unión aduanera de Marcial de Trinchería y de Bolos: primeros intentos

Los orígenes de la búsqueda de un entendimiento aduanero sobre el corcho entre España y Portugal se encuentran en la segunda mitad del siglo XIX y están justificados en la protección de la industria ibérica del corcho y en evitar la salida de esta materia sin ningún grado de transformación de la península. En esta búsqueda, la figura del catalán Marcial de Trinchería y de Bolos se antoja clave, porque fue el primero en trazar las bases de este entendimiento en su *Memoria sobre la liga aduanera hispanoportuguesa, 1893* (Trinchería de Bolos, 1893). De cualquier forma, las alusiones a la necesidad de llegar a un acuerdo en lo relativo a la exportación del corcho bruto entre España y Portugal son abundantes en la secular disputa decimonónica que supuso la denominada “cuestión arancelaria” del corcho tanto en España como en Portugal⁸⁷, aunque algo más difusas, tal vez, en el caso luso. La necesidad del entendimiento aduanero se percibe nítidamente en las siguientes palabras de Ramiro Medir, probablemente el mayor y mejor estudioso del negocio corchero en España hasta mediados del siglo XX:

«Una gran crisis pesa sobre el corcho y es preciso llegar a un acuerdo entre los países productores para curarla radicalmente. Su ámbito no se extiende sólo a España y Portugal; comprende todos los países productores de esta materia prima» (Medir, 1949, p. 228) (Traducción del autor).

El investigador Joaquim Alvarado ha sintetizado de forma notable la participación de Marcial de Trinchería en las discusiones entre las autoridades españolas y portuguesas en pos del entendimiento aduanero (Alvarado, 2005). Su condición de cassanense de adopción (Cassá de la Selva es una de las localidades de referencia del negocio corchero catalán desde sus orígenes) permitió a Trinchería conocer el negocio corchero de cerca, y ello hizo que se implicara activamente en la defensa de los intereses de la industria corchera⁸⁸. A grandes

⁸⁷ La bibliografía existente para el seguimiento de dicha cuestión es hoy ya voluminosa. Sugerimos leer el estado de la cuestión que se propone en Parejo-Moruno *et al* (2020). Véanse también el trabajo seminal de Medir (1953), y el tratamiento que se hace de la cuestión arancelaria del corcho en Zapata (1996), Sala (1998), Alvarado (2002) y Parejo-Moruno (2010 y 2018).

⁸⁸ Hay que advertir, no obstante, que Trinchería nació en la localidad catalana de Olot en 1838, aunque vivió desde 1868 en Cassá de la Selva.

rasgos, la liga aduanera propuesta por Trinchería consistía en levantar un frente arancelario común (especialmente, hispanoluso) contra las industrias taponeras que se estaban estableciendo en países como Alemania, Austria y Rusia. La idea se basaba en varias premisas como la libertad y los beneficios del comercio mutuo de productos corcheros entre España y Portugal; la superioridad cuantitativa y cualitativa del corcho ibérico frente al del resto de regiones productoras de esta materia prima, como el norte de África, Córcega, Sicilia o Cerdeña (justificada, por Marcial de Trinchería, en su proyecto); la política comercial restrictiva que estaban siguiendo algunos países en materia de importación de taponeras de corcho, en particular Estados Unidos y Méjico; y la idoneidad del momento para ejecutar la unión aduanera. Efectivamente, se trataba de un período, la segunda mitad del siglo XIX, en que se estaba produciendo un fuerte crecimiento del consumo mundial de bebidas alcohólicas (por entonces, selladas casi exclusivamente con taponeras de corcho, la principal manufactura de la industria), que ofrecía enormes posibilidades industriales a los países con acceso a la materia prima corchera⁸⁹.

Seguramente, la oportunidad de ejecución del proyecto fue mayor cuando se publicaron en España los nuevos aranceles a la exportación del corcho en plancha en diciembre de 1891 (dentro del denominado Arancel Cánovas de 1891), que comenzaron a estar vigentes en enero de 1892⁹⁰. De hecho, en abril de este año Marcial de Trinchería empezó la campaña de difusión del proyecto, primero en Cataluña (en Barcelona, concretamente, a través de varias conferencias impartidas entre el 4 y el 7 de este mes) y más tarde en diferentes ciudades de Portugal, previa remisión del proyecto al embajador de Portugal en Madrid. Alvarado (2005) da puntual cuenta de cada una de estas presentaciones, la primera en Silves, localidad lusa que, a criterio de Trinchería, había afrontado con cierta solvencia la crisis de la taponería tradicional iniciada a comienzos de la década de 1880, frente al hundimiento de la fabricación en otros núcleos como Azaruja o Évora. Aunque también menciona los duros reveses que recibió la propuesta de liga aduanera en el país luso, al menos en esta etapa inicial. A modo de ejemplo, Medir (1953) ya se había hecho eco del firme rechazo que la propuesta recibió por parte de la Federación Agrícola del Distrito de Évora, argumentando diversas razones.

Básicamente, esta institución alegaba que no existían suficientes elementos de análisis para la resolución del problema corchero de una manera conjunta. De hecho, a criterio de la federación evorense el principal problema para el desarrollo de la industria corchera de ambos países (España y Portugal, decimos) radicaba en el atraso técnico de esta frente a otras naciones como Alemania o Inglaterra, que contaban ya con industria altamente mecanizada. En todo caso, continuaba su argumentación indicando que la igualdad de derechos aduaneros apenas acabaría favoreciendo el desarrollo de la industria corchera española (ciertamente, mucho más dinámica que la lusa en aquellos momentos), además de que se verían seriamente perjudicados los intereses de los productores agrarios,

⁸⁹ Alvarado (2005, pp. 114-115). El lector interesado puede acudir al proyecto aduanero original de Marcial de Trinchería y de Bolos para observar los detalles del mismo (Trinchería, 1893).

⁹⁰ Ciertamente, las décadas de 1880 y 1890 supusieron en Europa un viraje hacia el proteccionismo comercial y hacia el nacionalismo económico, que propiciaron el regreso de las principales naciones europeas a la aplicación de políticas comerciales proteccionistas. Véase al respecto Gallego y Pinilla (1996).

cuyos corchos alcanzaban mayor remuneración en los mercados extranjeros. Por último, se aludía a que la Liga aduanera podría acabar ocasionando una guerra a muerte con los demás países productores de corcho, de consecuencias, a priori, imprevisibles (Medir, 1953, pp. 192-193).

Con todo, debieron de existir razones de otra índole en el rechazo luso a la propuesta española de unión aduanera corchera. Probablemente, entre ellas se encontraron las «suspicias que España siempre ha[bía] despertado en Portugal» (Alvarado, 2005, p. 121), que habrían llevado a los lusos a confundir un proyecto puramente económico (como era el propuesto por Trinchería) con otro de índole política, al que los portugueses habrían sido reacios. Otra razón podría haber derivado de la dependencia comercial portuguesa de Inglaterra, cuyo tratamiento en la bibliografía portuguesa ha sido extenso⁹¹. En este sentido, a finales del siglo XIX, muchas empresas inglesas instaladas en Portugal enviaban a Inglaterra ingentes cantidades de corcho sin manufacturar arrancado de los montados alentejanos y algarvíos⁹², por tanto, poco interés podían tener éstas en que la liga aduanera saliera adelante. Marcial de Trinchería, concedor de este extremo, orientó su propuesta arancelaria en el proyecto hacia Estados Unidos, aunque ello no evitó la negativa de Portugal a alcanzar un acuerdo aduanero. En definitiva, a finales de 1893, año en que la propuesta de Unión Aduanera fue editada en forma de libro, el proyecto de liga arancelaria se había convertido en papel mojado, «a pesar de los elogios recibidos por parte de todas las instituciones que lo conocieron» (Alvarado, 2005, p. 121).

3. El entendimiento aduanero en las conferencias internacionales sobre el corcho: un segundo intento

Marcial de Trinchería murió en noviembre de 1898, por lo que no pudo ver los intentos que hubo después de retomar su idea de Unión Aduanera en el primer tercio del siglo XX. Ramiro Medir, en dos artículos breves publicados en el *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* (en adelante, BJNC)⁹³, reproduce estos intentos de forma sintética. Se trata de los textos que hemos utilizado para escribir las páginas siguientes (Medir, 1948 y 1949)⁹⁴. El primero de ellos, titulado “O projeto de liga aduaneira hispano-portuguesa no século actual” (Medir, 1948), comienza con las siguientes palabras:

«La excelente iniciativa que, a finales del siglo XIX, tuvo el propietario corchero español D. Marcial de Trinchería de Bolos para llegar a un acuerdo con Portugal, fue continuada por los corcheros españoles durante el presente siglo (se refiere al siglo XX)» (Medir, 1948, p. 69) (Traducción del autor).

⁹¹ Un excelente estado de la cuestión y una revisión de las tesis dependentistas, en Lains (1986).

⁹² Nos referimos a firmas como *Bucknall*, *Reynolds* o *Robinson*, sociedades que tuvieron un papel rector en el desarrollo de la industria corchera en la península Ibérica durante el siglo XIX. Véase Lopes et al (2016), Branco et al (2017) y Parejo-Moruno et al (2018).

⁹³ Esta publicación sigue siendo la fuente más importante que tenemos en la península Ibérica para mejorar el conocimiento del negocio corchero en todas sus facetas y dimensiones. Sin embargo, su nivel de uso y consulta por parte de los investigadores es ínfimo.

⁹⁴ Medir ya había publicado otro artículo en el BJNC en 1946 sobre el proyecto de unión aduanera corchera de los dos países ibéricos (Medir, 1946). En él se analiza, precisamente, la iniciativa de Marcial de Trinchería a finales del siglo XIX. Sin embargo, no aporta nada nuevo a lo que se dice en Alvarado (2005) ni a lo que él mismo recoge en Medir (1953), de ahí que no se haya utilizado.

Por su parte, en el segundo artículo escribía unas palabras muy ilustrativas de la cuestión:

«(...) El principal motivo de haber fracasado la inteligencia con Portugal (a finales del siglo XIX) era el rudimentarismo de la industria corchera portuguesa que, en gran parte, se había reducido a la preparación de las planchas de corcho destinadas a la exportación. (...) [Esta] dificultad tendía a disminuir gradualmente, porque dicha industria lusitana adquiriría cada día más importancia asimilando sus intereses a la industria hispana. De ahí el que cada día se hiciera más patente la necesidad y posibilidad de un acuerdo con el país vecino» (Medir, 1949) (Traducción del autor).

Antes de la primera guerra mundial, de hecho, ya se había retomado la cuestión en las esferas corcheras españolas. En 1911, la recién creada Unión Corchera de Sevilla, que aglutinaba a fabricantes de tapones y cuadradillos de corcho del suroeste español, inició una campaña en pro de la liga aduanera con Portugal. En poco tiempo, la campaña tuvo múltiples adhesiones en el país y rápidamente se puso en conocimiento de las autoridades españolas para que éstas hicieran las oportunas diligencias con el gobierno portugués (Medir, 1953, pp. 268-271). Según Medir (1948), la idea de llevar a cabo la liga aduanera fue, esta vez, bien recibida por las instancias oficiales portuguesas y también por las españolas. El mismo trabajo aporta varias pruebas de que ello fue así, sin embargo, el proyecto volvió a fracasar. Probablemente, «(...) no había ambiente en Portugal suficiente para llegar a un acuerdo con los españoles. Existía una selecta minoría partidaria del entendimiento, pero la mayoría de los corcheros portugueses encaraban el proyecto con cierta desconfianza» (Medir, 1948, p. 70) (Traducción del autor). En definitiva, la situación no había cambiado nada respecto a dos o tres décadas antes, y los corcheros españoles recibieron de nuevo calabazas.

Terminada la Gran Guerra la cuestión se volvió a reproducir, aunque con idéntico resultado que hasta entonces. La supresión de los derechos a la exportación del corcho durante la Dictadura de Primo de Rivera (por los decretos de 1923 y 1927) fue la gota que derramó el vaso. El gobierno de la Dictadura, al dejar libre la salida de la materia prima, prometió, en compensación, estudiar el problema corchero para el establecimiento de una liga aduanera entre España y Portugal. Sin embargo, esta promesa, que había servido para acallar las protestas de la industria frente a las medidas adoptadas, nunca llegó a producirse. Incansables, los industriales corcheros españoles volvieron a solicitar al gobierno de la Segunda República, ya en la década de 1930, que estudiara el proyecto. Lo hicieron en una asamblea celebrada por los corcheros catalanes en Palafrugell el 8 de noviembre de 1931, a la cual no nos referiremos con detalle por ser suficientemente tratada en Medir (1953, pp. 338-341). Baste decir que las peticiones volvieron a caer en saco roto; «los corcheros españoles continuaban con su monólogo, sin que lograsen llegar al diálogo con los portugueses» (Medir, 1948, p. 70).

La formación de una liga aduanera internacional para el corcho entre los principales países suberícolas (España, Francia, Italia y Portugal) fue uno de los asuntos debatidos en la 1ª Conferencia Internacional del Corcho celebrada en Francia en septiembre de 1931⁹⁵. Hasta tres conclusiones de este encuentro se orientaron hacia este entendimiento corchero supranacional, que resultaron en sendos compromisos sobre la producción de corcho bornizo (corcho virgen, resultante del primer descortizamiento del alcornoque), el precio del corcho de reproducción (esto es, del corcho susceptible de ser utilizado en la fabricación de tapones) y el intercambio de impresiones e informaciones en materia de producción de corcho. Sobre el primero de estos puntos, el representante portugués llamó la atención sobre la excesiva producción de bornizo. El elevado porcentaje que los corchos bornizos habían alcanzado en la saca, fruto de la explotación intensiva e irracional que se había llevado a cabo en los años veinte (por el elevado precio que habían alcanzado éstos en el mercado internacional, debido a su amplia demanda por parte de la creciente industria del corcho aglomerado) era uno de los causantes de la crisis que sufría la industria y el comercio de corcho en la época. Para solucionarlo, el acuerdo firmado entre los países participantes en la Conferencia iba en el sentido de adoptar medidas suberícolas similares a las que ya había puesto en práctica la Dictadura en Portugal⁹⁶, tendentes a la reducción relativa de la producción de bornizo (Medir, 1949, p. 228).

En cuanto al segundo punto, la Conferencia sirvió para fijar precios mínimos sobre el corcho, de obligado cumplimiento entre los países firmantes. Con el acuerdo se pretendía mejorar la cotización del corcho de reproducción apto para la fabricación de tapones, que se había visto perjudicada por la vertiginosa revalorización de los corchos de trituración (el bornizo, entre ellos) desde la primera guerra mundial⁹⁷. La medida venía acompañada de la voluntad de los países de restringir momentáneamente la cosecha de corcho, debido a que las abultadas existencias de materia prima que existían en España, Portugal y en el norte de África dificultaban la revalorización de los corchos en el mercado (Medir, 1953, p. 337).

Finalmente, el último de los acuerdos adoptados acabó concretándose en el compromiso de celebrar periódicamente encuentros de similares características, rotando la sede entre las diferentes naciones participantes. De hecho, en 1932 se celebró en Lisboa la 2ª Conferencia Internacional del Corcho, y en 1934 fue celebrada la tercera en Madrid, donde ya sí hubo participación de Italia.

En la conferencia de Lisboa, al margen de ratificarse las conclusiones aprobadas en París un año antes y de hacerse un seguimiento de las medidas adoptadas entonces, se aprobaron nueve conclusiones o “votos”⁹⁸. Entre ellos,

⁹⁵ Celebrada en el Ministerio de Asuntos Exteriores francés, la Conferencia atrajo a diplomáticos de Argelia, España, Francia, Marruecos, Portugal y Túnez. No asistió ningún representante italiano, a pesar de haberse cursado la oportuna invitación. El lector interesado puede encontrar los detalles de esta primera conferencia internacional en Medir (1949) y en Medir (1953, pp.336-338).

⁹⁶ Nos referimos al Decreto-ley 13.658 de 20 de mayo de 1927, que había establecido, entre otras medidas protectoras del alcornoque, la prohibición de extraer el corcho con una edad inferior a 9 años; Mira (1998, p. 73).

⁹⁷ Sobre el proceso especulativo que llevó a la fuerte revalorización del corcho bornizo y de otros corchos de trituración, ver Sala (1998) y Parejo-Moruno (2009, pp. 153-158).

⁹⁸ Un detalle de los mismos, en el Anexo 19 de Medir (1953).

tenían especial interés el tercero y el cuarto, que apuntaban a la necesidad de alcanzar el “entendimiento” internacional pleno en materia corchera. El primer voto mantenía el compromiso de restringir la saca de corcho bornizo y el segundo pretendía aumentar las edades de descorche de los alcornoques; el quinto se refería a la creación en cada país de un organismo corchero a imagen y semejanza de la Comisión Mixta del Corcho en España, creada en 1932 (Parejo, 2009, p. 182)⁹⁹; el sexto hablaba de la creación de oficinas técnicas y experimentales para el corcho, y del intercambio de la documentación generada por éstas; el séptimo y el octavo voto iban en el sentido de lograr un mayor consumo de corcho en cada nación, y en España se concretaron en el decreto sobre intensificación del consumo de corcho de 1933, y en el reglamento de 1934 que le desarrollaba; finalmente, el último voto reiteraba la necesidad de celebrar anualmente la conferencia internacional, expresándose el deseo de que la próxima ciudad anfitriona fuera Madrid.

En efecto, el 28 de mayo de 1934 dio inicio la tercera Conferencia Internacional del Corcho en Madrid. De ella resultaron, de nuevo, varios compromisos o votos, la mayoría de ellos (votos del primero al quinto) ligados a la faceta forestal, concretados en medidas como la reducción de los corchos flacos en la saca (no aptos para la fabricación de taponés), lucha contra enfermedades y plagas del alcornoque, regulación de los desbornizamientos, ordenación racional de las repoblaciones forestales, etcétera. Todo ello, para lograr el objetivo que incitó la primera conferencia de París: conseguir la valorización de los corchos y normalizar las cotizaciones. El voto más relevante de los adoptados fue el sexto, que promovía el acuerdo entre todos los países productores en materia de exportación del corcho bruto y manufacturado con destino a las naciones no productoras. La redacción literal del mismo era: “La Conferencia Internacional del Corcho llama la atención de los gobiernos representados sobre el interés que tendría la adopción de medidas tendentes a conseguir la salvaguarda de sus intereses comunes para la exportación de corcho en bruto y manufacturado con destino a los países no productores”; Medir (1949, p. 229). «Con este voto, el de más alcance de todos los aprobados, se reproducía una aspiración unánime de los corcheros: la de la unión aduanera de los países de origen latino: España, Portugal, Italia y Francia» (Medir, 1953, p. 367). Como dice Medir (1949, p. 229), «la primera idea del Sr. Trinchería sufrió una notable ampliación a través del tiempo».

Pero, ¿cuál fue la actitud de los países sobre la idea de constituir esta Unión Aduanera? Oficialmente, existía un ambiente favorable hacia esta política corchera internacional en todos los países implicados. Sin embargo, fuera de las esferas oficiales no faltaron recelos, principalmente en Portugal y España (Medir, 1949, pp. 229-230). La publicación *Portugal Corticeiro*, por ejemplo, criticó la falta de legitimidad de los acuerdos adoptados en estas conferencias internacionales, argumentando que ni en la de París ni en la de Lisboa había estado representada la industria, no habiendo podido ésta dar su parecer acerca de la necesidad o no de este entendimiento supranacional. Este argumento parece poco convincente porque, aunque sobresalía la representación forestal, sí hubo industriales, tanto españoles como portugueses, en las conferencias internacionales¹⁰⁰.

⁹⁹ Probablemente, el origen de la Junta Nacional da Cortiça en Portugal se puede relacionar con este voto.

¹⁰⁰ Algunos de ellos se citan en Medir (1949, p. 220). Ver también Medir (1953, p. 368).

Por su parte, el Fomento de la Industria y del Comercio Corcho-Taponero de Palafrugell, en Cataluña, a través de su *Boletín*, se pronunció en la misma dirección que la publicación lusa, enfatizando que la falta de presencia de la industria había impedido que el acuerdo supranacional se extendiera a la negociación conjunta de acuerdos comerciales internacionales en materia corchera (Medir, 1949, p. 220; Medir, 1953, p. 368).

De cualquier modo, el debate de estos extremos se aplazó hasta la celebración de la que debía haber sido la cuarta Conferencia Internacional del Corcho, prevista para su realización en Roma. Esta nunca llegó a celebrarse, probablemente por el enrarecimiento de la situación política en Europa durante la segunda mitad de la década de 1930, que acabó con el estallido de la segunda guerra mundial.

En conclusión, se puede decir que siempre hubo cantos de sirena; también buenas ideas e intenciones; pero nunca hubo un entendimiento aduanero real entre los países productores de corcho, ni siquiera entre los dos más importantes: las naciones ibéricas. Los acuerdos adoptados en las conferencias internacionales no vinculaban a las naciones participantes en las mismas, y siempre hubo reticencias entre los agentes españoles y, sobre todo, portugueses del sector frente al entendimiento. De esta forma, el acuerdo nunca llegó a concretarse, al menos no antes de la guerra civil española. Tras este conflicto se van a producir acuerdos entre España y Portugal para la fijación común de precios mínimos de exportación de algunos productos corcheros; casi todos ellos, materias primas o productos semielaborados de corcho. Su éxito, también discutible, fue apenas un punto y seguido en la búsqueda de un acuerdo que ofreciera una respuesta ibérica común a los problemas de un negocio cada vez más internacionalizado.

4. Conclusiones: una oportunidad frustrada

En el capítulo se analiza un proyecto frustrado de cooperación institucional sobre la exportación del corcho sin transformar. Este proyecto, que se puede encuadrar en la histórica “cuestión arancelaria” del corcho, y que se envuelve en un cierto romanticismo, pretendía el entendimiento aduanero corchero de las administraciones de España y Portugal con la finalidad de restringir la salida del corcho bruto fuera de la península Ibérica, teniendo ello un propósito doble: primero, propiciar un desarrollo mayor de la fabricación autóctona, reservando la materia prima a las industrias ibéricas; y segundo, dificultar el abastecimiento de corcho a las fábricas de los países no productores, que se nutrían, fundamentalmente, de materia prima lusa, impidiendo, por tanto, su desarrollo futuro.

La narración pone de manifiesto un recurrente fracaso en el entendimiento, primero, a finales del siglo XIX, entre España y Portugal, y después, ya en las décadas de 1920 y 1930, entre el grueso de naciones productoras de corcho. En efecto, el proyecto impulsado por el catalán Marcial de Trinchería y Bolos en la década de 1890 no encontró buen acomodo en los foros industriales e institucionales portugueses, posicionados, probablemente, en no perjudicar

los intereses agraristas de los propietarios forestales y conscientes, también, de que la unión arancelaria acabaría siempre favoreciendo el desarrollo de la industria española, por entonces mucho más desarrollada que la fabricación lusa. Desde luego que debieron de existir otro tipo de recelos de carácter cultural o político, más allá de las argumentaciones meramente comerciales o en materia de organización de la producción en el negocio corchero, pero lo cierto es que la respuesta lusa a un proyecto bien argumentado y minuciosamente justificado, como era el de Trinchería, fue siempre rotundamente negativa.

Lo ocurrido después, en las décadas de 1920 y, especialmente, en la de 1930, solo puede calificarse de continuismo. En este caso, la buena sintonía entre las nacionales productoras de corcho había propiciado la celebración de las primeras conferencias internacionales del corcho en Lisboa, París y Madrid, que sirvieron para tratar los principales problemas que sacudían al negocio corchero en la esfera mundial. En ellas, España, Portugal, Italia y Francia dieron muestras de querer alcanzar acuerdos en pos del desarrollo de la fabricación del corcho en las naciones productoras. Sin embargo, probablemente, por motivos de coyuntura internacional en esta ocasión, o por mera falta de concreción en la ejecución de los acuerdos alcanzados, tampoco se logró un entendimiento arancelario sobre la exportación del corcho. Siendo así, hacia 1930 Estados Unidos, Inglaterra y Alemania (por citar solo los máximos exponentes de la fabricación corchera en países no productores de la materia prima) contaban ya con una industria corchera muy potente, técnicamente mucho más avanzada que la de los países ibéricos, por lo que los industriales españoles y portugueses tuvieron que competir, seguramente en desigualdad de condiciones, con sus homónimos en los mercados internacionales.

Para dos países, España y Portugal, que se repartían ya a finales del siglo XIX cerca de las $\frac{3}{4}$ partes de la cosecha mundial de corcho, el entendimiento aduanero podría haber supuesto lo que hoy es una realidad: la casi plena “iberización” de la industria corchera mundial (concepto acuñado por Santiago Zapata en su magnífico artículo *Del suro a la cortiça. El ascenso de Portugal a primera potencia corchera del mundo*) (Zapata, 2002). Sin embargo, de nuevo, y como ha venido ocurriendo a lo largo de la historia, las dos naciones ibéricas permanecieron de “costas voltadas”, frustrando un proyecto de cooperación que, ¡quién sabe!, habría podido ser mutuamente beneficioso para el desarrollo corchero en ambas.

Bibliografía citada

Alvarado, J. (2002). *El negoci del suro a l'Alt Empordá (s. XVIII-XIX)*. Palafrugell, Spain: Museu del Suro.

Alvarado, J. (2004). *Suro, carracs i taps. Llagostera, 1753-1934*. Llagostera, Spain: Ayuntamiento de Llagostera.

- Alvarado, J. (2005). La defensa dels interessos surers des de Cassà de la Selva. Marçal de Trinchería i de Bolós (1838-1898). *Quaderns de la Selva* 17, 105-125.
- APCOR (2020). *A fileira da cortiça. Da floresta ao consumidor*. Oporto, Portugal: APCOR (<https://www.apcor.pt/portfolio-posts/a-fileira-da-cortica-da-floresta-ao-consumidor/>).
- Bernardo, H. B. (1948). *O comércio externo da cortiça nos séculos XVIII e XIX (1797-1831)*. Lisboa, Portugal: Empresa Nacional de Publicidade.
- Branco, A., Lopes, J.C, Parejo Moruno, F.M., & Rangel, J.F. (2017). From a Portuguese small firm to world leader in the cork business: The role of the internationalization of Corticeira Amorim to Spain. In C. Perrin (Ed.), *Petites entreprises dans l'histoire industrielle* (pp. 165-184). Paris: L'Harmattan.
- Gallego, D., & Pinilla, V. (1996). Del librecambio matizado al proteccionismo selectivo: el comercio exterior de productos agrarios y alimentos en España entre 1849 y 1935. *Revista de Historia Económica* 2, 371-420.
- Lains, P. (1986). Exportações portuguesas, 1850-1913. *Análise Social* 22, 381-419.
- Lopes, J.C., Branco, A., Parejo-Moruno, F.M., & Rangel, J.F. (2016). Determinants of success and failure in the internationalization of the cork business: a tale of two Iberian family firms. In M.H. Bilgin & H. Danis (Eds), *Entrepreneurship, Business and Economics. Proceedings of the 15th Eurasia Business and Economics Society Conference* (pp. 417-440), vol. 2, Springer International Publishing.
- Medir, R. (1946). O projecto de Liga Aduaneira Hispano-portuguesa. A acção de D. Marcial de Trinchería de Bolos. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* 96, 401-403.
- Medir, R. (1948). O projecto de Liga Aduaneira Hispano-portuguesa no século actual. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* 122, 69-71.
- Medir, R. (1949). As conferências internacionais da cortiça e a Liga Aduaneira Hispano-Portuguesa. *Boletim da Junta Nacional da Cortiça* 125, 227-230.
- Medir, R. (1953). *Historia del gremio corchero*. Madrid, Spain: Alhambra.
- Mendes, A.C. (2002). *A economia do sector da cortiça em Portugal. Evolução das actividades de produção e transformação ao longo dos séculos XIX e XX*. Oporto, Portugal: Universidad Católica Portuguesa, (Documento de trabajo).
- Mira, N.G. (1998). Evolução da posição portuguesa ao nível do comercio internacional da cortiça. Alguns factores condicionantes. *Economia e Sociologia* 65, 65-80.

- Sala, P., & Nadal, J. (2010). *La contribució catalana al desenvolupament de la indústria surera portuguesa*. Barcelona, España: Generalitat de Catalunya.
- Natividade, J.V. (1950). *Subericultura*. Oporto, Portugal: Ministério de Economia.
- Parejo-Moruno, F.M. (2009). *El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: cambios e intervención pública*. Cáceres, España: Universidad de Extremadura (Tesis doctoral).
- Parejo-Moruno, F.M. (2010). El negocio del corcho en España durante el siglo XX. *Estudios de Historia Económica* 57.
- Parejo-Moruno, F.M. (2018). Intervencionismo en los sectores exportadores tradicionales durante el Primer Franquismo El caso del corcho. *Revista de Historia Autónoma* 11, 219-239.
- Parejo-Moruno, F.M.; Faísca, C.M.; Rangel, J. F. (2013). Los orígenes de las actividades corcheras en Extremadura: el corcho extremeño entre catalanes e ingleses. *Revista de estudios extremeños* 69(1), 461-490.
- Parejo-Moruno, F.M., Branco, A., & Rangel, J.F. (2018). Redes comerciales y puertos internacionales para el negocio corchero en el siglo XIX. El caso de la empresa familiar Reynolds. En T. Pontón, M. Vázquez y L. López (Coords.), *Cádiz: del Floreciente S.XVIII al Port of the Future del S.XXI* (pp. 68-79). Cádiz, España: Universidad de Cádiz.
- Parejo-Moruno, F.M., Branco, A., Rangel, J.F., & Cruz, E. (2020). ¿Protegieron Salazar y Franco sus industrias corcheras? Aranceles y política aduanera en España y Portugal, 1930-1975. *Ler História* 76, 103-126.
- Ruju, S. (2002). *Il peso del sughero: storia e memorie dell'industria sugheriera in Sardegna (1830 - 2000)*. Sassari, Italia: Banco di Sardegna.
- Sala, P. (1998). Obrador, indústria i aranzels al districte surer català (1830-1930). *Recerques* 37, 109-136.
- Trinchería de Bolos, M. (1893). *Memoria sobre la Liga Aduanera Hispano-Portuguesa*. Girona, España: Pablo Puigblanquer.
- Zapata, S. (1996). Corcho extremeño y andaluz, tapones gerundenses. *Revista de Historia Industrial* 10, 37-68.
- Zapata, S. (2002). Del suro a la cortiça. El ascenso de Portugal a primera potencia corchera del mundo. *Revista de historia industrial* 22, 109-137.

Lógicas de gestão do património fundiário do montado no Alentejo: resultados de quatro casos de estudo

Pedro Reis¹⁰¹

1. Introdução

A minha atividade profissional e científica iniciou-se em 1992, num projeto europeu sobre montados e *dehesas*¹⁰². Constituiu o trabalho de campo para a minha dissertação de mestrado¹⁰³, que serve de base ao presente texto. Foi com grande entusiasmo que ingressei no estudo deste sistema agro-silvo-pastoril, fascinante pela sua complexidade, fragilidade perante a ação ou inação humana, majestático pelas suas azinheiras e sobreiros, e com uma extraordinária riqueza natural, cultural e paisagística. A metodologia do estudo moldou toda a minha vida profissional, ao integrar as questões técnicas (agronomia, silvicultura, zootecnia e cingética) com a análise socioeconómico dos sistemas agrários, e a ligação às políticas públicas.

O montado é o sistema agro-silvo-pastoril, com maior extensão em Portugal, com predomínio no Sul do País, caracterizado pela presença do sobreiro ou azinheira, combinado com a pecuária extensiva, onde os animais pastoreiam aproveitando os frutos da azinheira (bolota) e do sobreiro (lande), as pastagens (naturais, melhoradas ou semeadas) e algumas forragens no período de maior carência alimentar (fenos e grãos de cereais). Atualmente ocupam cerca de um milhão de hectares (mais de 10% do território continental e cerca de um terço da área florestal) (IFN6). Surgem em terrenos de aptidão florestal sendo que 55% do montado nacional é de sobreiro e 45% é de azinho, e cerca de três quartos da sua área situa-se no Alentejo (Coelho, 1994a). Estes sistemas produtivos surgem, sobretudo, em explorações agrícolas de tipo patronal, com mão-de-obra maioritariamente assalariada, e com uma dimensão superior a 200 ha (Coelho, 1994a). Na tipologia de sistemas de montado desenvolvida por Coelho (1989), foram identificados sete sistemas-tipo, sendo que quatro deles tinham uma superfície total média superior a 400 ha (490, 543, 473 e 487 hectares) (Coelho, 1994b).

Estes sistemas produtivos construídos pelo Homem - na sua génese através das arroteias das charnecas do Sul -, permitem o aproveitamento dos recursos endógenos em territórios muito frágeis, produzindo produtos de elevada

¹⁰¹ Doutorado em Engenharia Agrónoma, pela Universidade de Lisboa. Investigador do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, com atividade na análise dos sistemas agrários, gestão do conhecimento, desenvolvimento rural e políticas públicas, tendo sido presidente do Conselho Científico, de 2011 a 2015. É atualmente Presidente da Associação Portuguesa de Economia Agrária e Vogal do Conselho Nacional de Engenharia Agrónoma da Ordem dos Engenheiros.

¹⁰² Campos, Pablo (coord.). *Análisis técnico y económico de sistemas de dehesas y montados* (1991-1993). (<http://hdl.handle.net/10261/258095>). (Programa CAMAR-CT90-0028).

¹⁰³ Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, com a dissertação "Gestão do Património Fundiário no Alentejo - estudo de quatro montados de sobreiro e de azinho".

qualidade, capazes de atingir preços muito elevados, em mercados exigentes, de elevado poder de compra (e.g. o presunto do porco da raça Alentejano com engorda a bolota (Belo *et al.*, 2014; Coelho, 2010; Reis *et al.*, 2019). Mas, estes sistemas são muito frágeis (solos delgados, ácidos, com baixos teores de matéria orgânica e baixa capacidade de retenção de água, sujeitos a elevada radiação solar e secas frequentes), sendo crucial que a exploração agro-silvo-pastoril não degrade o capital natural (e.g. saúde dos solos e regeneração das quercíneas), de forma a não comprometer os rendimentos futuros (altamente dependentes da cortiça e da bolota, mas não só). Simultaneamente aos cuidados a ter com práticas não danosas dos recursos naturais (solos e arvoredo), a manutenção dos montados implica um conjunto de investimentos que assegurem, nomeadamente, a renovação das quercíneas, o controle do mato, o estado sanitário e produtivo das árvores (e.g. podas e cortes sanitários).

Os resultados de estudos realizados na década de oitenta do século XX, sobre a economia das *dehesas* e dos montados, vieram demonstrar que, nalguns casos, há uma ausência de investimentos necessários à conservação e renovação dos montados e *dehesas*, porque os rendimentos de exploração e a liquidez não permitiam assegurar os investimentos necessários à manutenção do potencial produtivo (Campos, 1984; Coelho, 1989 e 1994a). Nestas situações, a falta de liquidez era suprimida à custa do não investimento, e era possível assegurar uma rentabilidade económica positiva graças aos ganhos de capital (devido ao aumento do preço da terra). Isto significa uma extensificação destes sistemas produtivos agrosilvopastoris, e de insustentabilidade de rendimentos futuros.

As problemáticas da gestão dos montados, de sobro ou de azinho, dependem, em grande parte, de serem um bem patrimonial, a que estão associadas as questões da apropriação privada e dos fluxos de capital (Coelho, 1994b). Isto é, a sustentabilidade dos montados depende da lógica de gestão do proprietário fundiário. O presente texto apresenta os resultados de um estudo sobre a lógica de gestão do património fundiário dos montados no Alentejo, baseado em quatro casos de estudo.

2. A questão da lógica económica do latifúndio

A questão da lógica económica dos proprietários de montados relaciona-se com o debate sobre a racionalidade económica dos *proprietários de latifúndios* do Sul de Portugal e de Espanha, pela extensão da estrutura fundiária e pela forma de exploração extensiva. Era um debate sobre a racionalidade económica e sobre o próprio conceito de latifúndio. O termo deriva da palavra latina *latifundium*¹⁰⁴, mas que *foi muitas vezes utilizado com conteúdos e implicações não totalmente coincidente* (Baptista, 2010), havendo sempre uma ligação entre a grande dimensão da unidade produtiva (o *latifudium*) e a forma de exploração extensiva da terra

¹⁰⁴ do latim *latus*, -a, -um, largo, extenso, vasto + *fundus*, -i, propriedade, terra, herdade. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (<https://dicionario.priberam.org/>).

(na perspetiva económica). A realidade e o conceito também foram evoluindo, sobretudo a partir da designada decadência do *regime de latifúndio*, no início dos anos 60 do séc. XX, causado pelo decréscimo do excesso de mão-de-obra assalariada (devido ao êxodo rural) e ao elevado crescimento dos salários dos trabalhadores rurais. Expandiu-se o *capitalismo agrário*, mantendo-se, no entanto, as propriedades fundiárias de grande extensão (designadas herdades no Sul de Portugal). Vários autores estudaram o latifúndio com o intuito de compreender o porquê da manutenção desta estrutura fundiária, perante uma mudança acentuada nos modelos de exploração agrícola (modernização das técnicas e intensificação do cultivo), e de compreensão das relações laborais e de grupos sociais (abordagem sociológica) (Baptista, 2010¹⁰⁵; Bernal, 1988; Martinez-Alier, 1968; Naredo *et al.*, 1975, Reis, 1993; Romero, 1988; Sumpsi, 1980).

Nos primeiros estudos de economia agrária, o latifúndio surge associado a uma exploração com a maximização da extensificação, com baixos investimentos de capital fundiário e fixo, e até com falta de iniciativa ou *sem justificação económica* (Lima Bastos, 1936; Henrique de Barros, 1948; e Castro Caldas, 1947 e 1960; citados por Baptista, 2010). Pereira, numa comunicação afirmou explicitamente que no latifúndio *a mão-de-obra é utilizada no mínimo indispensável e só em certas épocas do ano; o capital fixo traduz-se por baixa densidade pecuária e reduzido índice de mecanização; o capital circulante é empregado a níveis modestos* (Reis, 1984). Era o conceito de uma agricultura praticada em largas extensões de terra, de forma muito extensiva, não modernizada e sem uma racionalidade económica. Era definida, nos termos de Naredo *et al.* (1975), por *uma exploração agrícola [que] junta à grande extensão a utilização de uma técnica produtiva atrasada, relativamente ao tempo e ao espaço em que está situada, em detrimento da sua rentabilidade*.

Juan Martinez Alier (1968), analisa a estabilidade do latifundismo, na campina de Córdoba, no período do capitalismo agrário, onde ocorre uma intensificação cultural. Analisa os sistemas de produção e as motivações dos proprietários de latifúndios, concluindo pelo predomínio de uma racionalidade económica rentabilista (de mentalidades e decisões de gestão). Foi esta lógica económica que permitiu o ajustamento produtivo na campina cordovesa, com a manutenção da estrutura fundiária de extensa dimensão. António Bernal (1988) também estudou o latifúndio na Andaluzia, na perspetiva histórica e evolutiva, na sua racionalidade e funcionalidade, e no seu efeito sobre o mercado de trabalho e desemprego nos anos mais recentes (à data do estudo). Apesar da complexidade e dificuldades do estudo (ao nível da conceptualização teórica, dificuldades metodológicas e natureza das fontes de informação), o autor concluiu também que, de uma forma geral, existia uma racionalidade económica rentabilista na gestão destes domínios fundiários, o que permitiu a sua sobrevivência, e até um crescimento continuado. José Romero (1988), a partir de casos de estudo, também concluiu pela existência de uma racionalidade rentabilista, que era intrínseca ao comportamento dos agricultores proprietários de latifúndios. O autor afirma a manutenção do latifúndio, não como um sistema produtivo

¹⁰⁵ Publicação da comunicação apresentada, em 1979, no Seminário "A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica".

baseado no absentismo e ausência de uma lógica económica, mas sim como uma estrutura fundiária de grande concentração de terras em poucos proprietários, num contexto de grande abundância de mão-de-obra forçada ao desemprego. Ainda relativamente ao estudo das grandes explorações agrícolas na Andaluzia, José Maria Sumpsi (1980) analisa a intensificação cultural na campina, através da inovação tecnológica, em especial a mecanização, alteração no regime de rotações e de novas culturas, concluindo que estes proprietários atuavam com critérios rentabilistas, reagindo com uma lógica empresarial relativamente às mudanças no sistema económico e às políticas agrícolas.

Fernando Batista (1979¹⁰⁶) analisou a economia do latifúndio em Portugal, concluindo que o proprietário fundiário seguia uma racionalidade rentabilista, e que o latifundismo correspondia a um regime de utilização da terra que era *função da maximização, pelo menos tendencial, dos proventos do detentor da posse da terra*. Também Jaime Reis (1984) demonstrou que *o latifundiário alentejano (a longo prazo e de uma forma consistente) teve como princípio orientador da sua actuação a maximização do rendimento por todas as formas possíveis*. Segundo este critério rentabilista, os grandes proprietários fundiários de montados irão explorar por conta própria e ou arrendar a sua herdade em função da maximização dos seus rendimentos, que corresponde ao rendimento fundiário.

No entanto, os autores acima citados, que reconhecem a existência de uma racionalidade económica rentabilista, também referem que estávamos perante uma racionalidade “imperfeita”, e alguns referem a existência de situações de extensificação do cultivo e investimentos abaixo do expectável numa lógica económica maximizadora do lucro. Por exemplo, Romero (1988) refere mesmo que a racionalidade rentabilista do sistema económico vigente, não significava uma racionalidade “perfeita”. Martinez-Alier (1968), também refere a “imperfeição” rentabilista, afirmando que a atitude “rentabilista” predominava, a par de atitudes “patriarcais” e de atitudes “absentistas”. Indicava também a dificuldade na aplicação da lógica económica rentabilista, em virtude das dificuldades de cálculo e aplicação dos custos e benefícios marginais. Campos (1984), reconhecendo implicitamente a existência de uma racionalidade económica dos proprietários, na sua análise da economia das *dehesas*, referiu que a grande propriedade dominante nas explorações de *dehesas* não favorece a gestão empresarial, e que nalguns casos são geridas com critérios não rentabilistas. Ainda Campos e Sesmero (1986), numa análise a seis *dehesas* da Extremadura espanhola, referem que os casos estudados correspondem a *dehesas* geridas com critérios empresariais, mas que existem unidades produtivas que subutilizam os recursos, sem justificação económica nem financeira, devido a diversos fatores, entre os quais, destacam a aversão ao risco e a baixa formação empresarial de muito proprietários de *dehesas*

A par destas imperfeições e exceções, há que referir a extensificação cultural nalgumas manchas de terra, com piores condições de cultivo e de fertilidade,

¹⁰⁶ Trabalho republicado em Baptista (2010).

como sucede na grande maioria das terras de montado (e das *dehesas*, em Espanha). Por exemplo, Baptista (2010), refere que com o declínio do latifúndio e o fim do seareiro, passou-se da extensividade do latifúndio para a intensificação do cultivo nas melhores terras, e para a condução das manchas com piores condições de produção para a coutada, florestamento, extensificação do cultivo com algum gado ou para o abandono das terras ao mato.

Assim, temos com o declínio do *latifundismo* e crescimento do *capitalismo agrário*, o fim do latifundismo como um regime absentista e à margem de uma lógica económica rentabilista, mas persistem exceções e imperfeições na racionalidade empresarial dos grandes proprietários fundiários (e.g. Campos *et al*, 1986; Romero, 1988), a par, de uma extensificação produtiva nas terras de *dehesa* e montado (Baptista, 2010), e de baixos níveis de investimento nas explorações de montado e *dehesas* (e.g. Coelho, 1989 e 1994a; Campos, 1984). Temos assim, uma lógica económica dos proprietários de latifúndios, maximizadora do rendimento, pelo menos tendencialmente, que pode coexistir com o subemprego de fatores de produção, não seguindo um critério de rentabilização económica estrita, ou mesmo sem uma racionalidade económica. Face ao exposto, colocaram-se duas hipóteses sobre a racionalidade dos proprietários fundiários de montados de sobro e de azinho: i) maximização do rendimento fundiário ajustando o aparelho de produção e o sistema produtivo nesse sentido, ou ii) maximização do rendimento fundiário dentro de uma estrutura produtiva na qual o capital de exploração e o trabalho são empregues numa proporção abaixo do nível maximizador do rendimento. Isto significa que é plausível colocar a hipótese dos proprietários de montados no Alentejo serem maximizadores do rendimento fundiário, mas terem também como objetivos a minimização do investimento e ou do trabalho.

A resposta a esta questão foi o objetivo do estudo que se apresenta neste texto: **identificar os objetivos que orientam a gestão do grande património fundiário privado de montados de sobro e de azinho no Alentejo.**

2. Metodologia e os casos de estudos

2.1. Metodologia:

Tendo em consideração o objetivo do estudo, recorreu-se a uma metodologia que permitisse **modelar a otimização** de mais do que um objetivo, e depois **comparar os resultados da simulação multicritério com os resultados económicos reais de quatro herdades em estudo**. Para a otimização dos três objetivos – **maximização do rendimento fundiário, minimização do investimento e minimização do trabalho** – recorreu-se à programação multiobjectivo, em que se obtém um conjunto de soluções ótimas, no sentido de Pareto (ou soluções eficientes) (Romero e Rehman, 1989). Uma solução eficiente, corresponde a uma solução em que não é possível melhorar um objetivo, sem pior um outro. Para a obtenção do conjunto de soluções eficientes, recorreu-se à técnica das restrições da programação multiobjectivo (*idem*). As várias soluções ótimas foram obtidas através da maximização da função rendimento fundiário, sujeitando ou não, a

maximização desta função a diferentes níveis de restrição das funções trabalho e investimento. No limite, com a máxima restrição de trabalho e ou investimento, atingimos o nível mais baixo do uso destes fatores. Se não restringirmos qualquer uma destas duas funções, não há qualquer minimização do emprego destes dois fatores primários, dependendo a lógica de gestão apenas da maximização do rendimento fundiário.

Seguindo a metodologia apresentada, obteve-se, para cada caso estudado, um conjunto de soluções eficientes. Posteriormente procurou-se identificar, através dos coeficientes de associação, qual das soluções estava mais próxima da situação real da herdade em estudo. **A partir da identificação da solução eficiente, identificámos os objetivos de gestão fundiária.** A fim de nos precavermos da possibilidade do modelo conduzir a uma solução semelhante à realidade, mas em que os objetivos de gestão não correspondiam ao indicado pelo modelo, interrogámos os proprietários dos montados a fim de confirmar se aqueles objetivos integravam a sua lógica de gestão fundiária.

Um problema de programação multiobjetivo pode ser expresso matematicamente por:

$$\text{Ef. } Z(X) = [Z_1(X), Z_2(X), \dots, Z_q(X)]$$

Sujeito a $X \in F$

em que Ef. significa a busca das soluções eficientes, Z representa o vetor das funções objetivo e F representa o espaço de soluções possíveis.

O conjunto de soluções eficientes encerra uma conflitualidade entre os objetivos de decisão porque não é possível passar de uma solução a outra sem piorar pelo menos um dos objetivos. Depois da determinação do conjunto eficiente procura-se a melhor solução de compromisso que será selecionada como a solução eficiente preferida.

O conjunto eficiente pode ser determinado através de várias técnicas, entre as quais o método das ponderações, o método das restrições, o método de NISE (Romero e Rehman, 1989). No presente estudo aplicou-se a técnica das restrições segundo a qual se optimiza uma função objetivo sujeita às variáveis de decisão pertencerem ao domínio das soluções possíveis e a outra ou outras funções objetivo serem restringidas a diferentes níveis.

O método das restrições pode ser expresso matematicamente por:

Maximizar [ou minimizar] $Z_k(X)$

Sujeito a $X \in F$

$$Z_q(X) \geq [\text{ou } \leq] L_q \quad q = 1, 2, \dots, k-1, k+1, \dots, q$$

em que maximiza, ou minimiza, uma das funções objetivo - $Z_k(X)$, condicionada pelas restrições - L_q , impostas às outras funções objetivo - $Z_q(X)$, e as variáveis de decisão pertencerem ao espaço das soluções possíveis - F .

A partir do conjunto eficiente é escolhida a melhor solução de compromisso que será determinada em função das preferências do decisor. Neste caso também existem vários métodos de seleção, das quais destacamos a programação de compromisso que tem sido aplicada a vários problemas do sector agrário, em complemento da programação multiobjetivo. A programação de compromisso assume que o decisor prefere a solução que esteja mais próxima do ponto ideal, isto é, aquele ponto no qual seria possível otimizar simultaneamente todas as funções objeto. No presente estudo, não houve a escolha de uma solução - a preferência do decisor -, mas sim a identificação da que estava mais próxima da situação real - a solução relevadora da escolha do proprietário daquele montado.

O rendimento fundiário, função económica a maximizar, é definido como o rendimento bruto menos as despesas efetivas e o juro do capital de exploração (Barros e Estácio, 1972). O rendimento fundiário pode ser determinado a partir das margens brutas das atividades existentes no sistema produtivo e dos encargos fixos do aparelho de produção, através da seguinte função:

Rendimento fundiário (u.m.) = margens brutas das atividades (incluindo os juros do capital circulante) - amortizações, reparações e conservações das máquinas e alfaías agrícolas (incluindo os juros do capital de exploração inanimado) - salários e encargos sociais pagos e atribuídos (incluindo os juros do capital circulante) - amortizações e conservações das benfeitorias;

Que pode ser expresso por:

$$RF(X_i, Y_j, Z_t) = \sum_i X_i \times MB_i - \sum_j Y_j \times AK_j - \sum_t Z_t \times MO_t - OCF$$

As variáveis não negativas X_i medem a intensidade das atividades agrícolas, pecuárias, florestais, de compra de bens e serviços, de venda de produtos e atividades de alimentos animais. As variáveis inteiras não negativas Y_j indicam o número de máquinas e alfaías agrícolas compradas e de construções. As variáveis Z_t são não negativas, podendo ser inteiras ou contínuas, e medem o número de trabalhadores permanentes ou as horas de trabalho eventual. Em Reis (1994) estão especificadas as variáveis consideradas em cada herdade. Os coeficientes económicos MB_i , AK_j e MO_t correspondem às margens brutas de cada atividade, amortizações unitárias e custos unitários da mão-de-obra, respetivamente. O escalar OCF quantifica todos os custos fixos não incluídos nas outras parcelas.

O investimento, objetivo a minimizar, é definido como o valor monetário dos bens duradouros - capital fundiário e capital fixo, incorporados na exploração agrícola durante o período em análise. Os investimentos considerados são os animais reprodutores, a aquisição de máquinas e alfaías agrícolas, a construção de infraestruturas e a florestação. Em Reis (1994) estão indicados os vários investimentos realizados, ou que o poderão ser, em cada herdade. Assim, temos:

Investimento (u.m.) = custo dos animais reprodutores + custo das plantações + custo das máquinas e equipamentos + custo das construções

pelo que a função investimento pode ser expressa por

$$K(X_i, Y_j) = \sum_i X_i^k \times INV_i + \sum_j Y_j \times INV_j + IC$$

As variáveis X_i^k medem a intensidade das atividades produtivas que empregam fatores fixos específicos - animais reprodutores e plantações; as variáveis Y_j foram definidas acima aquando da descrição do apuramento do rendimento fundiário; a constante IC representa o investimento em construções comuns (não específicas de nenhuma atividade, como por exemplo uma pocilga que é específica da produção de suínos) - charcas, aramados, armazéns, habitações.

O objetivo do estudo foi identificar os objetivos que orientam a gestão do proprietário fundiário e por isso o investimento será encarado do ponto de vista deste. Para tal, o investimento será o custo de mercado ou de produção de um bem duradouro subtraindo os subsídios ao capital, os quais dependem do tipo de investimento, do facto de ser zona desfavorecida e tipo de agricultor. Desta forma foi apenas considerada a parte do investimento realizado por conta do proprietário fundiário.

Por fim, o trabalho, objetivo a minimizar, é definido como todo o trabalho empregue na herdade. Assim, temos

Trabalho (horas) = horas de trabalho assalariado permanente + horas de trabalho assalariado eventual + horas de trabalho familiar

pelo que a função trabalho pode ser expressa por

$$L(Z_t) = \sum_t A_t \times Z_t^p + \sum_j Z_t^e + \sum_t X_t^{ot} \times OT_t + TF$$

As variáveis Z_t^p são inteiras não negativas e representam o número de cada tipo de trabalhador permanente - trabalhador agrícola indiferenciado, pastor, vaqueiro e porqueiro; as variáveis Z_t^e e OT_t são não negativas e medem as horas de trabalho eventual, sendo as segundas referentes ao trabalho cujo custo está incorporado nas margens brutas das atividades produtivas onde é empregado; o escalar TF é o somatório de todo o trabalho fixo permanente não contabilizado na primeira parcela (trabalho permanente), e podem ser trabalhadores familiares, feitor, guarda florestal, administrativos e podadores de azinheiras, sendo especificado em cada caso, qual o tipo de trabalho considerado nesta rubrica (ver em Reis, 1994).

É necessário um coeficiente de conversão porque o objetivo trabalho é contabilizado em horas e as unidades dos trabalhadores permanentes são o número de indivíduos empregados por ano. Esse coeficiente corresponde ao número de horas que cada trabalhador permanente pode trabalhar por ano.

A metodologia da programação matemática contempla um conjunto de restrições. No caso em estudo, cada modelo tem um conjunto de técnicas, relacionadas com a alimentação animal, máquinas agrícolas, trabalho, solo, produções florestais e benfeitorias com economia de escala. A descrição e exposição matemática das restrições de cada modelo podem ser consultadas em Reis (1994).

No presente estudo, a modelação de cada um dos casos de estudo, pode ser expresso por:

$$\begin{array}{l} \text{Maximizar RF } (X_i, Y_j, Z_l) \\ \text{Sujeito a } (X_i, Y_j, Z_l) \in S \end{array}$$

$$\begin{array}{l} K^*(Y_j) \leq \delta \\ L^*(Z_l) \leq \varepsilon \end{array}$$

em que maximiza o rendimento fundiário - $RF(X_i, Y_j, Z_l)$, condicionada pelas restrições impostas às funções investimento - $K^*(Y_j)$, e trabalho - $L^*(Z_l)$, e às variáveis de decisão pertencerem ao espaço das soluções possíveis - S .

O fator capital primário pode ser restringido a diferentes níveis - máquinas e alfaias agrícolas, plantações, etc., e por este motivo formulou-se uma função investimento K^* referente apenas ao investimento restringido em cada caso concreto e que é diferente da função investimento apresentada anteriormente e que contabiliza todo o investimento da herdade em estudo.

O fator trabalho foi restringido ao nível do emprego de trabalhadores permanentes e porqueiro, e num dos casos estudados restringiu-se também o emprego de trabalhadores na colheita de produtos florestais. Então surgiu uma função de trabalho L^* diferente da função trabalho apresentada anteriormente, no ponto relativo às funções objetivo, que contabiliza toda a mão-de-obra empregada na herdade.

2.2. Casos de estudo:

Relativamente à estrutura fundiária do montado alentejano existem poucas ou nenhuma estatísticas, mas em relação às explorações agrícolas existem vários dados do Alentejo. Os resultados do Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-54 indicam que no conjunto dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, as explorações com mais de 500 ha ocupavam mais de 50% da área de culturas arvenses e as explorações com área superior a 100 ha representavam mais de 80% da área de culturas arvenses (Baptista, 2010). Relativamente ao património fundiário, as grandes explorações e os grandes patrimónios fundiários tinham, e continuam a ter, um grande peso na superfície agrícola alentejana, havendo naturalmente uma relação estreita entre o peso do grande património e o peso da grande exploração. Podemos considerar que os montados alentejanos predominam nos patrimónios fundiários de grandes dimensões, razão pela qual considerámos patrimónios com áreas superiores a 400 hectares.

Face à existência de uma grande diversidade de sistemas produtivos montado, optou-se por quatro casos que no seu conjunto abrangessem a maior diversidade possível. São descritos abaixo, procurando enquadrá-los na tipologia dos sistemas produtivos montados do Alentejo (Coelho, 1989) e numa zonagem fitoclimática (Silva *et al.*, 1976).

O montado da herdade CN é um sobreiral com pastagens permanentes no sobcoberto e criação de ovinos, bovinos e suínos cevados em montanha ou vendidos em leitões. Situa-se numa zona de fitoclima submediterrâneo com solos arenosos do Pliocénico e inclui-se nas grandes explorações pecuárias com forragens.

Quadro 1. Características fitoclimáticas dos casos de estudo

	Fitoclima	Tipo de solo	Árvores	Sobcoberto	Gado
Montado CN	Submediterrâneo	Areias do Pliocénico	Sobreiro	Pastagem permanente	Bovinos Ovinos Suínos
Montado CR	Submediterrâneo X Iberomediterrâneo	Xistos do Carbónico	Azinhaira Sobreiro	Pousio Pastagens Cereais	Bovinos Ovinos Suínos
Montado VN	Iberomediterrâneo	Xistos do Carbónico	Azinhaira	Pousio	Ovinos
Montado VL	Submediterrâneo	Areias do Pliocénico	Sobreiro Pinheiros Eucalipto	Pousio	-

O montado da herdade CR é constituído por 85% de azinhal e 15% de sobreiral jovem. Grande parte do sobcoberto está de pousio, cerca de 75%, e a restante área é cultivada com cereais (trigo, tritcale e aveia), tremocilha, pastagens anuais e um prado de trevos. É um montado com pecuária extensiva com ovinos, bovinos e suínos em regime de montanha. A herdade está situada numa zona de fitoclima de transição entre o submediterrâneo e iberomediterrâneo, e tem solos de xisto do Carbónico. Segundo a tipologia de Coelho, o montado CR integra-se nas explorações patronais mistas cereal-gado.

O montado da herdade VN é um azinhal em que o sobcoberto está de pousio ou é semeado com trigo. O proprietário arrenda o montado para a criação de ovinos e para a caça. Este azinhal está numa zona de fitoclima iberomediterrâneo e o solo é constituído por xistos do Carbónico e o seu sistema produtivo insere-se na grande agricultura mista extensiva.

O montado da herdade VL é explorado apenas com atividades florestais, em que existem várias espécies: sobreiro, pinheiro manso, pinheiro bravo e eucalipto. O sobcoberto está em pousio e não existe qualquer atividade pecuária. Tal como o montado CN, situa-se num fitoclima submediterrâneo e os solos são arenosos do Pliocénico. Este sistema produtivo integra-se nas grandes explorações de floresta.

Abaixo apresenta-se um quadro-resumo, com a identificação de cada um dos casos de estudo de acordo com a tipologia definida por Coelho (1989). Os indicados da estrutura produtiva correspondem a cada um dos tipos de sistema produtivo de montado, definidos por Coelho (*idem*).

Quadro 2. Características das tipologias de montado associadas aos casos de estudo

	Grandes explorações pecuárias com forragens	Explorações patronais mistas cereal-gado	Grande agricultura mista extensiva	Grandes explorações de floresta
Caso estudado	CN	CR	VN	VL
Superfície florestada/superfície total (%)	34	28	21	81
Explorações não mecanizadas (%)	2	2	9	14
Área conta própria/superfície total (%)	82	51	50	44
Área renda/superfície total (%)	17	47	48	53
Área parceria/superfície total (%)	1	2	2	3
Cabeças normais/hectare de sup. agrícola útil	0,22	0,27	0,15	0,11
UTA assalariada por exploração	9,80	8,80	2,80	3,30
Espécie pecuária dominante	Bovinos	Bovinos	Ovinos	Ovinos

4. Principais resultados e conclusões**4.1. Conjunto eficiente do CN:**

Quadro 3. Valores das variáveis de decisão não nulas nos pontos eficientes e situação real do caso CN.

Variáveis de decisão	Real	Ponto A	Ponto B	Ponto C	Ponto D	Ponto E
Ha pastagem natural	156	177	284	396	256	396
Ha prado consociado	290	269	140	0	176	0
Ha feno	10	19	8	0	8	0
Ha pasto nat. vendido	0	0	0	396	0	396
Ha limpos de mato	0	0	22	50	14	50
Arrobas cortiça tirada	6290	6290	6290	6290	6290	6290
Nº ovelhas	60	210	0	0	400	0
Nº vacas	67	90	88	0	0	0
Nº bovinos em engorda	9	0	2	0	0	0
Nº suínos montanheira	10	10	10	0	10	0
Nº suínos para leitões	10	10	10	0	10	0
Horas aluguer tractor	0	0	0	0	247	175
Horas aluguer reboque	0	0	0	0	123	107
Horas aluguer gadanh.	15(1)	19	8	0	8	0
Horas aluguer enfard.	-	13	5	0	5	0
Kg de aveia comprada	2075	3668	0	0	0	0
Kg de milho comprado	2877	2300	2300	0	2300	0
Fardos palha comprada	1933	11107	7460	0	0	0
Nº tractores compradas	2	1	1	1	0	0
Nº reboques comprados	2	1	1	1	0	0
Horas trabalho eventual	3861	3021	3383	3030	3484	3030
Nº de pastores	Dois	2	1	0	1	0
Rendimento fundiário (u.m.)	22 394	25603	25531	22616	25163	22584

No ponto eficiente A não se restringe nenhum dos objetivos de decisão. No ponto eficiente B restringe-se o trabalho, permitindo a contratação de um trabalhador permanente. No ponto eficiente C restringe-se todo o trabalho permanente, mas não se limita o investimento. No ponto eficiente D é restringido parcialmente o investimento, não sendo permitido a compra de qualquer máquina

ou alfaia agrícola. No ponto eficiente E restringe-se todo o tipo de investimento e de trabalho permanente. Os pontos eficientes A e B são os mais próximos da situação real, tendo-se procedido a uma análise comparativa dos sistemas definidos por estes dois pontos com o sistema existente à data. O sistema A difere do sistema B no emprego de dois pastores no primeiro e de um no segundo. A compra de maquinaria é a mesma nos dois sistemas. O aparelho de produção do sistema A está mais da situação real do que o do sistema B, e o modelo estimou um rendimento fundiário no ponto A muito próximo da realidade, permitindo concluir que existe uma grande semelhança entre o ponto eficiente A e a situação real. O sistema definido por este ponto é o resultado de tomadas de decisão em função da maximização do rendimento fundiário sem qualquer restrição ao trabalho ou ao investimento.

4.2. Conjunto eficiente do CR:

Quadro 4. Valores das variáveis de decisão não nulas nos pontos eficientes e situação real do caso CR.

Variáveis de decisão	Real	Ponto A	Ponto B	Ponto C	Ponto D	Ponto E
Ha alqueive	178	166	165	179	102	179
Ha trigo	57	33	33	36	20	36
Ha tritcale	9	0	0	0	0	0
Ha aveia	63	108	89	120	37	120
Ha tremocilha	9	0	0	0	0	0
Ha pastagem natural	291	383	317	289	443	289
Ha prado de trevos	85	0	85	85	85	85
Ha feno	23	25	26	6	28	6
Ha restolho vendido	0	0	0	142	0	142
Ha instalação sobro	90	0	90	90	90	90
Arrobas cortiça tirada	182	200	200	200	200	200
Nº ovelhas	563	600	600	600	1 060	600
Nº vacas	97	90	90	0	0	0
Nº marrãs	6	10	5	5	5	5
Horas aluguer tractor	0	194	189	220	463	811
Horas aluguer reboque	0	0	0	0	157	361
Horas aluguer gadanheira	0	0	0	13	55	13
Horas aluguer enfardadeira	0	0	80	85	48	85
Horas aluguer ceifeira-debulhadora	0	0	0	0	46	124
Kg aveia vendida	7843	92609	81071	121660	9634	121660
Fardos palha vendida	0	0	0	8665	3394	8665
Kg milho comprado	1833	0	0	0	0	0
Fardos palha comprada	3017	6552	8545	0	0	0
Nº tratores comprados	3	1	1	1	0	0
Nº reboques comprados	2	1	1	1	0	0
Nº gadanheiras compradas	1	1	1	0	0	0
Nº enfardeiras compradas	1	1	0	0	0	0
Nº ceifeira-debulhadora compradas	1	1	1	1	0	0
Horas trabalho eventual	770	2010	1920	1960	1353	1960
Nº pastores	2	2	2	1	2	1
Nº porqueiros	1	1	1	1	1	1
Rendimento fundiário (u.m.)	8532	8650	7410	6520	5821	4688

No ponto eficiente A não se restringiu nenhum dos objetivos de decisão, isto é, maximizou-se o rendimento fundiário sem nenhuma restrição ao investimento nem ao trabalho. No ponto eficiente B não se limitam os objetivos minimização do trabalho ou do investimento, mas limita-se a atividade de suínos de montanha

a cinco marrãs e impõe-se a florestação com sobreiro em noventa hectares e a instalação de prado de trevos em oitenta e cinco hectares. As três restrições foram introduzidas para que os sistemas descritos pelo modelo se aproximassem mais da realidade, sem, contudo, esquecer as condicionantes dessas mesmas restrições. No ponto C manteve-se as restrições às atividades suínos de montanha, instalação de prado de trevos e florestação com sobreiros e limitou-se o trabalho ao emprego de um trabalhador permanente. No ponto D manteve-se as restrições às atividades suínos de montanha, instalação de prado de trevos e florestação com sobreiros e limitou-se o investimento em máquinas e alfaia agrícolas. No ponto E consideraram-se todas as restrições que surgiram nos casos anteriores: restrições às atividades suínos de montanha, instalação de prado de trevos e florestação com sobreiros, limitações ao trabalho permanente com o emprego de um trabalhador e restrição à compra de máquinas e alfaia agrícolas. A análise comparativa - comparação dos sistemas, aparelhos de produção e rendimentos fundiários - entre a situação real e os pontos eficientes descritos pelo modelo permite-nos concluir que existia uma grande semelhança entre o ponto eficiente B e a situação real. O sistema definido por este ponto eficiente é função da maximização do rendimento fundiário sem qualquer restrição ao trabalho ou ao investimento, mas com algumas restrições não eficientes.

4.3. Conjunto eficiente do VN:

Quadro 5. Valores das variáveis de decisão não nulas nos pontos eficientes e situação real do caso VN.

Variáveis de decisão	Real	Ponto A	Ponto B	Ponto C	Ponto D	Ponto E
Ha alqueive	70	73	56	112	56	56
Ha trigo	55	59	41	112	56	56
Ha feno	0	14	15	0	0	0
Ha pastagem natural	267	246	280	168	280	280
Ha pasto natural vendido	337	0	0	280	336	336
Ha restolho vendido	55	0	0	112	56	56
Ha renda para caça	392	392	392	392	392	392
Nº ovelhas	0	333	351	0	0	0
Nº marrãs	0	3	3	3	3	0
Horas tractor alugado	361	3	310	67	302	302
Horas gadanheira alugada	0	14	15	0	0	0
Horas enfard. alugada	29	38	28	56	28	28
Horas ceifeira-debulhadora alugada	71	71	49	134	67	67
Kg milho comprado	0	6750	6750	6750	6750	0
Nº tractores comprados	0	1	0	1	0	0
Nº reboques comprados	0	1	0	1	0	0
Construção pocilga	0	1	1	1	1	0
Horas trabalho eventual	518	870	745	1029	586	586
Nº pastores	0	1	1	0	0	0
Nº porqueiros	0	1	1	1	1	0
Rendimento fundiário (u.m.)	212	1981	1559	1283	436	206

O ponto eficiente A não é restringido em nenhum dos objetivos de decisão. No ponto eficiente B é restringido o investimento ao nível da compra de máquinas e alfaia agrícolas. No ponto eficiente C restringe-se o trabalho através da limitação

à contratação de pastores e de trabalhadores agrícolas permanentes. No ponto eficiente D é restringido parcialmente o investimento e o trabalho através da limitação da compra de máquinas e alfaias agrícolas e da contratação de pastores e de trabalhadores agrícolas permanentes. No ponto eficiente E restringe-se todo o tipo de investimento e limita-se o fator trabalho ao feitor e ao trabalho eventual. O sistema real à data era equivalente ao descrito no ponto eficiente E, o qual é função da maximização do rendimento fundiário e da minimização do investimento e do trabalho. No ponto E não se realiza qualquer tipo de investimento em animais, máquinas e alfaias ou construções e só se emprega o feitor e trabalhadores eventuais para o cultivo de trigo e para a manutenção do azeiteiro.

4.4. Conjunto eficiente do VL:

No ponto eficiente A não se restringe nenhum dos objetivos de decisão. No

Quadro 6. Valores das variáveis de decisão não nulas nos pontos eficientes e situação real do caso VL.

Variáveis de decisão	Real	Ponto A	Ponto B	Ponto C	Ponto D	Ponto E
Ha pastagem natural	2095	1558	1558	1558	1558	2858
Ha pastagem natural vendida	300	0	1558	0	1558	2858
Ha feno	0	40	0	40	0	0
Ha limpos de mato	204	173	173	173	173	173
Ha florestados com eucalipto	732 ⁽¹⁾	1260	1300	1260	1300	0
Nº ovelhas	0	600	0	600	0	0
Nº vacas	0	180	0	180	0	0
Arrobas cortiça	20270	20270	20270	20270	20270	20270
Esteres madeira de pinho	3991	4000	4000	4000	4000	4000
Milhares pinhas	286	286	286	286	286	286
Horas aluguer tractor	0	24	0	24	0	606
Horas aluguer enfardadeira	0	26	0	26	0	0
Arrobas cortiça tirada empreitada	20270	20270	18140	20270	20270	20270
Esteres pinho abatido empreitada	3991	295	0	4000	4000	4000
Milhares pinhas colhidas empreitada	286	0	0	286	286	286
Arrobas cortiça tirada próprio	0	0	2 130	0	0	0
Esteres pinho abatido próprio	0	3705	4000	0	0	0
Milhares pinhas colhidas próprio	0	286	286	0	0	0
Kg aveia comprada	0	6000	0	6000	0	0
Fardos de palha comprada	0	16828	0	16828	0	0
Nº tractores comprados	2	1	1	1	1	0
Nº reboques comprados	0	1	1	1	0	0
Nº gadanheiras compradas	0	1	0	1	0	0
Horas trabalho eventual	261	13783	14490	1459	606	606
Nº pastores	0	2	0	2	0	0
Nº pastores com ajudantes	0	1	0	1	0	0
Rendimento fundiário (u.m.)	7 211	36589	34663	36034	34168	15216

ponto eficiente B é restringido o trabalho através da limitação do emprego de trabalhadores permanentes à exceção do guarda florestal. No ponto eficiente C também se restringe o trabalho, mas através do não assalariamento de trabalhadores para a exploração dos recursos florestais, o que significa que

a colheita da cortiça, pinha e madeira de pinho é feita de empreitada. No ponto eficiente D é restringido o trabalho ao nível da limitação do emprego de trabalhadores permanentes exceto o guarda florestal e de trabalhadores eventuais para a extração de cortiça, abate de pinheiros e apanha de pinha. No ponto eficiente E restringe-se o trabalho e o investimento. A limitação ao trabalho é igual ao caso do ponto eficiente D - limitação do emprego de assalariados para a colheita de produtos florestais e de qualquer trabalhador permanente exceto o guarda florestal, e o investimento seria totalmente restringido exceto a construção das charcas e dos furos que foram realizados há alguns anos e que o modelo considera como uma decisão consumada sem alternativas. O sistema à data era semelhante ao descrito pelo modelo no ponto eficiente D, o qual é função da maximização do rendimento fundiário restringindo o emprego de mão-de-obra. Portanto, segundo a descrição do modelo, as tomadas de decisão do proprietário fundiário são função da maximização do rendimento fundiário e minimização do trabalho.

5. Síntese, conclusões e considerações finais

No quadro abaixo, sintetizam-se os resultados obtidos nas análises dos quatro patrimónios fundiários de montado estudados, onde se indicam os objetivos de gestão dos proprietários fundiários.

Quadro 7. Objetivos presentes na gestão das herdades em estudo.

Objetivos de gestão fundiária	CN	CR	VN	VL
Maximização do rendimento fundiário	X	X	X	X
Minimização do trabalho			X	X
Minimização do investimento			X	

Os proprietários CN e CR orientam a gestão do seu património fundiário pela maximização do rendimento fundiário. No entanto, é de referir que o proprietário CR realizou alguns investimentos não rentáveis, mas porque tinha expectativas de serem economicamente viáveis e porque sobrevalorizou alguns benefícios futuros. O proprietário VN não realiza investimentos rentáveis - compra de máquinas e de animais reprodutores e opta por não empregar um pastor apesar de ser rentável a criação de ovinos. O proprietário VL não emprega pastores, apesar de ser rentável a pecuária extensiva, nem colhe os produtos florestais por conta própria optando por vendê-los “na árvore” ou recorrendo aos serviços exteriores de empreiteiros, em virtude de procurar minimizar o emprego do fator primário trabalhador. Em relação à herdade fundiária VL verifica-se que existe um subaproveitamento dos recursos, o proprietário arrenda para pastoreio apenas uma parte do pousio não explorando por conta própria nem arrendando a restante área.

Assim, podemos deduzir que **os proprietários fundiários analisados consideram a maximização do rendimento fundiário como um objetivo orientador da gestão da sua herdade face às condicionantes edafoclimáticas, tecnológicas e de mercado.** No entanto, **alguns proprietários fundiários consideram também a minimização do trabalho ou minimização do investimento.** Recordamos neste ponto que as soluções eficientes identificadas com a situação real foram obtidas a partir da maximização do rendimento fundiário e restringindo ou não os fatores primários capital e trabalho. Desta forma, o modelo multiobjectivo maximiza um resultado económico - rendimento fundiário, condicionado pelo dimensionamento do aparelho produtivo. Pelo exposto, a descrição do modelo multiobjectivo indica que os proprietários de montados estudados são maximizadores do resultado económico do seu património fundiário perante o aparelho de produção existente, podendo este estar dimensionado para a obtenção do máximo rendimento fundiário face às condições do mercado ou estar subdimensionado devido às limitações impostas pelas decisões do proprietário.

Nas quatro herdades analisadas, os proprietários são maximizadores do rendimento fundiário, mas a partir de apenas quatro casos de estudo, não poderemos inferir para o universo dos proprietários de montados. O que, em princípio, podemos assumir, é que a par da maximização do rendimento fundiário pode haver também uma gestão restritiva do emprego de mão-de-obra e ou de investimento. Isto significa que não há uma lógica económica simplesmente maximizadora do lucro, mas sim maximizadora do rendimento empresarial líquido, condicionado, ou não, a um subemprego de trabalho e ou capital, por uma opção deliberada do empresário-proprietário do montado.

As possíveis racionalidades económicas identificadas neste estudo, e a verificação de baixos níveis de liquidez e de rendimento de exploração (ou mesmos negativos), apurados nos estudos de Campos (1984, 1993) e Coelho (1989, 1994a, 1994b), indiciam um nível de investimento abaixo das potencialidades dos recursos fundiários e da manutenção da sua produtividade a longo prazo. Campos (1993), refere mesmo que a persistência das tendências de extensificação e de descapitalização dos recursos florestais nas *dehesas*, conduzirá a importantes perdas de rendimentos produtivos e de empregos, e a sociedade terá uma redução da oferta de bens e serviços ambientais. Os montados são agrossistemas frágeis, formados pela ação humana, sofrendo uma degradação pelo uso excessivo ou de más práticas (e.g. degradação do solo e da vegetação devido ao sobrepastoreio, descortçamento de forma danosa para a árvore, ou mobilização de forma inadequada), mas também pela falta de investimentos de manutenção (e.g. podas sanitárias ou de formação do arvoredo) ou de regeneração das quercíneas (e.g. adensamentos ou proteção das árvores mais jovens dos danos causados pelos animais). São também cruciais os investimentos nas várias atividades produtivas (e.g. criação de suínos em regime extensivo, com engorda em montanha), de forma a criar mais liquidez financeira e rendimentos produtivos, para assegurar mais emprego, investimentos que garantam a sustentabilidade e resiliência dos montados, e a criação de mais bens públicos e serviços do ecossistema.

Uma nota final para as políticas agrícolas e de desenvolvimento rural. Pelo exposto, são importantes e necessários os apoios aos investimentos florestais e produtivos nos montados, para assegurar a sua sustentabilidade e maior rentabilidade económica. No tocante aos apoios diretos ao rendimento, com ou sem condicionalidade, assim como as ajudas agroambientais ou silvoambientais, importa ter em atenção os resultados apresentados acima e os trabalhos de Pablo Campo e Inocência Seita Coelho. Isto é, um apoio ao rendimento não implica necessariamente que serão realizados os investimentos e as práticas conducentes à exploração mais eficiente, sustentável e resiliente do sistema produtivo agrosilvopastoril montado. Mesmo o caso dos apoios agroambientais, e outros apoios no âmbito do desenvolvimento rural, podem transformar-se em rendas fundiárias, sem os efeitos pretendidos com a medida política¹⁰⁷. Neste sentido é importante que os apoios públicos sejam orientados pelos resultados, nomeadamente os pagamentos por resultados ambientais. O atual Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal, já contempla uma nova medida agroambiental piloto, designada “Gestão do Montado por Resultados”, que visa a regeneração do Montado, remunerando a obtenção de resultados mensuráveis que expressem benefícios ambientais e climáticos (GPP, 2022). O passo seguinte deverá ser avaliar e ajustar, se necessário, a aplicação da medida, e integrar outros tipos de medidas aplicadas ao montado, como por exemplo, os apoios ao investimento.

Bibliografia

- Baptista, F.O. (2010). *Alentejo, a questão da terra*, Ed. 100Luz. Republicação do texto “Economia do latifúndio - O caso português”. In Barros, A. (coord.), *A agricultura latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980, pp. 341-372.
- Barros, H; Estácio, F. (1972). *Economia da empresa agrícola*, Luanda: Nova Lisboa, 617 p.
- Belo, C.C.; Coelho, I.S.; Rolo, J.C.; Reis, P. (2014). Sistemas agroflorestais em Portugal continental: Parte II: montados, condições de uso do solo e evolução. *Revista de Ciências Agrárias*, 37(2): 122-130.
- Bernal, A. M. (1988). *Economia e historia de los latifundios*, Madrid: Instituto de España, 235p.
- Campos, P. (1993). Valores comerciales y ambientales de las dehesas españolas. *Agricultura y sociedad*, ISSN 0211-8394, n.º 66, pp. 9-42.

¹⁰⁷ Numa auditoria às Medidas Agroambientais integradas no Programa de Desenvolvimento Rural do continente 2014-2020 (PDR 2020), o Tribunal de Contas (TC, 2021) concluiu que havia um cumprimento dos compromissos assumidos pelos agricultores quanto às práticas agrícolas utilizadas, mas referiu a necessidade de se avaliar se a aplicação das medidas produzia efetivamente uma melhoria qualitativa nos solos, na gestão da água e na conservação da biodiversidade. Isto é, havia, de uma forma geral, uma conformidade no tocante ao cumprimento dos processos contratualizados, mas há dúvidas quanto aos resultados das medidas políticas.

- Campos, P; Sesmero, J., 1986. Análisis económico de un grupo de dehesas de Extremadura 1983-84. In Campos, P.; Martín, M. (coord.), *Conservación y desarrollo de las dehesas portuguesas y españolas*. M.A.P.A. Secretaría General Técnica, pp. 487-534.
- Campos, P. (1984). *Economía y energía en la dehesa extremeña*. Série Estudos, Instituto de Estudos Agrários, Pesqueros y Alimentarios, 336p. ISBN 84-7479-308-4.
- Coelho, I.S. (2010). Economia da montanha, multifuncionalidade dos sistemas e sustentabilidade dos montados. *Pastos: Fuente Natural de Energía*, pp. 543-548.
- Coelho, I. S. (1994a). Economia do Montado - II. Análise Económica de Três Montados de Sobro Alentejano. *Silva Lusitana*, 2(2), Lisboa: EFN, pp. 133-141.
- Coelho, I.S.(1994b). Economia do Montado - I. Gestão Patrimonial - Gestão Multifuncional. *Silva Lusitana*, 2(1), Lisboa: EFN, pp. 69-83.
- Coelho, I. S. (1989). *O sistema produtivo montado - uma análise económico-contábil de um grupo de explorações agro-silvo-pastoris do Alentejo*, Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação - INIA, 638 p.
- GPP (2022). *Guia PEPAC Portugal*, v.1.2.
- ICNF (2015). *6º Inventário Florestal Nacional (IFN6)*. Relatório final.
- Martinez-Alier, J. (1968). *La estabilidad del latifundismo - análisis de la interdependencia entre relaciones de producción y conciencia social en la agricultura latifundista de la Campiña de Córdoba*, Ed. Ruedo Ibérico, 418 p.
- Naredo, J.M.; Ruiz-Maya, L.; Sumpsi, J.M. (1975). Superación del concepto de latifundio. *Cuadernos para el Diálogo*, número extra XLV, Espanha Agraria.
- Reis, J. (1984). *O atraso económico português (1850-1930)*, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Reis, P.; Coelho, I.S.; Parreira, M.J.; Giovanetti, M.; Alegria, C.; Máguas, C. (2019). Valorização de produtos mediterrânicos tradicionais: o contributo do projeto REALMed. *Vida Rural*, n.º 1848, ano 67, junho 2019, dossier técnico, pp 30-32.
- Reis, P. (1994). *Gestão do Património Fundiário no Alentejo - estudo de quatro montados de sobro e de azinho*. Dissertação de mestrado apresentado no Instituto Superior de Agronomia.
- Romero, C.; Rehman, T. (1989). *Multiple criteria analysis for agricultural decisions*, Amesterdão: Elsevier Science Publishers B. V., 257 p.

- Romero, J. J. (1988). *Cuarenta años de agricultura andaluza: un estudio de casos*, Córdoba: ETEA, 328 p.
- Silva, C., Carvalho, A.; Cruz, R. (1976). *Inquérito às explorações agrícolas do Baixo Alentejo*, Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 360 p.
- Sumpsi, J.M. (1980). Evolucion tecnológica y racionalidade económica en las grandes exploraciones de la campiña andaluza. In Barros, A. (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras: FCG/CEEA, pp. 303-340.
- Tribunal de Contas, 2021. *Auditoria às Medidas Agroambientais (PDR2020)*, Relatório n.º 8/2021, 2.ª Secção, 101 p.

A Pastorícia na Prevenção dos Fogos Rurais: uma estratégia para a Serra Algarvia¹⁰⁸

José Rocheta¹⁰⁹

Introdução

A associação entre a floresta e o pastoreio tem sido uma problemática envolta em algumas opiniões controversas. Haverá compatibilidade entre pastoreio e silvicultura? Alguns autores veem no pastoreio dos espaços florestais uma forma de reduzir a “combustibilidade” destes povoamentos, enquanto para outros se trata de um obstáculo ao desenvolvimento das árvores.

A atividade designada como pastoreio acarreta a ingestão de vegetais de natureza diferenciada, em diferentes estádios, nas superfícies que servem de habitat ou para as quais o rebanho é conduzido. A estratégia alimentar dos ruminantes é fortemente determinada pelo tipo de alimento vegetal – arbustivo ou herbáceo – que predomina nas suas dietas. O pastoreio ao nível do sob coberto florestal resulta em efeitos diversos provocados na vegetação, consoante as diferentes estratégias alimentares dos animais que são utilizados neste pastoreio.

Num clima mediterrâneo como o nosso, a associação da pastagem à floresta aporta muitos benefícios, dos quais se destacam: o crescimento da pastagem ocorre no inverno e primavera, quando em regra há água disponível no solo para as árvores, não representando a pastagem nenhuma concorrência; o pastoreio reduz a matéria seca que se acumula à superfície do solo, diminuindo o risco de incêndio; as pastagens permanentes protegem o solo e enriquecem-no em matéria orgânica e nutrientes; o custo de manutenção da floresta no que respeita ao controlo dos matos é reduzido se tiver pastagem no solo, e se incluir os animais nesta função; os sistemas silvopastoris ajudam a manter e até a fixar população. Tratar a questão entre floresta e pastoreio é conseguir combinar dois sistemas de organização (a intervenção florestal e a exploração animal), que devem ao longo do tempo partilhar um modelo territorial (povoamentos florestais e zonas de pastoreio) na prossecução dos seus objetivos distintos: para um a manutenção e regeneração das árvores e para outro a exploração animal.

Neste trabalho advoga-se o impacto positivo na defesa da floresta contra incêndios, que resulta do emprego de animais para efeitos de manutenção de áreas limpas, controlo dos matos ou redução da vegetação no sob coberto em povoamentos de maior ou menor densidade florestal, planeando e utilizando no espaço e no tempo as cargas de animais adequadas.

¹⁰⁸ Texto baseado na Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Zootécnica – Produção Animal, do Instituto Superior de Agronomia, concluído em 2011, com orientação do Professor Manuel Belo Moreira e coorientação do Investigador Inocêncio Seita Coelho

¹⁰⁹ Engenheiro Zootécnico iniciou a atividade profissional em Almodôvar num projeto de valorização dos recursos silvestres do Alentejo. Migrou para a área de Agronomia, integrando na atualidade o departamento técnico de uma associação de produtores agrícolas na região Oeste.

Para Moreira (2006) a remoção da biomassa a custos aceitáveis só é possível de duas formas: através do fogo prescrito ou pela pastorícia, mais concretamente por uma pastorícia dedicada a este fim. Soluções que, provavelmente, poderão ser aplicadas de forma complementar. Aponta ainda as seguintes vantagens da gestão silvopastorícia na prevenção dos incêndios:

i) Uma parte substancial dos respetivos custos podem ser compensados pelas receitas da produção animal, pelo que, mesmo na ausência de estudos comparados de custo/benefício das diferentes soluções, é muito provável que esta seja a técnica mais económica;

ii) Em relação à mera remoção física da biomassa, a pastorícia tem a vantagem de contribuir para o aumento da riqueza da matéria orgânica no solo e dá ainda um contributo suplementar para o aumento da biodiversidade, uma vez que fomenta as espécies vegetais e animais associadas ao pastoreio;

iii) Porque poderá servir de apoio à conservação das raças autóctones, mais rústicas, bem adaptadas ao terreno e menos exigentes em tratamentos e cuidados alimentares;

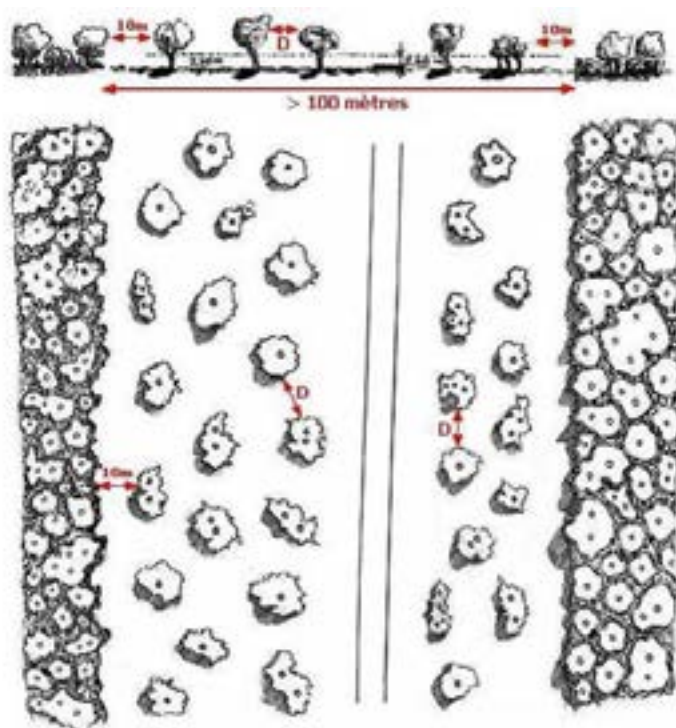
iv) E, finalmente, a articulação desta nova pastorícia com a produção florestal obriga a compartimentar a paisagem, promovendo-se um mosaico paisagístico muito mais interessante do ponto de vista turístico e ambiental.

Essa compartimentação, ao promover zonas de descontinuidade nas matas destinadas à pastorícia, pode garantir que não se acumule biomassa no verão, para que o fogo que eventualmente aí chegue seja mais fácil e eficazmente controlado. Todavia, esta articulação empreendedora entre a pastorícia e a prevenção dos fogos apenas acontece em áreas favorecidas onde seja possível criar um mercado que compense este tipo de serviços. Grande parte do nosso território é de propriedade de pequenos produtores florestais e de pequenos proprietários agrícolas, muitos dos quais extensificaram a agricultura ou já abandonaram grande parte das suas terras. Não se vê como, sem uma intervenção, (seja por parte do Estado, dos municípios ou de outras organizações com responsabilidade agroflorestal) poderá surgir um mercado para este tipo de serviço (Moreira, 2010).

Num cenário ideal, a gestão deve promover a pastorícia em unidades territoriais (parcelas, pousios, etc.) concretas, sobretudo naquelas que apresentam melhores recursos forrageiros, normalmente situadas em zonas de vale, junto a linhas de água ou em vertentes suaves expostas a norte. Através da instalação de pastagens ou da simples introdução de rebanhos de ovelhas e cabras com densidades controladas, fomenta-se uma gestão paisagística que integra a pastorícia na manutenção de espaços limpos que, por sua vez, constituem barreiras à passagem de eventuais incêndios. Em articulação com os dispositivos territoriais de defesa da floresta contra incêndios, propõe-se que seja desenvolvido um planeamento de faixas de gestão de combustíveis com as dimensões apropriadas (largura mínima de cem metros).

Podemos ver nesta figura a aplicação de técnicas silvícolas que favorecem a produção de pasto arbóreo no interior de um povoamento florestal, pela

Figura 1. Exemplo de faixa de gestão de combustível destinada à prevenção de incêndios. (Guiton e Kmiec, RCC nº. 4 e nº. 6, 2000/2002).



diminuição da densidade do arvoredo numa faixa com largura suficiente que permite pensar o aproveitamento dos pequenos ruminantes, em especial dos caprinos, para a prática da silvopastorícia na manutenção e adiamento de intervenções de corte mecânico da vegetação.

Sistemas silvopastoris inseridos na Defesa da Floresta Contra Incêndios

A política de defesa da floresta contra incêndios assenta então na definição de faixas de gestão de combustível (FGC) que interrompam povoamentos florestais e contribuam para a sua compartimentação. Integrado nas redes de faixas ou em áreas do território que assim o justifiquem, salienta-se a importância da manutenção de um mosaico de parcelas estrategicamente localizadas, sujeito à gestão dos vários estratos de combustível, diversificação da estrutura e composição da vegetação. Através destas interrupções na continuidade de cobertos florestais a propagação dos incêndios é contrariada, canalizada, e o desenvolvimento dos grandes fogos rurais limitado. A redução de combustíveis no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundária de FGC é uma intervenção essencial para garantir a eficácia da rede de defesa da floresta contra incêndios, e deve ser alvo de uma programação plurianual.

A elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e consequente execução recai essencialmente sobre as Câmaras Municipais. O trabalho desenvolvido por estas entidades tem contribuído para uma modificação que já se torna visível no interior do país, principalmente pela abertura de aceiros junto de algumas estradas e intervenções de limpeza de vegetação em linhas de descontinuidade entre espaços florestais. No entanto, a implementação de faixas de gestão de combustível que possam servir de apoio à atividade agrícola e silvopastoril, atividades indispensáveis à sustentabilidade económica destes espaços, é uma perspetiva de gestão que tem sido descurada aquando da sua execução, e que demora a surgir com sucesso por não ser uma possibilidade contemplada na altura do planeamento.

A noção de “faixa de gestão de combustíveis” que é defendida (veja-se a figura 1) compreende a manutenção de uma área de intervenção ao longo de zonas âncora¹¹⁰, que interrompa a continuidade entre maciços florestais através da afetação a usos não florestais e do recurso a atividades ou a técnicas silvícolas, com o objetivo principal de reduzir o perigo de incêndio. A manutenção deverá desejavelmente ser planeada com atividades geradoras de recursos financeiros como a silvopastorícia, a gestão cinegética, a recolha de biomassa para energia ou a agricultura. As intervenções de manutenção a serem planeadas para as redes de faixas e mosaicos de parcelas podem então passar pela definição de superfícies que beneficiem com a redução do fitovolume arbustivo e consequente diminuição da biomassa combustível (caprinos), bem como de parcelas que pelas suas características permitam a instalação/melhoramento de pastagens a serem utilizadas pelas explorações pecuárias. O enquadramento desta organização territorial com a prática de uma silvopastorícia voltada para a defesa da floresta contra incêndios permitiu que em França, a partir dos anos oitenta, ocorresse uma redução significativa da dimensão dos fogos rurais. Também algumas comunidades autónomas em Espanha começam a dar passos neste sentido, reconhecendo o papel ecológico e social da pastorícia; procurando estabelecer compromissos entre as populações rurais e os serviços regionais que tutelam as florestas, financiando a limpeza de manchas florestais através do pastoreio, etc. (Castro *et al.* 2008).

No seu relatório *Princípios Básicos de Luta Contra Incêndios na Floresta Particular Portuguesa*, Quintanilha (1965) contemplou uma proposta de grande contemporaneidade, que incluía entre outros:

- A redefinição da gestão florestal privada em “moldes novos” nas regiões florestais de minifúndio, constituindo zonas de intervenção (“polígonos florestais”) com dimensão suficiente para “encarar com realismo e eficiência a resolução de problemas de produção e conservação florestais”, designadamente através da introdução de medidas de silvicultura preventiva e de infraestruturação;

¹¹⁰ As zonas âncora são áreas onde se garante a remoção total ou parcial da biomassa florestal. Apresentam características de resistência aos incêndios, podendo ser desde espaços agrícolas a zonas urbanas ou pontos de água.

- Planeamento da infraestruturização dos espaços florestais e da sua defesa a um nível subregional (em superfícies de 50 a 60 mil hectares);
- Adoção de novos sistemas de prevenção e combate, assentes na profissionalização dos seus agentes, designadamente dos bombeiros e dos sapadores florestais;
- Indispensabilidade da revitalização social e demográfica das regiões florestais.

Presentemente, esta visão de reordenamento do território florestal é de certa forma concretizada no decreto-lei nº 15/2009 de 14 de janeiro, que revê o regime jurídico que estabelece a criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Este documento tem por base a lógica de que o território florestal deverá ser progressivamente ocupado por zonas de intervenção florestal, permitindo-se uma ampliação das competências das entidades gestoras. É ainda fundamentado no princípio de que existem inúmeras vantagens na associação da gestão dos espaços e usos florestais com outras utilizações agrícolas e pastoris, sendo necessário intervir de forma alargada no espaço rural, integrando floresta e outros sistemas produtivos envolventes.

Entende-se por zona de intervenção florestal a área territorial contínua e delimitada constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um plano de gestão florestal (PGF) e a um plano específico de intervenção florestal (PEIF) e gerida por uma única entidade. São definidos os espaços florestais como áreas ocupadas por arvoredos florestais de qualquer porte com uso silvopastoril ou os incultos de longa duração. Inclui os espaços florestais arborizados e os espaços florestais não arborizados. Entre os objetivos das ZIF interessa salientar a sua ação na infraestruturização do território, tornando-o mais resiliente aos incêndios florestais, garantindo a sobrevivência dos investimentos e do património constituído. Devem ainda contribuir para a concretização territorial das orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas, nos instrumentos de planeamento de nível superior, como o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, os planos regionais de ordenamento florestal (PROF), os planos diretores municipais (PDM), os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI), os planos especiais de ordenamento do território e outros planos que se entendam relevantes.

No nosso país, o ordenamento silvopastoril tem sido a mais negligenciada área de intervenção da gestão florestal. A atual ausência de propostas válidas de organização territorial sub-regional que satisfaçam simultaneamente os objetivos de proteção do solo, de produção lenhosa e animal e de conservação da natureza, num quadro de promoção socioeconómica das populações rurais, tem agravado a conflitualidade entre floresta e pastorícia, sendo mesmo a causa direta ou indireta de um número não negligenciável de incêndios florestais (Pinho *et al.*, 2006). As entidades gestoras das ZIF podem surgir como resposta a esta necessidade de ordenamento, detendo os instrumentos capazes de ser

utilizados na harmonização da relação entre alguns dos atores do espaço rural, como são os proprietários florestais e os produtores animais. A região do Algarve é representativa desta situação, existindo seis associações florestais que nos últimos anos conseguiram, faseadamente e contornando alguns obstáculos, criar dezasseis Zonas de Intervenção Florestal, com uma área que ronda os 61 557 hectares. Considerando que este valor não corresponde na totalidade à superfície ocupada com espaços florestais, ainda assim trata-se de uma área considerável em que as bases conducentes ao planeamento e organização florestal podem assumir uma visão regional. Desta forma, a gestão do território pode ser concertada segundo as diferentes aptidões de cada subregião, e eventualmente tende-se para a possibilidade de surgirem projetos com alguma escala no âmbito da gestão agrosilvopastoril.

Neste trabalho reflete-se sobre as vantagens de incluir a pastorícia na gestão dos espaços, pelo que realçamos a importância que as entidades gestoras das ZIF podem ter na promoção de parcerias entre pastores e proprietários rurais. No entanto, é necessário compreender como é que na prática podem ser definidos com viabilidade sistemas de gestão que incluam a pastorícia, com ou sem a instalação de pastagens, enquadrada nos planos de defesa dos territórios contra os incêndios. De modo a atingir este objetivo pode ser inevitável o envolvimento de entidades com apetência empresarial capazes de instalar unidades económicas de produção animal rentáveis ou então criar iniciativas dedicadas especificamente à DFCL, que não descurem o recurso ao pastoreio, cumprindo assim uma função de prevenção dos fogos rurais ao mínimo custo.

Enquadramento geográfico

Na região do Algarve, a serra ocupa cerca de dois terços do território e é considerada uma zona muito sensível, não só devido a fatores físicos como a seca e erosão dos solos, como também pelo fator humano, face ao êxodo e progressivo despovoamento que é bastante acentuado nas zonas interiores.

A diversidade do Algarve não tem uma correspondência direta na divisão administrativa do território, particularmente a nível concelhio. Para se conseguir uma aproximação desta subregião geográfica aos limites administrativos, adotamos a delimitação sugerida por J. Rolo e I. Coelho em 1988, definindo-se a Serra Algarvia como a zona que compreende os concelhos de Monchique (freguesias: Alferce e Monchique), São Brás de Alportel, Silves (freguesias: São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra e Silves), Loulé (freguesias: Alte, Ameixial, Querença, Salir, Tôr¹¹¹), Tavira (freguesias: Cachopo e Santa Catarina da Fonte do Bispo), Castro Marim (freguesias: Azinhal e Odeleite) e, por fim, o concelho de Alcoutim (freguesias: Alcoutim, Pereiro, Giões, Martim Longo, Vaqueiros).

¹¹¹ Tôr foi elevada a freguesia em 1997, tendo sido desanexada da freguesia de Querença.

Figura 2. Ilustração das subregiões geográficas do Algarve.



A família de solos mais representativa na subregião é a dos litossolos, de xistos ou grauvaques. Os litossolos são solos não evoluídos, com uma espessura efetiva que raramente ultrapassa os 10 cm. O território é caracterizado por uma grande proporção de área com limitações severas em relação à aptidão dos solos, que se revela pouco ou nada suscetível à atividade agrícola. Em alguns casos o solo não é passível de qualquer intervenção devido à ocorrência de afloramentos rochosos. Esta situação tem conduzido a uma ocupação do solo preferencialmente com floresta de proteção e recuperação ou com vegetação natural. A topografia irregular que caracteriza a Serra condiciona também o processo de formação dos solos, uma vez que favorece a erosão ao facilitar a remoção dos materiais de textura mais fina por escorrimento superficial. Esta é a razão fundamental para que a maioria dos solos desta zona sejam esqueléticos ou considerados solos em fases delgadas. Quase exclusivamente junto às linhas de água ou a vales encaixados é que ocorrem solos com capacidade de uso agrícola moderado, de textura mediana. Só pontualmente se encontram solos resultantes da deposição de materiais aluvionares, correspondendo normalmente a zonas planas que se adaptam facilmente a sistemas de regadio arvenses, hortícolas e pomícolas.

Uma das razões para a escolha da Serra, é esta subregião abranger o Nordeste Algarvio, considerado o solar da raça caprina Algarvia. A caprinicultura é tida como uma das principais atividades agrícolas nesta zona, devido à importância dos seus produtos: cabrito, leite e queijo. Neste trabalho que trata a importância da utilização dos pequenos ruminantes na prevenção de fogos rurais e intervenção no modelo paisagístico, os caprinos assumem especial relevância pelo seu comportamento alimentar e melhor eficácia de aproveitamento da vegetação existente, que na referida região se encontra em muitos locais sob a forma de pasto predominantemente lenhoso, sendo as cabras consideradas por alguns autores como os “bombeiros dos matos”.

Reportando-nos à área geográfica em questão, a Serra Algarvia, temos que a principal fonte de alimentação são as pastagens naturais de herbáceas e/ou arbustivas, podendo também os animais ser alimentados com recurso a culturas cerealíferas e restolhos, bem como alimentos conservados (palhas, fenos e silagens) ou, ainda menos frequentemente, em pastagens semeadas. Estes regimes de alimentação alternativos ou complementares da pastagem natural são determinados essencialmente pela época do ano e pelo nível produtivo que

se pretende dos animais. Os percursos de pastoreio podem ser longos e distantes, especialmente no verão, dada a menor disponibilidade de alimento e também ausência de chuvas, chegando a ser percorridas distâncias na ordem dos 7 Km. Não é grande a variedade da vegetação disponível para os animais, assumindo a esteva um papel principal. A apetência dos caprinos da raça Algarvia por esta arbustiva depende da época, sendo as flores (papoila) e os frutos (carapinha) suficientemente apreciados ao longo de todo o ano.

Propostas de gestão da silvopastorícia

Modelo à escala local

Promover a pastorícia como uma ferramenta da gestão florestal implica o cumprimento de dois princípios base. A instalação de sistemas silvopastoris deve:

- Acontecer em parcelas de terreno com aptidão forrageira¹¹², que disponibilizem alimento em quantidade e qualidade minimamente aceitáveis para a manutenção dos animais, ao longo do ano;

- Limitar a acumulação de biomassa herbácea e arbustiva nos espaços sujeitos a intervenção, com especial atenção caso integrem redes de defesa da floresta.

Integrar a pastorícia na gestão florestal é articular, no espaço e no tempo, o planeamento da gestão da diversidade de formações vegetais com aquele que concerne à alimentação do efetivo pecuário ao longo do tempo e em consonância com as suas necessidades. Neste contexto, diferentes parcelas de terreno podem revelar maior ou menor apetência para afetação ao pastoreio, num dado momento e segundo alguns parâmetros como o estado da vegetação, a topografia ou a fertilidade dos solos. O modelo DFCI/pastorícia é o resultado do encontro entre dois projetos dinâmicos, que se devem enriquecer um ao outro em vários momentos ao longo do tempo. De qualquer forma, a concretização desta operação não pode acontecer sem que sejam contabilizados um certo número de elementos biológicos, técnicos, sociais e económicos.

Qualquer projeto desta natureza exige um estudo cuidado das áreas onde vai ser instalado o sistema, o que envolve uma análise da biodiversidade existente, do grau de coberto florestal, das características do solo quanto à erosão e fertilidade, do seu posicionamento em relação a parcelas ou faixas pertencentes aos dispositivos territoriais de prevenção, da distância a outras áreas de pastagem ou à exploração pecuária, entre outros.

A adoção de modelos de gestão da silvopastorícia à escala local exige que a atividade dos gestores florestais, entenda-se quadros técnicos das ZIF, integre a pastorícia desde as vertentes técnicas àquelas mais burocráticas envolvendo a elaboração de projetos que conciliem e defendam os interesses tanto de

¹¹² Considera-se aptidão forrageira a aptidão potencial da produção vegetal de uma determinada área, na produção de alimentos para suporte da vida animal, tanto para espécies domésticas como para as selvagens.

proprietários/produtores florestais como dos pastores. Para tal é necessário promover o diálogo entre estas partes, estimulando a exploração de sinergias e a concretização de projetos viáveis. Neste âmbito, tende-se para que entre as competências das entidades gestoras se venham a encontrar as seguintes:

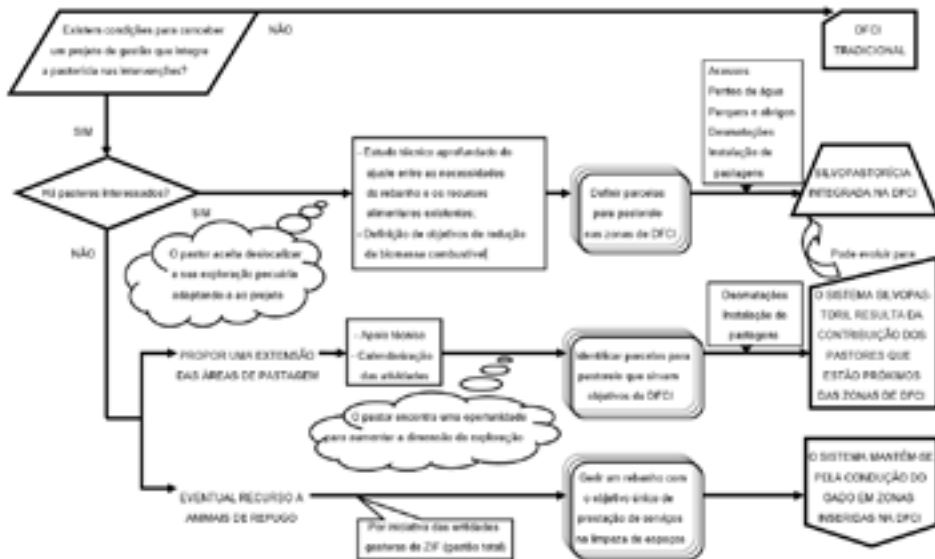
1. Selecionar as áreas objeto de intervenção e definição dos objetivos de defesa da floresta contra incêndios nas unidades de gestão;
2. Identificar percursos de pastorícia e/ou de instalação de pastagens melhoradas na perspetiva de diminuição dos riscos de incêndio na periferia das áreas populacionais;
3. Implantar no mapa à escala concelhia, como exemplo tipo, as áreas a intervir;
4. Levantamento da agricultura e floresta, a partir do cadastro da propriedade rústica, identificando nas áreas a intervir constantes do mapa concelhio, à escala 1:25 000. Atualizar a situação relativa aos proprietários rurais: idade, local de residência, quem explora o património fundiário, com que atividades.
5. Identificar possíveis áreas onde faça sentido instalar pastagens melhoradas que sirvam para a produção de feno ou ensilagem para complemento ao pastoreio de percurso;
6. Efetuar uma análise de risco e de investimento, e acompanhar projetos no âmbito do PRODER ou outros programas de apoio ao desenvolvimento rural;
7. Executar as operações tradicionais de manutenção de combustíveis vegetais proporcionando a utilização de pequenos ruminantes na sua manutenção e eventuais infraestruturas para o pastoreio: bebedouros, cercas, eventuais locais de pernoita dos animais;
8. Instalar as pastagens melhoradas que possam vir a ser fenadas ou ensiladas de acordo com um parecer técnico;
9. Preparar um protocolo com o(s) pastor(es) envolvidos no que respeita à monitorização do projeto. Monitorização essa que obedece ao cumprimento de remoção de biomassa combustível em momentos temporais definidos consoante o risco de incêndios.
10. Disponibilizar acompanhamento técnico às partes envolvidas.

Propõe-se então que haja uma disponibilidade da parte dos gestores florestais para estimular a integração da atividade pecuária envolvendo pequenos ruminantes (ovinos e caprinos), nos dispositivos territoriais de prevenção de incêndios cuja manutenção está a seu cargo. Tal pode acontecer de uma forma faseada, ou melhor, com base na proximidade entre as pastagens ou percursos de pastoreio utilizados pelas explorações e as zonas sujeitas a manutenção para prevenir incêndios, inseridas nas áreas de intervenção dos gabinetes florestais e entidades gestoras.

Neste caso, aquilo que se pretende é experimentar a implementação de sistemas silvopastoris, alterando parcialmente o sistema de exploração pelos criadores de gado da região e levando-os a ocupar-se de terrenos inseridos

no denominado espaço florestal (entenda-se espaço com interesse florestal, normalmente com baixa atividade agrícola e portanto também baixa aptidão para a pastorícia), de maneira a complementar o constante e mais dispendioso recurso às técnicas manuais ou mecânicas tradicionalmente usadas na gestão de combustíveis. Este cenário pode ser alcançado de forma faseada, perspetivando-se como opção para o pastor entrar no sistema apenas com uma parte do rebanho, mantendo a outra parte segundo o funcionamento normal da exploração, o que acaba por configurar uma minimização do risco no caso de fracasso do sistema silvopastoril e com isso um estímulo à experimentação.

Figura 3. Organograma que propõe três hipóteses conducentes à contratualização de um projeto associando a pastorícia à DFCI.



Modelo à escala regional

A denominação atribuída a este modelo deriva da sua maior abrangência e complexidade quando comparado com o modelo abordado anteriormente. Destaca-se por representar uma intervenção de repovoamento de gado a larga escala, envolvendo várias entidades em parceria, cuja atuação recai sobre objetivos que passam não só pela prevenção de incêndios, como também pelo desenvolvimento social e económico das zonas rurais.

Para o sucesso do repovoamento de gado em áreas florestais a larga escala, no que diz respeito à área de intervenção e efetivo animal, importa considerar o aproveitamento dos bens carne e leite. Deve ocupar-se de um modelo que combata a atual conjuntura de fraca rentabilidade da exploração de caprinos em regime extensivo, fortalecendo esta atividade a nível regional de diferentes formas:

- Incentivar a ocupação e utilização dos espaços rurais como principal política de prevenção, estimulando a participação da população ativa residente;
- Atrair investimento, através de fundos comunitários e parcerias com entidades públicas ou privadas;
- Criar uma dinâmica empresarial que rentabilize os produtos da exploração animal, nomeadamente, a comercialização de carne, leite e queijo;
- Optimizar a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Baseamos este modelo no projeto “Self-Prevention”, recentemente apresentado na Guarda pelo Agrupamento Estratégico de Cooperação Territorial Duero - Douro, e denominado Modelo Auto-organizativo para a Prevenção de Incêndios Florestais. Trata-se de um sistema inovador que prevê a reintrodução no território de 150 000 cabeças de gado caprino com o intuito de que sejam os animais a atuar como “limpadores naturais”, conforme temos vindo a abordar ao longo deste trabalho, dos campos agrícolas abandonados e florestas, deixando livres de vegetação zonas de potencial perigo de incêndio. Congrega muitas dezenas de freguesias e municípios da raia portuguesa e espanhola, confinantes com os distritos da Guarda e Bragança, e as províncias espanholas de Zamora e Salamanca, ao todo 187 entidades de ambos os lados da fronteira.

O “Self-Prevention” conta com um investimento de 48 milhões de euros e contempla a fundação de uma empresa (uma Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A. com 51% de participação pública e 49% privada, da qual a população se pode tornar sócia pela cedência de terrenos para pastoreio, cabras ou participação económica) que se responsabiliza pela distribuição dos efetivos caprinos e pela criação de equipamentos de suporte à rentabilidade económica do projeto. Para sustentar a exploração de sessenta rebanhos de aproximadamente 2.500 cabeças de gado antevê-se a construção de onze queijarias e uma leitaria, dois matadouros para o abate dos animais (um em Portugal e outro em Espanha), uma central de comercialização com plataforma logística de transporte e distribuição, quinze lojas/restaurantes, uma fábrica de rações, além da prestação de serviços de manejo silvopastoril, aproveitamento de biomassa e serviços indiretos de promoção turística em torno da cabra.

O propósito fundamental do modelo é a DFCI recorrendo ao pastoreio sustentável com gado caprino. As explorações de regime extensivo devem, portanto, considerar-se o seu pilar essencial. O número das instalações pecuárias e respetivas áreas de pastoreio vai depender dos terrenos cedidos para este fim, da sua qualidade e da situação dos mesmos. Como se pretende o pastoreio em zonas montanhosas e de topografia declivosa serão preferidas raças autóctones. Por conseguinte, do lado português consideram-se adequadas para o modelo as raças: Serrana; Preta de Montesinho; Charnequeira e Bravia. As raças Serrana (Transmontana) e Charnequeira (Beiroa), são as que terão maior importância dada a região considerada.

Apesar de ter sido estruturado para o norte do país, um modelo de natureza idêntica poderia ser enquadrado na região objeto deste estudo, que é a Serra

Algarvia, visando o aproveitamento da cabra Algarvia e dos produtos de qualidade reconhecida que lhe estão associados.

Considerações finais

Assumimos então a pastorícia como prática a integrar as intervenções de DFCI segundo duas perspectivas principais subentendidas nos diferentes modelos, uma de economia dos recursos despendidos na limpeza dos espaços e outra de rentabilização dos mesmos através do aproveitamento dos bens resultantes da exploração animal.

Considerando que grande parte das explorações de gado caprino e ovino a trabalhar em regime extensivo no nosso país se debate, nos moldes atuais, com o problema da evidente falta de rentabilidade, comprovada pelo abandono da atividade e conseqüente diminuição das áreas pastoreadas e efetivos pecuários. Propomos, portanto, que haja um envolvimento de pastores em parceria com entidades responsáveis pela defesa da floresta, de maneira a que seja valorizado o serviço de pastoreio, quer seja com base na remuneração direta deste serviço ou indiretamente no planeamento de zonas como extensão das áreas de pastagem utilizadas pelas explorações pecuárias. Não constituindo uma solução para o problema, talvez possa ser uma “bomba de oxigénio” para algumas explorações, principalmente para aquelas que se situam nas zonas consideradas desfavorecidas. Para isso, apelamos a um olhar sobre o uso dos animais em pastorícia para complementar as técnicas atuais de gestão combustível, essencialmente mecânicas e baseadas em consumo de energia fóssil, numa ótica das despesas e receitas envolvidos no necessário controlo da vegetação e conseqüente prevenção de incêndios. Um estudo que compare as técnicas atuais de gestão de combustíveis com técnicas silvopastoris, incluindo uma análise à relação custos benefícios e a critérios de rentabilidade para o proprietário florestal ou entidade responsável pela gestão florestal. Estamos em crer que faz sentido diminuir os custos da intervenção mecânica, com benefícios que abrangem ainda o fomento da biodiversidade, melhoramento paisagístico e enriquecimento do solo resultantes do pastoreio. Esta perspectiva pode-se enquadrar, a título de exemplo, em projetos piloto de natureza municipal, na procura de modelos alternativos de produção pecuária capazes de conciliar dois objetivos: planear a pastorícia enquanto ferramenta para a minimização do risco de incêndios florestais e rurais e, simultaneamente, garantir a produção local de matéria prima para os produtos tradicionais, tais como o queijo, ou mesmo para produtos gastronómicos.

O modelo mais evoluído, o que verdadeiramente espelha a ideia que defendemos de uma nova pastorícia e que supomos capaz de dar frutos mais interessantes, envolve várias soluções técnicas e económicas possíveis, todavia obriga a uma articulação mais cuidada e estreita da atividade pecuária baseada na pastorícia com a atividade florestal. Este modelo passa também pelo ensaio de uma nova compartimentação da paisagem das áreas de mata, no sentido de obter um mosaico paisagista de mata estreme interrompido criteriosamente com zonas de pastorícia. Para tal há que abrir faixas de controlo de biomassa,

muito mais largas do que os aceiros existentes (dimensão a definir caso a caso pelos especialistas de controlo de incêndios florestais) e, eventualmente, prever a existência de parcelas de gestão de combustíveis de alguns hectares voltadas para a instalação de pastagens (Moreira, 2007).

Neste papel de conciliação entre as atividades florestal e pecuária, sublinhamos novamente a importância vital das entidades gestoras das ZIF. Um dos aspetos que importa salientar centra-se na formação de pessoal polivalente, mencionamos os sapedores florestais, tornando-os aptos a exercer funções ligadas ao pastoreio, principalmente no que se refere à condução de gado caprino, além das funções normais decorrentes dos serviços operativos da gestão florestal.

Acreditamos ser essencial explorar todas as sinergias possíveis entre a floresta e o gado, para benefício dos imperativos de diminuição de risco de incêndio, e numa perspetiva de sustentabilidade económica da gestão dos espaços rurais.

Referências bibliográficas

- Bugalho, M., 2008. *O pastoreio como ferramenta de gestão dos habitat: prevenção de incêndios rurais*. In: Coelho, I., Moreira, M. B., 2008. *A silvopastorícia na prevenção dos fogos rurais*. ISA, Lisboa. pp 61-73.
- Coelho, I., Rolo, J., 1988. *A(s) Agricultura(s) Algarvia(s). Contributo para a sua caracterização no início dos anos 80*. Volume I. CCRA, Faro.
- Moreira, M. B., 2006. *O empresariado rural, a pastorícia e a prevenção dos fogos florestais*. Espaço Rural, revista da Confagri, parte I n.º 53, julho-agosto (2006), pp 33-35 e parte II, n.º 54, setembro-outubro (2006), pp 37-39.
- Moreira, M. B., 2007. *A pastorícia como prevenção dos fogos rurais: a necessidade de um novo empreendedorismo*. Revista da Soc. Portuguesa de Pastagens e Forragens, pp 39-58.
- Moreira, M. B., 2010. *Inovação e empreendedorismo em zonas rurais desfavorecidas*. 4º Congresso de Estudos Rurais - Mundos Rurais em Portugal, Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Pinho, J., Louro, G., Paulo, S., 2006. *Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas. A experiência da equipa de reflorestação*. In: Pereira, J. S., Pereira, J. C., Rego, F., Silva, J., Silva, T., (Eds.), *Incêndios florestais em Portugal*. ISA Press, Lisboa, pp 327-354.
- Quintanilha, V., Silva, E., Silva, J., 1965. *Princípios Básicos de Luta Contra Incêndios na Floresta Particular Portuguesa*. Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Porto. 51 pp.

Alentejo, anos trinta do século XX.

Um testemunho

Fernando Oliveira Baptistaⁱ

O livro *Alentejo, Terra de Promissão. Linha geral de um pensamento agrário*¹¹³ foi publicado¹¹⁴ em 1933 ou seja, num período em que o Estado Novo consolidava a sua implantação. Neste contexto, o seu Autor não tinha, seguramente, qualquer ilusão sobre a eficácia política e social que o livro podia ter no imediato, mas o certo é que perdurou como um testemunho incontornável da questão agrária no Alentejo e se impôs, desde logo, como um “grito moral” relativamente à situação que se vivia nesta região.

O seu Autor, Mário de Castro (1901-1976), era natural de Avis, filho e neto de grandes proprietários fundiários – como ele próprio indica, referindo que tem “costela de lavrador, porque de lavradores descendo” (p. 156). Formou-se em Direito, pertenceu à Maçonaria, foi um advogado ilustre e opositorista destacado do Estado Novo. Mesmo quando, depois de 1945, na sequência de um incidente no seio da Oposição Democrática à Ditadura do Estado Novo¹¹⁵, passou a ter uma atitude pública mais reservada, continuou, mesmo então, a manter a sua firme rejeição deste regime político: “Que hoje [1949], mais do que nunca,

ⁱ Professor aposentado do Instituto Superior de Agronomia/Universidade de Lisboa. Principais áreas de trabalho: dinâmicas socioeconómicas do espaço rural e economia dos proprietários florestais privados e dos terrenos comunitários.

¹¹³ Mário de Castro, *Alentejo, Terra de Promissão. Linha geral de um pensamento agrário*, Lisboa, 1933, 257 p.

O livro tem na capa a data de 1933 e na folha de rosto indica-se o ano de 1932. Sucede, no entanto, que no final do livro (na página 259) indica-se que a sua impressão só ficou concluída em 1933.

Todas as citações ao longo do texto, para que não se indique referência, são retiradas deste livro, indicando-se entre parênteses a página para que remetem.

¹¹⁴ Exceto o capítulo V da 2ª parte (pp.201-213) e o epílogo (pp. 253-255), o texto do livro foi, ainda que com alterações, publicado, anteriormente, na revista Seara Nova. Transcrevem-se, de seguida, partes de um documento elaborado por Carlos Pedro – a quem se agradece a sua cedência – que estabelece a correspondência entre os artigos que saíram na revista Seara Nova e o texto do livro:

a) Ano XI, nº 232, 1 de janeiro de 1931, pp. 245-250 (6 páginas), corresponde às páginas 13 a 32 do livro, com a seguinte alteração: no livro são retirados dois parágrafos seguidos que, na revista Seara Nova, estão na Parte I, p. 246 e que, no livro, estariam no final do § 1º, p. 17, começados por “Afrontando-o...” e “Não venho como político...”;

b) Ano XI, nº 234, 16 de janeiro de 1931, pp. 279-283 (5 páginas), correspondente às páginas 32 a 47 do livro, até final do § 6º;

c) Ano XI, nº 235, 22 de janeiro de 1931, pp. 292-296 (5 páginas), correspondente às páginas 47 a 62 do livro, com a alteração do final do parágrafo que, na revista, está na parte III, p. 293 e, no livro, está na p. 51, começado por “Ai o mal aparece...”, com eliminação da parte final deste parágrafo;

d) Ano XI, nº 236, 29 de janeiro de 1931, pp. 313-318 (6 páginas), correspondente às páginas 62 a 78 do livro, até final do § 10º, com uma pequena alteração do parágrafo que, na Seara Nova está na parte IV, p. 315 e, no livro está nas pp. 68-69, começado por “Em regra...”. As alterações são as seguintes: no início do parágrafo, a parte que, na revista, tem a redação “como lhe chamou um escritor antigo...”, no livro passou a “... como disse um escritor do século XVIII...”. O final desse parágrafo que, na revista, tem a redação “o benefício da propriedade da terra...”, no livro passou a ter a redação “o benefício da terra.”;

e) Ano XI, nº 237, 5 de fevereiro de 1931, pp. 329-334 (6 páginas), correspondente às páginas 79 a 94 do livro, com eliminação, no livro, de dois parágrafos: o começado por “E como V. Exas. veem...” e o seguinte, começado por “E até com elas...” que, na revista, estão na parte V, p. 330.

f) Ano XI, nº 320, 13 de outubro de 1932, pp. 115-116 (2 páginas), corresponde às pp. 97 a 105 do livro e tem o título “Capítulo I: Rememorando os termos da Questão”.

g) Ano XI, nº 321, 20 de outubro de 1932, pp. 131-137 (7 páginas), corresponde às páginas 107 a 133 do livro que tem o título “Capítulo II: A Grande Propriedade é Geradora de Insuficiências na Produção?”.

h) Ano XII, nº 328, 19 de janeiro de 1933, pp. 243-248 (6 páginas), corresponde às páginas 135 a 159 do livro e tem o título “Capítulo III: A Grande Propriedade Causa de Facto Irregularidades Demográficas?”.

i) Ano XII, nº 330, 2 de fevereiro de 1933, pp. 275-284 (10 páginas), corresponde às páginas 161 a 199 do livro e tem o título “Capítulo IV: A Doutrina do Sr. Pequito Rebelo”.

j) Ano XII, nº 333, 9 de março de 1933, pp. 326-335 (10 páginas), corresponde às páginas 215 a 255 do livro e tem o título “3ª Parte – Linha Geral de uma Reorganização Agrária”. O artigo da Seara Nova termina com “Lisboa, 5 de Maio de 1932”.

¹¹⁵ Em 1945, Mário de Castro aceitou ficar como depositário de listas (com as assinaturas) dos que manifestavam a sua adesão ao Movimento de Unidade Democrática, criado em Outubro de 1945 e ilegalizado em 1948. Viu-se depois envolvido na entrega das listas ao Governo que, de seguida, desencadeou uma grande repressão sobre os que delas constavam.

Na sequência destes acontecimentos, Mário de Castro sentiu-se difamado e veio mesmo, em 1952, a redigir um documento para esclarecer a sua participação no ocorrido. A primeira frase deste documento é a seguinte: “Por requintes de sensibilidade, que compreenda quem queira, tenho sofrido caladamente maledicências a propósito do famoso caso das listas; mas agora que se chegou à pretensão de me conspurcar, não há mais remédio senão vir restituí-lo à verdade dos seus factos e motivações” (Cf. Mário de Castro, *Para gregos e troianos. O Famoso caso das listas*, Évora, 1952, copiografado, 20 p.).

considero como o meu maior título de honra e a única glória de um homem e de português, que porventura me é dado fruir, o de ser cada vez mais indefetível e implacável adversário do regime”¹¹⁶.

Mário de Castro explicita as motivações que o levaram a escrever o livro destacando a sua relação íntima e afetiva com o Alentejo – “Tenho o Alentejo na alma, como nos olhos a cor: coisa da Natureza mais do que da vontade” (p. 13) – e o seu profundo cristianismo. Sobre este, o que expressa no livro é muito esclarecedor da sua visão do mundo e das suas convicções religiosas. Vale a pena transcrever alguns excertos:

- “Triste sociedade esta que entroniza a Cristo, mas se esquece da lição, lição suprema que a sangue ele escreveu no Calvário; enquanto no mundo houver um desgraçado, o dever é lutar para que ele seja feliz.” (p. 93);
- “Embora o cristianismo tenha um sentido sumamente escatológico, é fora de dúvida que da sua mesma natureza se tira uma doutrina social igualitária, que valoriza os homens pelo que fazem não pelo que possuem, pelo serviço que prestam à comunidade e não pela posição que, tradicional, acidental ou fortuitamente, ocupam nela” (p. 84/5);
- “O que profundamente importa não é que haja pessoas com necessidade de esmola e outras com o prazer de a dar; o que acima de tudo importa é que não haja nem umas nem outras e, portanto, a radical transformação das instituições que as tornam possíveis.

A isto se chama verdadeiramente, como se diz no Evangelho, procurar o Reino de Deus e a sua justiça...” (p. 93).

E é com esta *luz* que vai olhar para o *seu* Alentejo – onde identifica um problema agrário – e propor caminhos que o possam tornar numa *Terra de Promissão*, ou seja numa “terra que os fados guardaram inexaurida e rica de possibilidades para que esta nação se faça melhor, o que tanto monta dizer: mais farta, mais justa e mais culta” (p.88).

O problema agrário, que identifica, decorre de “uma má repartição de terra, sob a forma de concentração latifundiária” e gera, como evidencia, “os seguintes fenómenos”: “grande intranquilidade social”; “insuficiência na produção”; “insuficiência quantitativa e qualitativa da população” e “uma crise de sub-consumo” (p.103).

Mário de Castro mostra ainda – contrariando os defensores do latifúndio – como a grande propriedade fundiária, que está no centro do problema agrário, não está associada a qualquer fatalidade agroclimática, mas decorre da ação dos poderes que sucessivamente foram governando o Alentejo (p. 38). Os quais, paralela e continuamente hostilizaram “as glebas dos pequenos proprietários ou dificultaram por todas as formas possíveis sua ação e granjeios” (p. 40).

¹¹⁶ Citado de Victor de Sá, A questão das listas do MUD em 1945, *Diário de Lisboa*, 27 de Dezembro de 1985.

Foi, afinal, “A eterna prepotência dos privilegiados da fortuna, impondo na governação, por caminhos ínvios, o predomínio dos seus interesses sobranceiros ao bem da Grei”. E acrescenta o Autor: “Influência difusa, invisível e impalpável, mas que se sente e esmaga, misteriosa, sinistra, infernal, como a febre ou como a morte no supremo instante da agonia” (p. 67).

A grande concentração da terra estruturou assim um sistema social polarizado entre os proprietários dos grandes latifúndios e os trabalhadores agrícolas, com condições de vida muito desiguais. Relativamente a estes dois grupos sociais, Mário de Castro deixou elementos de caracterização que convém explicitar.

Sobre os trabalhadores transcrevem-se duas passagens do retrato que deles nos deixou:

- a classe dos trabalhadores que, “por via de regra, vive dum salário que não chega para matar a fome de uma família nem para as exigências rudimentares de um organismo sujeito a regimes de trabalho intensivo; que não pode aspirar ao desenvolvimento das suas virtualidades de espírito, nem de qualquer modo receber as luzes da cultura; que mal deixa de trabalhar, por doença ou invalidez; logo fica desprovido de pão que não seja o negro pão da esmola; e que acima de tudo sofre a pior das torturas da vida: a dependência constante, a adscrição formal a um senhor ou, para tudo dizer: a dura condição de criado” (p. 204);
- ainda sobre os trabalhadores: “A sua incultura bárbara é que não deixa dúvidas a ninguém. A sua existência espiritual é pouco menos que primitiva e não faltam mesmo, no âmago da charneca, tipos de selvajaria completa, que mal tartamudeiam, quase só por instinto se deslocam e ignoram as coisas mais elementares desta vida” (p. 154).

Nestas apreciações não ressoam quaisquer ecos das grandes lutas que os trabalhadores rurais travaram durante a Primeira República e a que, precisamente, os políticos republicanos não corresponderam com medidas legislativas que pudessem ser aplicadas em favor dos trabalhadores e do seu acesso à posse da terra¹¹⁷. Com esta mesma orientação, Mário de Castro – como adiante se refere – não privilegia na solução para o problema agrário do Alentejo a iniciativa e ação dos trabalhadores, ou seja, não favorece a sua cidadania nas vertentes social e política. A este propósito, recorde-se que Victor de Sá referia Mário de Castro como “herdeiro da tradição idealista de um certo republicanismo romântico” e nota que este, ainda em 1931, indicava que só deviam poder votar aqueles “que saibam ler e escrever”¹¹⁸.

De qualquer modo, no seu anseio cristão de converter o Alentejo numa *Terra de Promissão*, o seu empenho maior eram os trabalhadores: “A vida, para mim,

¹¹⁷ Cf. Maria Carlos Radich e F. Oliveira Baptista, *Terra e agricultura, Século XX*, Castro Verde, 2021, pp. 249-268.

¹¹⁸ Citado de Victor de Sá, Evocar Mário de Castro, *Diário de Lisboa*, 24 de Dezembro de 1985 e de, do mesmo autor, Democracia económica em sobreposição ao republicanismo liberal, *Diário de Lisboa*, 26 de Dezembro de 1985.

ficaria sem sentido se a não devotasse com todas as forças à emancipação dos camponeses – ideal agosto que acorda comigo todos os dias e me instiga tão forte e luminosamente como o Sol a madruguar nos horizontes fulvos.” (p. 158/9).

Contrastando com a situação dos trabalhadores, os grandes proprietários eram “uma classe possuidora que pode viver com todos os confortos materiais que a vida oferece; que pode frequentar os centros de cultura (...); que está sempre segura do seu futuro(...) e que acima de tudo frui o mais apetecido gozo da vida: a independência” (p. 204). Apesar de todas estas circunstâncias favoráveis a avaliação do estado cultural não era muito positivo: “Conheço os rebentos de alguns dos mais ricos lavradores alentejanos; garanto (...) que será muito difícil encontrar em qualquer civilização, por mais atrasada, tão perfeitos exemplares de impermeabilidade mental” (p. 155).

Além destas características acentuava ainda a diversidade existente no plano das unidades agrícolas, distinguindo: “as velhas casas aristocráticas, que são (...), na sua maior parte, possuidoras dos mais vastos domínios fundiários”; “possuidores de longas herdades que as não conhecem porque nunca lá foram ou só as visitaram de fugida em alguma digressão venatória”; grandes domínios explorados por arrendamento, em que o arrendatário “suga a terra de tudo quanto ela pode dar-lhe em cada ano” e acrescenta ainda domínios extensíssimos com um “regime de exploração presidido constante e solícitamente pelo seu proprietário”. Esta diversidade está ainda associada a diferentes modalidades de utilização do solo que vão do abandono ou esquecimento ao aproveitamento “cuidadosíssimo” (p. 119-22).

O que todos têm de comum é estarem inseridos no sistema latifundiário e imersos nas lógicas económicas, modelos culturais e padrões sociais que, no contexto do Alentejo de então, decorrem da propriedade ou posse de grandes domínios: “a culpa não é dos grandes proprietários, a culpa é da grande propriedade”.

“Quer dizer: a culpa não é dos grandes proprietários, a culpa é da instituição: porque é ela que os faz como eles normalmente nos aparecem”. E acrescenta ainda: “Confesso lealmente que cada um de nós, feito grande proprietário, seria como todos são”. Portanto o que há a mudar não são os homens mas a instituição: “Por isso mesmo, o que ataco não é o grande proprietário, é a grande propriedade: isto é, o que se ataca é a instituição e a não a pessoa que fortuitamente a incarna”. Ou seja, a questão não é de bons ou maus proprietários, mas do sistema latifundiário e das lógicas e comportamentos que inevitavelmente gera (p. 211-2).

Para cumprir o seu empenho de emancipar os camponeses, Mário de Castro propunha-se assim alterar a ordem do sistema latifundiário, promovendo uma imperiosa reorganização agrária no Alentejo – não uma revolução social (p. 246) – cuja viabilidade lhe parecia compatível com a sua leitura dos fundamentos da “sociedade burguesa”. O raciocínio desenvolvido queria-se lógico e simples (p. 79/80):

- “a propriedade privada é a coluna vertebral da civilização burguesa”;
- “a propriedade é a realização mais perfeita do interesse pessoal”;
- “não há produção onde não houver interesse pessoal e este só existe na propriedade privada”;
- “no sistema burguês ‘o homem é ‘um animal essencial proprietário’, quer dizer: a propriedade é, no homem, um instinto, um sentimento congénito e constitucional”.
- “Sendo assim, o que aos burgueses evidentemente se impõe, como estímulo eficaz da produção, segurança inamovível da sua orgânica e garantia firme da ordem, é fazer muitos proprietários”.

Em abono da sua confiança na realização de uma reorganização agrária refere, nomeadamente, as reformas agrárias que, depois da Guerra de 1914-18, foram efetuadas nalgumas *sociedades burguesas* de países europeus que tinham estado envolvidos no conflito, sobretudo com o objetivo de evitar o contágio da Revolução Russa de 1917, que era um receio que então percorria a Europa¹¹⁹. O qual, de resto, também parece ressoar nas páginas do livro: “(...) há uma ideia de justiça, perfeitamente cristã, hoje amadurecida e consolidada: a prevalência dos direitos do trabalho, a ascensão económica do povo.”

“Ou se realiza a bem, por uma reorganização cuidadosa, ou virá pelo mal de uma revolução trágica” (p. 25).

Na evocação deste precedente parece não haver uma ponderação cautelosa das circunstâncias excecionais em que estas Reformas ocorreram e que eram bem diferentes do curso normal das *sociedades burguesas*, legitimadas pela ideologia da propriedade privada e onde imperavam o poder e a violência da grande propriedade fundiária, assentes nas próprias estruturas do Estado. Em Portugal, esta violência foi uma constante durante o Estado Novo e no período da contra Reforma Agrária, depois de 1976, mas, também na Primeira República as forças policiais colaboravam com os grandes proprietários na repressão dos trabalhadores. Raul Brandão relata, a este propósito, um episódio esclarecedor ocorrido, em 1918, no Vale de Santiago (Odemira), numa ocupação de terras efetuada pelos trabalhadores: “Dentro em pouco estavam cercados pela Guarda e pelos filhos da gente rica daquelas localidades”¹²⁰.

Para além destas reservas, a proposta¹²¹ de solução de Mário de Castro para o problema agrário que identificara no Alentejo passava por considerar a terra, o solo, como um património coletivo e a sua exploração como “um verdadeiro e autentico serviço público” (p. 228), administrado pelo Estado, que controlaria e regularia a sua utilização, e o atribuiria em concessão para ser explorado. Não lhe caberia, no entanto, a gestão direta da terra “porque a função do Estado é essencialmente de coordenação e direção e não realizadora” (p.235).

¹¹⁹ Cf. Juan Díaz del Moral, *Las Reformas Agrarias Europeas de la Posguerra 1918-1929*, Madrid, 1967, 205 p. + apêndices. O autor tinha terminado o livro em 1938.

¹²⁰ Raul Brandão, *Os Operários*, Lisboa, 1984, p. 319.

¹²¹ Henrique de Barros, que pertenceu à mesma loja maçónica que Mário de Castro, fez uma súmula da proposta de reorganização agrária na qual afirmou que, “em matéria de reforma agrária”, o Dr. Mário de Castro é o autor português contemporâneo “cujas opiniões interessa principalmente analisar” (Cf. Henrique de Barros, *Economia Agrária*, vol. III, Lisboa, 1954, pp. 435-438).

A passagem da propriedade privada para o domínio público, seria efetuada de modo pacífico e progressivo recorrendo: à expropriação por utilidade pública, com indenizações consensuais; cobrança em terra do imposto sucessório e à incorporação de propriedades penhoradas por dívidas ao Estado.

A “disposição fundamental” que regularia a reorganização agrária e que seria “verdadeiramente, a sua essência, a sua última e profunda razão de ser”, era “o preceito de que o rendimento da exploração tem que ser aplicado em benefício de todos os que nela trabalham” (p. 239). As modalidades em que estes deveriam ter acesso à terra é uma questão que vai percorrendo o livro com uma argumentação espaçada e nem sempre convergente, mas que pode sintetizar-se em dois pontos. Para um deles, Mário de Castro apoia-se em Alexandre Herculano que “via no fracionamento da propriedade, como meio de estender os seus benefícios a um maior número de pessoas, precisamente a mais sólida garantia da ordem (...)” (p. 69). Para o outro, distingue claramente grande propriedade de grande exploração (p. 151) e vai carreando, embora de modo difuso e parcelar, elementos que o levam a sugerir, nas condições do Alentejo, a vantagem das unidades de maior dimensão, o que veio a reafirmar, muito anos depois, em cartas dirigidas a José Rodrigues Miguéis em 22 e 25 de Junho de 1974, a propósito de *O Pão Não Cai do Céu*, onde Miguéis, numa “nota do autor”, depois de afirmar que o seu romance “está impregnado pelo pensamento político-social de Mário de Castro”, transcreve um excerto das cartas que este lhe dirigiu: “(...). Como sabes, não sou hoje partidário do parcelamento. Entendo que a empresa agrícola alentejana tem de ser grande empresa, mas afetada, claro está, na sua rendibilidade a todos que na terra trabalham: “a terra de quem a trabalha”, não sob a forma de tassalho a cada um, mas sob a forma de atribuição a cada um – quer dizer: *a todos* – do respetivo rendimento”¹²².

Esta era já, afinal, a modalidade que no seu livro de 1933 privilegiava para as unidades decorrentes da reorganização agrária. Previa também a possibilidade de concessão de terra a sujeitos singulares, mas a preferência devia ser dada a cooperativas ou sindicatos: “(...) a exploração, organizada em serviço público, só deve, em regra, ser concedida a toda a população que o território a que ela diz respeito comporta, à comunidade dos trabalhadores organizada em cooperativa, ou, se se trata de uma extensão muito vasta, tendo por centro uma povoação, ao respetivo sindicato” (p. 239). Era uma opção fundada na economia e não na ideologia, pela qual daria preferência à pequena exploração.

As unidades saídas da reorganização agrária, embora condicionadas pelos imperativos da economia deveriam ser dirigidas com uma “finalidade excelsa: construir uma comunidade de indivíduos cultos”, no exato sentido em que o nosso Autor o entende: “Cultura é, acima de tudo, civilização interior (...)” (p. 222).

O conjunto destas unidades constituiria uma “economia trabalhista” – hoje dir-se-ia terceiro sector – que se deveria ir “instalando (...) dentro do regime

¹²² José Rodrigues Miguéis, *O pão não cai do céu*, Lisboa, 1981, p. 274.

capitalista (...) [sem] que este dê por isso, isto é, por meio de corretivos que vão limitando e substituindo a propriedade privada sem a violar” (p. 248). Embora com outras formulações e contornos, esta é uma questão que hoje emerge com a relevância e possibilidades da economia social.

O livro de Mário de Castro, apesar do seu otimismo excessivo – e nunca confirmado em Portugal – sobre a possibilidade de intervenções *pacíficas* nas relações de propriedade, é um testemunho esclarecedor sobre o Alentejo dos anos trinta e uma reflexão fecunda – que nalguns aspetos se veio a revelar anunciadora – sobre a questão da terra. Este legado não bastou, no entanto – para além dos artigos de Victor de Sá¹²³, há quase quatro décadas – para se voltar ao livro e tirar o seu Autor do esquecimento. Mário de Castro afirmou-se como um *verdadeiro cristão*. Talvez esta declaração permita compreender, em larga medida, o modo como tem sido olvidado: por uns, devido ao *adjetivo*; por outros, pelo *substantivo*.

¹²³ Além dos textos referidos nas notas 4 e 6, Victor de Sá publicou mais dois artigos sobre Mário de Castro: “Alentejo, Terra de Promissão”, *Diário de Lisboa*, 28 de Dezembro de 1985 e O sentido coletivista da Reforma Agrária preconizada em 1933, *Diário de Lisboa*, 30 de Dezembro de 1985.

Valorização dos Recursos Endógenos no Sul de Portugal – Território, Pessoas e Convicções

Jorge Revez, Maria Bastidas, Sandra Cascalheira e Ana Sanches¹²⁴

Nota de Reconhecimento

Com forte ligação à margem esquerda do Guadiana, Inocêncio de Jesus Seita Coelho, manteve ao longo de toda a sua carreira, uma relação muito próxima com o mundo rural do sul de Portugal, investigando, experimentando e partilhando diversos trabalhos que cruzam as potencialidades deste território com o desenvolvimento rural. Laços esses que perduram e continuam, agora mais a título pessoal.

A ovinicultura, os sistemas de produção extensivos e os produtos daí resultantes, como a lã, deram muitas vezes o mote para conversas, debates e projetos. Também os recursos silvestres do sul, como o medronho, os cogumelos, o figo da índia, entre outros, foram amplamente por si estudados e partilhados, através de livros, manuais, palestras e workshops, dando um contributo inquestionável para o aumento do conhecimento sobre estes recursos e as suas potencialidades.

Todo este trabalho de várias décadas, foi ponto alto aquando da criação da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) – “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”, integrada no Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE, 1ª geração), do Centro de Competência dos Recursos Silvestres e do Centro de Competências da Lã, todos eles processos determinantes para o sul de Portugal e para o Baixo Alentejo em particular e onde o engenheiro Seita Coelho teve um papel determinante pela sua determinação, vontade e capacidade mobilizadora. A sua visão integradora e diversa foi decisiva para a eficácia de muitos destes processos. Pela notoriedade que alcançou, detalharemos de seguida, a EEC acima referida.

¹²⁴ Jorge Revez é doutorado em Turismo, graduado em Planeamento e Desenvolvimento Regional e em Turismo e Identidades Locais. Professor auxiliar convidado na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Presidente da Direção da ONG ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola desde 2003. Atual Presidente da Associação Terras do Baixo Guadiana. Tem desempenhado diversos cargos ao nível do movimento associativo, tanto ao nível da defesa do ambiente como do desenvolvimento, a nível regional e nacional.

Maria Bastidas, mestre em Restauro de Ecossistema e Licenciada em Geografia é colaboradora da ONG ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola. Com mais de 17 anos de experiência em Desenvolvimento Local, tem participado e coordenado projetos nacionais e europeus, nas áreas do gestão sustentável e adaptação às alterações climáticas das atividades silvoagropecuárias e dos recursos naturais e habitats relacionados.

Sandra Cascalheira é licenciada em Sociologia e mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento Local e colaboradora da ONG ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola. Técnica de Desenvolvimento Local há 23 anos, tem vindo a coordenar projetos nacionais e internacionais em áreas diversas como o Turismo, o Património cultural, o Empreendedorismo, a Intervenção Social, a Governança, a Educação e a Cooperação para o Desenvolvimento em resposta às múltiplas necessidades e desafios dos territórios.

Ana Sanches é licenciada e mestre em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro e colaboradora da ONG ADPM. Técnica de Desenvolvimento Local há mais 15 anos, tem participado e coordenado, técnica e financeiramente, projetos nas áreas do Ambiente, Agricultura Sustentável, Desenvolvimento Rural e Cooperação para o Desenvolvimento, em Portugal, Cabo Verde e Moçambique. Formadora, monitora e também responsável pela elaboração de candidaturas de projetos a diversos financiamentos nacionais e internacionais.

Conciliador, mas incisivo, timbra sempre as suas opiniões com um gesto ou expressão de simpatia e simplicidade, e talvez esta sua faceta seja responsável pela imensidão de amigos que foi espalhando por onde passou.

Sempre nos impressionou pela profundidade e interdisciplinaridade dos seus conhecimentos e a forma resoluta como via e opinava sobre o desenvolvimento do mundo rural. Com ele, uma reunião, uma conversa, às vezes só um café, é sempre sinónimo de aprendizagem.

Por todo o seu contributo, empenho e ensinamentos, um grande Bem-haja!

Estratégia de Eficiência Coletiva - Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo-Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal

A Estratégia

A Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC) “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”, abrangeu áreas dominadas por sistemas florestais ou dos denominados espaços florestais não arborizados (matagais) na região do Baixo Alentejo e Algarve. Incluiu os concelhos de Barrancos, Moura, Serpa, Mértola, Ourique, Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Vidigueira e ainda os concelhos algarvios de Silves e Loulé. Uma área de intervenção, cujas características careciam de uma abordagem integrada que pudesse dinamizar economicamente estes territórios de baixa densidade do Sul de Portugal. A conceção desta estratégia teve em consideração, os seguintes aspetos:

- a área de intervenção apresentava limitações edafo-climáticas que impossibilitavam a aposta numa agricultura competitiva, capaz de sobreviver sem a dependência de subsídios;
- a área de intervenção integrava as áreas de maior risco de desertificação em Portugal, resultado quer das suas características biofísicas, quer de contínuas campanhas agrícolas desajustadas da capacidade de uso do solo dessas regiões;
- parte substancial da área de intervenção tinha sido gravemente afectada pelos incêndios de 2004, comprometendo a sustentabilidade económica de muitas explorações florestais da região;
- as comunidades rurais que integravam a área de intervenção necessitavam de uma estratégia que valorizasse os seus recursos naturais, que não podiam ser apenas considerados com objetivos de conservação, mas tinham que ser capazes de gerar rendimento para as comunidades rurais e, por acréscimo, de fixar população;

- as previsões de cenários relativamente às alterações climáticas, apontavam a área de intervenção desta EEC, como uma das zonas mais afetadas ao nível dos extremos de temperatura e de probabilidade de fenómenos de seca, pelo que era urgente encontrar respostas de utilização do solo e de exploração da terra, que fossem o mais adaptadas possível às alterações em curso;
- existia um conjunto alargado de produtos e atividades tradicionais, que contribuem para a conservação dos recursos naturais, para a prestação de serviços ambientais dos ecossistemas e que, se integrados numa estratégia coerente, têm a capacidade de gerar riqueza nos territórios de baixa densidade.

Estes pressupostos foram determinantes na elaboração desta estratégia de intervenção, que se baseou na valorização dos recursos silvestres ou recursos florestais não lenhosos (RFNL), como uma via para o desenvolvimento integrado das áreas de baixa densidade do Sul de Portugal e conservação dos recursos naturais dos ecossistemas presentes nessas áreas, através da aposta em inovadoras tecnologias de produção/ transformação e/ou conservação e da constituição de uma escala económica estruturante, a partir de um trabalho de concentração da oferta e da procura de novos mercados (nacionais e internacionais).

Esta EEC assentou assim no facto de existir, ao nível do mercado, uma elevada apetência para o consumo de produtos gourmet e de qualidade, provenientes de formas de fabrico tradicional ou artesanal, que podem ser produzidos nestas regiões. Estes recursos têm, no Sul de Portugal, uma utilização marginal, em que as mais valias económicas da sua exploração raramente ficam na região de proveniência. Por outro lado, a sua rentabilidade é geralmente inferior ao seu potencial, devido à carência de informação no que diz respeito às tecnologias de transformação e conservação destes recursos ou às lacunas nos aspetos de comercialização e marketing.

Para inverter essa tendência e potenciar a sua exploração, foi fundamental incentivar formas de utilização que permitissem a valorização económica dos recursos endógenos, através da aposta em inovações tecnológicas, que conciliam a inovação com o saber-fazer tradicional, desenvolvendo produtos de alto valor acrescentado. Reconhecendo que um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento, se prende com a dificuldade de conciliar a linguagem científica com a prática, sendo este um dos grandes desafios que este processo procurou superar.

Foram objetivos específicos da EEC, promover a internacionalização dos recursos silvestres do Sul de Portugal, conhecer a cadeia de valor das fileiras de plantas aromáticas e medicinais, dos cogumelos, do medronho e outros pequenos frutos silvestres, assim como garantir o conhecimento e acesso a mercados externos e nacionais e promover a região abrangida pela EEC enquanto área de excelência para a produção de produtos de elevada qualidade e singularidade associados aos recursos silvestres. A implementação da EEC desenvolveu-se através da realização de Projetos Âncora e de Projetos Complementares.

A criação desta EEC resultou de um trabalho de parceria desenvolvido ao longo de vários anos, mas que foi, durante o processo de conceção desta estratégia divulgado e consolidado, com a criação de um grupo de trabalho coeso, comprometido com a execução de uma visão comum. Durante esta fase foram envolvidos parceiros estratégicos quer ao nível público, quer ao nível dos privados. No que se refere às instituições públicas, apesar de não integrarem o consórcio final, entidades como as Comissões de Desenvolvimento Regional do Alentejo e Algarve e as Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e das Florestas do Alentejo e Algarve, revelaram-se fundamentais para uma melhor afinação da estratégia.

As autarquias constituíram-se como pilares fundamentais da estratégia. No caso dos parceiros privados, a estruturação da parceria integrou duas tipologias de parceiros estratégicos: empresários locais, que aderiram ao consórcio, no sentido de potenciar o desenvolvimento económico deste território e o mercado-alvo, no sentido de identificar e criar pré-acordos com futuros parceiros económicos nacionais e internacionais.

Estrutura e circuitos

Território de Baixa Densidade	Recurso Endógeno Inimitável	Parceria Pública e Privada	Conteúdo Inovador
Baixo Alentejo e Serra Algarvia	Recursos Silvestres ou Recursos Florestais Não Lenhosos (RFNL)	Autarquias Associações Inst. Investigação Produtores Empresas	Aplicações não Convencionais dos RFNL Soluções de inovação tecnológica

Escala economicamente estruturante - concentração da oferta

Projecto Âncora	Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres Mediterrânicos	Fomento da Investigação aplicada Transferência de tecnologias Reforço do empreendedorismo Formação Apoio à certificação Prospecção de mercado Estratégias de marketing Concentração da oferta Colocação no mercado 11 Sub-Projectos
Projectos Complementares	14 projectos de Investigação 24 projectos de Produção 14 projectos de Comercialização 35 projectos de Transformação 10 projectos de Formação 11 projectos de Serviços 36 projectos de Turismo Total 133	

Na sua fase inicial integraram o consórcio da EEC 8 Municípios, 2 Juntas de Freguesia, 7 Associações (ADPM, Alentejo XXI, Terras do Baixo Guadiana, ABpD, ADCMoura, Viver Serra e Campo Arqueológico de Mértola), 5 Entidades ligadas à I&D, 1 Agência de Desenvolvimento Regional, 2 Associações Empresariais, 3 Associações de Produtores, 5 Cooperativas (Cooperativa Agrícola de Mértola, Cooperativa Agrícola da Vidigueira, Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola, Cooperativa Proletário Alentejano, CERCIBEJA e TAIPA), 1 Associação de Caça e Pesca, 1 Empresa com capitais públicos, 1 Empresa de capitais mistos, o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade e 59 promotores privados, num total de 97 parceiros.

Foi assim desenvolvido um Programa de Ação extremamente ambicioso que contemplou 144 projetos de investimento, correspondendo a um total de 41.583.408,39 €, dos quais 34.881.667,69 € são investimento privado e 6.701.740,70 € de investimento público.

Os Projetos Âncora foram:

- A constituição do Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Mediterrânicos, S.A. (CEVRM), que garantiu por sua vez, através de diversos projetos âncora, o apoio, acompanhamento e formação de jovens agricultores, o incentivo à investigação aplicada, a constituição de redes temáticas de informação e divulgação, e ainda o apoio à internacionalização e comercialização;
- A Estrutura de dinamização, coordenação e gestão da parceria, constituída por uma equipa dinâmica de técnicos com elevado grau de conhecimento nestas fileiras e no território de atuação;
- Ações estratégicas para a valorização, promoção e internacionalização dos recursos silvestres do Sul de Portugal, materializado em estudos de fileira, campanhas de divulgação, ações promocionais diversas e ações de internacionalização (desde a procura de mercados, presença em feiras internacionais, missões de internacionalização e missões inversas).

Os Projetos Complementares corresponderam a unidades inovadoras de produção e transformação de produtos à base de recursos silvestres, fortalecendo o tecido económico-productivo da região e criando, cumulativamente, efeito de escala da produção, potenciando a criação de setores de produção específicos (e.g. setor das PAM). A implementação da EEC realizou-se por meio de uma parceria entre entidades públicas e privadas. Essa parceria teve o Município de Almodôvar como entidade líder deste consórcio público-privado e a Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) como entidade gestora que dinamizou e coordenou a parceria, bem como foi responsável pela implementação de alguns dos projetos âncora.

Avaliação da EEC

A EEC “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo – Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal” foi, desde o início, suportada numa visão estratégica que procurou responder ao desafio-chave da valorização dos recursos endógenos.

Este objetivo pressupôs combinar o desenvolvimento sustentável de recursos silvestres e culturais da área de intervenção, num quadro de estímulo a iniciativas empresariais e a fileiras de negócio, ancoradas em dinâmicas de mercado emergentes, de forma a minimizar alguns constrangimentos territoriais, como a deficiente organização da oferta, a falta de escala comercial para aceder a potenciais mercados internacionais (as fileiras das PAM, do mel e do medronho estão a tentar inverter esta situação) e a débil cultura de trabalho em parceria, a qual, no entanto, se tem vindo a modificar.

Esta EEC teve um conjunto de singularidades relevantes, entre as quais se destacam a atração de novos investimentos de fora da região, o forte nível de explicitação / coerência e a elevada promoção da participação dos atores locais, durante todo o processo.

Efetivamente, a parceria público-privada estabelecida revelou-se uma grande “força de vontade” dos parceiros envolvidos, que souberam apostar em projetos de inegável utilidade para o território e na divulgação e promoção da EEC às escalas local, regional, nacional e internacional, o que facilitou novos contatos e levou à integração de novos projetos e promotores.

A estratégia teve uma elevada adequação e pertinência dos objetivos estratégicos para ultrapassar as debilidades territoriais diagnosticadas, relevando a sua importância para a promoção de fileiras estratégicas (cogumelos, medronho, mel, PAM), conservação dos recursos mediterrânicos, sustentabilidade dos ecossistemas, apoio a ideias de negócio, atração de empresas e fixação de jovens.

A EEC foi tematicamente orientada para a exploração diversificada de recursos autóctones (agro e ecoturismo; aguardente de medronho; alfarroba; caça e pesca; cogumelos silvestres; cortiça; frutos silvestres; óleos de plantas aromáticas; plantas aromáticas e medicinais; produtos apícolas; recursos florestais não lenhosos; silvo-pastorícia), de reconhecida adaptabilidade às condições edafoclimáticas (solo e clima) da área de intervenção e cujo potencial não tem sido suficientemente valorizado, apesar da crescente procura de alguns produtos, como os apícolas, os cogumelos secos ou as PAM e das novas oportunidades para exploração comercial de outros, como os frutos silvestres ou a aguardente de medronho.

A relevância desta EEC foi evidente na óptica da promoção dos territórios de baixa densidade, pela dinamização da cooperação e pelo alargamento do mercado que provocou, mas também pela incorporação de novos conhecimentos, nomeadamente no domínio das fileiras do mel e PAM, pela valorização dos

produtos locais e pela atração territorial que teve, com expressão no alargamento da sua área de intervenção, uma prova da excelência da Estratégia preconizada, mas também do reconhecimento e desempenho da equipa técnica investiu-se, igualmente, em dois outros aspetos relevantes: i) na promoção de uma atitude reflexiva e empreendedora, ancorada numa ética de responsabilidade sócio-territorial, de forma a criar localmente uma cultura de «empreendedorismo responsável»; ii) na estimulação de uma “governança territorial” facilitadora de processos de decisão escrutinados, alicerçada na imprescindível capacitação cívica e institucional e numa forte inter-relação entre atores.

O foco territorial da EEC inicial, em 2011, abarcou 12 concelhos do Baixo Alentejo (Barrancos, Moura, Serpa, Mértola, Ourique, Almodôvar, Beja, Ferreira do Alentejo, Vidigueira) e do Algarve (S. Brás de Alportel, Silves e Loulé). Mais tarde passou a incluir 17 com a entrada de Alcoutim, Gavião, Alandroal, Évora, Reguengos de Monsaraz, Odemira, Aljustrel e Castro Verde, havendo uma nova expansão para 22 concelhos com a entrada de Elvas, Marvão, Mourão, Portalegre e Viana do Alentejo). Em 2012 alargou-se a EEC em termos de NUT III a todo o Alentejo (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo), o que comprova a sua adequabilidade e o concomitante interesse que despertou em termos regionais, confirmando a perspetiva dos benefícios da cooperação / participação que incorporou na sua fase de conceção: i) expansão e alargamento da estratégia de desenvolvimento territorial; ii) ampliação da imagem do território, sua coesão e identidade; iii) interação de perspetivas e formas de trabalho diversas.

Ao pretender fomentar a competitividade dos territórios de baixa densidade, esta EEC foi suportada por um conjunto integrado e coerente de iniciativas e em parcerias com capacidade de ancorar o desenvolvimento em atividades inovadoras e valorizadoras dos recursos endógenos, particularmente importantes na estimulação do ciclo económico menos positivo em que se encontra Portugal. A sua Visão, Estratégia e Programa de Ação foram os pilares de uma ‘ideia’ para a promoção de uma competitividade territorial assente na concertação e na cooperação, onde a proatividade tem um papel fundamental como leitmotiv de práticas de atuação integradas e facilitadoras de sinergias.

A matriz desta EEC continua a revelar elevada pertinência e adequabilidade, expressa nos projetos que a integram, que permitem responder de forma positiva à relação dimensões-problema/objetivos programáticos:

- (i) articular a linguagem científica com a prática;
- (ii) constituir uma escala económica estruturante;
- (iii) valorizar os recursos numa ótica multifuncional;
- (iv) promover a inovação tecnológica ao nível da produção, transformação e/ou conservação;
- (v) promover uma cultura de empreendedorismo.

Alimentar esta 'ideia' implicou, igualmente, que todos os agentes com responsabilidade à escala local/sub-regional (associações, poder local, imprensa regional, rádio local) apostassem na intercomunicação, informando os seus concidadãos sobre os díspares aspetos que rodeiam o desenvolvimento local e nos quais podem ser parte ativa, reinventando o diálogo e aproximando as pessoas, de forma a que se perceba claramente a existência de mecanismos para os ouvir e transmitir os seus pontos de vista, incorporando sempre que possível as suas sugestões. O modelo de avaliação adotado inscreve-se também nesta estratégia.

A intervenção local com base numa participação ativa e multifacetada dos cidadãos implicou um envolvimento que não deixou de levantar algumas dificuldades, sobretudo quando é sabido que à multiplicação de atores corresponde, inevitavelmente, não só uma maior divergência de opiniões e de interesses (ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais), como também uma maior diversificação dos domínios de ação, das preocupações e das incertezas (Bourdieu, 2000) apesar do enriquecimento que obviamente ocorre no domínio dos saberes postos à disposição do coletivo.

A elaboração desta EEC teve um processo muito participado, para o qual contribuiu a forte liderança e capacidade de mobilização de parceiros e de dinamização de beneficiários/promotores por parte da ADPM, à qual é reconhecido um papel determinante na sua conceção e operacionalização.

Constrangimentos

- Algum desconhecimento dos autarcas sobre as virtualidades da EEC, o que acabou por condicionar a sua participação efetiva;
- Contexto de crise que agravou o acesso ao crédito, impossibilitando alguns investimentos; ▪ Um sentimento generalizado por parte dos promotores de descrédito em relação aos programas de financiamento externos;
- Dificuldade de articulação com os diversos Programas Operacionais;
- Dificuldade de coordenação com os Grupos de Ação Local (dificuldades de articulação das Estratégias Locais de Desenvolvimento com as Estratégias de Eficiência Coletiva);
- Dificuldade no acesso à terra por parte de potenciais promotores;
- Falta de enquadramento de alguns projetos;
- Inexistência de uma estrutura nacional de coordenação do programa e o conseqüente descrédito do programa, com prejuízo das EEC que se empenharam ativamente com bons resultados;

- Limitações administrativas à cooperação interterritorial, o que de certa forma condicionou a participação do Algarve na EEC;
- Limitações no cofinanciamento por parte dos parceiros municipais;
- Modelo de financiamento desajustado e com instrumentos muito burocráticos;
- Problemas com os procedimentos de reprogramação temporal;
- Reduzida adequação dos instrumentos de financiamento/sistemas de incentivos à realidade das micro e muito pequenas empresas que suportam a EEC.

Impactos

Impactos que resultaram direta ou indiretamente da implementação da EEC e refletem o efeito de multiplicação no território:

- Aumento exponencial de candidaturas PRODER à 1ª instalação nas áreas de apicultura biológica, PAM, figo da índia, medronho, etc;
- Posicionamento da região nos mercados internacionais (com o registo de diversas visitas ao território por parte de empresas internacionais operadoras nestas fileiras);
- Impulso da capacidade exportadora dos produtores, resultantes da presença em eventos internacionais, da realização de missões de internacionalização e missões inversas, bem como da assessoria especializada ao nível de mercados internacionais em agricultura biológica;
- Reconhecimento internacional da qualidade dos produtos;
- Aumento de iniciativas relacionadas com estes recursos em toda a região (formação, projetos de desenvolvimento, iniciativas municipais, etc.);
- Fixação de capital humano (a maioria dos projetos proporcionou a criação do próprio emprego, trouxe novos residentes e possibilitou a não saída de outros);
- Reforço da autoestima da população local (o reconhecimento externo e institucional de recursos endógenos usados ancestralmente mas sem valorização económica foi muito relevante em termos de autoestima);
- Atratividade do território através de diversas ações e eventos de marketing territorial.

Por fim, importa lembrar que a relevância do recurso endógeno e a pertinência do foco temático desta EEC foram amplamente reconhecidos a nível regional e como tal foram mencionados no âmbito do Plano de Ação Regional ALENTEJO 2020, designadamente na alínea a) da Prioridade de Investimento 2.2.8 Economia Verde, na qual há referências específicas às Plantas Aromáticas e medicinais e aos recursos silvestres, enquanto sistemas de produção associados à utilização multifuncional do Montado.

Bibliografia

ADPME e Câmara Municipal de Almodôvar, (2009), *Memória Descritiva da Candidatura do Projeto “Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - Uma Estratégia para as Áreas de Baixa Densidade do Sul de Portugal”*.

SublimApoio, (2012). *Avaliação Externa do Projeto “PROVERE Estrutura de Dinamização, Coordenação e Gestão da Parceria”*, Ericeira.

BOURDIN, Alain (2000). *La Question Locale*, Presses Universitaires de France, Paris.

A Economia Social na ideologia dominante

Manuel Belo Moreira¹²⁵

Introdução¹²⁶

Neste texto dá-se particular ênfase ao papel da ideologia dominante na atual fase do capitalismo, enquanto factor explicativo do modo como, a partir desse universo ideológico predominantemente neoliberal, se constrói toda uma cultura que minoriza a Economia Social (ES). Procura-se assim chamar a atenção para como, sob influência dessa matriz ideológica, se aproveitam ou desperdiçam as potencialidades que a acção colectiva envolvida na ES pode desempenhar.

De facto considera-se que a ideologia é, provavelmente, o factor determinante no modo como, em democracia, as mensagens dos órgãos de comunicação social e, mais recentemente, o ambiente das redes sociais influenciam a formação das percepções da população. Ora é essa percepção que, em última análise, acaba por ser decisiva na elaboração e aplicação das políticas públicas. Aliás, já na primeira metade do século passado Keynes (1935) escrevia “As ideias de economistas ou filósofos políticos, tanto quando estão certas como quando estão erradas, são mais poderosas do que é usualmente compreendido. De facto o mundo é governado por pouco mais. Os homens práticos, que acreditam que estão livres de qualquer influência intelectual, são frequentemente escravos de algum economista morto”¹²⁷.

Acontece no entanto que, conscientes ou inconscientes dessa influência, é por demais frequente verificar-se a omissão ou recusa de explicitar os fundamentos ideológicos das políticas, tanto na fase da proposta como quando são postas em prática, o que pode resultar de duas ordens de razões.

A primeira será resultado da uma visão tecnocrática onde há um evidente primado do mercado sobre o social, ou dito de outra forma do capital sobre o trabalho, ela própria evidentemente ideológica embora não o reconheça, sublinha que o que interessa são políticas baseadas na evidência ignorando ou escamoteando voluntariamente os factos que as contradigam. De qualquer modo o que importa é sublinhar que a visão tecnocrática pode sem recurso ao cálculo político traduzir o convencimento genuíno de que as únicas opções válidas são as que dão a primazia ao mercado, o que revela um profundo e voluntário desconhecimento da história em geral e da história económica em particular. De facto, só isso permite afirmar, sem vergonha, que as políticas tecnocráticas são ideologicamente neutras.

¹²⁵ Manuel Belo Moreira, Licenciado em Engenharia Agronómica pelo Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade Técnica de Lisboa (UTL). Doutorado de terceiro ciclo pela Universidade de Ciências Sociais Grenoble II (França) com reconhecimento de equivalência a doutor pela UTL. Agregação pela UTL. Professor catedrático do ISA, aposentado em 2012. Presidente da Direção do Centro de Estudos de Economia Pública e Social) / CIRIEC Portugal.

¹²⁶ Agradeço aos colegas e amigos Fernando Baptista e Joaquim Rolo a leitura crítica e as sugestões que entenderam fazer.

¹²⁷ A tradução das citações incluídas neste texto é da minha responsabilidade.

A outra razão corresponde essencialmente à tática política de comunicação em que propostas ideologicamente conotadas com os interesses do capital se apresentam como neutras esperando que assim sejam mais valorizadas pelo senso comum, enquanto as alternativas são descritas como ideologicamente determinadas, utópicas e completamente desfasadas da realidade.

Chris Dillow no seu blog mostra, numa entrada intitulada “The end of evidence-based centrism”¹²⁸, vários exemplos de relevantes declarações políticas supostamente baseadas na evidência que não passam à prova dos factos. O leitor certamente conhecerá muitos outros casos de balanços enganadores ou promessas para ganhar eleições e provavelmente dará um desconto aos seus autores. No entanto tal não deveria passar em claro por parte dos órgãos de comunicação social que segundo a deontologia jornalística deveriam estar atentos a estes desvios evitando o propalar de meias verdades ou falsidades evidentes. Essa falha torna-se mais grave quando impera uma suposta neutralidade que serve para justificar a divulgação de posições ideologicamente distintas sem cuidar de verificar se de facto as posições em confronto são baseadas em provas¹²⁹. Finalmente é de sublinhar o papel amplificador dessas falhas através das colunas ou espaços de opinião, tão em voga nos nossos órgãos de comunicação social. Os seus autores, verdadeiros formadores da opinião, dada a visibilidade que assim lhes é outorgada, exercem uma influência que não pode ser menosprezada. Acontece porém que, como não estão obrigados às regras deontológicas do jornalismo, nada os coíbe de reproduzir as suas posições ideológicas que, com demasiada frequência, são apresentadas como evidências caras ao senso comum. Este claro enviesamento ideológico é facilitado, quando não promovido, pelos editores ou responsáveis desses órgãos que aceitam que posições ideológicas não sejam devidamente explicitadas e possam ser entendidas como ideologicamente neutras, embora noutros casos não passe de mera conviência com tais comportamentos mesmo quando baseados em falsidades que não são verificadas. Isto é, muitos órgãos de comunicação social reproduzem comportamentos idênticos aos que são típicos das redes sociais¹³⁰.

Não será assim de estranhar que muitas das percepções políticas sejam a confirmação da asserção popular que nos diz que uma mentira repetida muitas vezes passa a ser vista como verdade¹³¹.

É, portanto, sob este pano de fundo que se procura entender o evidente enviesamento no que respeita à ES, particularmente a ideia veiculada por grande

¹²⁸ https://stumblingandmumbling.typepad.com/stumbling_and_mumblng/2021/11/the-end-of-evidence-based-centrism.html.

¹²⁹ Situação verificada quando os órgãos de comunicação social põem em confronto e dão a mesma dignidade às opiniões cientificamente validadas e às que defendem agendas negacionistas, seja sobre as alterações climáticas, os efeitos do tabaco ou sobre as vacinas. É esclarecedor e preocupante o testemunho de David Jordan, responsável editorial da insuspeita BBC, dada recentemente a um comité da Câmara dos Lordes “os defensores da terra plana não terão o mesmo espaço de quem acredita que a terra é redonda. Mas ocasionalmente pode ser apropriado entrevista-los. E se muitas pessoas acreditam na terra plana precisamos de os atender.” <https://mainlymacro.blogspot.com/2022/01/the-bbcs-crisis-over-scientific-fact.html>.

¹³⁰ Numa entrada recente no seu blog o prof. Simon Wren-Lewis (2022) mostra como os media do Reino Unido passam com sucesso mensagens económicas ao arrepio do consenso dos economistas “As diferenças entre as políticas do Reino Unido e dos EUA para a recuperação da pandemia deveria ter sido um momento de ensinamento, mas isso também é escassamente discutido por não economistas. Em economia, como em epidemiologia e ciência climática, o partido conservador conseguiu dominar o discurso público, em parte porque o conhecimento dos especialistas é desvalorizado”. No mesmo sentido vai a coluna de opinião de Paul Krugman no *The New York Times* de 11/2/2022.

¹³¹ “Resumindo, quando a verdade é somente ‘tudo aquilo que vende’, então qualquer independente força regulatória em epistemologia deixa de ter influência. É necessário insistir que os neoliberais foram pioneiros desse ‘relativismo’ muito antes do advento do pós-modernismo” (Mirowski (2019).

parte dos órgãos de comunicação social, sob influência da ideologia dominante e das escolhas editoriais que não podem esconder a sujeição aos poderosos interesses económicos que os detêm como veremos à frente.

O contexto

Para entender o contexto atual é necessário olhar para as grandes linhas de transformação das políticas da área económica onde o país se situa, isto é o mundo ocidental industrializado sob influência directa da hegemonia dos Estados Unidos da América depois da 2ª Guerra Mundial plasmada no acordo de Bretton Woods e instituições que dele resultaram (Banco Mundial, FMI e GATT precursor da OMC).

No início do século passado vivia-se já uma fase incipiente da globalização¹³² coincidindo com a hegemonia económica liberal apenas interrompida pela 1ª Grande Guerra e mais tarde no período da Grande Depressão dos anos 30. Depressão fortemente agravada pelo fundamentalismo de mercado que recusava a intervenção do Estado, perfeitamente ilustrada pela recomendação ao presidente dos EUA feita em 1931 por Andrew Mellon então Secretário do Tesouro Americano “liquide-se o trabalho, liquide-se a bolsa, liquide-se a agricultura, liquide-se o imobiliário ... isso purgará a podridão do sistema... as pessoas trabalharão mais arduamente e viverão uma vida mais moral. Os valores serão ajustados, e as pessoas empreendedoras substituirão os menos competentes”¹³³.

As políticas de Roosevelt para sair da Grande Depressão, de evidente inspiração keynesiana, recusaram essa orientação preparando o caminho da recuperação económica acabando por servir de guia às economias do chamado mundo ocidental.

Acontece que, apesar de hegemónico, o Keynesianismo nunca deixou de ser contestado da parte de sectores económicos que se opuseram às políticas de Roosevelt para recuperar de Grande Depressão dos anos 30. Sectores que financiaram os grupos de reflexão académica (think tanks) que a ela se opunha. Uma referência especial merece ser dada à famosa Sociedade de Mont Pélerin, cujas raízes datam da conferência Walter Lipman ainda antes da Grande Guerra voltada para a luta contra os totalitarismos, mas que só foi instituída em 1947, e que, após o expurgo dos menos extremistas, se tornou na origem intelectual e no templo do proselitismo do que Mirowsky apelida de pensamento colectivo neoliberal. A importância desta Sociedade resultou do peso de personalidades como Hayek, Friedman, Stigler e outros 5 prémios Nobel da Economia¹³⁴.

Num primeiro momento a acção da Sociedade vai entrincheirar-se na luta contra o socialismo, entendido como o caminho da servidão, como definido por

¹³² Longe no entanto da globalização financeira que caracteriza a fase actual.

¹³³ <https://quote.org/quote/liquidate-labor-liquidate-stocks-liquidate-farmers-liquidate-607227>

¹³⁴ Entre outros, ver: Denord (2002), Dixon (1999), Mirowski (2013) e Re (2019).

Hayek, defendendo o que podemos designar como projeto neoliberal¹³⁵. Projeto esse onde a retórica é a de recusa da intervenção do Estado, mas que, na prática, não dispensa o uso do Estado para fazer avançar o alcance do mercado para todas as áreas económicas que eram prerrogativa do Estado ou as que estão fora do mercado como a economia familiar. De qualquer modo a ideologia neoliberal pouca adesão teve até aos anos 70.

Nos anos fim dos anos 60 e início dos 70, um conjunto de fenómenos sociais e políticos tiveram enorme influência na economia mundial dando origem a uma crise a que o mundo industrializado não escapou. Vale referir os seguintes: (i) o mal-estar social evidenciado particularmente pelos movimentos da juventude, seja na revolta do Maio 68 ou na recusa de parte da juventude dos EUA em participar na guerra do Vietname; (ii) a perda de riqueza do 1% dos mais ricos¹³⁶ que os levou a concertar esforços para restabelecer o seu poder de classe¹³⁷, nomeadamente no que era visto como quebra da ordem natural das coisas, ao mesmo tempo em que melhoram os ganhos do mundo do trabalho (nas condições do trabalho e no pendor da repartição da riqueza gerada), em parte por razões geopolíticas - que se enquadravam na luta ideológica com o mundo de influência soviético - a que se juntava a acção de um sindicalismo forte; (iii) o choque inflacionário provocado pela decisão do cartel dos países produtores de petróleo participantes da OPEC de restringir a produção e o consequente aumento de preços com efeitos mundializados que geraram o descontentamento da população afectada pela subida dos preços e pelas longas filas no acesso aos combustíveis; (iv) o fim da convertibilidade do dólar pela administração Nixon que determinou o fim da ordem económica vigente desde os acordos de Bretton Woods e, (v) finalmente, a derrota dos EUA que marca o fim da guerra do Vietname e mostrou uma fraqueza inesperada da primeira potência mundial. Esse conjunto de fenómenos e as consequentes mudanças sociais, políticas ou económicas que provocaram conjugou-se com uma economia do mundo ocidental muito marcada pela inflação, pela estagnação económica e pelo desemprego, no que ficou a ser designado por estagflação.

É neste quadro, onde as receitas habituais de superação das crises de matriz keynesiana deixaram de dar os resultados que anteriormente se obtinham, nomeadamente porque não conseguiram estancar a inflação, que os críticos de Keynes agrupados no pensamento colectivo neoliberal¹³⁸ aproveitaram para propor novas políticas e foram acolhidos por políticos e fazedores de opinião, muitos dos quais passaram de defensores convictos de Keynes para o campo neoliberal¹³⁹. Essa mudança foi facilitada pela hegemonia neoliberal

¹³⁵ Sobre o conceito neoliberalismo pode ver-se Plehwe, Slobodian, e Mirowski (2020) e Mirowski (2014) onde é entendido como *"a thought collective and political movement combined"*.

¹³⁶ Segundo Harvey, citado por Birch (2015).

¹³⁷ Que, mesmo quando não põem em causa a acumulação do capital, deixa desconfortáveis aqueles sectores patronais para quem a intervenção sindical é sinónimo de perda de poder e quebra da cadeia hierárquica.

¹³⁸ "O colectivo de pensamento neoliberal *"recorre intencionalmente à coordenação para suprir deficiências cognitivas existentes nos seus seguidores"* Mirowski (2019).

¹³⁹ "Embora muitos não se reconheçam nessa caracterização como mostra Mirowski (2014) no texto intitulado *"The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure"*.

no seio da academia¹⁴⁰, cujo expoente foi a escola de Chicago cuja influência é reconhecida¹⁴¹ a que acresce o proselitismo desenvolvido pela Sociedade de Mont Pélerin, Heritage Foundation e outros influentes think tanks¹⁴², bem como as “special-purpose foundations for the education and promotion of neoliberal doctrines” Mirowski (2014)¹⁴³. Estas instituições têm poder económico e político suficiente para influenciar as linhas editoriais dos órgãos de comunicação, obviamente os próprios, mas também os que se dizem independentes tanto mais que contam com suporte académico. A mistura de pressão económica e a influência ideológica acabada de referir levou muitos comentadores influentes a renegar o keynesianismo e a alinhar pela cartilha neoliberal.

Não é assim de estranhar que essa mudança na hegemonia ideológica acabasse por ter tradução política, primeiro no Chile ao tempo da ditadura de Pinochet que serviu de laboratório, imposto pela força, das medidas sugeridas pelos Chicago Boys e que contou com o apoio explícito de Hayek, seguindo-se o Reino Unido ao tempo da administração Thatcher que tinha como objectivo assumido “quebrar os rins” aos sindicatos. Nos EUA onde a influência neoliberal é já evidente com a administração Carter ganha outro fôlego com Reagan, expandindo-se depois através de organizações como o FMI, a OCDE e o Banco Mundial que durante décadas condicionaram as políticas de apoio ao desenvolvimento seguindo uma interpretação restritiva e ideologicamente orientada do chamado Consenso de Washington insistindo ou impondo a liberalização, a desregulação e as privatizações¹⁴⁴.

A hegemonia neoliberal consolidou-se assim nos EUA, no Reino Unido e em países relevantes da Commonwealth como a Austrália e a Nova Zelândia além de também ter influenciado o projecto Europeu. Note-se que as políticas neoliberais e as ordoliberais são transversais aos espectros políticos dominantes abrangendo e influenciando, embora com nuances, tanto Republicanos como Democratas nos EUA, Conservadores e Trabalhistas no Reino Unido e na Alemanha a CDU/CSU e os Sociais-democratas enquanto em França se verifica uma viragem no PS durante o consulado de Mitterrand. Com essa hegemonia ideológica nos países mais influentes a linha das políticas europeias, definidas pela respectiva

¹⁴⁰ Sobre o impacto do neoliberalismo no regime de gestão científica ver Lave *et al.* (2010). Mirowski (2014) diz que antes de 1980 o neoliberalismo dominava em departamentos das seguintes instituições “University of Chicago Economics, the LSE, L’Institut Universitaire des Hautes Etudes Internationales at Geneva, St. Andrews in Scotland, Freiburg, the Virginia School, George Mason University”.

¹⁴¹ Influenciando a carreira académica de quem ousasse colocar em dúvida o fundamentalismo de mercado. Basta lembrar a dificuldade de publicar o artigo seminal de Akerlof sobre a informação assimétrica “The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism”. Tanto a *American Economic Review* como a *Review of Economic Studies* rejeitaram o artigo por trivialidade, enquanto os revisores do *Journal of Political Economy* rejeitaram-no por incorrecto, argumentando que se o artigo estivesse correcto, então nenhum bem poderia ser comercializado. Só na quarta tentativa o artigo foi publicado no *Quarterly Journal of Economics* (Wikipedia).

¹⁴² Mirowski (2014) refere o “Institute for Economic Affairs, American Enterprise Institute, Schweizerisches Institut für Auslandsforschung [Swiss Institute of International Studies], the Hoover Institution at Stanford”. E desde 1981 o que Mirowski apelida de “mother of all think tanks” The Atlas Economic Research Foundation” que conta com 495 affiliated think-tanks in 96 countries.

¹⁴³ “Volker Fund, the Earhart Foundation, the Reim Foundation, the Lilly Endowment, the John M. Olin Foundation, the Bradley Foundation, and the Foundation for Economic Education. The Coors and Koch family foundations were critical players in the United States. The Intercollegiate Society of Individualists [ISI] served as a recruitment center for bright young things to be scouted and groomed for the movement in the US; other countries had similar ‘educational’ foundations.”

¹⁴⁴ Esquecendo outros temas do referido Consenso (Rodrik, 2006).

Comissão, não poderiam de ser outras senão uma mistura de opções neoliberais temperadas pelo ordoliberalismo alemão¹⁴⁵.

A hegemonia neoliberal só começa a ser contrariada com as crises financeiras, ligeiramente com a de 2001 nos EUA e mais fortemente com a crise de 2007/8, cujo âmbito foi global. De facto, até aí a ideia da superioridade dos mercados auto-regulados, supostamente mais eficientes, era hegemónica e, mesmo perante a evidência comprovada da existência de externalidades negativas, era aceite que a intervenção do Estado deveria ser mínima, como prova a seguinte citação de Eugene Fama, um dos expoentes da escola de Chicago “Todos querem que o mundo seja um lugar melhor, e alguns pensam que as acções do governo podem consegui-lo. Mas não tomam em consideração que as acções governamentais muitas vezes podem fazer mais mal do que bem” e o mesmo autor, em absoluta negação do feito nefasto da financeirização neoliberal, afirmava “Eu não sei o que significa uma bolha de crédito. Estas palavras tornaram-se populares. Não penso que tenham algum significado” e isto nas vésperas da crise do subprime que originou a grande recessão mundial de 2007/8¹⁴⁶.

Este pensamento dominante esqueceu que há mais de 75 anos já Polanyi (2001) tinha mostrado que os mercados auto-regulados tão caros à retórica neoliberal são um mito, necessitando da protecção do Estado. De facto, só após a crise 2007/8 é que os fundamentos teóricos da ideologia neoliberal dominante já anteriormente postos em causa por personalidades do mainstream como Akerlof, Krugman, Minsk, Shiller, e Stiglitz ganham peso e o consenso económico hegemónico afasta-se do fundamentalismo até então dominante. Revisão bem expressa pela autocritica do todo-poderoso Presidente da Reserva Federal dos EUA, Alan Greenspan, ao confessar em audição do Congresso sobre a sua actuação durante a crise “Eu encontrei uma falha, não sei quanto significativa ou permanente pode ser. Mas tenho estado extremamente penalizado com o facto”. E depois clarifica: “por outras palavras, descobres que a tua visão do mundo, a tua ideologia, não estava certa, não estava a funcionar... é precisamente a razão porque eu estava chocado, porque durante 40 anos ou mais havia provas consideráveis que estava a funcionar excepcionalmente bem”¹⁴⁷.

No entanto, mesmo os neoliberais, que ao contrário dos tradicionais liberais e dos libertários não dispensam a intervenção estatal, isso não impede que procurem, muitas vezes com sucesso, restringir o Estado às funções que importam ao projeto neoliberal, através da redução drástica dos recursos orçamentais à disposição dos estados para fins sociais, de acordo com a teoria do *starving the beast*, como é conhecida na terminologia anglo-saxónica¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Sobre as semelhanças e diferenças entre o neoliberalismo e o ordoliberalismo, temos que o primeiro é mais *laissez faire* enquanto o segundo, também chamado neoliberalismo alemão é baseado em regras definidas e impostas pelo Estado, evidenciando preocupação social, embora ambos partilhem da ideia de que “Efficient markets, regulated by the price mechanism, are seen as the *raison d'être* of successful capitalism. For both, the most crucial condition for market efficiency is competition” Cerny (2016).

¹⁴⁶ Citações em https://www.brainyquote.com/quotes/eugene.fama_1013926 e <https://www.brainyquote.com/quotes/quotes/e/eugenefama582058.html>.

¹⁴⁷ Excepcionalmente bem do ponto de vista dos detentores do capital, pois o mundo do trabalho neste período só viu a sua situação material regredir em termos reais. A citação está em https://en.wikipedia.org/wiki/Alan_Greenspan.

¹⁴⁸ Ver a contribuição de Stiglitz na edição do livro de Polanyi (2001).

Em suma, apesar de a hegemonia neoliberal ter sido fortemente abalada com as crises, abrindo brechas na muralha da ideia de que não há alternativa, na realidade não se assistiu verdadeiramente a uma ruptura total, tendo mesmo os seus defensores tirado proveito das crises para aprofundar o seu projeto, como sugere Mirowsky¹⁴⁹. Em particular é de sublinhar o peso da visão neoliberal na resposta da União Europeia à crise financeira seguindo a ortodoxia financeira ordoliberal. Tivemos que sofrer uma nova crise em resultado da pandemia do Covid19 e a consciencialização do agravamento da crise climática e agora a guerra na Ucrânia para serem de novo ensaiadas soluções de cariz keynesiano. Pode assim concluir-se que o peso das ideias, neste caso as defendidas pelo poderoso pensamento colectivo neoliberal, têm um forte lastro, quer sejam para o bem ou para o mal como lembrava Keynes na citação referida acima.

No entanto, é neste contexto, em que a muralha da hegemonia neoliberal já evidencia fendas, que muitos políticos, parte da academia de forma voluntária mas também involuntariamente através do ensino¹⁵⁰ e influentes fazedores da opinião ainda não abandonaram totalmente ideias desacreditadas pela evidência e que não cessam de trazer para o debate¹⁵¹, que se vai abordar o papel que a ideologia dominante reserva para a Economia Social.

Como a ideologia dominante condiciona a Economia Social

Neste texto entende-se por ES o que consta da respectiva lei de Bases (Lei nº 30/2013 de 8 de maio).

Desde logo é de sublinhar que a Economia Social tanto engloba entidades que resultam da iniciativa e prática da acção colectiva dos principais interessados, como as cooperativas e mutualidades, mas também as misericórdias, fundações e todo o tipo de associações que venham a ser reconhecidas como pertença deste universo. Ora este tanto pode integrar exemplos de acção colectiva como casos de iniciativa de entidades religiosas ou de indivíduos com fins assistenciais ou caritativos e, frequentemente, no caso de muitas fundações, com o objectivo evidente de preservação de patrimónios.

Não obstante a falta de coerência doutrinária a simples existência da lei é positiva pois não só permite dar enquadramento legal à distinção constitucional da existência de um sector económico distinto do Estado e do universo económico das atividades com fins lucrativos, como lhe dá outra dignidade institucional e visibilidade, o que acontece com a conta satélite para a Economia Social do Instituto Nacional de Estatística, além de servir como suporte para lhe poder ser dado tratamento distinto em termos de fiscalidade.

¹⁴⁹ Título do livro de Mirowski "Never Let a Serious Crisis Go to Waste."

¹⁵⁰ Zingales afirma no artigo com o sugestivo título "Do Business Schools Incubate Criminals?" "Experimental evidence suggests that the teaching of economics does have an effect on students' behavior: It makes them more selfish and less concerned about the common good. This is not intentional. Most teachers are not aware of what they are doing. Ver também Macrine (2016) sobre as pedagogias do neoliberalismo.

¹⁵¹ Que Krugman designa como *zombies ideas*. <https://krugman.blogs.nytimes.com/2011/03/13/cockroach-ideas/>.

Embora a ideologia dominante seja a mesma há que atender que a ES enfrenta gradações importantes na forma como é percebida tanto pela opinião pública, como pelos seus membros e pelos poderes públicos, o que em grande parte decorre da respectiva história nos diferentes países o que origina diferenças na forma como as regras da UE, são acolhidas e postas em prática nos países membros. Daí que em países onde a tradição e peso da ES é grande a percepção e as políticas desenvolvidas temperam o peso do neoliberalismo puro e duro como nos países nórdicos, Alemanha e mesmo França, enquanto em Portugal a ideologia dominante parece reinar sem grandes entraves.

De facto, em Portugal não se pode esquecer a herança do corporativismo que durante a ditadura cerceou fortemente o desenvolvimento da ES respeitadora da sua matriz fundadora resultante da acção colectiva dos interessados, com excepção do componente assistencial das Misericórdias que era bem-vinda.

Daí que, quando a ideologia dominante, explícita nos documentos da Comissão Europeia, apenas outorga à ES uma função restrita de meio para lutar contra a pobreza e a exclusão social¹⁵², não é de estranhar que em Portugal o aparelho político, tanto o legislativo como o executivo, apesar da dignidade constitucional que lhe é outorgada, pouca atenção e cuidado tem dado ao papel da ES que não se dedique a essas funções.

Genericamente pode dizer-se que a ES é bem aceite e até incentivada pela ideologia neoliberal quando se trata de desenvolver os seguintes objectivos:

- manutenção de patrimónios privados através de fundações e, assim, aproveitar dos benefícios fiscais e outros que esse estatuto outorga;
- promover a filantropia, cara às posições individualistas dos financiadores dos think tanks;
- desenvolver iniciativas doutrinárias e de proselitismo promotoras da educação de matriz neoliberal através de bolsas de estudo para alunos promissores em departamentos criteriosamente escolhidos ou através da acção das acima mencionadas special-purpose foundations for the education and promotion of neoliberal doctrines”;
- substituir o Estado onde há escassas perspectivas de negócios privados, por exemplo: dar apoio social (sempre mínimo para não criar “maus hábitos e dependências”) através das Instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou diversos tipos de ONGs. Mas também aceita as Local Exchange Trade Systems (LETS) ou os Bancos de Horas, em situações de desemprego e em zonas problemáticas.

¹⁵² Segundo Monzon (2016) “En abril de 2011 se publica la comunicación de la Comisión *Acta del mercado único: doce prioridades para estimular el crecimiento y reforzar la confianza. Juntos por un nuevo crecimiento*. La prioridad no 8 del *Acta del mercado único* reduce el papel de la economía social a la lucha contra la pobreza y la exclusión social y la configura como un instrumento de inclusión activa, proponiendo una iniciativa en favor de las empresas sociales que facilite el desarrollo de fondos de inversión solidaria, abriendo nuevas oportunidades de inversión a inversores establecidos en todos los Estados miembros”.

Todavia a ES será apenas tolerada, quando não claramente desencorajada:

- quando ocupa espaço em negócios potencialmente atractivos, afectando a vocação expansionista do capitalismo privado e, sobretudo,
- quando a ES se apresenta como alternativa económica viável capaz de disputar áreas de negócio que interessem ao sector privado.

A ES, no entanto, também pode assumir contornos de alternativa radical nos casos em que:

- organizações formais da sociedade civil, ideológica e politicamente motivadas procuram afirmar-se como alternativa radical ao capitalismo;
- como resultado de Movimentos de massas pontuais (grass root movements) que tentam perdurar por meio de iniciativas, normalmente informais, que se assumem como alternativa radical ao capitalismo. Nota-se que tem havido muitos movimentos de protesto de matriz radical que, por vezes, atingem sucessos importantes. Já a amplitude e duração das iniciativas que deles resultam não parecem ser grandes.

Conhecido o modo como a ideologia dominante encara a ES importa entender o modo como, na prática, esses sentimentos se traduzem. Isto é, entender que tipos de pressões existem para facilitar a descaracterização cooperativa ou das mutualidades¹⁵³, entidades que mostram capacidade de ser alternativa viável ao empreendedorismo motivado pelo lucro.

Estas, por um lado estão sujeitas a competição do mercado e assim são forçadas, pela lógica intrínseca dessa competição, a abandonar aqueles que prejudiquem essa competição, como aconteceu com as cooperativas leiteiras quando as regras da EU e o mercado único as levou a concentrar a respectiva actividade nos maiores produtores mudando a estrutura produtiva nacional.

Todavia para além da lógica do mercado não podemos esquecer a influência ideológica por detrás das tendências para a descaracterização das cooperativas ou mutualidades.

Uma razão que não pode ser descartada para essas tendências resulta da acção de membros e dirigentes das próprias instituições que agem no sentido de viabilizar essa descaracterização seja por razões a que a ideologia dominante não é alheia, seja por mero oportunismo nos casos em que dirigentes influentes actuam de forma danosa com fins de enriquecimento pessoal.

¹⁵³ De 1980 a 2010 muitas cooperativas e mutualidades converteram-se em entidades de tipo capitalista; 72 mutualidades nos EUA; 18 sociedades de construção e 4 cooperativas agrícolas em Inglaterra; 10 sociedades de construção e 60 cooperativas de vários sectores na Austrália e 39 mutualidades dedicadas aos seguros de vida no Japão (Côté 2018, p.20), ver também ICA (2014).

Mas a tendência para atenuar ou abandonar a pureza da matriz fundadora tem um alcance mais vasto e perigoso para a ES ultrapassando o âmbito restrito dos dirigentes da ES uma vez que conta para isso com o apoio político, tanto dos que legislam, como dos que detêm o poder executivo.

O conceito de isomorfismo é particularmente útil para entender o sentido e as pressões que existem para reforçar essas tendências¹⁵⁴.

De facto, como refere Cotê (2018), os dirigentes da ES, a que deveríamos juntar legisladores e decisores políticos, estão sujeitos aos poderosos mecanismos de isomorfismo institucional descritos por Di Maggio & Powel: coercitivo, normativo e mimético.

O isomorfismo coercitivo funciona em pleno através de regras, leis e sanções pensadas para o capitalismo¹⁵⁵. Vejam-se as orientações da troika, as imposições da Comissão Europeia ou do Banco Central Europeu no sentido da privatização de empresas públicas de sectores sensíveis da economia portuguesa, mesmo dos chamados monopólios naturais, sem sequer se considerarem soluções alternativas diferentes da privatização entregue ao capitalismo privado ou estatal como sucedeu em Portugal no tempo da troika. Acresce que, neste caso de fúria privatizadora incentivada ou imposta pela UE se dispensou a regra de ouro neoliberal para a actuação estatal que obrigaria a realizar análises de custo benefício claras e fundamentadas.

O isomorfismo normativo alimenta-se da educação formal, das redes profissionais e pela filtragem de pessoas quando do recrutamento profissional, mas também pelos mecanismos de certificação e acreditação.

E, finalmente, o isomorfismo mimético que, em contexto de incerteza, procura adoptar soluções consideradas viáveis idênticas às adoptadas pelas instituições capitalistas, sem sequer curar de saber se essas soluções são de facto as únicas possíveis. É assim mais fácil optar por estratégias entendidas como técnicas e neutras, mas que o não são na realidade¹⁵⁶.

Note-se que as pulsões para a descaracterização cooperativa ou a desmutualização tanto pode indicar actuações que roçam características fraudulentas, como podem configurar uma sobrevalorização dos argumentos de eficácia, resultantes da subjugação a mensagens ideológicas transmitidas pelas escolas, particularmente as Business Schools e pelos órgãos de comunicação social, em particular as publicações especializadas em economia e gestão.

Explica-se assim a tendência para a desmutualização e, mesmo para a perversão dos princípios cooperativos, que aliás é frequentemente partilhada por forças políticas de âmbito nacional ou através do modo como as entidades

¹⁵⁴ Conceito que explica como empresas ou instituições imitam ou copiam modelos ou estruturas organizacionais de outras tidas como exemplo.

¹⁵⁵ Por exemplo a obrigação do Crédito Agrícola, do Banco Montepio ou das mutualidades de se sujeitarem às regras do bancárias ou seguradoras, sem atender à especificidade dessas instituições decorrentes da matriz cooperativa e mutual.

¹⁵⁶ Talvez o isomorfismo mimético explique em grande parte os problemas que atravessou o Banco Montepio através duma imitação cega da lógica da banca privada.

reguladoras nacionais ou supranacionais supervisionam, na prática, a actividade da ES considerando-a equivalente às entidades capitalistas.

É aliás sintomático que as alterações ao código cooperativo português de 2015 abrindo caminho ao investidor capitalista nas cooperativas e introduzindo a possibilidade do voto plural tenha contado com a posição favorável de organizações cooperativas preocupadas com questões de eficiência (sintoma de isomorfismo normativo e mimético) ao ponto de aceitarem alterações que vão ao arrepio da matriz fundadora e cuja constitucionalidade é discutível.

Concluindo, os argumentos referidos mostram o papel da ideologia dominante acaba por criar uma cultura económica desfavorável à ES. Seja pela opinião expressa ou pelas consultorias dos seus seguidores influentes na academia, seja pela acção da comunicação social, através das opções editoriais e da dominância dos comentadores interessados no proselitismo neoliberal embora se apresentem como neutrais. De facto é essa cultura económica que condiciona o sentido das políticas públicas para a ES, nomeadamente através da imposição de regras que não atendem à matriz fundadora da ES e da desvalorização da acção colectiva, além de também influenciar os próprios agentes da ES favorecendo os fenómenos de isomorfismo acima referidos.

Mostra-se assim o papel, nefasto, da ideologia dominante que ao excluir alternativas ao capitalismo neoliberal e ao não dar a atenção que deveria merecer ao papel da acção coletiva acaba por, na prática, não permitir o cabal aproveitamento das potencialidades que a ES pode dar como contributo para o desenvolvimento sustentável (Moreira, 2017, 2018, 2018a e 2019).

Bibliografia

- Akerlof, G. e Shiller, R. (2009). *Animal Spirits. How human psychology drives the economy, and why it matters for global capitalism*". Princeton University Press, Princeton and Oxford.
- Birch, K. (2015). "Neoliberalism: The Whys and Wherefores...and Future Directions". *Sociology Compass* 9/7 (2015): 571–584. https://www.academia.edu/26024978/Neoliberalism_The_whys_and_wherefores_and_future_directions?auto=download&email_work_card=download-paper.
- Cerny, P. (2019). From Theory to Practice: The Paradox of Neoliberal Hegemony in 21st Century World Politics in https://www.researchgate.net/publication/334626629_From_Theory_to_Practice_The_Paradox_of_Neoliberal_Hegemony_in_21_st_Century_World_Politics.
- Cerny, P. (2016). "In the Shadow of Ordoliberalism: the paradox of neoliberalism in the 21 century", *European Review of International Studies* Vol. 3, Issue 1/2016, pp. 78–91.

- Côté, D. (201). *La Gestion Coopérative. Un modèle performant aux défis de l'avenir*. Montréal, Les Éditions JFD inc.
- Denord, François (2002). "Le prophète, le pèlerin et le missionnaire". In *Actes de la recherche en sciences sociales* 5/2002 (no 145), p. 9-20. <http://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2002-5-page-9.htm>.
- Dixon, K. (1999). *Os Evangelistas do Mercado: Os Intelectuais Britânicos e o Neoliberalismo*. Oeiras. Celta Editores.
- ICA (2014). "International Co-operative Alliance expresses concerns over proposals which threaten Japanese agricultural co-operatives and family farming" <http://ica.coop/en/media/library/press-releases/international-co-operativealliance-expresses-concerns-over-proposals>.
- Keynes, J. M. (1935). *The General Theory of Employment, Interest and Money*.
- Kishimoto, S. & Valentin, L. (2022). "European Green Deal: can it tackle the climate crisis?" in *Social Europe*, 4 January, in <https://socialeurope.eu/european-green-deal-can-it-tackle-the-climate-crisis>.
- Lave, R., Mirowski, P. and Randalls, S. (2010). "Introduction: STS and Neoliberal Science." *Social Studies of Science* 40 (5):659-675. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312710378549>
- Macrine, S. (2016). "Pedagogies of Neoliberalism" in Springer, S., Birch, K. & Macleavy, J. (ed.) *Handbook of Neoliberalism*, New York, Routledge, Chap. 26 pp. 294-305.
- Monzon, J. L. (2016). "La Economía Social en la Literatura Económica y en los Hechos: 30 Años de Historia del Ciriec-España". Conferencia pronunciada el 19 de octubre de 2016 en el Paraninfo de la Universitat de València, con motivo del XXX Aniversario de la creación del CIRIEC-España.
- Minsky, H. (2008). *Stabilizing an Unstable Economy*. McGraw-Hill, p. 395.
- Mirowski, P. (2019). "Hell Is Truth Seen Too Late" in *Boundary* 2 46:1 (2019) DOI 10.1215/01903659-7271327, by Duke University Press. <https://read.dukeupress.edu/boundary-2/article/46/1/1/137342/Hell-Is-Truth-Seen-Too-Late>.
- Mirowski (2014). "The Political Movement that Dared not Speak its own Name: The Neoliberal Thought Collective Under Erasure". <https://www.ineteconomics.org/uploads/papers/WP23-Mirowski.pdf>.
- Mirowski, P. (2013). *Never Let a Serious Crisis Go to Waste: How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. London, NY, Verso.

- Moreira, M. (2017). “O empreendedorismo social como bem público”. *Revista Grifos* nº 42 (Brasil). (PDF) O empreendedorismo social como bem público (researchgate.net).
- Moreira, M. (2018). “Novos modelos de paisagem mais resilientes ao fogo e às alterações climáticas. Utopia ou necessidade? In (PDF) Novos modelos de paisagem para o minifúndio português, mais resilientes aos fogos rurais e às alterações climáticas. Utopia ou necessidade? (researchgate.net).
- Moreira, M. (2018a). “Understanding financialization and its impacts on Social Economy / Chapter 6”. In: CIRIEC and BANCE, Philippe (dir.). *Providing public goods and commons. Towards coproduction and new forms of governance for a revival of public action*. Liège: CIRIEC, 2018. (CIRIEC Studies Series; 1), pp. 113-133. In <http://doi.org/10.25518/ciriec.css1chap6>.
- Moreira, M. (2019). “A Economia Social e Solidária como condição para o desenvolvimento sustentável” in https://www.researchgate.net/publication/339850644_A_Economia_Social_e_Solidaria_como_condicao_para_o_desenvolvimento_sustentavel_A_implementacao_dos_Objeticos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_ODS_Qual_o_papel_da_Economia_Social_e_Solidaria_ESS
- Plehwe, D., Slobodian, Q., Mirowski, P. (Eds) (2020). *Nine Lives of Neoliberalism*, ISBN 978-1-78873-255-0, Verso, London, New York, NY, <https://www.versobooks.com/books/3075-nine-lives-of-neoliberalism>.
- Polanyi, K. (2001). *The great Transformation. The Politic and Economic Origins of Our Time*. 2nd ed. Foreword by Joseph E. Stiglitz; introduction by Fred Block. Boston: Beacon Press.
- Re C. (2019). “Teaching Economics in the Time of Ordoliberalist Hegemony”, *History of economic ideas*, 27, 3, 115-128.
- Rodrik, D. (2006). “Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of the World Bank’s Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform”, in *Journal of Economic Literature* Vol. XLIV pp. 973–987. https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/danirodrik/files/goodbye_washington_consensus_.pdf.
- Stiglitz, J. (2009). *Too Big to Fail or Too Big to Save? Examining the Systemic Threats of Large Financial Institution*. Testimony for the Joint Economic Committee hearing, April 21, 2009, Washington, DC.
- Stiglitz, J. (2010). *Freefall. America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. New York. W. W. Norton&Company, 361 p.

Wren-Lewis (2022). “The evidence, and the consensus among economists, against Tory fiscal policy has grown over time”, in <https://mainlymacro.blogspot.com/2022/01/the-evidence-and-consensus-among.html>.

Zingales, L. “Do Business Schools Incubate Criminals?”, in *Bloomberg*, 16/07/2012. Disponível em 17/10/2012. <http://www.bloomberg.com/news/2012-07-16-do-business-schools-incubate-criminals-.html>.

A Reforma Agrária na Comunidade do Couço

A terra a quem a trabalha

Ana Novais¹⁵⁷

No processo da Reforma Agrária, iniciado no final de 1974, os trabalhadores agrícolas do Couço criaram 22 unidades coletivas de produção (UCP) que, 10 anos depois, apesar da sistemática e intensa ofensiva arrogada por sucessivos governos constitucionais, prosseguiram a produzir e a dar trabalho a mais de meio milhar de trabalhadores. Neste trabalho, apresento os resultados de um estudo sobre o movimento de ocupação de terras no Couço, que deu lugar às UCP, e os seus antecedentes, nomeadamente a estrutura fundiária desta freguesia em 1974. O texto é uma versão de um outro escrito nos anos 1990 e que constitui a primeira parte de uma monografia sobre a Reforma Agrária do Couço¹⁵⁸. Neste estudo monográfico, tomo o partido da Reforma Agrária, que entendo como um dos processos mais criativos da Revolução de Abril: o da construção de uma vida melhor e de um futuro para e pelos trabalhadores agrícolas do Sul. A análise que se faz da Reforma Agrária do Couço parte assim da perspetiva dos seus protagonistas.

Couço, terra de acentuadas assimetrias

Couço, uma comunidade da Reforma Agrária, teve um papel maior nas transformações sociais e económicas regionais que se seguiram à Revolução de Abril.

Terra de ganhões, como é referida em estudos monográficos de Coruche, localiza-se no lado nascente deste concelho onde se acentuam as características de assimetria da estrutura fundiária e de povoamento concentrado.

Em 1970, a comunidade do Couço era constituída por 4199 indivíduos que residiam, na sua maior parte (60%), nas três maiores povoações da freguesia (isto é, lugares com mais de 500 habitantes)¹⁵⁹: Couço, Santa Justa e Foros de Lagoiços. Os restantes moravam em diversos montes e pequenas povoações, num total de 50 lugares entre os quais merece referência a povoação da Volta do Vale que associará o seu nome a uma das cooperativas da Reforma Agrária e com a qual se desenvolverá.

As pessoas dizem-se do Couço, de S.^{ta} Justa ou da Volta do Vale, mas todos têm um forte sentimento de pertença à mesma comunidade, que as vivências comuns do século XX, do lado dos que trabalham a terra de uns poucos, consolidaram. Em face dos outros, fora da freguesia, qualquer um dirá que é do Couço (freguesia) e não de S.^{ta} Justa ou da Volta do Vale.

¹⁵⁷ Ana Maria Contente de Vinha Novais, docente no Instituto Superior de Agronomia e investigadora no Centro de Estudos Florestais, da Universidade de Lisboa. Atividade científica na análise da decisão económica em sistemas agrícolas, florestais e de conservação de recursos naturais, e na análise socioeconómica de sistemas rurais. Recentemente, a destacar os estudos sobre os proprietários florestais portugueses e o modo como estes gerem o risco de incêndio.

A povoação do Couço é a sede de freguesia e um dos núcleos populacionais mais importantes da região. A sua dinâmica económica, social e mesmo cultural coloca-a no lugar a seguir à vila de Coruche. Diniz Caiado (1923) e Alberto Garcia (1948) atribuem ao negócio da cortiça¹⁶⁰ a origem deste dinamismo. Caiado, professor da escola primária da povoação do Couço e fundador de uma sociedade recreativa, no fim do século XIX, resume a evolução do Couço da seguinte forma: “O Couço aparece com a cortiça, com a cortiça veio o dinheiro e com o dinheiro foram surgindo as pessoas distintas, formando classes” (Caiado, 1923, p.4). Por sua vez, Garcia, autor de *Monografia de Santo António do Couço*, publicada em 1948, indica a valorização comercial da cortiça como o fator decisivo na constituição da atual estrutura da propriedade fundiária e como geradora de maiores disponibilidades monetárias que teriam deslocado “os lavradores dos montes para a aldeia” (Garcia, 1948, p.60). Saliencia ainda a ação do casal proprietário da Herdade do Monte do Couço, no desenvolvimento deste núcleo habitacional, entre o fim do século XIX e início do século XX: a “alienação de tantas parcelas [a preços acessíveis] em nada (...) fez diminuir [o valor desta propriedade], antes lhe facilitou o recrutamento do pessoal assalariado mais barato e sobretudo mais abundante” (Garcia, 1948, p.83).

A vida no Couço tem, há muitos anos, um nível de autonomia de serviços relativamente elevado. Dispõe de escola primária desde 1867 e, na viragem do século XIX para o século XX, beneficiava, há alguns anos, dos serviços de um médico, uma farmácia e uma caixa postal. Uma sociedade de Instrução e Recreio fora recentemente criada¹⁶¹. A estação telegráfica chegou com a implantação da República. Nos anos 80 noventaístas, usufruía também de um hospital e lar da terceira idade, outros estabelecimentos de ensino básico, um centro materno-infantil, um cineteatro, alguns centros recreativos e uma corporação de bombeiros. Conta igualmente com uma diversidade de estabelecimentos de abastecimento público de primeira necessidade, de comércio ocasional de primeira e segunda necessidade (entre os quais uma cooperativa de consumo), de alguns serviços pessoais (barbearia, cabeleireiro, alfaiataria), de oficinas mecânicas de automóveis e de bicicletas, de armazéns grossistas e pequenas indústrias, principalmente ligados à agricultura, e de uma delegação bancária¹⁶¹. Tem um posto da Guarda Nacional Republicana (GNR).

As outras povoações são mais pequenas, com algumas lojas de comércio, escola primária e associações recreativas. S.^{ta} Justa é conhecida como terra de muitos seareiros ou de muitos que alternavam entre a situação de assalariado e a de seareiro. Tradicionalmente ligados à cultura do arroz – eram de S.^{ta} Justa os primeiros trabalhadores especializados da freguesia, nas cavas e nas armações dos canteiros de arroz (Garcia, 1948, p.103) – transitaram para o cultivo do tomate ou outra horto-industrial. As novas construções e melhoramentos nas habitações da localidade ligam-se aos ciclos de riqueza destes seareiros. S.^{ta} Justa foi sede duma antiga freguesia. Volta do Vale caracterizava-se como núcleo de retorno sazonal de trabalhadores rurais emigrantes. O emprego e os salários certos trazidos pela Reforma Agrária explicam o desenvolvimento deste núcleo nos anos recentes (1975-1985). A designação de Foros de Lagoiços revela a origem desta povoação,

tal como a designação de muitos outros lugares do concelho. Garcia (1948, p.61), se bem que não especifique para este caso, associa os aforamentos na freguesia do Couço ao melhoramento dos preços do trigo na primeira metade do século XIX.

Os habitantes do Couço deslocam-se com frequência à vila de Coruche onde se concentram os serviços da Administração Pública, coletivos e pessoais. Fazem exceção os residentes da povoação do Peso (também sede de antiga freguesia) e dos lugares próximos desta, na ponta sudeste da freguesia do Couço, que têm maior contacto com as vilas, de maior acessibilidade, dos concelhos vizinhos, Arraiolos e Montemor-o-Novo.

Depois de dois decénios notáveis de crescimento demográfico, anos 20 e 30 do século XX, o declínio demográfico do Couço inicia-se nos anos 50, mais cedo do que o do concelho de Coruche (Quadro 1). Consequentemente, nas vésperas da Reforma Agrária, a população do Couço seria também uma população mais envelhecida do que a população daquele concelho (Quadro 2). O abrandamento da perda de população, nos anos 70, permite considerar a Reforma Agrária como a oportunidade perdida de recuperação do dinamismo demográfico da freguesia.

Quadro 1. Taxa de variação média anual, em %, da população residente por decénio.

Área geográfica	Decénio								
	1900/ 11	1911/ 20	1920/ 30	1930/ 40	1940/ 50	1950/ 60	1960/ 70	1970/ 81	1981/ 91
Conc. de Coruche	+3.2	+0.8	+3.1	+2.7	+1.2	+0.5	-1.0	+0.2	-0.7
Freg. do Couço	+1.8	+1.4	+3.0	+2.4	+0.5	-0.1	-1.3	-0.8	-1.5

Fonte: INE, Recenseamentos da população, 1960 a 1991

Quadro 2. Estrutura etária da população residente, em %.

Área geográfica	Ano	Classes de idade			
		< 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	≥ 64 anos
Concelho de Coruche	1970	22	14	54	10
	1981	20	13	52	15
	1991	15	13	53	19
Freguesia do Couço	1981	18	12	51	19
	1991	13	12	52	23

Fonte: INE, Recenseamentos da população, 1970 a 1991

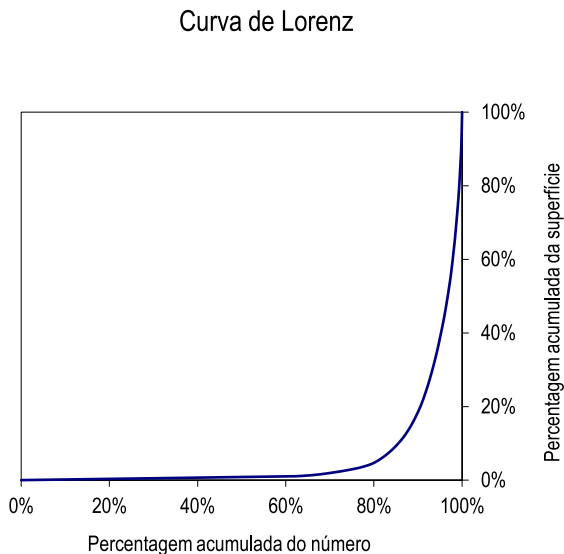
A Estrutura Fundiária

Nos anos 80 era possível constatar, generalizada entre a população do Couço, a convicção de que vive numa região cuja terra tem um potencial de riqueza muito grande – encontrando no subaproveitamento da terra a causa do seu baixo nível de vida, desemprego ou subemprego com a consequente emigração sazonal ou prolongada, e, na grande propriedade privada, a causa última destes –, que ia a par do sentimento de injustiça que advém de a terra ser pertença de um muito pequeno grupo de indivíduos.

Fundamentava-se aquela convicção na riqueza da região, principalmente em dois recursos. Um deles, as terras de boa fertilidade do Vale do Sorraia, as terras de várzea, com manchas apreciáveis de aluviões modernos sem restrições culturais sérias, grandes disponibilidades de água garantidas pelo perímetro de rega que beneficia aquele vale¹⁶³; o outro, os extensos montados de sobre produtores de cortiça de qualidade e passíveis de produzir pastos em muitas das suas áreas, para sustento duma pecuária extensiva (Cary, 1985, p.132 a 134).

Porém, essas riquezas estavam na ‘mão de meia dúzia de famílias’. Com efeito, em abril de 1974, na freguesia do Couço, a posse da terra era muito desigual (Figura 1). Menos de 1/10 das 600 propriedades fundiárias da freguesia, com mais de 200 ha, representavam 77% dos 30 000 ha de superfície total e 4/5 daquelas propriedades, com menos de 30 ha, detinham apenas 4% da superfície total¹⁶⁴. Uma larga maioria dos proprietários (65%) possuía menos de 5 ha de terra, o que, e dada a localização das respetivas propriedades, permite afirmar serem estreitos complementos às receitas familiares. Estes pequeníssimos proprietários eram, do ponto de vista social, próximos, se não se identificavam mesmo, das famílias despossadas de terra, de trabalhadores assalariados, que representavam a maior parte dos membros da comunidade do Couço.

Figura 1. Estrutura fundiária do Couço



A distribuição da superfície da terra da freguesia dá apenas uma dimensão do grau de concentração da propriedade, outros aspetos terão que ser considerados para se perceber o sentimento generalizado na comunidade de que a terra estava nas mãos de ‘uns poucos’. Um desses aspetos é a integração dessas propriedades em grandes domínios fundiários que se estendem a concelhos vizinhos e/ou

a outros concelhos do Ribatejo e Alentejo (Novais, 1985). Referem-se alguns exemplos. A maior propriedade que envolvia a povoação do Couço, com 3099 ha pertencia a uma família que detinha, em diversos concelhos do Sul, extensos montados de sobro. Só o principal titular desta propriedade possuía mais de 1300 ha em Coruche, Montargil, Ponte de Sor e Alcácer do Sal, era ainda sócio maioritário em três sociedades agrícolas e sócio minoritário em mais 4 sociedades, no total, dominando mais de 15000 ha. O proprietário da herdade do Vale Côvo (Couço) possuía, a título individual, cerca de 8400 ha repartidos por prédios de pequena e muito grande dimensão, localizados nos distritos de Évora, Beja (concelhos de Mourão e Serpa) e Santarém (concelhos de Almeirim, Chamusca, Coruche). Outros quatro domínios fundiários da ordem dos 2000 a 3500 ha de área total, detinham no Couço herdades que perfaziam entre 800 a 1500 ha.

Uma outra dimensão do grau de concentração da terra relaciona-se com as estreitas relações de parentesco existentes entre os grandes proprietários fundiários. A partir dos apelidos dos proprietários e com base em testemunhos locais, foi possível reconstituir 7 grupos familiares que detinham cerca de 50 % da superfície total dos prédios rústicos da freguesia (Novais, 1985), o que corrobora a ideia de a terra, no Couço, pertencer a meia dúzia de famílias que, além do mais, dominavam os solos mais férteis e os montados produtores de cortiça de melhor qualidade. Mas esta reconstituição está longe de ser exaustiva. Os apelidos, elementos pontuais da história de algumas herdades e informação relativa à matriz predial de 1942 (Garcia, 1948, p.62 e164 a 228) permitem supor ainda relações familiares entre os grupos já apresentados e entre estes e outros proprietários de grandes herdades.

A atual estrutura fundiária moldou-se num período em que, segundo Garcia (1948), a compra das herdades era fácil e uma mão-de-obra abundante e barata nos campos, muita dela integrando ranchos vindos das Beiras, possibilitava o desbravamento das charnecas pelo arranque de todas as espécies concorrentes do sobreiro. Por conseguinte, no centro dos processos de transferência e concentração da propriedade, ocorridos entre os fins do século XIX e as vésperas da Reforma Agrária, encontram-se as atividades de produção e comercialização da cortiça.

O aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia, uma das grandes obras públicas de rega da política agrícola fascista dos anos 50 e princípios dos 60, que visavam apoiar o processo de capitalização dos campos do Ribatejo e do Alentejo, não foi seguido de qualquer alteração da estrutura fundiária. As terras da freguesia beneficiadas pelo perímetro continuaram na propriedade de 5 a 6 famílias que detinham mais de 80% daquela área regada (Novais, 1985). A grande propriedade (com ≥ 200 ha de área total) dominava o vale e a sua área beneficiada (4/5 da sua extensão). Nela se incluem todos os que beneficiavam de 75 ou mais hectares de “regadio do Sorraia” (Quadro 3). Porém, a economia agrícola do vale mudara profundamente, fruto dos vultosos investimentos de dinheiros públicos. Os custos de rega do arroz reduziram-se para mais de metade (Baptista, 1993, p.112¹⁶⁵, na medida em que à iniciativa dos proprietários ficou apenas a desmatagem, nivelamento, armação e canalização dos terrenos¹⁶⁶; a cultura de

arroz expandiu-se a solos antes ocupados sobretudo por milhos de sequeiro de baixas produções que estavam dependentes das trovoadas de junho (Garcia, 1948, p.91) e os proprietários fundiários passaram a cobrar rendas e quotas de parceria maiores (Baptista, 1993, p.370). Do reduzido número de courelas (propriedades com menos de 30 ha de superfície total) situadas na várzea (Quadro 3), poucas serão aquelas cujas áreas de regadio, em face da evolução da economia do arroz, continuaram a viabilizar esta cultura (Baptista, 1993, p.116).

Quadro 3. Número de propriedades e áreas beneficiadas pelo aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia por classes de área total e classe de área beneficiada maior.

Classes de área total	Classe de área beneficiada maior	Número de propriedades beneficiadas	Área beneficiada	
			(ha)	%
< 30 ha	Total	33	102.8	5.4
	5 a 25 ha	7	59.3	3.1
30 a 200 ha	Total	17	308.6	16.2
	25 a 75 ha	4	165.3	8.7
≥ 200 ha	Total	18	1494.2	78.4
	75 a 200 ha	5	862.0	45.2
Total		68	1905.6	100.0

Fonte: Cadastro dos prédios rústicos da Freguesia do Couço do Instituto Geográfico Cadastral de 1962; o mesmo cadastro revisto, em 1978, para os prédios rústicos beneficiados pelo aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia por solicitação do Instituto de Reforma Agrária ao Instituto Geográfico Cadastral; Processos de entrega de reservas; Lista de Prédios Rústicos Expropriados no âmbito da Reforma Agrária, vol. I (continuação) do Distrito de Santarém e Portalegre do Serviço de Informação Agrícola.

Em 1974, um sector capitalista-latifundiário (na aceção de Baptista, 1980) e um sector capitalista, com forte poder económico dominavam na charneca dos montados de sobre e no Vale do Sorraia da freguesia do Couço.

Nas unidades de produção agroflorestal que se integram no capitalismo latifundiário, as melhores terras de regadio eram exploradas segundo sistemas de produção intensivos em capital, centradas na produção de arroz e com base em trabalho assalariado, sendo o cultivo de terras marginais ou outra cultura, se intensiva em trabalho, como por exemplo, o tomate, entregues a seareiros, em contrato de parceria. Estas unidades de produção eram exploradas pelo próprio proprietário da terra, frequentemente com apoio num feitor, ou por um grande rendeiro da exploração cerealífera e pecuária, que quase nunca tinha o usufruto da floresta. Nos casos onde houve maior diversidade de investimentos privados, em particular, em plantações e em obras de regadio de maior vulto (por exemplo, nas herdades Águas Belinhas e Peso), a exploração da terra era quase sempre feita pelo proprietário. O grande rendeiro era, em geral e antes de mais, acusado de ser um intermediário da terra: arrendavam grandes extensões de terrenos para os cederem em parcelas, por rendas muito mais elevadas, a vários seareiros. Uma outra característica importante destes grandes domínios de terra, que partilham com o sector capitalista de média dimensão, é a de estarem frequentemente ligados a capitais do sector agroindustrial e comercial da região (PDIC, 1981; Baptista, 1993), por exemplo, os rendeiros das herdades do Esparteiro e da Amoreira Alta eram comerciantes grossistas de gado e de fruta.

Em síntese, o capitalismo-latifundiário associava a exploração capitalista da terra a outras formas, visando a maior retribuição dos investimentos realizados pela obtenção dum lucro e/ou captação duma renda fundiária de terras que de outra forma tenderiam a ser abandonadas ou que proporcionavam culturas onde a motomecanização não foi de molde a garantir o necessário aumento do rendimento por unidade de trabalho (Baptista, 1980). Para além da renda fundiária, o capitalismo-latifundiário retirava, da articulação a estas explorações parcelares de seareiros, diversas vantagens técnico-económicas, como sejam, os benefícios da lavoura, das adubações (da cultura do tomate) ou dos restolhos da cultura que aqueles terminavam (Baptista, 1980, p.356-357; Galvão, 1949, p.22-31). Essas vantagens estão implícitas no seguinte comentário de uma trabalhadora temporária, a propósito do abandono de várias culturas permanentes nalgumas herdades do vale do Sorraia: “Quando vieram os seareiros [de tomate] os agrários deixaram muita coisa”.

O capitalismo-latifundiário dependia, portanto, da existência nos campos, não obstante o forte êxodo rural, duma força de trabalho disponível que dominava os saberes do regadio e das rentabilidades das culturas de arroz e tomate para indústria. Com efeito, uma grande parte do regadio no Couço era cultivado por seareiros de tomate e, já menos frequentemente, de arroz¹⁶⁷; na sua maior parte arrendavam a parcela por uma campanha (8 a 9 meses) e pagavam de renda, em 1974/75, ao proprietário ou rendeiro, entre os 7 e 12 mil escudos por hectare, consoante a qualidade do terreno. Na parceria tradicional de arroz, o proprietário arrecadava 40% da produção e dava a terra, a água, a lavoura e a debulha, por conta do parceiro cultivador ocorriam as adubações e todas as restantes operações culturais (herdade do Monte Novo). Apenas se mantiveram na produção desta cultura, aqueles seareiros que tiveram capacidade de ir adquirindo os “equipamentos mecânicos motorizados” impostos pelas “transformações verificadas ... na economia do arroz” (Baptista, 1993, p.115). Nas herdades do Vale do Sorraia, tinha presença uma diversidade de combinações de relações de produção e de formas de exploração da terra, a que acrescia as que giravam em torno da exploração da cortiça, das pastagens e de pequenos regadios das herdades da charneca de montado de sobre (Novais, 1985).

O seareiro era muito frequentemente um produtor autónomo, mas um ou outro, pequeno seareiro de tomate ou de arroz de uma herdade, podia ser trabalhador como permanente por conta do proprietário da terra que conduzia a exploração agroflorestal, a qual girava em torno da cortiça, da pecuária bovina e do arroz (por exemplo, herdades das Águas Belinhas e Sol Posto, e Bocilhos). Noutros casos, o proprietário/agricultor capitalista conduzia, por conta própria, a exploração da cortiça, do olival ou de um pavilhão de engorda de bovinos, sob a tutela de um feitor e dava de renda a restante terra para exploração agropecuária; o rendeiro cultivava o arroz e/ou outras culturas assente também em trabalho assalariado, e subarrendava em parcelas a seareiros as terras de regadio destinadas ao tomate (exemplo do Monte do Couço). Nem todos os rendeiros das herdades do Couço seguiam este perfil, alguns só esporadicamente recorriam a trabalho assalariado (exemplo de rendeiros de terrenos associados

à propriedade de Monte Belo). Noutras propriedades, a superfície de regadio podia ser entregue na totalidade a seareiros de arroz e de tomate ou a pequenos rendeiros, restringindo-se a exploração por conta própria aos montados de sobre e às terras de sequeiro. Nas herdades da charneca, a exploração da cortiça era, como já referido, por conta própria e assente em trabalho assalariado, mas podia acontecer que a lenha, e a cortiça de falca e virgem fossem vendidas na árvore a empreiteiros florestais. O proprietário raramente fazia por sua conta o aproveitamento agropecuário do sob coberto e da terra limpa. Quando este existia, quase sempre era realizado por rendeiros que, no essencial, traziam algum gado e/ou cultivavam áreas relativamente pequenas de sequeiro ou de regadio em solos de vales de ribeiras ou de simples linhas de água. Nalgumas herdades poderiam coexistir um rendeiro, comerciante de gado que apenas comprava as pastagens, e um rendeiro de campanha do arroz ou tomate.

No Couço encontrava-se também propriedades submetidas a um regime de utilização da terra sob formas unicamente capitalistas, ou seja, em que a exploração da terra, por conta própria (a exemplo das herdades da Escusa, Faias e Aldeia Velha) ou por arrendamento (Courelas do Divor), assentava no trabalho de assalariados agrícolas, não havendo cedência de terras a seareiros.

As unidades de produção dos sectores do capitalismo-latifundiário e do capitalismo agrário somavam uma significativa área de olival, de vinha e de pomares, principalmente de prunóideas e de pomóideas¹⁶⁸. Encontravam-se, entre elas, as maiores explorações pecuárias leiteiras do concelho, alguns pavilhões de engorda de novilhos, pocilgas ou malhadas¹⁶⁹. Detinham igualmente a quase totalidade da área plantada com eucaliptal e extensos montados de sobre que podiam ser percorridos por uma manada de vacas de criação ou, menos frequentemente, por um rebanho. No entanto, os níveis de capitalização destas unidades eram diferenciados. Se algumas combinavam um bom número daquelas atividades e de investimentos elevados a elas associados – como, eram exemplo, a herdade das Águas Belinhas beneficiária do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia e da herdade do Peso, que investiu na construção de uma albufeira com mais de um milhão de metros cúbicos de capacidade – a maior parte limitava-se ou pouco se afastava do denominador comum: campos de arroz associados a uma pecuária bovina extensiva apascentada sobre prados naturais e restolhos (eram exemplo a herdade do Esparteiro e a herdade do Engal, focalizada na produção de gado bravo) e/ou a exploração da cortiça. Nas grandes herdades da charneca, salvo nalgumas herdades (como por exemplo, a já referida herdade do Peso e a herdade dos Trabalhos e Boa Vista) os investimentos fundiários foram escassos. O interesse dos seus proprietários focava-se nos rendimentos das cortiças.

O sector capitalista-latifundiário e o sector capitalista articulavam-se ainda, via trabalho assalariado, a uma agricultura familiar, largamente suportada na pequena propriedade da terra, ou seja, em pequenas e pequeníssimas parcelas que na maior parte dos casos não chegavam a somar um hectare de área total. É de notar que estas propriedades exíguas se localizavam normalmente fora dos vales e várzeas e não representavam mais do que um pequeno complemento

à economia de famílias de trabalhadores agrícolas, pequenos comerciantes ou outros¹⁷⁰. Estas parcelas integravam a casa de habitação, beneficiada com água canalizada e energia elétrica pelo novo poder autárquico democrático, e terreno de cultura, quase sempre com um poço, onde se cultivava para autoconsumo uma horta, uns pés de vinha e de árvores de fruta, e se criava um porco e animais de capoeira.

Deste regime de utilização da terra resultava um sistema de emprego muito instável para os assalariados agrícolas que constituíam a maioria da população do Couço¹⁷¹. Períodos de ponta de ocupação da mão-de-obra alternavam com longos períodos de desemprego. O número de trabalhadores permanentes, *os justos*¹⁷², era muito reduzido nas herdades. A grande maioria eram trabalhadores temporários que se empregavam onde encontravam trabalho, ao dia ou à semana, e poucos eram os que com frequência trabalhavam por conta dos grandes proprietários da terra. As mulheres trabalhavam em geral, na primavera e verão, 12 a 20 semanas, na monda do arroz e colheita do tomate, e, no inverno, 4 a 5 semanas no período da azeitona e no arranque dos matos. Os homens trabalhavam no máximo 7 a 8 meses no ano em trabalhos agrícolas e florestais, entre os quais se destacam, pelas melhores remunerações, os labores de descortiçamento.

De inverno, nos períodos mais longos de desemprego, viviam do crédito junto a comerciantes locais. Muitos eram os que recorriam a diversos expedientes, por exemplo “ir à lenha e ao borneco¹⁷³” para venda, aceitar trabalhos no derrube e corte de árvores, fazer a campanha da pinha¹⁷⁴.

Até aos finais dos anos 50, os trabalhadores agrícolas assalariados do Couço, muito em particular os temporários, viveram longos períodos de desemprego e foram eles que constituíram o maior volume do êxodo rural nos anos 50 e 60 (Baptista, 1993) a determinar o decréscimo da população já referido (Quadro 1). Os que ficaram viram os seus salários melhorados, mas assistiram também a uma progressiva diminuição da área de cultivo anual a que eram chamados a trabalhar¹⁷⁵. Neste processo, que se associa à extensificação dos sistemas de uso dos solos mais marginais e que acompanhou o desenvolvimento das relações capitalistas nos campos (Baptista, 1993), fundamenta-se a noção dos trabalhadores de que a grande propriedade subaproveita e abandona a terra.

O conhecimento da história da vivência do desemprego e da mobilidade forçada na procura de emprego¹⁷⁶, que os trabalhadores percebem como algo injustificado, injusto e evitável, é fundamental para se compreender as motivações dos trabalhadores agrícolas temporários do Couço para iniciar, desenvolver e defender a Reforma Agrária.

Da formação do sindicato às ocupações da terra. A luta sindical por mais trabalho e pelo aumento dos salários

Uma das formas privilegiadas de conhecer a comunidade do Couço é através das suas histórias de resistência sobre lutas por aumentos de salários e

melhores condições de trabalho e manifestações contra o Estado fascista. Relatam acontecimentos do dia-a-dia de trabalho, ocorridos nas praças de jorna, nos ranchos de trabalho, e acontecimentos das grandes lutas do movimento sindical e dos movimentos democráticos. Todas estas histórias são contadas com os mesmos pormenores e protagonistas por diferentes pessoas. A própria perspectiva do narrador que participou nos acontecimentos pouco se faz sentir. Elas fazem parte da memória coletiva da população do Couço e, como tal, configuram a sua identidade social específica. É neste sentido que lembramos algumas¹⁷⁷.

No centro das povoações ou montes realizavam-se as “praças de jorna”, onde os assalariados rurais se juntavam com o fim de contratarem trabalho. Na freguesia, a institucionalização das praças ter-se-ia dado há muitos anos. Sabemos por Garcia (1948) que no período da 1.ª República, elas se realizavam habitualmente, depois de 1916, à 2.ª feira. Em 1943, por intervenção do Governo, as praças de jorna passaram obrigatoriamente a realizar-se ao domingo. *“De 1916 a 1942, os contratos começaram a fazer-se às segundas-feiras e o trabalho praticamente a começar às terças. A situação foi-se agravando, estabelecendo-se conflitos entre o capital e o trabalho [...] Esta situação foi tão grave que obrigou o Governo a intervir em 1943”* (Garcia, 1948, p.-77). O prejuízo foi maior para os trabalhadores que deixaram de dispor do dia de descanso por sua conta e aguentaram com mais dificuldades o nível dos salários, pois os proprietários rurais e os seus representantes, feitores ou capatazes, dispunham de mais tempo para pressionar os trabalhadores a aceitar as jornas por eles oferecidas, sem acarretarem com o custo de mão-de-obra de um dia praticamente improdutivo¹⁷⁸.

“Muitas vezes não ganhávamos à 2.ª feira, porque nos juntávamos e dizíamos que não entrávamos nos canteiros de arroz, se o patrão não aumentasse a jorna. Isto na 2.ª feira e, na 3.ª feira, já podíamos ir trabalhar pelo salário oferecido, mas voltávamos a ganhar força para exigir o aumento na próxima semana. Era uma luta muito difícil, porque mesmo num grupo de 40 mulheres bastava que uma entrasse para o canteiro para estragar tudo” (Ofélia Galvão. Em anexo, apresenta-se algumas notas sobre os entrevistados que se citam).

Nos fins dos anos 40 e nos anos 50, sempre que se proporcionava, cada praça era orientada por uma comissão de trabalhadores, a comissão da praça, que lançava a palavra de ordem dos salários e das condições de trabalho que deveriam ser exigidos. Os salários iguais a defender em todas as praças eram decididos em reuniões clandestinas que as antecediam e onde chegaram a participar 30 e 40 trabalhadores. As lutas por aumentos da jorna intensificaram-se neste período em condições muito difíceis. A GNR vigiava a praça e, muitas vezes, intervinha obrigando os trabalhadores a dispersar, quando estes se mostravam mais firmes a exigir aumentos dos salários, e não permitindo que se realizasse nova praça nos dias seguintes com o objetivo de os forçar a tomar patrão individualmente sob condições impostas por este. A colagem da GNR aos interesses dos senhores da terra era completa, como quando rompeu pela praça e obrigou os homens ainda sem patrão a subir para uma carrinha que os conduziu à herdade dos Pavões para aí trabalharem por conta do proprietário pela remuneração definida por este.

O medo de não arranjar trabalho era sentido por muitos e este era um dos aspetos não visíveis da opressão em que viviam.

“Éramos como gado, não éramos considerados como gente, era como se fosse uma praça de cavalos, bois ou outro animal. Na altura não tínhamos essa noção, até muitas de nós íamos bem-dispostas «vamos lá para a praça ver se arranjam emprego». A nossa vida era aquela, não tínhamos outra para comparar. Agora é que me apercebo do que era. E era uma tristeza sempre preocupados! Chegando sábado, a incerteza de trabalharmos na semana seguinte e ganhávamos tão pouquinho!” (Perpétua Charrua que não teria 20 anos quando se juntava na praça de jorna).

As últimas praças de jorna de mulheres realizaram-se já depois de abril de 1974. Desde os primeiros anos da década de 60, com a saída de muitos trabalhadores agrícolas para a cidade e para o estrangeiro e porque as terras, agora dentro do perímetro de rega do Vale do Sorraia, passaram a ser trabalhadas principalmente por seareiros, as praças de jorna foram caindo em desuso.

A população do Couço participou em quase todas as grandes lutas dos anos 40 e 50, como as lutas pelas oito horas de trabalho e por um contrato coletivo de trabalho para os trabalhadores rurais (1959-1962). Orgulham-se de uma das maiores reuniões clandestinas de preparação destas lutas ter sido realizada no Couço, na Serra da Burra, onde terão participado “centenas de pessoas”. *“Nela se iniciou a luta pelas 8 horas”* (Renato Brás). Mas a luta pelas 8 horas tinha ainda um caminho a fazer¹⁷⁹ e lutas a travar. *“Só 4 anos depois, em 1962, conseguem as 8 horas de trabalho”* (Perpétua Charrua).

“Um dia decidimos trabalhar só por 40\$00/dia e só pelas oito horas de trabalho. Nesse dia estávamos todos firmes. Finalmente apareceu um pequeno proprietário, depois outro que aceitou. A partir daí as 8 horas ficaram instituídas. Mas já havia quem nessa altura trabalhasse as oito horas, dependia dos agrários!” (Isidro Fino).

As mulheres foram assumindo um papel cada vez mais ativo nas lutas clandestinas.

“Havia as lutas clandestinas – reuniões nos montes, onde se discutiu a greve. E um dia andaram pelas portas a avisar que no dia seguinte ninguém ia trabalhar. No dia da greve organizaram-se grupos para convencer a abalar os que estavam a trabalhar. Organizou-se um grupo de mulheres [entre elas a Perpétua] porque qualquer homem que não estivesse a trabalhar e fosse encontrado na rua ou mesmo na sua horta era preso pela Guarda. Fomos ter com um grupo de mulheres que trabalhavam no milho Passamos pela GNR sem problemas. Dirigimo-nos depois a outro grupo que estava no arroz, mas não lhes chegámos a falar porque, logo que nos viram, fugiram. Quando regressámos a GNR prendeu-nos e levou-nos para Mora... Muita gente foi presa nessa altura. A GNR tinha caído no Couço. Uns ficaram presos, «os que comandavam», outros «que foram comandados» [segundo expressão da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)] foram libertados” (Perpétua Charrua).

Muitos foram levados pela PIDE para Lisboa, espancados e torturados.

Memórias das campanhas eleitorais de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado, em 1958, e da greve que realizaram como manifestação de repúdio pela forma como tinha decorrido o processo eleitoral, assumem contornos muito nítidos. Chamaram-lhe a “greve política”. Contam-nos episódios muito intensos que mobilizaram muitas pessoas e a que se seguiu repressão violenta.

“Na altura da campanha eleitoral de Arlindo Vicente realizou-se uma reunião de esclarecimento no Couço ... Alguém viu aproximarem-se 5 jeeps da GNR. A notícia correu ... e a população concentrou-se no local da reunião ... Isto mostra como as pessoas se mobilizavam” (Renato Brás).

Nas eleições de 8 de junho de 1958, Humberto Delgado ganhou com 75.6% do total dos votos expressos. Seguiu-se a greve política em protesto da burla eleitoral. Iniciou-se a 23 de junho e durou oito dias. Terminou com uma forte repressão da GNR.

“Fizemos nesse ano uma greve política. Foi uma greve geral. O pessoal andava todo levantado, dizia que fazia greve. O comité local do PC decidiu promovê-la e, assim, começamos a passar palavra «a partir de segunda-feira ninguém trabalha!», falas com este e com aquele”. “Segunda-feira ninguém trabalhou. Os que andavam no campo eram avisados por um grupo de homens e abandonavam o trabalho”. Tinham que se mover pelos campos e evitar as estradas para não encontrarem a GNR que lhes daria ordem de prisão. Durante essa greve a GNR local que tinha sido reforçada por uma força de Coruche e por uma brigada da PIDE, “Prenderam três homens mais ou menos ao acaso. Fizemos então uma manifestação junto ao posto da Guarda”. “Era uma multidão de vários mil que cercava o edifício”. “Houve alguém que cortou os fios de telefone. Eles ficaram sem o apoio de Coruche. E nós gritávamos «soltem os homens! Soltem os homens!». Estava um guarda pálido de metralhadora apontada às nossas barrigas. Houve então uma mulher gorda que se agarrou ao cano da arma e só o largou quando [o guarda] recuou e baixou a arma. Nesse dia libertaram os três homens. Foi uma vitória nossa! Mas não tardaram aparecer aí 300 praças da GNR a bater tudo!” Só nessa altura prenderam 60 pessoas.

Olímpia Brás fala um pouco mais dos sentimentos, mas a memória não a ajuda a situar com precisão os momentos que conta:

“Numa reunião foi decidido “fazer uma manifestação... No dia, em pequenos grupos fomos deslocando para o local. Íamos como se fossemos para a morte! Estávamos uns 40 quando começamos a gritar «Seus bandidos, isso é uma farsa!», «fascismo para a rua!». Pouco tempo depois, quando reparei estava o Couço todo junto, era muita gente. A GNR de metralhadoras apontadas não disparou e a PIDE que estava no local desandou. As pessoas desmobilizaram depois em grupos, nunca deixando ninguém sozinho para trás”.

A repressão violenta e as muitas prisões feitas pela PIDE não impediram a recolha de um número impressionante de assinaturas (200, segundo Godinho,

2001) num abaixo-assinado pela demissão do Salazar, lançado por iniciativa do Partido Comunista Português (PCP) (Godinho, 2001, p.164).

Muitas outras manifestações tiveram lugar, pondo sempre à prova a unidade da população do Couço. As comemorações do 1.º de Maio, as romagens ao cemitério no dia 5 de outubro, como em 1957, os picnics de confraternização democrática entre outras.

“O 1.º de Maio era também festejado no campo que hoje se chama o Campo do 1.º de Maio. O pessoal juntava-se todo e éramos sempre tantos que a Guarda não nos prendia. Depois a repressão aumentou muito e tornou-se difícil fazer qualquer coisa. Por exemplo, se eu fosse com um cesto e fosse vista por um guarda... pouco depois estava a ser revista” (Olímpia Brás).

“O 25 de Abril e o 1.º de Maio [de 1974] foi uma grande alegria. Festejamos o 1.º de Maio, pois se no fascismo também o festejávamos! Éramos menos, mas lá nos juntávamos, nem todos os anos, mas sempre que era possível. Normalmente a GNR caía em cima” (Perpétua Charrua).

“Houve uma altura em que os picnics foram proibidos no Couço. Isto depois de termos feito um grande, perto da ponte. Participou o Couço inteiro. Na semana anterior pescaram o peixe, ..., que foi trazido para o Couço, escamado e amanhado e guardado em arcas frigoríficas. A nossa ficou cheia de peixe. Na véspera o Brás foi chamado a Coruche, ao tenente que o ameaçou de prisão, se o picnic se realizasse ... No dia seguinte compareceu toda a população do Couço. A PIDE e a GNR apareceram no cimo da ponte, mas retiraram-se. A própria Guarda acabou por confraternizar com a população. Há coisas que nunca mais esquecem. Foi tão lindo! Fizemos uma fila tão grande e de braço dado cantamos aquela canção que se cantou depois do 25 de Abril... Sou fraca em canções, mas dizia das papoilas e dos trigais. Pouco dias depois saía no jornal que era proibido fazer picnics no Couço” (Olímpia Brás).

A vivência coletiva destes acontecimentos reforçara e reorientara o sentido de unidade da população do Couço que se revelou e se revelará, em muitas circunstâncias, a sua melhor defesa, se não a única. A seguinte resposta dada a Serabando resume esse sentimento:

“Eu, para dizer que não entrei era mentira. Entrámos todos. Aquela greve [de 1958] meu senhor, foi um descontentamento do povo que não estava com o Governo” (Serabando, 1974).

Nestas histórias, as lutas dos movimentos democráticos e as lutas de carácter sindical confundem-se sob um objetivo comum duma vida melhor¹⁸⁰, sem a opressão e a exploração imposta pelos senhores da terra. Os trabalhadores do Couço tinham identificado a política do fascismo com os interesses dos grandes proprietários e rendeiros da terra, vendo no fim do Estado Novo o caminho indispensável da luta pela terra.

O Couço “aldeia de resistência” ter-se-á começado a moldar no período anterior à 1.ª República. Temos por hipótese (sugerida apenas por alguns testemunhos) que neste período se terão conjugado uma série de circunstâncias que terão quebrado a visão da ordem social local como uma ordem natural. Uma dessas circunstâncias teria sido a chegada ao Couço, em 1894, do professor Diniz Caiado¹⁸¹. Pelo menos assim o entende Garcia (1948) que, na sua curiosa reflexão sobre “o segredo do fâcies moral” da população do Couço, lhe atribui grandes responsabilidades:

“Na [escola do sexo] masculino manteve-se o mesmo professor durante 30 anos. Deixou pegadas fortes nos espíritos. O seu feitio irrequieto e a sua formação pedagógica, influenciada pelas ideias de ocasião e um pouco de megalomania, fizeram com que a sua acção fosse intensa, não só nos rapazes escolares, mas também nos mais velhos, agridados por ele na Academia Dramática da Mocidade do Couso.

Senhor da escola e da associação, ajudado pelo tempo, modificou o panorama caracterizadamente patriarcal da população, ia dizer para revolucionária, porém a palavra é forte; talvez melhor alvoroçada (...). Presto justiça ao seu amor pelo trabalho, ... assim como agradeço a paciência de me ter ... ensinado a instrução primária ... Basta esta circunstância para conservar a lembrança saudosa e de neutralizar tudo quanto contribuiu para o estado doloroso duma população sem norte por falta de bússola¹⁸²” (Garcia, 1948, p.253).

Uma outra circunstância seria os frequentes contactos que os homens das tiradas de cortiça estabeleciam com os operários das indústrias de cortiça que, segundo Renato Brás, vinham fazer os carregamentos. Muitas das ideias do anarco-sindicalismo teriam começado a fazer o seu caminho. Renato Brás relembra memórias transmitidas pelo pai e explica:

“A combatividade das pessoas do Couço e a forte consciência de classe dos trabalhadores rurais vem já do tempo da 1.ª República e das lutas travadas pelos anarcossindicalistas (...) Os homens ... contactavam de perto com os operários corticeiros ..., principalmente do Barreiro, uma das classes mais combativas e com uma forte consciência de classe”.

O pai fora corticeiro e anarcossindicalista. Em 1911, um ano depois da implantação da República, o anarco-sindicalismo tinha já feito um percurso entre os assalariados agrícolas. Teria sido fundada a Associação dos Trabalhadores Rurais de Coruche que viria a dirigir as primeiras greves pela elevação dos salários e a regulamentação do horário de trabalho – as greves de 1911 e 1912.

Herdeira da experiência de luta do chamado sindicalismo revolucionário terá sido a organização local do Partido Comunista Português, criada em 1945.

“O meu pai foi corticeiro e era anarcossindicalista, mas apoiou sempre o partido comunista” afirmou Renato Brás, ele próprio fundador daquele núcleo que desenvolveu, nas lutas e manifestações referidas, um trabalho de base de consciencialização política, mobilização e organização. Este partido político manterá uma forte presença no Couço, principalmente junto dos assalariados

agrícolas. Diga-se que, nas diferentes eleições do regime democrático, o PCP e as coligações onde participou obtiveram sempre mais de 71% dos votos expressos. Desta forma a sua influência foi também decisiva no movimento dos trabalhadores agrícolas em luta pela terra que culminará no processo de Reforma Agrária.

A comissão sindical local

Logo após o 25 de Abril, por iniciativa de alguns trabalhadores agrícolas ligados ao PCP e outros, iniciaram-se os primeiros passos para a formação do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém. Conheciam trabalhadores que tinham participado nas anteriores lutas do Couço, Almeirim e Alpiarça com os quais estabeleceram contactos para a constituição de comissões sindicais locais e duma comissão inter-concelhia.

A partir daqui tudo se passou rapidamente. A ação das comissões locais, em particular a do Couço, ultrapassou os limites da respetiva freguesia, alargou-se ao concelho e à região. Promoveram-se em diferentes localidades a realização de inúmeras reuniões de trabalhadores agrícolas onde se procurava demonstrar a necessidade de formação de um sindicato de operários agrícolas que fosse expressão das suas reivindicações, à semelhança de outras organizações de classe de cujos sucessos chegavam notícias de Lisboa. Estas comissões tiveram também e simultaneamente um papel importante na dinamização e consciencialização política dos trabalhadores rurais. O trabalho desenvolvido foi intenso e, em 1975, o sindicato contava já, no concelho de Coruche, com oito mil associados. Segundo expressão de três elementos da Comissão Sindical do Couço:

“Foram 19 meses de trabalho voluntário para o sindicato, sem ganhar salário”.

No Couço, privilegiou-se o contacto de pessoa a pessoa. Em junho, na Casa do Povo foram abertas inscrições para o sindicato e legitimada a comissão sindical local. Faziam parte desta comissão, cinco homens – Joaquim Canejo, António José Charrua, Manuel Brás, Jerónimo Bom e Guilherme Alturas – e três mulheres – Perpétua Charrua, Rosa Viseu e Maria do Castelo (ver Anexo). Dois dos homens eram então seareiros, um outro, tendo sido trabalhador temporário, vivia principalmente das campanhas da pinha e da cortiça e os restantes, homens e mulheres, eram trabalhadores temporários.

Esta comissão sindical, se bem que composta por grupos distintos de trabalhadores agrícolas afirmou-se rapidamente como direção das lutas dos assalariados agrícolas e foi nesta qualidade que, em 5 de agosto de 1974, assinou com a Associação Livre dos Agricultores (ALA)¹⁸³ a primeira convenção coletiva de trabalho a praticar na freguesia durante a época das colheitas.

A 1.ª Convenção Colectiva de Trabalho

Iniciava-se uma intensa luta sindical e de movimentação dos trabalhadores agrícolas que veio a culminar nas ocupações de terra. Para uma melhor

contextualização destes movimentos no processo social e político do país ver Baptista (2021, p.93-123).

A Convenção foi preparada em comissões de trabalhadores, tendo as mulheres reunido separadamente, em plenário, para apreciarem as propostas com elas relacionadas. A reunião de negociação teve lugar na Casa do Povo com a presença de um elemento do Ministério do Trabalho. A ALA fez-se representar por um grande empresário capitalista local e por mais 3 elementos com o estatuto de pequenos e médios agricultores (seareiros/rendeiros). Constituíam um bloco pouco unido.

A 1.^a Convenção Colectiva consagrou importantes aumentos salariais e outras regalias¹⁸⁴ que serão respeitadas, com pequenos ajustamentos, em posteriores contratos coletivos de trabalho – Convenção Colectiva de Trabalho para o Distrito de Santarém de Março de 1975 e Contrato Colectivo de Trabalho dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém de 1981. Os salários foram fixados, por semana, em 810\$00 para mulheres e em 1140\$00 para os homens, sem distinção entre trabalhadores especializados e indiferenciados. Isto quer dizer que, como a jorna média feminina era de 85\$00 e a masculina, de 120\$00 e como os proprietários e os rendeiros da terra pagavam normalmente 3 a 6 escudos a menos do que os seareiros¹⁸⁵, esta 1.^a Convenção consagrou um aumento dos níveis de salários na ordem dos 60%. Nesta altura, entre junho e agosto, os trabalhadores de Beja e Évora conseguiam aumentos percentuais maiores, mas os níveis salariais eram inferiores aos estabelecidos na Convenção do Couço (Barros, 1979, p.57-58).. – Tal facto não é de estranhar pois as jornas pagas aos assalariados agrícolas do Baixo Ribatejo eram normalmente superiores às praticadas nas regiões alentejanas. O horário de trabalho foi reduzido para 44 horas semanais, os trabalhadores passaram a ter direito a transporte pago pela entidade patronal, sempre que o local de trabalho se situasse a mais de 2 km do seu lugar de residência e as empreitadas foram abolidas¹⁸⁶. Terminava um dos mais violentos regimes de trabalho nos campos, o trabalho por empreitada, que impunha ritmos de trabalho muito mais intensos e que era utilizado naqueles trabalhos mais exigentes em esforço físico e/ou com um espaço relativamente curto de execução.

“Como era de empreitada tínhamos de trabalhar com as duas mãos: uma para apartar o arroz e a outra a arrancar o graminhão ou outra erva. Era muito cansativo! Cansa menos quando se trabalha com uma mão e a outra repousa” (Ofélia Galvão).

Os trabalhos de fabricação dos combros dos canteiros de arroz, corte e arranque de mato dos montados (quando não eram mecanizados), a monda manual de arroz, principalmente as chamadas segundas mondas, ou as colheitas de tomate e azeitona eram feitos normalmente de empreitada. O seareiro que tinha a preocupação de tirar o máximo rendimento da sua seara, contratava, de uma maneira geral, trabalhadores de empreitada apenas para a colheita do tomate, cujo tempo de realização é muitas vezes decisivo para os seus lucros, enquanto as operações de plantação e cava que requerem uma execução mais cuidada para o bom sucesso da cultura eram pagas à jorna. Uma empreitada

podia corresponder a 30 caixas (uma caixa são 22 a 28 Kg) de tomate colhido numa seara mais fraca ou a 40 caixas se a seara fosse melhor¹⁸⁷.

“Trabalhávamos à esgana sem parar, nem as necessidades fazíamos. A mulher do seareiro punha lá a cântara da água e nós tínhamos que beber daquela estivesse com estivesse”;

“Trabalhávamos como brutas para ver quem chega primeiro ao fim da carreira do tomate”.

Havia nomes de incitamento, a de trás era o “cabanão”, a da frente, a “bandeira” e a segunda o “raminho”. Além disso ganhar nome de bom trabalhador era importante para que os patrões as aceitassem ao trabalho. Uma empreitada podia ser executada da parte da manhã¹⁸⁸ e, concluída esta, o patrão ou o capataz podia ou não propor segunda empreitada de meio-dia ou de dia.

“Chegávamos às vezes a tirar dois salários, mas saía-nos do corpo”¹⁸⁸.

A 1.ª Convenção Colectiva do Couço, uma das primeiras iniciativas sindicais locais, entusiasmou os operários agrícolas de todo o concelho de Coruche provocando uma adesão massiva ao Sindicato dos Operários Agrícolas.

A Convenção de Trabalho foi cumprida na maior parte dos casos, em particular a cláusula relativa aos novos níveis salariais, sem dúvida a que tinha de imediato mais significado. Os elementos da Comissão Sindical afirmam com segurança que a convenção foi cumprida por 90% das entidades patronais. Vivia-se então um período de franco ascendo do movimento popular e sindical e os grandes proprietários fundiários e os grandes agricultores capitalistas tinham perdido as suas posições ao nível do poder político central e local, temiam as consequências do processo revolucionário e estava-lhes dificultado organizarem-se. A correlação de forças que se estabelecia nos campos é traduzida pela frase de Arsénio:

“Quem mandava no Couço, nessa altura, eram os trabalhadores, os agrários estavam assustados, eles viviam no medo que lhes tirássemos as terras, iam, portanto, cedendo”.

Porém, o cumprimento da 1.ª Convenção, assim como o de outras que se seguiram, não se fez sem que muitas pequenas lutas, enquadradas numa intensa atividade sindical, tivessem tido lugar, quer pela observação das cláusulas acordadas quer pela extensão destas a outros trabalhadores nelas não contemplados, e ainda pela defesa dos postos de trabalho. Quando a entidade patronal se mostrava mais renitente a Comissão Sindical fazia-se acompanhar pela GNR ou por militares da Escola Prática de Artilharia (EPA) de Vendas Novas, *“mas nem sempre era preciso”.*

Como resultado mais significativo destas lutas, reforçou-se a unidade dos trabalhadores agrícolas. As três histórias que contamos a seguir ajudam a compreender o que se passava então no Couço.

O proprietário das herdades Faias e Aldeia Velha recusava-se a cumprir a 1.ª Convenção. Como vivia em Mora e tinha lá outra herdade queria pagar aos trabalhadores do Couço de acordo com os salários, mais baixos, que se praticavam naquele concelho. Uma delegação sindical, constituída para o efeito, deslocou-se a Mora para resolver a questão. Na semana seguinte, o proprietário pagou os salários convencionados e os retroativos.

Na herdade do Monte Novo, os trabalhadores, quando da ceifa do arroz, paralisaram para pressionar o proprietário a pagar os salários de acordo com a Convenção. O feitor da herdade solidarizou-se com eles e, em menos de três dias, o proprietário cedeu.

Na herdade das Águas Belinhas e Sol Posto, trabalhavam na colheita do arroz 35 trabalhadores; 5 eram “justos”, outros 5, tratoristas e também contratados ao ano e os restantes, trabalhadores temporários, entre os quais duas cozinheiras e ceifeiros¹⁹⁰. A Comissão Sindical exigia que a remuneração dos “justos”, não abrangidos pela Convenção Colectiva, fosse equivalente à dos trabalhadores temporários, propondo que a diferença fosse paga em géneros (azeite, carne e farinha). O proprietário recusava satisfazer tal reivindicação. Argumentava que “os trabalhos não pagavam” esse ordenado. O conflito durou semanas, durante as quais os “justos” se negaram a receber salários, e terminou com uma paralisação dos trabalhos da herdade por indicação da Comissão Sindical. Todos os trabalhadores pararam, incluindo o abegão, e concentraram-se junto aos escritórios das Águas Belinhas. Nesse mesmo dia, o proprietário cedeu e pagou de acordo com as reivindicações dos trabalhadores.

“Nem chegámos a parar um dia. Foi uma alegria muito grande! Foi a primeira vez que os obrigamos à nossa vontade. Eles pagavam sempre o que queriam! Naquela altura era assim. Estávamos todos unidos, queríamos o bem de todos” (Mocinha)

A “Distribuição dos Trabalhadores”

No fim de 1974, depois das colheitas, os grandes proprietários e rendeiros reduziram ao mínimo os trabalhos nos campos e não davam início aos preparativos das sementeiras do novo ano agrícola. Todos os trabalhadores temporários foram despedidos, quando era habitual alguns ficarem para outras tarefas, como corte de mato e lenha, apanha da azeitona, desamontoa e cava da vinha e podas. Tal facto, acrescido de outros de ordem conjuntural, como o regresso ao campo de muitos trabalhadores da construção civil vindos da cidade, principalmente de Lisboa, aumentou o desemprego na freguesia para um nível exceccionalmente alto.

A Comissão Sindical fez então diligências junto dos grandes agricultores para que empregassem trabalhadores, mas sem qualquer resultado positivo. A exemplo do que estava a ocorrer no Alentejo, a solução que se lhes deparou foi a colocação compulsiva de trabalhadores nas herdades. Este processo que se verificou nos fins de 1974 e no princípio de 1975, ficou conhecido por *distribuição de pessoal*.

Por esta altura estavam instituídas a nível concelhio as comissões de intensificação cultural, as CIC, que tinham como funções fazer a avaliação do estado de subaproveitamento das explorações agrícolas e proceder à colocação de trabalhadores em número que garantisse a realização das tarefas agrícolas necessárias ao aproveitamento rentável da terra. Eram constituídas por um elemento do Ministério do Trabalho, um elemento do Instituto de Reorganização Agrária (IRA), um elemento do Sindicato dos Operários Agrícolas e um elemento da ALA ou o próprio agricultor visado. O técnico do IRA deveria apresentar um relatório onde constasse uma caracterização pormenorizada da exploração agrícola e a fundamentação da resolução a ser tomada pela aplicação de um conjunto de critérios. Tudo isto tornava qualquer decisão muito morosa. Ora, no concelho de Coruche, provavelmente como noutras zonas, as queixas dos trabalhadores sobre terras mal aproveitadas foram tantas que os técnicos não tiveram capacidade de resposta. No Couço, onde a dinâmica dos trabalhadores e a força do movimento sindical eram grandes, as CIC simplesmente não funcionaram. As formalidades legais estavam completamente inadequadas à resolução rápida do problema do desemprego. O processo desenvolvido pelos trabalhadores foi muito mais rápido.

A Comissão Sindical do Couço deslocava-se às grandes explorações agrícolas e, apoiando-se no saber e opinião dos trabalhadores das herdades, fazia ela própria o inventário das terras subaproveitadas e o cálculo da mão-de-obra que poderiam absorver. Nesta avaliação socorria-se, ainda das relações e quotizações pagas por hectare de terra pelos proprietários fundiários à Casa do Povo. Enviava depois às entidades patronais uma carta com o nome dos trabalhadores, colocados segundo a sua residência e locais habituais de trabalho, e o dia em que se apresentariam. Por exemplo, na herdade das Faias e courelas anexas, com a área total de 67.7 ha de regadio (sendo 21.5 de arroz e 44.7 ha de outras culturas arvenses), foram colocados 10 homens e 15 mulheres. Nestas distribuições a Comissão Sindical tinha também a preocupação de organizar os trabalhadores no local de trabalho. Nesse sentido procurava colocar em cada herdade um ou mais elementos com capacidade de dirigir e mobilizar os companheiros. Os acontecimentos que se seguiram justificaram esta preocupação.

Na primavera de 1975, a Comissão Sindical deu também atenção às mulheres que trabalhavam para os seareiros. O regime de ocupação da mão-de-obra nas searas de tomate era muito irregular ao longo da campanha. Concluída a plantação, as mulheres contratadas para esta operação eram normalmente despedidas e só voltavam a ser chamadas, com muitas outras, para realizarem a colheita. O esforço da Comissão Sindical foi no sentido de dificultar estes despedimentos, procurando que os seareiros dessem ocupação às mulheres nas sachas e nas regas. Visava manter por campanha, em média, uma mulher por hectare. Por outro lado, como os seareiros escolhiam as trabalhadoras entre as mais *desembaraçadas*, a Comissão Sindical, nalguns casos, fez ela própria a distribuição (escolha) das mulheres para que todas arranjassem trabalho. Nem todos os seareiros foram atingidos por estas ações e aqueles que o foram aceitaram-nas sem conflito.

“Não me lembro de em 1975 me ser atribuído pessoal; o sindicato podia controlar o número de mulheres empregadas pelos seareiros, mas na campanha do tomate, na altura da colheita as pessoas nunca são de mais, mas sim de menos” (Fernando Galvão).

“Nós falávamos com eles com antecedência e, portanto, eles já sabiam que na sua campanha tinham que contar com tantas mulheres; não houve problemas” (António José Charrua).

Conseguir que os grandes proprietários e rendeiros reconhecessem como seus, os trabalhadores colocados, revelou-se mais difícil do que obrigá-los a cumprir a 1.ª Convenção Colectiva de Trabalho. *“A luta foi muito renhida” (Jerónimo Bom).*

Alguns não queriam aceitar os trabalhadores, outros reclamavam que não podiam empregar todos os trabalhadores que lhes haviam sido distribuídos, muitos não pagavam os salários. Porém a situação política não lhes era favorável. Na primavera de 1975, todos os trabalhadores agrícolas inscritos no sindicato como desempregados agrícolas, homens e mulheres, estavam distribuídos.

Ao longo deste processo, os trabalhadores contaram com o apoio dos técnicos progressistas do IRA e com elementos das Forças Armadas da Escola Prática de Artilharia (EPA) de Vendas Novas que colaboravam de perto com a Comissão Sindical e concorriam no esclarecimento político e na mobilização dos trabalhadores. Num período em que o novo poder político estava dividido, com uma composição instável e uma política nem sempre coerente, a cooperação regular dos militares foi muito importante, dando legitimidade política às ações dos trabalhadores. Intervinham ao lado da Comissão Sindical para que os grandes agricultores cumprissem as convenções coletivas de trabalho, e acompanhavam a entrada ao serviço dos operários agrícolas distribuídos, nos casos em que aqueles se mostraram mais relutantes. O apoio dos militares da EPA prolongou-se por todo o verão e outono de 1975.

A distribuição de trabalhadores que ocorreu por todo o Alentejo e Ribatejo não era uma ideia completamente nova. José Cutileiro em *“Ricos e Pobres do Alentejo”* (Cutileiro, 1979, p.102-105) refere tentativas, embora esporádicas, por parte da administração central para distribuir trabalhadores desempregados nos períodos de crise de trabalho, nos anos de 1910, 1912, 1916, 1941, 1949, 1951¹⁹¹. Só que, de uma maneira geral, essas tentativas nunca foram consequentes nem nunca tiveram resultados práticos, pois quase sempre os *“lavradores”* se recusavam a recebê-los ou despediam-nos de seguida.

Agora a situação era diferente. Os grandes proprietários e empresários estavam afastados do poder político. A iniciativa pertencia aos trabalhadores. A correlação de forças nos campos do Sul tinha-se invertido.

A Convenção Colectiva de Trabalho Distrital

No fim de março de 1975, entrou em vigor a Convenção Colectiva de Trabalho para o Distrito de Santarém, celebrada entre o Sindicato dos Operários Agrícolas e a ALA¹⁹³.

O alcance social desta convenção para os trabalhadores rurais foi enorme. Constituiu uma resultante lógica do movimento sindical dos trabalhadores do distrito, demonstrativa da sua força e da fraqueza dos empresários agrícolas: “Logo que, por via administrativa, seja publicada regulamentação de trabalho aplicável à área, aos empresários e aos trabalhadores abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho, esse diploma apenas vigorará naquilo que beneficiar os trabalhadores” (cláusula II, n.º 25). Pela primeira vez, foi consagrado o direito ao trabalho durante todo o ano: “Todos os trabalhadores deste distrito têm direito a que lhes seja assegurado trabalho durante todo o ano...” (cláusula IV, n.º 1). Como garantia desse direito, avança que as entidades patronais não podem recusar-se a conceder trabalho quando se verifique terem culturas ou trabalhos agrícolas a efetuar e a não execução dos mesmos seja prejudicial para o desenvolvimento da agricultura ou da economia nacional (cláusula IV, n.º 2). Não há referência clara às terras improdutivas, embora se possa fazer a sua leitura implícita. Quando houver desemprego o sindicato averiguará se aquelas condições se verificam, mas para colocação compulsiva de trabalhadores terá de recorrer a uma comissão técnica (cláusula IV, n.º 3 e 4). A completar o acima disposto, o despedimento sem justa causa obriga a entidade patronal ao pagamento de uma indemnização ao trabalhador.

O reconhecimento do direito ao trabalho durante todo o ano, a ser realmente concretizado, implicaria elevar para níveis muito mais altos a mão-de-obra nas explorações agrícolas, o que provocaria a rutura dos sistemas de produção praticados. Obrigaria a uma diversificação cultural e à introdução de culturas de alto rendimento que absorvessem a mão-de-obra, ou traduzir-se-ia num substancial aumento da área cultivada, possível com o cultivo das terras marginais. Em qualquer dos casos, no entanto, abalaria profundamente a empresa capitalista-latifundiária. Por estas razões, as garantias avançadas não asseguravam a concretização do direito ao trabalho durante todo o ano.

A Convenção estabelecia outras regalias que trouxeram alterações importantes na vida dos trabalhadores agrícolas: o direito a meia jorna nos dias de chuva que impossibilitam o trabalho no campo; o direito a salário nos dias feriados; o direito a férias – dezoito dias úteis para os trabalhadores permanentes e dia e meio por cada mês de trabalho prestado ou fração para os trabalhadores temporários; o direito a transporte, se a distância entre a povoação e o local de trabalho for superior a 3 km, e o direito ao estatuto de trabalhador permanente ao fim de 8 meses seguidos ao serviço do mesmo empresário agrícola.

Na memória dos trabalhadores estas conquistas representaram a melhoria mais importante nas suas condições de trabalho e de vida que alguma vez haviam beneficiado.

Foram ainda definidos novos aumentos salariais, segundo duas zonas agrícolas: zona A (concelhos do Vale do Tejo e Sorraia) e zona B (zona norte do distrito) com salários mais baixos entre os 4%, nos tratoristas, e os 15%, nos trabalhadores indiferenciados. Considere-se os valores da nova tabela salarial para a zona A, onde se situava a freguesia do Couço (cláusula XIX, n.º 1):

Tratorista	Permanente	6 000\$00	por mês
	Temporário	220\$00	por dia
Trabalhador indiferenciado	Homem	200\$00	por dia
	Mulher	140\$00	por dia
Guardadores:	Homem	5 200\$00	por mês
	Mulher	4 000\$00	por mês

Acresce dizer que por esta tabela, o trabalhador indiferenciado auferia, ainda, na época das colheitas da uva, tomate e arroz, mais de 20\$00 por dia (cláusula XIX, n.º 2).

Na zona A, consolidava-se e reforçava-se o aumento salarial da 1.ª Convenção Colectiva do Couço relativamente ao salário de trabalhador indiferenciado anterior ao 25 Abril de 1974, um acréscimo na ordem dos 65-70%. O tratorista beneficiava mesmo de um aumento muito significativo, na ordem dos 15%, em relação ao salário consagrado naquela convenção. É interessante reparar que, neste contrato coletivo, a diferença salarial entre homens e mulheres aumentou 5\$00 por dia em relação à 1.ª Convenção e que as diferenças de salários entre trabalhador indiferenciado e guardadores e, em particular, tratoristas acentuar-se-ão nos contratos seguintes. Esta relativa proximidade dos níveis de salários entre as diferentes categorias, nesta 1.ª convenção distrital, é indicadora do peso e do protagonismo então predominante dos trabalhadores indiferenciados (principalmente temporários) no movimento social dos trabalhadores rurais.

A Ofensiva dos Grandes Empresários Agrícolas

A *distribuição do pessoal* nas grandes explorações agrícolas foi bem-sucedida numa primeira fase, mas os grandes empresários agrícolas tinham meios de a contrariar. Não pagavam os salários, despediam os trabalhadores ou simplesmente ignoravam os trabalhadores distribuídos, o que dava uma grande instabilidade de emprego e obrigava a uma intensa atividade sindical no sentido de garantir os postos de trabalho e o cumprimento das convenções.

“Os lavradores tentavam despedir o pessoal, a Comissão Sindical ia lá e eles voltavam a empregar” (Jerónimo Bom).

Os novos níveis salariais, os encargos a que as entidades patronais ficaram obrigadas e o acréscimo acentuado do número de trabalhadores compulsivamente colocados tornaram não rendáveis, sob o ponto de vista do capitalismo-latifundiário, alguns dos trabalhos como a ceifa manual junto dos combros nos canteiros de arroz, desmatagens, cortes de lenhas, cavas da vinha e apanha da azeitona. Os grandes empresários procuraram paralisar a atividade agrícola, mas não só por razões de rentabilização da mão-de-obra. Com o decurso do processo político marcado pelo 28 de setembro e principalmente pelo 11 de

março, era clara a intenção dos grandes empresários de provocar a retração económica e a degradação da situação nos campos. Os grandes proprietários fundiários moradores no Couço saíram da freguesia e só regressaram três a quatro anos depois aquando da entrega das reservas. Nos campos não procediam ao trabalho de manutenção das explorações, deixavam parte das terras por cultivar, não faziam com oportunidade ou não faziam de todo os trabalhos culturais, tentavam vender gado e meios de trabalho da exploração. Visavam a descapitalização das empresas.

“Lembro-me, e a isso eu assisti, de ver muito grão no chão numa seara recentemente colhida com a ceifeira-debulhadora” (técnico agrícola do Centro Regional da Reforma Agrária, CRRA, de Santarém) – a máquina fora mal regulada.

O proprietário da herdade do Peso retirou de lá os tratores e colocou-os numa outra herdade do concelho de Santarém; nas Águas Belas a proprietária vendeu o gado que havia deslocado para o Alentejo. Outros exemplos podiam ser dados. No entanto, no Couço, a sabotagem económica e a descapitalização não atingiram as dimensões de outras regiões. A vigilância organizada dos trabalhadores constituiu um decisivo travão aquelas ações.

As comissões de herdade estavam constituídas. Foram eleitas em plenários de trabalhadores e tinham por objetivo controlar a produção e organizar a vigilância contra a sabotagem económica¹⁹³. Juntavam-se de 15 em 15 dias, para debater a situação das herdades e o movimento de gado e máquinas.

“Aqui no Couço não houve grandes tentativas de sabotagem económica, mas sim tentativas de venda de gado. Isto foi mesmo quando se começaram com as ocupações. Alguns não tiveram tempo de vender. Havia as comissões de vigilância dos trabalhadores e os maiores de gado estavam atentos” (Jerónimo Bom).

“ Fizemos voltar para trás várias camionetas que vinham buscar gado”
(Joaquim Canejo).

“Um proprietário tentou passar o gado das terras que tinha no Alentejo para Vila Franca de Xira, com o objetivo de o vender. Era gado que passava lá um tempo e vinha passar outro tempo nas herdades do Couço do mesmo proprietário. Intercetámo-lo quando vinha a passar a pé, ao longo da várzea da Ribeira do Divor, conduzido por dois cavaleiros. Depois tentou vender um refugo de ovelhas com o auxílio dum empregado, homem dele, mas os trabalhadores da comissão de vigilância da herdade não deixaram”
(Joaquim Canejo).

“Os trabalhadores da comissão da herdade das Águas Belinhas disseram ao agrário que não podia vender nenhum gado” (António José Charrua).

As comissões de herdade estavam atentas a tentativas de fuga de capitais das explorações, mas também procuravam controlar a produção, exigindo que os empresários não deixassem terras por cultivar.

“Os trabalhadores das Águas Belinhas chegaram a pedir de empréstimo semeadores para fazer milho; depois quem colheu foi já a UCP”

(Joaquim Canejo).

Nestas ações colaboravam com os militares (principalmente no controlo de guias de circulação de gado) e técnicos progressistas do CRRA de Santarém e da Comissão de Gestão Transitória (CGT) do Perímetro de Rega do Vale do Sorraia¹⁹⁴.

Tinha decorrido menos de um ano depois da formação do Sindicato. As múltiplas lutas contra o desemprego, pelo pagamento dos salários e cumprimento das cláusulas das convenções coletivas de trabalho, a vigilância contra a sabotagem económica e descapitalização das empresas, e o controlo da produção foram tornando evidente, aos trabalhadores, que as suas maiores aspirações, estabilizar o emprego, salários justos e acabar com o desemprego, eram impossíveis de concretizar sem alterar as relações de propriedade da terra. Por outro lado, foram contribuindo para fortalecer a consciência da capacidade e da necessidade dos trabalhadores tomarem nas mãos a direção do processo produtivo, como forma de produzir riqueza e realizar as suas aspirações.

Falava-se então muito de reforma agrária. Um grupo mais politizado em torno da Comissão Sindical antevia já os seus contornos, para outros a ideia fazia o seu percurso. Ocupar e dispor das terras para trabalhar dizia tudo, correspondia ao sentido de justiça social mais profundo dos trabalhadores agrícolas. Quando se fez a coincidência destas ideias com o processo de reforma agrária a adesão daqueles a esta foi imediata.

“A Reforma Agrária era um sonho – termos as terras para trabalharmos! Porque nunca tivemos nada”

(Perpétua Charrua).

“Eu já tinha ouvido falar de reforma agrária há muito tempo. Não sabia bem ao certo o que era, mas sabia que aí era a gente que trabalhava a ter as terras. Muitas pessoas nunca tinham ouvido falar de reforma agrária nem sabiam o que era, mas claro que aderiram quando se lhes falou para tomarem as terras” (Isidro Fino).

“Ouvíamos na rádio falar muito de reforma agrária, depois no trabalho conversávamos sobre o que seria a reforma agrária. Só tenho pena de não me lembrar o que a gente dizia. Perguntávamos umas às outras – será alguma coisa de bom para gente?” (Mocinha).

Em janeiro de 1975, os delegados dos trabalhadores agrícolas do Ribatejo e Alentejo, reunidos em plenário em Beja, decidiram que, em face do desemprego e do boicote económico, as herdades desaproveitadas ou subaproveitadas fossem ocupadas pelos trabalhadores. Um mês depois, em fevereiro, a I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, convocada pelo PCP, proclamava que “a única verdadeira solução para os problemas da agricultura do Sul (...) é a Reforma Agrária, que liquidará os latifúndios e dará a terra a quem a trabalha” (Baptista, 1978, p.10).

O movimento de ocupações de terras

Começa a Reforma Agrária

A primeira terra a ser ocupada na freguesia do Couço foi uma parcela de 35 ha denominada Mouchão da Venda¹⁹⁵, constituída por terras de boa fertilidade e situada dentro do perímetro de rega do Vale do Sorraia. Uma parte desta parcela, com terras erodidas ou dominadas por salgueiros, estava já em completo estado de abandono e outra parte não tinha sido cultivada nesse ano. A iniciativa partiu de três indivíduos, um seareiro, um alugador de máquinas e um comerciante de adubos e pesticidas associado na Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Coruche, que se assumiam como pequenos agricultores e se apresentavam com o objetivo de aproveitar as terras de cultivo.

Esta iniciativa teve equivalente nas ocupações verificadas noutras regiões, nos meses de fevereiro e março de 1975, em que alugadores de máquinas e/ou seareiros, ressentindo-se da crescente retração económica por parte dos grandes empresários agrícolas, conduziram ocupações com o propósito de obter terra para rentabilizar as máquinas e/ou fazer searas. Ocuparam sobretudo terras incultas ou abandonadas. Trabalhadores agrícolas desempregados seguiram-nos, em muitos casos, nestas ações, havendo tendência a permanecerem como assalariados dos primeiros (Baptista, 1978, p.22 e Barros, 1979, p. 66-67). Não terão sido estas as primeiras ocupações de terra. De acordo com Soeiro (2013), trabalhadores agrícolas do Baixo Alentejo tinham já apontado a ocupação como uma solução possível para o desemprego e as terras subaproveitadas. Entre 10 de dezembro de 1974 e 26 de janeiro de 1975, os trabalhadores agrícolas de 9 herdades do distrito de Beja, cujos proprietários despediam, recusavam a admissão dos trabalhadores distribuídos pelas comissões concelhias ao abrigo das convenções de trabalho ou procediam a atos de sabotagem económica, tomaram a seu cargo a gestão destas. Movia-os a defesa do direito ao trabalho e a defesa do processo produtivo (Soeiro, 2013, p.105-131).

Mas a ocupação do Mouchão da Venda, como iniciativa de uns poucos para resolver problemas individuais, vinha à revelia da experiência duma população que dava corpo ao movimento dos trabalhadores agrícolas. O ambiente emocional gerado pelo 25 de Abril, as lutas que os trabalhadores agrícolas travaram pelo cumprimento das convenções e contra o desemprego tinham renovado uma fraternidade coletiva e um espírito de interajuda que se enraizavam nas anteriores lutas sob o regime fascista.

“Havia muita alegria e estávamos todos juntos; naquela altura havia como que um amor entre todos, éramos todos uns pelos outros” (Mocinha).

As organizações locais sindical e do PCP contrariaram aquela ação individual e assumiram a direção da ocupação, colhendo o apoio da população do Couço. É possível fazer aqui um paralelo com o processo de ocupação de terras que esteve na origem da cooperativa de produção agrícola *Os Pioneiros* dos Cortiços

no nordeste transmontano, ainda que o seu contexto social, cultural e económico fosse muito distinto. Um processo que se inicia com um grupo de agricultores familiares que ponderava os benefícios que poderia tirar da constituição de uma cooperativa sobre essas terras, mas que não aderiu àquela que se veio a constituir sob a intervenção preponderante de um militante do PCP que se juntara às reuniões do grupo (Baptista, 2021). Em *A Aldeia e o Mundo Novo*, Oliveira Baptista acrescenta, à análise da situação, motivações e interesses dos envolvidos neste processo, a ideologia e política do PCP sobre os camponeses e agricultores familiares, para explicar a configuração que a nova cooperativa assumiu e que se aproximava do modelo das UCP em formação no Sul (Baptista, 2022, p.25-27).

A ocupação do Mouchão da Venda, como todas as iniciativas ocorridas no Couço, foi discutida em plenário de freguesia, convocado por elementos ligados à organização local do PCP, que aprovou a constituição de uma comissão instaladora para gerir o que passaram a designar por pré-cooperativa do Mouchão da Venda. A comissão era composta por 5 trabalhadores, três pequenos seareiros, um deles, também pequeno agricultor, que não tinham arrendado terra nesse ano, e por dois operários agrícolas, um deles, ex-seareiro (ver Anexo). Possuíam, portanto, à partida e à exceção de um, algum domínio da gestão técnica e económica de atividades agrícolas.

Um novo sentido foi dado à ocupação do Mouchão da Venda: a ocupação da terra não deveria ser realizada em proveito próprio do grupo ocupante, mas em benefício de toda a população da freguesia.

Ficou definido que aqueles trabalhadores receberiam um salário e o rendimento líquido da exploração deveria reverter a favor do futuro centro materno-infantil da freguesia¹⁹⁶; a terra improdutiva seria cultivada e novos postos de trabalho criados. Os primeiros ocupantes não se opuseram, mas também não se integraram, mantendo, como solução de compromisso, uma seara à parte.

Em abril/maio de 1975, o Mouchão da Venda foi terraplanado e nivelado e os salgueiros arrancados, para o que utilizaram *máquinas do Estado* e dum alugador de máquinas que esteve ligado ao primeiro grupo dos “três agricultores”. Pediram crédito a uma fábrica de tomate (TOCAN) que lhes forneceu plantas e adubos, os tratores foram cedidos por um pequeno agricultor do Couço e pela Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Évora. Cultivaram tomate e uma pequena parcela de milho híbrido e, no outono, colheram a azeitona. A Comissão Sindical distribuiu as mulheres para as diferentes tarefas. Num domingo, contaram com a ajuda da população na colheita do tomate. Os resultados *foram bons*, pagas as pesadas despesas iniciais com as máquinas, a mão-de-obra e outros encargos, restou-lhes um rendimento de 300 contos que aplicaram na compra dum trator, de alfaias e dum reboque.

Entretanto, as grandes ocupações de terra (julho e agosto) tinham-se dado e constituíam-se novas unidades coletivas de produção. O Mouchão da Venda, porque tinha uma área relativamente reduzida, foi integrado numa

das novas unidades de produção e o trator e o reboque foram vendidos a uma outra. Os elementos da comissão instaladora entraram também para as novas unidades e, num novo plenário de freguesia foi comunicado à população que os trabalhadores do Mouchão da Venda ofereciam ao jardim-de-infância do Couço uma carrinha para a deslocação das suas crianças. Marcava-se, assim, num gesto de solidariedade que tomava o valor de símbolo, o carácter coletivo e global das ocupações de terra.

A partir daqui ficou inviabilizada qualquer iniciativa individual ou de grupo restrito, pensável numa região onde muitos são, há muito tempo, seareiros, isto é, trabalhadores por conta própria. Só mais tarde, numa outra conjuntura política, alguns procurarão fazer valer a sua vontade, dando lugar a um processo conflituoso que abre uma fratura funda na unidade da população do Couço.

Para os trabalhadores assalariados a ocupação do Mouchão da Venda foi uma demonstração do que poderia ser a Reforma Agrária, da possibilidade de transformação das relações de propriedade e de produção. Desta iniciativa até à primeira ocupação das grandes herdades medeiam cerca de dois meses: *era preciso tempo*.

As Grandes Ocupações de Terra

Em junho, os trabalhadores da herdade do Peso, à semelhança de outros enfrentavam a recusa de pagamento de salários da proprietária, situação que se tendia a agravar com os previsíveis despedimentos e o estado improdutivo de algumas terras e de subnutrição dos gados¹⁹⁷. Estes acontecimentos cruzaram-se com o regresso de um “rapaz” que acabara de fazer a tropa na EPA, em Vendas Novas, casara e vivia no monte do Peso. Com espírito de iniciativa, vindo de uma unidade militar que tinha tomado posições francamente de apoio à Reforma Agrária, influenciou e organizou os trabalhadores a proceder à ocupação da herdade como forma de resolverem os seus problemas de trabalho. Contactou o Sindicato local e distrital, a EPA e o IRA que lhe deram *luz verde* e apoio. A Comissão Sindical do Couço, tomou então a direção do processo e organizou a ocupação. No dia da feira anual do Couço, nesse ano, a 16 de junho, elementos daquela comissão, de megafone, mobilizaram a população para realizar a primeira grande ocupação – propunham ocupar a herdade do Peso, localizada na extremidade sudeste da freguesia. A adesão dos populares que se encontravam na feira foi massiva.

“Fomos nos tratores dos agrários, deixamos os feirantes sozinhos, tudo foi ocupar!”.

Do Alentejo, daqui e de além chegavam notícias de outras ocupações de terras realizadas pelos trabalhadores; as lutas sindicais e ações de esclarecimento de organizações políticas, principalmente do PCP, a reunião de técnicos progressistas regionais, no Centro de Reforma Agrária de Santarém, muito recentemente criado¹⁹⁸, contribuíram para o amadurecimento das condições locais. A anunciada promulgação de disposições legais sobre a Reforma Agrária, Dec.-Lei n.º 203-G/75 de 15 de abril, fazia-se esperar na indecisão dos órgãos do

poder político¹⁹⁹ e, cada vez mais, se tornava claro que a iniciativa teria que ser tomada pelos trabalhadores.

“Não era o Estado com o nosso regime que a ia fazer, tinham que ser os trabalhadores, assim como tiveram que ser noutros países socialistas” (Perpétua Charrua).

A Reforma Agrária impunha-se como necessidade objetiva para resolver o problema do emprego e da produção e os ânimos das pessoas estavam orientados para ocupar as terras.

Entrava-se numa nova fase, a das ocupações das grandes herdades, agora já planeada e preparada desde o início, sob a direção da comissão sindical local.

Nenhum dos intervenientes deste processo tinha feito uma Reforma Agrária, ninguém sabia “como era”. O primeiro passo a dar era ocupar as terras, “mas como?” O acontecimento de 16 de junho tinha dado uma resposta.

Os trabalhadores distribuídos pelas grandes explorações agrícolas, organizados em comissões de vigilância, reuniam com elementos da Comissão Sindical para apreciar a situação das respetivas herdades, estado de aproveitamento das terras, andamento das culturas, movimento do gado e máquinas, pagamento de salários e estabilidade de emprego. Concluía-se havia necessidade de ocupar as herdades num curto espaço de tempo e avaliavam as condições que tinham para o fazer. A constituição de novas unidades de produção era igualmente discutida.

“As comissões de herdade, lá com os trabalhadores, é que chegavam à conclusão de que havia necessidade de ocupar e estavam em condições para o fazer” (Joaquim Canejo).

A Comissão Sindical, atendendo às necessidades sentidas e à vontade dos trabalhadores de cada herdade, considerava a oportunidade de cada uma, planeava e organizava as ocupações. Sem que tenham constituído regra, as fases dos diferentes ciclos produtivos, a possibilidade de o proprietário vir a pagar salários em atraso ou vender produtos da exploração, foram aspetos ponderados. Finalmente as decisões tomadas eram levadas à Assembleia de Freguesia onde todos participavam.

“Participava quem queria. Todos os que queriam sabiam as terras que íamos ocupar. Quem queria participava, agrícolas e não agrícolas” (Joaquim Canejo)²⁰⁰.

No dia seguinte, partiam nos tratores em longas filas. Todos se mobilizavam. Os pequenos comerciantes fechavam as portas dos estabelecimentos para se juntarem ao movimento e nas aldeias ficavam apenas os velhos e as crianças mais novas.

Foi de alegria e festa o ambiente que acompanhou as ocupações de terra sob o lema “A terra a quem a trabalha”. Acompanhavam o movimento popular, militares da EPA de Vendas Novas e técnicos da CGT do Perímetro de Rega do Vale do Sorraia ou do CRRA de Santarém.

“Não sei descrever a emoção que senti quando cheguei ao Monte do Couço e deparei com a fila de tratores e atrelados cheia de gente que cantava e rejubilava, acenando bandeiras vermelhas do PC e do PS ... Era uma alegria imensa. Tinha começado a Reforma Agrária! Estava a acontecer e nós não sabíamos como se fazia, nunca tínhamos feito nenhuma ...” (técnico do CRRA).

No monte da herdade, num ato público dava-se, através da comissão de trabalhadores, poder aos operários agrícolas para que *tomassem conta* da exploração agrícola. Por exemplo, na herdade do Monte do Couço elegeu-se na altura da ocupação uma comissão de trabalhadores constituída por 11 elementos, 7 homens e 4 mulheres. Os trabalhadores ficavam responsabilizados por todo o material, equipamento e instalações existentes, que foram depois sujeitos a inventário realizados por aqueles técnicos e militares. A sua principal tarefa era construir uma nova unidade coletiva de produção e, se nesta altura eles só anteviam os seus contornos de organização e funcionamento, já tinham uma ideia clara das principais herdades que a constituiriam.

Reconhecida a comissão de trabalhadores e feita a ata da ocupação, assinada pela respetiva comissão e técnicos do CRRA, partiam para outra herdade. A presença dos militares era a melhor legitimação do processo, era também a substantivação da Aliança Povo/MFA (Movimento das Forças Armadas).

A ocupação das principais herdades da freguesia ocorreu em cinco grandes jornadas, transformadas em dias ímpares de festa popular.

Na primeira jornada, no dia 23 de julho, foram ocupadas, sucessivamente, das 8h30m da manhã à 1h00m da madrugada, as seguintes herdades²⁰¹: Engal com 23 trabalhadores, Monte do Couço (e, por extensão, as herdades do Pinheiro e Sesmária Nova, Sesmária das Manas, Arriscada e Monte da Vinha, Aguda e Raivozinho) onde trabalhavam 62 trabalhadores, Esparteiro e Courelas do Esparteiro com 45 trabalhadores, Escusa, Faias e anexos, com 36 trabalhadores, Águas Belas e Alegrete (situada na freguesia de Coruche), respetivamente, com 53 e 9 trabalhadores – ao longo do Vale do Sorraia, Aldeia Velha e Courelas e Courelas do Divor com 59 trabalhadores, Monte Novo da Palma (parte da qual se localiza no concelho de Mora) com 19 trabalhadores e Ruivos com 48 trabalhadores – ao longo da Ribeira do Divor. Esta jornada terminou com a passagem pelo monte do Peso com o fim de *consolidar* a ocupação, anteriormente realizada.

A 29 de agosto foram ocupadas as herdades de Madeiros e Castelejos, Figueiras e Vianas e Atalhadores Novos.

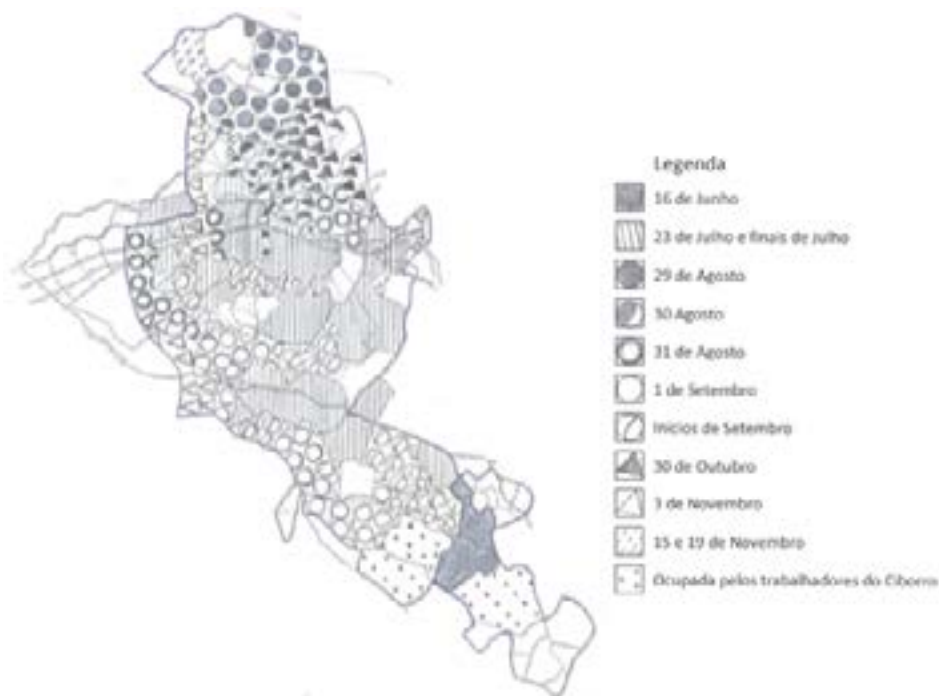
A 30 de agosto, foi a vez da herdade do Monte Belo e de outras herdades que lhe foram associadas, Açorda, Vale d'Águia, Sesmária Velha e os 4 prédios Pero Martins.

A 31 de agosto os trabalhadores tomaram posse das herdades do Monte Novo e Entre-Águas e das herdades das Águas Belinhas, Sol Posto e Sabachão, no outro extremo da freguesia.

E, finalmente, no dia 1 de setembro foram ocupadas as grandes herdades da charneca: Pinçais, Montinho dos Pinçais, Chapelarinho, Verdugos de Cima, Coelheiros do Sul, Trabalhos e Boavista, Onzenas e Vale d'Eira.

Ainda em julho, em data que não foi possível precisar, foram ocupadas a herdade Montinho do Sorraia, associada às herdades Serpes e Arneiro do Touro, e as herdades Courela Grande, Courela do Chaparro e Canto de Cima (Figura 1).

Figura 1. As grandes jornadas de ocupação de terras na freguesia do Couço: herdades ocupadas



Entretanto, às herdades já constituídas como novas unidades coletivas de produção foram-se associando outras herdades que as respetivas comissões de trabalhadores iam considerando em sua posse.

“No local de ocupação [...] era aprovada uma comissão de trabalhadores, proposta pelo sindicato. Nós contactávamos com antecedência os trabalhadores; preparávamos estas listas e nem sempre era necessário irmos às herdades” (António José Charrua).

Assim, antes do final do mês de agosto estavam ocupadas as herdades designadas por Figueiras, Celareiro, Vale Covo, Monte Branco e Carreta e Volta do Vale, Verdugos de Baixo, Verdugos da Galiza, Ferrarias, Minutos, Ameira, e Galegos e courelas do Couço, da Estrada e do Pinhal.

Nos princípios de Setembro, as principais herdades do regadio do Vale do Sorraia e do montado de sobre, na freguesia do Couço, estavam na posse dos trabalhadores. Totalizavam 211160 ha e representavam 83% do total da superfície ocupada pelos trabalhadores agrícolas do Couço. As ocupações foram-se completando durante o outono de 1975 (as datas que se seguem são as oficiais).

A 30 de outubro, as herdades do Monte do Vale, do Ramalho, Sesmária Nova, Sesmária Novas e Olhos d'Água, os prédios das Casa Novas e Vale dos Teles e os quatro prédios das Sanguinheiras foram ocupados.

A 3 de novembro foi a vez das herdades do Sabachão de Cima e das Onzenas (de Baixo, do Meio e da Banda). Seguiram-se as herdades da Texugueira, da Carapinheira, do Ferrador e os prédios dos Boicilhos. Nesta fase, por iniciativa de um dos dois rendeiros que a exploravam foi também ocupada a herdade da Amoreira Alta.

“O Manuel Lourenço veio ter connosco para que ocupássemos a herdade... Ficou na Comissão de Trabalhadores, mas logo que pôde pediu reserva [direito de exploração]. Depois percebemos que o que ele quis foi pôr de lá para fora os sócios” (Joaquim Canejo).

A 15 de novembro e finalmente a 19 de novembro foram, respetivamente, ocupadas a herdade do Raivoso a herdade do Junco. No total foram ocupados 25 485 ha (Quadro 4).

Quadro 4. Jornadas das ocupações de terra, no Couço, 1975

Área Ocupada	Jornadas das ocupações de terra					
	abril/maio	junho e julho	agosto	de 29 de agosto a 1 de setembro	outono	Total
hectares	35	8 647	3 589	8 888	4 326	25 485
%	...	34	14	35	17	100

O movimento social das ocupações de terra na freguesia do Couço foi, em primeiro lugar, uma resultante do confronto de classes, entre os trabalhadores agrícolas e os grandes proprietários e empresários agrícolas, e do desenvolvimento das contradições do capitalismo latifundiário. As ocupações de terra surgiram assim como o primeiro passo de uma reforma agrária que se impôs como solução de questões tão básicas como o emprego, o pagamento de salários e o assegurar do processo produtivo e que, ao mesmo tempo, ia ao encontro das mais profundas aspirações de justiça social dos trabalhadores agrícolas.

“Queríamos mais trabalho, trabalho todo o ano e acabar com a sujeição aos agrários”.

“As pessoas avançaram para as ocupações das terras porque não queriam ser exploradas, não queriam andar sujeitas aos agrários e ganhar pouco”.

A partir de junho, a forma planeada e organizada como os trabalhadores procederam às ocupações das grandes herdades evidência a presença de objetivos mais amplos, a transformação das relações sociais de produção e das relações de propriedade. O lema “A terra a quem a trabalha” era expressão popular deste objetivo.

A forte implantação do Sindicato dos Operários Agrícolas, o nível elevado de organização dos trabalhadores agrícolas que aquele conseguiu e a dinâmica que se gerou, não só permitiram orientar e articular as ações em resposta às necessidades sentidas pelos trabalhadores nas herdades, mas também transformar o movimento dos operários agrícolas num movimento popular de freguesia. Esta característica explica em grande parte o sucesso das ocupações de terra e das novas unidades coletivas de produção do Couço. Outras cooperativas nos concelhos de Salvaterra de Magos, de Benavente, que não se alicerçaram com uma dinâmica própria dos trabalhadores, antes foram constituídas por uma intervenção “administrativa” do CRRA, não tiveram condições de subsistir e num curto espaço de tempo foram destruídas. O nível de organização dos trabalhadores agrícolas da freguesia do Couço era muito elevado. A propósito, vale a pena lembrar as declarações dum porta-voz da EPA, de Vendas Novas a propósito das ocupações do dia 23 de julho: “No caso das ocupações procuramos saber se os trabalhadores estão ou não organizados [...]. No Couço, surpreendeu-nos a organização exemplar que todos demonstraram, especialmente as comissões de trabalhadores [...]” (Castro, 1975). A dinâmica de vibrante entusiasmo dessa organização estende-se às freguesias vizinhas: foi a Comissão Sindical do Couço quem organizou e apoiou as primeiras ocupações no concelho de Mora e na freguesia de Coruche.

Os técnicos progressistas e os militares colaboravam com os trabalhadores, procurando dar apoio e resposta aos problemas concretos que se iam levantando no desenrolar dos acontecimentos, sem conseguirem enquadrar o movimento. Eles foram, no entanto, elementos importantes na composição da relação de forças que se estabelecia localmente que permitiu aos trabalhadores avançar num caminho, o da alteração das relações de propriedade da terra e das relações sociais de produção, sem obstáculos de maior, numa conjuntura sociopolítica muito complexa. Dificuldades de enquadramento foram igualmente sentidas pela organização local do PCP, principalmente na última fase das ocupações, pois o ímpeto e autonomia do movimento de ocupações de terra no Couço foram de facto muito grandes.

Em 23 de julho, quando a população do Couço avançou na ocupação das terras não tinham ainda sido promulgadas as leis sobre a Reforma Agrária – Dec.-Lei n.º 406-A/75 de 29 de Julho, conhecida pela lei das expropriações e o Dec.-Lei n.º 407-A/75 de 30 de Julho, a lei das nacionalizações. No entanto, como vimos, os técnicos que vinham seguindo o movimento social nos campos não deixaram de acompanhar esta jornada de ocupações. O estado estacionário da aplicação da Reforma Agrária, a par do subaproveitamento das grandes áreas de terra cultivável, da incúria manifestada pelos grandes empresários e do não

cumprimento, em alguns casos, da Convenção Colectiva de Trabalho, foram as razões invocadas pelos trabalhadores agrícolas do Couço para fundamentar a ação das ocupações de 23 de julho, registadas então por Ferreira de Castro (1975). Também em *O Jornal* (1975) se afirmava que o impasse em que parece ter caído a aplicação da lei da Reforma Agrária era apontado pelos trabalhadores do Couço como principal motivo das ocupações. Procurava-se criar uma situação de facto que pressionasse o Governo a ultrapassar as suas contradições promulgando os diplomas legais sobre a Reforma Agrária.

Por outro lado, militares da EPA davam, com a sua presença nas ocupações de julho, grande ânimo à população do Couço. Em declaração pública a Ferreira de Castro (1975), alguns oficiais da EPA demarcaram-se, no entanto, da decisão das ocupações de terra, nesta primeira fase. Afirmaram que aquela unidade militar daria aval a todas as ocupações de terra desde que o IRA dissesse que determinada herdade estava em condições de ser ocupada pelos seus trabalhadores, caso contrário tentariam convencê-los a não concretizarem a ocupação. Nesta posição cautelosa, deveria pesar a orientação do então comandante da Região Militar de Évora, Pezarat Correia, no sentido de que só deveriam ser ocupadas as herdades onde houvesse sabotagem económica. As contradições que se viviam eram grandes, acontecendo que no próprio dia da jornada de 23 de julho um dirigente sindical do Couço, Joaquim Canejo, e os técnicos do IRA foram chamados à Região Militar de Évora. Lá teria sido aventada a prisão do primeiro, não concretizada devido à oposição de militares da EPA.

A Comissão Sindical do Couço conhecia aquela orientação, mas outras razões pesaram na decisão de não ocupar as herdades de Águas Belinhas e de Sol Posto, no mesmo dia (de 23 de julho) em que ao longo da várzea do rio Sorraia foram ocupadas as principais herdades de regadio. Um dos dirigentes sindicais, António Charrua, afirmou-nos:

“As primeiras herdades a serem ocupadas foram aquelas onde os agrários punham mais problemas aos trabalhadores, não pagavam salários, despediam pessoal, tentavam vender gado e tudo o que havia”. “As Águas Belinhas foram ocupadas mais tarde porque se esteve à espera que o agrário pagasse aos trabalhadores. Quando pagou, ocupamos as terras”.

Na herdade do Esparteiro onde o rendeiro não procedeu à monda do arroz nem às sachas nem à rega do milho, vendeu fardos de palha de trigo que os trabalhadores consideravam necessários à alimentação do gado, foi ocupada na primeira jornada; o mesmo aconteceu nas herdades das Águas Belas e do Alegrete, onde o gado estava mal alimentado, enquanto a palha habitual para alimentação foi vendida, o milho, mal semeado, o pomar de citrinos não era regado, o viveiro de tomate, desprezado e as máquinas, em mau estado de conservação²⁰².

Depois das primeiras grandes ocupações, as tentativas de descapitalização e os despedimentos de trabalhadores agravaram-se e a maior parte dos empresários abandonou completamente as explorações agrícolas, como aconteceu na herdade do Montinho do Sorraia que foi de imediato ocupada pelos trabalhadores.

Porém, entre a primeira e a segunda jornada de ocupações de terra decorre mais de um mês – o processo de ocupações de terra como movimento social tinha a sua dinâmica própria.

Um dos fatores a condicionar o ritmo das ocupações poderia ter sido o ciclo das culturas predominantes na região. Os trabalhadores não dispunham de capital próprio para dar continuidade aos amanhos e tratamentos das culturas e, principalmente, para suportar os encargos da mão-de-obra. Era necessário que as searas se desenvolvessem e se pudesse realizar o capital pela venda dos produtos²⁰³. Ao encontro desta hipótese vão as declarações do dirigente sindical Joaquim Canejo:

“Não podíamos ocupar na mesma altura do Alentejo, porque as culturas, aqui, são diferentes; os trabalhadores nas herdades é que chegavam à conclusão de que havia necessidade de ocupar e de que estavam em condições para o fazer; não podíamos avançar para as terras sem garantir os salários dos trabalhadores”.

Dez anos depois destes acontecimentos, as explicações são sempre racionalizadas pelas experiências entretanto vividas e as memórias são diferentes. Para o dirigente sindical António Charrua, o estado das culturas não foi determinante na escolha da data das ocupações.

Outros critérios, já atrás mencionados, seguramente se sobrepuseram nas ocupações de terra de 23 de julho, mas as ocupações de 29 de agosto a 1 de setembro ocorreram num período em que o arroz estava nos campos, na maior parte dos casos com praticamente todos os tratamentos e cuidados culturais completos o que teria facilitado a realização de capital necessário para assegurar as culturas do ano seguinte. Em relação à cultura do tomate, a questão era outra, o facto de esta cultura ser principalmente realizada por pequenos e médios seareiros que, em 1975, colheram e venderam os produtos das suas searas. Canejo justifica a ocupação mais tardia das herdades de Santa Justa pela presença de seareiros e a necessidade de reunir com os seareiros.

Sem que se possa eleger como fator determinante, parece existir também alguma relação entre o momento da ocupação e as tiradas de cortiça que, na freguesia, se realizam entre os meses de junho e agosto. Nesse ano, a cortiça foi extraída por conta dos proprietários na herdade da Aldeia Velha e na Herdade do Monte Novo da Palma, ocupadas a 23 de julho, na herdade de Madeiros e Castelejos e na herdade dos Coelheiros do Sul, ocupadas respetivamente a 29 de agosto e a 1 de setembro, e nas herdades da Sesmaria Nova e do Raivoso, ocupadas a 30 de outubro e a 15 de novembro. Nestas duas últimas herdades, os próprios proprietários realizaram a venda da cortiça, mas, nas quatro anteriores, foram as novas unidades coletivas de produção²⁰⁴.

As últimas ocupações de terra na freguesia, ocorridas no 4.º trimestre de 1975, assumiram características particulares que se relacionam com o diferente quadro político que se estabelecia a nível governamental. No novo rearranjo das

forças políticas²⁰⁵ pesavam, agora, mais as que visavam a contenção e o retrocesso do processo desencadeado no 25 de Abril, sendo enorme o desfasamento entre o novo poder central e a dinâmica do movimento popular e a ação ofensiva dos operários agrícolas nos campos do Sul. Claude Colin escreveu “nas unidades coletivas de produção do Alentejo não se tem a impressão que o 25 de novembro tenha tido lugar” (Colin, 1976, p.722).

No Couço, as grandes explorações agrícolas do Perímetro de Rega do Vale do Sorraia e do montado de sobro estavam já ocupadas em 1 de setembro. Faltava concluir, com a ocupação de cerca de uma dezena de herdades, a transformação das relações de propriedade prevista pelas leis *das expropriações e das nacionalizações*. Na nova situação política, gerou-se a convicção, partilhada pelo PCP, da necessidade de concluir quanto antes o processo possibilitado por aquelas leis, no sentido de quanta mais terra ficasse nas mãos dos trabalhadores mais difícil seria fazer voltar para trás a Reforma Agrária. Assim, ao modo planeado e organizado que caracterizou as anteriores ocupações sobrepôs-se a vontade de levar o mais longe possível o movimento das ocupações, o que conduziu à ocupação de algumas propriedades com pontuações inferiores à prevista na lei. O modo como essas ocupações desenquadradas da lei foram aproveitadas pelas forças contrarrevolucionárias que se opunham à Reforma Agrária, aprofundou a divisão entre os dirigentes da comissão sindical local que vinha a dar lugar a seguidores de António José Charrua, que terá o apoio da organização local e da direção do PCP, e a seguidores de Joaquim Canejo que se manteve ligado a este partido e que pelo seu trabalho, carácter visionário e impetuoso personificou, para estes, as lutas sindicais e o movimento de ocupação de terras. Um sentimento de arrependimento pelas “ocupações malfeitas” persistia em meados dos anos 1980, mas nos finais de 1975, as prioridades eram outras. Era necessário organizar as novas unidades coletivas de produção, tomar em mãos a sua gestão técnico-económica e garantir o seu sucesso, porque dele dependia o futuro da Reforma Agrária e dela a vida melhor por que ansiavam e que, mais do que nunca lhes parecia alcançável. Na construção desse futuro os assalariados agrícolas do Couço estavam unidos.

Começava agora um futuro novo nas unidades coletivas de produção a construir.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Oliveira Baptista a proposta, orientação do trabalho de campo que conduziu à monografia sobre a Reforma Agrária do Couço e a este texto, a revisão dos mesmos e o muito que me ensinou; a Maria João Canadas a revisão paciente e atenta deste texto; aos presidentes da Câmara de Coruche Carlos Alberto Gomes e Diamantino Marques Ramalho que me proporcionaram as condições logísticas e financeiras para residir 15 meses no Couço; a todos os trabalhadores e residentes do Couço que me receberam, acarinharam, pacientemente responderam às minhas muitas questões e com quem ganhei compreensão da vida.

Bibliografia citada

- Baptista, F. O. (1978). *Portugal 1975*. Os Campos. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Baptista, F. O. (1980). Economia do latifúndio – O caso português. In A. de Barros (coord.), *A agricultura latifundiária na Península Ibérica* (pp. 341-372). Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Baptista, F. O. (1993). *A Política agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Baptista, F. O. (2021). *A Aldeia e o Mundo Novo*. www.100LUZ: 100LUZ
- Barros, A. (1979). *A Reforma Agrária em Portugal. Das ocupações de terra à formação das novas unidades de produção*. Oeiras: Instituto Gulbenkian da Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Caiado, D. (1923). *In Memoriam. Couço*. Lisboa: [Tipografia Teixeira].
- Cary, F. C. (1985). *Enquadramento e Perfis do Investimento Agrícola no Continente Português*: Lisboa: Banco de Fomento Nacional.
- Castro, F. de (1975). Trabalhadores Rurais Ocupam Onze Herdades no Couço. *A Capital*, 25 de Julho, p. 14.
- Câmara Municipal de Coruche (1983), *Caracterização Sumária do Concelho de Coruche*. Documento de trabalho (policopiado).
- Colin, C. (1976). Enquête sur les coopératives agricoles au Portugal. *Les Temps Modernes*, 32, 716-739.
- Comissão Promotora do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária (1980). *A Reforma Agrária Acusa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cutileiro, J. (1977). *Ricos e Pobres no Alentejo. Uma Sociedade Rural Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Garcia, A. (1948). *Monografia de Santo António do Couso*. Lisboa: Edições Gama.
- Godinho, P. (2001). Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962). Oeiras: Celta Editora.
- Gonçalves, J. S. (1956). *O Concelho de Coruche. Subsídio para o estudo da sua monografia*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (Relatório final de Curso de Engenheiro Agrónomo).

Galvão, J. M. (1949). O Seareiro. Sua Função Económica e Social na Cultura do Trigo e a Crise Agrária. *Folha de Divulgação da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Brigada Técnica da XIV Região, Beja, 44* (39) série VI, 5-48.

Melo, R. N. N. de (1975). *Mulheres portuguesas na Resistência*, Lisboa: Seara Nova.

Novais, A. (1985). *Panorama Fundiário da Freguesia de Couço (1974)*. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (Relatório de Estágio do Curso de Engenheiro Agrónomo).

O Jornal (1975). “Na aldeia do Couço o Povo é quem mais ordena” in *O Jornal*, 1 de Agosto.

PDIC (Plano de Desenvolvimento Integrado – Coruche). (1981). *Relatório Diagnóstico do Sector Primário*. Lisboa, SISMET (policopiado).

Serabando, J. (1974). Uma aldeia de resistência. In *A Capital*, 8 de Outubro.

Soeiro, J. (2013). *A Reforma Agrária. A Revolução no Alentejo*. Lisboa: Página a Página.

Siglas

ALA – Associação Livre dos Agricultores

CAE – Crédito Agrícola de Emergência

CGT – Comissão de Gestão Transitória

CIC – Comissões de Intensificação Cultural

CRRA – Centro Regional da Reforma Agrária

EPA – Escola Prática de Artilharia

GNR – Guarda Nacional Republicana

IRA – Instituto de Reorganização Agrária

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

UCP – Unidade Coletiva de Produção

Anexo

- Américo Brás: seareiro, quando da ocupação do Mouchão da Venda.
- António José Charrua: 43 anos, casado e com dois filhos, com a 4.^a classe de adultos, antigo trabalhador temporário vivendo então da campanha da “pinha” e da cortiça.
- Arsénio: 50 anos, casado; participou na Liga dos Pequenos e Médios Agricultores. Integrou, mais tarde, uma UCP/cooperativa, UCP Vasco Gonçalves, donde saiu em 1982 para se dedicar a pequenos negócios.

- Fernando Galvão seareiro há cinco campanhas aquando a Reforma Agrária: em 1971/72 fez searas de arroz no Camões, searas de tomate em 1973, no Esparteiro, e em 1974/75, no Monte do Couço. Trabalhava com a família (mulher, dois filhos e os pais); contratava uma ou duas mulheres no período da plantação e, várias mulheres durante a colheita. Em 1976 tornou-se cooperante da UCP Canejo, onde foi responsável pelas searas de tomate.
- Guilherme Alturas: 48 anos, casado, trabalhador temporário.
- Isidro Fino: 65 anos, casado, reformado, membro do PCP, em 1961 passou à clandestinidade e foi para o Alentejo onde se vivia a luta pelas oito horas de trabalho: *“em muitos casos, nem chegavam a fazer greve. Chegada aquela hora abalavam e pronto”*. Quando da ocupação do Mouchão da Venda, alternava entre operário agrícola e pequeno empreiteiro de trabalhos silvícolas ou de esgalhas de oliveiras.
- Jerónimo Bom: 53 anos, viúvo, membro do PCP na clandestinidade até ao 25 de Abril; membro da direção do Sindicato do Operários Agrícolas do distrito de Santarém e da Comissão Sindical do Couço; duas vezes preso aquando das lutas da segunda metade dos anos cinquenta que culminam na greve do Couço pelas 8 horas, a 24 de junho.
- Joaquim Canejo: 45 anos, casado, seareiro, com a 4.^a classe de adultos, membro do PCP desde a clandestinidade.
- Lucínio Sabino: fazia searas e tinha o seu próprio quintal onde criava vacas turinas
- Manuel Brás: 42 anos, casado, seareiro, membro do PCP desde a clandestinidade; preso político em 1962.
- Manuel Cardoso: operário agrícola, alternando entre o trabalho por conta de outrem ou por empreitada, quando da ocupação do Mouchão da Venda.
- Maria do Castelo Calado: trabalhadora temporária; presa política em 1962.
- Mocinha: 54 anos, analfabeta, casada com um dos tratoristas, um filho (técnico agrícola), trabalhadora temporária, uma das cozinheiras do rancho da herdade das Águas Belinhas.
- Ofélia Galvão: 40 anos de idade, casada, dois filhos, ajuda num pequeno negócio (alfaiataria) familiar; em solteira foi assalariada agrícola.
- Olímpia Brás: 50 anos, casada com Renato Brás, trabalhava então no pequeno negócio familiar; foi presa pela PIDE em 1962, no seguimento de uma das prisões do marido, e brutalmente espancada.

- Perpétua Charrua: 42 anos, casada, um filho; membro e trabalhadora da Cooperativa de Consumo do Couço; foi assalariada agrícola e membro da Comissão Sindical do Couço.
- Renato Brás: 59 anos de idade, pequeno comerciante de peixe; foi fundador da organização local do partido comunista português, em 1945. Preso político em 1946 (1 ano) e em 1962 a 1965 (3 anos). Emigrou em 1965 para França onde trabalhou numa fábrica. Regressou em abril de 1974.
- Rosa Viseu: 48 anos, casada e com um filho. É membro do PCP desde a clandestinidade, participou em lutas de mulheres nas praças de jornas e pelas 8 horas, presa política em 1962 (6 meses) (ver Maria Rosa Viseu em Melo (1975, p.208-215).

¹⁵⁸ Os trabalhos de campo preparatórios desta monografia ocorreram nos anos de 1984 e 1985, durante o estágio final da licenciatura em Agronomia. Como relatório desse estágio final apresentei um dos seus capítulos, *A Estrutura Fundiária do Couço, em 1974*.

¹⁵⁹ Na freguesia de Coruche, se excetuarmos a vila, sede do concelho, os residentes em lugares com mais de 500 habitantes representam 53% da sua população.

Quadro 1. Distribuição, em %, da População residente por dimensão dos lugares, em 1970, em Coruche

Freguesias	Dimensão dos lugares em número de habitantes – 1970			
	< 100	100 a < 500	500 a < 1000	≥ 1000
Coruche	10.7	24.8	37.4	23.9
Coruche (sem vila)	13.0	30.0	45.4	7.8
Couço	29.8	5.6	26.2	33.9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), XI Recenseamento Geral da População, 1970.

¹⁶⁰ Coruche é um dos principais concelhos produtores de cortiça do País – contribui com cerca de 10% do volume total. Possuindo igualmente uma das maiores taxas de arborização, 60.4%, cabe ao montado de sobre 45% da superfície territorial do concelho.

¹⁶¹ Esta sociedade de instrução e socorros mútuos a “Academia Dramática da Mocidade do Couço”, fundada em grande parte por “simples operários” teve, nas palavras do seu impulsor, Diniz Caiado, um papel importante na alfabetização da população do Couço. Perguntamos se a atividade desenvolvida em torno desta sociedade não será um elemento explicativo da especificidade da comunidade do Couço no concelho de Coruche a que fazemos referência mais à frente.

¹⁶² O centro materno-infantil, a cooperativa de consumo e a oficina mecânica de automóveis são já realizações da Reforma Agrária.

¹⁶³ No concelho de Coruche, o perímetro de rega do Vale do Sorraia beneficia 7678 ha, ou seja, 49% da área total do concelho. Por área beneficiada entende-se a área no interior do perímetro que pode ser regada com um dado equipamento hidráulico (Baptista, 1993, p.73 e 111).

¹⁶⁴ Quadro 2. Distribuição (em %) do número e da superfície total das propriedades por classes de superfície total (ha), na freguesia do Couço, 1978

Classes de superfície total (ha)	Número	Porcentagem do número	Superfície total (ha)	Porcentagem da superfície total
< 5	374	65	417	1
5 a < 30	89	15	1 144	3
30 a < 100	43	7	2 691	8
100 a < 200	24	4	3 384	10
200 a < 500	36	6	11 476	33
500 a < 1000	10	2	7 182	21
≥ 1000	5	1	8 150	24
Total	581	100	34 443	100

Fonte: Cadastro dos prédios Rústicos da Freguesia do Couço do Instituto Geográfico Cadastral de 1962; o mesmo cadastro revisto, em 1978, para os prédios rústicos beneficiados pelo aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia por solicitação do Instituto de Reforma Agrária ao Instituto Geográfico Cadastral; Processos de entrega de reservas; Lista de Prédios Rústicos Expropriados no âmbito da Reforma Agrária, vol. I (continuação) do Distrito de Santarém e Portalegre do Serviço de Informação Agrícola.

¹⁶⁵ O testemunho do reideiro do Monte do Couço dá uma ideia do progresso. “Regávamos da ribeira [rio Sorraia] com um motor Nacional. A água era insuficiente e, quando acabava, éramos obrigados a cavar e tirar a areia do leito do rio, deixar acumular a água durante o dia [no poço feito] e só depois regávamos. Por fim já regávamos com a água do canal. A partir de então deixou de faltar água. Antes eram grandes cargas de trabalho. Foi uma grande ajuda o canal! Era só pedir ao arroteiro as horas de água que queríamos”.

166 Nem todos tomaram essa iniciativa. No concelho de Coruche, dentro do perímetro da Obra, a área das zonas que permanecem em sequeiro, em 1970, é de 1520.4 ha, ou seja, cerca de 20% da área prevista no projeto.

167 Uma elevada percentagem da área das culturas de arroz, tomate e outras horto-industriais nas terras beneficiadas pelo perímetro de rega e em muitas outras várzeas do concelho de Coruche são da responsabilidade destes seareiros, nuns casos parceiros agrícolas, noutras casos, rendeiros de campanha.

Quadro 3. Superfície regada por forma de exploração da terra.

Forma de exploração da terra	Área regada (dentro e fora do perímetro) – média anual 1970-72					
	Arroz		Outras culturas**		Total*	
	ha	%	ha	%	ha	%
Conta própria	1921	27	1542	31	3463	29
Arrendamento	5175	73	3341	67	8268	68
Parceria					248	2
Concessão graciosa	10	..	81	2	91	1
Total	7106	100	4964	100	12070	100

* A área regada do concelho de Coruche representa 46% da área total regada pela obra do Vale do Sorraia. ** O tomate representa 56% da área regada. Fonte: Baptista (1993, p.114).

168 Quadro 4. Ocupação da terra nas explorações agrícolas do concelho de Coruche no final dos anos 60

Tipo de utilização da terra	Explorações com			
	< 20 ha de área total (número: 2945)		≥ 20 ha de área total (número: 199)	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Superfície total	6 836.25	16	35 437.78	84
Superfície Agrícola	5 473.40		9 721.48	
Terras aráveis limpas	4 596.20	36	8 005.26	64
Culturas permanentes	872.20	42	1 184.07	58
Olival	45.05	8	488.86	92
Pomar	187.40	42	258.06	58
Citrínos	165.55	67	81.61	33
Prunóideas	1.00	2	40.50	98
Pomóideas	1.05	1	77.00	99
Vinha	258.35	60	175.65	40
Consociações (olival, vinha, pomar)	381.40	59	261.50	41
Prados permanentes	5.00	1	532.15	99
Superfície florestal	1 284.95	5	25 264.90	95
Sobreiro	862.25	5	15 943.50	95
Eucalipto	163.10	6	2 441.20	94
Outros povoamentos	68.25	1	5 262.25	99
Incultos com produção florestal	196.85	11	1 617.95	89
Pastagens permanentes sob coberto	1 913.00	100
Terras aráveis em sob coberto	535.85	22	3 241.64	78

Fonte: INE, Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968

169 Quadro 5. Número de cabeças manifestadas, segundo a espécie, 1952,1972, no concelho de Coruche

Data	Área geográfica Concelho de Coruche/ Freguesia do Couço	Bovinos			Suínos			Ovinos e Caprinos			Gado bravo	Total 1972
		Total	Fêmeas ≥ 2 anos	Nas explorações agrícolas 1952-54	Total	Fêmeas reprodutoras	Nas explora- ções agrícolas 1952-54	Total	Fêmeas ≥ 1 ano	Nas explora- ções agrícolas 1952-54		
1952	Coruche			3752			11893			17177		
1972	Coruche	7355	3007	636	7185	5371	322	3218	9829	6858	9395	1773
	Couço	1615			1593	1252		239	2868		2838	

Fonte: INE, Arrolamento de Gado, 1972; Inquérito às explorações agrícolas de 1952-54.

Os técnicos regionais reconhecem o baixo encabeçamento dos efetivos pecuários nas explorações agrícolas do concelho, que em parte explicam pelo facto do projeto de regularização do rio incluído no aproveitamento hidroagrícola do Sorraia nunca ter sido concretizado, mantendo-se o vale sujeito às cheias periódicas do rio que comprometem a produção de pastos assim como qualquer cultura outono-invernal (cf. PDIC, 1981).

170 Quadro 6. Explorações agrícolas do concelho de Coruche, em 1968: número e área totais e número por tipo de exploração, segundo as classes de área total das explorações

Classes de área total	Total		N.º de explorações familiares em que o trabalho é					N.º de explorações patronais em que o trabalho é		
	N.º	Área	%	só familiar, das quais são comple- mentares %	não autó- nomas %	autóno- mas %	principal- mente familiar %	%	principal- mente assalari- ado %	só assalari- ado %
≤ 20	94	16	85	55	7	14	9	9	7	2
≥ 20	6	84	2	1	1	4	3	1
Total	100	100	87	55	7	15	10	13	10	3

Fonte: INE, Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968.

171 A atividade económica preponderante na freguesia e no concelho de Coruche, no início dos anos 70, ainda é a agricultura. O produto bruto agrícola representa 70% do produto interno bruto concelhio (CMC, 1983) e cerca de 2/3 da população ativa tem atividade agropecuária e florestal. Em 1981, no Couço, essa relação ainda é superior a 1/2.

Quadro 7. População residente ativa com profissão, em percentagem, por sector da atividade económica, em 1970 e 1981

Zona geográfica	Ano	Percentagem de população ativa com profissão no		
		sector primário	sector secundário	sector terciário
Concelho de Coruche	1970	64.1	16.3	19.6
	1981	46.0	27.4	26.6
Freguesia do Couço	1981	53.8	23.9	13.4

Fonte: INE. Recenseamentos da população. 1970 e 1981.

Entre a população agrícola, os trabalhadores assalariados têm um peso esmagador, 87% (Quadro 7), e não encontram emprego regular, ao longo do ano, nas explorações patronais pequenas ou grandes (Quadro 8).

Quadro 8. População residente ativa agrícola segundo a situação na profissão, de 1950 a 1970, Coruche

	1950	1960	1970
População ativa agrícola com profissão	8628	9248	5865
Isolados	586	581	715
Ajudas familiares	198	?	10
Patrões	197	133	50
Trabalhadores por conta de outrem	7647	?	5090

Fonte: INE. Recenseamentos da população. 1950, 1960 e 1970

Os assalariados agrícolas de Coruche são sobretudo trabalhadores temporários, muito dos quais, a avaliar pelas jornas declaradas, raramente ou nunca são contratados pelos grandes proprietários ou reideiros da terra; trabalham por conta de seareiros.

Quadro 9. Número de trabalhadores permanentes e de jornas de trabalhadores temporários, segundo classes de área total das explorações agrícolas, 1968

Classes de área total	Trabalhadores permanentes em trabalhos de			Número de jornas de trabalhadores temporários
	direção e chefia	execução especializada	execução não especializada	
≤ 20 ha	10	..	115	5 175
≥ 20 ha	36	106	457	6 254
Total	46	106	572	11 429

Fonte: INE. Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968.

172 Designação dada aos trabalhadores permanentes com contrato anual individual renovável pelo S. Miguel.

173 Cortiça das pernas das secas.

174 Esta última não seria propriamente um expediente. A indústria e comércio do pinhão torrado foram atividades que tiveram significado económico para a maior parte das famílias de assalariados agrícolas, sendo frequentemente a única fonte de rendimento nos meses de inverno (García, 1948, p.281-283). Proporcionava trabalho a todos os membros da família, inclusive às crianças em idade escolar, isto é, às meninas que em casa auxiliavam as mães a separar o miolo da casca do pinhão. Nos anos 80, o "boile da pinha" que fechava esta campanha era um registo da sua anterior importância socioeconómica.

175 Quadro 10. Evolução da área média anual semeada das principais culturas por quinquénios, de 1950 a 1974, no concelho de Coruche.

Período de tempo	Total	Total (sem tomate)	Trigo	Milho	Centeio	Arroz	Aveia	Cevada	Fava	Feijão	Grão-de-bico	Tomate (*)
1950/54		27659	6565	8403	4557	3254	2525	1207	267	795	22	-
1955/59		24805	7557	6274	3581	3938	2072	1405	248	688	18	
1960/64	22878	22568	5300	4559	2424	4180	3202	1866	252	710	23	310
1965/69	20106	18406	2332	4152	1701	3675	3850	1858	166	598	22	1700
1970/74	15143	13443	2076	3834	494	3830	1700	1038	71	321	14	1700

(*) As áreas são estimadas e relativas apenas à cultura de tomate para indústria; são apenas indicativas da ordem de grandeza da superfície ocupada por esta cultura no concelho de Coruche. O valor assumido para 1965/69 é o publicado em 1969 pelo Serviço de Informação da Junta Nacional de Fruta n.º 331, citado por Baptista (1993, p.140) e corresponde aos anos de maior expansão desta cultura; entre 1960/64, admite-se que a progressão das áreas desta cultura no concelho tenha sido semelhante à da área total para o Continente e considera-se uma área 5,6 vezes inferior à dos períodos seguintes (informação citada por Baptista, 1993, p.139). Fontes: Estatísticas Agrícolas.

176 Até aos finais dos anos 50, os longos períodos de desemprego obrigaram estes trabalhadores a uma grande mobilidade na procura de trabalho. Os mais jovens deslocavam-se de bicicleta para locais afastados e, quando necessário, abalavam em grandes ranchos para outras regiões (Gonçalves, 1956, p.93). Era o caso dos ranchos de mulheres que em outubro partiam para a apanha da azeitona, "para os lados de Santarém", regressando, se o ano fosse bom, só em janeiro; era ainda o caso da emigração de centenas de trabalhadores de Coruche para os campos de Alcácer, Azambuja e outros, em busca das melhores condições oferecidas, durante o período das mondas do arroz, altura em que as necessidades de trabalho eram grandes. Alguns eram contratados por "empresários locais que nessas terras [possuíam] searas".

Esta mobilidade e o desenvolvimento da cultura de arroz, criando períodos de trabalho desfasados dos períodos de ponta das culturas tradicionais de sequeiro, explicam por que as crises de desemprego, entre trabalhadores temporários do concelho de Coruche, que sofreram a mesma violenta repressão do Estado contra toda e qualquer tentativa de organização, como os trabalhadores do Alentejo, não atingiram as dimensões trágicas das fomes dos anos

40 nesta região. De acordo com Garcia (1948), a ruína dos seareiros de trigo, nos anos trinta, não provocou “a crise por entretanto aparecer a cultura do arroz”: a realização das últimas mondas sob o regime de empreitada e por preços mais altos permitia mobilizar toda a força de trabalho disponível no Couço, incluindo a das mulheres casadas, o que teria evitado a vinda de ranchos de outras regiões orizícolas. O mesmo não acontecia nas ceifas do trigo, em decênios anteriores, quando esta cultura ainda não cedera os seus melhores campos ao arroz, compara o mesmo autor.

177 Sobre este tema ver Godinho (2001)

178 Ver testemunhos de Maria Rosa Viseu sobre as praças de jorna, em Comissão Promotora do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária (1980, p.241-248) e em Melo (1975, p.208-215).

179 “As 8 horas não foram bem compreendidas por todos. As pessoas trabalhavam do nascer ao pôr-do-sol, mas tinham a hora da fumaça, do almoço, da sesta e, no inverno, como os dias eram muito curtos, trabalhavam menos. Diziam que trabalhar 8 horas seguidas não aguentavam. As pessoas não compreendiam que com as oito horas ganhavam o mesmo no inverno e no verão. Depois das greves de 58 e das muitas prisões que se fizeram no Couço, as pessoas, principalmente as mulheres, não queriam as 8 horas e aceitavam trabalhar no regime anterior. Um dos agrários chegou mesmo a aceitar as 8 horas, mas os trabalhadores recusaram. Isto de certa forma desmoralizou bastante os que lutaram e os que tinham os familiares presos. A reivindicação das 8 horas ressurgiu na região com a construção do canal” (Renato Brás). Ver um depoimento próximo em Godinho (2001, p.206).

180 A luta por uma vida melhor é a luta pelas condições de vida mais elementares, veja-se a história de vida de Vicente que, com 47 anos, era o responsável pelas estufas da UCP Canejo.

O pai de Vicente trabalhava para um agrário, juntamente com a família. Na expressão local, usada em sentido depreciativo, era um trabalhador sob telhado. De noite guardava o gado e trabalhava de dia. Os filhos recebiam um salário baixíssimo, em dinheiro ou em gêneros (um tanto de feijão frade, milho ou azeite) – não chegava para meio mês – ou não recebiam nada. “Um guardador de gado para agrador na região trabalhava com um ou dois filhos. No fim de contas eram três, mas, como se o agrário não desse conta, só um recebia. Oh isso era muito vulgar por aqui!” (Renato Brás). Os rapazes novos sentiam-se muito mal porque, obrigados a trabalhar para o agrário, ganhavam muito pouco, quando sabiam que lá fora, podiam ganhar muito mais. Eram 12 irmãos. As raparigas dormiam na casa e os rapazes na cabana. Dormiam no chão sobre esteiras.

Até aos 15 anos, Vicente nunca usou sapatos ou botas, calçava apenas suas chancas de madeira. Mais tarde teve uns sapatos em comum com o pai. Quando ia namorar levava uns sapatos emprestados de um cunhado. Casou e ficou em casa dos pais. Viviam 14 sobre o mesmo teto. Ele dormia com os irmãos e a mulher com as irmãs. Arranjou uma casa cuja mobília, durante algum tempo, consistiu numa cama. Na época da cortiça é que puderam desafogar um pouco. “O trabalho era muito duro e pagavam muito mal. Quanto mais trabalhava mais divididos tinha”. Aos 18 anos quando trabalhava a abrir valas, teve um desentendimento com o capataz, na sequência do qual se recusou a continuar aquele trabalho. O capataz deu-lhe 24 horas para abandonar a herdade e a casa. O pai proibiu-lhe a entrada em casa, com receio que o agrário o despedisse.

O salário que estava a ganhar era de 15\$00/dia. Arranjou outro trabalho semelhante a 25\$00. Mas não tinha pás – o instrumento de trabalho. O comerciante que as vendia, não lhe quis fiar, nem a ele nem aos outros dois que com ele saíram da herdade. “Viviam-se tempos muito difíceis e os salários eram baixos!” A solução que encontrou foi entrar no armazém de noite e trazer as pás. “Acabou para mim o trabalho para os agrários. Cheguei!” Passou a trabalhar por conta de seareiros e de inverno andava nas pinhas, na lenha ou na cortiça, por conta de pequenos contratadores. Mais tarde, chegou a fazer a sua seara por conta dum fábrica. Recorda-se de passar um ano inteiro a comer feijão-frade e só feijão!

181 A Academia Dramática da Mocidade do Couço fundada em 1896 teve como organizador e dinamizador Diniz Caiado, de convicções republicanas fortes, então professor do ensino primário do Couço. Num texto, contudente e emocional, escrito na sequência dos acontecimentos que levaram ao encerramento da sede da Academia, em 1922. *In Memoriam*, fala sobre a povoação, a instrução e a atividade da sociedade. Seguem-se alguns extratos. “Há também uma política geral em que, todos, republicanos e monárquicos, atêus e religiosos, são correligionários e se entendem perfeitamente; a defesa do que julgam interesses comuns. A instrução perturba-os. Irrita-os”. “Se por um lado a instrução valorisa a matéria explorável, por outro lado descobre a exploração e o explorador nem sempre correcto. Provoca reacções não convém”. “Professor que tenha consciência da sua missão e cumpra, tem contra si o seu próprio trabalho. Faz luz de mais. É julgado prejudicial. Aborreçem-no. Perseguem-no. Inutilizam-no, se podem”. “Só a ignorância obedece cegamente. É preferível”. “Chegaram a vir trinta e seis jornais para venda a vulto e bastantes de assinatura. Os livros da Biblioteca da Academia de que falaremos adiante eram procurados e lidos com interesse, e o gabinete de leitura todas as noites tinha gente”.

182 Sublinhado nosso. Esta é uma das expressões mais leves utilizada por Garcia para caracterizar a moral da população do Couço. Garcia era proprietário dum das maiores casas agrícolas locais e como monógrafo não consegue evitar transparecer um grande incómodo pela atitude insumissa e desrespeitosa de uma “população inteira” em relação aos senhores da terra. Ele tem a perspetiva do outro lado, a dos “ricos”, e expõe-na na sua monografia sobre o Couço (Garcia, 1948, p.253-256).

183 A ALA, surgiu logo após o 25 de Abril por iniciativa dos grandes proprietários e reendeiros capitalistas da terra. Nunca foi uma organização muito coesa dos grandes proprietários fundiários e dos grandes empresários capitalistas, já que sobrepunha a defesa dos interesses dos segundos aos interesses dos primeiros (Baptista, 1978). Numa primeira fase de ascensão integrou pequenos e médios agricultores que pouco tempo depois se afastaram. Filipe Pacheco – do Couço, seareiro – fez parte de um grupo de 4, entre eles o proprietário da herdade do Montinho – que representavam as entidades patronais; participou em reuniões em Santarém e em Coruche onde os “grandes” [proprietários] propunham uma paralisação e bloqueio de estradas com máquinas agrícolas para “exigirem o preço do trigo” o que teve a sua oposição e a de outros seareiros do Couço (o proprietário da herdade das Água Belinhas terá concordado como sua argumentação). Desde aí nunca mais foram a essas reuniões.

184 Regulamentação do Trabalho Agrícola na Freguesia do Couço, Concelho de Coruche
A Associação Livre dos Agricultores da freguesia do Couço e a delegação da freguesia do Couço do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém acordaram entre si, em 5 de agosto de 1974, as condições de trabalho a praticar na freguesia durante a presente época de colheitas.

[...] Nos termos referidos manda o Governo Provisório da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, ouvida a Secretaria de Estado da Agricultura, o seguinte:

Artigo 1.º (Âmbito)

1. A presente portaria aplica-se aos empresários agrícolas que integram a Associação Livre dos Agricultores da freguesia do Couço e aos operários agrícolas da freguesia do Couço ao seu serviço.

2. O disposto do número anterior não se aplica aos operários agrícolas da freguesia do Couço que à data da entrada em vigor da presente portaria tenham contrato individual, conhecidos na região por “justos”.

Artigo 2.º (Duração de trabalho) É estabelecido o horário semanal de quarenta e quatro horas.

Artigo 3.º (Remunerações) A remuneração semanal é de 1140\$00 para os homens e de 810\$00 para as mulheres.

Artigo 4.º (Remuneração do trabalho extraordinário) As horas extraordinárias são pagas com o aumento de 50% sobre o salário/hora.

Artigo 5.º (Retribuição do trabalho prestado em dias de descanso) O trabalho prestado nos domingos e feriados é pago com o aumento de 100% sobre a remuneração diária.

Artigo 6.º (Empreitadas) São abolidas as empreitadas.

Artigo 7.º (Transportes) Sempre que o local de trabalho se situe a mais de 2 Km da residência dos trabalhadores, o transporte será pago pelas entidades patronais.

Artigo 8.º (Vigência)

1. A regulamentação constante da presente portaria é válida até ao próximo dia 28 de Setembro.

2. Porém, se as colheitas ultrapassarem aquela data, as entidades patronais manterão o regime até ao final das mesmas.

Artigo 9.º (Despedimentos sem justa causa) Durante a vigência do presente diploma, não é permitida às entidades patronais procederem a despedimentos sem justa causa.

Artigo 10.º (Trabalhadores de fora da freguesia)

1. Enquanto houver desempregados na freguesia do Couço, não poderão as entidades patronais contratar mão-de-obra de outras regiões.

2. Sempre que tenham de contratar trabalhadores de fora da freguesia, as entidades patronais devem respeitar as condições constantes da presente portaria. Ministério do Trabalho, 5 de Setembro de 1974 - O Secretário de Estado de Trabalho, Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
- 185 Na região, numa mesma estação verificavam-se diferenças salariais que não têm apenas a ver com a disposição dos seareiros a pagar mais. Rosa Viseu conta que no início de abril de 1974, começou a trabalhar num local distante da povoação do Couço, pois, explica, como tinha bicicleta podia aceitar trabalho em lugares mais afastados que normalmente eram melhor remunerados. Depois, foi trabalhar no derrube dum pinhal, onde com outras mulheres media os toros. Quando começou a trabalhar, nesse ano, ganhava 60\$00 por dia, enquanto a maioria das mulheres que trabalhavam no campo recebiam 50\$00 e 55\$00. Trabalhava no pinhal já a 70\$00 por dia, quando as outras no campo passaram a ganhar 60\$00. Nessa altura, ela e as companheiras de trabalho pediram aumento de salários, de forma que, quando se deu o 25 de Abril, ganhavam já 510\$00 por semana. Em maio do mesmo ano, foi das primeiras mulheres a pedir na praça de jorna 44 horas de trabalho por semana e 100\$00 por dia. Conseguiu as 44 horas e 90\$00 por dia.
- 186 Para uma comparação com a primeira convenção de trabalho do Concelho de Beja, assinada a 19 de julho de 1974, ver Soeiro, 2013, p.37-39.
- 187 A colheita do tomate é um trabalho muito violento: as mulheres passam o dia dobradas sobre as plantas e carregam à cabeça as caixas de tomate colhido. Foi-nos afirmado, e pudemos constatar, que a maior parte das mulheres de 40 anos de idade e que já fizeram mais de 15 campanhas de tomate sofrem de problemas de co-luna.
- Filipe Pacheco, então, seareiro de tomate afirma que o fim das empreitadas não foi mau para os seareiros: "Foi um ano impecável... Quem ganhou foram os seareiros... [As mulheres] trabalhavam 8 horas e apanhavam 65 caixas e [ele pagava] 150\$00 [de jorna]. O serviço ficou mais barato (antes da Convenção pagava 150\$00 por empreitada de 45, depois 35 caixas). Nesse ano, segundo o seareiro Fernando Galvão, o preço do tomate mais do que duplicou.
- 188 Nem sempre seria assim, dependia do trabalho, da altura do ano e do local de trabalho. Por exemplo, Ofélia Galvão lembra-se de há 20 anos, quando trabalhava no campo, ela e outras mulheres nem sempre completarem a empreitada da monda do arroz num mesmo dia porque às 16 horas tinha de despegar dado ser a hora da camioneta.
- 189 Garcia (1948, p.112) refere-se à mesma possibilidade nas segundas mondas do arroz, aproveitada principalmente pelas mulheres solteiras. Esta possibilidade de aumentar ou mesmo duplicar a jorna ganha talvez seja uma das razões porque uma parte das mulheres não aderiu de imediato à reivindicação das oito horas de trabalho.
- 190 Nessa altura a ceifa do arroz era já uma operação mecanizada, mas trazia homens para ceifar junto aos combros dos canteiros do arroz e nas áreas onde a ceifeira não chegava. Outros homens estavam encarregados do transporte, dos trabalhos da eira e da secagem do arroz.
- 191 Gonçalves (1956) refere-se a idênticas distribuições no concelho de Coruche: "Algumas vezes, [nos meses de inverno] a Casa do Povo intervém, distribuindo os seus sócios pelas várias casas agrícolas, sendo estas le-galmente obrigadas a dar-lhes trabalho alguns dias por semana. No entanto, pelas inimizades que se criam têm ultimamente, os encarregados deste serviço, fugido de o fazer" (p.93).
- 192 Esta convenção tinha efeitos retroativos a partir de 1 de janeiro de 1975, em relação à freguesia do Couço (cláusula II n.º 3).
- 193 Refira-se, como revelador da complexidade e diversidade de atitudes e situações existentes, o facto de o proprietário das Águas Belinhas ter assistido à eleição da comissão de trabalhadores (da herdade).
- 194 Por despacho ministerial de 28 de junho "Controle à movimentação de efetivos pecuários" a saída de gado das explorações agrícolas era objeto de uma autorização a passar pelos serviços do Ministério da Agricultura que a deveriam condicionar "à não diminuição do efetivo reprodutor adequado a cada exploração agrícola". Este despacho dava primazia aos sindicatos na vigilância dos efetivos pecuários.
- 195 Este prédio era parte de uma propriedade que se estendia por 2241 ha nas freguesias de Coruche e Couço.
- 196 Este centro iniciará a sua atividade em 11 de abril de 1976 e foi um dos projetos da Reforma Agrária do Couço mais acarinhados.
- 197 Razão da ocupação declarada no inquérito às UCP/cooperativas do Couço realizado em abril/maio de 1976.
- 198 Os Centros de Reforma Agrária foram criados nos 8 distritos do Sul a 5 de julho de 1975.
- 199 Ou tão só esperava a conclusão do trabalho preparatório que sustenta os limites definidos nos diplomas legais da Reforma Agrária para expropriar e nacionalizar prédios rústicos (Baptista, 2010, p.109).
- 200 O sentido destas assembleias era realizar as ocupações das terras e certamente seria muito difícil a alguém manifestar a sua eventual oposição.
- 201 Os números de trabalhadores referidos correspondem aos que trabalhavam nas herdades no dia da ocupação e foram apurados por Ferreira de Castro "Trabalhadores Rurais Ocupam Onze Herdades no Couço" in A Capital de 25 de Julho de 1975.
- 202 Razões particulares das ocupações registadas no inquérito às UCP/cooperativas do Couço realizado em abril/maio de 1976.
- 203 Pela promulgação do Dec.-Lei n.º 406-B/75 de 29 de Julho, que define as normas de reconhecimento das novas Unidades Coletivas de Produção pela Administração, estas passaram a ter acesso ao crédito de campanha no âmbito do Crédito Agrícola de Emergência (CAE), ao crédito de médio e longo prazo no âmbito da lei de melhoramentos agrícolas e possibilidade de obter empréstimos sem prestação de garantias e na base do parecer favorável dos serviços técnicos competentes. Só mais tarde, por despacho de 30 de agosto, do então secretário de Estado de Reestruturação Agrária, foi alargada às UCP a possibilidade de obtenção de CAE para pagamento de salários. Esta medida foi depois confirmada pelo Dec.-Lei n.º 541-B/75 de 27 de Setembro, mas só divulgada a 13 de outubro.
- 204 Este balanço não é exaustivo, o que por si só limita a possibilidade de uma conclusão. As opiniões recolhidas a este respeito são contraditórias e também não foram conclusivas.
- 205 Referimo-nos à constituição do VI Governo Provisório do Almirante Pinheiro de Azevedo a 19/09/1975.

O Homem e a caça

Ricardo Paiva²⁰⁶

“O caçador furtivo vive nas matas; o contrabandista nas montanhas ou no mar. As cidades produzem homens ferozes porque corrompem. A montanha, o mar e a mata, criam homens selvagens.”

Victor Hugo

Breve introdução ao panorama do setor caça

Os recursos cinegéticos constituem um património natural renovável, suscetível de uma gestão otimizada e de um uso racional, conducentes a uma produção sustentada, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra.

In Lei de Bases Gerais da Caça (lei n.º 173/99, de 21 de setembro)

O território nacional cinegético encontra-se atualmente quase integralmente submetido ao regime de caça ordenado (cerca de sete milhões de hectares), em que as Zonas de Caça Associativas (ZCA) adquirem especial relevância, com cerca de três milhões de hectares, seguindo-se as Zonas de Caça Municipais (ZCM), a rondar os dois milhões e oitocentos mil hectares. As Zonas de Caça Turísticas (ZCT) ocupam cerca de um milhão e cem mil hectares e as restantes zonas de caça (Nacionais, Justiça e antigas Militares) representam um valor de cerca de quarenta e sete mil hectares (fonte: ICNF).

De acordo com dados do ICNF, o número de caçadores, de acordo com as licenças de caça, tinha vindo a diminuir acentuadamente de ano para ano, cifrando-se, no ano de 2014, em pouco mais de 110.000. No entanto, este número aumentou para 125.000 os últimos anos.

Quanto ao perfil etário do caçador verifica-se que apenas 14% têm idade inferior a 40 anos, o que configura um cenário de rápido decréscimo do número de praticantes nos próximos anos (fonte: ICNF).

Apesar deste panorama, aparentemente negativo, pode haver uma boa oportunidade para que este setor de atividade passe a ser gerido de uma forma diferente da que vem sendo usual. O decréscimo de caçadores possibilitará uma gestão mais sustentável das populações cinegéticas, diminuindo a pressão, muitas vezes exagerada, sobre algumas delas e, em simultâneo, criará a necessidade de se

²⁰⁶ Engenheiro Agrónomo, tendo exercido as funções dirigentes de: Chefe de projeto do Programa de Promoção do Desenvolvimento Regional; Diretor do Parque Natural da Arrábida / Reserva Natural do Estuário do Sado; Diretor da Tapada Nacional de Mafra; e Diretor de Serviços da DSPAA, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

proceder a uma gestão visando essencialmente dois objetivos, um mais orientado para o rendimento económico e o outro para a sustentabilidade das espécies.

Gerir bem esta situação é também, entre outros, um dos grandes desafios que se coloca ao setor da caça. O caçador de idade mais avançada tenderá sempre a olhar para o passado, dizendo que no seu tempo é que a caça era praticada como devia ser e que a caça, nos dias de hoje, já nada tem a ver com a prática antiga. Esta visão, à data, eventualmente correta, dificilmente entende já que estamos em presença de um novo ciclo, pelo que, não esquecendo o passado, temos de olhar para o futuro e construir novos modelos assentes nos valores culturais e éticos da época em que vivemos. Esta nova cultura cinegética ficará assim a cargo essencialmente dos jovens caçadores, pois serão eles que no futuro terão a capacidade e o conhecimento para aprofundar os conceitos ecológicos e de sustentabilidade das espécies.

Porque sou caçador

Respondi com todo o agrado ao desafio que me foi formulado para escrever um capítulo sobre a atividade cinegética, não só pelo tema em si, mas sobretudo por ser dedicado a um colega e amigo por quem nutro uma grande amizade, amizade essa mista de consideração e reconhecimento da sua grandeza cultural e humana.

Procurarei nestas poucas páginas dar um pequeno contributo para a reflexão sobre a forma de encarar o futuro da atividade cinegética, adequando-o aos valores culturais e éticos dos tempos atuais.

Desde criança que senti pela natureza, e por tudo aquilo que ela envolve, uma paixão difícil de explicar. Nessa fase da nossa vida ainda não possuímos a maturidade para racionalizar estes sentimentos, mas talvez a genética e a influência que sobre mim exerceram alguns familiares me tenham condicionado e conduzido a este estado de alma.

Apesar de residir desde jovem numa cidade tive a felicidade de viver muito do meu tempo de criança e adolescência no que hoje se chama mundo rural, aí aprendi uma cultura que assimilei e que me acompanhou até aos dias de hoje. Cresci, pois, nos dois mundos e talvez por isso os meus amigos urbanos que apelidem muitas vezes de rural enquanto os meus amigos rurais me acusem amiúde de ser urbano.

De facto, percebo os dois mundos que se cruzam, de um lado está uma cultura mais conservadora, mas muito mais franca e leal à sua palavra, fiel aos seus princípios e sem qualquer sombra de dúvida muito mais verdadeira nos seus sentimentos. Do outro, uma cultura virada para os problemas das sociedades urbanas e que conduzem inevitavelmente a comportamentos em que a relação com a natureza está em grande parte ausente ou, pior ainda, a um

desconhecimento da sua essência levando à adoção de conceitos completamente desfasados da realidade. Não quero com isto dizer que existam culturas boas e culturas más, sei que este é o entendimento normal assumido por cada um dos lados, mas o que deveria existir seria o respeito e a complementaridade entre ambos. Infelizmente não é este o caso, os dois mundos digladiam-se cada vez mais e a cultura urbana vai crescendo em detrimento da rural, oprimindo esta de uma forma tão agressiva que o está a marginalizar sem que muitos disso tenham consciência. Temo que no dia em que se apercebam que o ar que respiram, o sequestro de carbono que a todos preocupa, os alimentos que chegam à mesa e tantas outras ações essenciais à vida resultam desse mundo sobre o qual querem impor os seus valores. Creio, contudo, que o bom senso prevalecerá e que se conseguirá uma evolução minimamente equilibrada condenando os fundamentalismos, quaisquer que eles sejam, ao insucesso.

O tempo que em criança passei no campo permitiu-me acompanhar o modo de vida e divertimento dos jovens da minha idade que aí viviam. Comecei assim, desde muito jovem, a conhecer um mundo encantador, cheio de novidades e que despertava em mim os meus mais profundos sentidos. Lembro-me de ter construído a minha primeira fisga com que tentava (muito raramente conseguia) caçar um pardal para depois o depenar e fazer uma patuscada (muito mal preparada).

O instinto da caça foi assim despoletando em mim desde muito cedo, lembro-me também, mais tarde, da minha primeira espingarda de pressão de ar com que caçava pardais para depois, ao entardecer, fazer uns petiscos com o meu saudoso avô. Depois de depenar e eviscerar o produto da caçada tratava de os fritar assim e, sem que à altura me apercebesse, criei com o meu avô um fortíssimo elo de amizade e companheirismo. Só mais tarde entendi a força que o exercício da caça provoca na amizade, solidariedade e companheirismo entre as pessoas.

Ao longo da minha vida de caçador cruzei-me com muitos colegas e com alguns deles firmei uma amizade que se prolonga já há mais de cinquenta anos, recordo aqui o meu grande companheiro Alfredo com quem caço desde muito jovem e com quem tive a oportunidade, na sequência de um sorteio, de ir à Namíbia fazer um safari.

Recordo igualmente o início da minha atividade cinegética quando, já detentor de toda a documentação para o seu exercício, juntava em minha casa de Setúbal, na véspera do dia da abertura os amigos caçadores, o Fernando, o Necas e por vezes o nosso mochileiro Francisco. Era uma noite ímpar, depois do jantar, normalmente regado, mas não em demasia, passávamos a uma pequena divisão onde carregávamos, sempre num ambiente de grande divertimento, os cartuchos que iríamos utilizar na jornada cinegética do dia seguinte. Havia que pesar a pólvora e o chumbo, colocar a bucha e rebordar o cartucho. A hora de dormir era sempre tardia, talvez pela uma e meia da manhã. Nessas noites, sei que ninguém dormia e quando fechava os olhos para tentar adormecer antecipava, no meu

horizonte virtual, a visão de um bando de perdizes a levantar à minha frente, depois, tentava novamente adormecer, mas uma lebre atrevida percorria os meus campos imaginários.

A noite corria assim entre o imaginário e, não tenho a certeza, talvez a algum sono solto, até que o despertador toca às três e meia, é hora de levantar, comer uma pequena bucha, tomar um café e carregar para o carro o material de caça.

A viagem é longa, as estradas à época eram muito diferentes das de hoje, o destino era normalmente Mértola e aí juntávamo-nos a um grupo de caçadores locais.

Dava-se então início à formação da linha de caça e a grande aventura começava. Eram jornadas inesquecíveis, subir e descer cabeços infindáveis numa linha que não podia ser desfeita sob pena das perdizes arrepiarem e passarem (que nem um tiro) entre a linha quebrada, sem qualquer possibilidade de atirar. Nestas ocasiões, o caçador da ponta que orientava a linha, levantava a voz e soltava uns gritos de reprimenda ao caçador responsável pelo erro cometido.

A minha atividade cinegética manteve-se até aos dias de hoje. Ao longo de todo este tempo encontrei novos amigos, pratiquei novas modalidades de caça, muito por causa do ressurgimento das populações de javalis, que, fruto do progressivo abandono do território rural, se foram expandindo nestes espaços.

O meu gosto pela caça atingiu um dos pontos mais altos na sequência de uma ida à Namíbia onde tive a oportunidade de praticar a chamada caça grossa com inesquecíveis jornadas de aproximação.

Curiosamente nessa minha ida a África constatei aquilo que já sabia, que o exercício da caça neste continente representa de facto uma atividade verdadeiramente conservacionista pois é ela que enfrenta luta efetivamente a “caça” clandestina, responsável pelo declínio de muitas espécies locais. A “caça” clandestina mata indiscriminadamente as populações de muitos animais, nomeadamente os que estão em risco de extinção, que são os mais procurados pelo valor que podem assumir no mercado negro (essencialmente elefantes e rinocerontes), enquanto que a caça gerida, define através de estudos e censos, quais os animais a abater de forma a manter as populações equilibradas, protegendo assim as espécies ameaçadas, ou outras que se encontrem em declínio.

A caça grossa representa também uma atividade económica de grande dimensão para as populações locais, não só pelo emprego que ocasiona, mas também pelo valor que os caçadores (normalmente estrangeiros abonados) deixam ficar nessas comunidades. De referir ainda que a carne resultante das caçadas se destina a alimentar as populações locais. Assim, os habitantes dessas regiões contribuem fortemente para o combate ao furtivismo, constituindo-se como verdadeiros aliados dos guardas de caça, agindo assim como agentes de conservação das populações animais de África.

Sabe-se, que o furtivismo muitas vezes procura nas populações locais pessoas conecedoras desses territórios para os ajudarem na sua atividade criminosa, pelo que se não houvesse exercício da caça legal, elas seriam facilmente atraídas para um dos atos que mais prejudica a conservação das populações de animais selvagens nestes territórios.

Ainda hoje sou caçador, mas de facto não o sou da mesma forma que o fui desde que iniciei a sua prática há quase sessenta anos. Neste período, a caça passou por muitas fases e os seus valores éticos e sociais foram-se alterando bastante. Confesso que nem sempre, à luz dos valores de hoje, fui um caçador exemplar, tempos houve que gostava de pendurar à cintura um grande número de peças. À data, era a cultura do caçador, havia animais em abundância, os coelhos causavam prejuízos muito significativos aos agricultores e a sua caça ajudava ao equilíbrio das populações. No entanto, posso assegurar que eu e os meus colegas sempre tivemos respeito pela ética do caçador, não atirando a aves no chão, em que o resultado da caçada era sempre para ser consumido pelos humanos, em que se procurava até à exaustão todo o animal abatido e nunca matar qualquer fêmea acompanhada de crias. Estes princípios representam quatro condições essenciais à condição de qualquer caçador e o seu incumprimento representa em última análise a perversão da própria caça.

A minha consciência ecológica e da necessidade de conservação das populações animais inicia-se, ainda novo, quando verifico a falta de gestão e ordenamento cinegético e o grande aumento do número de novos caçadores, essencialmente de origem urbana, que deram origem a um excesso do esforço de caça. O desconhecimento da cultura rural por parte destes novos caçadores aliado à alteração do estatuto da utilização da terra que então se verificou, conduziu a um esforço de caça que quase levou à extinção algumas espécies cinegéticas e reduzido substancialmente outras populações animais.

Perante esta situação, muitos dos cerca de 300.000 caçadores que à época existiam e que em grande número vagueavam erraticamente pelos campos, atiravam indiscriminadamente aos poucos animais com que se deparavam, adotando um comportamento de intensificação do esforço de caça.

A redução das populações cinegéticas foi tão grande que, em dois ou três anos, a maioria dos caçadores o fim de uma jornada de caça, conseguia caçar apenas uma ou duas peças e muito deles apanhavam mesmo uma grade (nenhum animal cobrado).

O caçador ético viu-se assim, de repente, confrontado com uma nova cultura na qual não se reconhecia. Por essa altura, lembro-me de ter arrumado a espingarda por dois ou três anos e pura e simplesmente ter deixado de caçar.

Face a esta situação, tomei consciência (tal como muitos outros caçadores) da necessidade urgente de alterar o panorama cinegético. Como referi, deixei de caçar durante algum tempo, mas o gosto pela caça levou-me a equacionar qual

a posição mais correta para promover a sua defesa. Tinha dois caminhos que poderia seguir:

- Deixar de ser caçador e renunciar à paixão que me acompanhou desde muito jovem,
- Mudar de cultura e evoluir para um novo conceito de caça (ser um caçador mais ecológico). Obviamente, com tudo o que a caça significa para mim, foi a segunda alternativa que segui.

O caçador ecológico tinha agora um combate por realizar, recolocar a caça nos valores éticos e na defesa das populações animais, mas para isso necessitava de duas coisas, uma de ordem política e outra de ordem cultural.

Ciente de toda esta problemática, o Ministério da Agricultura publicou então uma Lei de Caça que, embora ainda incipiente, criou as condições necessárias a todo um trabalho de recuperação progressiva das espécies cinegéticas recolocando a caça numa perspectiva lúdica, mas gerida de uma forma ordenada. Foram assim criadas zonas de caça com terrenos ordenados e limite de caçadores por área explorada.

Esta lei trouxe à época uma grande contestação social pois de facto introduzia profundas alterações ao território no que dizia respeito ao uso da propriedade para fins cinegéticos.

Apesar da contestação, a lei foi implementada e representou uma ferramenta que permitiu gradualmente melhorar os recursos cinegéticos e recolocar a caça numa perspectiva mais ecológica. Os terrenos passaram a ser ordenados fundamentalmente pela criação das zonas de caça associativas e posteriormente pelas zonas de caça municipais e turísticas.

Uma das grandes virtudes da nova lei foi a criação da figura do gestor da zona de caça. Embora muitas vezes sem formação específica, esta função era amiúde desempenhada por caçadores rurais com larga experiência que assim foram criando condições para o desenvolvimento das populações animais. Deu-se assim início a um novo ciclo, em que se procedia a sementeiras de culturas para a caça, colocavam-se pontos de água e comedouros distribuídos estrategicamente pela zona de caça, procedia-se a reforços cinegéticos, construíam-se *manjanos* para melhorar as condições de criação de coelhos bravos, procedia-se ao controle de predadores para um melhor desenvolvimento dos animais da fauna cinegética. Nas zonas de caça melhor geridas, estabelecia-se mesmo o limite de espécies a abater anualmente de forma a permitir a recuperação gradual das populações para níveis próximos do máximo da sustentabilidade do território.

Pode, contudo, equacionar-se se esta lei resolveu todos os problemas da caça pois sabemos que muitos ainda persistem. Com efeito, a formação dos gestores de caça é hoje algo que julgo ser da maior importância. Como referi, muitos dos

gestores em exercício tiveram origem em caçadores com grande experiência, mas as questões de hoje são profundamente diferentes das que se colocavam há décadas atrás. Hoje, o gestor cinegético tem de ter uma sensibilidade (e formação) profundamente ecológica. O controlo de predadores, por exemplo, deve ser feito de forma científica e não por convicção, a gestão da biodiversidade deve estar sempre presente nos atos da gestão cinegética, construir santuários nas zonas de caça, proceder a zonas de transição entre a floresta e a atividade agrícola pela implementação do chamado efeito de orla, proceder a censos e a controlo sanitário, são apenas alguns dos princípios que deveriam ser implementados em todas as zonas de caça e que felizmente tive a felicidade de pôr em prática durante os 14 anos em que dirigi a Tapada Nacional de Mafra.

A Importância da alteração da ética do caçador

Procurei no capítulo anterior, através da minha experiência pessoal, transmitir o gosto pela caça e a sua evolução nos últimos cinquenta anos.

Nos dias de hoje, o exercício da atividade cinegética é muito diferente daquilo que foi no passado, em parte fruto dos valores que hoje dominam a sociedade, valores estes essencialmente exercidos pela população urbana, que obviamente já perdeu as suas raízes rurais e por outro lado a mudança dos habitats resultantes da atividade humana e das suas formas de exploração da terra. Também as alterações climáticas serão previsivelmente fator de alteração dos habitats e por conseguinte da fauna e da flora.

Face a este panorama como pode o caçador enquadrar-se nos novos modelos civilizacionais? É uma pergunta de difícil resposta, mas se não se encontrar uma forma de o fazer então podemos desde já prever que o fim da caça estará próximo.

Creio mesmo que este é o grande tema que neste momento deve ser objeto de discussão por parte das muitas associações de caçadores. Infelizmente, estas andam, de uma forma geral, mais preocupadas em responder aos ataques dos denominados animalistas, sendo que nem sempre o fazem da melhor forma, pois muitos desses dirigentes ainda se encontram condicionados pela visão clássica da atividade cinegética.

Infelizmente, poucas são as associações de caçadores sensibilizadas para os tempos modernos. Raramente os ouvimos falar de autonomia financeira do setor que representam, os caçadores têm a obrigação de contribuir para as suas associações e estes têm o dever de definir as prioridades de investigação e gestão do mundo da caça. Com efeito, para uma gestão sustentável dos recursos cinegéticos, é necessário conhecer melhor a ecologia das espécies, as suas doenças e o seu maneio e interoperabilidade com outras espécies (cinegéticas ou não) e isto só se consegue através da investigação com as universidades e com os departamentos do estado envolvidos nesta área. É evidente que estas ações acarretam custos elevados, mas se os caçadores têm dinheiro para armas, munições, licenças, seguros, deslocações, etc. porque não o têm também para

que a caça passe a ser uma ferramenta efetiva de gestão de populações animais? E o dinheiro das taxas que se pagam ao estado será que serve para financiar este setor? Não existirão aqui também fundos que poderiam ser aplicados na investigação e na disseminação do conhecimento adquirido?

O caminho futuro deve ser pois investigar, monitorizar e planear integradamente novas formas sustentáveis de gestão do espaço rural para o qual a gestão cinegética tem de obrigatoriamente contribuir.

Sendo difícil apontar desde já medidas ativas de gestão, há, contudo, diversos eixos que urgem implementar desde já:

- Ações de formação para caçadores e gestores de caça com especial incidência na necessidade de alteração de alguns comportamentos menos dignificantes e que a manterem-se serão sempre uma arma de arremesso contra o exercício da caça.

- Investigação sobre as questões sociais, sanitárias e ecológicas que envolvem o setor. Esta investigação poderia ser apoiada pelos fundos comunitários em estreita colaboração com universidades, estado e associações representativas dos caçadores, a quem competiria a contrapartida nacional do investimento.

- Divulgação massiva das ações de conservação realizadas pelos caçadores e suas associações, nomeadamente o programa de recuperação do lince ibérico; os projetos de reabilitação das populações de coelho bravo, as ações de promoção da biodiversidade no intuito de melhorar as condições de exploração das espécies cinegéticas, o projeto para a conservação da abetarda, e tantas outras ações de conservação normalmente desconhecidas do grande público.

Caso a atual ética cinegética (ou falta dela) se mantenha dominante (felizmente já existem bastantes zonas de caça com uma gestão efetiva e sustentável da fauna e do território) o caminho será inevitavelmente o do precipício. Nestas condições a pressão que a sociedade irá exercer sobre os caçadores será de uma violência tal que estes não terão a força suficiente nem os argumentos necessários para defender a sua atividade.

Para que possamos continuar a caçar no século XXI a mentalidade do caçador tradicional tem de obrigatoriamente mudar, mas sei da enorme dificuldade em o conseguir num curto espaço de tempo. Como mudar práticas e conceitos arraigados a uma comunidade em que a grande maioria dos caçadores tem mais de 60 anos? como mudar a mentalidade de alguns caçadores de origem urbana (felizmente que não todos) e que não entendem o espaço onde se movem nos dias de caça?

Como referi, a idade dos caçadores situa-se hoje em larga maioria acima dos sessenta anos, pelo que não mudarão facilmente de mentalidade e exclui-los da prática cinegética nunca será solução. Mas olhando para o futuro, como é óbvio, no espaço de sensivelmente uma década a estrutura etária do caçador estará

profundamente alterada e provavelmente também muito reduzida no número de praticantes ativos.

Deve-se assim agir desde já junto dos caçadores mais jovens, é verdade que muitos já têm uma mentalidade mais atual, mais ecológica e com maior sensibilidade ambiental, mas isso por si só não é suficiente, pois muitos continuam a ter origem urbana e pouca relação com o rural. Há, pois, que traçar programas que os liguem à terra, à natureza real e à gestão sustentável do espaço rural e isto não pode ser feito apenas pelo ato da caça.

A pergunta que se coloca é como fazê-lo, a resposta está nos gestores cinegéticos e zonas de caça por si geridas. Caçar não é apenas empunhar uma arma e sair em perseguição de animais para os matar, esta é a ideia de muita gente que desconhece em absoluto o significado de caçar. Então o que é gerir populações animais? o que é promover a biodiversidade e a gestão sustentável dos espaços rurais? Caçar é, para além do tiro com vista à morte de um animal, todo um vasto conjunto de ações que são anteriores ao tiro e que todo o caçador não rural, pelo menos uma vez na vida, devia acompanhar ao longo do ano e que consistem basicamente:

- Recuperação ou adaptação de habitats degradados ou não explorados, agindo sobre eles para que passem a constituir locais facilitadores de alimento ou abrigo às espécies cinegéticas que se deseja promover;
- Promover práticas agrícolas com redução da utilização de fitofármacos pela introdução de processos de boas práticas agrícolas;
- Assegurar regularmente e sem interrupções água e os suplementos alimentares julgados necessários à boa evolução das espécies;
- Proceder ao controlo de predadores na base do equilíbrio entre as espécies;
- Gerir, sempre que possível cientificamente, as populações animais cinegéticas e outras diretamente ligadas à sua ecologia, refiro-me concretamente à realização de censos que serão a base de uma gestão sustentável das populações animais das zonas de caça, estes censos deveriam ser feitos em conjunto com as zonas de caça confinantes de forma a promover uma gestão integrada dos recursos.

Todas estas ações poderiam ser acompanhadas e mesmo levadas a cabo pelos sócios das zonas de caça conseguindo-se assim a ligação do caçador à gestão efetiva da fauna, da flora e do território e não apenas ao ato de matar.

A importância biológica, social e económica da caça

Hoje, para além da gestão ecológica da caça há uma outra componente que não pode ser esquecida pois representa um fator de sustentabilidade social das zonas mais deprimidas do país. Nessas regiões o tecido económico é extremamente débil e a caça representa ainda uma das poucas atividades económicas que criam localmente alguma riqueza.

A sustentabilidade dos territórios deprimidos assenta em três vetores:

- Equilíbrio biológico,
- Equilíbrio social,
- Equilíbrio económico.

Caso um único destes equilíbrios falhe ou entre em rotura, todo o sistema deixa de ser sustentável conduzindo inevitavelmente à degradação do ecossistema. Surge assim a desertificação humana, os fogos rurais de grande intensidade, o aparecimento de espécies oportunistas, que isoladamente ou associados entre si originam em última análise uma forte degradação do habitat.

É também neste contexto que a caça pode representar uma atividade que contribui de forma ativa para a manutenção de todos os equilíbrios necessários à sustentabilidade dos territórios. No equilíbrio biológico porque a gestão cinegética mantém o ecossistema em funcionamento assegurando a sustentabilidade da fauna e da flora. No aspeto social porque cria postos de trabalho na área da agricultura e das florestas produzindo elos de ligação das populações locais à terra. Economicamente porque é uma fonte de receitas que contribui para a fixação de pessoas nestes territórios.

Na maioria das zonas de caça a gestão é efetuada em função de objetivos prioritariamente, ou quase exclusivamente, cinegéticos, mas uma correta e eficiente gestão permite algo mais que a visão redutora do caçador cujo objetivo imediato é de facto cobrar as peças de caça. O gestor de caça tem de ter hoje obrigatoriamente também uma sensibilidade ambiental e ao gerir as populações animais deve ter em conta outros fatores como sejam a promoção da biodiversidade, manter em boas condições os povoamentos florestais, promover práticas agrícolas minimizadoras de prejuízos ecológicos e criar condições para que as espécies animais se encontrem em bom estado sanitário.

Ao promover a gestão do espaço, a ação que é exercida sobre o território permite, para além de maiores densidades de populações da fauna cinegética, criar condições favoráveis a outras espécies, nomeadamente pelas sementeiras efetuadas, pela criação de zonas de refúgio, pela suplementação alimentar que é administrada, pela desejável utilização de fogos controlados (uma técnica que deve ser implementada nas ações de gestão) que, para além de reduzirem

combustível facilmente inflamável, eliminam matos dando origem a pastagem natural que poderá também ser útil a outros animais, nomeadamente a espécies pecuárias destinadas à alimentação humana.

Toda esta ação desenvolvida pelo gestor cinegético conduz a uma melhoria significativa dos habitats, ou pelo menos à sua manutenção, sendo fácil de observar em zonas de caça, quando bem geridas, não só a existência de espécies cinegéticas em maior número, mas também de espécies não cinegéticas que beneficiam indiretamente da gestão efetuada.

Nestas zonas de caça, conseguem-se densidades populacionais bem mais expressivas do que em territórios não geridos. A título de exemplo, refiro que numa área não gerida cinegeticamente, onde se faz uma agricultura comum, o encabeçamento máximo que se consegue é de uma perdiz por ha, mas se este mesmo território for bem gerido sob o ponto de vista cinegético consegue-se alcançar um encabeçamento de 2,5 perdizes por ha.

As ações implementadas para a proteção desta espécie conduzem a um melhoramento das condições necessárias ao seu estabelecimento territorial. A instalação de pontos de água, as culturas específicas e as práticas culturais praticadas tendo em conta a ecologia da espécie vai igualmente beneficiar inúmeras outras espécies. De realçar que sob estas condições o número de predadores torna-se bem maior aumentando assim a eficiência do ecossistema na resiliência de todas as espécies animais desse território. A ação dos predadores, apesar de quando em excesso necessitem de ser controlados, é essencial ao funcionamento do ecossistema, são eles que eliminam prioritariamente indivíduos doentes e mais fracos. Evitam assim a disseminação de doenças e contribuem para a manutenção da qualidade genética das populações animais, mantendo ainda os efetivos da fauna de acordo com a capacidade de suporte do ecossistema.

A caça é também um complemento económico de muitas explorações agrícolas. As zonas de caça associativas pagam uma renda aos proprietários dos terrenos e as zonas de caça turísticas são exploradas como atividade económica, diretamente pelos seus proprietários ou por empresas constituídas para o efeito.

A nível empresarial verifica-se já a existência de empresas que oferecem programas de caça a caçadores estrangeiros, contribuindo assim, e de uma forma muito considerável, para o desenvolvimento rural de zonas muito deprimidas, que de outra forma se encontrariam bem mais desertificadas.

A importância económica da caça em Portugal é a que se se refere no quadro infra, cujos dados constam do trabalho publicado pelo INIAV “O valor económico da caça em Portugal”. Pensamos, contudo, que este valor poderá estar subavaliado devido ao receio manifestado por alguns agentes do setor que ao serem inquiridos manifestaram algum receio de poderem vir a sofrer penalizações de ordem fiscal.

Mesmo considerando o valor calculado, o contributo da atividade cinegética para a sustentabilidade económica e social dos territórios deprimidos é bastante significativo pelo que urge repensar este setor no sentido de reforçar a sua contribuição para a sustentabilidade económica territorial, que, à semelhança do que acontece na vizinha Espanha, poderá ser bem maior que a atual caso os modelos de gestão se alterarem no sentido de promover uma visão da caça, não só na perspetiva ambiental/ecológica, mas também económica.

Rubrica	Valor apurado (€)	% subtotal	% total
Consumo de bens e serviços da caça	102.941.607 €		31%
Caça em ZCT	26.554.023 €	26%	
Caça em ZCA	72.337.440 €	70%	
Caça em ZCM	1.610.630 €	2%	
Caça em ZCN	32.274 €	0%	
Caça vendida a caçadores estrangeiros	1.607.500 €	2%	
Peças de caça vendidas a outras atividades económicas	237.600 €	0%	
Exportações de espécies cinegéticas	562.140 €	1%	
Despesas com armas, munições, licenças e seguros	85.061.841 €		26%
Armas	66.341.700 €	78%	
Munições	6.860.744 €	8%	
Licenças de uso e porte de arma e de caça	7.459.397 €	9%	
Seguros de responsabilidade civil	4.400.000 €	5%	
Despesas com os cães de caça	32.572.806 €		10%
Alimentação	20.927.496 €	64%	
Licenças, identificação, vacinação e sanidade	8.131.480 €	25%	
Atrilados de transporte	3.513.830 €	11%	
Despesas com acessórios de caça, vestuário e calçado	35.068.496 €		11%
Acessórios de caça	13.351.520 €	38%	
Vestuário e calçado	21.716.976 €	62%	
Despesas com transportes, dormidas e restauração	70.563.840 €		21%
Transportes nacionais em viaturas próprias	59.336.000 €	84%	
Hotelaria e restauração	11.227.840 €	16%	
Dormidas vendidas a caçadores estrangeiros	32.000 €		
Outras despesas de consumo	3.176.429 €		1%
Taxidermistas	730.000 €		
Deslocações de portugueses ao estrangeiro para caçar	1.068.000 €		
Revistas, livros e encadernações	1.378.429 €		
TOTAL	329.622.618 €		100%

Ano de referência: 2014

Valor económico da caça em Portugal

A título informativo e com base na mesma publicação atrás referida, no quadro infra apresenta-se o número de exemplares abatidos na época de 2014 por espécie cinegética. Da sua análise podemos inferir a mais valia económica, embora aqui não quantificada, resultante da sua exploração.

Espécie(s) cinegética(s)	ZCA	ZCM	ZCT	ZCN	Militar	MJ	Total
Codorniz	18.180	7.875	4.231	13			30.299
Coelho-bravo	199.403	115.190	15.853	319	11	22	330.765
Faisão	3.758	1.061	390	0			5.209
Galinhola	7.257	2.334	1.429	2	2		11.022
Lebre	24.916	6.786	6.175	55	4		37.932
Perdiz-vermelha	153.110	59.137	41.961	171	4		254.379
Raposa	8.739	3.522	1.825	80			14.166
Rola Comum	72.382	29.724	8.681	19	19		110.806
Pombos	117.968	58.217	38.941	144	79	0	215.270
Tordos	836.234	517.167	88.344	856	0	0	1.442.601
Patos	23.088	3.189	8.484	0	0	0	34.761
Galinhola	9.869	2.624	734	0	0	0	13.227
Caça maior	12.856	3.609	7.209	390	0	0	24.064
Outros (caça menor e predadores)	23.696	18.040	3.574	16	0	0	45.326
Total	1.511.456	828.475	227.831	2.065	119	22	2.569.827

Fonte: ICNF

N.º de espécies abatidas por tipo de zona de caça (ano 2014) Gestão para uma caça sustentável

Diversos fatores influenciam a implementação a nível nacional de uma gestão que possibilite proceder a uma caça sustentável. Sendo a caça um recurso natural, há que a gerir tendo em consideração múltiplos fatores que tentarei muito resumidamente referenciar.

Atualmente podemos considerar que mais de 90% da área agrícola e florestal de Portugal está já ordenada em termos cinegéticos. As zonas de caça ordenadas totalizam hoje cerca de sete milhões de hectares, dos quais três milhões em zonas de caça associativa, dois milhões e oitocentos mil em zonas de caça municipal e

um milhão e cem mil hectares em zonas de caça turística. Existem ainda cerca de cinquenta mil hectares em zonas de caça nacionais.

Considerando que o número de caçadores em 2014 era de cerca de cento e dez mil e que seguramente em 2024 serão provavelmente menos, estamos confrontados com uma situação que parece ser sustentável benéfica para o setor, pois, como já atrás referi, reduz substancialmente a pressão exercida sobre as zonas de caça, pois estas, em função da sua área, estão condicionadas ao número de sócios que podem admitir. A redução do número de caçadores permite assim que progressivamente todos se possam integrar nos regimes de zonas de caça ordenada.

Não conhecendo à data qualquer estudo sobre esta situação, creio, contudo, que esta limitação estará em fase de resolução caminhando-se a passo largo para um número de caçadores em equilíbrio com a oferta disponibilizada pelas zonas de caça.

Feitas estas primeiras considerações, consideramos que a gestão sustentável da caça deve obedecer a um conjunto muito diverso de fatores, fatores esses que dependem da espécie animal e dos habitats em questão, no entanto, há princípios que devem ser comuns a qualquer gestão eficiente e sustentável. Tentarei resumir aqueles que quanto a mim são os principais fatores a considerar para a implementação de uma correta gestão cinegética.

- **Vigilância** – O furtivismo é, infelizmente, ainda bastante comum em Portugal, quer por razões culturais quer por razões do comércio de carne clandestino. Uma zona de caça necessita assim de uma vigilância ativa de forma a assegurar a criação e o equilíbrio das populações animais. A existência de um guarda dos recursos naturais é fortemente aconselhada não só pela vigilância, mas também porque é sua função monitorizar e acompanhar o desenvolvimento das populações animais e verificar do seu estado sanitário, distribuir os suplementos alimentares, abastecer os pontos de água e assegurar todas as funções conexas com os atos necessários a uma correta e eficiente gestão.

Zonas de caça de menor dimensão podem inclusive contratar em conjunto um guarda dos recursos naturais possibilitando assim uma gestão e fiscalização integrada com menores custos associados.

- **Culturas para a caça** – No sentido de maximizar a população de animais da fauna cinegética que permitam boas jornadas de caça, proceder a culturas para os animais é fundamental para assegurar as densidades pretendidas, consegue-se assim um reforço da disponibilidade alimentar contribuindo ainda para a sua fixação territorial.

As culturas a instalar dependem da libertação de terrenos por parte dos proprietários, mas estes nem sempre estão disponíveis para o fazer. Uma boa solução para ultrapassar este constrangimento é semear ao longo dos caminhos da propriedade, em 10/15 metros para cada lado da faixa, culturas diversas, mas adequadas às espécies cinegéticas que se pretendem caçar, assegurando-se assim alimento disponível ao longo de mais longos períodos.

- **Suplemento alimentar** – Apesar das culturas para a caça que anualmente devem ser realizadas, altas do ano há em que o recurso alimentar é escasso. Tal situação iria provocar uma diminuição natural do efetivo e muito provavelmente a sua deslocação para zonas de maior recurso alimentar. A suplementação deve assim ser considerada de acordo com a espécie ou espécies animais que se pretendem caçar. No caso de caça maior deve prever-se também a colocação de pedras de sal colocadas em postes de madeira, que contribuem para a formação de melhores trofeus.

- **Pontos de água** – Não há vida sem água pelo que a disponibilidade deste elemento é da maior importância para o suporte não só das espécies cinegéticas, mas também de todas as formas de vida animal e vegetal. Numa zona de caça, o estabelecimento de pontos de água pode ser feito recorrendo a diversas formas, sendo a mais comum a colocação em locais dispersos de reservatórios com capacidade de armazenamento adequado a cada espécie. Esta forma de fornecimento de água pode ser suficiente para as espécies cinegéticas, mas não contribui para a promoção da biodiversidade, que deve também ser uma preocupação de todo o caçador. Assim, sempre que possível, a zona de caça deve proceder à construção de charcas, mesmo que estas sejam de pequena dimensão, pois, para além do efeito de facilitação de água à fauna local, tem ainda como vantagem não obrigar ao constante abastecimento dos reservatórios, normalmente realizados com o recurso a trator e cisterna, reduzindo assim emissões de CO₂ e os custos de exploração da zona de caça.

- **Zonas de abrigo/reprodução** – Ao planificar-se uma zona de caça, o gestor deve em primeiro lugar verificar quais as espécies cinegéticas mais adaptadas às condições locais. Uma zona de caça localizada por exemplo em zona estepária é seguramente uma zona de perdiz e lebre, enquanto que uma zona de floresta mais densa é uma zona mais aconselhadas ao exercício de caça maior, ou outras espécies de caça menor como a galinhola. Há, pois, que perceber os habitats em presença e a sua potencialidade para o estabelecimento sustentável das espécies cinegéticas. O gestor deve agir sobre os habitats, principalmente se degradados, de forma a melhora-los e adequa-los às espécies cinegéticas que considere terem maior interesse para a zona de caça. As alterações introduzidas serão obviamente sustentáveis assegurando que não se compromete o equilíbrio ecológico pré existente.

De acordo com a ocupação do solo, o território da zona de caça deve ser classificado sob várias perspetivas:

- Zonas abertas (agricultura, pastagem e pousio)
- Zonas fechadas (floresta densa)
- Zonas mistas (matos e exploração agroflorestal)
- Culturas permanentes
- Outras áreas

De acordo com esta classificação o gestor da zona de caça pode desde logo identificar os locais mais adequados a cada uma das espécies animais existentes ou que se pretendam instalar, definindo a localização das infraestruturas necessárias ao seu estabelecimento (comedouros, bebedouros, infraestruturas, etc.).

Na gestão cinegética, a criação de “santuários” é fundamental para assegurar a capacidade reprodutiva das espécies. Estes locais, onde nunca se deve caçar, representam espaços de refúgio e reprodução que asseguram a continuidade da espécie em número sustentável. Sempre que possível, os santuários devem estar articulados com zonas de transição progressiva de floresta para terrenos de agricultura em que o mato e a vegetação herbácea devem estar presentes, mas regredindo progressivamente desde a zona florestal até à zona agrícola. A esta forma de gestão territorial, chama-se “efeito de orla” e constitui um habitat extremamente rico em termos de biodiversidade para além de ser um local de excelência para a reprodução e alimentação animal. O espaço gerido como “efeito de orla” é muitas vezes negligenciado pelo gestor cinegético pelo que as taxas de reprodução são por vezes baixas devido à inexistência deste mosaico.

- **Censos** – *Só se gere aquilo que se conhece*, este é uma frase muitas vezes ouvida, mas que de facto transmite um conceito bem verdadeiro. Para que exista uma zona de caça com uma gestão efetiva, é necessário conhecer as densidades animais e no caso da caça maior também a sua estrutura etária e repartição macho fêmea, que deve ser próxima de 50%.

Esta informação é obtida pela realização de censos que devem ser realizados antes do início das épocas de caça. Os censos (ou as contagens) dão-nos o número aproximado das populações cinegéticas existentes permitindo assim estabelecer previamente o plano de caça. Este plano elege anualmente a capacidade de esforço que poderá ser efetuada sem colocar em causa a sustentabilidade futura de cada espécie.

Os censos constituem também um ótimo indicador de gestão pois permitem saber a evolução anual de cada espécie, permitindo assim proceder a acertos de gestão sempre que julgados necessários.

- **Controlo sanitário** - Essencialmente no caso da caça maior, o acompanhamento do estado sanitário das populações de ungulados assume uma relevância cada vez mais premente fruto das questões sanitárias que cada vez mais afetam estas espécies animais e das exigências decorrentes da legislação nacional.

A contratação dos serviços de um veterinário é assim fundamental para proceder ao acompanhamento destas populações, acompanhamento este que exige a detenção física dos animais de forma a possibilitar a recolha de sangue para posterior análise laboratorial. De acordo com os resultados das análises pode haver necessidade de introduzir medidas de prevenção ou tratamento sanitário que deverão ser equacionadas entre a entidade gestora e o veterinário contratado e, sempre que necessário, também com o apoio do Instituto da Conservação da

Natureza e das Florestas e eventualmente da Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

Sempre que possível é desejável (nalgumas situações é mesmo obrigatória) que todas as peças de caça maior abatidas sejam objeto de inspeção sanitária pelo médico veterinário.

Ameaças ao futuro da caça

Entre muitos fatores, alguns dos quais já anteriormente mencionados, a caça depara-se hoje com um futuro cheio de incertezas e dificuldades, das quais se salientam:

- **Gestão agrícola versus gestão cinegética** – A utilização de pesticidas e herbicidas em terrenos agrícolas inseridos em zonas de caça representa uma das grandes ameaças à caça menor. De forma a minimizar este efeito pernicioso, o gestor de caça deve estar em permanente contacto com o(s) proprietário(s) da terra, procurando conciliar a gestão agrícola com a gestão cinegética. O uso destes produtos químicos deve ser sempre avaliado em conjunto pelas duas entidades de forma a que a sua utilização seja o menos gravosa possível.

Também as operações agrícolas e florestais devem ser igualmente planeadas antecipadamente para que possam ser ajustadas entre as duas entidades de forma a que se consiga minimizar os impactos negativos de muitas destas operações, tais como o pastoreio por animais de criação pecuária, a limpeza ou corte de povoamentos florestais, época de colheita, novos investimentos, etc.

Fruto da evolução do processo produtivo do setor agrícola, o investimento em culturas intensivas, essencialmente o olival e o amendoal, estão a reduzir nalguns locais do país os habitats naturais de muitas das espécies animais. Sem querer fazer juízos de valor sobre esta questão, pois o que nos interessa enquanto caçadores é utilizar sempre que possível os terrenos destas atividades agrícolas para o exercício da nossa paixão, refiro apenas que o gestor cinegético deverá solicitar ao proprietário do terreno a utilização de enrelvamento entre linhas de forma a permitir o estabelecimento, mesmo que reduzido, de algumas espécies cinegéticas como os leporídeos, que mesmo que não sejam caçados nesses locais possam constituir uma reserva de procriação que se estenderá obviamente aos terrenos limítrofes.

- **Alterações climáticas** – Esta é uma questão que nos próximos anos irá afetar a adaptação e evolução de todos os seres vivos sejam eles vegetais ou animais. Contrariamente a algumas situações do passado, as espécies terão agora muito pouco tempo para se adaptarem às rápidas alterações (mesmo que alguns, contrariando a ciência e a evidência, continuem por ignorância ou por interesse a negá-lo).

A fauna, fruto da sua capacidade de mobilidade, tenderá a acompanhar estas alterações de acordo com a deslocação dos seus habitats preferenciais

para novas zonas territoriais, previsivelmente com deslocações para norte do país, assegurando assim a continuidade da espécie. Contudo, poderão ocorrer situações de rotura de alguns habitats tradicionais transformando-os em zonas mais desertificadas dando origem a novos ecossistemas, seguramente bem mais pobres que os atuais. A verificar-se esta situação, haverá lugar ao estabelecimento de espécies já adaptadas a estas novas condições ou à manutenção das que, entretanto, se tenham conseguido adaptar. Face a esta situação, será também obrigação do caçador acompanhar a evolução adaptativa tentando, dentro das suas capacidades e competências, promover a vitalidade destes espaços também pelo recurso à caça, desde que esta seja realizada de acordo com os princípios ecológicos e científicos que venham a ser considerados.

- **Largadas e caça artificial** - Apesar de todos os conceitos já referidos, nas zonas de caça em que a gestão não é feita com elevada eficiência, ou noutras que se destinam a realizar jornadas de caça intensiva, muitas vezes para caçadores estrangeiros, alguns gestores optam por largadas (perdizes, faisões, patos, etc.) ou então, no caso da caça maior, procedem por vezes à compra externa de ungulados para posterior objeto de caça em processo de montaria ou mesmo de aproximação. Este conceito, quanto a mim, não deve ser considerado um ato de caça natural e sustentável, mas sim o exercício de uma atividade económica conexas com a exploração cinegética de um recurso, contra o qual nada tenho a opor, desde que o produto da caça se destine à alimentação humana.

De referir que este tipo de caça, a que chamo de artificial, contribui muito significativamente não só para as economias das zonas deprimidas, mas também para os criadores destas espécies animais.

Como anteriormente referi, caçar não representa só o ato de matar, é também o de criar e assegurar a sustentabilidade das espécies, bem como agir sustentavelmente em todo o meio envolvente por ação da uma correta gestão em que todos beneficiam, desde os habitats e ecossistemas, aos predadores, às espécies animais e, como não podia deixar de ser, ao próprio caçador.

- **Relação com as associações animalistas** – este será seguramente um dos temas mais difíceis de encarar no futuro pelos movimentos pró caça. A nova cultura urbana, que apelidamos de animalista, não é uma cultura transitória, veio para ficar e com a qual teremos de lidar diariamente. O poder desta cultura será cada vez mais prevalecente se nós os caçadores (e restante mundo rural) não conseguirmos organizar-nos e fazer chegar a nossa voz às redes sociais e aos diversos órgãos de informação que, certamente por desconhecimento, se encontram maioritariamente alinhados com as teorias animalista.

Para que estes objetivos possam ser alcançados, são essencialmente necessárias duas coisas, dinheiro e influência. Dinheiro para obter o conhecimento e reconhecimento da nossa ação e demonstrar que agimos de uma forma assente em fundamentos técnicos e científicos que contribuem para os grandes valores ambientais e ecológicos, e influência porque sem ela nunca teremos acesso à

comunicação social, e projetos de conservação (também desenvolvidos pelos caçadores) como a recuperação do lince ibérico, a recuperação do coelho bravo, o projeto de conservação da abetarda, etc. nunca chegarão ao conhecimento do grande público.

Sem que uma nova imagem do caçador ecológico chegue à opinião pública o nosso futuro encontra-se de facto comprometido. Para que esta imagem possa acontecer há um longo caminho a trilhar. Em minha opinião, é urgente que as associações de caçadores, em sintonia com os serviços do estado com responsabilidades na área da caça e da investigação, implementem desde já uma estratégia visando a sensibilização dos caçadores para uma nova mentalidade, que aqui pretendi reproduzir.

Simultaneamente, julgo haver toda a conveniência na elaboração a curto prazo de um Plano de Ação para o setor cinegético que seja bem concreto e detalhado, traçando objetivos, definindo ações a desenvolver, quantificar os custos associados e identificar os parceiros necessários à sua execução. Este Plano só terá sucesso se for objeto de discussão e consenso final entre todas as associações de caçadores, pelo que aqui se deixa o repto para que os nossos representantes se possam entender entre si a bem da caça e dos caçadores.

Nota Final

Pela importância que o cão representa na caça não podia terminar este curto trabalho sem dedicar umas palavras a este nosso companheiro sem o qual muitas jornadas não teriam o mesmo prazer e o mesmo resultado. Cão e caçador são a simbiose perfeita de uma aventura ancestral que ao longo de séculos foi vivida por inúmeras gerações. O instinto natural do cão na procura da presa, culminando no ato de a cobrar após a ação do caçador representa na sua essência o ato de caça mais profundo em que cão e caçador se unem na procura e no respeito pela peça abatida.

Agro de sequeiro do Baixo Alentejo no limiar de 2020

Joaquim Cabral Rolo²⁰⁷

Memória de Vale de Vargo... (anos 1950-2020)

Este escrito focaliza-se na dimensão do *rural* espaço agrícola e ou florestal, com incidência nas geografias próximas da terra do Inocêncio de Jesus Seita Coelho (ISC): o município de Serpa e o Baixo Alentejo.

Não obstante, aflora-se a outra dimensão do *rural*: a população.

Ao tempo do nascimento do agrónomo e investigador de Vale de Vargo, ISC (n. 1951), a sua freguesia atingia o auge populacional – eram mais de 2 mil os habitantes; hoje, serão pouco mais de 800 [1]²⁰⁸. Nas circunscrições da terra do ISC, o declínio, 1950-2021, foi de monta: de 32 para 13 habitantes/km² no município de Serpa (quadro 1, Q1). Declínio profundo, também, no recurso ao trabalho humano no desempenho das tarefas agrícolas (-80% - Q2). Naquele, em 1950, era esmagador o contributo dos assalariados, predominantemente eventuais (80%). Na atualidade, persiste como primacial o assalariamento (57% em Serpa); com o peso dos assalariados permanentes a superar os eventuais, mas o trabalho familiar tem uma quota expressiva.

Q1	Superfície territorial (mil ha; 2018)	Dens. Pop. (hab./km2)		Variação da população residente (a)
		1950	2021	
Continente	8 756	90,5	112,6	24,4
Baixo Alentejo	835	29,6	13,8	-53,5
Serpa	109	32,2	12,7	-60,7

(a) (2021-1950)/1950 * 100. Fonte: INE.

Q2	Unidades de Trabalho agrícola ano (UTA)					
	1950 (mil)	Variação (1950-2019)	% UTA assalariadas			
			1950		2019	
			Total	Eventuais (a)	Total	Eventuais
Continente	1 716	-82,9	59,7	54,8	32,8	9,9
Baixo Alentejo	67	-80,2	85,6	78,8	62,9	18,3
Serpa	11	-81,7	85,5	81,3	56,8	13,0

(a) Os considerados no *Censo 1950* como "assalariados", em contraponto aos "empregados" (os registados como permanentes em 2019). Fonte: determinações com base em INE.

Foi um tempo longo de mudança societal, dos cultivos da terra, das tecnologias - a motorização arredou/substituiu o trabalho humano, que se deslocalizou.

No uso do espaço agrícola e ou florestal, alteraram-se os cultivos herbáceos, arborícolas e arbóreos e florestais; também a composição dos gados. Alguns traços da mudança 1950-2019 [2]:

²⁰⁷ Engenheiro Agrónomo (1976) e Arquiteto Paisagista (1984) pelo Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa. Foi Vice-Presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), entre 1998 e 2002. Com o título de "Habilitado" para o exercício de funções de coordenação científica, em 2006, na área científica de "Economia e Sociologia Agrárias - Desenvolvimento", foi nomeado Investigador Coordenador do INIAV, I.P., tendo-se aposentado em 2020. O artigo incorpora comentários de Fernando Oliveira Baptista, Francisco Cabral Cordovil e José Ferragolo da Veiga a uma 1.ª versão do manuscrito, de 12 de junho de 2022 - o reconhecimento.

²⁰⁸ O artigo apoia-se num caderno de informação específico (dados e conceitos) sob o título *Agro de sequeiro do Baixo Alentejo no limiar de 2020* e que pode ser consultado no sítio na *Web* do INIAV, I.P. Nele se reúnem indicadores, em Serpa e B. Alentejo, relativos às explorações de *sequeiro*, "exclusivamente de sequeiro" e global (*sequeiro e regadio*). É para esse caderno que remete a numeração entre parêntesis []. Na circunstância, a fonte elementar é INE, *Recenseamento da população e habitação - séries históricas*.

- Nos cultivos herbáceos: redução acentuada das culturas temporárias (arvenses e hortícolas), designadamente, cereais, leguminosas-grão e batata – tríade de culturas que passou de cerca de 40% da superfície territorial para 6% em Serpa e 8% no B. Alentejo; e, em contraponto, a subida, forte, da ocupação por prados e pastagens permanentes (hoje, em Serpa, são 36 mil ha que comparam com cerca de 45 mil ha, em 1950, de cereais, leguminosas-grão e batata – Q3 e Q4).

Q3	Superfície irrigável		Culturas arvenses e hortícolas e cult. permanentes		Cereais para grão, leguminosas grão e batata				Prados e past. permanentes	
	% na S.Territorial				mil ha	% na S.Territ.	mil ha	% na S.Territ.	Total	Pobres em terra limpa
	1950	2019	1950	2019 ^(a)					mil ha	
	7,1	7,2	53,4	19,4	1950		2019			
Continente	7,1	7,2	53,4	19,4	2 441	27,9	266	3,0	2 004	1 491
Baixo Alentejo	0,3	13,7	70,6	35,8	317	37,9	68	8,2	329	267
Serpa	0,3	19,3	72,4	40,1	45	41,4	6	5,6	36	27

(a) Superfície de culturas temporárias (cereais p.º grão, leguminosas-grão, prados temporários, culturas forrageiras, batata, culturas industriais, culturas hortícolas, flores e plantas ornamentais e outras culturas temporárias), árvores de fruto, olival e vinha. Fonte: determinações com base em INE e ex-SROA.

Fonte: determinações com base em INE e ex-SROA.

- Nos cultivos arbóreo-arbustivos: aumentou a extensão dedicada ao conjunto de árvores de fruto, olival e vinha e a sua importância, no cômputo com as culturas temporárias, ronda agora 65% em Serpa (em redor de 30% em 1950); por seu turno, na sua constituição subsiste, com vigorosa dominância, o olival (90% em Serpa), embora este cultivo tenha diminuído o seu peso relativo no B. Alentejo em benefício quer da vinha, quer, sobretudo, das fruteiras - foi o incremento da área de frutos de casca rija (Q5 e Q6).

Q5	Culturas Permanentes ^(a)				Árvores de Fruto		Olival		Vinha	
	1950	2019	1950	2019	1950	2019	1950	2019	1950	2019
	mil ha		% no total de cult.		% no total de culturas permanentes					
Continente	1 079	853	23,1	50,3	14,8	35,7	53,5	44,2	31,7	20,1
Baixo Alentejo	67	149	11,4	49,7	10,2	23,8	87,3	71,2	2,5	4,9
Serpa	25	28	31,5	64,8	9,4	7,0	89,5	91,1	1,1	1,9

(a) Culturas permanentes - árvores de fruto, olival e vinha. Fonte: idem quadro anterior.

Fonte: idem quadro anterior.

- Nos cultivos florestais: cresceu, moderada, a superfície ocupada por espécies florestais, mas minguou a dimensão absoluta e relativa do montado (sobreiro e azinheira), contrabalançada pelos ganhos de expressão do eucalipto e do pinheiro manso (este, sem registo em 1950, significa em 2015: 15% no B. Alentejo e 8,5% em Serpa – Q7). Relevante na extensão do montado foi o caminho bem distinto do sobreiro e da azinheira: incremento da expressão do sobreiro e forte diminuição do coberto de azinheiras (em Serpa: cerca de 95% em 1950, pouco mais de 65% em 2015).

Q7	Total/Sup. Territorial (%)	Superfície florestal									
		Montado ^(a)				Azinheira		Eucalipto			
		1950	2015	1950	2015	1950	2015	1950	2015	1950	2015
	Continente	32,3	36,1	43,0	29,2	20,5	11,3	3,5	25,9	7,9	22,4
Bai	27,8	29,8	97,4	78,6	77,4	48,2	0,3	4,7	2,2	15,4	
Serpa	26,4	27,6	98,4	86,8	94,4	66,8	0,2	3,9	1,5	8,5	

(a) Azinheira + Sobreiro; (b) Engloba: carvalhos, castanheiros, acácias, outras folhosas, pinheiro manso (em 2015, no B. Alentejo e em Serpa esta espécie detinha o exclusivo de "outras") e outras resinosas. Fonte: determinações com base em INE, ex-SROA e Inventário Florestal.

- Nos gados: com o aumento global do armentio (+20%), ocorreu uma mudança profunda na respectiva estrutura (Q8); para além do desaparecimento do gado de tração (bovinos e equídeos, com uma relevância, em 1950, da ordem de 20%), desvaneceu-se expressivamente a importância dos pequenos ruminantes e dos suínos (o porco de montanha) e, no reverso, caminhou-se para a supremacia dos bovinos (de 6-7%, surgem agora no patamar dos 60%).

Um último traço de mudança: a disponibilidade de água para o regadio (Q3); sendo inexpressiva nos anos 50 do século XX, a superfície irrigável cifra-se, em 2019, em redor de 15% e de 20% da superfície territorial do B. Alentejo e de Serpa, respetivamente.

Q8	Gados: % no total de CN								
	Herbívoros ^(a)		Bovinos		Pequenos ruminantes		Suínos		Gado de trabalho ^(b)
	1952	2019	1952	2019	1952	2019	1952	2019	1952
Continente	84,3	70,1	35,3	53,4	38,5	14,9	15,7	29,9	33,3
Baixo Alentejo	75,5	86,9	7,3	61,3	53,5	24,8	24,5	13,1	16,8
Serpa	71,6	94,8	5,6	59,2	48,3	34,5	28,4	5,2	19,3

^(a) O conjunto de bovinos, equídeos e pequenos ruminantes (caprinos e ovinos). ^(b) Inclui os gados (INE, IEA1952): equinos de trabalho, asininos, muares, vacas de leite e trabalho, vacas de trabalho e bois de trabalho. Fonte: determinações com base em INE.

...e de um percurso

O tema agro silvo pastoril impregna o percurso científico do ISC²⁰⁹.

Destaco os marcos bibliográficos: (1982) *Economia dos Sistemas Agro-Pastoris da Serra da Estrela*; (1989) *O Sistema Produtivo Montado - Análise Económica-Contábil de Um Grupo de Explorações Agro Silvo Pastoris do Alentejo*; (2003) *A Sustentabilidade Económica e Social dos Montados no Baixo Alentejo. Constituição de um observatório socioeconómico e técnico dos sistemas de montado*; (2007) *A silvopastorícia, uma perspectiva histórica*; (2011) *Territórios silvopastoris e de pastoreio no Sul de Portugal: 1985 a 2010*; (2014) *Conceito de montado*; (2018) *Montado – um sistema produtivo perfeito contra a desertificação e o despovoamento no extensivo do sul do país*.

E o corolário do saber acumulado na temática: coordenador científico (2017) da candidatura do “Montado paisagem cultural” a património material da UNESCO.

Sobrelevo, ainda, os domínios de intervenção (escritos, conferências, organizações) conexos àquela temática: propriedade e mercado fundiário; pastorícia e pastores; recursos silvestres; produtos típicos de qualidade; olival tradicional. Domínios do seu saber bem reconhecidos nas representações da instituição científica nacional onde laborou. Refiro a organização dos Centros de Competências nacionais: “do montado e do porco alentejano”, “da lã”, “da agricultura e dos produtos no modo de produção biológico”, “dos recursos silvestres”, “das Plantas Aromáticas e Medicinais (PAM)”, “na luta contra a desertificação”²¹⁰.

²⁰⁹ Vd. CV do ISC.

²¹⁰ Vd. sítio do INIAV, I.P. na Web.

E, em ligação estreita com o último traço de transformação da paisagem acima enunciado, sublinho os trabalhos na alteração pela rega com o empreendimento de Alqueva. Foi o envolvimento no Programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona do Alqueva (PEDIZA) – membro dos órgãos sociais, 1999-2008, do Centro Operativo e de Tecnologia do Regadio²¹¹ e do Grupo de Acompanhamento da [sua] Execução – e a representação institucional no Grupo de Projecto Alqueva Agrícola.²¹²

O sequeiro de Serpa e do Baixo Alentejo no limiar de 2020

Exposto o pano de fundo seguem-se, no âmbito da temática agro silvo pastoril, cinco retratos das explorações agrícolas de Serpa no seio do Baixo Alentejo.

Fixa-se o “sistema” de sequeiro e procede-se à observação das dimensões (tipologias ou modalidades) da exploração agrícola: (1) a fundiária (a superfície total), (2) a dos agentes (a natureza jurídica e o trabalho), (3) as dimensões fundiária e natureza dos agentes, (4) as dimensões económica e fundiária e, num ponto final, (5) cruzam-se as três dimensões. Para cada retrato dá-se conta dos seguintes parâmetros de caracterização: uso do solo, gados, forma de exploração da terra, produções unitárias da terra e do trabalho, acesso a ajudas públicas e estrutura da mão-de-obra mobilizada.

Para o que se vai abordar – o universo das explorações agrícolas [3]²¹³ – há que situar a relevância da componente determinante do sistema agro-silvopastoril: a extensão dos povoamentos florestais e, na situação, a do montado²¹⁴. Assim, a superfície de povoamentos florestais [4] avaliada em explorações agrícolas ronda 50% no Baixo Alentejo e ascende a perto de 60% em Serpa; enquanto o montado posiciona-se, nas duas unidades territoriais, no patamar dos 80%. Sendo que o predomínio é do azinhal face ao sobreiral, mais vincado, contudo, em Serpa face ao B. Alentejo.

A porção substancial do montado de Serpa e do Baixo Alentejo inclui-se em explorações agrícolas; embora a quota fruída por outras entidades não seja desprezível (20%).

a relevância e individualidade do sequeiro

Atribui-se o epíteto de agricultura(s) de sequeiro ao conjunto de explorações agrícolas cuja superfície irrigável é inferior a metade da superfície agrícola utilizada (SAU).

²¹¹ Foi o início da “realização de ações de experimentação e demonstração de novas práticas culturais e de utilização de novas tecnologias”.

²¹² Vd.: Portaria n.º 632/2001 de 26 de junho; Despacho ministerial [MA] n.º 13 106/ 2003, 2ª série de 24 de junho de 2003.

²¹³ Sublinha-se: no conceito de exploração agrícola (INE) a componente/critério espécies florestais não é retida.

²¹⁴ Povoamento florestal no entendimento do conjunto das espécies de árvores florestais: sobreiro, azinheira, carvalho, pinheiro bravo, eucalipto, choupo, medronheiro (aguardente) e outras; montado no entendimento da superfície (com e sem culturas no sob coberto) de sobreiro e de azinheira.

Classificação das explorações

Critérios de classificação das explorações do apuramento delineado de informação do RA2019 (INE, RA2019, ap. espec.):

(a) “Sistemas” de sequeiro vs. de regadio - “Explorações agrícolas em sistemas de agricultura exclusivamente de sequeiro: explorações agrícolas que não apresentam áreas de regadio. Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de sequeiro: explorações cujas áreas de regadio representam menos de 25% da respetiva SAU. Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de sequeiro: explorações cujas áreas de regadio representam entre 25% a menos de 50% da respetiva SAU. Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura principalmente de regadio: explorações cujas áreas de regadio representam entre 50% a menos de 75% da respetiva SAU. Explorações agrícolas baseadas em sistemas de agricultura predominantemente de regadio: explorações cujas áreas de regadio são superiores a 75% da respetiva SAU” (INE, 2021. Recenseamento Agrícola - Análise dos principais resultados - 2019, p. 88).

(b) Superfície total (< 5 ha, 5-20, 20-200, 200-1 000 e > 1 000 ha);

(c) Dimensão económica (DE), em função do VPP da produção vegetal e animal, sublinha-se (< 8 mil €, 8-25 mil, 25-100 mil, 100-500 mil e > 500 mil €); e

(d) Natureza jurídica * natureza do trabalho (produtor individual autónomo familiar – com mais de 75% de unidades de trabalho ano familiares, UTaf; produtor individual autónomo semi-familiar – com > 50% a 75% de UTaf; produtor individual empresário – com < 50% de UTaf; sociedade integrada em grupo [económico]; e outras sociedades. Salienta-se que, por convenção estatística, nas explorações com a natureza jurídica “sociedade” todo o trabalho é classificado como assalariado.

A agricultura(s) de sequeiro inclui, assim, as explorações “exclusivamente de sequeiro” (em Serpa: representam cerca de 70% das explorações, quase 60% da superfície total e um contributo para o valor económico da produção vegetal e animal na ordem de 30%), “predominantemente de sequeiro” e “principalmente de sequeiro” (Q9).

Q9 - Classificação das explorações em função da quota de SAU irrigável - importância dos “sistemas”	Sequeiro (%) ^(a)		Regadio (%) ^(a)		Total (N.º; ha; 10 ³ €)	
	Exclusivo	Total	> 75%	Total		
N.º expl. c/ ST	B. Alentejo	74,6	84,6	10,3	13,4	9 979
	Serpa	71,3	81,7	13,3	17,3	1 971
Unidades Trabalho ano (N.º UTA)	B. Alentejo	45,2	62,5	29,7	36,6	13 156
	Serpa	42,0	60,1	30,7	39,5	1 975
Unidades Trabalho ano Familiar (N.º UTAFam)	B. Alentejo	78,0	89,7	5,8	10,3	4 915
	Serpa	71,7	85,6	5,9	14,4	868
Superfície Total (ST)	B. Alentejo	65,6	85,7	10,6	14,3	751 465
	Serpa	57,4	80,3	14,7	19,7	99 115
Montado	B. Alentejo	75,2	97,9	0,6	2,1	154 022
	Serpa	71,3	95,2	1,3	4,8	21 265
Culturas permanentes	B. Alentejo	28,2	45,2	46,1	54,8	147 710
	Serpa	25,4	44,9	45,8	55,1	27 912
Gados (N.º Cabeças Normais, CN)	B. Alentejo	71,3	96,2	1,0	3,4	173 305
	Serpa	59,9	95,3	0,9	4,4	18 926
Valor da Produção (VPP)	B. Alentejo	45,8	68,2	24,2	31,5	571 610
	Serpa	32,0	58,7	31,0	41,0	68 815

^(a) % em linha, no total. Fonte: INE, RA2019 (ap. espec.).

Por outro lado, estão os “sistemas de agricultura” de *regadio* (em que mais de 50% da SAU das explorações é irrigável) [5].

Pese embora o aumento anotado do regadio, persiste, em Serpa e no B. Alentejo, o predomínio, social, territorial e económico, dos sistemas de *sequeiro*. Realçam-se neste último as quotas do montado e do agregado Valor da Produção Padrão (VPP; produção vegetal e animal). Tão só a grandeza relativa de culturas arbóreo-arbustivas traz a primeiro plano os sistemas de *regadio*.

Estas culturas, para além do montado, pontuam decisivamente a diferença entre os dois *sistemas* [6]: no *regadio* situam-se nos 80% da SAU, no *sequeiro* não alcançam os 20% (cerca de 10% da SAU no Baixo Alentejo).

No uso do solo, juntam-se ainda as destriças:

- na supremacia do olival no conjunto das culturas permanentes – maior no *sequeiro* de Serpa (95%, compara com menos de 90% no *regadio*), maior no *regadio* no B. Alentejo (80%, face a 60% no *sequeiro*);
- no predomínio, na superfície de olival, do olival *tradicional* no *sequeiro* (acima de 50%), em contraponto ao olival *intensivo* no sistema de *regadio* (cerca de 40% em Serpa, contra quase 50% no B. Alentejo).
- na superioridade da SAU, no *sequeiro*, ocupada por prados e pastagens permanentes²¹⁵, designadamente, das pastagens pobres (43% no B. Alentejo, 33% no município de Serpa).

Fixa-se, também, um esboço estrutural dos dois sistemas [6] – Q10:

Q10 - Indicadores estruturais dos "sistemas"		<i>Sequeiro</i>	<i>Regadio</i>	Total
ST/expl (ha)	B. Alentejo	76,3	80,1	75,3
	Serpa	49,4	57,5	50,3
VPP total/ha SAU (mil €)	B. Alentejo	0,7	1,8	0,8
	Serpa	0,6	1,5	0,8
VPP total/UTA Total (mil €)	B. Alentejo	47,4	37,3	43,4
	Serpa	34,1	36,2	34,8
SAU/UTA (ha)	B. Alentejo	71,7	21,3	52,6
	Serpa	59,8	24,0	45,4
UTA/Expl. (n.º total)	B. Alentejo	1,0	3,6	1,3
	Serpa	0,7	2,3	1,0
UTA Não Familiar/UTA (%)	B. Alentejo	46,4	91,1	62,6
	Serpa	37,4	85,0	56,0

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.)

- maior dimensão fundiária, média, de superfície total das explorações de *regadio* (em Serpa: 57,5 ha, compara com cerca de 50 ha no *sequeiro*);
- maior peso relativo das explorações com ajudas públicas no *regadio* (na fasquia de 90%, contra 80% no *sequeiro*);

²¹⁵ A diferença entre o total da SAU e a soma de culturas permanentes e de prados e pastagens permanentes corresponde à superfície de terras aráveis (culturas temporárias em terra limpa e sob coberto de povoamentos florestais – inclui os prados temporários -, pousio e horta familiar).

- o valor económico bruto da produção (VPP vegetal e animal) por unidade de superfície (SAU) no *regadio* supera duas vezes e meia o do *sequeiro*; todavia, o VPP por unidade de trabalho (UTA) [7], se em Serpa o registo no *regadio* se situa acima do *sequeiro*, na média do B. Alentejo a situação inverte-se;

- a equação $VPP/UTA = VPP/SAU * SAU/UTA$ evidencia bem o contraste dos réditos das produções vegetais e animais por unidade de trabalho mobilizada entre os dois “sistemas”: no *sequeiro*, a dependência, sobretudo, da disponibilidade de terra por unidade de trabalho mobilizada (extensificação), no *regadio* o determinante do nível de VPP/UTA está no VPP/SAU;

O trabalho familiar acantona se e domina o manejo do *sequeiro*; a terciarização e o trabalho temporário (migrante) escoram o assalariamento no manejo do *regadio*.

- o fosso bem vincado entre os *sistemas* respeita ao trabalho e à sua natureza: (i) de uma UTA por exploração, na média do B. Alentejo (em Serpa: 0,7), na(s) agricultura(s) de *sequeiro*, o volume de trabalho sobe no *regadio*, para 2,3 em Serpa e acima de 3,5 no B. Alentejo, (ii) enquanto no *sequeiro* o peso relativo do trabalho familiar é bem superior (ainda mais em Serpa) ao do não familiar (nas modalidades salariado e prestação de serviços), na agricultura de *regadio* a relevância das UTA não familiares ascende acima de 85% (mais de 90% no B. Alentejo); (iii) realce, por fim, adentro do trabalho não familiar, para a maior expressão do trabalho assalariado permanente no *sequeiro*, face, em especial, ao trabalho por via do todo da prestação de serviços ou apenas da contratação a empresas de trabalho temporário (quase 20% das UTA não familiares em Serpa) na(s) agricultura(s) de *regadio*.

As explorações e os agentes dos sistemas de sequeiro

1. a dimensão fundiária

A dimensão fundiária apreende-se em referência à superfície total (ST) das explorações, o que é reter, de par com a superfície agrícola utilizada (SAU em terra limpa e no solo coberto de arvoredo), e sobretudo, a outra componente relevante, a superfície de povoamentos florestais estromes; é a partição entre 5 classes de ST que de imediato se aborda [8] – Q11.

Q11 - Classes de superfície total (ha)	N.º expl c/ST		UTA Total		Sup. total		VPP total	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Sequeiro total	100	100	100	100	100	100	100	100
<= 5	32,3	37,7	14,7	16,2	1,0	1,9	2,1	4,2
> 5 a <= 20	24,8	28,9	15,3	18,2	3,5	6,1	6,0	11,2
> 20 a <= 200	32,8	28,0	36,1	40,6	32,0	39,6	36,9	40,1
> 200 a <= 1000	9,6	5,2	30,0	22,8	50,5	43,4	45,3	40,7
> 1000	0,6	0,2	4,0	2,2	13,0	9,0	9,8	3,8

Fonte: INE, RAZ2019 (ap. esp.)

Com o aumento da extensão física, o decréscimo de importância do n.º de explorações é acompanhado pelo ganho de expressão de recursos humanos mobilizados (UTA), de território e de valia económica. É o trajeto das classes de ≤5 ha até à de 20 a 200 ha; a partir desta, na classe de 200 a 1 000 ha, acentua-se a polarização/concentração – a dualidade da estrutura fundiária. Repare-se na situação em Serpa – Q12: (i) 5% das explorações de *sequeiro*, do estrato de 200 a 1 000 ha, detém 43% da ST, geram 40% da produção vegetal e animal e reúnem cerca de 50% da superfície de montado; (ii) o quociente entre as partições das UTA, da ST, da valia económica (VPP), do montado e da SAU com culturas permanentes e o peso percentual do n.º de explorações não supera o limiar de 1,5 vezes, no estrato de 20 a 200 ha, mas cifra-se, para as mesmas relações, entre 4-9,5 vezes, na classe de 200 a 1 000 ha, e bem mais no estrato acima de 1 000 ha.

Q12 - Classes de superfície total (ha)	Montado		SAU c/ Culturas permanentes	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> total	100	100	100	100
<= 5	0,1	0,1	4,8	8,4
> 5 a <= 20	1,4	3,0	10,7	18,7
> 20 a <= 200	29,9	35,7	41,3	41,5
> 200 a <= 1000	52,1	49,8	33,9	28,5
> 1000	16,5	11,5	9,2	2,9

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.)

São as culturas permanentes (olival), mais em Serpa do que no B. Alentejo, que atenuam, sobretudo nas explorações *exclusivamente de sequeiro* [8], o referido andamento de concentração.

E os usos do solo nos grupos de explorações em observação?

Com o crescendo da dimensão fundiária – Q13: (i) aumenta a importância dos povoamentos florestais (em Serpa: de cerca de 2% da ST, no estrato de mais baixa dimensão, sobe a 30% na classe de 200 a 1 000 ha e a 60% no estrato de ST superior a 1 000 ha); (ii) tal aumento abrange, claro, o montado no seu todo e a SAU sob montado (com a especificidade de Serpa: de cerca de 1,5% na classe de menor dimensão, a 50% no estrato de mais de 1 000 ha), mas também o eucaliptal; (iii) aumenta, ainda, a ocupação da SAU por prados e pastagens permanentes – são, sobretudo, pastagens pobres (em Serpa: de 10% da SAU na classe de menos de 5 ha, 25-30% nos estratos seguintes, a proporção eleva-se a quase 65% no estrato de mais de 1 000 ha) – Q14; (iv) ao invés, diminui a expressão da SAU com culturas permanentes; (v) se, em Serpa, o peso relativo do olival nas culturas permanentes, embora em declínio ligeiro com o aumento da dimensão fundiária até à classe de 200 a 1 000 ha, se situa a nível acima de 90%, na geografia do B. Alentejo é bem vincada a quebra de quota (de mais de 90% no escalão inferior de ST, desce para 40% nas explorações com mais de 1 000 ha) – aumenta, pois, na extensão de culturas permanentes do Baixo Alentejo, a proporção de arvoredo frutífero (onde se inclui o pinheiro manso) e da vinha; (vi) no cômputo da superfície global de olival, também o peso do olival *tradicional* declina com o alargamento da dimensão fundiária (Q15).

Q13 - Classes de superfície total (ST; ha)	SAU/ST (%)		Sup. Povoamentos Florestais/ST (%)		Montado/ST (%)		SAU em sob coberto de Montado/SAU (%)	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> Total	91,6	89,2	24,7	28,5	23,4	25,4	22,0	25,6
<= 5	95,6	95,6	1,9	1,9	1,9	1,9	1,6	1,6
> 5 a <= 20	93,5	93,2	9,7	12,3	9,2	12,3	7,6	10,4
> 20 a <= 200	91,7	93,7	22,9	23,3	21,8	22,9	19,4	21,8
> 200 a <= 1000	93,1	90,3	25,1	30,0	24,2	29,2	23,4	29,2
> 1000	84,8	59,9	33,4	60,5	29,7	32,5	28,6	49,9

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.)

Q14	SAU c/ prados e past. permanentes/SAU (%)		SAU c/past. permanentes pobres/SAU (%)		CN Bovinos/CN total (%)		CN Ovinos e caprinos/CN total (%)	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> Total	54,4	47,0	43,2	33,3	60,6	57,8	24,9	35,8
<= 5	16,2	12,2	13,5	10,2	16,1	4,7	74,9	82,8
> 5 a <= 20	29,3	32,0	24,6	25,6	22,8	23,8	49,0	66,7
> 20 a <= 200	48,7	45,2	40,4	33,2	48,3	43,6	31,6	51,5
> 200 a <= 1000	55,9	48,6	43,3	31,3	69,0	73,8	20,1	19,1
> 1000	73,7	75,6	58,2	63,8	74,6	72,2	11,2	26,9

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.)

Q15	SAU c/ Culturas permanentes/SAU (%)		Sup. Olival/SAU c/ Culturas permanentes (%)		Sup. Olival tradicional /Sup. Olival (%)	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> Total	11,3	17,7	60,8	94,6	50,5	63,6
<= 5	52,5	73,8	91,9	98,9	77,4	74,1
> 5 a <= 20	34,4	51,6	86,5	97,7	69,5	70,9
> 20 a <= 200	14,6	17,6	58,5	93,5	58,4	65,8
> 200 a <= 1000	7,5	11,4	56,7	92,5	31,8	53,9
> 1000	8,6	8,4	39,7	99,4	16,3	45,0

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.)

Quanto à composição do efetivo pecuário sublinha-se o posicionamento inverso entre bovinos e pequenos ruminantes (Q14): com o aumento da dimensão cresce a importância da bovinicultura e decresce a dos pequenos ruminantes. Observe-se a situação em Serpa: na menor dimensão fundiária, o peso relativo dos bovinos, no total das cabeças de gado, ronda os 5% que compara com mais de 80% de pequenos ruminantes; na classe de mais de 1 000 ha, os bovinos superam os 70% contra pouco mais de 25% dos pequenos ruminantes.

Agora a estrutura interna das explorações no referencial dimensão fundiária.

Distinção relevante, com o aumento da superfície total: (i) na captação de ajudas por via da política pública (PAC) – de 60% das explorações, em Serpa,

A bovinicultura domina o armentio da grande extensão fundiária do sequeiro e os pequenos ruminantes estão nos estratos de mais baixa superfície total das explorações.

no estrato de menor dimensão, a 100% nos dois escalões superiores (Q16); (ii) na via de acesso à terra, com o ganho progressivo

da importância do arrendamento – que se atenua na classe acima de 1 000 ha; (iii) no valor da produção (vegetal e animal) por unidade de SAU, em abaixamento ininterrupto, e por unidade de trabalho, em incremento contínuo no B. Alentejo mas não em Serpa onde, mercê da relevância

A importância dos acessos à subsídio (PAC) e à terra por via do arrendamento aumenta com o crescendo da dimensão fundiária.

Q16	ST/expl (ha)		SAU em Arrendam. fixo/SAU (%)		Benef. Ajudas/N.º expl. c/ SAU (%)	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Classes (ST; ha)	ha		%		%	
<i>Sequeiro</i> Total	76,3	49,4	18,1	20,9	82,0	77,9
<= 5	2,3	2,5	2,1	0,9	64,5	60,6
> 5 a <= 20	10,7	10,5	4,6	3,8	82,3	79,8
> 20 a <= 200	74,6	69,8	15,1	15,9	93,6	94,9
> 200 a <= 1000	402,5	411,3	21,9	29,0	99,5	100
> 1000	1 644,3	1 784,1	15,3	20,9	98,0	100

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q17	VPP total/ha SAU		VPP total/UTA		SAU/UTA	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Classes (ST; ha)	mil €		ha		ha	
<i>Sequeiro</i> Total	0,66	0,57	47,4	34,1	71,7	59,8
<= 5	1,33	1,19	6,8	8,9	5,1	7,4
> 5 a <= 20	1,12	1,00	18,5	20,9	16,6	21,0
> 20 a <= 200	0,76	0,55	48,3	33,6	63,7	61,3
> 200 a <= 1000	0,58	0,53	71,6	60,8	122,9	115,3
> 1000	0,54	0,36	117,6	60,3	218,6	165,6

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

da superfície de povoamentos florestais, declina na classe de maior dimensão fundiária (Q17); (iv) no trabalho mobilizado – menos de uma unidade de trabalho ano (UTA) por exploração, maioritariamente de natureza familiar, nas unidades abaixo de 20 ha (que nos sistemas exclusivamente de sequeiro abrange a classe de 20 a 200 ha), que compara com cerca de duas no escalão de 200 a 1 000 ha e quatro (cinco em Serpa) no escalão acima de 1 000 ha, com o predomínio do assalariamento (Q18 e Q19); e (v) nas modalidades de trabalho não familiar:

Com o aumento da dimensão fundiária cresce o relevo no âmbito do trabalho não familiar do assalariamento permanente; mas, nas unidades com mais de 1 000 ha ganha ascendente o apelo aos assalariados eventuais.

(v1) declínio progressivo da proporção de mão-de-obra eventual e de prestação de serviços – ou, o contraponto, o crescente relevo do emprego

Q18	UTA/Expl. (n.º total)		UTA Não Familiar/UTA (%)		% nas UTA ã Familiar	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Classes de superfície total (ST; ha)	total		%		MO Eventual e Prest. Serviços	
<i>Sequeiro</i> Total	1,0	0,7	46,4	37,4	34,6	36,6
<= 5	0,4	0,3	6,8	4,6	69,6	77,5
> 5 a <= 20	0,6	0,5	17,5	15,4	52,4	58,3
> 20 a <= 200	1,1	1,1	42,3	34,4	45,5	45,7
> 200 a <= 1000	3,1	3,2	79,4	77,5	25,6	24,4
> 1000	6,4	6,5	93,4	100	25,2	34,6

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q19	% nas UTA ã Familiar de MO					
	Eventual		Contrat. para a prest. de serviços (total)		Contrat. a empresas de trab. temporário	
Classes (ST; ha)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> Total	24,3	24,8	10,3	11,8	2,8	6,1
<= 5	53,1	60,0	16,4	17,5	2,0	2,3
> 5 a <= 20	38,4	43,4	14,0	14,8	2,5	4,5
> 20 a <= 200	33,3	34,4	12,2	11,3	3,1	4,5
> 200 a <= 1000	16,1	12,2	9,5	12,2	3,0	8,3
> 1000	22,1	29,3	3,2	5,3	0,4	2,5

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

de assalariados permanentes – atalhado na classe acima de 1 000 ha, (v2) nesta última classe assinala-se o ascendente do recurso aos assalariados eventuais, com queda de importância do trabalho por prestação de serviços, incluindo a mão-de-obra contratada a empresas de trabalho temporário, (v3) o contributo desta última, no âmbito das UTA provenientes do total da contratação de serviços – que é maior em Serpa do que no B. Alentejo – intensifica-se com o crescimento da dimensão fundiária até ao limite dos 1 000 ha.

2. a dimensão natureza dos agentes: familiar vs. não familiar

A junção dos vetores “responsável jurídico e económico” pela exploração agrícola e origem do trabalho no desempenho das tarefas – do *produtor* agrícola e dos membros do seu agregado familiar e ou de assalariados/prestadores de serviços – consubstancia a dimensão do retrato que se segue [9].

Fixam-se quatro modalidades daquela dimensão: *familiar* (a que cabe no segmento de 75% e mais de unidades de trabalho anuais, UTA, de proveniência familiar), *semifamiliar* (com 50 a 75% de UTA familiares), *empresário* (a pessoa física, produtor individual, que recorre em mais de 50% a trabalho não familiar – por vias do salariedade e ou da aquisição de serviços) e *sociedade*; incluem-se em agentes não familiares as figuras de *empresário* e de *sociedade*.

Os agentes *familiares*, mais em Serpa do que no Baixo Alentejo, para além do elevado predomínio social (em Serpa: 80% do n.º de explorações, cerca de 55% das UTA), assumem, face aos não familiares, designadamente os com

Nos sistemas de *sequeiro*, os agentes *familiares*, de par com o predomínio social, assumem importância expressiva no território fruído e na valia económica gerada – destaca-se: o montado e as culturas permanentes.

estatuto societário, importância expressiva em termos de território fruído e de valia económica (Q20). Atenta-se, em particular, nas partições do montado e das culturas permanentes (Q21); situação cuja dicotomia em benefício dos produtores *familiares* é mais vinda nos “sistemas” *exclusivos de sequeiro* [9] - em Serpa: montado – 38% detido pelos produtores singulares *familiares*, contra 45% das *sociedades*; SAU com culturas permanentes – 56% que compara com 12% das *sociedades*.

Q20 - Natureza jurídica e trabalho: explorações familiares vs. ã familiares	N.º expl c/ST		UTA Total		Sup. total		VPP total	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	% em coluna							
Sequeiro Total	100	100	100	100	100	100	100	100
PSing. Familiar ^(a)	75,0	79,9	46,6	55,6	33,3	39,4	30,8	39,2
PS semi-Familiar ^(b)	7,1	7,0	6,1	5,1	7,9	4,8	7,5	5,2
PS Empresário ^(c)	8,4	7,1	17,7	19,4	22,4	20,6	19,9	26,2
Sociedades ^(d)	9,5	6,0	29,6	20,0	36,3	35,2	41,8	29,4

^(a) *Produtor singular autónomo* : ≥ 75% das unidades de trabalho ano (UTA) de natureza familiar. ^(b) Idem ^(c) com ≥ 50% e < 75% das UTA familiares. ^(c) *Produtor singular empresário* : ≥ 50% de UTA não familiares (salariedade e aquisição de serviços). ^(d) Inclui todas as *sociedades*. ^(e) Total das explorações (dos “sistemas” de *sequeiro* e de *regadio* e sem SAU). Em Serpa, no cômputo global das explorações censensadas, não houve registo de sociedades “integradas num grupo de empresas” e no B. Alentejo representam 0,2% do n.º de explorações, detêm 0,5% da superfície total e cabe-lhes um contributo económico de 0,7%. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q21 - Natureza jurídica e trabalho: explorações familiares vs. ñ familiares	Montado		SAU c/ Culturas permanentes	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	% em coluna			
Sequeiro Total	100	100	100	100
PSing. Familiar ^(a)	29,0	31,5	34,9	38,9
PS semi-Familiar ^(b)	7,5	2,8	9,0	9,5
PS Empresário ^(c)	24,0	23,5	19,3	28,6
Sociedades ^(d)	39,5	42,1	36,8	23,0

Notas: idem quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

No uso do solo (Q22), Serpa demarca-se no contexto do B. Alentejo pela maior diferença na expressão da SAU na superfície total entre explorações familiares (acima de 90%) e explorações societárias (80%), o que é constatar nestas o peso superior da extensão de povoamentos florestais (montado e eucalipto); em conformidade, a SAU sob coberto de montado quase duplica a expressão das unidades familiares. Anota-se, também em Serpa, que os agricultores semifamiliares emergem pelo maior relevo das culturas permanentes (Q23), sobretudo, olival, e, em contraponto, pela menor influência, na SAU, das pastagens permanentes (25%, que compara com 57% nas sociedades); e, depois, que a expressão do olival tradicional, quer em Serpa, quer no B. Alentejo, decresce das explorações familiares para as não familiares.

Nas sociedades a relevância da SAU na superfície total tem a menor expressão, porquanto a extensão de povoamentos florestais (montado e eucalipto) tem a maior importância; é também nestes agentes que a fração da SAU em sob coberto de montado tem o registo máximo.

Q22 - A natureza jurídica e o trabalho: familiares vs. ñ familiares	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)/ST		Sup. Povoamentos Florestais/ST		Montado/ST		SAU em sob coberto de Montado/SAU	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	% em coluna							
Sequeiro Total	91,6	89,2	24,7	28,5	23,4	25,4	22,0	25,6
PSing. Familiar	91,9	94,1	21,5	20,7	20,4	20,4	18,0	19,5
PS semi-Familiar	92,3	93,5	23,3	15,2	22,3	14,9	20,6	13,2
PS Empresário	92,2	94,1	26,4	29,1	25,0	29,1	23,8	28,9
Sociedades	90,9	80,3	26,9	38,7	25,5	30,4	24,7	33,4

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q23 - A natureza jurídica e o trabalho: familiares vs. ñ familiares	SAU c/ Culturas permanentes/SAU		Sup. Olival/SAU c/ Culturas permanentes		Sup. Olival tradicional /Sup. Olival	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	% em coluna					
Sequeiro Total	11,3	17,7	60,8	94,6	50,5	63,6
PSing. Familiar	11,8	16,5	57,3	94,3	69,4	71,4
PS semi-Familiar	12,8	33,2	70,4	99,9	65,2	67,5
PS Empresário	9,7	23,3	74,7	98,8	53,6	64,3
Sociedades	11,5	12,8	54,4	87,9	24,8	46,6

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q24 - A natureza jurídica e o trabalho: familiares vs. ñ familiares	SAU c/ prados e past. permanentes/SAU		SAU c/past. permanentes pobres/SAU		CN Bovinos/CN total		CN Ovinos e caprinos/CN total	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	% em coluna							
Sequeiro Total	54,4	47,0	43,2	33,3	60,6	57,8	24,9	35,8
PSing. Familiar	50,1	44,5	43,0	31,8	43,7	40,6	49,0	53,9
PS semi-Familiar	47,4	25,2	39,6	18,3	60,7	50,4	31,7	44,4
PS Empresário	51,6	41,8	38,8	20,6	68,6	67,8	23,1	25,7
Sociedades	61,5	57,4	47,0	46,2	65,6	73,9	12,2	18,4

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Contraste marcante, nas duas geografias, respeita à composição dos gados ovinos e caprinos nas *familiares* (Q24).

Q25 - A natureza jurídica e o trabalho: <i>familiares vs. não familiares</i>	ST/expl.		SAU em Arrendam. fixo/SAU		Benef. Ajudas /N.º expl. c/ SAU	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	ha				%	
Sequeiro Total	76,3	49,4	18,1	20,9	82,0	77,9
PSing. Familiar	34,0	24,4	17,3	17,5	78,1	73,6
PS semi-Familiar	85,0	33,9	21,8	22,4	93,5	93,8
PS Empresário	203,2	143,7	17,8	16,4	95,5	96,5
Sociedades	291,0	288,5	18,3	28,2	92,2	94,8

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Sob a perspetiva do aparelho de produção e resultados económicos [9], e no mirar o conjunto do *sequeiro*, sobressai (Q25): (i) afora o caso das *sociedades*, a particularidade de Serpa no Baixo Alentejo, nas menores superfícies médias das explorações das modalidades em apreço (unidades *familiares* – 24 ha em Serpa, contra 34 ha no B. Alentejo; *empresários* – 144 ha, compara com 203 ha); (ii) nas duas circunscrições, é o grupo dos agentes *familiares* que menos beneficia de ajudas públicas (um pouco mais de 25% das explorações contadas em Serpa declarou não beneficiar de ajudas, o que compara com cerca de 5% das unidades não familiares); (iii) no regime de propriedade da SAU destaca-se o andamento sinusoidal do arrendamento (*vs.* conta própria, coadjuvada sob a forma de “cedências gratuitas”, em especial no âmbito dos agentes *familiares*): aumento de expressão dos produtores *familiares* para os *semifamiliares*, declínio nos *empresários* e subida expressiva de peso relativo nas *sociedades* (quase 30%, que compara com pouco mais de 20% como média do *sequeiro* em Serpa; (iv) nos valores económicos da produção vegetal e animal por unidade de superfície e por unidade de trabalho repara-se, no geral (assim não ocorre no VPP/SAU nos produtores *empresários*), na inferioridade de Serpa face à média sub regional e, por sua vez, no progressivo crescimento do VPP/UTA com a passagem das unidades *familiares* para as não familiares (*empresários e sociedades*)²¹⁶; (v) a

Q26 - A natureza jurídica e o trabalho: <i>familiares vs. não familiares</i>	VPP total/ha SAU		VPP total/UTA		SAU/UTA	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
	mil €				ha	
Sequeiro Total	0,66	0,57	47,4	34,1	71,7	59,8
PSing. Familiar	0,61	0,54	31,3	24,0	51,5	44,7
PS semi-Familiar	0,63	0,59	58,7	35,0	93,8	59,3
PS Empresário	0,58	0,69	53,2	46,0	91,5	66,9
Sociedades	0,77	0,53	66,8	50,2	87,2	94,9

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

natureza da prestação de trabalho (Q27) acompanha de perto o descritivo feito sobre a dimensão fundiária: (v1) em Serpa, cerca de 0,5 UTA por exploração nas unidades *familiares*, em redor de duas UTA nos produtores não familiares, com o alargamento, forte, do apelo ao assalariamento permanente, (v2) despontam os agricultores *empresários* no tocante ao recurso a empresas de trabalho temporário (Q28), (v3) é assim que, enquanto nos produtores *empresários*, as UTA contratadas

²¹⁶ Recordam-se as médias do conjunto das explorações (“sistemas” de sequeiro e de regadio): VPP/ha – B. Alentejo, 0,83 mil €, Serpa, 0,77 mil €; VPP/UTA – B. Alentejo, 43,4 mil €, Serpa, 34,8 mil €; SAU/UTA – 52,6 ha e 45,4 ha, respectivamente.

a empresas de trabalho temporário significam quase 75% das que se contabilizam em prestação de serviços, nos produtores *semifamiliares* e de natureza societal tal relação fixa-se em redor de 40% (menos de 10% nos agricultores *familiares*).

Q27 - A natureza jurídica e o trabalho: <i>familiares</i> vs. ñ <i>familiares</i>	UTA/Expl. (n.º total)		UTA Não Familiar/UTA (%)		MO Eventual e Prest. Serviços/UTA ñ Familiar (%)	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Sequeiro Total	1,0	0,7	46,4	37,4	34,6	36,6
PSing. Familiar	0,6	0,5	3,4	3,2	98,2	94,6
PS semi-Familiar	0,8	0,5	37,4	33,6	75,3	89,6
PS Empresário	2,0	2,0	73,2	71,8	46,1	45,9
Sociedades	3,0	2,4	100	100	23,0	20,3

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q28 - A natureza jurídica e o trabalho: <i>familiares</i> vs. ñ <i>familiares</i>	% nas UTA ñ Familiar de MO					
	Eventual		Contrat. para a prest. de serviços na expl. (total)		Contrat. a empresas de trab. temporário	
	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Sequeiro Total	24,3	24,8	10,3	11,8	2,8	6,1
PSing. Familiar	49,8	57,9	48,4	36,8	4,4	3,1
PS semi-Familiar	55,9	70,4	19,4	19,2	3,7	7,6
PS Empresário	34,3	30,1	11,8	15,9	4,3	11,5
Sociedades	16,1	14,3	6,9	6,0	2,0	2,5

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

3. As dimensões fundiária e natureza dos agentes

Conjugam-se as duas dimensões acima observadas retendo as modalidades resultantes mais *expressivas*, em termos sociais, territoriais - superfície total (ST), montado, SAU com culturas permanentes - e de valia económica da produção vegetal e animal (VPP) [10].

Para além da importância social – o n.º de explorações e o n.º de UTA (Q29) –, também na quota de superfície com culturas permanentes, das unidades *familiares* com menos de 20 ha (em Serpa, quase 50% do n.º de explorações e cerca de 5% da ST), sobressaem, no *sequeiro* no seu todo, com relevância não muito dispar, três estratos de explorações: *produtor singular familiar* na classe fundiária de 20 a 200 ha (em Serpa, em redor de 15% e de 20%, do n.º de explorações e da ST, respectivamente), *produtor singular empresário* com 200 a 1 000 ha e sociedades também no escalão de 200 a 1 000 ha. Repara-se ainda: (i) na proximidade dos pesos relativos das partições da ST, do VPP e da superfície de montado nas explorações *familiares* com mais de 200 ha e nas *sociedades* do escalão acima de 1 000 ha (Q30);

Q29 Classes de superfície total (ha)	Natureza jurídica*Trabalho	N.º expl c/ST		UTA Total		Sup. total	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		% no total do universo recenseado ^(a)					
Sequeiro Total		84,6	81,7	62,5	60,1	85,7	80,3
total		63,4	65,3	29,1	33,4	28,6	31,6
<= 20	Prod. Singular	42,6	48,7	16,0	18,0	3,2	5,4
> 20 a <= 200	Familiar	18,8	15,6	11,2	13,7	17,1	20,3
> 200		2,9	2,0	2,7	2,4	9,2	6,6
total		7,1	5,8	11,1	11,7	19,2	16,5
> 20 a <= 200	Prod. Singular	3,1	3,1	4,0	5,4	3,6	5,6
> 200 a <= 1000	Empresário	2,2	1,3	5,6	5,4	13,1	10,7
total		8,1	4,9	18,5	12,0	31,1	28,2
> 20 a <= 200		3,5	2,3	5,6	3,7	4,4	3,8
> 200 a <= 1000	Sociedades	3,1	1,8	10,2	6,3	18,6	17,1
> 1000		0,3	0,2	1,8	1,3	8,0	7,2

^(a) Reporta-se ao total de explorações ("sistemas" de *sequeiro* e de *regadio*). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

(ii) na primeira posição da superfície das culturas permanentes, em Serpa nas explorações familiares de menos de 20 ha e no Baixo Alentejo nas *sociedades* da classe de 200 a 1 000 ha.

Q30 Classes de superfície total (ha)	Natureza jurídica*Trabalho	VPP total		Montado		SAU c/ Culturas permanentes	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		% no total do universo recenseado					
Sequeiro Total		68,2	58,7	97,9	95,2	45,2	44,9
total		21,0	23,0	28,4	30,0	15,8	17,5
<= 20	Prod. Singular Familiar	4,2	7,7	1,3	2,8	5,4	9,5
> 20 a <= 200		12,6	12,6	18,4	21,3	8,8	7,4
> 200		5,1	3,6	9,8	6,0	2,6	1,8
total		13,5	15,4	23,4	22,4	8,7	12,9
> 20 a <= 200	Prod. Singular Empresário	3,6	5,6	4,0	7,4	3,9	5,7
> 200 a <= 1000		8,6	9,4	14,9	15,0	3,8	6,5
total		28,5	17,3	38,7	40,1	16,6	10,3
> 20 a <= 200	Sociedades	6,4	3,5	4,0	3,0	3,7	3,1
> 200 a <= 1000		16,4	11,3	24,9	26,2	9,2	5,7
> 1000		5,2	2,3	9,7	10,9	3,5	1,3

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Na individualidade do *sequeiro* de Serpa, no seio do B. Alentejo, é relevante a dimensão fundiária no que respeita ao uso do solo por povoamento florestais: predomina na superfície total das sociedades com mais de 1 000 ha – uma parcela é montado, mas outra, expressiva, é eucaliptal.

A tipologia das explorações do *sequeiro* em função da dimensão fundiária e da natureza dos agentes faz emergir, de par com a relevância social das unidades familiares com menos de 20 ha, três estratos com importância próxima: agricultor *familiar* com 20 a 200 ha; agricultor *empresário* com 200 a 1 000 ha; e *sociedades* com 200 a 1 000 ha.

No âmbito do aproveitamento do solo, percebe-se agora com nitidez a relevância da dimensão fundiária, na individualidade de Serpa, no tocante à importância dos povoamentos florestais nos agentes de natureza societal face aos produtores *familiares* e *empresários*(Q31); assim é que, nas *sociedades*, o peso da superfície de povoamentos florestais na superfície total – na média global do *sequeiro* no seu todo: 28,5% – passa de pouco mais de 15% na classe de 20 a 200 ha, para 35% nas explorações de 200 a 1 000 ha e para 60% no estrato acima de 1 000 ha. Se na generalidade das modalidades segregadas a quota de montado na superfície total não se afasta da relativa a povoamentos florestais, em Serpa, nas *sociedades* com mais de 1 000 ha a discrepância entre uma e outra é assinalável (32,5 % para o montado, que compara com os referidos 60%) – é a ocupação pelo eucaliptal que faz a diferença. Esta modalidade também se demarca pela SAU em sob coberto de montado (50%) que compara com as ordens de grandeza de 30% nas *sociedades* e nos *empresários* de 200 a 1 000 ha e de 20% nos produtores *familiares* com dimensão fundiária acima de 20 ha de superfície total, que baixa para 10% nos agentes *familiares* com menos de 20 ha. Neste grupo de unidades são as culturas permanentes (o olival) que se colocam no nível do montado na SAU referido para as *sociedades* com mais de 1 000 ha (Q32).

Q31	Natureza jurídica*Trabalho	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)/ST		Sup. Povoamentos Florestais/ST		Montado/ST		SAU em sob coberto de Montado/SAU	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		%							
Sequeiro Total		91,6	89,2	24,7	28,5	23,4	25,4	22,0	25,6
total		91,9	94,1	21,5	20,7	20,4	20,4	18,0	19,5
<= 20	Prod. Singular	93,7	93,9	8,6	11,0	8,2	11,0	6,7	9,5
		90,8	93,4	23,3	23,0	22,1	22,6	19,5	21,4
> 20 a <= 200	Familiar	93,5	96,5	23,0	19,5	21,9	19,5	20,1	19,9
> 200		92,2	94,1	26,4	29,1	25,0	29,1	23,8	28,9
total	Prod. Singular	92,0	93,4	23,4	28,5	22,9	28,5	19,4	26,9
> 20 a <= 200	Empresário	93,4	94,4	24,6	30,1	23,3	30,1	23,4	30,6
> 200 a <= 1000		90,9	80,3	26,9	38,7	25,5	30,4	24,7	33,4
total	Sociedades	94,1	97,3	19,7	16,6	18,7	16,6	17,6	16,9
> 20 a <= 200		93,1	84,9	27,9	34,8	27,4	33,0	26,7	33,1
> 200 a <= 1000		83,8	59,9	29,0	60,5	25,0	32,5	24,2	49,9
> 1000									

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q32	Natureza jurídica*Trabalho	SAU c/ Culturas permanentes/SAU		Sup. Olival/SAU c/ Culturas permanentes		Sup. Olival tradicional /Sup. Olival	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		%					
Sequeiro Total		11,3	17,7	60,8	94,6	50,5	63,6
total		11,8	16,5	57,3	94,3	69,4	71,4
<= 20	Prod. Singular	35,2	52,9	88,4	97,5	73,2	72,6
		11,1	11,0	44,0	89,7	63,8	68,8
> 20 a <= 200	Familiar	6,0	7,9	43,5	99,8	47,8	40,1
> 200		9,7	23,3	74,7	98,8	53,6	64,3
total	Prod. Singular	23,1	31,0	79,5	98,9	59,2	68,0
> 20 a <= 200	Empresário	6,1	18,0	69,0	98,5	47,7	60,6
> 200 a <= 1000		11,5	12,8	54,4	87,9	24,8	46,6
total	Sociedades	17,4	23,2	59,2	87,7	38,6	56,3
> 20 a <= 200		10,4	11,0	59,4	84,8	20,8	40,7
> 200 a <= 1000		10,4	8,4	34,9	99,4	13,2	45,0
> 1000							

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Para além do eucaliptal, destacado em Serpa, também a quota de SAU ocupada por pastagens permanentes, sobretudo, pastos pobres, coloca as sociedades com mais de 1 000 ha em destaque face aos produtores familiares e empresários.

Repara-se também na proporção do olival tradicional: em redor de 70% nas unidades familiares com menos de 20 ha e na classe de 20 a 200 ha (também neste escalão dos empresários), mas que baixa para 40% no estrato acima de 200 ha – a comparação faz-se com 64% na média do sequeiro ou com 40-45% nas sociedades com 200 a 1 000 ha e com mais de 1 000 ha.

São os agentes com o estatuto de sociedade de maiores dimensões fundiárias onde a SAU ocupada por prados e pastagens permanentes, designadamente pastagens pobres, supera com vigor a média do sistema (mais de 55% na classe de 200 a 1 000 ha, acima de 75% na classe de mais 1 000 ha).

Na constituição do efectivo pecuário, na relação entre bovinos e pequenos ruminantes, é evidente o efeito da dimensão fundiária independentemente do agente económico (Q33). Veja-se, em Serpa, o aumento do peso relativo dos bovinos, com o contraponto da diminuição dos pequenos ruminantes, adentro dos produtores familiares ou dos empresários ou das sociedades, no trajeto ascendente da extensão fundiária – tendência que se quebra nas sociedades com mais de 1 000 ha com o armentio de ovinos e caprinos a robustecerem a sua posição em detrimento dos bovinos.

Q33		CN Bovinos/CN total		CN Ovinos e caprinos/CN total	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Classes (ST; ha)	Natureza jurídica * Trabalho	%			
		<i>Sequeiro</i> Total		60,6	57,8
total		43,7	40,6	49,0	53,9
<= 20	Prod. Singular	17,5	19,1	73,8	71,2
> 20 a <= 200	Familiar	47,4	44,0	47,4	51,3
> 200		54,3	49,6	35,8	46,3
total	Prod. Singular	68,6	67,8	23,1	25,7
> 20 a <= 200		55,1	39,8	34,5	55,8
> 200 a <= 1000	Empresário	69,8	78,5	22,3	14,6
total		65,6	73,9	12,2	18,4
> 20 a <= 200	Sociedades	46,2	43,7	8,8	50,4
> 200 a <= 1000		72,2	80,6	14,1	10,4
> 1000		75,6	72,2	9,4	26,9

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Independente da natureza dos agentes é a dimensão fundiária que comanda a estrutura do efectivo animal: aumenta a superfície total das explorações aumenta o peso dos bovinos vs. diminui a importância dos ovinos e caprinos.

Quanto à estrutura organizativa e resultados económicos das explorações tipificadas pelas dimensões fundiária e agentes salienta-se o vincado efeito da dimensão fundiária na diferenciação interna dos agentes sob o mesmo epíteto. Atente-se em Serpa: (i) nas superfícies médias por exploração (nos produtores *familiares*, entre cerca de 5,5 ha e perto de 165 ha ou, nas sociedades, entre 84 ha e quase 1 800 ha) (Q34); (ii) nos valores do indicador VPP/UTA na sua relação com a disponibilidade de terra por unidade de trabalho (SAU/UTA) e com a produção por unidade de superfície (VPP/ha de SAU), ou seja, a equação, $VPP/UTA = VPP/SAU * SAU/UTA$ – tão só nos agentes *familiares* com menos de 20 ha o réditio por unidade de trabalho não depende sobretudo da disponibilidade de terra, mas sim do valor monetário extraído por hectare de SAU (intensificação), nas demais modalidades a grande condicionante reside na SAU/UTA (extensificação) – Q35; (iii) e, ainda, no crescendo dos beneficiários de ajudas com os escalões de dimensão fundiária.

Q34		ST/expl		SAU em Arrendam. fixo/SAU		Benef. Ajudas IFAP/N.º expl. c/ SAU	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Classes (ST; ha)	Natureza jurídica * Trabalho	ha		%			
		<i>Sequeiro</i> Total		76,3	49,4	18,1	20,9
total		34,0	24,4	17,3	17,5	78,1	73,6
<= 20	Prod. Singular	5,6	5,6	4,2	3,3	70,7	66,3
> 20 a <= 200	Familiar	68,4	65,2	15,4	16,7	92,7	94,5
> 200		238,6	164,2	24,4	29,8	97,9	97,5
total	Prod. Singular	203,2	143,7	17,8	16,4	95,5	96,5
> 20 a <= 200		88,9	90,4	14,3	14,1	96,1	96,7
> 200 a <= 1000	Empresário	440,9	424,3	20,3	17,9	99,6	100,0
total		291,0	288,5	18,3	28,2	92,2	94,8
> 20 a <= 200	Sociedades	93,9	84,3	15,7	20,7	93,5	93,3
> 200 a <= 1000		450,3	469,6	20,6	32,5	99,4	100,0
> 1000		1 810,4	1 784,1	14,1	20,9	97,0	100,0

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Na tipologia das unidades agrícolas do *sequeiro* sob as vertentes fundiária e natureza dos agentes a condicionante do valor económico da produção vegetal e animal por unidade de trabalho (VPP/UTA) é a disponibilidade de terra (SAU/UTA) – é a extensificação; assim não sucede nos agentes familiares com menos de 20 ha.

Q35		VPP total/ha SAU		VPP total/UTA		SAU/UTA	
Classes (ST; ha)	Natureza jurídica * Trabalho	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		mil €				ha	
<i>Sequeiro</i> Total		0,66	0,57	47,4	34,1	71,7	59,8
total	Prod. Singular	0,61	0,54	31,3	24,0	51,5	44,7
<= 20		1,06	1,05	11,4	14,8	10,7	14,1
> 20 a <= 200		0,62	0,46	49,2	32,2	79,3	69,5
> 200	Familiar	0,45	0,40	82,5	53,2	181,7	134,4
total	Prod. Singular	0,58	0,69	53,2	46,0	91,5	66,9
> 20 a <= 200		0,81	0,74	39,1	36,2	48,0	48,7
> 200 a <= 1000		Empresário	0,53	0,65	66,7	60,7	124,7
total	Sociedades	0,77	0,53	66,8	50,2	87,2	94,9
> 20 a <= 200		1,16	0,66	49,5	33,1	42,6	50,1
> 200 a <= 1000		0,72	0,54	69,8	62,8	97,4	116,0
> 1000		0,59	0,36	126,2	60,3	212,8	165,6

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Relevância do arrendamento nas unidades familiares de maior dimensão fundiária e nas sociedades no escalão de superfície total de 200 a 1 000 ha. Destaque para os agricultores empresários - mais marcante na classe de 200 a 1 000 ha - no tocante ao apelo à mão-de-obra de empresas de trabalho temporário.

No acesso à terra demarca-se, nas modalidades em apreço, a supremacia, vigorosa, da conta própria, nos produtores *familiares* de menor dimensão fundiária e a relevância do arrendamento (Q34) – bem acima da média do “sistema” de *sequeiro* – nas unidades *familiares* de maior dimensão física e nas *sociedades* do escalão de 200 a 1 000 ha.

Quanto ao desempenho das tarefas agrícolas: (i) é bem claro o aumento do emprego por exploração com o crescimento dos escalões de dimensão fundiária – veja-se, nos produtores *familiares*, o escalão acima de 200 ha com mais de uma unidade de trabalho por exploração (3 vezes superior ao estrato com menos de 20 ha), ou nas *sociedades* a elevada diferença entre as dimensões fundiárias de 20 a 200 ha e a de mais de 1 000 ha (1,6 UTA/expl., contra 6,5); (ii) é nos produtores *empresários* com 200 a 1 000 ha e nas *sociedades* – nestas, com a maior influência na classe de 200 a 1 000 ha – que os assalariados permanentes assumem a supremacia da mão-de-obra não familiar (Q36); (iii) no trabalho não familiar de natureza eventual (salariação e aquisição de serviços) assomam, em contraste expressivo com os agentes *familiares*, os produtores *empresários* pelo maior peso relativo, adentro da contratação para a prestação de serviços na exploração, do apelo a empresas de trabalho temporário – com especial incidência na dimensão de 200 a 1 000 ha (Q37).

Q36		UTA/Expl. (n.º total)		UTA Não Familiar/UTA (%)		MO Eventual e Prest. Serviços/UTA não Familiar (%)	
Classes (ST; ha)	Natureza jurídica * Trabalho	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		<i>Sequeiro</i> Total		1,0	0,7	46,4	37,4
total	Prod. Familiar	0,6	0,5	3,4	3,2	98,2	94,6
<= 20		0,5	0,4	2,5	2,7	99,3	98,7
> 20 a <= 200		0,8	0,9	4,0	3,4	98,3	89,2
> 200	Prod. Empresário	1,2	1,2	15,1	14,1	96,3	100
total		2,0	2,0	73,2	71,8	46,1	45,9
> 20 a <= 200		1,7	1,7	71,4	68,1	59,0	54,7
> 200 a <= 1000	Sociedades ^(a)	3,3	4,3	74,3	76,5	33,4	34,4
total		3,0	2,4	100	100	23,0	20,3
> 20 a <= 200		2,1	1,6	100	100	29,8	25,2
> 200 a <= 1000		4,3	3,4	100	100	20,6	15,8
> 1000		7,1	6,5	100	100	20,5	34,6

^(a) Por convenção estatística o registo é exclusivo de trabalho não familiar. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q37		% nas UTA não Familiar de MO					
Classes de superfície total (ha)	Natureza jurídica*Trabalho	Eventual		Contrat. para a prest. de serviços na expl. de trabalho temporário			
		Total		A empresas de		trabalho temporário	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Sequeiro Total		24,3	24,8	10,3	11,8	2,8	6,1
total	Prod. Familiar	49,8	57,9	48,4	36,8	4,4	3,1
≤ 20		54,7	63,5	44,6	35,2	5,2	3,5
> 20 a ≤ 200		45,1	49,7	53,2	39,4	4,4	3,4
> 200		66,0	72,8	30,3	27,2	3,5	0,6
total	Prod. Empresário	34,3	30,1	11,8	15,9	4,3	11,5
> 20 a ≤ 200		45,2	44,0	13,8	10,6	5,7	6,5
> 200 a ≤ 1000		21,2	12,9	12,2	21,6	4,4	17,1
> 1000		17,6	29,3	2,9	5,3	0,6	2,5
total	Sociedades	16,1	14,3	6,9	6,0	2,0	2,5
> 20 a ≤ 200		23,0	17,9	6,8	7,2	1,5	2,1
> 200 a ≤ 1000		12,7	10,1	7,9	5,7	2,6	2,8
> 1000		17,6	29,3	2,9	5,3	0,6	2,5

Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

4. as dimensões económica e fundiária

É o panorama das unidades agrícolas do sequeiro na sua tipificação sob as vertentes económica e fundiária que se expõe.

Tal como na seção anterior, estabeleceram-se as modalidades com maior influência social, territorial e económica [11²¹⁷].

No respeitante a esta última componente sublinha-se a ligação exclusiva à valia económica dos bens recolhidos da SAU (a produção vegetal e animal). Fica assim afastado, sobretudo, o valor dos produtos dos povoamentos florestais – do sobreiro, da azinheira, do eucalipto -, mas também de outras actividades, como a cinegética. Portanto, a padronização (pelo VPP dos cultivos herbáceos e arbóreo-arbustivos) das classes de dimensão económica está desfasada da categorização pela superfície total das explorações para a dimensão fundiária. É assim que no universo recenseado se observam unidades de grande dimensão fundiária (200 a 1 000 ha e > 1 000 ha) mas de pequena dimensão económica (≤ 25 mil €, e, até, ≤ 8 mil € de VPP anual²¹⁸) – Q38. Na partição dos recursos [11], para além da dicotomia social e, territorial e económica, entre os agentes de pequenas dimensões económica (≤ 25 mil €) e fundiária (≤ 20 ha) e os de médias e grandes dimensões económica e fundiária, releva-se, aqui, o significado, no âmbito da classe de ≤ 20 ha, das unidades de muito pequena dimensão económica (≤ 8 mil €). Abeiram-se de 15% do universo de explorações contado em Serpa, fruem uma quota do território próxima da modalidade de pequena dimensão económica e fundiária e ultrapassam-na no respeitante ao montado.

A classificação das explorações em função da dimensão económica, determinada em exclusivo pelo valor da produção vegetal e animal (a SAU), obscurece a valia económica efectiva da extensão fundiária (a S. total – os bens dos povoamentos florestais, por ex., não são contabilizados).

²¹⁷ Vd. caderno de informação específico (dados e conceitos) sob o título *Ágro de sequeiro do Baixo Alentejo no limiar de 2020*. Nele se reúnem indicadores, em Serpa e B. Alentejo, relativos às explorações de sequeiro, "exclusivamente de sequeiro" e global. É para esse caderno que remete a numeração entre parêntesis [].

²¹⁸ Com registo exclusivo no sequeiro, no fundamental no "sistema" *exclusivamente de sequeiro*, as unidades com mais de 200 ha de superfície total e DE ≤ 25 mil €, significam no todo das explorações: n.º de explorações – B. Alentejo = 0,4%; Serpa = 0,2%; ST - B. Alentejo = 1,8%; Serpa = 3,4%; Montado - B. Alentejo = 2,6%; Serpa = 0,9%.

Anota-se ainda o hiato entre as quotas de VPP e de ST nas pequenas explorações com média dimensão fundiária (4% e 11%, respectivamente) e nas médias de grande extensão territorial (> 200 a ≤ 1 000 ha). Distanciamento que, como se destacará, se manifesta no baixo rácio da produção unitária da terra (VPP/SAU).

Q38		N.º expl c/ST		UTA Total		VPP total			
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	VPP/ha e VPP/UTA ^(a)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	
			% no total dos "sistemas"						
<i>Sequeiro</i> total			84,6	81,7	62,5	60,1	68,2	58,7	
Total ^(b)			61,6	65,1	25,6	28,1	6,2	11,3	
Pequena [≤ 25]	Pequena	(A)	32,5	39,3	12,0	14,7	2,5	5,4	
		(B)*	13,1	13,4	5,0	4,7	0,9	1,6	
	Média	(B)	14,5	11,6	7,6	7,7	2,5	4,0	
Total ^(b)			14,5	12,8	17,0	19,1	14,8	20,6	
Média [>25 a ≤ 100]	Média	(C)	10,2	10,3	10,6	14,5	8,9	14,7	
	Grande		3,0	1,6	5,5	4,1	4,8	4,9	
Total ^(b)			8,4	3,8	19,8	12,8	47,1	26,9	
Grande [>100]	Grande i	(C)	4,3	2,4	10,4	8,4	16,6	14,8	

^(a) Pequena - ≤ 20 ha, Média - > 20 a ≤ 200 , Grande - > 200 a ≤ 1000 , Grande i - classes >200 a $1\ 000$ ha e $> 1\ 000$ ha; ^(b) Respeita o conjunto das explorações do estrato de DE em referência, para além dos tipos ("significativos") individualizados; ^(c) As médias do valor monetário da produção vegetal e animal por unidade de SAU e de trabalho, UTA, correspondem ao global das explorações dos "sistemas" de *sequeiro* e de *regadio*: (A) VPP/ha > média [767,7 €] e VPP/UTA < média [34 843 €]; (B) VPP/ha e VPP/UTA < média; * Reporta-se a M.to Pequenas Explorações [≤ 8 mil €]; (C) VPP/ha < média e VPP/UTA > média. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

O montado tem a supremacia no tipo de *grande* dimensão económica e fundiária (35%; Q39), não deixando de ser marcante a fração detida pela modalidade de *pequena*

Na tipologia das unidades segundo as dimensões económica (DE) e fundiária (DF), o montado tem a supremacia na grande unidade. Todavia, é marcante a fração detida pela modalidade de pequena dimensão económica e média dimensão fundiária.

dimensão económica e média dimensão fundiária – está no mesmo patamar da *média* dimensão económica e grande extensão fundiária (> 200 a ≤ 1 000 ha). Já no que respeita

à SAU do *sequeiro* ocupada por culturas permanentes, a proporção, na globalidade dos "sistemas", entre a pequena dimensão e a grande é similar (cerca de 9%).

Q39		Sup. total		Montado		SAU c/ Culturas permanentes			
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa		
			% no total dos "sistemas"						
<i>Sequeiro</i> total			85,7	80,3	97,9	95,2	45,2	44,9	
Total ^(b)			16,4	20,8	19,1	21,4	8,4	15,3	
Pequena [≤ 25]	Pequena		1,9	3,8	0,3	0,6	5,0	9,1	
		(B)*	1,7*	2,4	1,0	2,4	1,5	2,6*	
	Média		10,9	11,2	15,2	17,6	1,9	3,6	
Total ^(b)			25,4	29,3	27,9	30,9	11,3	15,9	
Média [>25 a ≤ 100]	Média		12,1	17,8	10,7	13,7	8,3	12,5	
	Grande		12,8	11,3	16,3	17,2	2,4	3,0	
Total ^(b)			43,9	30,2	50,9	42,9	25,5	13,8	
Grande [>100]	Grande i		27,5	23,6	34,4	35,0	7,5	8,5	

Notas: idem quadro anterior. * M.to Peq. Expl (≤ 8 mil €). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

No uso do solo das unidades-tipo ora em observação a ocupação da superfície total por povoamentos florestais (Q40) coincide com a que corresponde ao montado (veja-se, por ex., as unidades de pequenas dimensões em Serpa: 3,2% da superfície total), mas assim não se regista nas explorações de *grande* DE e grande dimensão fundiária - é a expressão do eucalipto a aumentar o peso da superfície de povoamentos florestais. Salienta-se a já referida minguada porção de montado na ocupação do solo das pequenas explorações e o contraponto, adentro da pequena dimensão fundiária, da unidade de *muito pequena* dimensão económica (21% da superfície total).

Q40			SAU/ST		Sup. Povoamentos Florestais/ST		Montado/ST		SAU em sob coberto de Montado/SAU	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	VPP/ha e VPP/UTA ^(a)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
			%							
<i>Sequeiro</i> total			91,6	89,2	24,7	28,5	23,4	25,4	22,0	25,6
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Total ^(b)		86,1	77,0	27,1	32,3	23,9	22,1	20,6	22,3
	Pequena	(A)	96,2	96,6	3,5	3,2	3,3	3,2	2,9	2,9
		(B)*	91,4	89,3	13,5	21,0	12,7	21,0	10,5	18,3
	Média	(B)	87,0	88,0	30,3	34,6	28,5	33,7	24,7	31,1
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Total ^(b)		93,2	93,7	23,3	22,6	22,5	22,6	21,2	21,1
	Média	(C)	95,5	96,9	18,7	16,5	18,2	16,5	17,3	16,8
	Grande		91,6	88,8	26,6	32,6	26,1	32,6	24,4	28,9
<i>Grande</i> [>100]	Total ^(b)		92,8	93,1	24,6	31,5	23,7	30,5	22,9	32,0
	Grande i	(C)	93,6	92,3	26,6	33,2	25,6	31,9	25,6	34,1

^(a) Pequena - ≤ 20 ha, Média - > 20 a ≤ 200 , Grande - > 200 a ≤ 1000 , Grande i - classes >200 a $1\ 000$ ha e $> 1\ 000$ ha; ^(b) Respeita o conjunto das explorações do estrato de DE em referência, para além dos tipos ("significativos") individualizados; ^(c) As médias do valor monetário da produção vegetal e animal por unidade de SAU e de trabalho, UTA, correspondem ao global das explorações dos "sistemas" de *sequeiro* e de *regadio*: (A) VPP/ha > média [767,7 €] e VPP/UTA < média [34 843 €]; (B) VPP/ha e VPP/UTA < média; * Reporta-se a M.to Pequenas Explorações [≤ 8 mil €]; (C) VPP/ha < média e VPP/UTA > média. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

A singularidade de Serpa advinda da SAU ocupada por culturas permanentes ficou sublinhada e percebe-se também na classificação das explorações sob as vertentes económica e fundiária. Observe-se a sua importância nas modalidades segregadas (por ex., nas unidades de pequenas DE e fundiária: 70% em Serpa vs. 53,5% na média do B.

Muito pequenas explorações (< 8 mil € ano): SAU = a olival (tradicional), pastagens permanentes, pequenos ruminantes; e na ST conta com cerca de 20% de montado.

Alentejo) – Q41. Ressalta ainda a individualidade de Serpa no tocante à supremacia do olival, face a outros cultivos arbóreo

arbustivos, em especial nos grupos de explorações de média e grande DE e de grande dimensão fundiária (nas grandes unidades, o olival na superfície de culturas permanentes supera os 90% em Serpa e conta-se em 65% no B. Alentejo).

Q41			VPP/ha e VPP/UTA ^(a)	SAU c/ Culturas permanentes/SAU		Sup. Olival/SAU c/ Culturas permanentes		Sup. Olival tradicional /Sup. Olival	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)			B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
			%						
<i>Sequeiro</i> total			11,3	17,7	60,8	94,6	50,5	63,6	
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Total ^(b)		11,8	26,9	92,7	99,2	71,7	72,2	
	Pequena	(A)	53,5	70,3	91,4	99,3	71,6	71,9	
		(B)*	18,9	33,7	96,1	98,8	74,0	71,9	
	Média	(B)	4,0	10,2	95,3	99,2	70,5	73,0	
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Total ^(b)		9,3	16,3	83,2	96,0	51,3	61,4	
	Média	(C)	14,2	20,3	86,8	95,8	57,8	67,1	
	Grande		4,0	8,3	78,9	100,0	25,0	37,4	
<i>Grande</i> [>100]	Total ^(b)		12,3	13,8	40,3	88,1	33,7	55,6	
	Grande i	(C)	5,7	11,0	65,2	92,3	36,2	58,7	

Notas: idem quadro anterior. * M.to Pequ. Expl (≤ 8 mil €). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

O peso relativo dos prados e pastagens permanentes – a par com as culturas permanentes, a outra grande componente da SAU, como ocupações do solo diferenciadoras das modalidades de explorações - mostra a influência da dimensão fundiária no crescimento da respectiva expressão; veja-se, para Serpa, como exemplo no quadro da *pequena* DE, a discrepância entre os 15% no estrato de ≤ 20 ha e os mais de 60% na média dimensão fundiária. Constate-se ainda a situação das *muito pequenas* explorações (≤ 8 mil €) onde quase metade da SAU é de pastagens permanentes (perto de 40% são pobres).

Q42		SAU c/ prados e past. permanentes		SAU c/ prados e past. permanentes pobres		SAU c/ prados e past. perman pobres em terra limpa	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	% na SAU					
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> total		54,4	47,0	43,2	33,3	25,4	14,8
Total ^(b)		56,4	50,7	48,7	36,3	29,8	17,7
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Pequena	16,5	14,9	13,9	12,6	10,0	7,9
		38,5*	49,1*	32,3	38,5*	23,0	22,4*
	Média	64,1	62,8	56,3	45,7	34,0	20,8
Total ^(b)		49,9	43,4	42,9	34,2	24,9	17,3
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Média	40,2	37,8	31,7	28,5	18,2	15,0
	Grande	59,5	53,4	53,8	44,3	32,2	21,4
Total ^(b)		56,2	48,5	41,5	30,6	24,2	10,8
<i>Grande</i> [>100]	Grande i	58,0	53,0	43,8	35,1	25,4	13,5

Notas: idem quadro anterior. * M.to Peq. Expl (≤ 8 mil€). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Na composição dos gados, a maior relevância, destacada acima, dos pequenos ruminantes em Serpa, no confronto com o B. Alentejo, emerge também nesta classificação das explorações (Q43); excepciona-se a grande exploração com os bovinos a atingirem uma proporção perto de 80%, que compara com cerca de 70% no B. Alentejo. Repara-se na quase ausência de bovinos nas unidades de pequenas dimensões económica e fundiária, que compara com a envergadura da quota de ovinos e caprinos (85% do total dos gados), e como ganham influência com o aumento da DE e dos estratos de superfície total.

Q43		CN Bovinos		CN Ovinos e caprinos	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total)	% nas CN total ^(a)			
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> total		60,6	57,8	24,9	35,8
Total ^(a)		17,8	13,3	73,1	77,4
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Pequena [≤ 20]	12,3	2,4	77,6	85,4
		4,2*		76,7	85,7
	Média [> 20 a ≤ 200]	25,1	24,5	68,0	68,3
Total ^(a)		59,9	47,7	35,7	48,2
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Média [> 20 a ≤ 200]	56,8	45,0	37,5	50,2
	Grande [> 200 a ≤ 1000]	69,2	56,4	28,6	42,7
Total ^(a)		65,2	76,2	16,0	16,4
<i>Grande</i> [>100]	Grande ^(b) [> 200]	70,8	77,0	21,8	13,5

^aMuito pequenas explorações (≤ 8 mil €); ^(a) Respeita o conjunto das explorações do estrato de DE em referência, para além dos tipos ("significativos") individualizados; ^(b)Inclui as explorações das classes >200 a 1 000 ha e $> 1 000$ ha; ^(c)Total de herbívoros e granívoros. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Por sua vez, os valores dos indicadores da produção por unidade de superfície e de trabalho – e a sua ligação ao rácio SAU/UTA – vinculam a individualidade das modalidades em apreço. Atente-se, em Serpa, na diferença nas explorações de *média* DE entre a média e a grande dimensão fundiária: nesta, a disponibilidade de terra por unidade de trabalho (124,5 ha) – que mais do que duplica a SAU/UTA da classe de 20 a 200 ha – compensa o diferencial (inferior em quase 60%) do VPP/SAU, e, assim, possibilita a proximidade dos VPP/UTA.

E, na agregação classificativa das explorações pelas vertentes DE e dimensão fundiária, a vista do peso relativo dos beneficiários de ajudas públicas permite realçar a clivagem, forte, entre o estrato das pequenas dimensões, económica e física, e os demais: enquanto naquelas cerca de 30% declaram não beneficiar de ajudas da PAC, nas *médias* e nas *grandes* explorações é inexpressiva a fração dos não beneficiados (Q45).

Q44		VPP/ha e VPP/UTA ^(a)	VPP/ha SAU		VPP/UTA Total		SAU/UTA		
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	
		mil €						ha	
<i>Sequeiro total</i>		0,66	0,57	47,37	34,06	71,7	59,8		
Total^(b)		0,34	0,49	10,57	13,96	31,4	28,5		
<i>Pequena</i> [≤ 25]	(A)	1,04	1,03	9,07	12,87	8,7	12,5		
	(B)*	0,44*	0,51	7,59	11,74	17,3	23,2*		
	(B)	0,20	0,28	14,30	17,89	71,2	63,9		
Média		(B)							
Total^(b)		0,48	0,52	37,79	37,53	79,4	72,1		
<i>Média</i> [≥ 25 a ≤ 100]	Média	0,59	0,59	36,51	35,41	61,9	59,7		
	Grande	0,31	0,34	37,34	41,91	121,1	124,5		
	Total^(b)	0,88	0,66	103,15	72,95	117,4	109,8		
<i>Grande</i> [≥ 100]	Grande i	0,49	0,47	69,52	61,36	142,2	129,8		

^(a) Pequena - <= 20 ha, Média - > 20 a <= 200, Grande - > 200 a <= 1000, Grande i - classes >200 a 1 000 ha e > 1 000 ha; ^(b) Respeita ao conjunto das explorações do estrato de DE em referência, para além dos tipos ("significativos") individualizados; ^(c) As médias do valor monetário da produção vegetal e animal por unidade de SAU e de trabalho, UTA, correspondem ao global das explorações dos "sistemas" de *sequeiro* e de *regadio*: (A) VPP/ha > média [767,7 €] e VPP/UTA < média [34 843 €]; (B) VPP/ha e VPP/UTA < média; * Reporta-se a M.to Pequenas Explorações [≤ 8 mil €]; (C) VPP/ha < média e VPP/UTA > média. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q45		ST/expl		SAU em Arrendamento		Benef. Ajudas/N.º expl. c/ SAU	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
		ha		% da SAU ^(c)		%	
<i>Sequeiro total</i>		76,3	49,4	18,1	20,9	82,0	77,9
Total^(b)		20,0	16,0	9,2	9,1	76,4	73,1
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Pequena	4,4	4,8	3,7	3,5	69,5	66,9
		9,6*	9,1	4,3	2,8*	78,1	74,6*
	Média	56,6	48,7	10,7	10,5	90,7	92,1
Total^(b)		131,8	115,3	18,8	21,7	96,1	96,0
<i>Média</i> [≥ 25 a ≤ 100]	Média	89,4	87,0	18,9	18,6	96,9	98,0
	Grande	324,9	350,4	19,3	27,2	99,3	100,0
	Total^(b)	394,0	398,8	20,8	26,8	98,4	98,7
<i>Grande</i> [≥ 100]	Grande i	484,5	497,4	24,3	26,9	100,0	100,0

^(a) Muito pequenas explorações (≤ 8 mil €); ^(b) e ^(c) Vd. quadro anterior; ^(d) Arrendamento fixo - o remanescente corresponde a outras formas de acesso à terra, no fundamental, a conta própria. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Arrendamento: maior expressão na grande dimensão fundiária da média e grande dimensão económica.

económica (em redor de 27%) – sendo que nestes tipos de exploração a proporção de SAU arrendada em Serpa suplanta a contada no B. Alentejo.

Quanto à forma de acesso à terra: a relevância do recurso ao arrendamento robustece-se na grande dimensão fundiária quer da *média*, quer da *grande* dimensão

Conclui-se o descritivo das modalidades definidas pelas dimensões económica e fundiária com a observação da composição da mão-de-obra interveniente nas tarefas agrícolas (Q46). Aponta-se em Serpa: (i) a clivagem entre a *pequena* dimensão económica (menos de uma UTA/exploração) e os dois outros estratos de DE; (ii) a quebra acentuada do participação do trabalho familiar entre a *média* dimensão económica de média e de grande dimensão fundiária; (iii) acompanhada com o robustecimento do desempenho dos assalariados permanentes (de 50% para mais de 70% na *média* DE da classe de > 200 a ≤ 1 000ha – quase ao nível das explorações de grandes dimensões – Q47); (iv) o registo,

Nas unidades de pequena e média dimensões, económica (≤ 100 mil €) e fundiária (≤ 200 ha), predomina o trabalho familiar; é na passagem para a exploração de média DE e grande dimensão fundiária – e se acentua nas grandes – que o assalariamento se sobrepõe, forte, à prestação do trabalho familiar.

no âmbito das unidades de trabalho não familiares, da supremacia do assalariamento eventual face ao trabalho por via da prestação de serviços nas unidades de pequenas e de médias dimensões – tanto na *média* dimensão económica de grande dimensão fundiária como no tipo de grandes dimensões a constatação é a do equilíbrio entre aquelas duas vias de trabalho; (v) o recurso ao trabalho contratado a empresas impõe-se na contagem das UTA de prestação de serviços, quer na *média* DE de grande dimensão física, quer nas unidades de grandes dimensões - constituindo vertente diferenciadora face aos tipos de menores dimensões.

Q46		UTA/Expl. (n.º total)		UTA Não Familiar/UTA (%)		MO Eventual e Prest. Serviços/UTA não Familiar (%)	
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> total		1,0	0,7	46,4	37,4	34,6	36,6
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Total ^(b)	0,5	0,4	14,3	12,9	56,8	59,1
	Pequena	0,5*	0,3	10,5	9,0	67,2	71,2
	Média	0,7	0,7	12,5	13,9	50,5	46,2*
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Total ^(b)	1,5	1,5	19,7	15,1	52,3	47,1
	Média	1,4	1,4	52,8	45,3	38,0	42,2
	Grande	2,5	2,5	44,9	39,8	49,6	49,7
<i>Grande</i> [>100]	Total ^(b)	3,1	3,4	72,4	68,4	24,2	26,9
	Grande i	3,2	3,5	82,4	79,2	27,7	23,8
		3,2	3,5	79,9	82,9	27,7	23,6

*Muito pequenas explorações (≤ 8 mil €).^(b) e ^(b) Vd. quadro anterior; Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q47		% nas UTA não Familiar de MO					
DEconómica (mil € em VPP)	DFundiária (ha Sup. Total) ^(a)	Eventual		Contrat. para a prest. de serviços (total) ^(c)		Contrat. a empresas de trab. temporário	
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> total		24,3	24,8	10,3	11,8	2,8	6,1
<i>Pequena</i> [≤ 25]	Total ^(b)	40,6	44,1	16,1	14,9	2,3	4,3
	Pequena	52,3	52,5	14,8	18,6	2,7	5,8
	Média	32,6*	34,4	18,0	11,7	2,4*	1,6*
<i>Média</i> [>25 a ≤ 100]	Total ^(b)	34,2	30,5	18,1	16,6	2,2	5,8
	Média	27,1	30,6	10,9	11,5	3,1	5,7
	Grande	35,9	38,5	13,6	11,3	4,0	4,3
<i>Grande</i> [>100]	Total ^(b)	16,4	14,4	7,8	12,5	2,0	8,9
	Grande i	19,1	13,0	8,6	10,8	2,7	7,2
		17,9	12,6	9,8	11,0	2,6	7,4

^(a) Pequena - ≤ 20 ha, Média - > 20 a ≤ 200 , Grande - > 200 a ≤ 1000 , Grande i - classes >200 a $1\ 000$ ha e $> 1\ 000$ ha; ^(b) Respeita ao conjunto das explorações do estrato de DE em referência, para além dos tipos ("significativos") individualizados; ^(c) Inclui as UTA contratadas a empresas de trabalho temporário; * Reporta-se a M.to Pequenas Explorações [≤ 8 mil €]. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

5. tipos de unidade agrícola – as dimensões natureza dos agentes, económica e fundiária

Examina-se neste último ponto a imbricação das três dimensões eleitas para a individualização e caracterização das unidades agrícolas [12].

Dá-se conta, em primeiro lugar, do significado das modalidades mais relevantes no *sequeiro*:

(i) as modalidades individualizadas congregam, em Serpa – a geografia padrão, recorda-se, também para o B. Alentejo –, quase 70% das unidades agrícolas, perto de 50% das UTA e um pouco mais de 35% do VPP, 65% da superfície total e acima de 80% da extensão de montado; (ii) sendo clara a supremacia, do ponto de vista territorial e da economia da produção vegetal e animal (VPP), da exploração não familiar de grande e

Q48 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola			N.º expl c/ST		UTA Total		Sup. total		VPP total	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica (€)	Dimensão fundiária (ST; ha)		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
			% no total dos "sistemas"							
Sequeiro Total			84,6	81,7	62,5	60,1	85,7	80,3	68,2	58,7
Familiar	Pequena (<= 25 mil)	Pequena (<20)	40,4	47,1	14,7	16,8	3,0	5,2	2,7	5,7
		Média (20-200)	11,1	8,8	5,4	5,7	8,2	8,4	1,8	3,0
	Média (> 25 mil a <= 100 mil)	Média (+) e Grande	6,5	6,5	5,7	8,2	10,1	14,5	5,7	9,3
	Grande (> 100 mil a <= 500 mil)	Média e Grande (>200)	1,9	0,6	1,2	0,8	4,5	2,4	6,4	2,3
Não Familiar	Média (empresário e sociedade)	Média e Grande (+)	3,4	3,3	5,0	6,2	6,4	8,8	3,4	5,6
	Grande (só empresário)	Média e Grande	1,5	0,7	3,2	1,7	7,4	3,1	5,1	3,2
	Grande e M. ¹⁰ Grande ^(b) (> 500 mil)	Grande (>200)	2,2	2,0	7,3	9,0	15,6	22,7	11,5	18,3

^(a) Individualizam-se as explorações "significativas" em cada um dos cinco "sistemas" em Serpa; por conseguinte, o somatório dos pesos percentuais dos valores das variáveis indicadas não coincide com os respectivos totais (sequeiro total, exclusivo sequeiro e o total de sequeiro e regadio - excluem-se as explorações sem SAU); ^(b) Enquanto a grande DE inclui as figuras de empresário e de sociedade, a m.¹⁰ grande tem o estatuto exclusivo de sociedade; (+) = predomínio de classe. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

A observação das unidades agrícolas pela conjugação do tipo de agente, da dimensão económica (DE) e da extensão do fundiário individualiza sete modalidades de exploração no sequeiro de Serpa/B. Alentejo: (A₁) Familiar, pequena DE (≤ 25 mil €), pequena dimensão fundiária (< 20 ha); (A₂) Familiar, pequena DE, média dimensão fundiária (20 a 200 ha); (A₃) Familiar, média DE (> 25 a ≤ 100 mil €), de média (predominante) e grande (> 200 ha) dimensão fundiária; (A₄) Familiar, grande DE (>100 a ≤ 500 mil €), de média e grande dimensão fundiária. (B₁) Não Familiar (empresário e sociedade), média DE, média e grande (predominante) dimensão fundiária; (B₂) Não Familiar (só empresário), grande DE, média e grande dimensão fundiária; (B₃) Não Familiar, grande e muito grande (> 500 mil €) DE, grande dimensão fundiária.

muito grande dimensão económica (DE) e de grande dimensão fundiária, destaca-se na sua proximidade, em superfície total, a unidade familiar de média DE e média (predominante) e grande dimensão fundiária (cerca de 15% da superfície total, que compara com 23% daquela modalidade); (iii) a grande/m.¹⁰ grande unidade não familiar situa-se no topo da fruição do montado (35% do total dos "sistemas" - Q49), não deixando de ser expressivas as quotas, quer das médias explorações não familiares de média dimensão física (14,5%), quer das unidades familiares de pequena DE e média dimensão fundiária, quer, ainda, das também familiares, de média DE e de média dimensão fundiária; (iv) por fim, o destaque para o peso relativo, similar (9%), da superfície de culturas permanentes na grande e muito grande exploração não familiar e na exploração familiar de pequena DE (≤ 25 mil €) e pequena dimensão fundiária (< 20 ha).

Q49 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola			Montado		SAU c/ Culturas permanentes	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)	Dimensão fundiária (ST; ha)		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
			% no total dos "sistemas"			
Sequeiro Total			97,9	95,2	45,2	44,9
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	1,2	2,7	4,9	9,1
		(II) 20-200	11,2	12,4	1,2	2,2
	(B) Média	(III i)	9,7	10,7	3,0	4,3
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	3,4	2,3	4,6	0,9
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	8,6	14,5	3,3	5,6
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	7,9	3,8	2,3	2,0
	(D) Grande e M. ¹⁰ Grande	(IV) >200	21,1	35,1	6,9	9,4

^(a) Idem quadro anterior. ^(b) (A) Pequena - ≤ 25 mil € de VPP ano, (B) Média - > 25 mil a <= 100 mil, sendo (Bi) - de produtores empresários e sociedades, (C) Grande - > 100 mil a <= 500 mil, sendo (C i) só de produtor empresário, (D) Grande e M.to Grande, sendo que a DE de > 100 mil a <= 500 mil engloba as figuras de empresário e de sociedade e a m.¹⁰ grande (> 500 mil € de VPP anual) tem o estatuto exclusivo de sociedade. ^(c) (I) Pequena - <20 ha, (II) Média - 20-200 ha, (III) Média e Grande, sendo que em (III i) Média (+) e Grande, predomina a Média e em (III ii) Média e Grande (+) predomina a Grande (classe com >200 ha). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

No que respeita à organização interna/aparelho produtivo das modalidades em apreço, observa-se de imediato o uso do solo (Q50). É a vista da importância das extensões de povoamentos florestais (sobretudo, o montado), de SAU com culturas permanentes e com pastagens permanentes, tendo presente que a SAU remanescente é dedicada aos cultivos temporários/anuais (e pousios). Sobreleva-se: (i) a singularidade de Serpa no seio do B. Alentejo no que respeita: (i1) à superioridade da proporção da superfície de povoamentos florestais, em coincidência com o montado, na superfície total – assim não ocorre na exploração *familiar* de *média* dimensão económica (DE) e *média/grande* dimensão fundiária; (i2) superioridade, também, na quota de SAU com culturas permanentes (olival) – com o destaque acima de 50% na pequena exploração *familiar* (Q51); (ii) o forte contraste no peso relativo da SAU em sob coberto de montado entre a pequena e *média* dimensão fundiária das explorações *familiares* de *pequena* dimensão económica (de cerca de 10%, compara com 30% - Q50); (iii) a relevância de outros cultivos arbóreo-arbustivos, que não o olival, na unidade agrícola *familiar* de *grande* DE e *média/grande* dimensão fundiária (cerca de 60%, que compara com 5% na *média* do *sequeiro*); (iv) a inferior importância do olival *tradicional* nas unidades não familiares de *grande* e de *grande e muito grande* DE.

Q50 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola		Superfície Agrícola Utilizada (SAU)/ST		Sup. Povoamentos Florestais/ST		Montado/ST		SAU em sob coberto de Montado/SAU		
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)		Dimensão fundiária (ST; ha)		%						
Sequeiro Total		91,6	89,2	24,7	28,5	23,4	25,4	22,0	25,6	
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	93,7	93,9	8,8	11,3	8,3	11,3	6,9	9,8
		(II) 20-200	87,0	88,2	29,7	32,6	27,8	31,5	24,3	29,8
	(B) Média	(III i)	95,8	96,9	20,1	15,9	19,7	15,9	19,0	16,1
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	92,8	97,1	16,2	20,9	15,2	20,7	13,0	20,2
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	93,1	88,1	28,0	35,5	27,8	35,5	25,4	30,7
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	93,3	97,6	23,3	26,4	21,7	26,4	21,4	27,1
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(IV) >200	95,0	91,7	28,2	34,5	27,7	33,1	28,2	35,3

Notas: Idem quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q51 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola		SAU c/ Culturas permanentes/SAU		Sup. Olival/SAU c/ Culturas permanentes		Sup. Olival tradicional /Sup. Olival		
		B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)		Dimensão fundiária (ST; ha)		%				
Sequeiro Total		11,3	17,7	60,8	94,6	50,5	63,6	
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	34,4	52,5	92,8	99,0	73,4	72,3
		(II) 20-200	3,2	8,3	95,8	98,9	77,8	75,8
	(B) Média	(III i)	6,0	8,7	82,1	95,6	58,8	69,9
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	21,5	10,8	8,4	39,0	78,4	70,7
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	11,0	20,4	88,8	94,7	59,1	67,9
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	6,5	19,2	58,2	98,4	45,7	41,0
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(IV) >200	9,2	12,7	74,8	89,7	26,3	57,9

Notas: Idem quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Quanto à inserção dos prados e pastagens permanentes, as constatações: (i) genericamente, o menor peso relativo em Serpa das pastagens pobres, o que é mencionar, em contraponto, a maior influência das pastagens semeadas e ou espontâneas melhoradas – com especial ênfase nas explorações de grande DE e *média/grande* dimensão fundiária de natureza familiar e não familiar (Q52); (ii) maior realce das pastagens pobres, no cômputo das pastagens, nas unidades de *pequena* DE familiares e nas de *média* DE de natureza não familiar.

Pela composição dos gados, e na dicotomia bovinos-pequenos ruminantes, é bem expressivo o contraste: (i) no âmbito das modalidades, tanto *familiar* como não familiar, com o aumento da DE (e da dimensão fundiária) aumenta o impacto da bovinicultura

e declina o relevo dos pequenos ruminantes (Q53); (ii) vejam-se, em especial, os pesos relativos dos pequenos ruminantes na exploração de *pequena DE familiar* (acima de 70%) e dos bovinos na unidade não familiar de *grande e muito grande* dimensão económica (80%).

Q52 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola				SAU c/ prados e pastagens permanentes/SAU		SAU c/ prados e past. permanentes em T. limpa/SAU		SAU c/ prados e past. Perm. pobres em T. limpa/SAU		
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)		Dimensão fundiária (ST; ha)	B. Alentejo		Serpa		B. Alentejo		Serpa	
			%							
Sequeiro Total			54,4	47,0	43,2	33,3	25,4	14,8		
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	29,4	31,4	25,0	25,1	18,0	14,9		
		(II) 20-200	64,5	61,9	57,9	43,6	35,9	21,9		
	(B) Média	(III i)	46,4	40,3	39,8	30,6	24,3	18,2		
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	45,4	41,0	37,5	17,4	25,1	13,9		
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	55,0	55,4	45,8	50,3	24,6	22,2		
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	52,3	45,6	38,3	23,2	22,7	3,1		
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(IV) >200	58,0	52,0	41,6	35,1	22,7	12,4		

(a) Idem quadro anterior. (b) (A) Pequena - <= 25 mil € de VPP ano, (B) Média - > 25 mil a <= 100 mil, sendo (B) - de produtores empresariais e sociedades, (C) Grande - > 100 mil a <= 500 mil, sendo (C i) só de produtor empresário, (D) Grande e Mto Grande, sendo que a DE de > 100 mil a <= 500 mil engloba as figuras de empresário e de sociedade e a mto grande (> 500 mil € de VPP anual) tem o estatuto exclusivo de sociedade. (c) (I) Pequena - <20 ha, (II) Média - 20-200 ha, (III) Média e Grande, sendo que em (III i) Média (+) e Grande, predomina a Média e em (III ii) Média e Grande (+) predomina a Grande (classe com >200 ha). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q53 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola				CN Bovinos/CN total		CN Ovinos e caprinos/CN total				
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)		Dimensão fundiária (ST; ha)	B. Alentejo		Serpa		B. Alentejo		Serpa	
			%							
Sequeiro Total			60,6	57,8	24,9	35,8				
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	11,1	2,1	77,4	85,0				
		(II) 20-200	24,2	23,8	70,7	70,4				
	(B) Média	(III i)	52,1	42,4	43,9	53,6				
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	55,1	72,8	33,3	20,9				
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	68,3	45,8	25,3	48,6				
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	65,9	63,8	27,8	35,1				
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(IV) >200	76,5	79,6	16,6	11,1				

Notas: Id. quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Quanto aos proventos económicos das modalidades segregadas salienta-se (Q54): (i) a individualidade da pequena exploração *familiar*, também da grande unidade familiar no B. Alentejo (mas não em Serpa), no tocante à superioridade²¹⁹ da produção unitária da terra e ao menor valor do indicador VPP/UTA; (ii) a conjugação das produções unitárias da terra e do trabalho abaixo das médias de referência nas unidades familiar de pequena dimensão económica (DE) e de média dimensão fundiária e na não familiar de média DE e de média/grande dimensão fundiária; (iii) na média e grande DE de natureza familiar e nas unidades não familiares de grande e de grande e muito grande DE a elevada disponibilidade de terra (SAU/UTA²²⁰), impulsiona, para bem acima da média, as respectivas medidas dos VPP/UTA; (iv) em contraponto, nestas últimas modalidades, os VPP/ha são inferiores à média e, por conseguinte, sinaliza-se a extensificação.

Diferença assinalável entre unidades familiares e não familiares respeita às frações apoiadas pelas ajudas públicas (Q54): pouco acima do limiar de 65% na pequena, que compara com a totalidade dos universos da grande e da grande e muito grande DE de natureza não familiar.

Sob a perspectiva das formas de exploração a forte clivagem ocorre entre, por um lado, a exploração *familiar* de *pequena* DE, sobretudo, a de pequena dimensão fundiária, e a exploração não familiar (com o estatuto de *empresário*) de *grande* DE e média/

²¹⁹ Em comparação com as médias do conjunto das explorações, em Serpa, dos sistemas de *sequeiro* e de *regadio*: VPP/ha - 0,77 mil €; VPP/UTA - 34,8 mil €. Vd. Quadro 10 e o caderno de informação específico na *Web Agro* de *sequeiro* do Baixo Alentejo no limiar de 2020.

²²⁰ Retenham-se os valores da média dos "sistemas" (SAU/UTA): 45,4 ha em Serpa e 52,6 ha no B. Alentejo.

grande extensão fundiária e, por outro lado, as quatro outras modalidades: naquelas, a conta-própria (junta com as cedências informais de terras) cifra-se em redor e acima de 90% da SAU (Q55); nas demais, o arrendamento fixo abeira-se e supera mesmo a quota de 20%.

Q54 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola			VPP total/ha SAU		VPP total/UTA		SAU/UTA		Beneficiários de Ajudas/N.º expl. c/ SAU	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)	Dimensão fundiária (ST; ha)		mil €		ha		%		B. Alentejo	Serpa
			B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa		
Sequeiro Total			0,66	0,57	47,4	34,1	71,7	59,8	82,0	77,9
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	0,74	0,82	8,1	11,9	10,9	14,5	70,4	66,2
		(II) 20-200	0,19	0,28	14,6	18,2	75,5	65,1	91,2	92,5
	(B) Média	(III i)	0,45	0,46	43,5	39,4	97,6	85,9	97,1	97,7
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	1,16	0,69	232,6	102,6	200,0	147,8	96,3	90,9
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	0,43	0,50	29,2	31,3	67,8	62,5	97,6	98,5
		(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	0,56	0,75	69,7	67,8	124,3	90,4	100
	(D) Grande e M.º Grande	(IV) >200	0,59	0,61	68,5	71,0	116,2	116,5	100	100

(a) Idem quadro anterior. (b) (A) Pequena - <= 25 mil € de VPP ano, (B) Média - > 25 mil a <= 100 mil, sendo (Bi) - de produtores empresários e sociedades, (C) Grande - > 100 mil a <= 500 mil, sendo (C i) só de produtor empresário, (D) Grande e M.to Grande, sendo que a DE de > 100 mil a <= 500 mil engloba as figuras de empresário e de sociedade e a m.to grande (> 500 mil € de VPP anual) tem o estatuto exclusivo de sociedade. (c) (I) Pequena - <20 ha, (II) Média - 20-200 ha, (III) Média e Grande, sendo que em (III i) Média (+) e Grande, predomina a Média e em (III ii) Média e Grande (+) predomina a Grande (classe com >200 ha). Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Q55 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola				ST/expl		SAU em Arrendam. fixo/SAU	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)	Dimensão fundiária (ST; ha)			ha		%	
				B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
Sequeiro Total				76,3	49,4	18,1	20,9
Familiar	(A) Pequena	(I) <20		5,6	5,5	4,1	3,4
		(II) 20-200		55,8	48,0	10,3	11,3
	(B) Média	(III i)		116,9	111,1	23,1	25,1
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200		177,5	212,4	25,7	18,5
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)		142,5	131,8	15,0	21,3
		(C i) Grande	(III) 20-200 e >200		372,7	233,3	20,1
	(D) Grande e M.º Grande	(IV) >200		538,0	577,4	22,7	27,2

Notas: Id. quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Termina-se o retrato com o exame da mão-de-obra mobilizada nas modalidades estabelecidas [12]. Anota-se (Q56): (i) a singularidade da *pequena* exploração *familiar*, tanto de pequena como de média dimensão fundiária, pela execução das tarefas agrícolas a cargo de menos de uma unidade de trabalho anual (UTA), na sua quase totalidade de proveniência do agregado doméstico; (ii) a *média* e *grande* unidade *familiar* já emprega mais de uma UTA, maioritariamente também de origem familiar, embora com alguma, parca, proporção de

A média e grande exploração familiar emprega mais de 1 UTA com muito forte envolvimento do trabalho familiar. Nas explorações de natureza não familiar (empresários e sociedades) prepondera o desempenho dos assalariados permanentes e, por conseguinte, as quotas de trabalho temporário (eventuais e por via da prestação de serviços) situam-se a níveis inferiores às modalidades familiares; emerge a relevância da contratação a empresas de trabalho temporário nas explorações de grande e grande e muito grande dimensão económica.

Q56 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola				UTA/Expl. (n.º total)		UTA Não Familiar/UTA (%)		M.O. Eventual e Prest. Serviços/UTA Não Familiar ^(d)	
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)	Dimensão fundiária (ST; ha) ^(c)		N.º		%				
			B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	
Sequeiro Total				1,0	0,7	46,4	37,4	34,6	36,6
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	0,5	0,4	2,5	2,6	99,5	98,6	
		(II) 20-200	0,6	0,7	3,1	2,2	100	100	
	(B) Média	(III i)	1,1	1,3	5,1	4,5	97,4	86,2	
	(C) Grande	(III) 20-200 e >200	0,8	1,4	7,6	7,1	91,6	100	
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	2,0	1,9	89,2	84,6	32,4	35,8	
		(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	2,8	2,5	71,0	68,7	35,4	32,7
	(D) Grande e M.º Grande	(IV) >200	4,4	4,5	95,3	90,3	22,3	20,8	

^(a) Idem quadro anterior. ^(b) (A) Pequena - <= 25 mil € de VPP ano, (B) Média - > 25 mil a <= 100 mil, sendo (Bi) - de produtores empresários e sociedades, (C) Grande - > 100 mil a <= 500 mil, sendo (C i) só de produtor empresário, (D) Grande e M.to Grande, sendo que a DE de > 100 mil a <= 500 mil engloba as figuras de empresário e de sociedade e a m.to grande (> 500 mil € de VPP anual) tem o estatuto exclusivo de sociedade. ^(c) (I) Pequena - <20 ha, (II) Média - 20-200 ha, (III) Média e Grande, sendo que em (III i) Média (+) e Grande, predomina a Média e em (III ii) Média e Grande (+) predomina a Grande (classe com >200 ha). ^(d) A quota remanescente (de 100) corresponde a assalariados permanentes; (+) = predomínio de classe. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

assalariamento permanente na *média* DE; (iii) nas modalidades de natureza não familiar (com UTA/exploração na beira e acima das 2 unidades) o contributo dos assalariados permanentes, no cômputo do trabalho não familiar, ronda e até supera os 65%; (iv) nestas últimas modalidades, onde a importância da mão-de-obra por via da contratação de serviços se situa claramente em níveis inferiores ao registo nas modalidades *familiares*, evidencia-se a maior expressão ao recurso a empresas de trabalho temporário – em especial nas unidades de *grande* (empresário) e de *grande e muito grande* dimensão económica (cerca de 70% da mão-de obra contratada para a prestação de serviços na exploração – Q57).

Q57 - Modalidades ^(a) de exploração agrícola			% nas UTA não Familiar de MO					
Natureza jurídica e Trabalho e Dimensão económica ^(b)	Dimensão fundiária (ST; ha) ^(c)	Eventual	Contratada para a prest. de serviços na expl. (total)		Contratada a empresas de trab. temporário			
			B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa	B. Alentejo	Serpa
<i>Sequeiro</i> Total			24,3	24,8	10,3	11,8	2,8	6,1
Familiar	(A) Pequena	(I) <20	54,2	61,6	45,3	37,0	5,2	3,8
	(B) Média	(II) 20-200	38,6	53,1	61,4	46,9	4,8	2,4
	(C) Grande	(III i) 20-200 e >200	51,7	53,1	45,7	33,1	3,1	2,9
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(III ii) 20-200 e >200	38,8	40,7	52,8	59,3	1,4	4,1
Não Familiar	(B i) Média	(III ii)	23,1	28,3	9,3	7,5	3,3	2,1
	(C i) Grande	(III) 20-200 e >200	24,3	11,7	11,0	21,1	2,5	14,5
	(D) Grande e M. ^{to} Grande	(IV) >200	12,7	11,2	9,5	9,6	3,2	6,6

Notas: Id. quadro anterior. Fonte: INE, RA2019 (ap. esp.).

Nota final

O *arquipélago* irrigável (o foco no *Alqueva*) está no “centro do mundo” - da mediatização de políticas, dos mercados - da terra, da água...; contudo, e como grande destaque conclusivo, é o *mar*, extenso, de “sistemas” de *sequeiro* (onde se impõe o agro silvo pastoril) que cobre o território de Serpa e do Baixo Alentejo.

No chão da árvore e ou da cabeça de gado está a unidade primária “agrícola” – são os seus agentes, com as inerentes e diferenciadas especificidades económicas que moldam esse “mar”.

Foram as explorações agrícolas o objeto central deste texto. Caracterizaram-se sob as perspectivas fundiária, dos agentes, da dimensão económica, de per si e conjugadas.

Do que ficou anotado, sublinha-se para o porvir, também do legado do ISC, uma segunda conclusão: à entrada da década de 2020 nas *agriculturas* de Serpa (e do B. Alentejo) a modalidade *familiar*, com relevância da de pequena e média dimensões económica e fundiária, acantona-se no *sequeiro* e determina a sua gestão.

Serpa, que és minha terra, ...²²¹

José Ferragolo da Veiga²²²

Introdução

O lugar onde nascemos é um dos elementos de identificação pública individual que para sempre nos acompanha - Inocêncio de Jesus Seita Coelho natural de Vale da Vargo, concelho de Serpa - e onde se começa a organizar a ação do Estado.

Lugar é o sítio no espaço de localização de atividades e o contexto físico e social onde se desenvolve a vida quotidiana e se estruturam as relações sociais, construindo valores, normas, comportamentos, atitudes. Das diferentes localizações e contextos (locais) resultam particularidades espaço-temporais que diferenciam os lugares, gerando uma terceira dimensão, neste caso subjetiva, designada por sentimento de lugar, que traduz a identidade social e cultural e o sentimento individual de pertença ao lugar.

Resulta daqui uma definição de lugar, com três dimensões: localização; local e sentimento de lugar que podem ser avaliadas empiricamente, permitindo determinar os seus efeitos sociais, económicos, políticos e culturais²²³.

A importância hoje atribuída ao conceito de lugar e aos seus efeitos próprios, como dimensão espaço-temporal, está no facto de ser concebido como o resultado particular de processos inseridos em conjuntos mais vastos de relações sociais e fluxos económicos e não como um conceito estático, com fronteiras definidas e rígidas. O lugar construído na interligação com as dimensões territorial, escala (local, regional, nacional, global) e redes de relações socio-espaciais (Jessop, 2008).

Por sua vez o sentimento de lugar, apesar de ser específico e estar associado a um sentimento de pertença, não é exclusivo, podendo estender-se também a outros lugares, territórios, escalas e redes, e não é também uniforme, apresentando diferenças de gradação e grau de conflitualidade quanto ao passado, presente e futuro. É, no entanto, a base para a solidariedade social e ação coletiva (Agnew, 2011).

Os naturais de Vale de Vargo, têm um sentimento de lugar ou identidade social e cultural associado em geral também à sede de concelho, ao lugar/cidade de Serpa, conectados administrativa e socialmente, e que se estende também a outras dimensões espaciais, Margem Esquerda do Guadiana²²⁴, Alentejo, Portugal, e possivelmente a outros lugares, territórios, escalas ou redes.

²²¹ Cancioneiro popular. "Serpa, que és minha terra, vou-te deixar, meu amor! Vou deixar o Alentejo, provincia que eu mais invejo, das papoilas em flor! Das papoilas em flor, lá no meio desses trigais! Vou deixar os teus cantores, as ceifeiras e os pastores, não sei se voltarei mais!" (Cortez, 1994, p. 57)

²²² José Ferragolo da Veiga licenciado em economia e doutorado em engenharia agrónómica pela Universidade de Lisboa. Aposentado do Ministério da Agricultura e Alimentação - DRAP Alentejo, exercendo atividade como investigador colaborador no MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Évora.

²²³ Agnew (2011, p.23) (re)formulou o conceito de lugar (*place*), com estas três dimensões: localização (*location*), locais (*locales*) e sentimento de lugar (*sense of place*), sintetizando várias posições teóricas e ilustrando as questões a considerar na sua aplicação empírica.

²²⁴ Segundo Cosme (1996, p.13) a especificidade geográfica da Margem Esquerda do Guadiana tem sido referida desde 1299 como uma "zona particular dentro do grande provincia de Antre-Tejo e Odiana", sendo ainda hoje assumida pelos seus habitantes.

Também importante é o facto da identificação social e cultural com o lugar ou lugares se manter, com diferentes gradações e graus de conflitualidade, mesmo quando os indivíduos e/ou famílias saem desses lugares de nascimento, por razões várias, com destaque para a procura de melhores condições de vida, criando sentimentos ambíguos de tristeza e/ou de alívio, quando foi possível encontrar outro lugar que oferece melhores condições de vida. Há em muitos desses casos um sentimento de nostalgia que pode levar a regressos de curta duração e, se a nova profissão o facultar, a contributos pessoais para a melhoria do conhecimento e das condições de vida dos que se mantêm no lugar. Vide por exemplo os múltiplos trabalhos e estudos monográficos sobre Serpa, o seu concelho e freguesias²²⁵.

O facto de Vale de Vargo e Serpa serem sedes de freguesia e de concelho, divisões administrativas vinculadas à história de Portugal, que incluem para além desses lugares um espaço agroflorestal, é um aspeto a aprofundar já que decorrem daí particularidades e efeitos próprios.

Serpa é a sede de um concelho com 1 105,63 km², repartidos atualmente por três freguesias e duas uniões de freguesias, com áreas entre os 92,4 km² e 443,73 km², no caso da união de freguesias que agregou as Freguesias de Vale de Vargo e Vila Nova de S. Bento. São áreas geográficas muito extensas, com um povoamento concentrado, na cidade de Serpa e nas vilas e aldeias, em geral sedes das freguesias, com distâncias aproximadas de 15 km de Serpa, estando os dois lugares mais afastados a cerca de 10 km de um dos outros lugares mais próximos.

As particularidades espaço-temporais da ocupação do território local, extensão do concelho, tipo de povoamento concentrado e a estrutura social e vivência cultural, são características gerais do Sul de Portugal, do Sul da Península Ibérica e de outras zonas mediterrânicas, onde se afirmou a separação entre o rural e o agrícola e se aproximou o rural do urbano. Estas constatações levaram alguns autores a propor o conceito de *agrocidade*, e no caso espanhol também o conceito mais geral de *pueblo*, para melhor estudar as características próprias num maior espectro de lugares (López-Casero, 1989; 1997).

Serpa, e em menor grau as vilas e aldeias do concelho, caracteriza-se precisamente pela existência dessa separação entre uma relação próxima com o campo, a dimensão rural em geral, e um aspeto particular dessa relação, relativo à propriedade da terra e às atividades que nela se desenvolvem, a dimensão agrícola. Por outro lado, o núcleo residencial compacto, com uma estrutura social diferenciada, a presença de diferentes profissões agrícolas e não agrícolas, as relações e fluxos com o exterior urbano regional e nacional, deu-lhe uma dimensão e vivência urbanas.

Como é que essas relações e fluxos particulares, agrícolas, rurais, urbanos, e, noutra dimensão sociais, económicos, políticos e culturais, se formaram e como têm evoluído no espaço-tempo? Como têm as populações locais resistido a afirmações e impactos regionais (distritais), nacionais, globais? Como se criaram,

²²⁵ Trabalhos e estudos monográficos: Affreixo (1884/1996); Conde de Ficalho (1979); Machado (1980); Cortez (1994); Cosme (1996); Caldeira (2000); Lobão (2009); Quaresma (2016); Boiça (2018).

têm evoluído e se projetam para o futuro as grandes desigualdades sociais, que caracterizam o concelho e a região onde está integrado?

O presente artigo não dá naturalmente resposta completa a estas questões, limitando-se a apresentar algumas reflexões num tempo longo, baseadas em bibliografia e dados estatísticos disponíveis sobre Serpa e o seu concelho. As mudanças atuais são melhor compreendidas numa perspetiva histórica comparada que assinala o que mudou, se estendeu no espaço-tempo ou ressurge ciclicamente, abrindo novas perspetivas de análise social e económica que melhor permitam conhecer a realidade local e perspetivar o seu futuro.

Assim, num primeiro ponto, o artigo centra-se na cidade de Serpa e na relação com o seu espaço concelhio, a população e o poder local. Num segundo ponto interroga-se sobre a criação das desigualdades sociais e a sua manutenção e aprofundamento, com destaque para a apropriação privada dos recursos naturais. Finalmente num terceiro ponto tece algumas considerações sobre mudanças futuras, continuidades e roturas possíveis.

1. Serpa e o seu termo (concelho)

Serpa como lugar ou *povoado* têm uma longa história que remonta à fixação de povos pré-romanos²²⁶ e que veio depois a ser ocupado sucessivamente por romanos, visigodos, árabes e finalmente cristãos do Reino de Portugal em longa disputa com os árabes, mas também com leoneses e castelhanos. Em consequência dessas disputas, o domínio português em Serpa só se veio a consolidar no século XIII d.C. (Foral de D. Dinis, 1295).

A riqueza dos recursos naturais, o solo, a água, a biodiversidade da flora e fauna, com destaque para a variedade de espécies cinegéticas, e as boas condições para a agricultura e criação de gado²²⁷, incluindo o gado do ar (abelhas), terão justificado a fixação da população no local. Criaram-se depois os serviços e produção de artefactos necessários a essas populações e consolidaram-se vias de comunicação e fluxos comerciais com o território envolvente e com cidades de maior dimensão, Sevilha, Évora, Beja, Mértola, Moura, das atuais regiões da Andaluzia e do Alentejo.

Em contrapartida, a riqueza entretanto criada pelas populações que se foram fixando e o facto de Serpa se ter tornado um ponto de passagem obrigatório e/ou estratégico, terão justificado a atração e disputa de outros povos, criando ao longo da sua história situações de guerra, *correrias*, *fossados*, *razias*²²⁸, e ocupações, instalação de novos *senhores*, com graves prejuízos para as populações residentes laboriosas: fugas, expulsões, mortes, roubos, novos tributos.

²²⁶ Segundo Afreixo (1996/1884, p.3) Serpa terá sido fundada pelos Turdúlos, no pressuposto que o rio Guadiana (*Anas*) marcava uma linha de fronteira natural importante. Os Turdúlos e os Turdetanos dividiam o território entre os rios Guadalquivir (*Baetis*) e Guadiana (*Anas*), os primeiros na parte norte, *Betúria Turdiúla* (Berrocal-Rangel, 1998), e os segundos na parte sul, próximo do rio Guadalquivir. Na margem direita, entre os rios Tejo e Guadiana habitavam os *Célticos* (originários dos Celtiberos). Os territórios destes povos e as suas fronteiras não são, no entanto, conhecidos com exactidão (Maia, 1980).

²²⁷ Sobre a história da silvopastorícia na região ver Coelho (2007).

²²⁸ *Correrias*, *fossados*, *razias*, termos que designavam incursões guerreiras destinadas a saquear e destruir, fragilizar o inimigo, limitar a sua capacidade de resistência, provocar instabilidade social e intimidar as populações, impelindo-as à fuga (Boiça, 2018, p.49).

O poder local

Com a (re)conquista ao domínio árabe e a (re)afirmação da religião cristã, Serpa ficou sob administração direta da coroa, mais tarde delegada em *senhorios* designados pelo Rei, sendo progressivamente integrada numa organização espacial dual formada por paróquias eclesiásticas, freguesias civis só no século XIX, e por um concelho civil, sobreposto a um conjunto de paróquias. O concelho foi dotado de uma Câmara eleita localmente pelos *homens-bons* considerados elegíveis.

A *presúria* do espaço agroflorestal conquistado aos árabes, tomado pelo Rei, facilitou uma partilha seletiva de terras entre a própria coroa, a nobreza e o clero, que por sua vez concediam a posse útil, sob diversas formas ao povo (terceira classe), em processos de colonização e povoamento. As terras mais pobres constituíram-se como *baldios* de livre pastoreio, na tradição do direito comunitário céltico, e foram entregues ao povo e à gestão do concelho.

Formaram-se assim dois níveis interligados e sobrepostos de poder, o poder *senhorial* e o poder *dominial*, o primeiro referente ao poder de administração territorial geral e às suas relações com as competências do concelho, e o segundo à exploração económica do *domínio*, à propriedade da terra, e às relações com a classe camponesa que fazia a exploração direta e suportava ambos os poderes com o pagamento de tributos. Os poderes de soberania e os direitos de propriedade sobrepunham-se a nível local, mas havia diferentes tributos consoante a origem fosse *senhorial* ou *dominial* (Mattoso, citado em Castro Caldas, 1991, p.65; Piketty, 2020, p.72).

A organização espacial medieval criou um poder local concelhio com uma autonomia relativa e grande abrangência de jurisdições, concertado com o poder da coroa ou dos *senhorios*, com a particularidade de acumular funções judiciais de primeira instância com funções administrativas.

Este modelo manteve-se até ao fim do Antigo Regime, apesar das modificações que foi sofrendo, no sentido de o tornar mais exclusivo, restringindo cada vez mais a elegibilidade para os órgãos camarários, uniformizado e centralizado a nível da coroa (Oliveira, 1996).

Consolidou-se neste processo uma elite local muito reduzida, formada pela *fidalgua*, categoria superior da nobreza próxima da coroa a que se associavam privilégios e um título, e por uma *nobreza rural*, de famílias locais, que adquiriam esse grau pelas funções exercidas nos órgãos locais nobilitantes, na câmara, nas ordenanças (Lobão, 2009, p.38).

A partir de 1654 Serpa foi integrada no *senhorio* da Casa do Infantado, criada nessa data e extinta com a Revolução liberal em 1821. A Câmara era então constituída por um juiz de fora, nomeado pela coroa, que presidia, por três vereadores e um procurador. O seu termo integrava nove paróquias²²⁹ (Lobão, 2009, p. 21-22).

²²⁹ As nove paróquias eram as seguintes: Santa Maria; Salvador; Aldeia Nova; Brinches; Santo António Velho; São Brás; Santo Estevão; Santa Iria; Santana.

As revoluções liberais (1820 e 1832/34), apesar das dificuldades e oposições às suas reformas administrativas, particularmente no interior do país, instauraram uma administração pública local mais centralizada e hierarquizada, num menor número de municípios, nomearam novos representantes do poder central para os concelhos e transformaram as paróquias eclesiásticas em freguesias civis. A Constituição de 1822 chegou a estabelecer a criação de cinco regiões/províncias no continente, mas estas foram abolidas em 1835 para dar lugar a uma nova autarquia, o distrito, com o objetivo de reforçar o poder do Estado central. Esta nova matriz centralista e controladora das comunidades locais manteve-se até ao 25 de abril de 1974. Os distritos com os seus governadores civis nomeados continuaram mesmo depois de 1974 e só foram extintos em 2011²³⁰.

O concelho de Serpa beneficiou, nessa época, da (re)integração do concelho de Ficalho, que passou a freguesia em 1836, e passou a integrar em 1874 também as freguesias de Vale de Vargo e Pias que pertenciam ao concelho de Moura.

A elite nobre do Antigo Regime que já se vinha aproximando de novas elites burguesas em formação, num processo gradual de *unificação e monetização* em que a dimensão das propriedades e os impostos liquidados passaram a ser a base do poder local (Lobão, 2009, p. 125; Piketty, 2020, p. 107), adaptou-se à nova situação²³¹. Já o clero foi a classe mais afetada, em particular com a extinção das ordens religiosas, ao ser expropriada dos seus bens fundiários, base das suas fontes de receita. Contudo, a fraqueza do Estado em formação e a manutenção de organizações ligadas à igreja e às elites locais, como são os casos das Misericórdias, Confrarias e Irmandades permitiu ao clero continuar a desempenhar funções nas áreas do ensino, saúde e assistência social.

A República e o Estado Novo apenas continuaram a aprofundar o processo de centralização e controlo. Com a República ainda se esperou uma descentralização administrativa e devolução da autonomia aos municípios, *mas ao centralismo monárquico sucedeu o centralismo republicano* (Oliveira, 1996). Chegou a ser discutido um projeto de reforma que previa a demarcação de regiões administrativas, mas o projeto foi esquecido. Os sucessivos governos republicanos implementaram, no entanto, várias reformas administrativas, nomearam representantes do poder central, governador civil para o distrito de Beja e administrador para o concelho de Serpa. Este último, por sua vez, nomeou os regedores das freguesias. E, mantiveram os constrangimentos à autonomia financeira dos municípios iniciados com o liberalismo.

O Estado Novo reforçou o controlo e manteve a nomeação centralizada, no caso já com a designação de presidente da câmara. Para as freguesias criou uma Junta de Freguesia composta por três vogais eleitos localmente, mas manteve

²³⁰ Apesar de extintos os Distritos continuam presentes na definição dos círculos eleitorais. Segundo Castro Caldas (1991, p.389) os Distritos “*afiguravam-se micro-regiões adequadas para manobras eleiçoerias, compadrios e brigas de caceteiros. (...) representavam espécies de colónias burocráticas, multiagrupando os portugueses de forma que esquecessem as suas regiões*”. Talvez esteja aí uma explicação para a sua tão longa longevidade e os sucessivos fracassos da regionalização.

²³¹ Um bom exemplo é a “Casa de Ficalho”, estudada por Novais (2005), que integrou parte do antigo morgadio instituído no século XVI, composta por herdades, courelas, quintas, ferragiais, hortas, vinhas, olivais, assim como prédios arrematados em hasta pública e foros remidos.

o regedor como representante do presidente da câmara. Embora mantendo os distritos, o Código Administrativo de 1936 instituiu onze províncias/regiões, dotadas de Juntas de Província, que não chegaram, no entanto, a ter serviços próprios (Castro Caldas, 1991, p.551).

As novas elites locais, *unificadas e monetizadas*, não tiveram dificuldades em adaptar-se a estas mudanças políticas nacionais, renovaram-se e mantiveram o controle sobre o poder local, acumulando o poder político com o poder económico e social. Serpa como *agrocidade, centro organizador de um espaço agrícola que lhe dá assento e estabilidade*, foi mantendo algum controle sobre os mercados locais da terra e do trabalho agrícola, *num espaço coercitivo para a maior parte dos que trabalham no campo* (Drain, 1989, p. 249).

Só com o 25 de Abril de 1974 e as primeiras eleições democráticas de dezembro de 1976 a situação do poder local em Serpa, e no país, se modificou profundamente. O município recuperou a autonomia e obteve novas atribuições e competências. Por outro lado, o resultado eleitoral inverteu a natureza do poder local, afastou a elite anterior e entregou às classes intermédias e mais desfavorecidas, anteriormente desapossadas, a representação na Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, o que se tem mantido até ao presente.

Contudo, a evolução do poder local e a relação direta com o poder central, tem vindo a sofrer evoluções contraditórias aos níveis das novas atribuições e competências e, em particular da autonomia financeira. O debate sobre a regionalização²³², estabelecida na Constituição da República, e a descentralização continuam em aberto, passados 45 anos após as primeiras eleições democráticas. As Câmaras Municipais dispõem de alguma capacidade de intervenção política local nas áreas social, económica, ecológica, mas confrontam-se com um poder discricionário no que se refere à distribuição dos fundos europeus estruturais e de investimento.

A população

Focando agora a evolução da população residente e sua composição socioeconómica, também em traços gerais num período longo, realça-se em primeiro lugar o facto de terem predominado sempre baixas densidades demográficas, oscilando períodos de crescimento com períodos de regressão demográfica resultantes das guerras e conflitos anteriores, no período da re(conquista) cristã e posteriores, nas disputas com a coroa espanhola. Mas também, da participação nos descobrimentos marítimos, das pestes e doenças, dos maus anos agrícolas.

Também a vivência urbana sofreu oscilações, foi muito rica no período romano, declinou com os visigodos, renasceu com o domínio árabe e, apesar dos períodos de regressão demográfica e especialização agrícola, manteve-se importante desde

²³² Realizou-se um referendo sobre a regionalização em 1998, não exigido pela Constituição da República para a criação das regiões, que foi rejeitado, após uma campanha eleitoral pouco esclarecedora que apenas serviu para a afirmação da centralização e das divisões distritais.

a (re)conquista até à atualidade. Serpa foi elevada à categoria de cidade em 2003.

Ao longo do Antigo Regime as classes proprietárias, a coroa, a nobreza e o clero procuraram resolver os problemas dos períodos de maior despovoamento com restrições ao movimento das populações locais, manutenção da escravatura e outras formas de servidão, e com a divisão da propriedade para entrega em posse útil, em processos de colonização e povoamento. Segundo Affreixo (1996, p. 221) os lugares de Santa Iria, Santana e Santo António Velho terão sido originados por uma dessas divisões, posterior ao reinado de D. Dinis, no caso promovida pelos Bispo e Cabido de Évora e mestres de Avis a quem pertencia o padroado de todas as freguesias rurais de termo de Serpa²³³. Esses processos de colonização e de criação de diferentes classes profissionais agrícolas e não agrícolas, com o contributo da igreja e ordens religiosas, terá originado a fixação de população de diversas origens geográficas no concelho.

No fim do Antigo Regime, segundo recenseamento de 1793 citado por Affreixo (1996, p. 227-230) a população residente em Serpa era de 4.486 habitantes (freguesias de S.^a Maria e Salvador) e no total do concelho de então (nove freguesias) 7.813 habitantes. É importante realçar que a composição da população residente por profissões, nesse mesmo ano, era muito diversificada, quer em Serpa quer também, em menor grau em Aldeia Nova e Brinches. As profissões ligadas à agricultura estavam em maioria, 67% do total, das quais 76% eram trabalhadores agrícolas, *ganhões e abegões*, mas existia também um número elevado de profissões não agrícolas que garantiam uma relativa autossuficiência à economia local e serviços diversos à população (Affreixo, 1996, p. 227-230).

Já no período do liberalismo, em 1864, quando se realizou o primeiro censo geral da população portuguesa o concelho (com a composição atual de freguesias) tinha 14 299 habitantes. Desde essa data até 1950 registou-se um período de crescimento demográfico que atingiu o valor máximo de 35 007 habitantes. A partir de então a tendência inverteu-se iniciando-se um período de regressão demográfica que se mantém até à atualidade (2021).

Os anos 1950 marcam também o período de maior especialização do concelho na atividade agrícola, a população ativa agrícola representava nessa data 80% da população ativa com profissão e os assalariados agrícolas 81% da população ativa agrícola. A partir de então, a atividade agrícola foi perdendo importância em termos de população ativa empregada.

O êxodo agrícola e rural foi particularmente acentuado na década de 1960, com um decréscimo de 26,5% na população residente.

Após a restauração da democracia em 1974 e um breve período em que terá havido algum retorno demográfico e acréscimo do emprego no processo de reforma agrária, o êxodo agrícola e rural continuou, ainda que mais atenuado.

²³³ Ainda segundo Affreixo (1996, p.221), também Brinches ficou a dever a sua maior importância socioeconómica ao fabrico de panos de saragoça e batido, Aldeia Nova ao comércio de fronteira e Ficalho a ser um posto fiscal e, mais tarde *senhorio* dos marqueses de Ficalho

Registaram-se decréscimos na população residente de 12,9% e 13,8% nas décadas de 1970 e 1980, respetivamente. Nas décadas de 1990 e 2000 o decréscimo da população residente voltou a atenuar-se, 6,6% em cada década, tornando-se relevantes os elevados saldos naturais negativos.

Com o declínio do emprego agrícola a população ativa, com o apoio das autarquias locais, procurou alternativas principalmente no setor terciário. A economia local terceirizou-se e o setor terciário passou a representar cerca de 64,7% da população ativa empregada em 2011. O setor primário representou nesse ano 18,7% e o secundário 16,6%.

De 1995 a 2013 o concelho tornou-se atrativo e registou saldos migratórios positivos que, no entanto, não foram suficientes para compensara os saldos naturais negativos.

Na década 2001-2011, os ramos mais dinâmicos, em termos de população ativa empregada, foram a saúde e apoio social, a educação e a indústria transformadora (com destaque para a indústria alimentar), com acréscimos de 15%, 10% e 7% respetivamente. Também as atividades de serviços, informação e comunicação, financeiros e de seguros, imobiliários, consultoria, científicos, técnicos e similares, administrativos e de serviços de apoio, ganharam mais importância, passando a representar no seu conjunto 6,2% em 2011, face aos 2,6% de 2001. Os restantes ramos decresceram com especial destaque para a construção, que reduziu a população empregada em 47%, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca em 25,7% e a administração pública em 12,6%.

A cidade de Serpa, em 2011, empregava 81% da sua população residente empregada e 9% de população não residente que se deslocava para a cidade para trabalhar. Os restantes 19% da população residente empregada tinham emprego fora do concelho, nomeadamente na cidade de Beja. Este peso do emprego fora do concelho representa para a cidade de Serpa uma função residencial importante.

Na última década 2011-2021, em consequência das crises, acentuou-se o decréscimo demográfico em relação às duas décadas anteriores, 11,9% face aos 6,6%. No censo da população de 2021 a população residente era de 13 768 habitantes, valor já inferior ao do ano de 1864.

Os saldos migratórios voltaram a ser negativos a partir de 2014, agravando-se o duplo envelhecimento no topo e na base. A escolaridade registou, no entanto, uma clara melhoria com o peso da população com o ensino secundário e com o ensino superior a representar 18,5% e 10,1%, respetivamente. A população sem nenhum grau de ensino representava em 2021 ainda 18,3% e com apenas o ensino básico 53,1%.

Não estando ainda disponíveis os dados sobre a população ativa empregada recolhidos no Censo de 2021 é possível verificar, recorrendo ao GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal, que o emprego de trabalhadores por conta de outrem nos

estabelecimentos do concelho aumentou 36% de 2014 a 2020. Mas, as atividades económicas mais importantes tiveram trajetórias diferentes. O comércio e a saúde e apoio social aumentaram o emprego, a indústria transformadora e o alojamento, restauração e similares mantiveram, a construção voltou a reduzir²³⁴.

Merece destaque particular a agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca que praticamente duplicou o emprego de trabalhadores por conta de outrem de 2014 a 2020. Segundo outra fonte, os Recenseamentos Agrícolas do INE, de 2009 para 2019, o emprego de mão-de-obra agrícola não-familiar aumentou 60%, 72% a tempo completo e 28% a tempo parcial. O volume de trabalho permanente por exploração subiu de 1,7 para 2,0 UTA (Unidade de Trabalho Ano), com destaque para as explorações especializadas de vinha e olival.

Este acréscimo de emprego de trabalhadores por conta de outrem terá sido feito com mão-de-obra estrangeira, já que em 2021 a população residente estrangeira passou a representar 3,4% contra 1,9% em 2011. Um crescimento de 58% que se ficou a dever apenas a novos residentes de países de fora da União Europeia, já que os residentes de países da União Europeia se mantiveram iguais.

Nos anos 2014 a 2018, com saldos migratórios negativos, ter-se-á assistido a uma saída de nacionais superior à entrada de estrangeiros. Em 2019 com o saldo migratório positivo ter-se-á verificado o contrário entrada de estrangeiros superior à saída de nacionais. O regadio do EFMA terá tornado o concelho de Serpa atrativo para uma população estrangeira de países de fora da União Europeia, mas não para a população residente nacional.

2. Uma longa história das desigualdades sociais

A (re)conquista cristã ao domínio árabe permitiu a implantação territorial de um regime senhorial desigualitário, que Piketty (2020, p.69) designa como *sociedade ternária, a categoria de regime desigualitário mais antiga e disseminada ao longo da história*.

Três grupos sociais caracterizam, em termos sintéticos, este regime senhorial que se implantou em Serpa a partir do século XIII até ao seu declínio e fim nos séculos XVIII e XIX, o clero, a nobreza e povo. Cada um destes grupos desempenhava uma função essencial na sociedade: o clero a função religiosa e intelectual, mas também militar no caso das ordens religiosas militares presentes em determinados períodos, casos das Ordens de Avis e dos Hospitalários; a nobreza a função militar, alcaide-mor e *ordenanças*; e o povo, grupo heterogéneo laborioso e plebeu que, com a criação de riqueza, permitia que a sociedade se alimentasse, vestisse e reproduzisse²³⁵.

²³⁴ Os dados estatísticos do GEP/MTSS. Quadros de Pessoal referem-se às empresas com trabalhadores por conta de outrem, estando excluídos os trabalhadores por conta própria sem pessoas ao seu serviço e os trabalhadores independentes. Não incluem também a administração pública central e local (incluindo a educação), com exceção dos trabalhadores com contrato individual. A informação recolhida é relativa ao mês de outubro de cada ano.

²³⁵ Para um maior desenvolvimento sobre as sociedades ternárias ver Piketty (2020).

A desigualdade social era então justificada por esta repartição funcional e o poder político, associado ao social e económico, era exercido a nível local, com autonomia relativa e grande abrangência de *jurisdições*, concertado com o poder da coroa e/ou dos *senhorios*, como se viu no ponto anterior.

A grande propriedade e exploração agrícola

O concelho de Serpa caracteriza-se em termos ecológicos, grosso modo, por ter duas partes distintas, a norte o *campo* com solos com boa aptidão para a agricultura, a sul a *serra* com solos pobres e com aptidão para a silvopastorícia e apicultura. O *campo* manteve-se na posse da coroa e foi progressivamente doado à nobreza e ao clero e a *serra*, e outras manchas de piores solos, ficaram em baldio entregue ao povo e à Câmara de Serpa. A classe laboriosa ficou assim dependente da grande propriedade feudal e do poder local, ele também conduzido pela elite nobre e eclesiástica. A escravatura, referida nos Forais de D. Dinis (1295) e de D. Manuel (1513), só foi abolida em 1773, mantendo-se até muito mais tarde sob outras formas de servidão.

A grande propriedade do Antigo Regime, laica ou eclesiástica, não criou apenas pequenas e médias unidades de posse útil da terra, como pressupõem algumas abordagens históricas. Silbert (1978, p.752) mostrou que a enfiteuse²³⁶ aplicada no Alentejo no Antigo Regime permitiu a acumulação de *herdades* por enfiteutas que não exploravam diretamente, mas concediam a posse útil em subenfiteuse ou arrendamento. Por outro lado, a separação entre o grande proprietário e o enfiteuta não era rígida: o mesmo autor apresenta vários exemplos em que o mesmo titular detinha terras em propriedade e em enfiteuse.

Outros aspetos realçados referem-se à grande dispersão geográficas dos bens detidos pelos grandes proprietários e ao facto de o mesmo proprietário possuir não só *herdades* como também *ferregiais*, *hortas*, *olivais*, *vinhas*, o que o levou a concluir que muitas pequenas explorações, senão a maior parte, situadas nas coroas de agricultura mais intensiva que rodeavam os aglomerados urbanos, pertenciam a grandes proprietários. Um emaranhado de direitos poderia ser exercido também sobre o mesmo bem.

Na exploração direta da terra, o contrato de arrendamento era o mais utilizado e o *lavrador* rendeiro a figura proeminente, que por sua vez contratava *ganhões*, *abegões*, *jornaleiros* e *seareiros*. As três primeiras categorias eram trabalhadores assalariados e a última um tipo de pequeno agricultor independente. Os trabalhadores agrícolas assalariados eram os mais numerosos, segundo o recenseamento de 1793 apresentado por Affreixo (1996, p.229) e retomado por Silbert (1978, p.824), para as nove freguesias de Serpa, 938 (68% dos quais seriam certamente *jornaleiros*), os *lavradores* 111, o que dá em média 8,5 trabalhadores por lavrador, e os *seareiros* 94.

²³⁶ Enfiteuse é um contrato perpétuo ou com prazo de vidas renovável e transmissível para herdeiros no qual o proprietário de um prédio transfere a propriedade útil para outrem (enfiteuta) contra o pagamento de um foro.

A existência dos seareiros terá ocorrido numa época mais recente no Antigo Regime e surge ligada à pressão política e social para a limpeza de terrenos incultos e à cultura dos cereais (em particular do trigo), a que a criação do Celeiro Comum de Serpa²³⁷ em 1690 veio dar grande impulso. *A posse de um arado e de uma junta de bois definia um seareiro, pronto para oferecer serviços ao lavrador ou candidatar-se à cultura de bens comunais junto da Câmara* (Castro Caldas, 1991, p. 340). O regime de parceria concedia o direito à colheita, mas não à pastagem²³⁸. A Câmara cedia terras para searas (ao sexto ou ao quarto) nos baldios do concelho, em particular no Baldio da Serra Grande, originando conflitos com os proprietários das *malhadas*²³⁹ e os pastores de Aldeia Nova de S. Bento.

Com as revoluções liberais a grande propriedade imperfeita foi progressivamente transformada em grande propriedade privada, plena e livre. A propriedade libertou-se de vínculos e direitos, foi interdito o livre pastoreio e incentivou-se o desmantelamento dos baldios. *A sociedade ternária transformou-se numa sociedade de proprietários, à semelhança do que ocorreu noutros países, como descreve Piketty* (2020).

As terras da coroa e das ordens religiosas, incorporadas como alodiais nos bens nacionais, foram escrutinadas quanto à existência de contrato válido de posse útil e as que careciam de contratualização, ou que não o conseguiam demonstrar juridicamente, foram vendidas em hasta pública em lotes propositadamente grandes, a *compradores privilegiados* e não a *pequenos proprietários, pequenos capitalistas* ou mesmo *jornaleiros*, como defendiam alguns políticos liberais (Castro Caldas, 1991, p.332).

O grande baldio da Serra Grande de Serpa, com cerca de 40.000 hectares, depois de várias tentativas de apropriação privada, foi dividido em *sortes* em 1907. Esta divisão, assim como outras anteriores de baldios do concelho de menor dimensão, assentaram num critério oposto, de lotes demasiado pequenos, que não permitiram a criação de explorações agrícolas familiares viáveis de pequena dimensão, conduzindo, passado pouco tempo ao mesmo resultado, a concentração da propriedade.

Os princípios invocados pelas revoluções liberais não conduziram assim à divisão da propriedade imperfeita entre os que a exploravam diretamente, rendeiros, seareiros, trabalhadores rurais, mas sim à sua concentração, com a entrada facilitada a capitais financeiros oriundos dos grandes centros urbanos²⁴⁰.

²³⁷ Os celeiros comuns, montepios agrícolas ou montes da piedade agrários eram instituições de crédito, criados a partir de 1576, ano em que foi fundado o primeiro em Évora, para apoiar os agricultores mais pobres nos maus anos agrícolas. A sua missão era conceder sementes para cultivo ou para alimentação a crédito, mediante o pagamento de um juro limitado. O reembolso e o pagamento dos juros eram feitos em espécie, após a colheita. No caso de Serpa o celeiro comum foi criado com o rendimento das roças dos que quisessem semear na Serra Grande e coutada da Boiada (Vasconcellos, 1950, p.306).

²³⁸ Para maior desenvolvimento ver Castro Caldas (1991).

²³⁹ As *malhadas foreiras do gado do ar* (abelhas) e o *pasto de flores* é uma instituição muito antiga que encontrou a sua legitimação na criação do baldio da Serra Grande de Serpa e no Foral de D. Dinis (1295). Em 1368 foram regulamentadas pelo *"Compromisso de Registo e Regra que se hade ter nas Malhadas da Serra Grande de Serpa"*. Nesta data existiam *"enormes"* colmeias, fábricas de cera e mel com uma lotação de 10.000 colmeias. A malhada designava um conjunto de cercas e da cabana do colmeiro. A expansão da cultura dos cereais nos baldios do concelho conduziu ao seu declínio (Vasconcellos, 1950).

²⁴⁰ Segundo Castro Caldas (1991, p. 332) a generalidade dos historiadores (exemplifica com Alexandre Herculano) referem-se à venda dos bens nacionais em hasta pública *"como um dos mais indecorosos processos da história da implantação do Regime Liberal"*

Surgiu assim o *latifúndio* alodial, objeto de captação de rendas, investimento e especulação²⁴¹.

Castro Caldas (1991, p.377) refere que no Antigo Regime a grande propriedade, laica ou religiosa, representava no Sul de Portugal 69% (43% laica e 23% religiosa), a propriedade camponesa 2% e os baldios 31%, no fim da implantação agrária liberal a grande e média propriedade capitalista representavam 98% (83% e 15% respetivamente), a propriedade camponesa os mesmos 2%, e os baldios tinham perdido importância.

Modificada a natureza da propriedade, a política agrícola da Monarquia liberal procurou dar resposta a problemas internos de pobreza e emprego e à baixa dos preços do trigo no mercado externo com o protecionismo cerealífero, introduzido com as leis de 1889 e 1899. Esta última lei, denominada *lei do trigo* de Elvino de Brito, *lei da fome* ou, mais raramente, *lei benemérita*, muito agradou aos novos proprietários fundiários (Radich e Baptista, 2021, p.17).

A implantação da República e o Estado Novo pouco fizeram para modificar esta situação de concentração da terra, apesar de projetos e medidas de política agrícola que chegaram a ser propostos²⁴². A política agrícola da Primeira República deu continuidade ao protecionismo cerealífero e baseou-se essencialmente na difusão da instrução geral e profissional, apoio ao associativismo e fomento do crédito. Continuou o debate sobre os incultos, em particular no Sul, e o aproveitamento dos baldios, com algumas medidas de fomento à produção agrícola no período da guerra 1914-18 e no pós-guerra (Radich e Baptista, 2021, p.249-268).

Com o Estado Novo, o protecionismo cerealífero atingiu o seu apogeu com a campanha do trigo em 1930 e consolidaram-se os direitos e legitimidade da grande propriedade orientada tanto para a obtenção de lucros, assente no trabalho assalariado, como para a captação de rendas e quotas de parceria. No final dos anos 1950 o regime foi pressionado para intervir nas estruturas agrárias, em particular nas áreas de regadio previstas no Plano de Rega do Alentejo, e adaptá-las ao esforço de industrialização do país, mas sem sucesso (Radich e Baptista, 2021, p.270).

Só após o 25 de Abril de 1974, logo em 1975, é que a grande propriedade privada foi intervencionada num processo legislativo de reforma agrária. Estiveram ocupados pelos trabalhadores agrícolas, na sua maioria temporários, 1.130 mil hectares e organizadas cerca de 500 unidades coletivas de produção, seis das quais no concelho de Serpa. O objetivo dos seus promotores não foi a divisão da propriedade e a criação de unidades de exploração familiares, mas sim a criação de grandes unidades de produção, agrupando várias herdades,

²⁴¹ Silva Carvalho, citado por Castro Caldas (1991, p. 332 a 334) assinala a vantagem da venda em hasta pública, a partir de 1834, com o "saneamento dos problemas da Fazenda". Este argumento não justifica certamente o "processo indecoroso" como se processaram as vendas dos bens nacionais, mas ajuda a compreender como se criam oportunidades nos momentos de crise das contas públicas.

²⁴² Para maior aprofundamento ver Ver Radich e Baptista (2021).

por forma a garantir o emprego e um salário permanente²⁴³. O processo foi, no entanto, interrompido logo a partir de 1977 e, numa saga jurídica de contrarreforma agrária que ainda hoje perdura, foi novamente reconstruída a grande propriedade privada²⁴⁴.

De registar ainda em 1980 uma intervenção pública de distribuição de propriedades expropriadas em lotes individuais, em muito menor escala, cuja concretização prática desvirtuou, no entanto, os objetivos iniciais de criação de unidades familiares viáveis. Dois casos exemplares foram a divisão da Herdade dos Machados²⁴⁵ em Moura e da Herdade da Comporta²⁴⁶ em Alcácer do Sal. Também esta intervenção pública, com contornos diferentes, está ainda inserida na referida saga jurídica.

O Neoproprietarismo²⁴⁷ e a intensificação agrícola

As sociedades de proprietários que sucederam às sociedades trinitárias ou trifuncionais no dizer de Piketty (2020) questionaram a legitimidade da propriedade medieval, afirmaram o *direito de propriedade considerado aberto a todos*, mas, num processo também ele carente de legitimidade, concentraram ainda mais a propriedade da terra e aprofundaram as desigualdades.

A apropriação privada dos baldios proletarizou os pastores, que exerciam a atividade como criadores de gado independentes e privou os habitantes locais mais pobres de fontes de rendimento e bem-estar. Ao isolar os lugares retirou aos seus moradores o livre acesso a terra arável e pastos, remetendo-os às pequenas parcelas na coroa mais próxima dos centros urbanos que não eram, contudo, suficientes para dar trabalho e manter todas as famílias (Drain, 1989).

O insucesso da divisão do baldio da Serra Grande de Serpa, certamente já esperado pelos grandes lavradores do concelho, mas também por outros, seareiros, pastores e donos das *malhadas* mais esclarecidos que se opuseram a essa divisão, em particular os residentes em Vila Nova que mais utilizavam o baldio, verificou-se muito rapidamente e não podia ter sido de outra forma²⁴⁸. Dos 5.000 chefes de família beneficiários 4.000 eram trabalhadores rurais, *sem mula nem arado nem dinheiro para sementes*, que contavam apenas com a sua força de trabalho para explorar *seis hectares de xisto coberto de estevas e mato a 10, 20 ou 30 quilómetros de casa* (Serpa Informação, 1997).

Só por essa razão ou também por outras, sucessão de maus anos agrícolas, logo em 1911 passados quatro anos, 250 famílias, cerca de 1.000 pessoas, emigraram para o Havai atrás de *uma outra miragem* (Serpa Informação, 1997). Confirmou-se a

²⁴³ Para maior desenvolvimento ver Radich e Baptista (2021, p.283) e Baptista (2010).

²⁴⁴ O Estado é ainda proprietário no Alentejo de cerca de 14.000 hectares, resultantes na sua quase totalidade das expropriações decorrentes do processo da reforma agrária, divididos por 270 explorações agrícolas com contratos de arrendamento rural. (<http://www.drapal.min-agricultura.pt>).

²⁴⁵ Sobre a divisão da Herdade dos Machados e posterior saga jurídica ver o artigo de Catarina Fernandes Martins "A terra que Sá Carneiro dividiu no Alentejo", Observador, 12 de agosto de 2014.

²⁴⁶ Sobre a divisão da Herdade da Comporta ver Baptista (2010, p. 167 a 169) e Engana (1985).

²⁴⁷ Termo retirado e adaptado de Piketty (2020) para retratar os novos direitos de propriedade da terra que se estão a instalar no Alentejo aparentemente sem limites regulatórios e que vão aprofundando as desigualdades sociais.

²⁴⁸ Ver Bentes (2018).

afirmação de Castro Caldas (1991, p.397) que, *quando uma população pode optar por perspectivas diversas das que o local de nascimento oferece, torna-se naturalmente migrante, procurando libertação embora acabe, muitas vezes, por cair noutras formas de servidão*. A odisseia destas famílias está bem documentada no trabalho de Augusto (2022).

A sociedade de proprietários associada à crescente proletarização, introduzida pelo liberalismo, sobreviveu até ao 25 de Abril de 1974, protegida pelo Estado, ainda que com mudanças importantes a nível político (1ª República, Estado Novo), social (êxodo agrícola e rural), económico (urbanização e industrialização) e tecnológico (mecanização agrícola).

Quando em outros países europeus e nos Estados Unidos se começava a questionar este modelo de sociedade desigualitária, a legitimidade do seu sistema de propriedade e a sua capacidade para trazer prosperidade²⁴⁹, em Portugal, o Estado Novo encontrou suporte nos grandes proprietários fundiários conservadores para resistir às pressões industrialistas. As diversas formas de social-democracia e de socialismo, que prosperaram a partir de 1950 até 1980 naqueles países foram censuradas em Portugal.

A restauração da democracia portuguesa em 1974 surge num momento em que as sociedades social-democratas europeias começavam já a perder força, na sequência das crises petrolíferas de 1973/4 e 1979, e quando se voltaram a acentuar as desigualdades a partir dos anos 1980-1990. O tempo para reduzir desigualdades foi em Portugal muito curto, agravado por uma recessão económica logo no início dos anos 1980 que conduziu à intervenção do FMI em 1983/85. Foi um período de políticas públicas contraditórias de reformas e contrarreformas, nomeadamente na política agrícola, de avanços e recuos nos sistemas públicos de educação e saúde, com repercussões nos anos seguintes.

A adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 surgiu também num momento em que a principal política europeia, a Política Agrícola Comum (PAC), estava a ser reformulada face às externalidades negativas ambientais, sociais e económicas que o protecionismo à intensificação agrícola originara²⁵⁰.

Mas, apesar de todas as vicissitudes e sucessivas reformas que a PAC foi sofrendo, a partir de então, os sistemas de ajudas públicas que se foram sucedendo facilitaram a retoma das grandes propriedades fundiárias, novamente privatizadas no processo de contrarreforma agrícola, prevalecendo a exploração por conta própria em prejuízo do arrendamento, para melhor captar os subsídios desligados da produção (rendas). Foram assim as elites proprietárias, renovadas geracionalmente e pela entrada de novos proprietários, que melhor aproveitaram as novas oportunidades criadas.

E, quando parecia que a ilusão da intensificação agrícola estava posta de parte o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) veio trazer nova esperança. A construção da barragem de Alqueva (1995-2002), obra já prevista no Plano de Rega

²⁴⁹ Piketty (2021, p.487) situa a crise das sociedades de proprietários nos anos 1914-1945.

²⁵⁰ Ver o Regulamento (CEE) n.º 797/85 do Conselho, de 12 de março de 1985, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas.

do Alentejo de 1957, mas sucessivamente adiada, com uma área equipada de regadio de cerca de 120.000 hectares concluída em 2018 e uma área de expansão de 50.000 hectares, já iniciada e a concluir até 2024, veio alterar profundamente a situação.

O concelho de Serpa, que em 1989 tinha uma área irrigável de apenas 496 hectares passou em 2019 a ter 21.261 hectares (18.410 hectares regados pelo EFMA em 2018), segundo o recenseamento agrícola de 2019 e informação da EDIA. Está prevista também para Serpa a expansão da área de regadio do EFMA.

Mais uma vez se esperava que um investimento público, nacional e agora também Comunitário, desta grandeza tivesse associado um plano de intervenção fundiária que beneficiasse um maior número de agricultores. Contudo, tal como nos anos 1950 em que o Estado Novo resistiu à pressão dos *industrialistas*, também neste caso os sucessivos governos nacionais ignoraram os interesses regionais e locais e confrontaram os proprietários e agricultores com um mercado fundiário e de arrendamento cada vez mais desregulado. Não são alheias a esta decisão as sucessivas crises económicas e financeiras (recessões) que, entretanto, ocorreram em 2002/03, 2008/09, 2010/13, 2019/20, défices orçamentais, endividamento público, necessidade de crescimento económico rápido para as ultrapassar²⁵¹. Tal como em 1834 o “*saneamento dos problemas da Fazenda*” não explica tudo.

Ultrapassadas as primeiras dúvidas e resistências, oportunidades do mercado do azeite, e da amêndoa a partir de 2015, têm vindo a justificar grandes investimentos no olival (70.233 hectares em 2021) e no amendoal (19.466 hectares em 2021), representando estas duas culturas 79% da área regada em 2021 no Perímetro de Rega de Alqueva (EDIA).

Por trás dos maiores investimentos na compra de propriedades ou arrendamento e instalação das culturas, que se estendeu a outros perímetros de rega públicos e áreas privadas com disponibilidade de água, estão grandes grupos económicos e fundos financeiros internacionais cuja procura por terra fizeram aumentar os preços da terra e do arrendamento, criando barreiras à entrada aos outros tipos de agricultores²⁵². A desregulação do mercado fundiário e a falta de ordenamento das atividades agrícolas estão a facilitar uma nova concentração da propriedade e da posse da terra, grandes extensões em monocultura, expansão para áreas de menor aptidão e sucessivos atropelos a regulamentações nacionais, ambientais, arqueológicas, mão-de-obra imigrante, noticiados com frequência na imprensa²⁵³.

É, no dizer de Piketty (2020) um neoproprietarismo que, sacralizando a propriedade, se instala e aprofunda as desigualdades sociais.

²⁵¹ Um trabalho promovido pela FFMS, <https://www.ffms.pt-crisis-na-economia-portuguesa>, identificou seis recessões em Portugal desde 1980: 1983/5; 1992/3; 2002/03; 2008/9; 2010/13; 2019/20.

²⁵² Segundo informação obtida no local, o preço de terra de regadio para olival ou amendoal situa-se entre os 9.000 e 10.000 euros por hectare, mas a progressiva escassez está a elevar estes preços para valores superiores que já chegaram a atingir os 20.000 euros por hectare. O arrendamento situa-se entre os 850 e os 1.000 euros por hectare.

²⁵³ Ver, por exemplo, o trabalho de investigação jornalística de Paulo Barriga (Bolsa Gulbenkian 2018) publicado em três capítulos: Os grandes donos do Alqueva; O lado negro do negócio dourado do azeite; Os novos escravos do Alentejo, Revista Sábado (16, 23 e 30 de janeiro de 2020). Os artigos de Carlos Dias publicados no Público (17 de setembro de 2018; 8 de janeiro de 2019; 6 de outubro de 2020). As notícias do Expresso (6 de maio de 2021) e da Agência Lusa (29 de abril de 2022) sobre a exploração laboral.

3. Considerações finais

Esta abordagem de um tempo longo procurou captar os traços gerais dos processos de mudança econômica, social, cultural e política a que Serpa e o seu concelho têm estado sujeitos, destacando continuidades e roturas que condicionam o seu presente e futuro.

A primeira consideração, seguindo a exposição feita nos pontos anteriores, refere-se ao poder local. Da relativa autonomia política e relativa autarquia social e econômica exercida a nível local no Antigo Regime passou-se ao exercício de um poder de Estado centralizado nacional que sobrepôs um designado *interesse nacional* aos múltiplos interesses locais.

O Estado nacional, a par da assunção dos serviços (públicos) à população veio afirmar também o mercado nacional e mais recentemente a integração no mercado global (funditário, do trabalho, do capital, dos bens e serviços) procurando anular todos os entraves que a manutenção de mercados locais e serviços não mercantis possam exercer ao seu funcionamento.

A Câmara Municipal, na ausência de regiões administrativas, confronta-se diretamente, com o Estado central e com o mercado nacional e global.

Com o Estado nacional enfraquecido por sucessivas crises, seis nas últimas quatro décadas, para o qual o investimento, em particular o investimento externo é muito importante para garantir o crescimento econômico e a consequente manutenção do(s) partido(s) políticos no poder, nem que para isso tenha que sacrificar os interesses e as populações locais, não regulando ou desregulando mesmo os mercados e as normas administrativas.

Com o mercado nacional e global que se depara com oportunidades econômicas e vantagens políticas, financeiras e outras por excesso ou defeito, que procura explorar ao máximo os recursos sejam eles naturais (terra, água) ou humanos (baixos salários e más condições de trabalho), enquanto durarem essas oportunidades e o Estado for ignorando os possíveis abusos que vão ocorrendo.

Neste contexto de difícil compatibilização entre o interesse local e as opções nacionais, a margem de manobra para pôr em prática uma estratégia de desenvolvimento local integrada e sustentável parece muito limitada. A elevada dependência da administração local do Estado central, das políticas públicas e transferências financeiras, torna o concelho muito sensível à evolução e aplicação dessas políticas e transferências. Por sua vez a crescente abertura e integração no mercado global da agricultura intensiva torna o concelho cada vez mais exposto às mudanças externas e vulnerável às crises globais. Acresce que as sucessivas crises e políticas públicas associadas têm vindo a provocar algum desgaste também no poder local, nos grupos sociais que o têm exercido, como ficou patente nas últimas eleições autárquicas de 2021.

Não parece fácil criar mais autonomia financeira e/ou melhorar as relações com o Estado central, mas é um espaço em debate permanente onde a afirmação e valorização social e política dos instrumentos de desenvolvimento e gestão territorial de âmbito municipal podem ser vias para alargar a margem de manobra local.

Cerca de 82% da população residente no concelho, com 15 e mais anos de idade, vive principalmente de rendimentos do trabalho, de reformas e pensões e de outras transferências públicas (39,6%; 35,8%; 6,5%, respetivamente). A carga da família está ainda uma percentagem elevada, 15,5%, e de outros meios de vida 2,1%. Os que vivem principalmente de rendimentos da propriedade ou da empresa são 0,5%, ou seja 73 habitantes (INE, 2011).

A grande maioria população que vive dos rendimentos do trabalho está em empregos ou atividades de fraca qualificação e baixas remunerações. O ganho médio mensal no concelho de Serpa é dos mais baixos da NUT III Baixo Alentejo, 913,40 euros em 2020 contra 1.166,30 euros médios na NUT III (INE).

A agravar a situação, assistiu-se a partir de 2014 a uma baixa das remunerações mensais de base dos trabalhadores por conta de outrem, com o aumento progressivo dos que recebem apenas a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG). Em 2020, segundo o GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal, o escalão dos trabalhadores por conta de outrem (a tempo completo e que auferiram remuneração completa) que recebem a RMMG (635 euros nesse ano) passou em Serpa a representar 41% do total, remetendo o escalão seguinte, do RMMG a menos de 750 euros, anteriormente o mais importante e que chegou a representar mais de 60% até 2014, para os 25%.

Também em 2020, a percentagem de trabalhadores por conta de outrem que recebem menos de 1.000 euros de remuneração mensal de base é de 88% e que recebem menos de 1.500 euros 97%. No Continente estas percentagens são 71% e 87%, respetivamente.

Esta situação fica naturalmente a dever-se ao crescimento do emprego na agricultura, mas outras atividades importantes no concelho, alojamento, restauração e similares, construção, comércio, administração pública, saúde e apoio social, são atividades económicas que praticam baixos salários (INE).

Também nas transferências públicas pesam as prestações mais baixas, dada a origem profissional dos reformados e pensionistas e beneficiários de outras transferências públicas.

Uma estratégia de desenvolvimento local que coloque a população residente no concelho no centro das suas opções terá aqui também importantes desafios para encontrar as vias para valorizar melhor as atividades económicas presentes no concelho e criar empregos com maior qualificação profissional e valorização salarial, mesmo nas atividades que tradicionalmente não o têm conseguido.

O ramo da educação, importante e dinâmico no concelho, é uma das atividades que, não só reúne em si esses requisitos como pode contribuir para que outras atividades se possam valorizar e encontrem em conjunto soluções que contrariem o declínio demográfico.

Parece haver margem também para empregos mais qualificados nos ramos dinâmicos da agricultura, da indústria transformadora, em particular na indústria agroalimentar e de bebidas e nos serviços de apoio às empresas e às famílias.

Curiosamente, em relação a alguns ramos uma maior integração no mercado que permita alargar a oferta e reduzir a dependência face ao Estado, caso da saúde e apoio social, parece ser uma via, já noutros casos são formas de proteção, barreiras, em relação ao mercado que melhor podem contribuir para criar e reter valor no concelho. São exemplos a diferenciação/certificação dos bens e serviços (denominações de origem, bio e outras certificações), baseados na cultura e saber-fazer locais, onde se destaca o Queijo Serpa.

A sucessão de sociedades desiguais e a fraqueza do Estado democrático pós 1974 afastaram a maioria da população da propriedade fundiária, mas também de outros tipos de propriedade. Processos políticos nacionais complexos, principalmente nos períodos que Castro Caldas (1991) designou por *limiares da reforma agrária*, reformas liberais (1834 e anos seguintes), Estado Novo (anos 1950), Estado Democrático (1974 e anos seguintes) impediram esse acesso, mesmo quando isso exigiu *processos indecorosos* e sagas jurídicas prolongadas para subverter e reverter legislações que lhe eram favoráveis (revolução liberal e Estado Democrático). O neoproprietarismo que se instalou a partir dos anos 1980-1990 voltou a aprofundar as desigualdades e procura uma nova legitimidade que possa perpetuar a nova sociedade desigualitária.

A agricultura mantém-se como uma atividade importante no concelho. Contudo, a reconversão para o regadio veio aprofundar a dicotomia entre uma agricultura local de natureza familiar, que ainda representa 84% do número de explorações e 45% da superfície agrícola utilizada (SAU), mas que vem regredindo, e uma agricultura intensiva em monocultura que, apesar de estar a criar emprego, traz consigo muitos efeitos e externalidades negativas, pela sua natureza extrativa e especulativa. A regulação dos mercados fundiário, do trabalho, dos capitais, dos bens e serviços desta agricultura intensiva, também associada ao imobiliário e ao turismo, parece estar a ser no mínimo pouco eficaz facilitando uma ainda maior concentração da propriedade e um direito de propriedade que parece não ter limites.

As opções de desenvolvimento local tornam-se mais complexas se os recursos naturais, terra, água, biodiversidade passarem a ser geridos a partir do exterior por grandes grupos económicos e fundos financeiros, e ficarem apenas para as populações residentes as externalidades negativas do seu uso excessivo.

No entanto, as opções mantêm-se ainda em aberto e a multiplicidade de iniciativas locais de coordenação, resistência, proteção e suporte a um conjunto diversificado de atividades económicas e sociais, baseadas na educação, cultura e saber-fazer locais, pode ser uma via para ir mantendo a cidade de Serpa e as vilas e aldeias do concelho dinâmicas.

Bibliografia

- Afreixo, José Maria Graça (1996). *Memória Histórico-Económica do Concelho de Serpa*, Serpa: Câmara Municipal de Serpa, Biblioteca “Abade Corrêa da Serra” Arquivo Histórico Municipal.
- Agnew, John (2011), Space and Place, in J. Agnew and D. Livingstone (eds.) *Handbook of Geographical Knowledge*. London: Sage.
- Augusto, Mário (2022). *Mandem saudades*, Lisboa, Retratos da Fundação, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- Baptista, Fernando Oliveira (2010). *Alentejo, a questão da terra*, 100LUZ.
- Baptista, Fernando Oliveira (2021). *Agricultura, Terra, Rural, Tempos de Mudança*, 100LUZ.
- Bentes, João Inácio Formosinho (1918). *Do Baldio Serra Grande de Serpa (Breve estudo económico-agrícola)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- Berrocal-Rangel, Luis (1998). *La Baeturia. Un territorio preromano en la baja Extremadura*, Colección arte/arqueologia, Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones.
- Boiça, Joaquim M. F. (2018). *Serpa na formação do Reino de Portugal, 1166-1295*, Câmara Municipal de Serpa.
- Caldeira, João Mário (2000). *Margem Esquerda do Guadiana: As gentes, a terra, os bichos*, Lisboa: Contexto Editora.
- Castro Caldas, Eugénio (1991). *A Agricultura Portuguesa Através dos Tempos*, Lisboa: INIC.
- Coelho, Inocêncio Seita (2007). A silvopastorícia, uma perspetiva histórica, em Silva, Joaquim Sande (Editor) (2007), *Os Montados, muito para além das árvores*, Árvores e Florestas 03, Lisboa: FLAD, LPN, Público, Comunicação Social, SA.
- Conde de Ficalho (1837-1903) (1979). *Notas Históricas Acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*, Lisboa: União Gráfica.
- Cortez, Maria Rita Ortigão Pinto (1994). *Cancioneiro de Serpa*, Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- Cosme, João (1996). *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*, Mourão, Câmara Municipal de Mourão;

Drain, Michel (1989). Relaciones entre Agrociudad y su entorno España y Portugal, em López-Casero, Francisco (org.) (1989), *La Agrociudad Mediterranea*, Madrid: MAPA Serie Estudios.

EDIA- Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A., <https://edia.pt>

Engana, Teresa Maria S.V.F. (1985). *A viabilidade económica da exploração familiar numa zona de predominância de média e grande exploração*, Trabalho de fim de curso de economia, Universidade de Évora.

GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal, www.gep.mtsss.gov.pt

INE – Instituto Nacional de Estatística, <https://ine.pt>

Jessop, Bob (2008). Theorizing sociospatial relations, *Environment and Planning D: Society and Space*, volume 26, 389-401.

Lobão, Ana Cortez de (2009). *As Elites e o Poder Local em Serpa, na transição do Antigo Regime para o Liberalismo (1790-1842)*, Lisboa: Edições Colibri.

López-Casero, Francisco (org.) (1989). *La Agrociudad Mediterranea*, Madrid: MAPA Serie Estudios.

López-Casero, Francisco (1997). *Identidad, Estructura Social y Desarrollo Local, Redefinición del Pueblo, com referencia especial a las agrociudades*, texto policopiado, 29 p.

Machado, Francisco Valente (1980). *Monografia de Vila Verde de Ficalho*, Vila Verde de Ficalho: Edição da Biblioteca – Museu de Vila Verde de Ficalho;

Maia, Manuel (1980). Povos do Sul de Portugal nas fontes clássicas – Celtici e Turduli, *Clio – Revista de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 2.

Novais, Ana Maria Contente de Vinha (2005), *Lucro, Renda, Património e Risco nas casas agrícolas do Alentejo no final do século XIX*, A Casa de Ficalho, Tese de Doutoramento apresentada no ISA/UTL,

Oliveira, César (1996). Do Liberalismo à União Europeia, em Oliveira, César (Dir.) (1996), *História dos Municípios e do Poder Local, dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa: Círculo de Leitores e Autores.

Piketty, Thomas (2020). *Capital e Ideologia*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Quaresma, António Martins (2016). *Vila Nova de S. Bento: Génese de uma Povoação Fronteiriça*, Lisboa: Edições Colibri.

Radich, Maria Carlos e Baptista, F. Oliveira (2021). *Terra e Agricultura. Século XX*, 100 LUZ.

Silbert, Albert (1978). *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIII Siècle- Début du XIX Siècle, Contribution à l'histoire agraire comparée*, volume II, Lisboa, INIC.

Vasconcelos, Francisco de Almeida (1950). O Compromisso de Registo e Regra que se hade ter nas Malhadas da Serra Grande de Serpa, Beja, *Arquivo de Beja* Vol. VII, fasc. III-IV (jul./dez.), 277-309.

Veiga, José Ferragolo (2005). *Caracterização Socioeconómica da População e do Espaço: Vila Nova de S. Bento*, Lisboa: ANIMAR.

